

Giscard Farias Agra

---



**Quando a doença  
torna a vida um fardo:**

a trajetória de Humberto de Campos (1928-1934)



RECIFE, PERNAMBUCO  
2014

**GISCARD F. AGRA**

**Quando a doença  
torna a vida um fardo:**

a trajetória de Humberto de Campos (1928-1934)

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Pernambuco, linha de pesquisa Cultura e Memória, como requisito à obtenção do título de Doutor em História

Área de concentração: História do Norte e Nordeste do Brasil

Orientador: Prof. Dr. Durval Muniz de Albuquerque Júnior

**RECIFE – PE**

**2014**

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catálogo na fonte  
Bibliotecária Divonete Tenório Ferraz Gominho, CRB-4 985

A277q Agra, Giscard Farias.  
Quando a doença torna a vida um fardo: a trajetória de Humberto de Campos (1928- 1934) / Giscard Farias Agra. – Recife: O autor, 2014.  
336 f. : il. ; 30 cm.

Orientador: Prof. Dr. Durval Muniz de Albuquerque Júnior.  
Tese (doutorado) - Universidade Federal de Pernambuco, CFCH.  
Programa de Pós-Graduação em História, 2014.  
Inclui referência, anexos e apêndices.

1. História. 2. Historiografia. 3. Campos, Humberto de. (1928 – 1934)  
4. Memória. 5. Maranhão. I. Albuquerque Júnior, Durval Muniz de.  
(Orientador). II. Título.

981 CDD (23.ed.)

UFPE (BCFCH2014-11)



### **ATA DA DEFESA DE TESE DO ALUNO GISCARD FARIAS AGRA**

Às 9h do dia 27 (vinte e sete) de fevereiro de 2014 (dois mil e quatorze), no Curso de Doutorado do Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal de Pernambuco, reuniu-se a Comissão Examinadora para o julgamento da defesa de Tese para obtenção do grau de Doutor apresentada pelo aluno **Giscard Farias Agra** intitulada "**Quando a doença torna a vida um fardo: a trajetória de Humberto de Campos (1928-1934)**", em ato público, após argüição feita de acordo com o Regimento do referido Curso, decidiu conceder ao mesmo o conceito "**APROVADO**", em resultado à atribuição dos conceitos dos professores doutores: Durval Muniz de Albuquerque Júnior (Orientador), Antonio Torres Montenegro, Lourival Holanda, José Henrique de Paula Borralho e Alarcon Agra do Ó. A validade deste grau de Doutor está condicionada à entrega da versão final da tese no prazo de até 90 (noventa) dias, a contar da presente data, conforme o parágrafo 2º (segundo) do artigo 44 (quarenta e quatro) da resolução Nº 10/2008, de 17 (dezessete) de julho de 2008 (dois mil e oito). Assinam a presente ata os professores supracitados, a Vice-coordenadora, Profª. Drª. Regina Beatriz Guimarães Neto, e a Secretária da Pós-graduação em História, Sandra Regina Albuquerque, para os devidos efeitos legais.

Recife, 27 de fevereiro de 2014.

Prof. Dr. Durval Muniz de Albuquerque Júnior

Prof. Dr. Antonio Torres Montenegro

Prof. Dr. Lourival Holanda

Prof. Dr. José Henrique de Paula Borralho

Prof. Dr. Alarcon Agra do Ó

Profª. Drª. Regina Beatriz Guimarães Neto

Sandra Regina Albuquerque

*Dedicado a um José  
e a uma Maria*

# AGRADECIMENTOS

Ao final de mais uma etapa, que não foi de modo algum fácil, venho expressar meus agradecimentos a todos aqueles que, durante este longo percurso, para ajudar na construção do caminho que tomei, cederam-me seus tijolos, mas, principalmente, seus ouvidos e sua atenção.

À minha família, antes de qualquer outra coisa, pelo apoio e pela sustentação moral proporcionada a fim de me possibilitar chegar até aqui. Tais agradecimentos, assim, vão a todos eles, mas o faço especialmente pela referência nominal a José Agra, meu pai, e a Maria de Lourdes, minha mãe, e Elvira, minha irmã, estas duas, inclusive, tendo exercido parte muito importante na pesquisa que ora se encerra.

Aos responsáveis pelas Bibliotecas Rodolfo Garcia e Lúcio de Mendonça, da Academia Brasileira de Letras.

À Biblioteca Nacional, pela excelente iniciativa de digitalização de seu acervo e disponibilização virtual.

Aos professores e servidores do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Pernambuco.

Aos professores Antonio Torres Montenegro, Lourival Holanda, José Henrique de Paula Borralho, Antonio Paulo Rezende e Alcileide Cabral do Nascimento, por aceitarem compor a Comissão Julgadora do presente trabalho.

A Alarcon Agra do Ó, cuja presença na Banca de Avaliação deste texto consiste na forma de expor a minha gratidão pela fagulha que ele lançou em meados de 2008 a partir da qual se desenvolveu o próprio projeto que ensejou o presente trabalho de tese. Fagulha, inclusive, alimentada sempre que me encontrava, já que, desde o primeiro mês de aulas no doutorado, ele passou a me cumprimentar com “E aí, já escreveu a tese?”.

A Durval Muniz, a quem eu não poderia jamais deixar de expressar a minha grande gratidão agora ao final desta etapa, ao mesmo tempo em que me retrato publicamente. Agradeço por tudo o que fez na orientação deste trabalho, mas minha gratidão é ainda maior pela grande paciência que ele teve ao longo desses cinco anos com alguém que jamais deixou de reconhecer as próprias falhas e limitações, que

criceram nesse período em virtude da distância que tomei da área por questões de trabalho. Meu agradecimento, portanto, à confiança depositada, ainda que nos momentos mais tensos desse percurso.

A todos aqueles que se fizeram presentes na minha própria construção e desconstrução durante este doutorado, contribuindo em maior ou menor medida para que este trabalho pudesse vir a ser concluído. Aos velhos e aos novos amigos. Àqueles que ajudaram por meio de ações específicas, inclusive participando da própria pesquisa (com grande destaque, portanto, Fernanda Karoline em sua saga pela mansão carioca dos mortos), e àqueles que ajudaram por meio de palavras de incentivo, ouvidos ou ombros concedidos.

A todos os que, durante esses cinco anos, deitaram sementes ao solo e possibilitaram que delas germinasse algo, desde uma pequena muda a, quem sabe, um frondoso cajueiro.

*“Vantagem da doença – aquele que frequentemente está doente não tem apenas um contentamento muito maior em estar são, por causa de seu frequente tornar-se saudável, senão que tem também um senso supremamente aguçado para o saudável e o doentio em obras e ações, próprias e alheias: de tal maneira que, por exemplo, precisamente os escritores doentios – e, entre eles, infelizmente estão quase todos os grandes – costumam ter, em seus escritos, um tom de saúde mais seguro e simétrico, porque eles, mais do que os corporalmente robustos, entendem melhor de filosofia da saúde e da convalescença anímica e daquilo que são os seus mestres: meio-dia, brilho de sol, floresta e fonte de água”.*

*Friedrich Nietzsche*  
Humano, demasiado humano, aforisma 356, II

*“Quanto mais eu vivo, e sofro,  
mais ardentemente amo a vida”*

*Humberto de Campos*  
Diário Secreto, 19 de junho de 1929, vol. I, p. 346

AGRA, Giscard Farias. **Quando a doença torna a vida um fardo**: a trajetória de Humberto de Campos (1928-1934). Tese de doutorado. Recife: Universidade Federal de Pernambuco, PPGH, 2014.

Autor: Giscard Farias Agra – Doutorado em História – PPGH/UFPE

Orientador: Prof. Dr. Durval Muniz de Albuquerque Júnior – UFRN/UFPE

Examinadores: Prof. Dr. Antonio Torres Montenegro – UFPE (avaliador interno)

Prof. Dr. Lourival Holanda – UFPE (avaliador interno)

Prof. Dr. José Henrique de Paula Borralho – UEMA (avaliador externo)

Prof. Dr. Alarcon Agra do Ó – UFCG (avaliador externo)

Prof. Dr. Antonio Paulo de M. Rezende – UFPE (suplente interno)

Prof. Dr. Alcileide Cabral do Nascimento – UFRPE (suplente externo)

## RESUMO

Este texto tem por objetivo investigar o papel da doença na reelaboração dos valores de Humberto de Campos, levando-o a produzir novas imagens de si e do mundo ao seu redor, e agir socialmente informado por elas. Analisa-se como o elemento patogênico aparece na escrita do autor tendo papel central na modificação de seu comportamento e de sua imagem social, sendo compreendido como o ponto de virada da trajetória de constituição de sua auto-imagem. Maranhense, membro da Academia Brasileira de Letras, deputado federal, cronista, contista, crítico literário e memorialista, Humberto de Campos (1886-1934) tornou-se muito conhecido no Brasil na década de 1920, em virtude das polêmicas geradas especialmente pelos textos humorísticos e galantes que publicava sob o pseudônimo de Conselheiro X.X., sendo alvo de inúmeras críticas de intelectuais e dos grupos conservadores, que o acusavam de imoralidade. Na década de 1930, entretanto, a sua imagem de imoral e obsceno foi dando lugar a uma nova imagem que o representava como um jornalista espiritualizado, preocupado em oferecer palavras de conforto para todos aqueles que sofriam, tornando-se, nesse momento, o autor mais lido do Brasil, posição que ainda continuaria ocupando por anos, mesmo depois da sua morte. A doença, a hipertrofia da hipófise, diagnosticada em 1928, é compreendida como tendo sido o elemento que proporcionou essa modificação, levando o autor a produzir uma nova sensibilidade a partir da qual se relacionou com o mundo e consigo mesmo, e que fez circular socialmente por meio de seus escritos, nos quais expunha a sua condição patológica. A doença, portanto, aparece em seus textos – suas crônicas diárias e seus livros memorialísticos, *Memórias, 1886-1900* (1933), *Memórias inacabadas* (1935, póstumo) e *Diário Secreto* (1954, póstumo) –, como o motor da transformação das imagens pública e privada de Humberto, levando-o a reelaborar tanto o seu presente, quanto o seu próprio passado.

Palavras-chave: historiografia das doenças; memórias; Maranhão.

AGRA, Giscard Farias. **When disease turns life into a burden**: Humberto de Campos' trajectory (1928-1934). PhD thesis. Recife: Universidade Federal de Pernambuco, PPGH, 2014.

Author: Giscard Farias Agra – PhD in History – PPGH/UFPE

Orientation: Prof. Dc. Durval Muniz de Albuquerque Júnior – UFRN

Examiners: Prof. Dc. Antonio Torres Montenegro – UFPE (internal examiner)

Prof. Dc. Lourival Holanda – UFPE (internal examiner)

Prof. Dc. José Henrique de Paula Borralho – UEMA (external examiner)

Prof. Dc. Alarcon Agra do Ó – UFCG (external examiner)

Prof. Dc. Antonio Paulo de M. Rezende – UFPE (internal substitute)

Prof. Dc. Alcileide Cabral do Nascimento – UFRPE (external substitute)

## ABSTRACT

This paper aims to investigate the role of disease in the reworking of Humberto de Campos' values, leading him to produce new images of himself and the world around him, and to act socially informed by them. It analyzes how the pathogen appears in the writing of the author taking a central role in the modification of his behavior and his social image, being understood as the turning point of the trajectory formation of his self-image. Member of the Brazilian Academy of Letters, congressman, columnist, short story writer, literary critic and memoirist, Humberto de Campos (1886-1934) became very well known in Brazil in the 1920's, because of the controversies generated especially by the gallant and humorous texts he had published under the pseudonym Advisor X.X., what has turned him into the target of numerous criticisms of intellectuals and conservative groups, who accused him of immorality. In the 1930s, however, his image of immoral and obscene gave way to a new image that represented him as a spiritual journalist concerned to offer words of comfort to all those who suffered, becoming at that time the most read author in Brazil, position which he would still occupy for years along, even after his death. The disease, hypertrophy of the pituitary gland, diagnosed in 1928, is understood to have been the element that generate this modification, leading the author to produce a new sensibility from which he established relations with the world and himself, and he made it circle in society through his writings, in which he exposed his pathological condition. The disease, therefore, appears in his texts – his daily chronicles and his memorialistic books, *Memórias, 1886-1900* (1933), *Memórias inacabadas* (1935, posthumous) and *Diário Secreto* (1954, posthumous) – as the engine of the transformation of Campos' public and private pictures, leading him to redesign both his present, as his own past.

Keywords: historiography of diseases; memories; Maranhão.

AGRA, Giscard Farias. **Quando la malattia rende la vita un fardello**: la traiettoria di Humberto de Campos (1928-1934). Tesi di dottorato. Recife: Universidade Federal de Pernambuco, PPGH, 2014.

Autore: Giscard Farias Agra – Dottorato di Ricerca in Storia – PPGH/UFPE

Guiding: Prof. Dr. Durval Muniz de Albuquerque Júnior – UFRN/UFPE

Esaminatori: Prof. Dr. Antonio Torres Montenegro – UFPE (valutatore interno)

Prof. Dr. Lourival Holanda – UFPE (valutatore interno)

Prof. Dr. José Henrique de Paula Borralho – UEMA (valutatore esterno)

Prof. Dr. Alarcon Agra do Ó – UFCG (valutatore esterno)

Prof. Dr. Antonio Paulo de M. Rezende – UFPE (sostituto interno)

Prof. Dr. Alcileide Cabral do Nascimento – UFRPE (sostituto esterno)

## RIASSUNTO

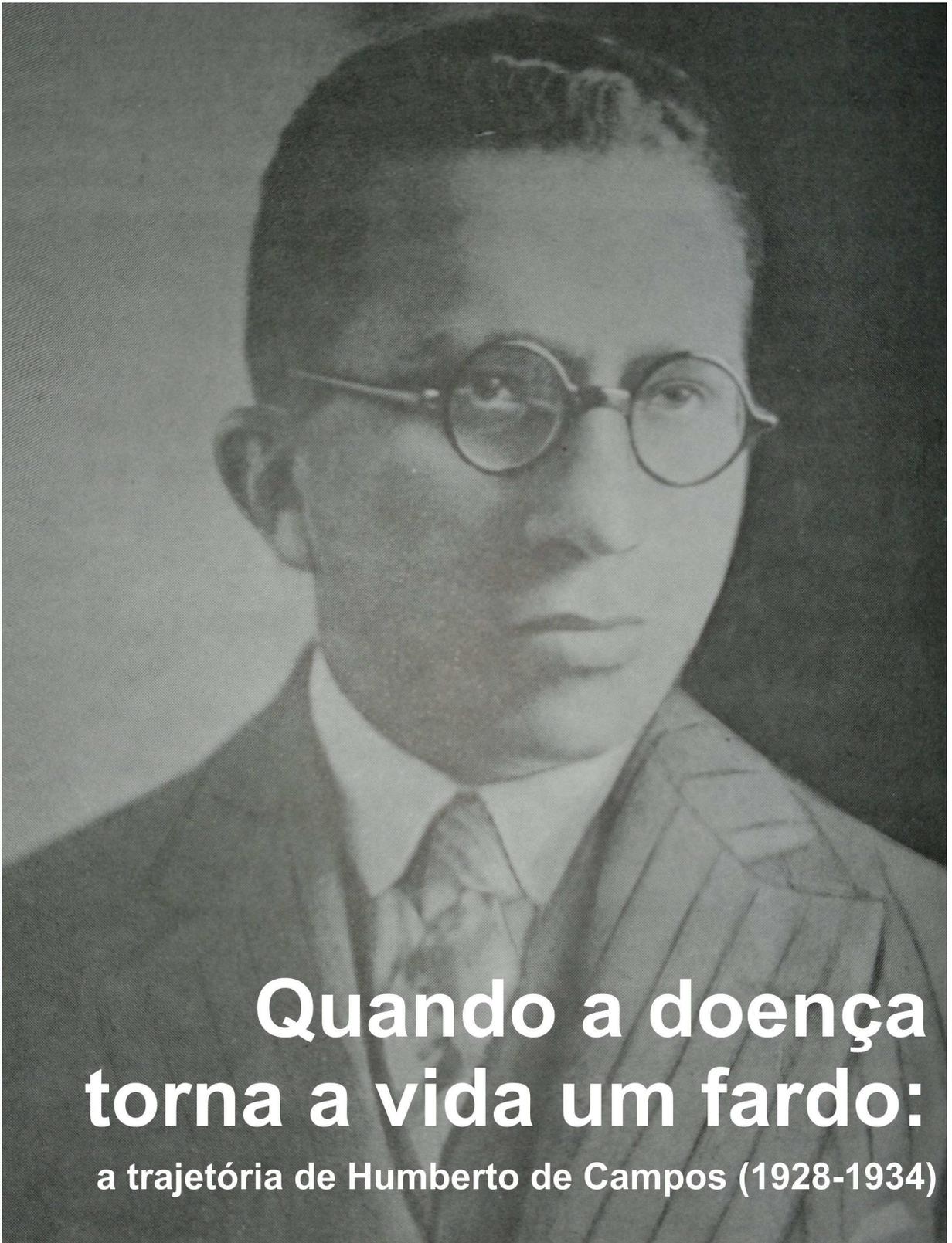
Questo lavoro si propone di indagare il ruolo della malattia nella rielaborazione dei valori di Humberto de Campos, che lo porta a produrre nuove immagini di se stessi e del mondo che lo circonda, e di agire socialmente informati da loro. Esso analizza come l'agente patogeno viene visualizzato nella scrittura dell'autore avere un ruolo centrale nel modificare il loro comportamento e la loro immagine sociale, sia inteso come il punto di svolta della formazione traiettoria della propria immagine di sé. Membro dell'Accademia Brasiliana di Lettere, deputato, giornalista, narratore, critico letterario e memorialista, Humberto de Campos (1886-1934) divenne noto in Brasile nel 1920, a causa della controversia generata da testi umoristici e galante che pubblicò sotto lo pseudonimo Advisor XX, essere il bersaglio di molte critiche da parte degli intellettuali e dei gruppi conservatori, che lo accusavano di immoralità. Nel 1930, tuttavia, la sua immagine di immorale e osceno lasciò il posto a una nuova immagine che lo ha rappresentato come un giornalista spirituale interessato ad offrire parole di conforto a tutti coloro che hanno sofferto, diventando in quel momento l'autore per saperne di più in Brasile, sarebbe ancora occupando quella posizione per anni, anche dopo la sua morte. La malattia, l'ipertrofia della ghiandola pituitaria, diagnosticato nel 1928, è inteso essere stato l'elemento che ha dato questa modifica, che porta l'autore a produrre una nuova sensibilità da cui si correla con il mondo e se stessi, e hanno fatto socialmente circolare attraverso i suoi scritti, in cui esposta la sua condizione patologica. La malattia, dunque, appare nei suoi testi – le cronache quotidiane e libri le sue memorie, *Memórias, 1886-1900* (1933), *Memórias inacabadas* (1935, postumo) e *Diário secreto* (1954, postumo) – come motore di trasformazione della immagini pubbliche e private Humberto, che lo porta a ridisegnare sia il presente, come il suo passato.

Parole chiave: La storiografia di malattie; ricordi, Maranhão.

# SUMÁRIO

Introdução .....	15
CAPÍTULO I. A doença de Humberto: a possibilidade de constituição de um objeto	27
1. A constituição de um campo de pesquisa .....	40
2. A experiência historiográfica brasileira .....	46
3. Proposta teórico-metodológica deste texto .....	53
3.1. Os livros de crônicas .....	63
3.2. O Diário (nem tão) Secreto: o percurso de um livro maldito .....	74
CAPÍTULO II. Humberto e a produção do seu ser (a)político .....	90
1. Entre nomes e nomenclaturas: história política da Primeira República no Maranhão .....	97
2. O pleito de 1924: entre a espontaneidade e a fraude eleitoral .....	118
CAPÍTULO III. “Eu, doente”: Humberto de Campos e sua construção subjetiva da morbidade .....	153
1. A despedida .....	154
2. A cirurgia .....	157
3. Da (im)possibilidade de narrar uma vida .....	161
4. As primeiras percepções .....	174
5. A construção do ser doente .....	182
CAPÍTULO IV. “Desgraçado do homem que, em tôda a sua vida, não tem uma história triste para contar!”: o passado como redenção .....	208
1. O topo do vulcão .....	212
2. Dependência social e agravamento da doença.....	217
3. O passado como fuga e como arte: a elaboração do livro de Memórias .....	224
4. O dito e o não-dito nas confissões de um menino “com o diabo no corpo” .	244
5. A morte de Deus... e sua ressurreição .....	258
Considerações Finais: a morte e a morte de Humberto de Campos .....	279
Referências Bibliográficas .....	292

APÊNDICES .....	306
Apêndice A .....	307
Apêndice B .....	308
Apêndice C .....	327
ANEXOS .....	329
Iconografia 01 .....	330
Iconografia 02 .....	330
Iconografia 03 .....	330
Iconografia 04 .....	331
Iconografia 05 .....	331
Iconografia 06 .....	332
Iconografia 07 .....	332
Iconografia 08 .....	332
Iconografia 09 .....	333
Iconografia 10 .....	333
Iconografia 11 .....	334
Iconografia 12 .....	335



# Quando a doença torna a vida um fardo:

a trajetória de Humberto de Campos (1928-1934)

# INTRODUÇÃO

*"Eu jamais imaginei que viesse a perder,  
e tão tranqüilo, o gôsto da vida. [...] A vida está se me tornando um fardo,  
dia a dia mais pesado e terrível."*

Humberto de Campos<sup>1</sup>

A chuva que cai na noite carioca do domingo, 29 de julho de 1934, leva frio ao Palácio Rosa, edifício de dez andares, localizado no bairro do Catete, Largo do Machado, n. 21. No seu interior, no apartamento n. 104, onde reside há pouco mais de um ano, encontra-se o membro da Academia Brasileira de Letras, jornalista, autor de 30 livros e ex-deputado federal, o maranhense Humberto de Campos. Sentado em uma poltrona, à sala de jantar, permanece mudo para os familiares. O silêncio grita ensurdecidamente alto naquele apartamento.

A falta de sons só cessa quando a filha do imortal, a senhorita Lourdes de Campos, na saleta ao lado da sala de jantar, liga o rádio da família, fazendo o som transmitido por aquele aparelho, há pouco mais de dez anos chegado ao Brasil, chegar aos ouvidos de Humberto. Apesar de ouvir as atrações, o cronista permanece indiferente quanto ao que o rádio transmite, coisas, para ele, insignificantes. Às 22h30, entretanto, toda essa situação se altera.

O aparelho começa a transmitir a valsa *Donauwalzer* (no Brasil, conhecida como "Danúbio Azul", de 1867), do austríaco Johann Strauss, interpretada ali pela orquestra da estação de rádio. Ao som dos primeiros gorjeios de violino, a música, antes restrita apenas à saleta onde se encontra Lourdes, espalha-se por todo o apartamento, adentrando os ouvidos de Humberto de Campos, que permanecia inerte em sua poltrona. Tal qual um desfibrilador, a música parece atingir Humberto como uma corrente elétrica aplicada sobre o seu peito, pondo em ritmo acelerado o seu coração que parecia morto, ressuscitando nele a sensação de ter prazer pela vida, prazer,

---

<sup>1</sup> CAMPOS, Humberto de. **Diário Secreto**. Rio de Janeiro: O Cruzeiro, 1954b, p. 164 [vol. II].

esse, que aquele corpo já não possuía há anos. O seu coração passa a pulsar no ritmo da valsa de Strauss, assim como, sob seu olhar, valsam lentamente todo o apartamento e tudo ao seu redor – os móveis, as cortinas, os tapetes, os quadros –, à exceção apenas do próprio Humberto, que permanece sentado, mas visivelmente tocado pela música, que lhe remete a memórias de seu passado. Em seus olhos começa a se formar essa imagem do passado, um tempo em sua história embalado pela mesma valsa: o ano é 1910, conta 24 anos de idade, encontra-se no Pará, no salão do Esporte-Clube e, abraçado àquela com quem se casaria dali a três anos, D. Catharina Paiva Vergolino, ou D. Paqueta, valsam juntos. Abraçados, os enamorados conseguem sentir um a respiração do outro, enquanto suas pernas bailam com a vivacidade da juventude que lhes preenche os corpos e lhes molda os espíritos. Por alguns breves segundos, aqueles sons acionam lembranças que estavam adormecidas no autor, fazendo com que o Humberto de Campos de 1934 relembre os sonhos que o Humberto de Campos de 1910 possuía, e, por esse breve instante, perca-se nessas lembranças, vivendo-as como se o tempo tivesse podido proporcionar a volta de um momento perdido na memória<sup>2</sup>.

Logo, os breves segundos se acabam e o cronista se percebe novamente em 1934, aos 47 anos, sentado na poltrona de seu apartamento no Palácio Rosa. Acaba a valsa, acaba o efeito da energia elétrica no seu corpo, seu coração desacelera. Volta a morrer o prazer por estar vivo.

Tendo brevemente recordado de si mesmo no vigor de sua saúde física, o imortal Humberto de Campos olha para o seu corpo de 47 anos e as sombras que seus olhos ainda lhe permitem enxergar constituem-no como algo bem diferente da imagem evocada pela sua memória: estendido sobre a poltrona, sentado sobre uma roda de borracha inflada, usada para suavizar a dor que o contato da parte inferior do seu corpo com o assento provoca, vê um corpo cansado, devastado pelo avanço da cegueira e da surdez; pela paralisia parcial dos braços e da língua que, tal qual a cabeça, as mãos e o nariz, encontra-se inchada, incomodando o seu posicionamento dentro da boca; além dos incômodos dolorosos na próstata, com a inflamação do reto, e na bexiga,

---

<sup>2</sup> Sobre o papel da memória involuntária, lançando novamente à consciência, por meio de estímulos externos, elementos que haviam ficado perdidos, cf. DELEUZE, Gilles. **Proust e os signos** [trad. Antonio Carlos Piquet e Roberto Machado]. 2 ed. Rio de Janeiro: Forense, 2006.

tornando a micção um ato de tortura constante; por fim, seu olhar repousa sobre dois objetos diretamente vinculados à sua melancolia: a bengala que tem usado para poder se locomover pela casa, tentando superar a dificuldade em se equilibrar sobre suas próprias pernas, e a sonda de borracha ligada à sua bexiga que o tem acompanhado há três meses, desde a cirurgia realizada para a extração de duas pedras, o que não evitou o reaparecimento de outra pedra no mesmo local, há um mês.

As breves lembranças do vigor físico da juventude se esvaem e o choque com a atualidade banha o autor de desilusão. Humberto se transformou na “mais desoladora ruína de si próprio”, segundo suas próprias palavras, tendo perdido a agilidade das pernas e do corpo que o possibilitava bailar na mocidade, mas não mais aos 47 anos. A percepção de que jamais conseguiria voltar a mover-se daquela maneira, a andar agilmente e a deixar de sofrer faz com que uma lágrima lhe apareça nos olhos quase cegos, e a ela siga-se um soluço na garganta, desembocando, em seguida, num choro descontrolado, devidamente acalentado pela outra personagem da memória de Humberto, D. Catarina, que vai consolá-lo, apesar de ela própria também cair no choro vendo a que estado de saúde o marido chegou. Ficam por instantes abraçados, compartilhando a tristeza de terem suas memórias acionadas, memórias de um passado repleto de promessas e esperanças que se chocava, agora, violentamente com um presente de desilusões, tragédias, sofrimento e doença<sup>3</sup>.

Talvez nesse exato momento tenha passado novamente pela cabeça de Humberto de Campos o corriqueiro desejo de morte que havia se tornado seu companheiro nos últimos anos. Desejo de morte que representava, para ele, a fuga da condição a que havia chegado e que se mostrava cada vez mais irreversível. Desejo de morte que era o desejo de liberdade, a vontade de conseguir desprender-se de sua atual situação e encontrar na morte o alívio que a vida não lhe dava há anos. Morte que, como frisava, representava apenas a consolidação física do fim de sua existência, do fim das dores, do fim do sofrimento. Se o corpo era visto como uma prisão da alma, constantemente Humberto declarava querer ver seu espírito livre. Se houvesse purificação da

---

<sup>3</sup> Toda esta cena encontra-se devidamente narrada pelo memorialista em Campos, 1954b, p. 459-460.

alma, a sua já havia sido atingida por meio do constante suplício pelo qual seu corpo passara nos últimos anos.

Desde que foi diagnosticado o mau funcionamento de sua hipófise, em 1928, e que os sofrimentos daí oriundos passaram a se tornar mais frequentes, Humberto de Campos foi registrando em seus escritos o seu padecimento ante sintomas que foram lhe punindo o corpo e lhe castigando a alma. Pouco a pouco, foi percebendo que as mudanças pelas quais passava, tanto física quanto espiritualmente, levaram-no para longe da imagem que fazia de si mesmo, transformando-o em uma “sombra” do que fora. O estranhamento para consigo próprio com o qual iniciei esta narrativa não foi o primeiro, nem o último, nem o único relatado pelo acadêmico em seus escritos. Quase três anos antes, em 1931, em anotação relativa ao dia 11 de novembro, confessou:

O pranto desce pelo meu rosto, em gotas lentas e solitárias. Sinto uma saudade inquieta e funda. Mas, de quem? Procuo, e descubro. Saudades de mim mesmo. Saudades de alguém que morreu dentro de mim...<sup>4</sup>

O desejo de morrer acompanhou Humberto de Campos em sua vida, em seus escritos, em seus pensamentos. Poucos meses antes da cena inaugural descrita acima, em fevereiro de 1934, registrou, em seu *Diário Secreto*, duas impressões nesse sentido, num espaço de apenas três dias. No dia 1º de fevereiro, afirmou que “[...] assalta-me de vez em quando, como uma libertação, a idéia da morte”<sup>5</sup>, e no dia 3, que pensava “na morte como num prêmio, num benefício, numa libertação”<sup>6</sup>.

Essa libertação, por sua vez, aconteceria cinco meses depois do apartamento de Humberto ter sido embalado pela música de Strauss, na manhã do dia 5 de dezembro de 1934, quando Humberto de Campos, ao fim de um procedimento cirúrgico realizado em sua bexiga, ainda deitado na mesa de cirurgia, teve uma síncope e faleceu aos 48 anos.

Era, então, o autor mais lido no Brasil, o cronista mais popular entre o grande público leitor, o imortal mais atuante e produtivo da Academia Brasileira de Letras. Seu funeral seria acompanhado por uma vasta multidão de

---

<sup>4</sup> CAMPOS, 1954b, p. 221.

<sup>5</sup> Ibid., p. 416.

<sup>6</sup> Ibid., p. 416.

admiradores, de leitores que acompanhavam quase diariamente, por meio da publicação de suas crônicas, as narrativas do desenvolvimento de sua doença, a gravidade de seus sintomas, o padecimento de seu corpo, a conformação do seu espírito e os seus conselhos em resposta às diversas cartas que recebia, dando aos seus interlocutores o conforto espiritual que ele tentava mostrar que havia atingido, justamente em virtude da sua doença.

Mesmo após a sua morte, Humberto de Campos continuaria sendo o autor nacional mais lido por pelo menos uma década, visto que suas obras publicadas passariam a ser reeditadas e os seus textos publicados avulsamente em periódicos jornalísticos seriam reunidos e formariam novos livros. Por outro lado, já no ano seguinte à sua morte, textos inéditos passariam a ser produzidos levando o nome de Humberto de Campos como autor, textos, estes, escritos pelo médium espírita mineiro Francisco Xavier, que afirmaria recebê-los por meio da psicografia, ou seja, os textos que Xavier publicaria sob a suposta autoria do literato maranhense teriam sido ditados pelo espírito de Humberto. Tais textos, que apresentariam teor semelhante aos últimos escritos publicados por Humberto em vida, no sentido de tentar oferecer conforto espiritual aos aflitos, teriam por isso mesmo grande aceitação popular e acabariam gerando inclusive repercussão judicial anos depois.

Dezesseis anos depois da sua morte, o nome de Humberto voltaria a figurar na imprensa nacional, em virtude da publicação, por seus filhos, de outros textos inéditos, de cunho íntimo, que o autor havia deixado guardados no cofre da Academia Brasileira de Letras para serem publicados apenas em 1950. A polêmica que giraria em torno do seu Diário, na medida em que várias personalidades ainda vivas e ocupando espaços de influência social se ofenderiam pela maneira como haviam sido retratadas por ele, silenciaria o conteúdo da obra e sepultaria de vez o nome daquele autor que, vivo ou morto, dominou o cenário editorial brasileiro por toda uma década.

Esses elementos demonstram, dentre outras coisas, a grande popularidade atingida pelo literato em vida, o que se preservou ainda por alguns anos após a sua morte, até o seu quase total esquecimento, depois da década de 1950. Tal popularidade Humberto havia começado a conquistar, perante alguns grupos sociais, na década de 1920, especialmente pelo seu trabalho à frente da revista *A Maçã*, mas atingiu o seu ápice no ano de 1933,

com a publicação do seu livro *Memórias, 1886-1900*, o seu canto de cisne. Entre um ponto e outro, entretanto, não há continuidade, mas uma ruptura drástica: *A Maçã* foi vista pela crítica do período como uma revista maldita, de cunho licencioso, imoral, pervertido, destrutivo; já o livro *Memórias* foi considerado pela mesma crítica como um marco da literatura brasileira, modelar, sincero, construtivo, sendo inclusive distribuído nas escolas municipais da cidade do Rio de Janeiro entre os alunos como forma de que eles se espelhassem na vida de Humberto de Campos e no seu exemplo de superação das adversidades a fim de construir um “bom nome”, como o autor relatara em tal autobiografia. Humberto, portanto, passara de autor maldito, imoral e sarcástico, a indivíduo modelar, trabalhador incansável, exemplo de perseverança e comportamento moral.

O ano de 1928, assim, parece funcionar como o ponto de emergência de uma nova representação de si, de modo a tentar prevalecer sobre a anterior. Ao mesmo tempo em que essa data marcou o fim da circulação da revista *A Maçã*, talvez, com isso, tentando se desvencilhar dessa primeira representação construída a seu respeito, marcou também o diagnóstico da hipertrofia da hipófise de Humberto de Campos, doença incurável e degenerativa que levaria a que o autor passasse a modificar as suas formas de ver o mundo, as relações que estabelecia com os outros e consigo próprio.

A doença, portanto, consiste no elemento através do qual Humberto parece acelerar a produção de uma nova representação de si, sobrepondo-a à representação anterior, adequando-se às novas sensibilidades que então lhe informam.

A percepção de Humberto de Campos sobre o *mórbus* de que padecia e os significados que atribuía ao seu sofrimento implicaram diretamente na maneira de dar sentido à vida, à morte, à doença, ao corpo e às relações sociais e familiares que constituía. A leitura que fez de sua existência e do seu papel social, a partir de 1928, mostrou-se diretamente orientada pela condição de sujeito doente. Numa sociedade de ritmo acelerado, primando pela produtividade, em que corpos doentes eram qualificados como improdutivos, imprestáveis para acompanhar o progresso urbano e a economia capitalista, sendo, conseqüentemente, descartados, Humberto, mesmo com a saúde abalada, tentou continuar se mostrando produtivo em seu campo de atuação, a

produção literária: efetivamente, o período entre 1928 e 1934 constitui os anos em que o maranhense mais publicou textos na imprensa, tanto do Rio de Janeiro, quanto de outros estados.

Entretanto, ao invés de manter sigilo sobre o seu *mórbus*, comportamento usual assumido por pessoas com doenças degenerativas, tentando esconder os sintomas e evitar, assim, a atualização dos estigmas sociais e sua exclusão<sup>7</sup>, Humberto de Campos, a partir de um certo momento, tornou pública a sua condição, tornando-a presença constantemente evocada em muitos dos escritos que produziu, especificamente nas crônicas que publicou, transformando-as em uma maneira de ajudar aqueles demais corpos vistos como improdutivos para o sistema, bem como os leitores que lhe enviavam cartas narrando-lhe seus sofrimentos e pedindo-lhe conselhos. Mesmo quando não falava explicitamente dos seus sintomas, o teor dos seus escritos públicos – tanto das crônicas, quanto da sua autobiografia, *Memórias, 1886-1900*<sup>8</sup>, lançada em 1933 –, assim como dos escritos privados – registrados em seus cadernos de diário, publicados apenas anos depois de sua morte, em 1950, sob o título de *Diário Secreto*<sup>9</sup>, em dois volumes –, deixavam transparecer um certo conformismo pessimista com relação à sua vida.

Humberto de Campos acabou tornando tão recorrente o ato de expor publicamente relatos sobre o avanço da sua doença e sobre as condições em que vivia, informado por uma visão altamente pessimista de seu tratamento e não raramente deixando expresso em seus escritos que as dores que precisava suportar eram piores do que a própria morte, que a imprensa e a sociedade reelaboraram esse discurso, tornando-o ainda mais trágico no tocante aos efeitos da doença, à condição econômica desfavorável do doente e ao apoio familiar que o acompanhava. Exagerou-se a tal ponto que o próprio Humberto se viu obrigado a ir a público, por meio de uma crônica intitulada “Aos meus amigos da Bahia”, para desmentir os discursos que circulavam socialmente, em diferentes localidades do Brasil, que o produziam como alguém completamente cego, leproso, na miséria, abandonado pela família e vivendo apenas de sua

---

<sup>7</sup> SONTAG, Susan. **Doença como metáfora**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007; GOFFMAN, Erving. **Estigma: notas Sobre a Manipulação da Identidade Deteriorada**. 4 ed. Rio de Janeiro:LTC, 2008.

<sup>8</sup> CAMPOS, Humberto de. **Memórias** – primeira parte, 1886-1900. Rio de Janeiro: W. M. Jackson, 1941q (Coleção Obra Completa, vol. 17).

<sup>9</sup> Idem. **Diário Secreto**. Rio de Janeiro: O Cruzeiro, 1954a, p. 95 [vol. I] e Id., 1954b.

pena, de literatura<sup>10</sup>.

Esse sentimento informou a leitura que fez tanto de seu passado – relido e ressignificado, formatado sob um aspecto trágico que culminaria na doença –, quanto de seu presente – sem expectativas, vivendo humildemente sob dores recorrentes – e seu futuro – percebendo a impossibilidade de curar-se e, até mesmo, de ter suas dores aliviadas. É essa percepção que o faz afirmar cada vez mais a falta de vontade de viver e a clamar pela realização daquilo que era a única coisa que, sob sua leitura pessimista de mundo, ainda lhe adviria como uma benção, uma libertação: a morte.

Entre o diagnóstico técnico de sua doença e o discurso social que o produzia, residia justamente o discurso que o próprio Humberto produzia sobre si. A percepção deste sobre a sua doença, as formas como ele significava o discurso médico que o analisava como um corpo doente, assim como as maneiras como ele lia as reações do seu corpo aos sintomas da doença e ao tratamento médico, unidas a um desejo consciente de produzir para si uma outra representação que queria ver circular socialmente, informaram os escritos que produziu entre 1928, quando do diagnóstico de sua doença, e 1934, quando faleceu.

São justamente as imagens construídas por meio de seus escritos, durante o tempo em que viveu com os sintomas da doença, que pretendo investigar no presente texto. Imagens que são elaboradas tanto nas suas crônicas diárias, quanto no seu diário íntimo, assim também como na construção de seu próprio passado por meio do seu livro de memórias, então altamente aclamado tanto pelo público, quanto pela crítica, pelo caráter realístico e confessional sobre as experiências do autor nos primeiros quatorze anos de sua vida. Livro que, entretanto, estava completamente influenciado não pelos valores do Humberto adolescente, mas pelos valores do sujeito adulto e doente que o escrevia, levando-o a produzir uma narrativa anacrônica e teleológica de seu passado a partir do pessimismo do presente.

Pessimismo, esse, produzido pela relação que Humberto estabeleceu com a doença e que esteve bem estampado até mesmo nos títulos de suas crônicas e dos livros que as compilaram ainda em vida ou *post mortem*: entre

---

<sup>10</sup> CAMPOS, Humberto de. “Aos meus amigos da Baía”. **Diário Carioca**. Ano VI, n. 1.630, 1.632 e 1.633. Rio de Janeiro, edições de 25, 28 e 29 nov. 1933, p. 06.

1934 e 1935, houve o lançamento de seis obras contendo coleção de crônicas publicadas por Humberto em jornais cariocas, dentre as quais, destacam-se, pelo teor trágico dos títulos, *Sombras que sofrem*, *Destinos* e *Sepultando meus mortos*; além disso, o que posteriormente seria publicado como *Diário Secreto*, era, à época em que o escrevia, denominado pelo próprio autor como *Diário de um enterrado vivo*, ressaltando a ideia que tanto estava presente em seus últimos textos de que a vida havia se lhe tornado um fardo, sendo preferível que seu corpo morresse logo, a manter-se vivo suportando tamanha dor.

Assim, ao longo dos sete anos em que viveu enfrentando a doença incurável e degenerativa que lhe alterava o organismo e deformava-lhe o corpo, Humberto de Campos abandonou o estilo sarcástico e zombeteiro dos escritos da década de 1920, que o havia popularizado, e passou a produzir uma literatura de cunho mais intimista e consoladora. Daquela primeira representação, portanto, foi nascendo uma nova representação, elaborada pelo próprio autor, que deveria suplantar a anterior, produzindo então Humberto como um sujeito preocupado em ajudar os que sofriam, conhecedor dos problemas humanos, triste, mas conformado com a vida de sofrimentos que lhe reservara o destino, aceitando-os como sendo uma maneira de expiação de seus próprios erros. Essa última representação, entretanto, só foi possível ser construída em virtude da relação que Humberto estabeleceu consigo mesmo a partir da experiência com a doença que lhe alterava o corpo.

A doença, desta maneira, deve ser compreendida aqui, não enquanto evento meramente biológico, mas enquanto artefato cultural, ou seja, enquanto elaboração subjetiva que o ser doente faz de seu *mórbus* informado pelos valores que constituem a cultura da qual faz parte. A doença torna-se assim uma produção cultural historicamente localizada e, portanto, objeto de investigação e historicização acadêmicas.

No presente texto, portanto, pretendo investigar como a doença atuou na reelaboração dos valores de Humberto de Campos, levando-o a produzir novas representações de si e do mundo ao seu redor, e agir socialmente, informado por elas. O que pretendo demonstrar, especialmente pela leitura dos textos memorialísticos e intimistas de Humberto, é como o elemento patogênico aparece na escrita dele com papel central na modificação de seu

comportamento e de sua imagem social, sendo significado como o ponto de virada da trajetória<sup>11</sup> da sua constituição de si.

Dessa maneira, no primeiro capítulo, discutirei as próprias condições que possibilitaram a construção do meu problema. Assim, farei breves percursos para identificar o atual estado de coisas sobre os dois principais elementos que orientam o presente texto: Humberto de Campos e a história das doenças. Realizarei, assim, incursões pela biografia de Humberto de Campos e pela historiografia recente, a fim de poder identificar as condições teóricas e metodológicas que possibilitaram a própria constituição do presente tema de pesquisa, apresentando aproximações e distanciamentos com os que me antecederam, pois é apenas percorrendo o cemitério, na companhia dos mortos, que eu poderei devidamente identificar o lugar onde cavarei a minha própria sepultura, esperando ser, posteriormente, visitado pelos vivos.

No segundo capítulo, analisarei o lugar político que Humberto de Campos construiu para si durante a década de 1920, levando-o a vir ocupar um cargo de deputado federal em 1927. Enfocarei, assim, a própria constituição desse lugar como pressuposto e condição a que ele venha a ocupar o cargo parlamentar mais tarde, identificando como o lugar que ocupa está marcado por uma longa disputa política oligárquica na história do Maranhão, que colocará Humberto ao lado de alguns e contrário a outros, aproximando-se de alguns grupos e afastando-se de outros, realizando favores para aqueles, e utilizando todo os recursos que lhe são disponíveis, enquanto literato, acadêmico, candidato e deputado, contra os últimos. Pretendo, portanto, identificar a rede de relações estabelecidas por Humberto no seio da prática política que vigorava no Brasil na Primeira República, identificando como o autor, apesar de afirmar reiteradamente não ser um homem da política, mas um homem de letras, esteve envolvido em vários conflitos dessa ordem ao longo de sua trajetória, em geral associando-se a grupos conservadores que não tardariam muito mais à frente do poder. Assim, neste capítulo, intenciono, de modo geral, identificar como Humberto ocupa um lugar, dentro dos contextos políticos de seu estado e de seu país, mantido por um modelo político internamente doente, que produzirá os

---

<sup>11</sup> MONTAGNER, Miguel Ângelo. "Trajetórias e biografias: notas para uma análise bourdieusiana". **Sociologias**. Porto Alegre, ano 9, n. 17, jan./jun. 2007, p. 240-264. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/soc/n17/a10n17.pdf>. Acesso em 20 jan. 2014.

seus próprios algozes.

No terceiro capítulo, proponho compreender as diversas imagens de si que Humberto constrói desde o momento em que a hipertrofia da hipófise é diagnóstica, em 1928, até a sua morte, em 1934. Dessa maneira, proponho essa compreensão por meio de três principais posturas que parecem as mais corriqueiras ao longo dos sete anos que viveu com a doença: a negação, a aceitação estoica e a apatia. Neste capítulo, discutirei, portanto, a partir dos textos privados do autor, os impactos iniciais da doença e do seu tratamento, e como Humberto de Campos foi registrando a sua percepção das mudanças que ocorriam nele, reelaborando e rearticulando-se cotidianamente com novas imagens de si, de seu corpo e de sua doença.

No quarto capítulo, por fim, analisarei os impactos que a esclerose da Primeira República tiveram sobre Humberto de Campos e sobre a relação que ele estabelecia com o seu corpo, já atacado pela doença há dois anos. A perda do mandato parlamentar e o contínuo progresso de sua doença são percebidos por Humberto como fim de sua própria vida, o que o leva a agir no sentido de tentar prolongá-la o máximo possível, senão pela saúde, que lhe falha, mas pelas suas letras, que se tornam a sua principal fonte de rendas do período entre 1931 e 1934, garantindo-lhe ainda grande popularidade. Analiso, assim, como o literato, a partir de 1931, passou a reelaborar a sua imagem pública, em muito construída nas duas décadas anteriores, que o representava como satírico, debochado, crítico e pornográfico, para assumir um papel de homem espiritualizado, sábio, honrado, conformado com o destino que lhe cabia, aconselhador e consolador dos necessitados, pretendendo demonstrar que a doença, ao lhe provocar imensas dores no corpo, provocou-lhe uma espécie de ascese, tendo-lhe ampliado os horizontes da alma, fazendo-o enxergar valores que realmente importavam para a vida que lhe chegava ao fim. Nesse sentido, reelabora-se no presente, expondo a sua aceitação do sofrimento ao público, por meio de suas crônicas, e reelabora também o seu passado, por meio da produção de suas memórias.

Analiso ainda, nesse último capítulo, como as Memórias de Humberto podem ser lidas de maneira diferente da que os seus biógrafos vêm fazendo desde 1937. Isso porque, quando elas são compreendidas como produto do contexto em que foram elaboradas, fornecem menos sobre a história de vida do

biografado e mais sobre a imagem que o biógrafo faz de si. Imagem, essa, que busca, por meio de suas letras, expurgar, para garantir-lhe, de um lado, uma boa morte, e de outro, a imortalidade.

## CAPÍTULO I:

# A doença de Humberto:

## *a possibilidade de constituição de um objeto*

Humberto de Campos Veras nasceu em 25 de outubro de 1886, na pequena vila de Miritiba de São José do Piriá, litoral da província do Maranhão, cerca de 150 quilômetros de distância de São Luís, então, terceira mais populosa e economicamente importante cidade do Império do Brasil.

O pai, Joaquim Gomes de Farias Veras, era pequeno comerciante em Miritiba, nascido em 1857, já fora unido a outra senhora, que migrou do Ceará para o Maranhão com a família devido à seca de 1877, e com a qual tivera três filhas, de nomes Proserpina (1880), Lourença (1882) e Raymunda (1884). Essa primeira companheira, com a qual nunca formalizou casamento, veio a falecer ao dar à luz a última filha.

A mãe, Anna de Campos, conhecida como D. Annica, nascida em 1862, vinha de uma família cujo pai havia sido um conhecido professor em Miritiba, e cujo irmão havia seguido a mesma profissão, a quem Anna auxiliara durante todo o tempo de solteira. Ao casar-se com Joaquim Veras, em 23 de agosto de 1885, passou a dedicar-se aos afazeres domésticos, tornando-se dona de casa, esposa de um marido muitas vezes ausente, mãe de seus dois filhos, Humberto, nascido em 1886, e Emídia<sup>1</sup>, nascida em 1888, e madrasta

---

<sup>1</sup> Emygdia Campos Veras era o nome da irmã mais nova de Humberto, a quem o autor chamava carinhosamente pelo apelido de “Midoca”. Essa forma de se referir à irmã, entretanto, é a única que aparece em seus textos, levando a que muitos de seus biógrafos, inclusive o seu próprio filho, acreditassem ser esse o nome próprio dela. Até mesmo nas cartas supostamente psicografadas pelo médium Chico Xavier, a partir de 1935, é a forma carinhosa que aparece, e não o nome próprio (Cf. XAVIER, Francisco Cândido. “Carta a minha mãe”. In: XAVIER, Francisco Cândido. **Crônicas de além-túmulo** [pelo espírito de

da filha ilegítima de Joaquim, Proserpina, então com cinco anos, que foi levada pelo pai para morar com o casal, sendo as duas outras irmãs entregues aos cuidados de amigas de Anna.

Joaquim faleceu durante uma viagem comercial a São Luís, em 1892, aos 35 anos. A família, então, composta por D. Annica, Humberto e suas duas irmãs, após uma breve estadia em São Luís, mudou-se em fins de novembro de 1893 para Parnaíba, no Piauí, local onde residiam familiares tanto por parte da família Vêras, quanto por parte da família Campos. Anna passou a dividir moradia com algumas de suas irmãs solteiras, e trabalhou costurando para fora, a fim de arcar com as despesas de moradia e alimentação sua e das crianças.

Foi aí em Parnaíba onde Humberto começou efetivamente a ser alfabetizado, passando por alguns educandários entre 1895 e 1898, dois dirigidos por mulheres – o primeiro, dirigido por Sinhá Raposo, “tia Sinhá”; o segundo, por Dona Marocas Lima, destinado para meninas, mas que aceitava

---

Humberto de Campos]. 16 ed. Rio de Janeiro: FEB, 2010, p. 206). Consegui descobrir o nome por meio de notícia veiculada pelo jornal *Pacotilha*, anunciando a morte da mesma, ocorrida em 11 de maio de 1926, na cidade de Belém do Pará, quando tinha 38 anos (“FALLECEU em Belem a sra. Emygdia Campos”. *Pacotilha*. Ano XLVI, n.110. São Luís, edição de 12 maio 1926, p. 01). Tal notícia também acabou revelando um erro grosseiro do livro de Humberto Filho, que afirmava ter Emídia morrido quando contava apenas 9 anos de idade (CAMPOS FILHO, Humberto. **Irmão X, meu pai**. São Paulo: Lúmen Editorial, 1997, p. 40). Esse erro, por sua vez, possibilita perceber como o livro foi produzido, em boa parte, por meras transcrições sintetizadas de trechos específicos do livro *Memórias, 1886-1900*, sínteses, entretanto, que não raramente cometem esse tipo de equívoco. Veja, por exemplo, que, no original, Humberto pai afirma o seguinte, ao final do capítulo XLIV, “Heroínas obscuras”, quando transcreve a prece que D. Annica fazia os filhos rezarem toda noite: “Minha irmã pequena, *de nove anos*, repetia clara e tranquilamente essas palavras. Eu, porém, gaguejava, embrulhava a súplica, e dizia outra coisa, ou não dizia nada... Preferia à morte, com toda a sua tranquilidade, a vida, com todos os seus dissabores. E Deus, por intermédio do seu filho, nos atendeu a ambos. Minha irmã morreu./ E eu aqui estou” (CAMPOS, Humberto de. **Memórias** – primeira parte, 1886-1900. Rio de Janeiro: W. M. Jackson, 1941q (Coleção Obra Completa, vol. 17), p. 324, grifo meu). Já Humberto Filho, ao falar da mesma situação e transcrever a mesma prece, sintetiza aquele trecho do livro do pai no seguinte: “Quando completou nove anos, a irmã morreu” (CAMPOS FILHO, 1997, p. 40). Ora, Humberto pai, ao afirmar que a irmã havia falecido, não disse quando. Como foi apenas na década de 1930 que ele escreveu as suas memórias e, desta forma, também aquele capítulo, a sua fala “minha irmã morreu” se referia, portanto, a algum tempo anterior à data da escrita do texto (ou seja, anterior à década de 1930 e, conforme visto anteriormente, sabemos que o ano da morte de Emídia realmente foi 1926). Humberto Filho, por sua vez, transforma a fala do pai num evento que ocorre paralelamente aos acontecimentos narrados no capítulo, daí crer que a tia havia morrido aos nove anos – apesar de Humberto referir-se ainda à existência dela em alguns momentos mais à frente na narrativa, por exemplo, em “De novo, em Parnaíba”, presente nas *Memórias inacabadas*, de 1935, ainda que não a chame sequer por “Midoca”, mas por “minha irmã”, em oposição a “minha irmã casada”, referente a Proserpina (CAMPOS, Humberto de. **Memórias inacabadas** (obra póstuma). Rio de Janeiro: W. M. Jackson, 1941r, p. 114 *et seq* [Coleção Obra Completa, vol. 18]).

também, em número reduzido, alunos do sexo masculino –, e dois outros dirigidos por padres – o masculino Externato São José, de José Serra de Miranda, e o Colégio Saraiva, de Saraiva Leão, que recebia os dois gêneros. Não tardou, entretanto, a largar os estudos primários, especialmente por dificuldades financeiras na família, que o obrigaram a ter que começar a procurar trabalho para ajudar nas despesas familiares. Em Parnaíba, trabalhou inicialmente como aprendiz na alfaiataria do sr. Leôncio de Oliveira e, posteriormente, no estabelecimento comercial do seu tio Emídio Veras, onde era responsável pela limpeza geral do lugar. Ao ser pego em flagrante furtando dinheiro do caixa da loja comercial, perdeu o emprego e passou a ajudar a mãe na costura de meias femininas. Tornou-se, nos seus últimos anos no Piauí, aprendiz numa oficina tipográfica de uma nova gazeta chamada *O Comercial*, sob orientação de Floriano Serra.

Foi ainda em Parnaíba, no ano de 1896, que o menino Humberto, então com 9 anos de idade, plantou uma castanha de caju no quintal de casa e, com todo o cuidado para garantir o natural crescimento da pequena vida vegetal que começou a brotar dali, fez nascer um cajueiro que ele próprio nomearia de seu grande “amigo de infância”, na obra *Memórias*, de 1933, principal palco de suas brincadeiras de menino. O capítulo de sua obra em que narra a relação que estabeleceu com essa árvore, especialmente a descrição de sua emoção na despedida dela, três anos depois, quando deixou Parnaíba para ir morar em São Luís, no Maranhão, passou a ser considerada uma das passagens mais emocionantes já escritas na literatura brasileira naquele momento, persistindo ainda hoje a aclamação àquela narrativa e a admiração à vida vegetal tão plenamente significada e significativa pelos escritos de Humberto<sup>2</sup>.

---

<sup>2</sup> O cajueiro de Humberto de Campos, situado à rua Coronel José Narciso, permanece vivo ainda hoje, havendo se tornado ponto de turismo da cidade de Parnaíba e recebendo cuidados do governo municipal para a sua preservação. Em torno dele, na gestão do prefeito Mirocles de Campos Veras, primo de Humberto, no ano de 1941, foram construídos um jardim e uma praça. A área em torno do cajueiro foi tombada pelo Instituto do Patrimônio Municipal (cf. “PATRIMÔNIO Histórico de Parnaíba”. **Delta do Parnaíba**. Parnaíba, Piauí. Disponível em: [http://www.deltadoparnaiba.com.br/patri\\_historico.htm](http://www.deltadoparnaiba.com.br/patri_historico.htm). Acesso em: 13 jul. 2013; “10 FATOS Históricos e Culturais de Parnaíba”. **Proparnaíba**. Parnaíba, Piauí, set. 2009. Disponível em: <http://www.proparnaiba.com/opiagui/10-fatos-historicos-e-culturais-de-parnaiba.html>. Acesso em: 13 jul. 2013; e a recente notícia, de maio de 2013, sobre a tentativa de revitalização da área onde se encontra o cajueiro – atenção, entretanto, com os vários erros de datas presentes nela –: SANTOS, José Wilson Albuquerque. “Vereador

Em 1900, separou-se pela primeira vez da mãe e das irmãs, rumando para São Luís, sob a promessa feita por seu tio Franklin Veras de arrumar-lhe um emprego na capital. Não tendo obtido emprego logo, Humberto ficou sob o risco de ter que regressar para Parnaíba. Para evitar isso, fugiu da casa do tio e ofereceu-se como aprendiz de tipógrafo na Davi, Rabelo & Cia., inicialmente sem ordenado, sendo aceito logo após passar por teste para a vaga. Durante este tempo, morou com Artur Serejo, ex-emprego do seu tio Emídio, nos fundos de uma padaria de propriedade do irmão daquele.

Emídio Veras, após visitá-lo nessas condições, arranhou-lhe uma nova moradia e um novo emprego. Passou a morar, portanto, com uma filha de um primo de seu pai, chamada Emília Veras, casada com um português de nome José Dias, dono do estabelecimento *Casa Transmontana*, onde Humberto passaria a trabalhar realizando algumas atividades ligadas ao comércio. Dentre estas, a que mais é destacada em suas memórias e pelos seus biógrafos, era a de lavagem de garrafas<sup>3</sup>. Chegou, portanto, à *Casa Transmontana* apenas após curtas passagens pela prestigiada firma comercial J. A. Santos & Cia, nas funções de limpeza e organização, e pelo *Jornal da Manhã*, como tipógrafo, trabalhando ao lado de nomes conhecidos como Agripino Azevedo e Joaquim Franco de Sá.

Em 1901, confiante na promessa de emprego em Belém do Pará, feita pelo seu tio Antônio Doroteu Campos, “Antoninho”, doente e ressentido por ter sido acusado falsamente de novo furto na Casa Transmontana, despede-se de “seu Zé” e de Emília, voltando a Parnaíba, pretendendo passar aí pouco tempo, apenas enquanto aguardava a promessa do tio se realizar. O que era pouco tempo, entretanto, tornam-se meses e anos, indo, finalmente, para o Pará apenas em 1903. Durante a nova estadia em Parnaíba, foi readmitido na loja de Emídio Veras, reestabelecendo as relações perdidas com a família paterna desde o seu flagrante de 1899. Foi aí, inclusive, através dos livros dos primos

---

defende revitalização do Cajueiro de Humberto de Campos”. **Jornal da Parnaíba**. Maio, 2013. Disponível em: <http://jornaldaparnaiba.blogspot.com.br/2013/05/vereador-defende-revitalizacao-do.html>. Acesso em: 13 jul. 2013). Há, até mesmo, um texto psicografado pelo médium Chico Xavier, de autoria atribuída ao espírito de Humberto de Campos, em agradecimento ao parente prefeito pelo cuidado tido na preservação desse “irmão que aí deixei, enfeitado de flores e passarinhos, estuante de seiva, na carne moça da terra” (XAVIER, 2010, p. 207).

<sup>3</sup> Cf. CAMPOS, Humberto de. “Lavador de garrafas”. In: CAMPOS, 1941q, p. 467-471.

Joaquim e Canuto Veras, filhos de Emídio, que começou a ler intensamente, interessar-se pela literatura e pelas ciências, e produzir pequenos textos, de poesia e prosa, submetendo-os à folha literária dominical *O Nortista*, de propriedade de família tradicionalmente inimiga da sua, não conseguindo, portanto, que nenhuma produção sua fosse aí publicada.

Não tendo voltado a frequentar escolas para conclusão do letramento, tornou-se autodidata, utilizando das oportunidades que tinha para ler os livros de propriedade dos primos e frequentar bibliotecas. Lia, acima de tudo, os clássicos da literatura, tanto nacional, quanto estrangeira, bem como almanaques, manuais, relatos de viagem, romances de aventura, biografias edificantes etc.

Apenas em 1903, embarcou finalmente para Belém do Pará. Lá, empregou-se inicialmente na firma comercial Montenegro & Cia., depois, trabalhou como revisor na redação do jornal *Notícias* e fundou a revista *Alma Nova*, de efêmera existência. Entre 1904 e 1907, viajou pelo Ceará, pelo Piauí e pelo Maranhão em busca de melhores condições de vida e de saúde, retornando ao Pará em 1908, quando aceitou uma proposta de ser administrador de seringais em Mapuá, nos limites entre o Pará e o Amazonas, ficando aí por cerca de um ano e meio até que a febre palustre contraída o fez retornar a Belém.

Na capital, tornou-se redator do jornal de oposição *Folha do Norte*, dando início à sua carreira de redator jornalístico, escrevendo, principalmente, sobre a situação em que se encontravam os seringueiros com os quais lidara em Mapuá. Neste período, passou também a escrever mais intensamente seus poemas, em muitos dos quais a experiência amazonense aparecia como pano de fundo.

Em 1909, ainda em Belém, foi contratado pelo prefeito Antônio Lemos, como redator do seu jornal, *Província do Pará*, e como secretário da prefeitura. Em 1911 lançou o seu primeiro livro de poesias, *Poeira...* Dois anos depois, um golpe da oposição retirou Antônio Lemos do executivo municipal, empastelou a redação do seu jornal e passou a perseguir todos os apoiadores do prefeito, dentre eles, Humberto de Campos, que fugiu para o Rio de Janeiro como forma de se proteger.

Foi na passagem por Belém que conheceu aquela que seria sua futura esposa, D. Catharina Vergolino, conhecida por D. Paqueta, durante baile comemorativo da Proclamação da República. Tendo permanecido em Belém após a fuga de Humberto, D. Paqueta casou-se com ele por procuração, um ano depois de sua fuga, em 1913, e mudou-se logo em seguida para o Rio de Janeiro para morar com o esposo. Desse casamento, que persistiu até o fim dos dias de Humberto, nasceram três filhos, na sequência: Maria de Lourdes, em 12 de julho de 1915; Henrique de Campos, em 19 de março de 1917; e Humberto de Campos Filho, em 25 de agosto de 1923.

No Rio de Janeiro, Humberto de Campos passou a trabalhar em alguns jornais, como a *Gazeta de Notícias* e *O Imparcial*, nas redações dos quais passou a manter contato e associar-se com vários autores já conhecidos e consagrados na capital federal, entre poetas e romancistas, como Olavo Bilac, José Maria Goulart de Andrade, Luís Murat, Anníbal Teóphilo, Ruy Barbosa, Emílio de Menezes, Júlia Lopes de Almeida, bem como alguns maranhenses, como Graça Aranha e Henrique Coelho Netto. Coelho Netto, inclusive, grande ídolo de Humberto desde a sua iniciação literária, construiria uma forte amizade com o miritibense<sup>4</sup>, ao ponto de ter sido indicado como padrinho do seu casamento e do seu segundo filho, que foi batizado com o mesmo prenome do autor de *A Conquista*.

Conquistou também a inimizade de várias personalidades, como Luís Guimarães Filho e Osório Duque-Estrada. A mais famosa de suas inimizades, entretanto, e que merece aqui que se delongue um pouco mais em sua análise, foi a que construiu com o membro da Academia Brasileira de Letras, Paulo Barreto, o “João do Rio”, que era, então, o principal cronista do Rio de Janeiro na década de 1910. Essa rivalidade se expressava publicamente, por meio de

---

<sup>4</sup> Sobre o gentílico correto para se referir a quem nascia em Miritiba, parece ter havido duas formas, *miritibense* e *miritibano*, pois encontro ambas nos jornais maranhenses anteriores à modificação do nome daquela cidade para a atual denominação – Humberto de Campos –, em 1934 (Cf., por exemplo, o uso de “miritibense” em “PELA MIRITIBA – O Natal”. **Pacotilha**. Ano XLVII, n. 27. São Luís, edição de 02 fev. 1927, p. 04 e “REVISTA Miritibense”. **Pacotilha**. Ano XLVIII, n. 160. São Luís, edição de 13 set. 1929, p. 02; por sua vez, o uso de “miritibano” em “INSTRUÇÃO primária”. **Pacotilha**. Ano XL, n. 159. São Luís, edição de 8 jul. 1920, p. 04; e “PUBLICAÇÕES”. **Pacotilha**. Ano LXIII, n. 1.197. São Luís, edição de 21 ago. 1938, p. 04). O próprio Humberto, por sua vez, demonstra preferência pelo segundo adjetivo, intitulando um dos capítulos do seu livro de memórias de “Figuras miritibanas” (CAMPOS, 1941q, p. 59-65).

ataques diretos e trocas de apelidos debochados na imprensa carioca – Barreto se referia a Humberto pelo epíteto de “Gralha miritibana”, devido ao falatório exagerado do poeta, e era por este chamado de “Pelle Molle”, um deboche tanto com o nome da coluna “Pall-Mall Rio”, que o primeiro mantinha no jornal *O Paiz*, quanto com a “nada delgada fisionomia do carioca”<sup>5</sup>.

Essa coluna, inclusive, foi também um dos principais alvos de sátira de Humberto. Publicada entre 25 de setembro de 1915 e 4 de janeiro de 1917, assinada por um pseudônimo de Paulo Barreto, “José Antônio José”, ela visava exaltar certas figuras de destaque na sociedade carioca, uma maneira de o próprio João do Rio aproximar-se, portanto, das mesmas, sendo convidado para eventos sociais promovidos pela alta classe. Humberto, por sua vez, fundou no jornal *O Imparcial* uma coluna debochada que visava justamente ridicularizar o texto mais recente publicado no *Pall-Mall Rio*. Humberto, assim, fundou a seção “À maneira de... ‘Pelle Molle’”, assinando com o pseudônimo “João Francisco João”. O apelo popular da coluna e o temor que alguns passaram a ter em aparecerem no texto de João do Rio – pois, com certeza, seriam alvos logo em seguida da pena ferina de Humberto, fez com que Paulo Barreto começasse a perder espaço entre a classe alta carioca. Abalado e deprimido, retirou-se do Rio de Janeiro, indo morar durante um tempo em Poços de Caldas, Minas Gerais.

A rivalidade era tão presente que deu origem a vários boatos na época: dizia-se que João do Rio ficara tão abatido pela situação que a sua própria mãe teria ido à redação de *O Imparcial* implorar para que Humberto encerrasse a publicação da sua coluna; outros começaram a dizer que a rivalidade era mais antiga do que se pensava, afirmando que a campanha difamatória empreendida contra Paulo Barreto, em virtude de sua homossexualidade e de seus modos extravagantes, em 1910, quando concorria a uma vaga na ABL, havia já sido empreendida por Humberto de Campos – mesmo que este, nesse momento, morasse ainda na distante Belém do Pará; outros afirmaram que João do Rio teria dito publicamente que, em caso de o nome de Humberto sair vitorioso para ocupar a cadeira de Emílio de Menezes na ABL, o autor de A

---

<sup>5</sup> ARAÚJO, Gilberto. “Humberto de Campos: um proletário da pena”. In: ARAÚJO, Gilberto (org.). **Humberto de Campos**. São Paulo: Global, 2009, p. 07-17 (Coleção Melhores Crônicas, dir. Edla Van Steen).

*alma encantadora das ruas* jamais voltaria a entrar naquela instituição enquanto vivesse – e, efetivamente, só retornou ao *Petit Trianon* em seu funeral, depois de sofrer um infarto agudo dentro de um táxi, em junho de 1921<sup>6</sup>.

Não se sabe exatamente nem quando, nem como, um se tornou inimigo pessoal do outro, nem quem teria iniciado a contenda. Os biógrafos de Humberto, por exemplo, apenas ou dão a entender que Paulo Barreto teria iniciado tudo, ao criar o apelido pelo qual se referia ao maranhense, ou simplesmente se calam sobre o assunto – talvez uma maneira de tentar ocultar que, em verdade, reconhecem Humberto como o grande responsável pela briga. Já os biógrafos de Paulo Barreto, por sua vez, são mais passionais para com o seu personagem, não conseguindo escapar da paixão pelo autor e, conseqüentemente, analisar o papel de Humberto da pior maneira possível, ainda quando falta documentação para afirmar certas acusações que fazem contra o maranhense. Assim, enquanto alguns falam que Humberto criara a rixa por ressentimento, por Paulo Barreto, quando estivera na direção do jornal *Gazeta de Notícias*, ter rejeitado diversas colaborações enviadas pelo maranhense, por este ser “reconhecidamente pérfido e oportunista”; outros simplesmente acusam Humberto de racismo e homofobia, e que Paulo Barreto teria sido o principal alvo do escritor por, sendo mulato e homossexual, ser alguém de destaque no cenário carioca que ele poderia derrubar por meio da humilhação. Acusam, por exemplo, Humberto de, durante todo o último semestre de 1916, quando a contenda se acirrara pela disputa entre o *Pall-Mall Rio* e o *À maneira de... Pelle-Molle*, ter destilado “todo o seu racismo, sua homofobia, seu ressentimento da origem humilde e outros preconceitos” contra Paulo Barreto numa coluna repleta de “grosserias e infantilismos”<sup>7</sup>.

O próprio Humberto, em momento nenhum de sua obra, deixou claro de onde havia nascido a rixa com João do Rio, fornecendo apenas indícios em

---

<sup>6</sup> Cf. MACHADO, Sandra. “João do Rio: o cronista da belle époque carioca”. **Multirio**. Rio de Janeiro, maio, 2013. Disponível em: [http://www.multirio.rj.gov.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=839&Itemid=117](http://www.multirio.rj.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=839&Itemid=117). Acesso em: 10 jan. 2014; RODRIGUES, João Carlos. **João do Rio**. Vida, paixão e obra. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010; SOUSA, Patrícia de Castro. **João do Rio**: o repórter com alma de flâneur conduz a crônica-reportagem na Belle Époque tropical. Dissertação de mestrado. Santa Maria, RS: Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal de Santa Maria, 2009, 100p.

<sup>7</sup> Cf. RODRIGUES, 2010, p. 212.

textos variados, onde apontava a superficialidade do conhecimento do rival e o mau uso do lugar de “homem de letras” que ele ocupava, condenando as suas extravagâncias literárias pautadas no uso de estrangeirismos como maneira de tentar copiar o talento dos outros na ausência do seu próprio<sup>8</sup>. Humberto, ainda, talvez tenha eleito João do Rio como seu principal alvo por estar tentando se firmar num espaço física e literariamente novo para ele, o das crônicas no Rio de Janeiro, e que, por sua vez, já possuía um rei cultuado, que era Paulo Barreto. O estilo combativo que o poeta havia criado para os seus escritos no Pará, modo de sublimar o “potro selvagem” que existia nele na adolescência, talvez tenha se adequado no Rio de Janeiro no intuito de destronar João do Rio da posição de “maior cronista brasileiro”, demonstrando o quão despreparado intelectual e literariamente era aquele a quem a crítica e a alta sociedade carioca cultuavam. Com o rei deposto, portanto, o trono ficaria disponível para ser ocupado pelos revoltosos.

Apesar de não deixar explícitos os motivos que o levaram a tal contenda, Humberto admitiu, por outro lado, com uma certa dose de arrependimento, que o grande motor da rixa perdurar havia sido ele, quando, em crônica publicada no último ano de sua vida, afirmou terem sido ele e Barreto “adversários irreconciliáveis, mais por culpa minha do que dele”<sup>9</sup>.

O campo da produção jornalística de Humberto, de fato, ampliou-se muito no final da década de 1910, paralelamente às suas investidas contra Barreto. Registra-se que nesse momento ele chegou a manter colunas diárias ou quinzenais em jornais de diversos estados brasileiros, como *A Tarde*, da Bahia; *Diário de notícias*, do Rio Grande do Sul; *Jornal do Recife*, de Pernambuco; *São Paulo-Jornal*, *Correio Paulistano* e *A Gazeta*, de São Paulo; e *O Jornal*, *Gazeta de notícias*, *O Imparcial* e *Correio da manhã*, do Rio de Janeiro; além de escrever para as revistas *O Cruzeiro* e *Dom Quixote*.

Depois de uma certa quantidade de escritos produzidos para tais jornais e revistas, começou a reunir esse material e publicá-lo no formato de

---

<sup>8</sup> Confira, por exemplo, alguns textos produzidos entre 1916 e 1917, como as crônicas “O sabiá e o xexéo”, “O rouxinol e os ventríloquos” e “O bode russo”, reunidos no livro *Da seara de Booz* (1918), bem como dois registros no *Diário Secreto* referentes a João do Rio, retratando-o como superficial e imbecil (CAMPOS, 1954a, p. 21 e p. 58-59).

<sup>9</sup> CAMPOS Humberto de. “O aniversário de Coelho Netto”. *Diário Carioca*. Ano VII, n. 1.704. Rio de Janeiro, edição de 21 fev. 1934, p. 06.

livros, fazendo assim nascerem coletâneas de suas crônicas jornalísticas, como as obras *Da seara de Booz*, de 1918, e *Mealheiro de Agripa*, de 1921, e de seus escritos galantes, os quais assinava por diversos pseudônimos, dentre os quais, o mais conhecido era o de Conselheiro X.X.<sup>10</sup> (surgindo, dentre outros, as obras *Vale de Josaphat*, de 1919; *Tonel de Diógenes*, de 1920; *A Serpente de Bronze*, de 1921; *Gansos do Capitólio*, de 1922; *A Bacia de Pilatos*, de 1923; *A funda de Davi*, de 1924; *Grãos de mostarda e Pombos de Maomé*, ambos de 1925). Foi com esses escritos galantes, considerados por muitos como licenciosos e imorais, que Humberto de Campos começou a popularizar-se diante do grande público carioca, sendo lido e apreciado por muitos, e odiado e achincalhado por outros tantos.

Em 1919, então com apenas 33 anos, em consagração à sua obra poética, reunida em dois volumes de *Poeira...*, o primeiro de 1911 e o segundo

---

<sup>10</sup> O Conselheiro X.X. nasceu no jornal *O Imparcial*, de forma anônima, em 1917. Assinando os seus textos sempre com apenas um “X.X.”, apresentava-se como sendo um senhor idoso de 71 anos, paulista, calvo e barbudo, que tecia comentários que beiravam o humor acerca de alguns dos novos costumes sociais ligados à modernidade urbana, acabando por se tornar e consolidar como um autor galante, especialmente depois do início da publicação da revista *A Maçã*, em 1922. Não demorou, entretanto, para que se passasse a afirmar que o Conselheiro era o próprio Humberto de Campos, o que ambos, e o próprio jornal, tratavam de negar, afirmando, por outro lado, que o primeiro era tio e padrinho do segundo, inclusive publicando uma foto que supostamente seria do conselheiro (essa foto continuou sendo publicada mesmo depois que Humberto admitiu ser o Conselheiro, como podemos conferir em “O LIVRO do dia”. **O Imparcial**. Ano X, n. 1.445. Rio de Janeiro, edição de 10 dez. 1921, p. 04). Tal afirmação, entretanto, não parece ter convencido muito, pois a própria imprensa constantemente fazia referências a um deles associando-o ao nome do outro. O próprio *O Imparcial* anunciou uma obra do Conselheiro X.X. como sendo de autoria de Humberto de Campos, já em 1920, quando de sua posse na Academia Brasileira de Letras (Cf. “A POSSE do sr. Humberto de Campos”. **O Imparcial**. Ano X, n. 1.478. Rio de Janeiro, edição de 7 maio 1920, p. 01), apesar de o maranhense continuar afirmando não ser o autor por trás dos escritos do Conselheiro (Cf. “NOTAS sociaes”. **O Imparcial**. Ano X, n. 1.587. Rio de Janeiro, edição de 26 ago. 1920, p. 06), o que acabou, entretanto, reconhecendo ainda em 1920. Por outro lado, não há em toda a produção de Humberto de Campos explicação sobre a origem desse nome, restando apenas aos biógrafos cogitarem possibilidades, como faz, por exemplo, Gilberto Araújo, que cogita ser o “X.X.” referente ao século XX, tendo-se em vista que boa parte dos textos do Conselheiro diziam respeito a comentários sobre a modernidade urbana que tomava conta do Rio de Janeiro. Talvez, entretanto, com sua forma peculiar e debochada de humor, Humberto tenha assim nomeado o seu personagem para que a leitura do seu nome provocasse cacofonia embaraçosa ao leitor, em muito lembrando a palavra “xixi” (nesse sentido, veja Humberto sendo descrito na imprensa como alguém que “gosta de fazer pilhéria de tudo”, em “POLÍTICA pitoresca – aspectos da Câmara”. **Diário Carioca**. Ano II, n. 394. Rio de Janeiro, edição de 3 nov. 1929, p. 06; confira ainda as apologias que o cronista fez ao uso do chiste, do bom humor e da pilhéria elegante em CAMPOS Humberto de. “Registro social”. **O Pharol**. Ano LVII, n. 151. Juiz de Fora, edição de 4 nov. 1922, p. 02; e Idem. “Definição do humorismo”. **Diário Carioca**. Ano VI, n. 1.618. Rio de Janeiro, edição de 11 nov. 1934, p. 06; Idem. “Elogio do bom humor”. In: CAMPOS, Humberto de. **Lagartas e libélulas** (crônicas). Rio de Janeiro: W. M. Jackson, 1941e, p. 223-228 [Coleção Obra Completa, vol. 05]).

de 1917, foi eleito para ocupar a cadeira n. 20 da Academia Brasileira de Letras, substituindo Emílio de Menezes, sendo, portanto, um dos mais jovens membros a tomar assento na instituição literária.

Em 1922, aproveitando-se do sucesso de seus escritos galantes como Conselheiro XX, publicados em *O Imparcial*, fundou a revista *A Maçã*, que manteve a sua grande popularidade diante do público leitor, mas acirrou ainda mais as críticas que sofria dos grupos intelectuais conservadores, que questionavam inclusive a legitimidade de alguém que escrevia tal tipo de “licenciosidade” continuar ocupando uma cadeira na Academia Brasileira de Letras. Ganhou diversos desafetos por conta disso, como o carioca e imortal Carlos de Laet, antigo entusiasta de seus poemas, Elói Pontes, Jackson de Figueiredo e o jornal oficial *A União*, da comunidade católica carioca, que acusavam a revista de ser um “semanário pornográfico”<sup>11</sup>, “acervo das mais revoltantes e baixas immoralidades escriptas e ilustradas”<sup>12</sup>, o Conselheiro X.X. de ser um “velho proxeneta literário, rufião das muzas”, e Humberto de Campos, um homem “bastante vicioso” que faz “da pornografia literária a ocupação diuturna do seu espírito”<sup>13</sup>.

A imoralidade literária não é somente um atentado contra os bons costumes e o bom nome de uma sociedade, é ainda uma couza que passou de moda desde o tempo em que a consciência pública começou a repelir as torpezas da escola naturalista.

Membro da Academia de Letras, poeta e jornalista insigne, o sr. Humberto de Campos, embora sob um pseudônimo, que já não é segredo para ninguém, cultiva a literatura malsã, ou, para dizer a couza como ela é, a explora batendo moeda com esses produtos que são como outros tantos germens morbigenos espalhados pelo paiz em fora. (sic)

Não contente com suas historietas de que faz livros, o escritor maranhense acaba de iniciar no Rio a publicação de uma revista “A Maçã”, destinada a dar expansão ao seu erotismo mórbido e ao mesmo tempo a encher os bolsos com o dinheiro de origem muito mais vergonhosa do que o oriundo do imposto sobre as cloacas de Vespaziano.<sup>14</sup>

<sup>11</sup> “UMA MEDIDA moralisadora – A polícia apprehende alguns números de uma revista pernicioso”. **Gazeta de notícias**. Ano XLVII, n. 45. Rio de Janeiro, edição de 22 fev. 1922, p. 02.

<sup>12</sup> “A MAÇÃ”. **A União**. Ano XIII, n. 36. Rio de Janeiro, edição de 23 fev. 1922, p. 02.

<sup>13</sup> “CRÔNICA religiosa”. **O Jornal**. Ano VIII, n. 3.136. Rio de Janeiro, edição de 10 mar. 1922, p. 03.

<sup>14</sup> *Ibid.*, p. 03.

A perseguição à revista atingiu seu ponto mais tenso quando, no ato do lançamento da segunda edição, “ainda mais immoral” que a primeira, a polícia foi acionada e, numa “medida moralizadora”, como o denominou a *Gazeta de notícias*, confiscou todos os exemplares que se encontravam à venda e convocou Humberto de Campos para dar explicações ao Chefe de Polícia para provar seus “honestos propósitos”<sup>15</sup>.

Com o grande público, entretanto, a popularidade de Humberto só fazia aumentar cada vez mais. Soou, portanto, interessante a alguns chefes políticos de sua terra natal levá-lo à vida parlamentar, lançando a sua candidatura, elegendo-o deputado federal, pelo Maranhão, em 1927, pelo Partido Republicano, liderado por José Maria Magalhães de Almeida, apoiador da política do café-com-leite que vigorava em âmbito federal. Foi reeleito pelo mesmo grupo três anos depois, entretanto, o golpe político de outubro de 30, cassou-lhe o mandato eletivo, ficando ele restrito a trabalhos em diversos jornais cariocas e de outros estados. Apesar de adversário político de Vargas, foi nomeado por este, que era, por sua vez, admirador de seus textos, em alguns cargos remunerados, a fim de sanar a pobreza em que havia sido jogado após a cassação. Foi assim que conseguiu, por exemplo, tornar-se inspetor federal de ensino e diretor da Casa Ruy Barbosa.

Em 1934, padecendo fisicamente, mas gozando do auge de sua popularidade – especialmente em decorrência da publicação daquela que foi considerada a sua obra-prima, *Memórias, 1886-1900* (1933) –, seu nome foi sufragado tanto pelo seu estado natal, pelo antigo Partido Republicano, então, reestruturado sob a sigla de Partido Social Democrático (PSD), quanto no Rio de Janeiro, por uma chapa de médicos que quis homenageá-lo incluindo o seu nome nela. Obteve vitória eleitoral pela chapa maranhense, mas não chegou a assumir o cargo, em virtude de seu falecimento, que ocorreu dois meses depois do pleito.

Sua morte se deu numa mesa de cirurgia, na manhã do dia 5 de dezembro de 1934, momento no qual ele se submetia à intervenção com o

---

<sup>15</sup> “UMA MEDIDA moralizadora – A polícia apprehende alguns números de uma revista perniciososa”. *Gazeta de notícias*. Ano XLVII, n. 45. Rio de Janeiro, edição de 22 fev. 1922, p. 02; “A MAÇÃ”. *A União*. Ano XIII, n. 17. Rio de Janeiro, edição de 26 fev. 1922, p. 01; “A CRISE da moral”. *A União*. Ano XIII, n. 26. Rio de Janeiro, edição de 30 mar. 1922, p. 01.

intuito de reduzir-lhe as dores provenientes do recrudescimento da doença degenerativa que assolava o seu corpo há anos. Tal doença, a hipertrofia da hipófise, começou a manifestar-se em meados da década de 1920, sendo, entretanto, apenas diagnosticada no ano de 1928. O literato e imortal da Academia Brasileira de Letras viveu os sete anos seguintes sendo constantemente marcado pelos sofrimentos oriundos dessa patologia, que lhe provocava, dentre outras coisas, inchaço de várias localidades do corpo (mãos, pés, cabeça, lábios) e pressão interna sobre os órgãos, afetando, especialmente, os nervos oculares, a bexiga e a próstata. Em virtude disso, precisou se submeter a algumas intervenções cirúrgicas, a fim de aliviar tão sintomas: a primeira, em 25 de agosto de 1931, para descomprimir o nervo óptico, o que o estava deixando cego; a segunda, em 22 de março de 1934, para extração de duas pedras que se acumulavam em sua bexiga, momento, no qual, foi colocada uma sonda ligada ao colo da mesma para possibilitar a micção; a terceira e última, em 5 de dezembro de 1934, para nova extração de pedras e retirada da sonda que havia sido posta na cirurgia anterior.

Faleceu, portanto, no final de 1934, deixando esposa, mãe e três filhos. Faleceu quase dois anos depois de ter recebido o reconhecimento literário por conta de sua obra *Memórias, 1886-1900*, na qual relatou o seu percurso pessoal, de menino pobre nascido em Miritiba até a sua saída de Parnaíba, ainda adolescente. A continuação dessa obra restou incompleta, mas os capítulos que já estavam prontos foram reunidos e publicados em edição póstuma, no ano seguinte à sua morte, recebendo o título de *Memórias inacabadas*.

Os seus biógrafos são unânimes ao afirmar que foi no período em que esteve doente que Humberto modificou o seu estilo de escrita, abandonando uma forma mais clássica, mais rebuscada, característica de suas poesias e de suas primeiras crônicas jornalísticas, e uma forma mais zombeteira, satírica, irônica, característica dos escritos que publicava sob o pseudônimo de Conselheiro XX, para adotar um estilo mais simples, direto, sem formalismos ou rebuscamento linguístico que dificultasse a leitura pelo grande público, produzindo textos intimistas, confessionais, consoladores.

Essa modificação do estilo nos seus últimos anos de vida, portanto,

parece ter sido reflexo da própria modificação de certos valores e certas maneiras de ler o mundo e a si mesmo, dando-se paralelamente ao desenvolvimento da doença e parece ter ocorrido justamente em função dela.

O problema aqui lançado, portanto, versa sobre esse papel que a doença exerceu na alteração do olhar de Humberto sobre as coisas do mundo, dentre elas, ele próprio, propondo-se perceber como, a partir das manifestações do corpo, o indivíduo foi levado a reelaborar os seus esquemas mentais de interpretação e seu próprio agir no mundo informado por eles. O corpo, portanto, e a doença que o aflige enquanto os elementos que desencadeiam uma nova racionalização e produção de significados orientadores do sujeito. O corpo e a doença, desta maneira, destituídos de seus significados meramente fisiológicos e biológicos, mas tomados enquanto produções culturais e, assim, passíveis de se constituírem como elementos de estudo do historiador.

Esse problema, entretanto, nem sempre foi possível de ser pensado. A doença como elemento possível de estudo do historiador é algo recente e ainda parece soar estranho para muitos. Quiçá as impressões subjetivas de um indivíduo sobre a sua própria doença. Essa história, portanto, precisa ser historicizada.

## **1. A constituição de um campo de pesquisa**

A doença como elemento de estudo da historiografia – eis o elemento sobre o qual me proponho debruçar no presente texto acadêmico. Entretanto, salta-me aos olhos um problema teórico: como analisar a doença como objeto legítimo de estudo para o historiador?

Se busco localizar na historiografia algo como um registro de nascimento para a temática história das doenças, ou mais propriamente dizendo, um evento a partir do qual a doença passou a ser tomada como objeto legítimo de estudo pelos historiadores, localizo tal registro na coletânea apresentada por Jacques Le Goff intitulada *Les Maladies ont une Histoire*<sup>16</sup>. Entretanto, devo considerar como anterior a tal obra o texto elaborado por

---

<sup>16</sup> LE GOFF, Jacques (org.). **As doenças têm história**. Lisboa: Terramar, 1985.

Jean-Pierre Peter e Jacques Revel, intitulado *O corpo: o homem doente e sua história*, presente no manifesto da Terceira Geração dos Annales organizado por Le Goff e Pierre Nora, da década de 1970<sup>17</sup>.

Isto não quer dizer que anteriormente a esses textos não se fizesse uma história das doenças. Da tuberculose do século XIX à lepra da Antiguidade, passando pelo cólera da Idade Moderna e pela peste negra do século XIV, já havia narrativas sobre tais doenças, em geral, produzidas por médicos que as utilizavam para contar uma história de acepção metódica que privilegiava a ação de cientistas envolvidos na missão de desenvolver a ciência médica na busca pela cura daqueles flagelos das sociedades. Assim, se por um lado as doenças apareciam tão somente como elementos a serem combatidos pela produção do conhecimento científico, os sujeitos históricos dessas narrativas eram apenas os médicos que lutavam, de maneira “abnegada”, contra tais patologias. A produção do conhecimento médico, por sua vez, era tomada enquanto acúmulo de informações obtidas com o tempo, de maneira continuísta, das informações menos elaboradas até a estruturação de conhecimentos mais bem organizados.

Com o advento da Terceira Geração dos Annales destacou-se a produção de uma nova maneira de ver e dizer a doença por elegê-la como preocupação legítima do historiador, a partir de olhares distintos dos que até então incidiam sobre ela. O olhar lançado pelos historiadores da década de 1960 a temáticas então marginais no campo historiográfico – notadamente, temáticas culturais, devido talvez ao momento de efervescência cultural que ocorria naquela década –, associado à ampliação da noção de documento histórico, necessária àquelas novas temáticas, trouxe uma ampla gama de possibilidades de investigação para o campo da história<sup>18</sup>.

A abordagem que alguns autores da Terceira Geração dos Annales deram às doenças focou-se no sentido de investigar as doenças não da maneira técnica, epistemológica ou conceitual como vinha ocorrendo com as

---

<sup>17</sup> REVEL, Jacques et PETER, Jean-Pierre. "O corpo - o homem doente e sua história". In: LE GOFF, Jacques et NORA, Pierre. **História: novos objetos** [trad. Terezinha Marinheiro]. 4 ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1995, p. 141-159. No Brasil, foi publicado como a trilogia *História: novos problemas, História: novos objetos e História: novas abordagens*, em 1976.

<sup>18</sup> Cf. BURKE, Peter. **A Escola dos Annales, 1929-1989**. A revolução francesa da historiografia [trad. Nilo Odalia]. 4 ed. São Paulo: UNESP, 1997.

narrativas produzidas até então, que se preocupavam em mostrar, acima de tudo, o desenvolvimento técnico da medicina científica no tratamento e na cura dos elementos nosológicos, abordando tal história como uma evolução linear e progressista na produção, acumulação e consolidação do conhecimento médico, partindo das formas mais primitivas de tratamento e chegando às formas científicas.

Antes mesmo do advento dessa temática no campo historiográfico, inseria-se como tema de estudo em outros campos da ciência a temática do corpo quando atingido por uma doença, especificamente em um momento de contestação do olhar repressor lançado àquele pelos discursos modernizantes. Deslocava-se, desta maneira, esse olhar, valorizando o corpo como elemento a ser estudado não só pela medicina, mas também pela filosofia, construindo uma história das maneiras como esse corpo era vigiado, adestrado, docilizado, submetido pela modernidade.

Posso citar, dentre outros, os trabalhos de Georges Canguilhem, com *O Normal e o Patológico*, originalmente escrito em 1943, em que o autor investiga a produção do conceito de normalidade fisiológica em contraposição ao conceito de patologia médica, verificando, desta maneira, como o elemento patológico não se dava como mera alteração quantitativa das funções fisiológicas, mas que abarcava também alteração qualitativa de tais funções, levando a outras relações no organismo; para além da obra clássica de Canguilhem, há ainda as seleções de artigos escritos por ele, publicadas aqui no Brasil nas obras *Escritos sobre medicina* (2005) e *Estudos de história e de filosofia das ciências* (2012).

Em outro momento, tivemos Michel Foucault, com, dentre outras obras, *O Nascimento da Clínica*, em que o autor realiza uma arqueologia do olhar médico, examinando a ruptura provocada na medicina quando esta deixou de ser meramente classificatória das manifestações externas das doenças e adotou novos métodos de investigação destas, fazendo os médicos buscarem a espacialização do *morbus* nos tecidos humanos por meio das dissecações. Nessa obra, o autor ainda estabelece a diferença entre a doença vista pela medicina classificatória do século XVIII, enquanto um evento inteligível a cuja essência o médico não teria acesso, tendo que classificá-la pelo mero olhar

lançado às suas manifestações sensíveis – os sintomas –, e pela anátomo-clínica do século XIX, a medicina científica moderna, que passou a tratar a doença enquanto a própria manifestação sintomática, não havendo, portanto, distinção radical entre doença e sintomas – estes, ao invés de serem as manifestações visíveis daquela, eram os elementos que, observados, catalogados, classificados e reunidos, nomeavam a doença, cuja essência se tornava alcançável pela inserção dos médicos no volume corporal dos doentes. O olhar de superfície, portanto, da medicina classificatória, tornou-se o olhar de profundidade da anátomo-clínica científica.

Estes estudos no campo da filosofia, aos quais retornarei mais à frente neste texto, propiciaram que se pensasse a doença de maneira distinta daquela até então em voga nos estudos científicos, que versava, acima de tudo, pelo desenvolvimento da técnica de combate às doenças e pelas biografias de “grandes médicos”. Essa nova leitura do corpo e das doenças não passou despercebida pela historiografia.

Quando analiso o texto de Jean-Pierre Peter e Jacques Revel, assim também como a coletânea apresentada por Jacques Le Goff, vejo como lá a história das doenças pretendia ser contada não enquanto uma narrativa exaltando o progresso técnico do conhecimento médico-científico, mas como uma história das percepções de uma sociedade quanto a corpos atingidos pela doença, ou seja, a preocupação consistia em investigar como sujeitos de uma determinada sociedade se articulavam na presença de um coletivo de corpos doentes. Tais leituras, em muito influenciadas por uma abordagem social de história, enfatizando as tensões provocadas em uma sociedade quando da eclosão de algumas epidemias em seu espaço físico – abordagem, esta, que ficará mais clara quando tal tendência iniciar seus passos na historiografia brasileira –, apresentam também uma certa influência daqueles estudos desenvolvidos na filosofia, questionando o próprio estatuto da doença enquanto um fato, mas enunciando-a como uma construção sócio-cultural, uma invenção científica.

No texto de Peter e Revel encontro forte influência da história social sobre o pensamento dos autores na produção de uma história das doenças. A pretensão consistia justamente em analisar a doença enquanto “um elemento

de desorganização e de reorganização social”. Dizem os autores que a doença “torna freqüentemente mais visíveis as articulações essenciais do grupo, as linhas de força e as tensões que o traspassam”, podendo ser o acontecimento mórbido o “lugar privilegiado de onde melhor observar a significação real de mecanismos administrativos ou de práticas religiosas, as relações entre os poderes, ou a imagem que uma sociedade tem de si mesma”<sup>19</sup>.

Vejo, assim, como pretenderam expor não a doença enquanto fato biológico, mas enquanto evento promotor de reelaboração das articulações de um grupo social para com os outros grupos, algo que traria à tona os olhares de uma sociedade sobre si própria e faria com que as relações estabelecidas fossem fortalecidas – em nome da solidariedade – ou enfraquecidas – em nome do medo da peste<sup>20</sup>. Desta maneira, a doença aparece não enquanto o objeto em si da investigação historiográfica, mas enquanto *meio* para se investigarem as relações estabelecidas entre os grupos sociais.

Também na obra organizada por Le Goff, que contou com a colaboração de estudiosos tanto da área da história – tais como Claude Mossé, Jean Bottéro, Robert Delort e Pierre Darmon –, quanto da área médica – como Jean-Charles Sournia, Anne-Marie Moulin e Marie-José Imbault-Huart – prevalece a influência da mesma abordagem usada por Peter e Revel, de ver a doença enquanto reelaboração de articulações internas que os sujeitos de uma sociedade estabelecem entre si como imagens que lhes possibilitem ler o mundo. Desta maneira, opondo-se aos antigos estudos factuais, continuístas e progressistas da história da medicina, Le Goff informa-nos que “a doença pertence não só à história superficial dos progressos científicos e tecnológicos”, mas também “à história profunda dos saberes e das práticas ligadas às estruturas sociais, às instituições, às representações, às mentalidades”<sup>21</sup>.

Na mesma obra, vejo ainda a influência da abordagem arqueológica, trazida da filosofia, pelo menos sobre um dos autores que ali deixou a sua contribuição, Jean-Charles Sournia, um médico, e que, da maneira como estão

---

<sup>19</sup> REVEL et PETER, 1995, p. 144.

<sup>20</sup> Cf. DELUMEAU, Jean. **História do medo no Ocidente: 1300-1800, uma cidade sitiada** [trad. Maria Lucia Machado]. 5 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

<sup>21</sup> LE GOFF, Jacques. "Uma história dramática". In: LE GOFF (org), 1995, p. 08.

dispostos os textos na coletânea, sendo o de Sournia o último a constar, entendo que a organização pretendeu deixar como último conhecimento na mente do leitor, para que ficasse martelando em sua consciência, o olhar sobre a doença que enunciava que

A doença não tem existência em si, é uma entidade abstracta à qual o homem dá um nome. A partir das indisposições sentidas por uma pessoa, os médicos criam uma noção intelectual que agrupa os sintomas de que sofre o 'doente', os sinais que um observador pode constatar, as lesões anatômicas, por vezes, uma causa ou um germe causal, e a este conjunto aplicamos uma etiqueta chamada diagnóstico, do qual decorre um tratamento destinado a agir sobre os sintomas e, se possível, sobre a causa.<sup>22</sup>

A doença, portanto, não é vista enquanto essência, mas enquanto nomeação, produção discursiva humana para classificar uma realidade material até então incognoscível, um evento biológico; a doença vista enquanto a reunião de determinados sintomas que, apresentados repetidamente e em diversos corpos em conjunto, ganham uma nomeação, levam um "rótulo", criam um conceito, adquirem existência. Conforme visto anteriormente, essa é a posição que Foucault adota em *O Nascimento da Clínica* quando analisa o advento do olhar da anátomo-clínica sobre as doenças. O ver, que antes sucedia o dizer a doença, inverte-se: na medicina científica inventa-se o enunciado que estabelece que o dizer a doença só é possível quando se vê a doença enquanto espacialização corporal. A doença, desta maneira, deixa o mundo da nosografia, mundo inteligível das formas perfeitas, deixa de ser uma essência e torna-se uma invenção discursiva, uma nomeação humana.

Posso considerar, portanto, ao menos duas tendências na historiografia das doenças, oriundas desses posicionamentos: a primeira, tratando a doença enquanto evento biológico sim, mas transformadora de relações sociais, provocadora de rupturas em certas articulações com que a sociedade se regia, abordagem na qual se inserem vários estudos produzidos no Brasil no final da década de 1980 e início da década de 90<sup>23</sup>; a segunda, analisando a doença

---

<sup>22</sup> SOURNIA, Jean-Charles. "O homem e a doença". In: LE GOFF (org.), 1995, p. 359.

<sup>23</sup> Cf. BERTOLLI FILHO, Cláudio. **História social da tuberculose e do tuberculoso: 1900-1950**. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2001 (Coleção Antropologia e Saúde); CHALHOUB, Sidney. **Cidade febril: cortiços e epidemias na Corte Imperial**. São Paulo: Cia das Letras, 1996; REIS,

enquanto artefato cultural, problematizando as representações sobre as nosologias e a nomeação de certos sintomas enquanto patologias<sup>24</sup>. Tanto por um quanto por outro viés, expõe-se como importante analisar as consequências sociais e culturais de tais leituras: pela primeira abordagem, os conflitos gerados em torno de grupos mais pobres, mais propícios a contrair a doença devido às condições de higiene às quais são submetidos, numa sociedade que se reorganiza depois da eclosão de um evento epidêmico; bem como, pela segunda abordagem, as imagens que são articuladas e constroem discursivamente certas doenças sob uma carga simbólica que classifica, ordena, estigmatiza e exclui os portadores de tais patologias.

## 2. A experiência historiográfica brasileira

Na produção historiográfica brasileira das últimas décadas, a primeira abordagem, a social, é a que mais prevaleceu na historiografia, apesar de os primeiros estudos ligados a esta área terem tido influência direta da segunda abordagem, mais filosófica. Identifico os primeiros trabalhos de história da saúde sendo produzidos por dois estudiosos muito influenciados pelos estudos de Michel Foucault: Roberto Machado, com *Da(n)ação da norma*, publicado em 1978, e o psicólogo Jurandir Freire Costa, com *Ordem médica e norma familiar*, em 1979.

Nesses trabalhos, os autores analisaram a intervenção do discurso médico sobre o corpo e sobre a organização familiar, e a produção normativa que se exerceu sobre esses elementos para discipliná-los. Machado, assim, trata da medicalização de instituições sociais, tais como o hospital, o cemitério, a escola e a prisão, e da constituição da psiquiatria como forma de medicar e normatizar os comportamentos humanos.

Jurandir Costa, por sua vez, analisou como se pretendeu disciplinar as famílias no ambiente público e privado por meio da constituição de normas

---

João José. **A morte é uma festa**: ritos fúnebres e revolta popular no Brasil do século XIX. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

<sup>24</sup> Cf. SONTAG, Susan. **Doença como metáfora – AIDS e suas metáforas** [trad. Rubens Figueiredo e Paulo Henrique Britto]. São Paulo: Companhia das Letras, 2007; WEBER, Beatriz Teixeira. **As artes de curar**. Medicina, religião e positivismo na República Rio-Grandense - 1889-1928. Santa Maria, RS: UFSM, 1999.

quanto à proteção da infância, à constituição das figuras “higiênicas” do pai e da mãe, e até mesmo à (in)gerência no comportamento sexual do casal. Tanto Roberto Machado, quanto Jurandir Costa usaram como elemento norteador desses seus trabalhos o estudo da invenção de um conceito médico – higiene – e como este foi aplicado às diversas áreas para além da medicina – sociologia, história, arquitetura, psicologia, etc. Analisaram, desta maneira, a carga simbólica de tal nome e como este exerceu seu poder sobre corpos e espaços na pretensão de normatizá-los e ordená-los.

Ambos os trabalhos, apesar de influentes na produção acadêmica até hoje, não conseguiram estabelecer uma tradição historiográfica no Brasil. Possivelmente devido ao contexto político-social em que o país se encontrava no final da década de 1970 e início dos anos 80, a abordagem social ganhou mais força e mais adesões entre os acadêmicos. Nos anos 80, com a abertura política e o crescimento dos cursos de pós-graduação, os historiadores brasileiros passaram a se apropriar cada vez mais das diversas novas abordagens historiográficas europeias, dentre elas, a história social inglesa e a história cultural francesa.

Assim, a história da saúde e os novos modelos de produzir narrativas historiográficas então vigentes na Europa passaram a fazer parte também das preocupações dos historiadores brasileiros da década de 1980, momento em que o Brasil passava por um lento processo de redemocratização política: o final dos anos 70 e início dos anos 80 marcou o início da fase de abertura política, resultando no abrandamento da repressão política por parte do governo dos militares, com a revogação do AI-5, na anistia aos intelectuais e artistas exilados e em sua volta ao Brasil, e, desta maneira, no retorno desses intelectuais às universidades. Resultou dessa “abertura” o crescimento e a organização dos movimentos sindicais e a promoção de grandes greves de trabalhadores, tais como a do ABC paulista. Economicamente, passou-se a viver a crise do modelo Brasil-Potência, atribuído à política capitalista da década de 70, provocada pelas distorções internas que o “Milagre Brasileiro” provocara, tais como a estagnação da economia, a enorme elevação da inflação, da dívida externa e do desemprego, o declínio do PIB e da renda *per capita*, etc.

O meio acadêmico, por sua vez, viveu um período de crescimento e consolidação dos cursos de pós-graduação. A ênfase numa história econômica e social, de base marxista, das áreas de concentração desses cursos, apesar de traçar o desenho geral da produção historiográfica brasileira do período, já não era vista com bons olhos por intelectuais que haviam entrado em contato com a produção estrangeira, especialmente a francesa que, talvez insuflada ainda pelos eventos de Maio de 68, voltava-se de maneira muito forte à análise de temas culturais.

A insatisfação com a história economicista e o flerte com a história voltada a elementos da cultura fizeram com que os historiadores brasileiros buscassem cada vez mais aproximar o modelo então vigente de produção historiográfica a aspectos culturais, na tentativa de constituir e consolidar esse novo campo que, até então, como já dito, estava mais no domínio da filosofia, da psicologia, da sociologia e da antropologia, mas na historiografia apenas começava a dar seus primeiros passos. Houve, desta maneira, um crescente interesse por antropologia cultural, especialmente por autores como Clifford Geertz e Price, a fim de propiciar novos olhares, novas ideias sobre como interrogar as fontes. Nesse período de redemocratização, um autor muito lido na área de história era E. P. Thompson, que permitia “recuperar” as “experiências” dos trabalhadores e dos escravos, e daí entender o modo de atuação desses trabalhadores por dentro da política de dominação à qual estavam submetidos.

Muitos dos historiadores que neste período estavam nas academias foram influenciados por esses novos modelos teóricos na produção do conhecimento histórico, e a história social de matriz thompsoniana pareceu responder bem aos anseios desses intelectuais sufocados por duas décadas de regime ditatorial. Assim, para denunciar as condições de um passado ainda muito presente na cabeça de todos, em que a tortura e a censura eram legalizadas, e em que as pessoas viviam sob o clima de medo e sem garantias constitucionais, os historiadores buscaram, tanto na metodologia quanto nas temáticas, recuperar histórias de resistência de pessoas do passado a sociedades repressoras. Assim, adotaram-se os métodos da história social thompsoniana para estudar a situação do escravo negro

africano no Brasil colonial e imperial. Fez-se deste tema uma espécie de matriz interpretativa do presente. Na ainda impossibilidade de estudar-se a repressão da ditadura dos militares, estudou-se a repressão escravocrata ao negro nos passados colonial e imperial.

Dois historiadores que acabaram enveredando pela história da saúde cursavam mestrado nos primeiros anos da década de 80: Sidney Chalhoub concluiu o seu pela Universidade Federal Fluminense, em 1984, defendendo a dissertação intitulada *Trabalho, lar e botequim: vida cotidiana e controle social da classe trabalhadora no Rio de Janeiro da Belle Époque*, tema tipicamente inspirado no clássico *A Formação da Classe Operária na Inglaterra*, de E. P. Thompson; e Cláudio Bertolli Filho, por sua vez, pela Universidade de São Paulo, defendeu a dissertação intitulada *Epidemia e sociedade: a gripe espanhola em São Paulo*, em 1986, talvez um dos primeiros trabalhos no Brasil de história social tomando como objeto de investigação uma doença e seu impacto sobre a sociedade.

Alguns anos depois, em 1991, João José Reis, historiador da escravidão no Brasil, deu uma grande contribuição para a constituição dessa nova área na história publicando o livro *A Morte é uma festa: ritos fúnebres e revolta popular no Brasil do século XIX*, onde relatava uma revolta popular – a Cemiterada – ocorrida na cidade de Salvador, no ano de 1836, contra a proibição dos enterramentos nas igrejas e a exigência de que os mortos fossem enterrados apenas no cemitério. João José Reis produziu, assim, uma história da resistência negra no Brasil oitocentista utilizando as representações dos escravos africanos sobre a morte como *meio* para compreender a base cultural que gerou a revolta social. Entretanto, não produziu outras pesquisas nesta temática, senão aquela publicada no livro, voltando suas preocupações a estudos sobre a escravidão negra, tema corriqueiro nas pesquisas de história social no Brasil. A sua obra, entretanto, ainda hoje é considerada um importante estudo sobre as representações da morte no Brasil Imperial, tendo servido de referência para os estudos das doenças que vieram em seguida.

Cláudio Bertolli, por outro lado, talvez seja o historiador brasileiro que mais insistiu na temática da doença neste primeiro momento. Em 1986, como

dito anteriormente, concluiu o mestrado com a dissertação *Epidemia e sociedade: a gripe espanhola em São Paulo*<sup>25</sup>. Já em 1993, concluiu o doutorado em História pela USP defendendo a tese intitulada *História social da tuberculose e do tuberculoso* onde analisou as representações sobre a tuberculose mais recorrentes na primeira metade do século XX, bem como utilizou como fontes da pesquisa depoimentos e diários dos próprios sujeitos acometidos da doença.

Sidney Chalhoub, por sua vez, só adentrou a temática quando concluiu sua livre docência na Unicamp, em 1995, defendendo *Cidade Febril: cortiços e epidemias na Corte Imperial*. Por também ser um historiador social preocupado em reconstituir as vivências da experiência negra no Brasil escravocrata, e cujos trabalhos anteriores mostravam muito bem isso (*Trabalho, lar e botequim* e *Visões da liberdade*), também em *Cidade Febril* pretendeu Chalhoub recuperar as experiências dos negros escravos, investigando os códigos de convivência dos habitantes dos cortiços cariocas, bem como a função destes no abrigo de escravos fugidos.

No desenvolvimento da pesquisa, entretanto, as fontes de que Chalhoub se utilizou acabaram por mudar suas preocupações, inclinándolo para a análise dos cortiços sob um ponto de vista da ciência higienista e da influência dessa ciência sobre o Estado, no concernente à proibição de construção de cortiços pela cidade.

Assim, em *Cidade Febril*, Chalhoub acabou por reconstituir o caminho percorrido pela ideologia de higiene desde meados do século XIX para tentar compreender como se instituiu no Brasil esse discurso higienista que legitimou a destruição de diversos cortiços, habitações que chegavam a abrigar mais de quatro mil pessoas.

Desta feita, principalmente com *A Morte é uma Festa*, de João José Reis, *Cidade Febril*, de Sidney Chalhoub, e os diversos trabalhos de Cláudio Bertolli, começou-se a constituir uma história da saúde na historiografia brasileira. Esses trabalhos tiveram como aporte teórico, como já dito, a

---

<sup>25</sup> Publicado em livro como BERTOLLI FILHO, Cláudio. **A gripe espanhola em São Paulo, 1918: epidemia e sociedade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2003.

história social inglesa, preocupada em recuperar as experiências dos “de baixo” e as tensões provocadas pelo choque entre as classes ricas e as classes pobres. Isto se refletiu na produção dessas narrativas sobre a saúde no Brasil, pois esses trabalhos trouxeram conceitos como “medicina popular” em contraposição a “medicina oficial”, o que representou uma transposição ao campo da saúde da estratificação classista da sociedade, pois a “medicina oficial” era a medicina científica das classes ricas, enquanto que “medicina popular” consistia nas curas obtidas por meio de curandeiros associados às classes pobres.

Como alternativa para eliminar-se a dicotomia científico/popular, e na tentativa de formular um conceito mais adequado ao objeto em foco, alguns historiadores realizaram estudos sobre o que chamaram de “práticas populares de cura”, que tinha como objetivo apresentar as regras que informavam as ações de curandeiros, boticários, benzedeiros, etc., uns com base na história social inglesa, outros na história cultural francesa, especialmente influenciados pelo conceito de representação elaborado por Roger Chartier. Apesar de já romper com o termo “medicina popular”, aquela nomenclatura repetia ainda a divisão classista da sociedade, ao enunciar que tais práticas eram das classes populares, apesar das fontes indicarem que as elites também a ela se submetiam.

Os trabalhos de história da saúde mais recentes já cunham uma outra denominação, recuperada da obra de Roberto Machado, que consegue se livrar das críticas apontadas às anteriores. A abordagem teórica centrou-se na história cultural francesa, mas apropriou-se do conceito de artes de fazer de Michel de Certeau para narrar uma história das artes de curar no Brasil, uma história dos diversos usos – astutos, criativos e inventivos – dos procedimentos e das regras do curar-se na história do Brasil. Aqui, independe, portanto, de onde parte a ação, seja de grupos elitistas, seja dos mais pobres, seja dos curandeiros, seja da medicina científica. O que interessa ao historiador é apresentar esses procedimentos, essas regras, essas práticas informadoras do curar-se, identificando a base cultural sobre a qual elas se constituíram historicamente, e analisar como as pessoas criativamente as usaram – sem se ater a um ou outro grupo social de produção.

O termo “artes de curar”, por sua vez, acabou caindo no gosto dos historiadores da saúde, de abordagem tanto cultural quanto social, e hoje em dia encontramos obras que o usam indiscriminadamente, muitas vezes como mero sinônimo de “práticas de cura”. É o exemplo da obra de Beatriz Teixeira Weber, *As artes de curar*, que, apesar do título, está mais próxima dos estudos sobre as práticas do que sobre as artes, e da coletânea organizada por Sidney Chalhoub, *Artes e ofícios de curar no Brasil*, trabalho de autores com abordagem da história social, dentre outros.

O campo de história das doenças já se encontra consolidado na historiografia brasileira contemporânea, havendo a produção acadêmica de livros e revistas voltadas a esta temática em algumas universidades pelo país – em destaque, os programas de pós-graduação da Unicamp, com Sidney Chalhoub, Liane Maria Bertucci e Tânia Salgado Pimenta; da UFMG, com Betânia Gonçalves Figueiredo; da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), com Dilene Raimundo Nascimento; dentre outros.

Além disto, a Associação Nacional de História (ANPUH-Brasil) conta com um Grupo de Trabalho de História da Saúde e das Doenças, que se reúne em todos os Simpósios Nacionais promovidos pela associação para discussão de metas e estabelecimento de diretrizes na produção historiográfica acerca da temática, além de promover a área e divulgar suas pesquisas por meio de grupos de discussão virtual, promoção de seminários temáticos, publicação de livros, etc.

Muitos dos textos produzidos por esses pesquisadores mantêm como abordagem teórico-metodológica a história social, ou seja, preocupam-se com a doença enquanto elemento através do qual as tensões já existentes em uma determinada sociedade são radicalizadas em períodos de epidemia. É esta abordagem, de caráter social, focando nas ações coletivas, a que aparece, por exemplo, na produção de Dilene Raimundo do Nascimento quando, ao sair em defesa do método comparativo no campo de História das Doenças, afirma que

[...] a comparação examina as respostas dadas pela *sociedade* a essas doenças percebidas como fenômenos *sociais*, levando-se em conta as três dimensões das doenças: a de suas manifestações no imaginário *social*, a do conhecimento científico e a das estratégias

institucionais, consideradas as suas conexões e interpenetrações, quer como resultados, quer como geradoras das *ações sociais* nas suas relações com as moléstias.<sup>26</sup>

Outros analisam as articulações imaginárias, as representações sobre as doenças em uma determinada sociedade, as atitudes perante a morbidade, realizando uma abordagem cultural. Pelo próprio texto que expõe a relevância do campo de estudo e da existência do GT História da Saúde e das Doenças, no sítio *on line* da ANPUH, percebo uma tentativa de diálogo entre esses dois posicionamentos teóricos, apesar da relevância maior estar na primeira abordagem, a social:

Dentro destas novas temáticas que elegem o corpo como objeto, o entendimento da saúde e das doenças resulta em temas privilegiados para se compreender *as sociedades* em determinadas épocas. Nesse contexto não se considera a saúde e as doenças intrinsecamente, mas na rede de relações estabelecidas, envolvendo saberes e práticas, instituições, representações, manifestações. Os conceitos de saúde e doença são históricos e os processos relativos ao adoecer e à cura são *socialmente* vivenciados e construídos, relacionados com a ciência, a sociedade, a cultura, a religião, o meio ambiente, enfim envolvendo todo o âmbito das manifestações sócio-culturais.<sup>27</sup>

Neste texto acadêmico, apesar de utilizar-me de alguns elementos presentes em ambas as abordagens, não me utilizo propriamente de nenhuma delas, mas proponho um deslocamento metodológico a fim de pensar o meu objeto.

### 3. Proposta teórico-metodológica deste texto

O deslocamento a que me referi no final do tópico anterior me é possibilitado especialmente por aqueles estudos oriundos do campo da filosofia, já tratados anteriormente, especialmente no tocante à inserção do corpo como elemento presente na produção do conhecimento. O corpo, que o

---

<sup>26</sup> NASCIMENTO, Dilene Raimundo et SANTA, Marcos Roma. "O método comparado em história das doenças". *In*: NASCIMENTO, Dilene Raimundo et al (orgs). **Uma história brasileira das doenças**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2006, p. 21 [vol. 2] (grifos meus).

<sup>27</sup> **ANPUH-Brasil** – Associação Nacional de História. GT História da saúde e das doenças. Disponível em: [http://www.anpuh.org/gt/view?ID\\_GT=7](http://www.anpuh.org/gt/view?ID_GT=7). Acesso em: 17 nov. 2012 [grifos meus].

saber moderno tentou silenciar e domesticar por meio de tecnologias de poder que o subjugassem em nome da supremacia de um reino da razão iluminista, ganhou, a partir de meados do século XX, lugar de destaque na produção acadêmico-científica.

Apesar de o corpo só conquistar esse espaço no século XX, desde pelo menos o século XIX, à margem do paradigma oficial da ciência, Nietzsche foi um dos filósofos que não só admitia verdades nascidas do corpo, mas que o celebrava como local privilegiado de onde deviam nascer essas “verdades”, usando e abusando, inclusive, de metáforas corporais para a produção de sua filosofia<sup>28</sup>. Para ele, o corpo aparecia como uma “formidável máquina de produzir sentido”, elemento essencial na emergência do pensamento. Aparecia como uma “grande razão”, da qual a razão de que falavam os iluministas era meramente um instrumento “muito pequeno”, “um brinquedo” do corpo. “Há mais razão no teu corpo do que na tua melhor sabedoria”, assim falou Zaratustra aos desprezadores do corpo<sup>29</sup>.

Nietzsche pretendeu, assim, deslocar uma tradição filosófica que vinha desde a Antiguidade Clássica, que havia perdurado na Idade Média e atingira os tempos modernos – tradição, esta, centrada na valorização da alma, do espírito ou da razão, e no desprezo ao corpo –, propondo uma nova compreensão de sentido para ele. Esse novo sentido, entretanto, no campo das chamadas ciências humanas, só passou a ser construído na segunda metade do século XX. Para isto, destaco especificamente as contribuições de Michel Foucault e de Michel Onfray, ambos da área da filosofia.

Foucault, inicialmente, permitiu vislumbrar como a medicina moderna, científica, pretendeu colonizar e adestrar melhor o corpo por meio da enunciação de um conhecimento especializado sobre ele. Passou-se a vê-lo não mais como uma unidade, mas como a união de partes cada vez mais fragmentadas e cientificamente isoladas. À medicina acadêmica importou a análise desses segmentos locais: curando as partes com a tecnologia médica, curar-se-ia o todo. Consertando as peças, a máquina voltaria a funcionar sem

---

<sup>28</sup> Neste sentido, cf. LARROSA, Jorge. **Nietzsche e a educação**. 2 ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2004 (Coleção Pensadores & a Educação).

<sup>29</sup> Cf. NIETZSCHE, Friedrich. **Assim falou Zaratustra**. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

maiores problemas. O olhar objetivo lançado à máquina corporal levou o médico a não escutar mais o corpo<sup>30</sup>. Este, como elemento de prazer e subjetividade, impediria que o esculápio alcançasse a verdade sobre o mau funcionamento da máquina corporal. Assim, calou-se o corpo, mas não somente ele: calou-se também o sujeito presente naquele corpo, o homem doente, o paciente.

Antes do advento da medicina moderna, quando o médico só tinha acesso às manifestações sensíveis da doença, o exame do paciente era realizado por meio dos sentidos do esculápio – tato, audição, visão e olfato – e também pelo que o paciente lhe relatava sobre o que sentia. O paciente era estimulado a falar, a conversar com o médico, descrevendo as dores que sentia. Ele, sendo o sujeito da doença, melhor do que ninguém poderia relatar ao médico a sua experiência com a doença que o afligia. Essa posição de sujeito mudou com o advento da medicina científica no século XIX. O olhar da medicina passou a adentrar o corpo e, desta maneira, entrar em contato direto com os órgãos e tecidos afetados, sem a necessidade de intermediários, buscando a produção de um conhecimento objetivo. A doença e suas afecções na máquina humana foram vistas por esse olhar de profundidade da anátomo-clínica e, assim, o que antes se tentava conhecer pela fala de alguém leigo, passou-se a ver, dizer, olhar e inferir com o saber e a tecnologia científica. A fala do doente tornou-se dispensável e, até mesmo, desaconselhável, já que se tratava de impressões sensíveis e subjetivas, e o conhecimento científico deveria primar pela objetividade de seus enunciados.

O paciente foi, assim, desapropriado de seus sintomas, de suas sensações, de suas experiências. Não deveria mais falar de sua doença para o médico, pois opiniões leigas eram meras sensações, impressões falhas, errôneas, e não verdades. O doente perdeu a legitimidade de falar o que sentia. O único que tinha a autoridade para falar sobre a doença era o médico. O

---

<sup>30</sup> Estou usando o conceito de corpo como elemento subjetivo, enquanto o de máquina corporal como a visão sobre o corpo a partir da medicina científica, que o enxergava como a uma máquina, como elemento objetivo constituído da junção de várias partes. "O médico terapeuta que exercia nas diversas partes da medicina, atualmente chamado 'clínico geral', viu declinar seu prestígio e sua autoridade em benefício dos médicos especialistas, engenheiros de um organismo decomposto tal como uma maquinaria" (CANGUILHEM, Georges. **Escritos sobre a Medicina** [trad. Vera Avellar Ribeiro]. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 2005 p. 28).

doente foi desapropriado de seu próprio corpo e sua fala passou a ser vista com suspeição. O médico debruçou-se sobre a máquina para descobrir o que o paciente "realmente sentia", da maneira pretensamente mais objetiva e neutra – assim, científica – possível, e suas palavras é que constituíam a verdade do *morbus*, mesmo que fosse contrária ao que o sujeito sentisse<sup>31</sup>. A relação do homem com a doença inverteu-se: ele passou a ser tratado não como sujeito de sua doença, mas como objeto dela<sup>32</sup>.

Neste sentido, o homem doente perdeu a sua identidade como sujeito de uma relação que antes se estabelecia entre o médico e o paciente. O homem e seu corpo passaram a ser meramente o espaço de ação de uma entidade nosológica. A anátomo-clínica, ao inserir-se profundamente no corpo doente, ao dissecá-lo, tornou visível a doença em sua espacialização ao longo dos órgãos e tecidos. Assim, o micróbio causador da enfermidade se tornou o sujeito desta história, relegando o homem a constituinte do espaço de atuação daquele ser<sup>33</sup>. Assim, os médicos passaram a ver a doença meramente pela doença, esquecendo-se que esta se dava num corpo doente, e este corpo doente pertencia a um humano cuja fala estava sendo ignorada. Perderam, portanto, de foco a própria experiência do homem, o que ele pensava, sentia, passava. Enxergavam meramente o que era "objetivo": os elementos "causadores" da doença<sup>34</sup>. A relação que estabeleciam com os pacientes, desta maneira, distanciava-se tremendamente da que o médico generalista ou os terapeutas populares estabeleciam. Tornou-se mecânica, técnica, científica, desumanizada, "fria"<sup>35</sup>.

Por sua vez, no final do século XX, refutando a própria possibilidade de produção de um conhecimento puramente "neutro", sem interferência dos sentidos corporais, Michel Onfray relata como alguns pensadores ao longo dos séculos sentiram seus corpos vacilarem, suas carnes tremularem, em

---

<sup>31</sup> Cf. CANGUILHEM, 2005.

<sup>32</sup> *Ibid.*, p. 24.

<sup>33</sup> Cf. REVEL et PETER, 1995, p. 141-159.

<sup>34</sup> CANGUILHEM, *op. cit.*, p. 24.

<sup>35</sup> Para mais sobre o desenvolvimento das tecnologias médicas que possibilitaram a visibilidade interna do organismo dos pacientes e, desta forma, ajudaram a alterar a relação médico/paciente, bem como a relação que o paciente estabelece com o seu próprio corpo, cf. ORTEGA, Francisco. "O corpo transparente: para uma história cultural da visualização médica do corpo". In: ORTEGA, Francisco. **O corpo incerto** – corporeidade, tecnologias médicas e cultura contemporânea. Rio de Janeiro: Garamond, 2008, pp. 69-184.

momentos decisivos de suas vidas intelectuais, momentos que o autor denomina de “hápx existenciais”<sup>36</sup>. Tais experiências, para Onfray, foram fundadoras de uma nova maneira de perceber o mundo para cada um dos intelectuais analisados, constituindo-se em pontos de virada para as configurações de mundo que até então tinham, atribuindo esse hápx existencial à percepção da existência do corpo, de o quanto este pode ser limitativo da atividade racional, mas também de o quanto ele pode influenciar essa mesma atividade, a partir da colocação de problemas práticos, concretos da ação humana, que somente depois é que serão elaborados de maneira racionalizada, lógica. “O corpo do filósofo se apresenta [...] como um cadinho em que se elaboram experiências chamadas, mais tarde, a se configurar em estruturas lógicas, rigorosas”<sup>37</sup>.

O corpo, assim, para Onfray, é o local da experimentação empírica, prévia à elaboração lógico-matemática pretendida pelo Iluminismo. Era a ele que chegavam as primeiras sensações, as primeiras emoções, as primeiras dores, era ele que visualmente mais sofria a passagem do tempo, era nele onde se inscrevia a própria história, onde esta deixava suas marcas.

Onfray, assim, trabalha com exemplos de filósofos cuja presença anunciada – e sentida – de seus corpos estabeleceu novos olhares, novas maneiras de relacionar-se com o conhecimento e consigo próprios, por vezes destoantes das formas pretendidas pelo contexto e lugar onde viveram.

Com todos esses elementos em mente, a proposta metodológica que lanço nesta tese tenta recolocar o doente em sua condição de sujeito acometido de uma entidade nosológica, buscando analisar, por meio dos seus relatos, a produção de sua própria experiência subjetiva, identificando as diversas relações que ele estabelece com a doença que aflige o seu corpo. Proponho, assim, um desdobramento metodológico, uma leitura de cunho mais cultural, de viés mais intimista, mais voltada ao sujeito entendido como uma singularidade. Em vez de olhar para um universo com o objetivo de entender o indivíduo, proponho olhar para o indivíduo como possuidor de um universo próprio, particular.

---

<sup>36</sup> Cf. ONFRAY, Michel. **A arte de ter prazer** – por um materialismo hedonista. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

<sup>37</sup> Ibid., p. 29.

Não estou negando ou desconsiderando, com tal proposta, que as representações da doença e da saúde sejam constructos sócio-culturais, e que todos os indivíduos, por viverem em sociedade, partilhem em maior ou menor medida de certas representações comuns. Entretanto, ainda que se partilhe de representações comuns da doença, a percepção do *mórbus*, mesmo quando este se dá na forma epidêmica, afetando grupos coletivos, sempre é uma experiência particular. Tal experiência, portanto, é condicionada tanto por fatores de *ordem orgânica*, quanto por fatores de *ordem cultural*. No primeiro grupo, incluo as respostas que os órgãos, tecidos e sistemas dão tanto às afecções nosológicas, quanto às intervenções da posologia médica; no segundo, as diversas leituras que o indivíduo doente elabora acerca tanto dessas respostas orgânicas – leituras, estas, informadas pela relação sensível que estabelece com os sintomas da doença –, quanto da sua inserção nas representações sociais que constroem a imagem do doente.

Desta forma, apesar de ser um sujeito social e compartilhar certas representações sobre a saúde e a doença construídas socialmente, a experiência do doente, ou seja, as maneiras de ver e perceber a doença e a morbidade, sempre é particular. São essas experiências particulares do perceber-se doente e do sentir a fragilidade do corpo que proponho investigar no presente texto; experiências possíveis de serem lidas a partir da adoção de textos intimistas – diários, memórias, correspondência epistolar, etc. – como fontes para a operação historiográfica<sup>38</sup>.

Se, portanto, os estudos históricos sobre a doença analisam-na como elemento que expõe uma determinada articulação entre grupos coletivos no meio social, entendo que também a doença possa ser vista como algo que expõe determinadas articulações no âmbito particular do sujeito que aflige,

---

<sup>38</sup> Como único exemplo brasileiro que conheço de estudo acadêmico usando abordagem semelhante, cf. PORTO, Ângela. **A vida inteira que podia ter sido e que não foi**: trajetória de um poeta físico. Doutorado em Saúde Coletiva. UERJ, 1997. Nesse texto, Ângela Porto se indagou sobre a relação que Manuel Bandeira manteve com a tuberculose e como essa relação implicou na construção da poética desse autor. Fora da área da historiografia, por outro lado, já existem certas obras que recuperam as experiências dos sujeitos com suas doenças. Posso citar, por exemplo, BARRICA, Ana Maria. **Histórias vividas por crianças com AIDS**. São Paulo: Annablume, Fapesp, 2001; FERREIRA, Cláudio Vital de Lima. **AIDS e exclusão social**: um estudo clínico com pacientes com o HIV. São Paulo: Lemos Editorial, 2003; RODRIGUES, Nelson. **A menina sem estrela**: memórias. 2 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

articulações que dizem respeito às maneiras de ver e dizer o mundo a partir das vozes do corpo fragilizado, quando este grita mais alto que a racionalidade cerebral. Desta maneira, em vez de questionar as modificações nas articulações entre os grupos sociais, pretendo me questionar acerca das modificações internas ao sujeito doente, das modificações nas sensibilidades que informam as suas leituras de mundo, as suas percepções sobre a sociedade, sobre os outros e sobre si mesmo, e como tais sensações implicaram diretamente no estabelecimento de novas relações do sujeito com a sociedade e consigo próprio.

Tal proposta, apesar de não muito usual no campo da historiografia, está respaldada especialmente nas produções oriundas do campo da literatura. Foi este campo que serviu de base para o estudo realizado por Susan Sontag em sua obra *A doença como metáfora*, onde realizou um ensaio demonstrando como a doença aparece em várias obras literárias como uma representação de alguma outra coisa, especificamente, como resultado de uma vida desregrada, seja pelo excesso, seja pela carência.

Sontag, assim, utiliza como um dos principais arquétipos nosológicos a tuberculose, o chamado “mal do século XIX”, demonstrando que as representações sociais elaboradas sobre tal doença a construíam como sinal de um descontrole, de algo fora do padrão estabelecido como normal. Na leitura de Sontag, por exemplo, a tuberculose é trazida para o campo da literatura para acometer especialmente boêmios, prostitutas, artistas, literatos, etc., pessoas que não levaram uma vida regrada, nos limites da ordem social, mas a inverteram, obtendo diversão e prazer em demasia. A tuberculose, neste caso, metaforizaria uma punição a tal desregramento, punindo o corpo pela vida imoral, acabando por redimir a alma do sujeito pela consciência que ele passa a adquirir quando o sofrimento passa a punir-lhe o corpo, fazendo-o estabelecer novas formas de ver o mundo, em substituição aos antigos valores que o levaram ao desregramento. Exemplos clássicos desta abordagem são encontrados na prostituta Fantine, de *Les Misérables* (Os Miseráveis, 1862), de Victor Hugo; no literato Gustav von Aschenbach, de *Der Tod in Venedig* (Morte em Veneza, 1912) e no engenheiro naval Hans Castorp, de *Der Zauberberg* (A Montanha Mágica, 1924), ambos de Thomas Mann; dentre outros.

E é justamente do campo da literatura que emerge Humberto de Campos, investigado no presente texto. Inicialmente poeta, depois cronista, contista e crítico literário, e, ao final, memorialista, Humberto de Campos produziu um grande número de escritos ao longo de sua carreira literária através dos quais consigo vislumbrar uma produção consciente de si, ação que se intensifica especialmente a partir do momento em que a sua doença passa a provocar afecções mais perceptíveis em seu corpo e no funcionamento de seu organismo.

A doença de Campos, oriunda de um mau funcionamento de sua hipófise – glândula localizada na base do cérebro e responsável pela produção de hormônios e pela regulação de outras glândulas –, provocou tanto sintomas visíveis, que afetaram e paulatinamente foram transformando o seu aspecto físico, quanto invisíveis, como a alteração do funcionamento regular de órgãos internos. Na primeira categoria, destaca-se o crescimento das mãos, dos pés, do crânio e da língua – condição denominada, de maneira geral, pelo conceito médico de acromegalia<sup>39</sup>. Na segunda categoria, em decorrência do excesso de produção hormonal hipofisário, houve aumento do volume do coração, hipertensão, compressão do sistema respiratório e pulmonar, bem como dos nervos ópticos – acarretando a cegueira total do olho esquerdo e a perda de mais da metade da vista do olho direito –, da próstata e da bexiga, além de surdez e paralisia dos membros. Foi justamente durante uma intervenção cirúrgica a que se submeteu com o fim de aliviar as dores sobre a sua bexiga que veio a falecer, no dia 5 de dezembro de 1934, aos 48 anos recentemente

---

<sup>39</sup> A literatura médica diferencia acromegalia e gigantismo. Afirmam os cientistas que a hipófise é uma das principais glândulas responsáveis pelo crescimento corporal, ao produzir o hormônio chamado GH (sigla para *Growth Hormone*, em inglês). Se em perfeito funcionamento, o GH será produzido de forma acelerada no início da puberdade, continuando a ser produzido em pequena escala durante o resto da vida do sujeito, com o fim de manter a vitalidade dos órgãos e tecidos. Um mau funcionamento da hipófise, por outro lado, seja pela deficiência – condição denominada “hipopituitarismo” –, seja pela excessiva produção de hormônios – denominada de “hipertrofia da hipófise” –, durante a puberdade gera problemas de saúde – respectivamente, nanismo e gigantismo. Se esse mau funcionamento, entretanto, vier a ocorrer apenas na fase adulta, quando os ossos não conseguem mais crescer verticalmente, a grande produção de hormônios hipofisários fará crescerem os ossos horizontalmente, nas extremidades corporais, quer sejam, mãos, pés e ossos da face – condição denominada cientificamente pelo conceito de “acromegalia” (DUARTE, Felipe Gaia. “Gigantismo e acromegalia: quando o crescimento exagerado pode ser considerado sintoma de uma doença rara?”. **MatoGrosso Mais**. Cuiabá, 2009. Disponível em: <http://matogrosso.com.br/?p=4660>. Acesso em: 21 nov. 2012.). Cf. também “HIPÓFISE”. **Endocardio** – clínica médica. Santa Catarina. Disponível em: <http://www.endocardio.med.br/hipofise/>. Acesso em: 30 jan. 2014.

completos, dos quais viveu sete com os sintomas de sua doença.

Humberto de Campos já era, em 1928, ano em que sua doença foi diagnosticada, um literato que havia construído para si um nome conhecido nacionalmente: ocupava a cadeira n. 20 da Academia Brasileira de Letras e era um dos imortais mais atuantes, produtivos e lidos do momento, escrevendo crônicas diárias, críticas literárias semanais e alguns contos para vários jornais de todo o país; era deputado federal pelo estado do Maranhão, aliado do governo de Washington Luís. Por outro lado, devido ao estilo crítico, sarcástico e mordaz com que escrevia seus textos, envolvera-se em inúmeros conflitos, tanto de cunho político, quanto de cunho literário: saiu fugido de Belém do Pará quando o grupo político que tanto condenava em suas crônicas diárias tomou o poder na cidade e colocou a cabeça dele a prêmio, em 1912; já no Rio, tomara como um dos principais alvos de críticas, sátiras e deboches o famoso cronista Paulo Barreto, conhecido pela alcunha de João do Rio, contra o qual parece ter liderado uma verdadeira campanha difamatória que, dentre outras coisas, levou ao encerramento da coluna jornalística denominada *Pall Mall Rio*, de Barreto, ao seu descrédito social e ao seu desligamento das atividades da Academia; dirigira, ainda, a partir de 1922, a revista semanal *A Maçã*, considerada pelos intelectuais da época como sendo de cunho licencioso e imoral, contrária aos “bons costumes” da sociedade da *belle époque* carioca, acarretando-lhe várias críticas, especialmente por tal tipo de literatura ser considerada indigna do lugar social que ocupava, como membro da ABL; envolvera-se, ainda, diretamente nas disputas políticas que tomavam conta dos principais grupos oligárquicos coronelistas que comandavam o Maranhão há décadas, atacando frontalmente políticos como Urbano Santos e o popular Marcellino Machado.

Apesar de o diagnóstico de sua doença só ter acontecido no início de 1928, Humberto, em seu diário, registrou que já sentia alguns dos sintomas – inchaço dos pés, das mãos, do nariz e da língua –, há pelo menos dois anos, ou seja, desde 1926. Entretanto, o literato não se sentia doente, não tinha a percepção de ser um ser doente, visto que o próprio discurso autorizado a falar sobre a nosologia, descartou-a, classificando a referida sensação como “edema dos escrivães”, e não uma real doença.

Em 6 de janeiro de 1928<sup>40</sup>, quando o mesmo médico que descartara a doença anos antes, o médico particular e amigo de Humberto, o Dr. Afonso Mac-Dowell, apontou a possibilidade de ser um mau funcionamento da hipófise o responsável por tais sintomas, que não eram mais apenas percepções subjetivas, como dantes, mas já se mostravam visíveis no corpo do literato, Humberto tomou finalmente ciência da presença da doença em seu corpo, ainda que fosse secundarizar essa sua condição durante os primeiros quatro meses, até que o corpo clamou por atenção. Isto fez com que elaborasse o primeiro registro de seus sintomas em seu Diário, transformando aquilo que até então não existia em seus relatos em objeto de fala.

Mesmo com o diagnóstico de sua doença, e de relatar que, ante a ideia de que era “a paralisia” que se avizinhava, passou um longo tempo estirado numa cadeira de repouso, imóvel, sentindo-se inútil, “prisioneiro de si mesmo, com a sua inteligência encarcerada no seu próprio corpo, como um espírito num cadáver ou um pássaro num cofre fechado”<sup>41</sup>, Humberto poucas referências fez aos seus sintomas no registros dos meses seguintes.

Foi com o passar do tempo, entretanto, paralelamente ao agravamento daqueles primeiros sintomas e o aparecimento de outros, como as afecções na próstata e na bexiga, que a escrita dele passou a transparecer o seu mal: cada vez mais a doença se tornou elemento presente em seu discurso, começando a informar a elaboração de narrativas descritivas de seus sintomas, de suas dores, de suas noites mal dormidas, de todo o sofrimento pelo qual aquele corpo ia passando e dos sentidos que aquele espírito atribuía às angústias que enfrentava.

Tais narrativas, nas quais Humberto expunha a sua condição e elaborava a sua auto-imagem, e que se tornam, portanto, alvo de investigação na presente pesquisa, eram, principalmente, o seu Diário, desde 1928, e as crônicas que publicava, especialmente a partir de 1931.

A seguir, especifico alguns aspectos referentes à metodologia no tratamento desses dois tipos de fontes.

---

<sup>40</sup> CAMPOS, 1954a, p. 95.

<sup>41</sup> Ibid., p. 96.

### 3.1. Os livros de crônicas

A obra completa de Humberto de Campos é composta por 46 (quarenta e seis) livros<sup>42</sup>, entretanto, destes, apenas 29 (vinte e nove) haviam sido publicados até a data da morte do autor, sendo os demais 17 (dezesete) obras póstumas. Destas, a maior parte – onze, no total – consiste em reunião de crônicas publicadas em periódicos cariocas nos últimos anos de vida do autor. Vivo, Humberto publicara apenas 5 (cinco) livros reunindo as suas crônicas; morto, mais do que o dobro disso foi lançado.

Segue, na página seguinte, tabela discriminando cada um desses livros de crônicas que compõem o acervo bibliográfico de Humberto de Campos:

---

<sup>42</sup> Há, entretanto, nos jornais, notícias referentes a, pelo menos, outras duas obras que seriam lançadas: *Pedras e plumas* e *Os donos de nossos versos*. *Pedras e plumas*, anunciada pelo *Diário Carioca* ainda em setembro de 1932 como um futuro livro de crônicas, jamais chegou a ser lançado, pelo menos, não com esse nome (**Diário Carioca**. Ano V, n. 1.258. Rio de Janeiro, edição de 15 set. 1932, p. 02). Talvez ou se tenha desistido de publicar tal livro, tendo-se em vista que, naquele momento, Humberto estava em vias de finalizar aquela que seria considerada a sua grande obra, *Memórias (1886-1900)*, ou se tenha adiado o seu lançamento e alterado o título do volume – de fato, o livro de crônicas que Humberto lançou cronologicamente mais próximo da notícia do *Diário Carioca* foi *Os Párias*, em julho de 1933, seguido de *Lagartas e libélulas*, apenas em novembro do mesmo ano. A falta de outras informações e referências, entretanto, impossibilita-me qualquer conclusão acerca do destino dessa obra. Já *Os donos dos nossos versos*, descrito como livro de pesquisa histórica e literária, já anunciado como estando no prelo desde outubro de 1919 (cf. “A ELEIÇÃO de hoje na Academia Brasileira de Letras”. **O Imparcial**. Ano IX, n. 1.383. Rio de Janeiro, edição de 30 out. 1919, p. 02), e permanecendo nessa condição ainda em dezembro de 1934, consistiria em uma obra onde Humberto demonstraria que a poesia brasileira tinha acentuada inspiração da poesia estrangeira e, em alguns casos, era verdadeira cópia dos versos produzidos no exterior. Apesar de anunciada a sua publicação iminente desde antes da morte do poeta, tal obra foi considerada inacabada e nunca chegou a ser publicada (“MUNDANIDADES”. **Gazeta de notícias**. Ano 59, n. 69. Rio de Janeiro, edição de 13 dez. 1934, p. 06). Talvez a publicação desta, entretanto, tenha se dado menos pela sua incompletude, do que pela influência de certas forças políticas dentro do campo literário e editorial que poderiam sair ofendidas e desmoralizadas pelas análises realizadas por Humberto. A falta de maiores informações, por sua vez, também me impossibilita encerrar esta questão, lançando apenas tal pensamento como possibilidade investigativa.

**Tabela 1** – Lista de todos os livros de crônicas de Humberto

	<b>Título do livro</b>	<b>Ano</b>	<b>Conteúdo</b>
1.	<i>Da seara de Booz</i>	1918	Crônicas escritas em jornais cariocas durante os anos de 1915 e 1917 <sup>43</sup> (especialmente em <i>O Imparcial</i> )
2.	<i>Mealheiro de Agripa</i>	1920	Crônicas escritas em jornais cariocas entre 1918 e 1919 (especialmente em <i>O Imparcial</i> , assinadas pelo seu pseudônimo <i>Micromegas</i> )
3.	<i>Os Párias</i>	1933	Crônicas escritas para a imprensa carioca, entre 1932 e 1933 (principalmente <i>Diário Carioca</i> e <i>A Noite</i> )
4.	<i>Lagartas e libélulas</i>	1933	Crônicas escritas para a imprensa carioca, entre 1932 e 1933 (principalmente <i>Diário Carioca</i> e <i>A Noite</i> )
5.	<i>Sombras que sofrem</i>	1934	Crônicas escritas para a imprensa carioca, em 1933 (principalmente <i>Diário Carioca</i> e <i>A Noite</i> )
6.	<i>Destinos</i>	1935	Crônicas escritas para a imprensa carioca, entre 1932 e 1934 (principalmente <i>Diário Carioca</i> e <i>A Noite</i> )
7.	<i>Sepultando os meus mortos</i>	1935	Crônicas escritas para a imprensa carioca, entre 1932 e 1934 (principalmente <i>Diário Carioca</i> e <i>A Noite</i> )
8.	<i>Reminiscências</i>	1935	Crônicas escritas para a imprensa carioca, entre 1932 e 1934 (principalmente <i>Diário Carioca</i> e <i>A Noite</i> )
9.	<i>Um sonho de pobre</i>	1935	Crônicas escritas para a imprensa carioca, entre 1932 e 1934 (principalmente <i>Diário Carioca</i> e <i>A Noite</i> )
10.	<i>Notas de um diarista - 1ª série</i>	1935	Crônicas escritas para <i>O Jornal</i> , de Assis Chateaubriand, entre 1930 e 1932
11.	<i>Notas de um diarista - 2ª série</i>	1936	Crônicas escritas para <i>O Jornal</i> , de Assis Chateaubriand, entre 1930 e 1932
12.	<i>Contrastes</i>	1936	Crônicas escritas para a imprensa carioca, entre 1932 e 1934 (principalmente <i>Diário Carioca</i> e <i>A Noite</i> )
13.	<i>Últimas crônicas</i>	1936	Crônicas escritas para a imprensa carioca, entre 1932 e 1934 (principalmente <i>Diário Carioca</i> e <i>A Noite</i> )
14.	<i>Perfis – 1ª série</i>	1936	Crônicas traçando perfis de personalidades literárias e políticas, publicadas em jornais cariocas entre 1926 e 1927
15.	<i>Perfis – 2ª série</i>	1936	Crônicas traçando perfis de personalidades literárias e políticas, publicadas em jornais cariocas entre 1926 e 1927
16.	<i>Fatos e feitos</i>	1949	Crônicas escritas para a revista <i>Para Todos</i> , entre 1919 e 1921

<sup>43</sup> Apesar de, na organização do livro, as crônicas estarem dispostas apenas entre os anos de 1915 e 1916, identifiquei vários equívocos nessa datação, como, por exemplo, a crônica “Os que sabem escrever”, assinada pelo pseudônimo de Humberto, Micromegas, que, no livro, está datada em 1916, mas, de fato, fora publicada antes disso, já na edição n. 1.019 de *O Imparcial* (datada de 17 de outubro de 1915, p. 02). Outro exemplo é a crônica “Soldados e calungas”, que no livro é datada em 1916, mas que foi publicada apenas no ano seguinte, no n. 1.468 do mesmo jornal, datado de 9 de janeiro de 1917 (p. 02).

Esse papel de cronista é realmente ressaltado pela maior parte dos seus biógrafos como sendo central numa análise da vida de Humberto de Campos, tendo-se em vista a grande quantidade de textos desse gênero que o autor produziu, bem como que foi com eles que Humberto atingiu o grau máximo de sua popularidade, estabelecendo aproximações cada vez mais fortes e íntimas com o seu público leitor nos seus últimos anos de vida. Era por meio de suas crônicas que Humberto comentava recentes acontecimentos, tanto de ordem social, nacional ou internacional – como a cassação dos direitos políticos dos parlamentares da República Velha, a morte de alguma figura relevante no mundo político ou literário, ou o antissemitismo crescente na Alemanha –, quanto de ordem pessoal – fosse respondendo às cartas enviadas pelos leitores relatando-lhe suas angústias, fosse expondo o avanço de sua doença e as suas impressões sobre ela.

As crônicas de Humberto, portanto, consistem em um importante veículo de transmissão das impressões do autor sobre diversas questões, pessoais, sociais, políticas etc., bem como de exposição da imagem de si que ele queria fazer circular entre o seu público. Desta maneira, são relevantes fontes históricas para apreciação no presente texto.

Entretanto, tal qual qualquer fonte histórica, as crônicas não podem ser compreendidas fora de seu próprio contexto de produção, geralmente relacionado a um evento social, político ou individual que leva o autor a discuti-lo em seu conteúdo. Como afirma Antônio Cândido, a crônica “se ajusta à sensibilidade de todo o dia”<sup>44</sup>, portanto, imprescindível no tratamento desses escritos de Humberto é localizar o momento da elaboração do seu texto, quando cada crônica foi escrita e publicada a fim de se poder compreendê-la nas preocupações daquele momento específico.

Esta preocupação, entretanto, não é sanada por nenhuma das obras escritas sobre Humberto, nem pelas suas coletâneas de crônicas, nem pelas suas antologias, nem mesmo pelos seus analistas. As primeiras, tanto as produzidas com o autor ainda vivo, quanto as póstumas, limitam-se apenas a reunir no mesmo livro, crônicas diversas, sem datá-las, nem organizá-las cronologicamente, nem mesmo identificar os jornais ou as revistas onde foram

---

<sup>44</sup> CÂNDIDO, Antônio (org.). **Crônica**. São Paulo: Unicamp, 1992, p. 13.

publicadas inicialmente. Não há, portanto, a preocupação em localizar tais crônicas, identificar quando ou onde foram divulgadas, nem mesmo em distribuí-las cronologicamente ou por pertinência temática. O que há é apenas uma reunião das mesmas, de maneira desordenada e desorganizada<sup>45</sup>.

Tal problema já era apontado por Roberto Acízelo de Souza, na explicitação metodológica que elaborou para a obra *O miolo e o pão*, no centenário de nascimento de Humberto, em 1986. Naquele momento, ele afirmou:

Boa parte do que escreveu – especialmente as crônicas e os contos humorísticos – foi inicialmente publicada na imprensa e depois reunida em livros. Em nenhum desses livros, porém, o autor ou seu editor esclarecem alguns detalhes importantes: o critério para a reunião dos vários textos num livro; o veículo de imprensa em que os textos foram originalmente publicados, com as datas respectivas. [...] Quanto à copiosa obra póstuma, [...] [há] a óbvia agravante de se tratar de textos cujo arranjo final não passou pelo crivo do autor. Nas edições da [editora] José Olympio, encontramos a informação de que se trata de obra organizada pelo filho do escritor, Henrique de Campos, mas nas edições seguintes, da responsabilidade da tristemente célebre editora [W. M.] Jackson [Inc.] [...], corta-se a referência ao organizador, resguardando-se apenas um reticente cuidado (!?) do editor: ‘obra póstuma’, breves palavras depois das quais pesa um silêncio tumular.<sup>46</sup>

Da mesma maneira, tanto os organizadores de antologias<sup>47</sup>, quanto os estudiosos atuais da obra de Humberto de Campos<sup>48</sup>, têm usado, para localizar temporalmente as crônicas selecionadas, não as datas da publicação original nos periódicos, mas as dos livros de compilação. Agindo assim, acabam comprometendo aquelas questões necessárias para a compreensão dos textos do autor. Um dos prejuízos mais claros, por exemplo, se dá com relação aos textos extraídos dos livros póstumos, que são identificados unicamente pela

---

<sup>45</sup> Consigo localizar, entretanto, pelo menos, duas tentativas de organização temática, que se configuram nos livros *Sombras que sofrem* (1934) e *Sepultando os meus mortos* (1935, póstumo). No primeiro, há a tentativa de reunir as crônicas que Humberto publicou como respostas a cartas de leitores que lhe narravam suas angústias e pediam-lhe conselhos. No segundo, tentou-se reunir os principais necrológios que Humberto escreveu sobre pessoas de seu apreço. Apesar desse objetivo mais geral, identificado pela leitura das crônicas aí presentes, há várias exceções presentes em cada um onde tal objetivo não se observa.

<sup>46</sup> SOUZA, Roberto Acízelo de. “Introdução”. In: REIS, Roberto (coord.). *O miolo e o pão*: estudo crítico e antologia de Humberto de Campos. Niterói, RJ: EDUFF, 1986, p. 19.

<sup>47</sup> As antologias a que me refiro são as de Gilberto Araújo (2009), João Clímaco Bezerra (1979) e Roberto Reis (1986). Não tenho conhecimento de qualquer outra.

<sup>48</sup> Refiro-me especialmente às análises de Sebastião Duarte (2009), Maria de Lourdes Lebert (1986), Alexandre Rocha (2008), Roberta Scheibe (2006) e Marcos Vilela (2009).

data de publicação destes, o que faz com que o leitor de tais obras tenha como única data de referência a da publicação do livro que, em seis casos, são datas de quando o autor já havia morrido.

Outro problema neste tocante reside em, ao reduzir todos os textos a uma única data, a da publicação do livro, acabar tomando este como uma obra onde se encerre uma certa coerência interna do pensamento do autor, levando, portanto, a crer que ao longo de todo o livro, as ideias do cronista sobre temas semelhantes serão as mesmas. Há que se lembrar que cada um desses livros consiste em uma reunião de textos escritos em diferentes momentos pessoais de Humberto, contendo neles, assim, impressões múltiplas e plurais construídas historicamente. Cada um desses livros, portanto, representa não um conjunto organicamente funcional, mas uma multiplicidade temporal simplesmente irreduzível a uma única data.

Ignorar essa multiplicidade, portanto, seria crer na existência de uma coerência e continuidade de pensamento que teria acompanhado o autor ao longo de anos de sua existência, e que qualquer crônica produzida pelo mesmo, em qualquer ano de sua vida, refletiria a permanência de um mesmo modo de pensar sobre aquele objeto. Assim, repor cada crônica ao momento de sua elaboração, fugindo à data da publicação do livro que a reuniu a outras quarenta escritas em diferentes momentos, faz-se necessário para a elaboração do presente texto.

Essas preocupações, entretanto, não estão presentes, por exemplo, em duas antologias de Humberto de Campos, a primeira, organizada por João Clímaco Bezerra, publicada em 1979, e a segunda, por Gilberto Araújo, publicada recentemente em 2009. Elas acabaram por repetir muitos dos equívocos com os quais a obra do cronista maranhense foi e continua sendo tratada hoje em dia.

No livro organizado por Bezerra, por exemplo, sequer há uma discussão sobre os critérios que levaram à escolha dos textos aí presentes. A própria distribuição deles é, de maneira geral, caótica. A única organização presente nessa antologia, por sua vez, reside na disposição dos textos por livro, selecionando, a cada livro escolhido, um determinado número de escritos para compor a antologia. Entretanto, não há exposição dos critérios que

levaram à seleção de alguns livros, e não de outros, de uns textos e não de outros, não há, sequer, uma organização cronológica pelo lançamento das obras, nem mesmo uma especificação por gênero literário, distribuindo, portanto, sem a devida identificação, livros de contos, crônicas, memórias, pesquisa histórica etc.<sup>49</sup>

Na antologia organizada por Gilberto Araújo, por sua vez, essa exposição metodológica já aparece, mas limita-se apenas a explicitar os critérios de seleção dos textos, sem, contudo, preocupar-se em apontar as dificuldades metodológicas no trato com o acervo.

A seleção das crônicas obedece ao critério da representatividade temática, bem como à rentabilidade estética dos textos, quesito mais arbitrário. Dentro de cada segmento, as crônicas estão dispostas *na ordem cronológica de publicação dos livros em que foram inseridas*.<sup>50</sup>

A opção feita por Gilberto Araújo, entretanto, apesar de apresentar seus méritos, demonstrando sua preocupação em organizar as crônicas a partir de eixos temáticos<sup>51</sup>, apresenta também alguns problemas. O mais grave deles consiste em ter repetido o equívoco de datar os textos pela data de publicação dos livros, e não dos periódicos, provocando confusão semelhante àquela presente nos próprios livros de crônicas lançados nas décadas de 1930 e 1940, repetindo essa falta de cuidado de que têm sido vítimas os escritos de Humberto desde a época em que ele ainda era vivo.

Esse critério de distribuição das crônicas levou o organizador a, por exemplo, sob uma suposta organização cronológica, dispor textos mais recentemente escritos antes de textos mais antigos, devido a terem sido

---

<sup>49</sup> A primeira seção de textos da antologia de Bezerra, por exemplo, consiste em capítulos do livro *Memórias, 1886-1900*, de 1933; a segunda, por sua vez, traz contos de *O Monstro e outros contos*, publicado em 1932; a terceira, os contos orientais de *À sombra das tamareiras*, de 1934; da quarta à nona, os livros de crônicas aparecem na seguinte sequência: o livro *Sombras que sofrem*, de 1934, *Os Párias*, de 1933, *Contrastes*, de 1936, *Mealheiro de Agripa*, de 1920, *Um sonho de pobre e Destinos*, ambos de 1935; o livro finaliza com os textos de pesquisa história de *O Brasil Anedótico*, de 1928.

<sup>50</sup> ARAÚJO, Gilberto (org.). **Humberto de Campos**. São Paulo: Global, 2009, p. 18 [Coleção Melhores Crônicas, dir. Edla Van Steen] (grifo meu).

<sup>51</sup> As seções temáticas criadas por Araújo, entretanto, são amplas o suficiente para que todo tipo de texto possa entrar em alguma delas. São: “Vida moderna: mundanismo e decadência”, “As sereias do vício moderno”, “As sombras dos parias”, “As letras e a vida literária”, “A Academia”, “Perfis” e “Humberto por ele mesmo”.

reunidos em livros antes dos últimos. Cito dois exemplos, dentre vários, para demonstrar o problema gerado por esse critério escolhido.

O primeiro está presente na seção intitulada “Humberto por ele mesmo”. Pelo critério adotado por Araújo, a crônica “Aos meus amigos da Bahia” acabou vindo antes de “Carta a Menotti del Picchia”, isso porque, enquanto aquela foi publicada no livro *Sombras que sofrem*, de 1934, a última apenas apareceu em livro no *Reminiscências...*, de 1935. Entretanto, se eu busco identificar a sequência cronológica de elaboração da crônica, usando como patamar para isso as datas de publicação nos periódicos, e não de reunião nos livros, percebo que a segunda crônica foi elaborada antes da primeira, pois “Carta a Menotti del Picchia” apareceu pela primeira vez em 4 de julho de 1933<sup>52</sup>, enquanto “Aos meus amigos da Bahia” foi publicado apenas quase cinco meses depois, entre 25 e 29 de novembro de 1933<sup>53</sup>.

Outro exemplo ainda mais gritante, demonstrativo de uma falsa ideia de organização cronológica, se dá na seção intitulada “As sombras dos Párias”. Aí, “O destino da raça negra no Brasil” é colocada imediatamente antes de “Piedade para o cidadão ladrão”, tendo sido ambas extraídas do livro *Um sonho de pobre*, de 1935. Entretanto, esta foi publicada originalmente em 25 de novembro de 1932<sup>54</sup>, enquanto aquela, apenas um ano depois, em 5 de novembro de 1933<sup>55</sup>. Pelo critério “cronológico” de Araújo, portanto, a crônica mais recente foi colocada antes da mais antiga, e, no caso em pauta, como ambas haviam sido publicadas no mesmo livro, o organizador considerou a disposição de ambas no livro e apenas transpôs a sequência lá já exposta – de fato, “O destino da raça negra” é o 15º texto constante do livro, enquanto “Piedade para o cidadão ladrão”, o 37º. Tal critério, então, acabou levando Araújo a repetir nesta antologia a verdadeira confusão presente na organização dos livros de crônicas de Humberto, conforme apontado anteriormente por Souza.

---

<sup>52</sup> CAMPOS, Humberto de. “Carta a Menotti Del Picchia”. **Diário Carioca**. Ano VI, n. 1.506. Rio de Janeiro, edição de 4 jul. 1933, p. 06.

<sup>53</sup> Idem. “Aos meus amigos da Baía (I), (II) e (III)”. **Diário Carioca**. Ano VI, n. 1.630, 1.632 e 1.633. Rio de Janeiro, edições de 25, 28 e 29 nov. 1933, p. 06.

<sup>54</sup> Idem. “Piedade para o cidadão ladrão!...”. **Diário Carioca**. Ano V, n. 1.319. Rio de Janeiro, edição de 25 nov. 1932, p. 01.

<sup>55</sup> Idem. “O destino da raça negra no Brasil (I) e (II)”. **Diário Carioca**. Ano VI, n. 1.612 e 1.613. Rio de Janeiro, edições de 4 e 5 nov. 1933, p. 06.

Outro grande problema do livro de Araújo foi o de incluído o livro *Vale de Josafá* como uma das obras de onde retirou as crônicas selecionadas. Explico: esse livro, lançado em 1919, foi o primeiro volume da coleção do Conselheiro X.X., reunindo, portanto, textos publicados por Humberto de Campos no jornal *O Imparcial*, entre os anos de 1917 e 1918, os quais ele escrevia assumindo uma identidade diferente da sua, a identidade de um velho de 71 anos, tio do próprio Humberto. Nos textos que compõem essa obra, portanto, o olhar lançado às questões discutidas pode, sim, coincidir com o olhar do próprio autor, mas não necessariamente o faz, tendo-se em vista que aí Humberto fala por meio de um personagem que ele próprio criara. Araújo, entretanto, apesar de fazer a ressalva ao leitor, identificando que o livro é da fase do Conselheiro X.X., não expressa maiores preocupações em estabelecer a diferença entre as impressões contidas nos textos assinados com o próprio nome de Humberto de Campos e os textos assinados pela personagem por ele criada, levando a que se possa pensar que todas as impressões colocadas por Humberto na pena do Conselheiro X.X. eram mesmo as suas, e não da personagem através da qual falava.

Creio que, apesar de o livro de Araújo ter tão somente pretensão de apresentar um autor há tempos esquecido ao grande público, uma preocupação metodológica maior precisaria ter sido levada em consideração, o que resultaria numa maneira mais eficaz de organizar e distribuir os textos, evitando as confusões acima expostas.

Por outro lado, Roberto Acízelo de Souza, um dos organizadores da antologia *O Miolo e o Pão*, de 1986, consciente de todas aquelas dificuldades metodológicas apontadas para se trabalhar com a obra de Humberto de Campos, é o único a expor ao leitor, de maneira muito clara e direta, que as escolhas feitas na elaboração daquela antologia consistiram em modos de tentar superar tais dificuldades, afirmando que

Em face da inexistência de boas edições da obra de Humberto de Campos, e diante da impossibilidade de estabelecer os textos com o desejável rigor, limitamo-nos a reproduzi-los segundo as versões a que tivemos acesso [as da editora W. M. Jackson Inc.], apenas

atualizando a ortografia e corrigindo uns poucos erros tipográficos evidentes.<sup>56</sup>

Tal opção, feita pelos organizadores daquela antologia, foi justificada pelo curto espaço de tempo que eles tiveram para ter acesso aos escritos de Humberto e organizar a reunião de textos – segundo os mesmos, tiveram apenas três meses para realizar todo o trabalho. Apesar de compartilhar de algumas das mesmas dificuldades – especialmente o acesso às edições da W. M. Jackson Inc., da década de 1940, por serem os únicos que ainda se encontram comercializáveis nos sebos e se aproximarem mais do tempo de existência do autor –, minhas opções metodológicas foram um pouco diferentes.

Dos treze livros de crônicas de autoria de Humberto de Campos, onze deles reúnem textos de quando o autor já estava doente, interessando diretamente na elaboração da presente tese. Desses onze, pude catalogar nove, por meio do acesso direto às crônicas em suas publicações originais nos periódicos cariocas, digitalizadas e disponibilizadas pela Biblioteca Nacional<sup>57</sup>.

Para cada um desses nove livros (todos publicados entre 1933 e 1936), realizei buscas na hemeroteca da Biblioteca Nacional, tentando identificar em qual momento cada crônica constante em cada um daqueles livros foi inicialmente publicada.

A seguir, o resultado quantitativo dessa pesquisa, por obra<sup>58</sup>:

**Tabela 2** – Relação quantitativa de crônicas cuja publicação original foi localizada, por livros catalogados

<b>Título</b>	<b>Quantidade de crônicas</b>	<b>Localizadas</b>	<b>Não localizadas</b>
<i>Os Párias</i> (1933)	40	30	10
<i>Lagartas e libélulas</i> (1933)	41	28	13
<i>Sombras que sofrem</i> (1934)	44	41	03
<i>Destinos</i> (1935)	41	40	01
<i>Sepultando os meus mortos</i> (1935)	41	39	02
<i>Reminiscências</i> (1935)	38	33	05
<i>Um sonho de pobre</i> (1935)	39	34	05
<i>Contrastes</i> (1936)	45	39	06
<i>Últimas crônicas</i> (1936)	38	31	07

<sup>56</sup> SOUZA, 1986, p. 19.

<sup>57</sup> Os dois que não pude catalogar são as duas séries de *Notas de um diarista*, que se referem à coluna mantida por Humberto de Campos em *O Jornal*, de Assis Chateaubriand, entre 19 de novembro de 1930 e 16 de janeiro de 1932 (CAMPOS, 1954b, p. 108 e 237) jornal ao qual não tive acesso. O acesso ao acervo da Biblioteca Nacional deu-se pelo site da instituição, no endereço <http://memoria.bn.br>.

<sup>58</sup> O resultado detalhado, por obra, encontra-se na seção Apêndice.

A maior parte das crônicas reunidas em tais livros havia sido publicada nos jornais *Diário Carioca* e *A Noite*, periódicos para os quais Humberto de Campos colaborou a partir de 1932 e até o fim da vida, em 1934, segundo informações de seu próprio Diário.

Tal pesquisa não se restringiu apenas a localizar, nos periódicos, crônicas com o mesmo título daquelas publicadas nos livros, e considerar que se tratavam do mesmo texto. O trabalho comparativo entre o que existia nos livros e o que foi encontrado nos jornais me fez perceber determinadas alterações entre um texto e outro, havendo, em certos casos, acréscimos ou exclusões de trechos inteiros. Em um caso específico, ao qual Humberto de Campos fazia referência direta ao ano em que estava escrevendo, tal data foi simplesmente subtraída na versão publicada em livro, o que me leva a crer na pretensão do próprio autor – já que o livro foi publicado ainda em vida – de generalizar as conclusões específicas da análise do fim de um ano para todos os anos<sup>59</sup>. Em outros casos, percebi a manutenção do texto, mas a alteração, em maior ou em menor medida, do título da mesma, o que dificultou a sua identificação imediata<sup>60</sup>.

As crônicas que não consegui localizar, por sua vez, podem ter sido publicadas em outros jornais aos quais não tive acesso, ou, até mesmo, nesses mesmos jornais, mas em edições de que a Biblioteca Nacional não dispõe. Outra possibilidade que não devo excluir, entretanto, é a de falha humana, podendo uma ou outra ter passado despercebida por mim durante a pesquisa, devido à vastidão de documentos com os quais lidei<sup>61</sup>. Há, ainda, a

---

<sup>59</sup> Refiro-me à crônica “Adeus, anno Bom! Adeus, 1932!”, publicada originalmente no *Diário Carioca*, em 31 de dezembro de 1932, e reunida na coletânea *Lagartas e Libélulas*, de 1933, sob o título “Adeus, ano bom!”. No livro, entretanto, todas as vezes em que a identificação do ano aparecia no original, tanto no título, quanto no texto, foram suprimidas, sendo publicada sem a vinculação direta a tal data.

<sup>60</sup> A crônica “O príncipe moleque”, publicada no *Diário Carioca*, de 19 de agosto de 1932, transformou-se em “O príncipe contraditório”, de *Os Párias* (1933); por sua vez, “Um condenado á pena da penna”, de 13 de maio de 1932, tornou-se “José Guilherme”, daquele mesmo livro, enquanto “Uma voz, na tempestade”, de 25 de maio de 1932, acabou se transformando em “A sabedoria de Anaxágoras”, de *Lagartas e Libélulas* (1933), dentre outros.

<sup>61</sup> Para se ter uma mínima ideia da quantidade de textos, basta unicamente citar o exemplo de uma das fontes pesquisadas, o jornal *Diário Carioca*, para o qual Humberto colaborou entre 21 de janeiro de 1932 e 30 de novembro de 1934. Durante os três anos de atuação no jornal, consegui localizar 581 textos assinados pelo autor, entre contos infantis, contos orientais, memórias e, em sua grande maioria, crônicas, dentre elas, a última elaborada em vida, um necrológio a Coelho Netto.

possibilidade de que tais crônicas tenham sido produzidas especialmente para compor o livro, não tendo, portanto, sido publicadas anteriormente e, assim, inexistindo referências diversas àquelas dos livros – refiro-me, é claro, apenas àquelas que compõem as obras *Os Párias* (1933), *Lagartas e Libélulas* (1933) e *Sombras que sofrem* (1934), publicadas quando Humberto ainda estava vivo.

Essa pesquisa, por outro lado, para além de me possibilitar mapear as crônicas que haviam sido reunidas nos livros lançados, fez-me também perceber que há uma grande quantidade de outros textos que não constam em nenhum livro de Humberto, dentre eles, por exemplo, contos, fragmentos de um suposto romance que estaria sendo escrito pelo autor, bem como, pelo menos, cerca de outras 150 (cento e cinquenta) crônicas que não aparecem nos livros lançados, e que, tal qual as demais, possibilitam uma interpretação sincrônica do contexto de produção de Humberto, associadas aos seus demais escritos.

Esse mapeamento, portanto, possibilitou-me repor a maior parte das crônicas de Humberto de Campos à primeira publicação nos veículos de imprensa, e, assim, ao tempo de sua produção, percebendo como vários desses textos dialogam diretamente com os eventos de sua vida como eram narrados no seu *Diário Secreto*. Assim, ao longo de todo o presente texto, sempre que me utilizei de citações de trechos das crônicas, optei por fazer a referência da primeira publicação em periódico, evitando, portanto, usar a data da publicação do livro que a republicou. Apenas nos casos em que eu não pude localizar onde tal texto foi inicialmente publicado que a referência foi a do livro onde ela consta.

Nesse mesmo sentido, como maneira de preservar a publicação original do texto, optei por não realizar nenhum tipo de modificação na estrutura textual das crônicas. Diferentemente, portanto, do que relatou Souza na elaboração de *O Miolo e o Pão* (1986), optei por não atualizar a ortografia, nem mesmo corrigir erros tipográficos. Neste último caso, recorri ao uso do termo *sic*, conforme preceituado pelas normas técnicas da ABNT. Já quanto à atualização da ortografia, preferi conservar a forma com que Humberto publicara, a fim de respeitar a autonomia daquele contexto histórico, não o submetendo às nossas formas atuais.

Além disso, Humberto de Campos, entre o final da década de 1920 e o início da década de 1930, era membro de uma comissão da Academia Brasileira de Letras responsável especificamente pela reformulação gramatical da língua portuguesa escrita no Brasil, e, segundo o seu próprio relato<sup>62</sup>, chegou a publicar alguns textos sob essa nova forma, provocando estranhamento e diversas críticas daqueles que estavam habituados à forma antiga e não aceitaram as novas propostas. Humberto, portanto, colocou-se enquanto um árduo defensor da reformulação das formas gramaticais e, ainda que eu não discuta especificamente esse evento de sua vida no presente texto, creio que o que eu poderia minimamente fazer, tendo consciência dessa sua luta, era respeitar a forma como os seus textos apareciam, estando de acordo com a velha gramática ou com a nova proposta. Isto posto, as citações ao longo do texto aparecem da maneira como foram publicadas, sem alterações.

Há, ainda, diferenças na maneira como alguns nomes próprios aparecem em diferentes fontes. Nesse caso, reproduzi as fontes da maneira como elas me apareceram, enquanto optei por uma das formas e uniformizei o texto de minha escrita segundo essa escolha<sup>63</sup>.

O mapeamento realizado em torno daqueles nove livros, por sua vez, de extrema relevância para a elaboração do presente texto, encontra-se na seção Apêndice, ao final deste trabalho, a fim de que possa vir a ser manuseado para quaisquer outros estudos que sejam feitos sobre a obra e a vida do acadêmico maranhense.

### **3.2. O *Diário (nem tão) Secreto*: o percurso de um livro maldito**

A edição que usei do *Diário Secreto*, por sua vez, foi a publicada por O Cruzeiro, em 1954, no formato de livro. O percurso desta publicação mereceria

---

<sup>62</sup> Conferir diversas anotações realizadas nos dois volumes do *Diário Secreto*, especialmente aqueles referentes aos anos de 1928 a 1930 (CAMPOS, Humberto. **Diário Secreto**. Rio de Janeiro: O Cruzeiro, 1954 [vols. I e II]).

<sup>63</sup> Cito exemplos: optei pela forma *Vergolino*, e não *Virgulino*, para o sobrenome vindo de Paqueta, esposa de Humberto (ambas as formas aparecem na documentação, mas apenas a primeira aparece nas biografias); optei pelas formas *Coelho Netto* e *Marcelino Machado*, em vez de *Coelho Neto* e *Marcelino Machado*, pois, apesar de ambas aparecerem na documentação na mesma época, a pesquisa me mostrou uma frequência maior daquelas sobre as últimas.

uma narrativa própria, a fim de dar conta das tensões geradas em torno de seu conteúdo. Tentarei sintetizar rapidamente essa história nas linhas seguintes.

O Diário contém registros de três momentos diferentes da vida de Humberto de Campos: de 1915, de 1917 e do período entre 1928 e 1934. Nos dois primeiros momentos, os registros não passam de rápidas anotações e comentários realizados de forma irregular, havendo vários intervalos entre um registro e outro. Em 1915, por exemplo, conta-se apenas com o registro do mês de janeiro, havendo um verdadeiro silenciamento dos demais meses. Em 1917, por sua vez, os registros se dão entre março e julho e, tal qual o primeiro caso, também não se dão com regularidade diária.

No terceiro momento, entretanto, iniciando-se em 1928, os registros se tornam mais regulares e mais complexos do que meras anotações de atividades. O estilo adotado, menos técnico-descritivo e mais inventivo-narrativo, torna-se mais literariamente atraente, perfazendo-se, muitas vezes, em pequenas histórias desenvolvidas em torno de eventos do seu cotidiano; personagens construídos por meio de um entrelaçamento necessário e determinístico entre descrição físico-anatômica e análise psicológica de seus comportamentos – leitura informada pela adesão declarada do autor às teorias materialistas, em especial, o positivismo de August Comte e os evolucionismos de Charles Darwin, Herbert Spencer, Ernst Haeckel e Ludwig Büchner, desde os primeiros contatos que passou a manter com os escritos desses autores, em 1902, aos dezesseis anos, em Parnaíba<sup>64</sup> –; a reelaboração de diálogos e de histórias que lhe eram narradas *por e sobre* tais sujeitos; bem como várias pitadas do humor e do anedótico do dia-a-dia de parlamentar, de acadêmico e de jornalista.

---

<sup>64</sup> Cf. CAMPOS, Humberto de. “De Cazuza Pôrto a Augusto Comte”. **Diário Carioca**. Ano VII, n. 1.851. Rio de Janeiro, edição de 09 ago. 1934, p. 06. Humberto afirma que o seu contato com o positivismo e as vertentes evolucionistas deu-se por meio dos livros pertencentes a um primo seu, filho de Emídio Veras e sócio deste em seu comércio, que assistia aulas na faculdade de direito da cidade do Recife e levava livros desses autores quando regressava para Parnaíba. Provavelmente esse seu primo é Joaquim Veras, ao qual ele faz referência em outros capítulos do seu livro *Memórias, 1886-1900* (confira “Na escada de sete degraus”, das páginas 349 a 353, e “O flagrante”, das páginas 361 a 366), ainda que mantenha silêncio quanto a ele no capítulo citado no início desta nota. Sobre o papel da Faculdade de Direito do Recife na divulgação dessas teorias materialistas no final do século XX, cf. SCHWARCZ, Lília Moritz. **O espetáculo das raças** – cientistas, instituições e questão racial no Brasil (1870-1930). 4 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

Nos registros que realiza nesta terceira fase, Humberto parece transpor para o seu diário o estilo que havia desenvolvido e com o qual havia se popularizado na elaboração de seus crônicas jornalísticas e de seus contos humorísticos na pele do Conselheiro X.X. Tal forma de narração ajuda mesmo a construir o efeito de verdade que tenta imprimir aos seus relatos que, segundo ele próprio, consistem “no registro fiel e cotidiano da minha vida e, em parte da vida alheia”<sup>65</sup>.

É apenas neste terceiro momento de seus registros que Humberto passa a elaborá-los de modo mais regular, ainda que não necessariamente a regularidade se torna realmente diária – e, de fato, nem todos os dias são registrados, há alguns meses em completo silêncio, enquanto em outros há abundância de relatos. O que Humberto reinicia em 1928, entretanto, ele só abandona com a morte, sendo o seu último registro o do dia 27 de novembro de 1934, oito dias antes de sua morte.

A regularidade nos registros no período de 1928 a 1934 pode ser interpretada por motivos diversos. Em primeiro lugar, a relativa estabilidade financeira obtida por Humberto quando assume o cargo parlamentar, a partir de 1927, levando-o a reduzir a intensidade de trabalhos jornalísticos necessários para a manutenção dos gastos familiares, situação que se mantém até a cassação do seu mandato com a vitória do golpe de outubro de 1930.

Neste sentido, ao lamentar ter interrompido os registros nos anos de 1915 e 1917, atribui a culpa disso a ele ter tido que, desde então,

lutar penosamente pela subsistência, mantendo-me, e a uma família numerosa, exclusivamente com o trabalho da minha pena. Os meus dias, as minhas horas, os meus minutos, passaram a ser convertidos em pão. [...] Verdadeiramente, só agora começo a erguer a cabeça, encarando o sol, alegria da terra: até meados de 1927, vivi curvado sobre a banda de trabalho, como o lavrador que lavra o seu campo. A luta era o meu castigo e o meu prêmio, minha profissão o meu salário. Mais livre, hoje, de preocupações sobre o pão de cada dia, vou tentar, assim, mais uma vez, êste ementário de fatos e emoções<sup>66</sup>

Em segundo lugar, Humberto já se vê, no início de 1928, como alguém “importante”, alguém que, vindo da pobreza, alcançou destacados lugares

<sup>65</sup> CAMPOS, Humberto de. **Diário Secreto**. Rio de Janeiro: O Cruzeiro, 1954a, p. 84 [vol. I].

<sup>66</sup> Ibid., p. 84.

perante a sociedade, possuindo, portanto, uma relevância social. Neste sentido, afirma planejar contar a sua trajetória de vida – os caminhos que ele trilhou até aquele ponto, em um livro de memórias, e os caminhos que forem trilhados dali para frente, em seu diário – para que ela sirva de “exemplo para os mais jovens”.

Novamente, o próprio autor me possibilita concluir isto, quando compara o seu lugar social de antes, de 1915, ao lugar ocupado no início de 1928:

Em 1915, na data de hoje [1º de janeiro], não tinha filhos, era obscuro funcionário interino do Ministério da Justiça e Negócios Interiores, e redator de “O Imparcial”. A minha obra literária resumia-se no livro de versos “Poeira...” (1ª série), editado em 1911. Hoje, passados treze anos, sou membro da Academia Brasileira de Letras, deputado federal pelo Maranhão, e tenho três filhos, e dezessete volumes publicados. [...]

A crônica dos meus dias é rica de ensinamentos, de lições aos rapazes pobres e desprotegidos, e poderá servir, um dia àqueles que a conhecerem e sobre ela meditarem. Considero-me, literária e politicamente, um produto da vontade e do trabalho, podendo-se ver, pelas conquistas que realizei, que um homem, em um país como o nosso, pode construir, sozinho, o edifício da sua glória e da sua fortuna.

A história de minha vida é um roteiro oferecido à mocidade que um dia a manuseie e, particularmente, aos meus filhos. Os rochedos em que bati, mesmo esses me foram úteis, e deverão sê-los aos que me lerem. Conhecendo-os, saberão, aqueles que vierem depois de mim, que devem evitá-los, fugindo aos perigos que enfrentei e, conseqüentemente, procurando, nessa altura, outros caminhos.<sup>67</sup>

Entretanto, nenhum desses dois motivos garantiriam isoladamente a continuidade dos registros que Humberto fez entre 1928 e 1934. Uma terceira razão, surgida justamente neste recorte temporal, unindo-se à segunda, deve ter fortalecido a decisão de Humberto de manter os seus registros diários: o avanço de sua doença, com o definhamento do seu corpo e os reflexos disso sobre o seu espírito, leva à construção de novas percepções de si, da vida e da morte. Com a morte como uma realidade cada vez mais próxima, a vida se torna também algo a ser cada vez mais exaltado, e o resto de vida que se possui, algo a tentar ser preservado.

Interessante, aqui, é uma anotação feita por Humberto de Campos em seu diário, em 2 de setembro de 1928. Neste ponto, referindo-se à sua

---

<sup>67</sup> CAMPOS, 1954a, p. 85.

pretensão de produzir uma vasta obra literária, o autor registra o quanto a escrita representa para ele a possibilidade de superar a própria morte e preservar a vida, mantendo-se vivo pelo seu pensamento registrado.

A minha paixão pelo trabalho mental, a minha fome de escrever, de produzir, tem, talvez, as suas raízes mais profundas no meu egoísmo. Que pretendo eu, em verdade, ao idear uma obra vasta, uma bibliografia numerosa? Pretendo, apenas, que meu nome me sobreviva, que se fale de mim quando eu já repousar no sei da terra. Eu me mato, pois, para dilatar a vida. Quero enganar a Morte, deixando no mundo o meu rastro, para que os estudiosos de amanhã me procurem, depois que ela me tenha levado. Quem sabe, no entanto, se eu me não estou enganando a mim mesmo?<sup>68</sup>

Desta maneira, escrever, registrar, produzir, cumpre para Humberto a função de mantê-lo vivo, de preservar a sua vida. Tal preservação parece ter sido questão ainda mais crucial quanto mais a morte parecia próxima, e com a doença ela passa a ser uma possibilidade sempre presente.

A regularidade dos registros diários, portanto, só foi possível pela associação dos três fatores acima mencionados, inexistentes tanto em 1915, quanto em 1917. Apenas o período entre 1928 e 1934 conseguiu reunir as condições que possibilitaram a manutenção de tais registros, ainda que inicialmente o equilíbrio financeiro fosse uma dessas condições, após o seu desaparecimento, o desejo de preservar a própria vida, através de sua reelaboração sob a forma escrita, conseguiu superar as dificuldades financeiras e de tempo que haviam interrompido a elaboração do diário em anos anteriores.

Há, entretanto, que se apontar a ilusória caracterização que Humberto atribui a tais escritos, denominando-os de seu “diário íntimo” e caracterizando-os como o “registro fiel” de suas impressões da vida. Com isso, dava a entender que consistiam em relatos pessoais e exclusivamente privados. Todavia, desde que retomou as anotações em 1928, deixara claro que aqueles registros estavam sendo produzidos para serem publicados algum dia e comporem, juntamente com o futuro livro de *Memórias*, a história da vida do autor.

---

<sup>68</sup> CAMPOS, 1954a, p. 272.

Em janeiro de 1912, por ocasião de uma viagem a Parnaíba, no Piauí, comecei as minhas “Memórias”, que reencetei, meses depois, no Pará, e em 1915, no Rio de Janeiro. Interrompidas ao narrar os acontecimentos de 1903, 17º ano da minha vida, pretendo, agora, continuá-las. Se conseguir reatá-las, e chegar ao ano de 1927, essas “Memórias”, unidas a êste “Diário”, constituirão a minha autobiografia, completa e fiel.<sup>69</sup>

Fica clara, portanto, a intenção de publicação do Diário que, em conjunto com o livro de Memórias, contariam a história da vida de Humberto aos “rapazes pobres e desprotegidos”, servindo-lhes de roteiro a ser manuseado e sobre o qual se meditar, segundo os objetivos declarados do autor.

Se, desde então, já fica expressamente claro que o Diário começou a ser produzido com a pretensão de ser publicado, torna-se inegável que as imagens de si e do mundo que Humberto construía nesse texto não refletiam necessariamente as suas impressões mais íntimas e pessoais sobre os eventos, mas aquelas que o autor desejava que viessem algum dia a público, quando achasse devidamente conveniente publicar a sua autobiografia.

Tal projeto, entretanto, sofreu drásticas alterações em seu desenvolvimento. O livro de Memórias, por um lado, teve seus capítulos reelaborados, possibilitando a publicação apenas de uma primeira parte, compreendendo de 1886 ao ano de 1900, em 1933. A segunda parte, que compreenderia de 1901 a 1927, não pôde ser concluída, em virtude do agravamento da doença de Humberto e de seu falecimento no final de 1934.

O Diário, por outro lado, teve outra destinação. Antes de morrer, o autor dirigiu-se à Academia Brasileira de Letras, onde depositou os originais em cofre, “embrulhados em papel pardo, selados, lacrados e rubricados pelo escritor”<sup>70</sup>. Escreveu, à máquina, na frente de tais pacotes: “Diário de Humberto de Campos – para ser aberto e publicado em 1950”. Consciente da acidez e da amargura com que narrava o seu cotidiano e caracterizava os seus pares nesses textos, Humberto afirmara que o prazo dado era necessário para superar certas tensões ainda existentes em sua época, bem como evitar que seus escritos “íntimos” gerassem novas graves questões com aqueles que

---

<sup>69</sup> CAMPOS, 1954a, p. 85.

<sup>70</sup> **REVISTA da Semana**. Ano XLV, n. 15. Rio de Janeiro, edição de 8 abr. 1944, p. 28.

neles figurassem. O mesmo motivo era alegado por outro membro da Academia Brasileira de Letras, Medeiros e Albuquerque, ao realizar o depósito das suas memórias, no ano de sua morte, 1934, afirmando que elas só deveriam ser publicadas em 1942<sup>71</sup>.

Ao menos, esses eram os motivos confessados dos autores. Há, entretanto, talvez mais importante do que isso, um grande motivo inconfessado por trás dessas ações. Ao manter sob segredo o conteúdo da maior parte de seus registros “íntimos”, os autores estrategicamente tentaram garantir que o interesse por suas obras permanecesse vivo por mais tempo, no caso de Humberto, por pelo menos mais duas décadas, deixando uma grande interrogação nas mentes de seus contemporâneos sobre quais eventos e quais personagens estariam devidamente registrados e analisados em seu diário, e, especialmente, como os mesmos foram percebidos pelo olhar de Humberto.

Para manter, portanto, o interesse social no conteúdo do seu diário, este não podia ser realmente tão secreto quanto o título dado a ele na década de 1950 possa levar a crer. Humberto já havia publicado alguns trechos desses seus escritos na própria imprensa, tanto nas páginas da coluna que assinava para o *Diário Carioca*, na década de 1930, bem como em outros periódicos<sup>72</sup>. Dentre esses trechos publicados, destaca-se o da edição de 9 de março de 1933, com excertos relativos a alguns dos piores dias do avanço de sua doença. Naquele momento, intitulou a sua publicação como “Diário de um enterrado vivo (páginas inéditas, de ‘um Diário’)”<sup>73</sup>. Tal título consistia, segundo registro de 17 de agosto de 1931, no nome que melhor se adequava a ser atribuído àquele seu Diário<sup>74</sup>. Novas publicações sob esse mesmo título, relativas ao sofrimento pelo qual passava, apareceram, pelo menos, mais duas

---

<sup>71</sup> “LETRAS e artes”. **Diário de Notícias**. Ano XIII, n. 6.200. Rio de Janeiro, edição de 10 jan. 1943, p. 18.

<sup>72</sup> Confira, por exemplo, a inclusão de trechos desse Diário relativos ao ano de 1928 em texto de crítica literária escrito por Humberto analisando o livro “O Brasil na América”, de Manoel Bomfim, já no ano de 1929 (CAMPOS, Humberto de. “Vida Literária”. **Correio da Manhã**. Ano XXIX, n. 10.608. Rio de Janeiro, edição de 31 jul. 1929, p. 02).

<sup>73</sup> Idem. “Diário de um enterrado vivo”. **Diário Carioca**. Ano VI, n. 1.406. Rio de Janeiro, edição de 9 mar. 1933, p. 06.

<sup>74</sup> CAMPOS, 1954b, p. 166.

vezes nas semanas seguintes: nas edições de 17 de março<sup>75</sup> e de 11 de abril de 1933<sup>76</sup>.

Novos trechos do Diário, não apenas relativos à sua doença, mas relativos a suas impressões de algumas viagens realizadas, sonhos tidos à noite e esperanças de um futuro melhor destruídas, dentre outras matérias, foram publicados nos meses seguintes e passaram a se tornar comentados pelos leitores do periódico<sup>77</sup>.

Da intenção consciente, portanto, de publicar partes do Diário ainda em vida não restam dúvidas, tanto pelo que ele já vinha realizando diante do periódico carioca, quanto por listar o *Diário de um Enterrado Vivo* como um dos livros contratados com a editora de José Olympio, seu editor paulista, para circular no mês de junho de 1934, segundo registro do próprio autor<sup>78</sup>.

Por sua vez, a ideia de postergar a publicação integral do Diário também pode ser compreendida por outro viés interpretativo, não concorrente, mas complementar ao exposto acima, dando a perceber uma verdadeira estratégia de que lançou mão Humberto de Campos para preservar-se vivo literariamente após a sua morte física.

Talvez esse adiamento da publicação tenha sido, portanto, pensado como meio de dar aos seus registros maior credibilidade, de levar o público a crer na completa sinceridade do autor ao elaborá-los. Não é difícil imaginar que Humberto de Campos – que ficara conhecido por muitos como “humorista” e “debochador”, e assumira vários alter-egos ao longo de sua trajetória literária no Rio de Janeiro, dentre eles, a de um velho conselheiro de 71 anos e a de um muçulmano contador de lendas –, leitor e admirador, assim como toda a geração de escritores a que pertencia, do grande nome da literatura brasileira do final do século XIX<sup>79</sup>, possa ter se espelhado justamente em um dos

<sup>75</sup> CAMPOS, Humberto de. “Ainda o ‘Diário de um Enterrado Vivo’”. **Diário Carioca**. Ano VI, n. 1.413. Rio de Janeiro, edição de 17 mar. 1933, p. 06.

<sup>76</sup> Idem. “Diário de um Enterrado Vivo”. **Diário Carioca**. Ano VI, n. 1.434. Rio de Janeiro, edição de 11 abr. 1933, p. 06.

<sup>77</sup> Encontra-se na seção Apêndice a relação das publicações de trechos do Diário feitas pelo periódico *Diário Carioca* que consegui localizar entre 1933 e 1934.

<sup>78</sup> CAMPOS, 1954b, p. 414.

<sup>79</sup> Humberto, assim como vários de seus contemporâneos, deixava clara essa grande admiração por Machado de Assis. Isso pode ser visto, por exemplo, na crônica “O menino do morro”, em que afirma ser Machado o seu “mestre” (Cf. CAMPOS, Humberto de. “O menino do morro”. **Diário Carioca**. Ano VI, n. 1.581. Rio de Janeiro, edição de 29 set. 1933, p. 06). Sobre a grande influência que a figura de Machado de Assis exercia diante dos seus

personagens criados pelo Bruxo do Cosme Velho para, apenas depois da morte, relatar a sua experiência de vida com a “franqueza” unicamente possível aos mortos, em virtude do fim de certas convenções sociais que obrigariam os vivos a “mentir e disfarçar” uns perante os outros<sup>80</sup>. Desta maneira, ao vir a público um livro inédito de Humberto de Campos, mas publicado apenas quinze anos após a morte dele, talvez a sensação fosse realmente a de estar lendo algo que acabara de ser escrito, portanto, possibilitando sentir que o morto estava se comunicando com os vivos naquele exato momento e, desta maneira, com toda a “franqueza própria da morte”.

Humberto, portanto, talvez tenha querido dar aos seus relatos, ao estipular a publicação apenas anos após o seu falecimento, o patamar de testemunho prestado com a franqueza só possível a um morto, liberto, portanto, daquelas convenções. E, de fato, quando os originais do Diário foram devolvidos à família e a polêmica sobre a sua possível publicação começou a aparecer nos jornais, em 1950, o *Diário da Noite* estampou a matéria com um título bem sugestivo, que possibilitava pensar justamente em uma pessoa que, já morta, executava uma ação própria dos vivos, como voltar a falar e a escrever: “Pode um morto falar dos vivos?”<sup>81</sup>.

Essa relação estabelecida com a obra de Machado de Assis, por sua vez, pode ter ido ainda mais longe. Ao estipular que o seu Diário fosse publicado em 1950, resta a questão: quais razões teriam levado o autor a estabelecer exatamente esse ano, e não outro? Por que não 1942, como fez Medeiros e Albuquerque? Por que não uma outra data qualquer? A afirmação de que era o tempo necessário para que certas tensões existentes nos escritos pudessem ter sido cessadas não responde satisfatoriamente o porquê de estabelecer exatamente essa data, que pareceria, portanto, mera arbitrariedade, uma data aleatória. Talvez não seja, portanto, bem isso. Talvez a data de 1950 tenha sido pensada por Humberto justamente para coincidir com o 70º aniversário de criação do próprio Brás Cubas, cujas “Memórias

---

contemporâneos, cf. MACHADO NETO, A. L. “Vigências: mitos e prestígios da vida intelectual”. In: MACHADO NETO, A. L. **Estrutura social da república das letras – sociologia da vida intelectual brasileira, 1870-1930**. São Paulo: Grijalbo, 1973, p. 169-237.

<sup>80</sup> Cf. ASSIS, Machado de. **Memórias póstumas de Brás Cubas**. São Paulo: Saraiva, 2011 (Coleção Saraiva de Bolso).

<sup>81</sup> “PODE um morto falar dos vivos?”. **Diário da Noite**. Ano XXII, n. 4.893. Rio de Janeiro, edição de 17 out. 1950, p. 13 e 18.

Posthumus” haviam sido publicadas, no formato de folhetim, na quinzenal *Revista Brasileira*, entre os meses de março e dezembro de 1880<sup>82</sup>.

Desta maneira, creio que Humberto tenha, consciente da gravidade e do recrudescimento de sua doença, planejado “enganar a morte” justamente por meio da sua morte. Os seus escritos, através dos quais afirmava tentar prolongar a vida, não lhe garantiam a continuidade da existência depois do falecimento. Humberto admitia em várias de suas crônicas e em seu Diário que o trabalho que ele realizava era aquém do que ele desejaria realizar e, especialmente depois da perda do mandato parlamentar, em 1930, admitia que a maior parte do que escrevia estava marcado pela pressa, pelas necessidades cotidianas de conseguir dinheiro suficiente para sustentar a si e à sua família, vendendo “miolo da cabeça” para comprar “miolo do pão”<sup>83</sup>. A ideia de construir uma grandiosa e significativa obra literária, que perdurasse no tempo e sobrevivesse à sua morte, que, inicialmente, idealizava ser no gênero poético, depois no gênero narrativo, admitiu por vezes ser um desejo o qual as necessidades financeiras não o permitiriam realizar.

Criar, portanto, uma obra memorialística, cuja primeira parte se publicaria em vida, as Memórias, e a segunda parte viria depois da morte, o Diário, prolongaria o interesse público, a permanência do seu nome na imprensa. E estabelecer-se como um autor-defunto no ano do 70º aniversário da obra de um defunto-autor, criado pelo maior nome da literatura brasileira, a quem a Academia devia a sua própria fundação, pode, talvez, ter parecido a

---

<sup>82</sup> A *Revista Brasileira*, apesar de sua periodicidade quinzenal, organizava-se em torno de tomos trimestrais. Cada tomo, portanto, reunia os seis exemplares que haviam sido publicados durante o intervalo de três meses. Os capítulos que, em 1881, seriam reunidos, organizados e publicados como livro, encontram-se, portanto, assim dispostos nos quatro tomos da revista que correspondem ao ano de 1880: no tomo número 03, correspondente ao intervalo janeiro-março, encontram-se apenas os capítulos I ao IX (p. 353-372), publicados na segunda quinzena do mês de março; no tomo número 04, encontram-se os capítulos X a XLIII, publicados entre abril e junho (do cap. X ao XIV, p. 05-20; do XV ao XXIII, p. 95-114; do XXIV ao XXIX, p. 165-176; do XXX ao XXXV, p. 233-242; do XXXVI ao XLIII, p. 295-305); no tomo número 05, reunindo as edições publicadas entre julho e setembro, encontram-se dos capítulos XLIV ao C (do XLIV ao LIII, p. 05-20; do LIV ao LXIII, p. 125-138; do LXIII – numeração repetida – ao LXXI, p. 195-210; do LXXII ao LXXXIV, p. 253-272; do LXXXV ao XCI, p. 391-401; do XCII ao C, p. 451-462); por fim, no tomo número 05, correspondente aos meses de outubro a dezembro, dos capítulos CI ao CLXII (do CI ao CX, p. 05-17; do CXI ao CXXIV, p. 89-107; do CXXV ao CXXIX, p. 193-207; do CXL ao CLI, p. 357-370; e, finalmente, do CLII ao CLXII, p. 429-439).

<sup>83</sup> CAMPOS, Humberto de. “Uma voz na sombra (V)”. *Diário Carioca*. Ano V, n. 1.156. Rio de Janeiro, edição de 11 maio 1932, p. 01 e 08

estratégia usada por Humberto para fazer, da sua vida e da sua morte, uma obra de arte literária.

Assim, Humberto já deixara clara a existência de seus registros, oferecera ao público alguns trechos para degustação e anunciara que havia muito mais de onde tais trechos haviam sido extraídos. Intentava conseguir, desta maneira, criar o interesse social em torno do seu diário. Interesse que, segundo deve ter pensado, seria preservado pelo confinamento daqueles escritos por quinze anos nos cofres da ABL. Essa teria sido, portanto, a última malícia do Conselheiro X.X., a última astúcia utilizada por Humberto de Campos para tentar conservar-se vivo, ainda que fisicamente morto.

O interesse do público em sua obra levou o seu editor a produzir vários livros reunindo os seus textos publicados na imprensa carioca naqueles últimos anos. Já me referi a isso especificamente com relação àqueles reunindo as crônicas, em tópico anterior a este, mas com relação aos trechos do Diário, não se deu de maneira diferente. Pela editora de José Olympio, o filho de Humberto, Henrique de Campos, organizou e publicou, quase cinco anos depois da morte do pai, em maio de 1939, os trechos do Diário que já haviam aparecido na imprensa, antes do trancamento dos originais. A esta coletânea, deu-se o nome *Fragmentos de um Diário* (1939)<sup>84</sup>.

Apenas em 1950, conforme o desejo expresso de Humberto, os originais do Diário foram devolvidos à família que, desde o ano anterior, já havia contratado a publicação do material com a então editora das obras do autor, a W. M. Jackson, ainda sem sequer conhecer o seu conteúdo<sup>85</sup>.

Humberto de Campos Filho, em seu livro, escrito no final da década de 1990, relatou suas memórias de como a família agiu com relação aos escritos do autor, debatendo, discutindo e divergindo se seria ou não interessante realmente publicá-los, devido à possibilidade de o pai acabar perdendo a reputação de que, mesmo morto há quinze anos, ainda possuía socialmente.

---

<sup>84</sup> Consta na resenha elaborada pelo Diário Carioca para divulgação do livro que ele “reune interessantes anotações de varia natureza, impressões de viagem, observações leves e deliciosas á margem dos factos do dia-a-dia, retalhos de confissões. As páginas em que Humberto de Campos fixou, amarga, e intensamente, o desespero e o soffrimento do seu fim de vida, são decerto as mais bellas deste magnífico volume, que vem completar a serie de documentos auto-biographicos do immortal maranhense” (“LIVROS Novos”. **Diário Carioca**. Ano XII, n. 3.343. Rio de Janeiro, edição de 5 maio 1939, p. 04).

<sup>85</sup> “O DIÁRIO de Humberto de Campos contem alusões desairosas a pessoas ainda vivas”. **Diário da Noite**. Ano XXII, n. 4.889. Rio de Janeiro, edição de 17 out. 1950, p. 02 e 06.

Devolvido aos herdeiros na devida época, aqueles pacotes, quarenta e oito horas depois, intatos, foram colocados na caixa forte de um banco. A família julgava mais prudente que aqueles originais continuassem inéditos, uma vez que muitas figuras e fatos que neles deviam estar registrados ainda estavam vivos ou muito vivos na lembrança de todos. Talvez, com mais alguns anos decorridos, as críticas mordazes ou os escândalos revelados perdessem bastante força para não causar ressentimentos profundos.

Eu me opus à idéia, lembrando que, se aquela era a vontade do morto, tão clara e explicitamente definida, deveria ser respeitada.

Minha irmã, Maria de Lourdes, alegando que a reputação e a simpatia de que desfrutava a figura do pai seriam atingidas de forma irreparável, se colocava contrária à publicação. Chegou mesmo a enviar aos outros herdeiros uma notificação judicial, definindo sua posição.<sup>86</sup>

O relato de Humberto Filho coloca-o como um dos principais responsáveis pela publicação do Diário, pois ele afirma que a “família julgava mais prudente” não publicá-los, enquanto ele teria se oposto a essa opinião familiar, prezando pelo cumprimento da vontade expressa do pai de publicá-los. A documentação relativa a este momento, entretanto, dá a entender que o caçula da família não era a exceção, pois, se inicialmente Henrique e Humberto estavam favoráveis à publicação e D. Paqueta e Maria de Lourdes não, a viúva convenceu-se logo da necessidade de publicação, enquanto apenas a filha mais velha do escritor continuou relutante. A oposição da filha atingiu mesmo o ponto de ela acionar judicialmente o restante da família para tentar impedir a divulgação do material. Tendo como advogado o sr. Nélio Reis, Maria de Lourdes chegou a sugerir a completa destruição dos originais na presença do presidente da Academia Brasileira de Letras<sup>87</sup>.

A mágoa entre irmãos devido a esses posicionamentos contrários ficou bem clara nas entrevistas que tanto Humberto Filho, quanto Henrique, deram ao jornal carioca *Diário da Noite*. O caçula, inclusive, analisando a oposição da irmã, referiu-se a ela como alguém que havia de repente se arvorado em “crítico literário, de costumes e defensora da sociedade” na tentativa de impedir a publicação<sup>88</sup>. Mágoa que acabou aparecendo também na fala de D. Annica,

<sup>86</sup> CAMPOS FILHO, 1997, p. 152-153.

<sup>87</sup> “EM DEFESA da memória do pai, a filha de Humberto de Campos quer a destruição dos manuscritos que estavam na Academia”. **Diário da Noite**. Ano XXII, n. 4.889. Rio de Janeiro, edição de 17 out. 1950, p. 13 e 17.

<sup>88</sup> A entrevista de Humberto Filho encontra-se em “PODE um morto falar dos vivos?”. **Diário da Noite**. Ano XXII, n. 4.893. Rio de Janeiro, edição de 17 out. 1950, p. 18; já a de Henrique de

mãe de Humberto de Campos, que, ao ser entrevistada pelo mesmo periódico, logo após queixar-se de ter sido esquecida pela família do seu filho, não quis declarar nem que apoiava, nem que recusava a publicação, mas afirmou que confiava na serenidade da neta, crendo que a sua decisão pudesse ser a mais ponderada<sup>89</sup>.

A própria editora contratante, que era responsável pela publicação das demais obras de Humberto desde o início da década de 1940, percebendo a confusão que havia se instaurado em torno do caso e que poderia vir a se prejudicar se levasse à frente a publicação, desistiu do contrato, cedendo os seus direitos de edição para a editora *O Cruzeiro*<sup>90</sup>.

Ainda no testemunho de Humberto Filho, consegue-se perceber a sua vontade de mostrar como era árdua a condição de ser herdeiro de alguém do nome de Humberto de Campos. Essa condição, que havia levado a família a se envolver numa questão judicial de repercussão internacional, em 1944 – contra a Federação Espírita Brasileira e Francisco Cândido Xavier, em decorrência da publicação de obras mediúnicas atribuídas ao espírito de Humberto que começaram a aparecer apenas três meses depois de sua morte<sup>91</sup> –, levava, então, no início da década de 1950, a se envolver em nova questão de repercussão nacional e judicial, opondo inclusive membros da própria família, com os jornais dando grande destaque ao renascimento de material inédito e “polêmico” de Humberto de Campos, despertando o interesse pelos registros presentes em tais cadernos, bem como levantando várias “suposições sobre o seu conteúdo”<sup>92</sup>.

---

Campos, em “–HÁ QUEM reivindique procuração de meu pai passada do outro mundo...”. **Diário da Noite**. Ano XXII, n. 4.899. Rio de Janeiro, edição de 24 out. 1950, p. 15.

<sup>89</sup> O título da reportagem, entretanto, é enganoso, dando a entender que a mãe de Humberto seria, portanto, favorável à publicação, quando, na verdade, pelo teor da matéria, percebe-se a sua inclinação mais pela não publicação (“NÃO DISCORDA da publicação do ‘Diário de Humberto de Campos’”. **Diário da Noite**. Ano XXII, n. 4.938. Rio de Janeiro, edição de 11 dez. 1950, p. 26).

<sup>90</sup> “DIÁRIO de Humberto de Campos”. **Letras e Artes**: suplemento de A Manhã. Ano IV, n. 187. Rio de Janeiro, edição de 10 dez. 1950, p. 11.

<sup>91</sup> Cf. TÍMPONI, Miguel. **A psicografia ante os tribunais**: o caso Humberto de Campos. 7 ed. Rio de Janeiro: Federação Espírita Brasileira, 2010.

<sup>92</sup> O *Diário da Noite*, por exemplo, inicia um artigo sobre esse material questionando o leitor com “QUAIS OS SEGREDOS que encerra o ‘Diário’ de Humberto de Campos? Esta, a pergunta que se fazem acadêmicos, literatos, advogados e outras personalidades que privaram da intimidade do grande escriptor há dezesseis anos desaparecido” (“PODE um Morto acusar os Vivos?”. **Diário da Noite**. Ano XXII, n. 4.900. Rio de Janeiro, edição de 25 out. 1950, p. 13).

Até mesmo Henrique, o outro filho, foi ameaçado de morte com um telefonema misterioso. A voz masculina, denotando grande nervosismo, disse apenas – “Se vocês não inutilizarem a parte desse tal ‘Diário’ que trata de um crime sensacional, que aconteceu em 1932, eu lhe tiro a vida. Juro que tiro. Tenho certeza de que o ‘Diário’ faz menção a esse crime, com palavras que podem me comprometer”. A eventual vítima do hipotético assassino pediu garantias à polícia. E felizmente a bravata não se consumou.<sup>93</sup>

A família achou por bem, afinal, segundo Humberto Filho, realizar uma “cuidadosa triagem” do conteúdo presente no Diário antes de começar a publicá-lo. O autor, entretanto, não especifica o que exatamente foi feito nessa triagem – se houve apenas a ocultação de certos nomes, a completa extração de registros comprometedores ou outras ações que modificassem o texto original elaborado por Humberto.

Assim, tanto a revista *O Cruzeiro*, quanto o jornal *Diário da Noite*, passaram a publicar, a partir de 21 de dezembro de 1950, trechos inéditos do Diário, contidos na versão devidamente censurada pelos herdeiros<sup>94</sup>. A grande expectativa gerada em torno da publicação dos trechos do Diário foi, entretanto, seguida de incisivas críticas por parte de muitos daqueles que atuavam no meio jornalístico, literário ou político, e haviam convivido com Humberto, especialmente daqueles que, com a divulgação do diário íntimo, liam as más impressões que Humberto registrara acerca dos mesmos. A *Revista da Semana* chegou a lançar, em duas de suas edições, já no mês de abril de 1951, uma enquete entre os intelectuais, perguntando-lhes o que haviam achado do Diário. Classificações como “literatura de terceira”, “egocêntrico”, “mau escritor”, “ingrato” foram alguns dos que apareceram para adjetivar tanto a obra, quanto o seu autor. Olegário Mariano, por exemplo, afirmou que “o Diário é um legado de lama”. Viriato Corrêa, por sua vez, maranhense, imortal da ABL e antigo colega de jornalismo e de chapa eleitoral no pleito de 1930, a favor de quem Humberto escrevia publicamente, mas contra o qual deixara péssimas impressões no Diário, afirmou que “estamos

<sup>93</sup> CAMPOS FILHO, 1997, p. 153-154.

<sup>94</sup> Na véspera do início da publicação, o Diário da Noite estampava em sua edição a seguinte chamada: “Amanhã: Humberto de Campos, vivo na revista ‘O Cruzeiro’ e no ‘Diário da Noite’” (**Diário da Noite**. Ano XXII, n. 4.946. Rio de Janeiro, edição de 20 dez. 1950, p. 16). A publicação iniciou-se efetivamente na edição seguinte: **Diário da Noite**. Ano XXII, n. 4.947. Rio de Janeiro, edição de 21 dez. 1950.

assistindo à putrefação de uma alma. Abriu-se o túmulo e apareceu a podridão!”<sup>95</sup>.

Apesar de muito mal recebido pelos letrados em 1951, três anos depois, a editora responsável pelos direitos da obra, a Cruzeiro, publicou o conteúdo do Diário, em dois volumes intitulados *Diário Secreto*. Divulgou ainda, como estratégia para renovar o interesse na leitura da obra, que, desta vez, o texto estava completo, sem todas as censuras que haviam sido feitas para a circulação nos periódicos anos antes – ainda assim, persistiram certas passagens em que os nomes das personalidades eram abreviados, para dificultar a sua identificação, algo que, provavelmente foi feito na triagem realizada pela família em 1950, e não pelo próprio autor.

É, portanto, essa edição da Cruzeiro, publicada em 1954, editada e provavelmente modificada pelos filhos homens de Humberto – Maria de Lourdes continuou avessa à publicação, não se envolvendo com ela; D. Annica continuou excluída do processo; e D. Paqueta falecera em 1951 –, a edição que eu utilizei na presente pesquisa. Não haveria, entretanto, como ser muito diferente disso, já que não houve publicações de novas edições, fossem pela Cruzeiro, fossem por outra editora, dos escritos íntimos de Humberto, por mais de cinquenta anos.

Apenas recentemente, em 2010, o chamado Instituto Geia, do Maranhão, a fim de fomentar a cultura letrada e dar novamente visibilidade a temas históricos e personagens maranhenses de destaque, republicou algumas obras de Humberto de Campos, dentre elas, uma segunda e muito bem organizada edição do *Diário Secreto*<sup>96</sup>, também em dois volumes. Esta edição, publicada cinquenta e seis anos depois da primeira, contém apresentação, notas, índice de assuntos, apêndice contendo trechos extraídos do *Fragmentos de um Diário* (1939) que não constavam na primeira edição, bem como a identificação dos nomes que haviam sido ocultados na publicação original, tudo organizado por Sebastião Moreira Duarte – membro da Academia Maranhense de Letras, crítico literário e professor aposentado da Universidade

---

<sup>95</sup> LYRA, Jorge. “Que pensa do Diário de Humberto de Campos?”. **Revista da Semana**. N. 14, edição de 7 abr. 1951, p. 04-09. Cf. também LYRA, Jorge. “O Diário é uma bomba à Peron”. **Revista da Semana**. N. 16, edição de 21 abr. 1951, p. 04-06 e 42.

<sup>96</sup> CAMPOS, Humberto de. **Diário Secreto**. 2 ed. São Luís: Instituto Geia, 2010, 2 volumes [Coleção Geia de Temas maranhenses, v. 15]

Federal do Maranhão, o mesmo responsável pelo prefácio e pela organização de *Memórias e Memórias inacabadas*, lançada pelo mesmo instituto, em volume único, em 2009<sup>97</sup>. Na apresentação do livro, Duarte deixa claro que a intenção que motivou o Instituto a publicar nova edição do Diário foi para tentar tirar a pecha de diário maldito com a qual ele foi recepcionado pela crítica na década de 1950. “O estardalhaço e, mesmo, o teor de escândalo de que se revestiu aquele acontecimento embaçou à vista do público, e até de alguns estudiosos, as partes do *Diário Secreto* que fazem outra imagem de seu autor”<sup>98</sup>.

Entretanto, admite-se que essa nova edição foi feita tendo como matriz a edição da Cruzeiro, e não os manuscritos originais, os quais não são disponibilizados pelos herdeiros<sup>99</sup>.

A impossibilidade de acesso aos originais talvez signifique uma tentativa de manter ainda sob sigilo alguns testemunhos feitos por Humberto em seu Diário, que teriam sido censurados tanto na versão publicada nos periódicos a partir do final de 1950, quanto na edição em livro, de 1954.

Se os manuscritos íntimos de Humberto de Campos, portanto, contêm ainda trechos inéditos, que não estavam presentes na suposta “versão completa e sem censura” da Cruzeiro, de 1954 – edição a qual usei para escrever o presente texto –, esses segredos parecem estar novamente trancafiados em cofres, e os guardiões da chave não a disponibilizam.

---

<sup>97</sup> CAMPOS, Humberto de. **Memórias e memórias inacabadas**. São Luís: Instituto Geia, 2009, 366p. A obra está também disponível no formato ebook, pelo endereço: [www.geia.org.br/e-books/Memórias\\_e\\_memória\\_Inacabadas\\_Humberto\\_de\\_Campos.pdf](http://www.geia.org.br/e-books/Memórias_e_memória_Inacabadas_Humberto_de_Campos.pdf).

<sup>98</sup> DUARTE, Sebastião Moreira. “O ‘Diário de um Enterrado Vivo’”. In: CAMPOS, Humberto de. **Diário Secreto**. 2 ed. São Luís: Instituto Geia, 2010, p. 13 [vol. I].

<sup>99</sup> Idem. “Sobre esta edição”. In: CAMPOS, Humberto de. **Diário Secreto**. 2 ed. São Luís: Instituto Geia, 2010, p. 19 [vol. I].

## CAPÍTULO II:

# Humberto e a produção do seu ser (a)político

*Diálogo entre indivíduos do povo, e que me foi transmitido:*

*– Então, camarada, que é que me diz você da política, depois da Revolução?*

*– Homem, eu acho que não adiantou nada. A merda é a mesma, as moscas é que mudaram...<sup>1</sup>*

Faz muito sol na tarde de 27 de novembro de 1934. A sensação térmica, associada ao incômodo que a sonda lhe provoca faz o membro da Academia Brasileira de Letras, Humberto de Campos, ir deitar-se, aguardando ansiosamente a ida à Casa de Saúde para trocá-la. A esperança de que, em uma semana, esteja finalmente livre desse equipamento que lhe incomoda a bexiga há oito meses, desde a cirurgia que realizou para extração de duas pedras, é um pensamento que lhe dá, de certa maneira, um pouco de conforto em meio a todos os sofrimentos que diariamente passa e impedem-lhe de realizar algumas atividades básicas. Prostrado em sua cama, o cronista mantém, assim, o seu pensamento nessa cirurgia de eletro-coagulação do colo da bexiga<sup>2</sup>, que finalmente o possibilitará viver sem a incômoda sonda e sem o mau cheiro que o entontece, proveniente do lugar da incisão, não obstante a higiene mantida e a troca de curativos duas vezes ao dia. Em apenas uma semana, portanto, Humberto crê que estará livre disso, sua cirurgia já está marcada, ocorrerá no dia 5 de dezembro.

---

<sup>1</sup> CAMPOS, Humberto de. **Diário Secreto**. Rio de Janeiro: O Cruzeiro, 1954b, p. 127 [vol. II].

Por volta das 13h20, entretanto, o seu descanso é interrompido por um telefonema, que o faz tropegamente encaminhar-se para a sala de jantar. Do outro lado da linha fala o José Maria Magalhães de Almeida, líder do Partido Social Democrático do Maranhão e amigo pessoal de Humberto há dez anos. Ligou-lhe para dar maiores informações acerca da apuração do pleito realizado no último dia 14 de outubro, pleito no qual ambos concorriam às vagas de deputado federal pela mesma chapa.

O telefonema de Magalhães de Almeida é curto, visa apenas esclarecer o conteúdo de um “telegrama desagradável”<sup>3</sup> que Humberto recebeu há pouco sobre a situação política no seu estado natal. Ao final da conversa, Almeida garante não ter havido mudança no resultado do pleito desde a última comunicação estabelecida entre o político e o escritor, e aquilo que nem o próprio cronista conseguia acreditar ser possível de acontecer realmente iria acontecer: mesmo doente, cansado, quase cego e sem mais esperanças de conseguir realizar os sonhos que tinha para a sua vida, tolhidos que foram pela crise financeira e de saúde que vinha enfrentando há sete anos, e depois de ter tido os seus direitos políticos cassados por ato do Executivo assinado em 9 de dezembro de 1932<sup>4</sup>, e posteriormente reestabelecidos pela revogação do ato, em maio de 1934<sup>5</sup>, Humberto de Campos irá voltar à Câmara dos Deputados, eleito novamente pelo estado do Maranhão<sup>6</sup>, mesmo sem ter ido fazer campanha lá, do que se encarregou o próprio Magalhães de Almeida. A força política deste, associada ao prestígio popular que Humberto tinha, garantiu a sua vitória nas urnas, quatro anos depois de ter sido cassado pelo movimento de 1930.

Seu prestígio, por sua vez, garantiu-lhe também cerca de mil e quinhentos votos obtidos no Rio de Janeiro, por onde seu nome foi incluído numa chapa organizada por médicos que queriam homenagear Miguel Couto,

---

<sup>2</sup> CAMPOS, 1954b, p. 468.

<sup>3</sup> O autor, entretanto, não faz a menor menção em seus escritos ao conteúdo do telegrama.

<sup>4</sup> “O CHEFE do governo assignou o decreto que dispõe sobre a inelegibilidade de numerosos cidadãos para o próximo pleito”. **Diário Carioca**. Ano V, n. 1.332. Rio de Janeiro, edição de 10 nov. 1932.

<sup>5</sup> “COM OS DIREITOS políticos restabelecidos”. **A Batalha**. Ano V, n. 1.306. Rio de Janeiro, edição de 2 jun. 1934, p. 02.

<sup>6</sup> LEÃO, Múcio. “Um deputado”. **Jornal do Brasil**. Ano XLIV, n. 281. Rio de Janeiro, edição de 24 nov. 1934, p. 05; CAMPOS, 1954b, p. 477.

recentemente falecido<sup>7</sup>. O próprio *Jornal do Brasil*, ao noticiar que o nome de Humberto seria sufragado por esses dois estados diferentes, afirmou que o cronista tinha condições de concorrer e ganhar por qualquer estado do país, tendo-se em vista que o seu nome já era “um nome nacional e não apenas maranhense”<sup>8</sup>.

Ao retornar à sua cama, para continuar o seu descanso, Humberto, que se acostumou com tanto sofrimento e tantas perdas ocorridas nos últimos anos, não consegue esconder de si mesmo uma certa alegria contida pela confirmação de sua vitória. Regressando à Câmara, a remuneração que receberá será suficiente para proporcionar uma melhoria de vida para ele e sua família, acostumados que todos já estão com tão pouco. Humberto Filho, por exemplo, talvez não precise passar por todas as dificuldades que os seus dois irmãos têm passado, podendo o garoto se dedicar aos estudos e não precisar entrar tão cedo no mercado de trabalho, como ocorreu com Maria de Lourdes e com Henrique. Criança, com apenas 11 anos, ele continua sendo o mais forte laço humano que prende Humberto de Campos à vida<sup>9</sup>, e zelar pelo seu futuro é algo que muito preocupa o deputado eleito.

Ao deitar-se em sua cama para descansar, todas essas imagens passam pela cabeça de Humberto. Sua memória ainda recupera as lembranças de outros pleitos nos quais foi votado e, com isso, recorda-se também das críticas que muitos jornais fizeram à sua atuação como deputado<sup>10</sup>, ele, um homem de letras, e não um político. Entre boas e más lembranças, vem à sua mente a maneira como o grupo opositor ao seu tratou a sua vitória eleitoral em 1927, publicando na imprensa um grande artigo na primeira página chamando-o de, dentre outras coisas, “pústula”. O mesmo grupo, anos depois, quando a doença dele ficou pública, ultrapassou o limite da

---

<sup>7</sup> Cf. “HUMBERTO de Campos”. **A Noite**. Ano XXIV, n. 8.219. Rio de Janeiro, edição de 11 out. 1934, p. 01; CAMPOS, 1954b, p. 469. Confirma também o editorial de Celso Vieira defendendo o voto em Humberto de Campos pela “Legenda Miguel Couto” em VIEIRA, Celso. “O meu candidato”. **A Noite**. Ano XXIV, n. 8.226. Rio de Janeiro, edição de 18 out. 1934, p. 02.

<sup>8</sup> “A APURAÇÃO no Tribunal Regional do Distrito Federal”. **Correio da Manhã**. Ano XXXIV, n. 12.202. Rio de Janeiro, edição de 14 nov. 1934, p. 01. Humberto também registra isso em seu Diário (CAMPOS, 1954b, p. 467-468).

<sup>9</sup> CAMPOS, 1954b, p. 247. Confirma também a carta que Humberto escreverá para Milton de Carvalho uma semana depois, antes de se internar na Casa de Saúde Dr. Eiras, que foi reproduzida no terceiro capítulo deste texto.

<sup>10</sup> Grande destaque para o carioca A Batalha, que apoiou, em 1930, a Aliança Liberal, tendo feito diversas críticas a Humberto, dentre elas, a de ser “páo-mandado” de Washington Luís (“NA CÂMARA”. **A Batalha**. Ano II, n. 111. Rio de Janeiro, edição de 30 abr. 1930, p. 02.

oposição política e atacou-o como pessoa, em sua própria honra, ao publicar um festivo editorial dando parabéns ao Brasil e afirmando: “O castigo chegou! Humberto de Campos vai ficar cego!”.

O que estarão pensando esses mesmos sujeitos, vendo agora que ele retornará ao Parlamento? Esses grupos de onde não saiu ninguém suficientemente merecedor de dar continuidade à histórica tradição do Maranhão, que se orgulha de sua contribuição para as letras nacionais e há algum tempo reconhece o valor de seus filhos letrados por oferecer a eles um cargo parlamentar. Essa continuidade da tradição, que Humberto deseja ajudar a preservar, só poderia, portanto, ser levada à frente por um dos dois letrados maranhenses mais destacados ainda vivos, os dois últimos filhos do Maranhão membros da Academia Brasileira de Letras: Coelho Netto ou Humberto de Campos.

Coelho Netto, entretanto, com os seus 70 anos de idade, não tinha mais saúde, nem mesmo interesse em voltar à vida política. Fora excluído dela há mais de quinze anos, traído por aqueles que ele considerava serem seus aliados, o mesmo grupo que, anos mais tarde, consideraria o avanço da cegueira de Humberto um motivo para festejar.

Deitado em sua cama, entre a dor provocada pela sonda e o cheiro nauseabundo vindo do orifício aberto pela cirurgia mal coberto pelos curativos, Humberto relembra rapidamente que um dos motivos por ter aceitado entrar no mundo das disputas políticas foi a pretensão de tirar do poder aqueles que traíram o seu grande amigo. Quis vingar Coelho Netto e aceitou participar daquilo para o qual, segundo sua própria óptica, não levava jeito, pois havia nascido para dedicar-se apenas às suas letras. Em prol de um amigo querido, portanto, desafiara grandes nomes da política de seu estado, entrando em um terreno perigoso comandado por chefes tradicionais e caracterizado por rixas históricas entre grupos oligárquicos em busca de manter-se no poder. Humberto, assim, entrara na política sob o risco de sobre ele abater-se novamente perseguição semelhante à que sofrera no Pará, em 1912. Em prol desse amigo, assim, fizera outro grande amigo, que se tornou o seu padrinho na política, Magalhães de Almeida, mas fizera também grandes inimigos, inimigos que não se compadeciam nem mesmo das condições de vida de um pobre moribundo.

Em meio a esses pensamentos, a atenção de Humberto é subitamente cortada pelo som do telefone da casa tocando novamente. Possivelmente Magalhães de Almeida, com algo que esqueceu de falar na última ligação, deve ter pensado nele. O seu secretário, um moço que lhe vem ajudando em casa há alguns meses, atende. Seu rosto ao telefone fica sério. Humberto percebe que não se trata de um telefonema político.

Ao telefone, fala Georges Coelho Netto, filho de Henrique Coelho Netto, informando que o seu pai acabou de falecer. Após uma breve conversa com ele, Humberto desliga o telefone. Relatou o que se seguiu desta maneira:

E deixo que as lágrimas me corram pelo rosto, e que os soluços me tomem o fôlego, profundamente comovido. Reajo, porém, pois Netto estava morto, já, há muitas semanas, há muitos meses. O espírito, que tinha o seu nome, já o havia abandonado. E a matéria, punhado de terra, vai recolher-se, agora, ao seio da terra.<sup>11</sup>

Humberto não acompanharia o funeral e o enterro de Coelho Netto, no dia seguinte. Seu estado de saúde não o permitiu. Representando-o, Paqueta compareceu ao funeral e, cumprindo promessa que o marido havia feito a Martins Fontes, depositou uma flor entre as mãos do morto<sup>12</sup>.

Estava morto o padrinho do casamento de ambos, o melhor amigo de Humberto, aquele a quem o cronista admirava desde que começara a interessar-se pela literatura. Aquele que havia sido consagrado como o Príncipe dos Prosadores Brasileiros, que fora indicado ao prêmio Nobel de Literatura por votação unânime da Academia Brasileira de Letras, em 1932. Aquele de quem Humberto era considerado herdeiro literário e, em favor de quem, o filho de Miritiba aceitara, anos antes, entrar na política, como forma de tomar de volta o lugar que era, por direito e merecimento, de Coelho Netto.

Esse lugar político, portanto, Humberto afirmava constantemente ser algo secundário na sua vida, pois ele se constrói, acima de tudo, como um “homem de letras”, um literato, um intelectual, enquanto as funções políticas estavam em segundo plano. Entretanto, percebo que esse lugar secundário acabou tendo diversas influências na construção de sua subjetividade, sendo inclusive a perda do seu mandato em 1930 e, desta forma, dos subsídios que

---

<sup>11</sup> CAMPOS, 1954b, p. 479.

apurava por meio dele, o evento que o faz mergulhar ainda mais na sensação mórbida que a doença lhe fez sentir. O modo como foi se construindo dentro da política, portanto, é necessário ser compreendido para que se possa perceber como a queda sofrida em 1930 acarretará uma sentimento ainda maior de perda, de impotência, de sonhos frustrados e futuro despedaçado.

Oficialmente, Humberto de Campos concorreu três vezes ao cargo de deputado federal: em 1927, em 1930 e em 1934. Foi eleito nas três, mas apenas pôde exercer o cargo na primeira legislatura; na segunda, o golpe de outubro de 1930 lhe cassaria o mandato; na terceira, a vida lhe abandonaria.

Nas duas primeiras eleições, o acadêmico de Miritiba era filiado ao Partido Republicano (PR) do seu estado de nascença, o Maranhão; na terceira, ao recém-fundado Partido Social Democrático (PSD), também maranhense, reunindo os antigos membros do PR alijados do poder desde o golpe de outubro de 1930<sup>13</sup>. A adesão político-partidária, entretanto, não parece ter sido realmente muito forte no autor, que confessou, em seu Diário, a maneira relapsa como tratava tanto a atuação parlamentar, quanto sua relação com o partido.

Em 20 de janeiro de 1930, por exemplo, ao registrar que recebera telegrama do presidente do Diretório do seu Partido comunicando que seu nome havia sido indicado para compor a chapa que disputaria as eleições de março daquele ano, Humberto afirma o seu desinteresse pelas questões da política partidária, admitindo desconhecer até mesmo o nome do próprio partido ao qual pertencia.

A 11 do corrente recebi um telegrama do presidente do Diretório do Partido Republicano Maranhense (*creio que é essa a denominação do partido a que pertença*), comunicando ter sido o meu nome indicado, por unanimidade, para a reeleição, na renovação da Câmara Federal.

A política partidária ocupa um lugar tão secundário na minha vida, que só hoje me lembrei dêste registro. Entretanto, fui eu, sem contestação, e segundo o depoimento do Presidente do Estado, o deputado de esforço mais eficiente. Por interferência minha, junto ao Ministro da Viação, foi concluída a ponte "Benedito Leite", ligando a ilha de São Luís ao continente; foi terminada a estação da Estrada de Ferro São Luís-Teresina, na capital maranhense, que tomou, a

---

<sup>12</sup> "OS FUNERAES de Coelho Netto". **Correio da Manhã**. Ano XXXIV, n. 12.276. Rio de Janeiro, edição de 30 nov. 1934, p. 03.

<sup>13</sup> "A FUNDAÇÃO do Partido Social Democrático". **Pacotilha**. Ano L, n. 01. São Luís, edição de 21 ago. 1934, p. 01.

pedido meu, o nome de “Urbano Santos”; foi provida de locomotivas, carros, e material de oficina, a mesma Estrada, que não recebia material dessa ordem desde a sua inauguração. Fora os serviços miúdos, e os de caráter político, de que fui, e ainda sou, encarregado diàriamente.

Isso é, porém, coisa que me não compete lembrar. Antes que a política esqueça os serviços que lhe prestei, esqueço-os eu.<sup>14</sup>

Permito-me, entretanto, demorar um pouco mais na análise do trecho acima reproduzido. É por meio dele que gostaria de identificar e localizar especificamente o lugar político ocupado por Humberto de Campos no início dos anos 30, quando ainda era deputado federal pelo estado do Maranhão.

Já destaquei anteriormente – e daí a razão para a reprodução do trecho do Diário – que Humberto afirma não ter certeza sequer da denominação do partido ao qual pertence no Maranhão. Afirma apenas crer que se chame Partido Republicano Maranhense, mas poderia se chamar de outra maneira – e realmente se chamava de outra forma –, o autor não demonstra segurança. Não parece realmente que Humberto sequer se importe em saber se está certo ou errado a respeito disso.

Poderia ser esse um comportamento de alguém que, conforme o mesmo se descreve, não “se interessa pela política partidária”, e, ao afirmar que desconhece até mesmo a qual partido pertence e através do qual é deputado há três anos, produziria provas de seu desinteresse e de como essas atividades ocupavam um lugar secundário em sua vida. Humberto, ao secundarizar a atividade parlamentar, quer afirmar-se principalmente enquanto “homem de letras”. A recusa, portanto, em assumir explicitamente a identidade de político poderia advir da pretensão de construir e exaltar a sua identidade principalmente ligada à literatura, que faria parte de sua vida desde a infância, como levará a crer, e não à política, apenas muito recentemente parte secundária de sua vida.

Dessa maneira, apesar de a sua principal fonte de rendas ser o seu cargo parlamentar, Humberto se produz como alguém que foi levado para a atividade político-partidária por um acaso, pois afirma não possuir ânimo, nem vontade, para atuar em tal seara. Afirmará, ainda, várias vezes ao longo de seus registros diários, que os anos em que exerceu mandato legislativo foram anos quase completamente improdutivos para o seu real desejo, que era o de

se constituir como um homem voltado às suas letras.

Entretanto, talvez se deva interpretar o equívoco do nome do partido ao qual pertencia Humberto por outro viés, que me leva a perceber qual era o cenário político constituído no estado pelo qual ele havia sido eleito naquele 24 de fevereiro de 1927 e reeleger-se-ia em 1º de março de 1930. Reconhecer a incerteza acerca do nome do partido ao qual pertence se constitui, nessa interpretação, não apenas numa secundarização da atividade político-partidária de Humberto, mas também numa dificuldade em compreender o próprio contexto político-partidário que havia no estado do Maranhão naquele momento.

Por outro lado, o próprio envolvimento político-partidário do membro da Academia Brasileira de Letras, também diferentemente do que ele próprio conseguia admitir, não era realmente algo tão recente, nascendo apenas com sua eleição em 1927, mas remontava, pelo menos, à década anterior, quando começou a se envolver mais ativamente nas disputas políticas que opunham certos grupos dominantes no Maranhão, fazendo-o aliar-se a alguns e usar contra os seus opositores toda a força e o peso político que os produtos de sua pena, divulgados pela imprensa local e da capital federal, e a sua posição de letrado conferiam-lhe.

Para compreender, portanto, o lugar que Humberto de Campos ocupou no seio da política do Maranhão a partir de 1927, devo me remeter a essas histórias anteriores, que construíram o palco e os atores principais que atuavam na cena pública maranhense.

## **1. Entre nomes e nomenclaturas: história política da Primeira República no Maranhão**

Nove anos antes, em 1921, dois editoriais do jornal *Diário de São Luiz* deixam exposta uma certa dificuldade em se identificarem os partidos políticos existentes naquele estado, sendo um dos motivos a própria nomenclatura usada por eles.

O primeiro artigo, intitulado “Sem energia e sem objectivo político”, constitui uma dura crítica à postura do chefe do partido situacionista e

---

<sup>14</sup> CAMPOS, 1954b, p. 10-11, grifo meu.

governador do estado, o sr. Urbano Santos, que, no tocante à sucessão presidencial do ano seguinte, teria afirmado que aceitaria prontamente o que determinassem Minas Gerais e São Paulo. Segundo o editorial, essa afirmação seria irresponsável da parte do nome maior da política maranhense tendo-se em vista desconsiderar as necessidades e os interesses específicos do estado do Maranhão em prol dos interesses daqueles dois outros estados que comandavam a política nacional ocupando o cargo máximo no executivo federal. Nesse momento, questiona: “Que fim colima o Partido Republicano Maranhense? A que correntes obedece?”<sup>15</sup>.

O segundo artigo, publicado já no dia seguinte, consiste, na verdade, em uma errata ao artigo anterior. Intitulado “Partidos republicanos”, o editor escreve com o intuito de retificar o nome do partido usado anteriormente.

Hontem, em nosso editorial, em lugar de Partido Republicano, escrevemos Partido Republicano Maranhense. [...]  
 Que se não offendam comnosco os paredros do situacionismo político do Maranhão.  
 Nosso erro, ou do revisor, ou do typographo, justifica-se cabalmente.  
 Partidos republicanos, a ufa!  
 Temos aqui três: Partido Republicano, Partido Republicano Federal e Partido Republicano Maranhense.  
 Quais as razões desses rotulos?  
 Ainda ninguem conseguiu sabê-lo [...]<sup>16</sup>

Nesses editoriais, portanto, apontam-se as dificuldades em diferenciar os três partidos políticos existentes no Maranhão na década de 1920, especialmente pelo fato de todos os três utilizarem o epíteto “republicano”. Para o autor do editorial, os partidos utilizam nomenclaturas aleatórias, que não revelam efetivamente seus projetos políticos, suas vinculações ideológicas e suas orientações partidárias, consistindo apenas em rótulos cujos sentidos estão desvinculados das palavras que os compõem, rótulos que serviriam apenas para diferenciá-los de determinados grupos que disputavam o poder político entre si. Essa diferenciação, entretanto, que poderia fazer sentido para aqueles que pertenciam a cada grupo, tornara-se tão específica que o cidadão comum não a compreendia, não conseguindo, portanto, identificar as

<sup>15</sup> “SEM ENERGIA e sem objectivo politico”. **Diário de São Luiz**. Ano II, num. 128. São Luís, edição de 1º jun. 1921, p. 01.

<sup>16</sup> “PARTIDOS republicanos”. **Diário de São Luiz**. Ano II, n. 129. São Luís, edição de 02 jun. 1921, p. 01.

diferenças entre os grupos.

Para se compreender esse cenário que se apresentava no início da década de 1920 e a própria condição de existência e coexistência desses grupos, semelhantes entre si, mas reunidos em partidos opostos, faz-se necessário recorrer à trajetória de constituição de cada um desses partidos. Trajetórias, essas, caracterizadas não por meras continuidades, mas, acima de tudo, por rupturas, implicando necessariamente na identificação dos grupos políticos existentes no Maranhão e das relações que eles estabeleceram entre si ao longo dos anos que compõem a chamada Primeira República, aproximando-se em certos momentos, distanciando-se em outros, atuando como apoiadores ou como opositores do governo constituído, fosse no âmbito local, fosse no nacional. Essa investigação se apresenta ainda como condição necessária para se problematizar o lugar político e social ocupado por Humberto de Campos, especialmente durante os anos em que atuou como deputado federal, a partir de 1927, e a quais redes de poder ele se associava nesse contexto.

Para realizar tal análise, portanto, retorno rapidamente ao início do período republicano brasileiro, para perceber como se deu a reorganização político-partidária no estado do Maranhão, como as antigas oligarquias monárquicas se reorganizaram em torno das novas lideranças que surgem com a emergência do novo regime político e com suas necessidades de institucionalização.

Precisa-se, antes de qualquer outra coisa, ter como noção básica para se compreender esse momento político na história do Brasil a inexistência de partidos nacionais. A forma federativa de Estado que assumiu o Brasil republicano levou à fragmentação da política partidária, não havendo, portanto, partidos nacionais, mas apenas partidos estaduais, compostos, em muitos territórios, dos antigos grupos que se reuniam sob o comando de algumas lideranças históricas do final da monarquia e dos novos atores políticos que ascenderam com a transição do regime<sup>17</sup>.

---

<sup>17</sup> Houve, entretanto, algumas tentativas de fundação de um partido nacional, como, por exemplo, o Partido Republicano Federal, de Lauro Sodré e Francisco Glicério, em 1891, e o Partido Republicano Conservador, de Pinheiro Machado, em 1910, mas que não sobreviveram muito tempo, especialmente devido aos conflitos internos à sua composição (Cf. FERREIRA, s. a.).

No Maranhão, os partidos compunham-se, como em várias outras localidades do Norte do Brasil, da união de certas oligarquias que, sob a liderança de um chefe político, lutavam por interesses particulares. O partido político era menos uma associação de pessoas com ideologias e projetos sociais comuns, e mais um composto de grupos que defendiam os seus próprios interesses políticos e econômicos. A adesão política, portanto, dava-se menos à sigla partidária do que ao líder que congregava os interesses dessas oligarquias. Daí ser comumente usado o nome do líder oligárquico como um adjetivo para se referir aos seus partidários<sup>18</sup>.

A historiografia sobre o Maranhão registra que a mudança do regime político acelerou o processo de renovação oligárquica que já se desenhava internamente aos antigos partidos *Liberal* e *Conservador*. Em muito essa mudança vinha ocorrendo devido à entrada cada vez mais numerosa de jovens bacharéis na vida político-partidária, sujeitos esses que, em sua grande maioria, formavam-se na Faculdade de Direito da cidade do Recife e vinham informados por novos valores, como o ateísmo, o abolicionismo e o republicanismo<sup>19</sup>.

Esses novos grupos, entretanto, só foram capazes de fortalecer as dissidências partidárias e fundar eles próprios diferentes partidos que construíssem os lugares de comando desses novos sujeitos políticos em ascensão quando saíram de cena alguns dos principais nomes da política partidária maranhense do Império, sob os auspícios de quem eram mantidas abafadas as divergências internas aos correligionários de cada partido. Dentre eles, os de maior destaque foram: Carlos Fernandes Ribeiro, o Barão de Grajaú, chefe do Partido Liberal, que morreu em 10 de setembro de 1889<sup>20</sup>; e Augusto Olympio Gomes de Castro, chefe do Partido Conservador, que deixou

---

<sup>18</sup> Em diferentes momentos históricos, portanto, encontram-se grupos que são conhecidos pelo nome dos líderes das facções partidárias. Assim, há os castristas (correligionários de Gomes de Castro), maístas (de Silva Maia), costistas (de Costa Rodrigues), parguistas (de Herculano Parga), tarquinistas (de Tarquínio Filho), marcelinistas (de Marcellino Machado), magalhãesistas (de Magalhães de Almeida).

<sup>19</sup> CORRÊA, Rossini. **Formação Social do Maranhão**: o presente de uma arqueologia. São Luís: SIOGE, 1993, p. 156; SCHWARCZ, Lilia Moritz. **O espetáculo das raças** – cientistas, instituições e questão racial no Brasil, 1870-1930. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

<sup>20</sup> “BARÃO de Grajahú”. **Pacotilha** – jornal da tarde. Ano IX, n. 215, edição de 11/09/1889, p. 01-03.

de residir no estado<sup>21</sup>.

Ausentes essas antigas lideranças, os grupos dissidentes se fizeram representar por novos atores políticos, que se tornaram líderes das oligarquias locais, fundando, cada qual, um partido político. Foram fundados, assim, quatro partidos políticos, compreendendo as forças dessas novas lideranças em ascensão no início da história republicana do Maranhão.

Assim, do Partido Liberal, surgiram dois novos partidos: o *Republicano* e o *Constitucional*. Enquanto este era composto de uma pequena parcela de dissidentes liberais, representados por Rodrigues Fernandes, Casimiro Dias Vieira Júnior e Francisco da Cunha Machado, o Republicano congregava a maior parte dos antigos liberais que, sob a liderança do médico Manuel Bernardino da Costa Rodrigues, manteve-se no governo nos primeiros anos após a transformação do regime político<sup>22</sup>.

Já o Partido Conservador fragmentou-se em dois novos partidos, de vida efêmera: o *Católico* e o *Nacional*. O Partido Católico era composto dos antigos correligionários de Silva Maia, conhecido por maístas, e dissidentes de outros grupos, como Luiz Domingues e o Monsenhor Guedelha Mourão. Já o Partido Nacional era composto dos antigos correligionários de Gomes de Castro, conhecidos como castristas, então liderado por Francisco José de Viveiros e Benedito Pereira Leite.

A crise política do final do governo de Deodoro da Fonseca, entretanto, alteraria novamente esse cenário. Os atritos entre o presidente militar e o Congresso Nacional fizeram com que Deodoro fechasse a casa legislativa e

---

<sup>21</sup> Além dos dois chefes de partido, Reis também aponta para a morte de outras lideranças oligárquicas como o visconde Vieira da Silva e Silva Maia, e para o encerramento das atividades políticas de Felipe Franco de Sá, Marcelino Nunes Gonçalves e Luiz Henrique Vieira da Silva (REIS, Flávio. **Grupos políticos e estrutura oligárquica no Maranhão**. São Luís: [s.e.], 2007, p. 72).

<sup>22</sup> Segundo Ferreira, o Partido Republicano teve origem na parte mais progressista dos liberais e de parte dos republicanos históricos, representativos tanto em São Luís, quanto no Alto Sertão, conseguindo preservar uma certa coerência interna entre seus membros durante os anos seguintes devido a esse caráter histórico da formação do grupo. Já o Partido Constitucional, que nasceu Partido Constitucional Republicano – seguindo orientação e nomenclatura do partido já existente na capital federal –, organizou-se em maio de 1891, por dissidência liderada por José Rodrigues Fernandes, Casimiro Dias Júnior e Francisco da Cunha Machado, em resposta à exclusão dos nomes dos mesmos da lista de candidatos à Assembleia Constituinte Estadual (Cf. FERREIRA, Luiz Alberto. “Decomposição e recomposição: querelas e intrigas nas tramas dos novos partidos no Maranhão (1889-1894)”. **Outros Tempos** – pesquisa em foco. São Luís, Maranhão: UEMA, [s. a.], p. 03-04, vol. I. Disponível em: <http://www.outrostempos.uema.br/volume01/vol01art01.pdf>. Acesso em: 2 nov. 2013).

governasse, entre agosto e novembro de 1891, apenas por meio de decretos. Com a deposição de Deodoro, assumiu o seu vice, Floriano Peixoto, que imediatamente ordenou a deposição de todos os governadores que haviam apoiado o ato do seu antecessor. Um deles era o governador do Maranhão, Lourenço de Sá, do Partido Republicano, que foi retirado do poder em 26 de novembro de 1891 e substituído por uma junta governativa que era composta de elementos militares e pelos líderes dos três partidos de oposição.

Floriano, tendo seu ato acusado de ilegalidade, logo voltou atrás e mandou repor os governadores depostos. A fagulha para o golpe, entretanto, havia sido lançada e, numa ação conjunta dos três partidos maranhenses de oposição, legitimada pelas acusações de arbitrariedade e autoritarismo que os jornais ligados a tais partidos, como *A Cruzada* e *O Nacional*, faziam circular<sup>23</sup>, Lourenço de Sá foi novamente deposto, assumindo o poder uma nova junta, em 18 de dezembro de 1891, dessa vez composta apenas pelos representantes civis: Benedito Leite, do Partido Nacional; Francisco da Cunha Machado, do Partido Constitucional; e Raymundo J. Ewerton Maia, do Partido Católico.

A oposição, então unida para evitar a volta do Partido Republicano ao poder, fez do capitão-tenente Belfort Vieira o novo governador do estado. Foi nesse momento em que Benedito Leite soube se utilizar de seu papel de liderança política para fortalecer essa união desses grupos oligárquicos em torno da manutenção do poder nas mãos daqueles partidos, evitando uma volta ao governo dos costistas e legitimando o governo de Vieira.

Essa coalizão das forças dos principais chefes oligárquicos que comandavam os partidos Nacional, Católico e Constitucional se formalizou com a criação do Partido Federalista, já em janeiro de 1892. São Luís, então, passou a constituir o principal centro eleitoral desse partido, enquanto o Republicano, alijado do comando estadual, manteve grande parte de seu eleitorado e correligionários nas cidades do interior do Maranhão, especialmente em Barra do Corda e Loreto.

Ainda que várias dissidências tenham ocorrido durante essas décadas, levando a reformulações internas dos grupos oligárquicos, à substituição de algumas lideranças, à desincompatibilização de outras e até mesmo à

reelaboração do próprio partido sob novas nomenclaturas, foi do seio do grupo que formou o Partido Federalista que saíram todos os governadores do Maranhão até o golpe de outubro de 1930, especialmente aqueles que são apontados pela historiografia e pela memória como os mais significativos atores da cena política-partidária maranhense, aqueles que acabaram por dominar os mecanismos de funcionamento dos aparatos jurídico, político e administrativo do estado, elegendo os seus correligionários nos diversos cargos públicos e os seus apadrinhados políticos como seus sucessores no governo<sup>24</sup>.

Entre 1892 e 1930, portanto, há o predomínio político desse grupo, dos líderes daí oriundos e de seus herdeiros políticos. Destacam-se, em especial, os nomes de Benedito Leite, que dominou o cenário político-partidário situacionista entre 1892 e 1909, e de Urbano Santos, que, com a morte de Benedito Leite, tornou-se hegemônico diante da liderança do partido, ocupando lugar de destaque na política, não apenas local, mas também nacional<sup>25</sup>, entre 1909 e 1922.

A rivalidade partidária dos primeiros anos do novo regime, entre o Partido Republicano e o Partido Federalista, que levou a que, por força política do último, aquele não conseguisse eleger um único representante em âmbito estadual até o ano de 1907, foi, entretanto, sendo suavizada, levando à aproximação e a acordos estabelecidos entre as lideranças de ambos os partidos, já no final da primeira década do século XX. Essa aproximação em muito se deu em decorrência do nascimento de facções opostas dentro do próprio Partido Federalista e que se transformaram em dissidências e oposições à liderança partidária em nível estadual e, não raramente, atuando na oposição também em nível federal.

---

<sup>23</sup> Para uma lista de tais acusações, Cf. FERREIRA, s.a., p. 06.

<sup>24</sup> Ibid., p. 06.

<sup>25</sup> Dentre outras coisas, Urbano Santos foi eleito governador do Maranhão por três vezes (1898, 1914 e 1918), renunciando nas duas primeiras vezes e assumindo apenas na terceira, ocasião em que ocupava o cargo de vice-presidente da República no governo de Wenceslau Brás. Sairia ainda candidato à vice-presidência na campanha de Artur Bernardes, entretanto, durante viagem ao Rio de Janeiro a bordo do “Minas Gerais”, em 7 de maio de 1922, faleceu, vítima de surto de gripe que acometia a tripulação daquele navio (PRAZERES, Maria das Graças do Nascimento *et* NASCIMENTO, Francisco Alcides. “História e política: uma análise do cenário político maranhense na Primeira República”. **Anais do II Seminário Nacional Sociologia & Política** – tendências e desafios contemporâneos. Curitiba: UFPR, 2010, 25p. Disponível em: <http://www.seminariosociologiapolitica.ufpr.br/anais/GT02/Maria%20das%20Gracas%20e%20Francisco%20Nascimento.pdf>. Acesso em: 2 nov. 2013).

As principais cisões ocorridas no interior do partido situacionista do Maranhão, portanto, foram protagonizadas por três grupos: a oligarquia dos Moreira, em 1906; o grupo de Herculano Parga, em 1921; e os correligionários de Marcellino Machado, em 1925.

No primeiro caso, refiro-me à atuação do grupo liderado por Alexandre Collares Moreira Júnior, no seio do partido que, tendo ganhado muita força política nos primeiros cinco anos do novo século, representou um perigo para a hegemonia política exercida então por Benedito Leite. Como consequência da tensão promovida por Moreira Júnior, e tentando abafar uma possível cisão no partido em decorrência da força política por ele obtida, Benedito Leite, que já comandava o partido situacionista desde 1892, lançou-se finalmente ao governo do estado do Maranhão, em 1906. Com a morte de Leite, em 1909, as tensões internas do partido se acirraram e Collares Moreira Júnior disputou novamente o comando da sigla, perdendo, entretanto, espaço para Urbano Santos. O grupo liderado por Moreira Júnior, nesse momento, acabou se aproximando mais da oposição liderada por Costa Rodrigues, então à frente do Partido Republicano Federal, antigo Partido Republicano, mas se afastaria também deste quando, anos depois, em, 1913, o PRF, mesmo sendo oposição no estado, passou a apoiar o candidato de Urbano Santos ao governo, o sr. Herculano Parga, numa situação política considerada “anômala”<sup>26</sup>, em que a oposição histórica apoiava o candidato da situação. No início da década seguinte, no pleito de 1921, estaria compondo novamente a chapa do partido situacionista liderado por Santos<sup>27</sup>. Parga, por sua vez, pouco anos depois, seria responsável pela segunda maior fissura ocorrida dentro do partido situacionista a que me referi.

Herculano Parga foi governador do Maranhão entre 1914 e 1918, tendo vencido a eleição com o apoio do grande nome do partido daquele momento, Urbano Santos. Entretanto, devido a crescentes rixas que foram se sucedendo entre os dois e seus correligionários, especialmente nos anos seguintes ao fim daquele mandato, quando Urbano Santos veio a sucedê-lo como governador, este tratou de tentar neutralizar a força política de Parga e

---

<sup>26</sup> REIS, 2007, p. 90.

<sup>27</sup> “TRIBUNA Livre – Carta aberta”. **O Jornal**. Ano VII, n. 1903. São Luís, edição de 10 fev. 1921, p. 01-02.

de seus correligionários, chamados parguistas. Disso resultou a exclusão do nome dele para concorrer ao cargo de deputado federal nas eleições de 1921, sendo substituído pelo oficial José Maria Magalhães de Almeida, que já começava a despontar como seu herdeiro político. Dessa maneira, Herculano Parga e os parguistas (dentre eles, Ignácio do Lago Parga, Carlos Araújo Costa, Luiz Alfredo Netto Gutterres, Raymundo Leoncio Rodrigues e Tarquínio Lopes Filho) saíram do partido de Santos e fundaram um novo partido, a que deram o nome Partido Republicano Maranhense, em 1921<sup>28</sup>, mas que também ficaria conhecido jocosamente como Flor da Viração<sup>29</sup>. O crescimento do nome de Tarquínio Filho frente ao partido fez com que os membros do PRM também ficassem conhecidos como tarquinistas<sup>30</sup>.

Por fim, no ano seguinte à cisão dos parguistas e ao início de sua atuação na oposição<sup>31</sup>, morreu Urbano Santos, em maio de 1922. O desaparecimento do comandante do partido situacionista gerou o acirramento da tensão interna visando a hegemonia dos grupos que disputavam a liderança do estado e a herança política de Santos. Despontaram, assim, dois grandes grupos rivais: os magalhãesistas e os marcellinistas. Estes últimos apoiavam que a liderança partidária ficasse nas mãos do médico Marcellino Machado, genro de Benedito Leite<sup>32</sup>, e que emergira politicamente no polêmico

<sup>28</sup> Sobre a reunião dos parguistas onde se decidiu pela fundação do partido, cf. “PARTIDO Republicano Maranhense”. **Diário de São Luiz**. Ano II, n. 66, edição de 18 de março de 1921, p. 02. Sobre o programa do novo partido, cf. “PARTIDO Republicano Maranhense – Aos nossos concidadãos”. **Diário de São Luiz**, Ano II, n. 80, edição de 6 de abril de 1921, p. 03.

<sup>29</sup> ALMEIDA, Giniomar Ferreira. **O lenine maranhense: fuzilamentos e cultura histórica no interior do Maranhão (1921)**. Dissertação de mestrado. João Pessoa: Programa de Pós-Graduação em História UFPB, 2010, p. 36; “Tribuna Livre – Carta aberta”. **O Jornal**. Ano VII, n. 1903. São Luís, edição de 10 fev. 1921, p. 01-02.

<sup>30</sup> SANTOS, Rafael Aguiar dos. “O Maranhão na Primeira República: um panorama”. In: VAZ, Leopoldo Gil Dúlcio et REINALDO, Telma Bonifácio dos Santos (orgs.). **Coletâneas: a cidade do Maranhão: uma história de 400 anos, 1612-2012**. São Luís: EDUFMA, 2012, p. 197-217. Disponível em: [http://issuu.com/leovaz/docs/seminario\\_400\\_anos\\_-\\_coletanea\\_-\\_vo\\_5a23063b864441](http://issuu.com/leovaz/docs/seminario_400_anos_-_coletanea_-_vo_5a23063b864441). Acesso em: 11 nov. 2013.

<sup>31</sup> O jornal *Diário de São Luiz*, neste momento, consistiu em um importante veículo de denúncias contra o governador Urbano Santos e sua candidatura à vice-presidência, e em defesa do grupo parguista e da chapa da Reação Republicana. Dentre tais denúncias, havia as de inepto administrador, difamador, perverso e, até mesmo, assassino (Cf. “PARTIDO Republicano Maranhense – O Difamador”. **Diário de São Luiz**. Ano III, n. 8. São Luís, edição de 11 jan. 1922, p. 02). O periódico, entretanto, tornar-se-ia, posteriormente, veículo de defesa do governo de Godofredo Viana, sucessor de Urbano Santos, e de crítica aos marcellinistas (“ARGUMENTO inocuo”. **Diário de S. Luiz**. Ano V, n. 418. São Luís, edição de 27 maio 1925, p. 01).

<sup>32</sup> Marcellino Rodrigues Machado era casado com Anna Elvira Leite Machado, filha de Benedito Leite (PRAZERES et NASCIMENTO, 2010, p. 14). Ao emergir na política, na eleição de 1918 por influência de Urbano Santos, Machado será mais identificado pelo epíteto de “cunhado do

pleito para deputado federal de 1918 em substituição ao acadêmico Coelho Netto; por sua vez, os magalhãesistas apoiavam a hegemonia do oficial da marinha e futuro genro de Urbano Santos, José Maria Magalhães de Almeida<sup>33</sup>.

O governador do Maranhão que se seguiu à morte de Santos, Godofredo Viana, conseguiu controlar a tensão existente entre esses grupos por um certo tempo, recebendo o apoio de todas as correntes políticas atuantes no Maranhão àquele momento, com a única exceção dos parguistas, e evitando uma nova cisão interna no partido situacionista. Tal apoio foi especialmente devido a ter ele estabelecido acordos com tais correntes que fizeram com que as insatisfações que as tensionavam fossem temporariamente abafadas com aparentes vantagens obtidas por todas<sup>34</sup>. Seu governo, assim, sustentou-se politicamente no apoio conjunto dos três senadores maranhenses de então, que representavam tanto as correntes do partido situacionista, lideradas por Magalhães de Almeida e por Cunha Machado, quanto o partido oposicionista, representado por Costa Rodrigues.

Quando, entretanto, em 1925, a direção do partido, escolhendo o nome do candidato que sucederia Viana à frente do governo estadual para o período 1926-1930, decidiu por lançar oficialmente Magalhães de Almeida, este foi o estopim para que os marcellinistas, vendo-se novamente preteridos ante os magalhãesistas, fundassem, em abril, uma dissidência dentro do próprio Partido Republicano, antigo Partido Federalista, rompendo com a direção central e com o grupo majoritário e, finalmente, passando a atuar na oposição estadual e também nacional. Ingressaram, assim, no Partido Republicano Federal, onde Marcellino Machado viria a substituir o líder histórico Costa Rodrigues na direção do mesmo.

---

genro de Urbano Santos”, pois sua esposa era irmã de Antonio Leite que, por sua vez, era casado com a filha de Santos.

<sup>33</sup> A filha de Urbano Santos, Virgínia de Araújo, era viúva do filho de Benedito Leite, o médico Antonio Pires Ferreira Leite, que morrera enfermo em 26 de março de 1918 (“Dr. ANTONIO Leite”. **Pacotilha**. Ano XXXVIII, n. 73. São Luís, edição de 27 mar. 1918, p. 01). O casamento com José Maria Magalhães de Almeida, por sua vez, ocorreu em 28 de julho de 1922 (“O DIA familiar”. **Pacotilha**. Ano XLI, n. 174. São Luís, edição de 27 jul. 1922, p. 04), apenas um pouco mais de dois meses depois da morte do líder político maranhense, ocorrida em maio (“Dr. URBANO Santos”. **Pacotilha**. Ano XLI, n. 106. São Luís, edição de 8 maio 1922). Passou a chamar-se, portanto, Virgínia Araújo Magalhães de Almeida (“VIDA social”. **Pacotilha**. Ano XLVII, n. 67. São Luís, edição de 22 mar. 1927, p. 04).

<sup>34</sup> REIS, 2007, p. 100.

Ainda assim, os marcellinistas permaneceriam fora do centro do poder no âmbito estadual pelos anos seguintes, amargando derrotas políticas e enfrentando campanhas difamatórias contra o seu líder, promovidas pelos correligionários magalhãesistas. Marcellino Machado conseguiu ainda se reeleger deputado federal no pleito de 1924 – apesar das tentativas sem sucesso de excluí-lo da chapa oficial na véspera do pleito e, depois, de lhe cassar o registro eleitoral para impedi-lo de assumir o cargo –, mas perdeu a eleição de 1925 para o governo do estado, saindo o próprio Magalhães de Almeida vitorioso; perdeu ainda a sua reeleição para a Câmara dos Deputados, em 1927; seu grupo foi também derrotado na eleição para o cargo do executivo estadual de 1929 para o candidato magalhãesista, o Dr. José Pires Sexto, dentre outras demonstrações do crescimento da influência política de Magalhães de Almeida.

Foi, assim, já no início da década de 1920, que se distinguiram visivelmente os três principais grupos políticos que entrariam em disputa pela hegemonia estadual no Maranhão: os magalhãesistas, os marcellinistas e os tarquinistas.

O texto de Rafael Santos fornece uma interessante caracterização dessas facções partidárias, identificando as categorias profissionais a que pertenciam tanto as lideranças, quanto os correligionários e eleitores de cada uma<sup>35</sup>. Através dessa descrição, pode-se perceber como os três principais grupos políticos daquele momento distinguiam-se pouco entre si, até porque, como apontado anteriormente, os três haviam apenas recentemente se dissociado, tendo estado unidos sob a mesma sigla partidária de 1892 até 1921.

Assim, afirma que os magalhãesistas eram predominantemente

grandes proprietários rurais, comerciantes, agro-industriais, burocratas do Estado, profissionais liberais, como médicos, farmacêuticos e advogados, e alguns intelectuais cooptados mediante favores, como empregos na administração pública estadual. Mas a base de apoio do [partido] governista não se resumia apenas a esses grupos constituintes da elite local, o partido também tinha seus representantes junto a alguns setores do operariado do pequeno parque industrial do Estado.<sup>36</sup>

---

<sup>35</sup> Cf. SANTOS, 2012.

Já os marcellinistas, por sua vez, segundo descreve o mesmo autor, constituíam

setores da elite econômica e política local que criticavam o situacionismo vigente, e formado por grupo de latifundiários, comerciantes, funcionários públicos e profissionais liberais como professores, médicos e advogados. Mas, apesar de ser um partido controlado por grupos que podiam ser considerados de elite, recebia simpatia eleitoral de diversos setores populares de São Luís, como prestadores de serviços e operários e da classe média baixa urbana, como pequenos funcionários públicos, graças a um discurso assistencialista.<sup>37</sup>

Por fim, o terceiro grupo destacado por Santos constituía o dos tarquinistas que, formado por parte da classe média maranhense, constituía oposição aos magalhãesistas e aos marcellinistas, diferenciando-se deles especialmente por os tarquinistas possuírem grande simpatia pelo movimento tenentista e pelas ideias de renovação política que esse movimento defendia, dentre elas, o combate à corrupção administrativa, a centralização do poder ao nível federal, a oposição à dominação política oligárquica etc.<sup>38</sup> Essa simpatia era tão forte que há inclusive registros da grande aproximação entre as lideranças do PRM e da Coluna durante e mesmo antes da passagem desta pelo Maranhão, em 1925, momento em que houve cerca de duzentas adesões ao movimento, sendo, esta, “a maior incorporação que a Coluna teve em toda a sua trajetória”<sup>39</sup>. O próprio Tarquínio Filho, por exemplo, publicou em seu jornal *Folha do Povo* vários editoriais em defesa da Coluna<sup>40</sup>.

A historiografia, portanto, localiza na década de 1920 o momento de maior crise no cenário político maranhense desde a fundação da República. Essa crise, entretanto, não consistiu em algo unicamente específico do Maranhão, mas em muito refletia uma crise em nível nacional, um esgotamento do modelo político aplicado no âmbito federal desde o governo de Campos Sales, em 1898. Tal modelo, que ficou conhecido como “política do café-com-leite”, assentava-se sobre acordo estabelecido entre as oligarquias

---

<sup>36</sup> SANTOS, 2012, p. 196.

<sup>37</sup> Ibid. p. 197-198.

<sup>38</sup> Ibid., p. 198.

<sup>39</sup> ALMEIDA, 2010, p. 33.

<sup>40</sup> Cf. PINHEIRO, Raimundo Nonato. **A Coluna Prestes no Maranhão**. Monografia de especialização. Curso de especialização em história do Maranhão da UEMA. São Luís, 2005, 59p.

agro-exportadoras de café, em São Paulo, representadas pelo Partido Republicano Paulista (PRP), e de leite, em Minas Gerais, representadas pelo Partido Republicano Mineiro (PRM), que previa o revezamento desses partidos à frente da indicação do candidato à presidência da República, como forma de manter a hegemonia política nacional nas mãos dos dois estados.

Aliar-se ao PRP e ao PRM e, dessa maneira, apoiar o presidente da República indicado e eleito por meio do acordo entre ambos garantia aos governadores que estes teriam o apoio necessário do governo federal às suas gestões, obtendo privilégios perante ele, como recursos financeiros e cargos públicos para a administração de seus territórios e para a manutenção do seu grupo oligárquico no poder.

No Maranhão, desde que assumiram o governo estadual, no golpe de dezembro de 1891, as oligarquias do Partido Federalista passaram a se aliar às lideranças políticas paulista e mineira, para apoiar os candidatos à eleição federal indicados pelos partidos republicanos de tais estados<sup>41</sup>. A relação era tão próxima entre essas lideranças que algumas delas acabaram mesmo se destacando também na seara federal, apoiadas pela coalizão estabelecida em âmbito nacional com o PRP e o PRM. Cito como exemplo um dos mais fortes nomes da política maranhense oriundo desses grupos, Urbano Santos, que foi eleito duas vezes como vice-presidente da República, apoiado pelas chapas de Wenceslau Brás, inicialmente, que governou de 1914 a 1918, e, depois, de Artur Bernardes, que governou de 1922 a 1926<sup>42</sup>, ambos nomes vindos do Partido Republicano Mineiro.

Desta maneira, a manutenção do modelo político instalado desde Campos Sales no acordo entre Partido Republicano Paulista e Partido Republicano Mineiro encontrava sustentação no estado maranhense devido à arregimentação política entre aqueles partidos e as oligarquias que subiram ao poder no final de 1891 e agruparam-se desde então no chamado Partido Federalista. Estas, por sua vez, conseguiam se manter nesse lugar justamente por receberem apoio e incentivos federais.

Enquanto isso, à oposição, configurada inicialmente apenas no Partido

---

<sup>41</sup> FERREIRA, s.a., p. 07.

<sup>42</sup> Urbano Santos foi eleito pela segunda vez vice-presidente no pleito ocorrido em 1º de março de 1922, mas não chegou a tomar posse, que ocorreria no dia 15 de novembro, por haver falecido em 7 de maio (PRAZERES, 2011, p. 49).

Republicano liderado por Costa Rodrigues, posteriormente em outras facções dissidentes do partido hegemônico no estado, restavam as tentativas de articulações com outros grupos, muitas vezes mal sucedidas, bem como a veiculação constante de críticas e denúncias realizadas por meio dos jornais que controlavam, dentre os quais, o mais famoso jornal de oposição do final do século XIX que era intitulado de *Pacotilha*<sup>43</sup>. Já na década de 1920, enquanto a *Pacotilha* havia se tornado um diário em favor do grupo magalhãesista, as duas principais oposições possuíam também órgãos da imprensa através dos quais faziam suas denúncias e ofensas contra o grupo situacionista e às demais oposições, bem como exaltavam o seu próprio grupo e as ações dos seus correligionários, dentro e fora do estado. O grupo paraguista, por exemplo, desde os meses finais de 1921, quando já havia rompido com o governo, passou a se fazer presente nos editoriais do jornal *Diário de São Luiz*; dois anos depois, em julho de 1923, fundou o seu próprio jornal *Folha do Povo*, de propriedade, direção e gerência do próprio Tarquínio Lopes Filho; os marcellinistas, por sua vez, estiveram à frente dos editoriais de *O Combate*<sup>44</sup>.

Exposto, assim, esse breve panorama do contexto político maranhense, dando a perceber os conflitos oligárquicos intrapartidários que fizeram com que o antigo bloco situacionista se fragmentasse em facções opostas, representativas do esgotamento do modelo político que perdurava desde o início do regime republicano, enfraquecendo os grupos politicamente hegemônicos e fortalecendo os grupos oposicionistas que atuavam no estado há décadas, resta ainda analisar um último ponto que só poderia ser plenamente compreendido depois de tal exposição. Para isto, trago de volta a

---

<sup>43</sup> O jornal *Pacotilha*, fundado em outubro de 1880 por Victor Lobato, passou para a propriedade de Costa Rodrigues já no início do período republicano, constituindo-se, portanto, em porta voz dos grupos que compunham o Partido Republicano. Dessa maneira, desde o golpe de 1891, quando os costistas foram retirados do poder estadual, *Pacotilha* atuou como jornal de oposição ao governo local, este, nas mãos dos Federalistas. Foi apenas quando os costistas e, assim, o Partido Republicano Federal, antigo Partido Republicano, passou a ser cooptado pelos grupos situacionistas, por volta da década de 1910, que o direcionamento político do jornal passou paulatinamente a também se constituir como veículo de apoio ao situacionismo, elegendo como grandes inimigos da política maranhense aqueles que haviam provocado as dissidências no partido governista, sendo os marcellinistas o maior alvo de críticas no final da década de 1920 (Cf. PEREIRA, Josenildo de Jesus. "Imprensa, ética escravista e idéias abolicionistas no Maranhão na década de 1880". **Anais do XXV Simpósio Nacional de História da ANPUH**. Fortaleza, 2009. Disponível em: <http://anpuh.org/anais/wp-content/uploads/mp/pdf/ANPUH.S25.1332.pdf>. Acesso em: 16 nov. 2013).

este texto a citação feita há algumas páginas, extraída do jornal *Diário de S. Luiz*, em editorial intitulado “Partido republicanos”.

Nessa citação, o autor do editorial, ao explicar o equívoco cometido na edição anterior do periódico, quando, ao se referir ao partido situacionista, o fez pelo nome de outro partido existente no estado, expõe a dificuldade em se compreender as siglas partidárias existentes no Maranhão naquele ano de 1921 através dos nomes que os partidos escolheram para se identificarem. Afirma, portanto, que “nosso erro, ou do revisor, ou do typographo, justifica-se cabalmente”, pois, só de partidos que se auto-intitulavam “republicanos”, “temos aqui três: Partido Republicano, Partido Republicano Federal e Partido Republicano Maranhense”<sup>45</sup>.

Não pretendo aqui responder à pergunta lançada pelo autor do editorial, quando questionou quais as relações existentes entre o nome escolhido para identificar cada partido e a ideologia política a que cada um se associava. O próprio autor da crítica admite que as escolhas parecem ser aleatórias, não vinculando o nome às ações políticas dos grupos pertencentes a cada partido. A historiografia, por sua vez, também afirma diversas vezes que a filiação não era tanto à ideologia de um partido, mas ao nome de um líder político, sendo a sigla escolhida para nomear cada agremiação, desta maneira, menos relevante do que a teia de relações estabelecidas interpessoalmente entre os sujeitos.

Foram essas análises que me levaram a perceber a impossibilidade de compreender a coexistência de três partidos “republicanos” no Maranhão sem recorrer aos contextos específicos de formação dos grupos que os compuseram, analisando, desta maneira, os momentos de emergência e institucionalização das diferenças no campo das disputas pelo poder, tanto internamente aos partidos, galgando a hegemonia de seu grupo diante dos demais que os compõem, quanto externamente, elegendo nos cargos públicos correligionários da liderança oligárquica, fazendo crescer, assim, seu campo de influências perante cada contexto político. Tais momentos, por sua vez,

---

<sup>44</sup> Cf. MARTINS, Manoel de Jesus Barros. **Rachaduras solarescas e epigonismos provincianos** – sociedade e cultura no Maranhão neo-ateniense: 1890-1930. Dissertação de mestrado. Recife: Programa de Pós-graduação em História da UFPE, 2002, 177p.

<sup>45</sup> “PARTIDOS republicanos”. **Diário de São Luiz**. Ano II, n. 129. São Luís, edição de 02 jun. 1921, p. 01.

alteram-se tão rapidamente devido a reorganizações internas, devido a mudanças das relações de forças e da própria composição dos grupos, que, caso fossem analisados superficialmente, poderiam me levar a conclusões equivocadas, a identificações errôneas<sup>46</sup>.

Apenas historicizando a constituição de cada partido político no Maranhão e percebendo as trajetórias dos grupos oligárquicos que os formavam ao longo dos anos – as mudanças de lideranças, as dissidências, as arregimentações estaduais e nacionais, etc. – é que se consegue compreender o cenário que se apresentava na década de 1920, perceber como as alterações pelas quais passaram aqueles dois partidos do início da república, o Federalista e o Republicano, não deixaram incólumes os próprios nomes com os quais se identificavam, levando, até mesmo, a que, no final da Primeira República, um deles tivesse assumido exatamente a sigla do adversário histórico.

Explicito mais detalhadamente, portanto, essas modificações nas nomenclaturas dos partidos do Maranhão. Já me referi antes que o governo estadual maranhense estava, no início do ano de 1891, nas mãos do Partido Republicano. Ao final daquele ano, uma coalizão entre os três partidos de

---

<sup>46</sup> O exemplo mais claro que posso citar consiste justamente naquele que mais me incitou à própria pesquisa e à elaboração desta narrativa sobre a trajetória dos partidos políticos maranhenses na Primeira República a fim de esclarecer algumas questões que pareciam contraditórias entre a documentação e a historiografia a que eu tinha acesso. Os textos dos historiadores afirmavam que, durante todo o período da República Velha, havia no Maranhão dois principais partidos: o Federalista, liderado por Benedito Leite, situacionista; e o Republicano, liderado por Costa Rodrigues, oposicionista. Os jornais em que pesquisei, por sua vez, especificamente, as edições de *Pacotilha*, *Diário de São Luiz* e *Folha do Povo*, referentes à década de 1920, falavam-me também de dois partidos, o Republicano, situação, e o Republicano Federal, oposição. Referiam-se ainda a Benedito Leite como sendo grande líder histórico do primeiro, e não do segundo, como atestavam os textos dos historiadores. Inicialmente, pela própria semelhança entre os nomes, pensei que o que os historiadores chamavam de “Partido Federalista” era o que os jornais chamavam de “Partido Republicano Federal”, enquanto o “Partido Republicano” do final do século XIX era o mesmo “Partido Republicano” da década de 1920. Ainda assim, várias informações não se encaixavam entre os textos. Foi apenas quando percebi que não conseguiria compreender essa aparente contradição permanecendo apenas na década de 1920 que regressei para o início do período republicano para tentar perceber como aqueles dois primeiros partidos haviam sido produzidos e foram se reorganizando nos anos seguintes, até a situação em que eu os encontrara nos anos vinte. Só assim consegui compreender que aquela relação que eu havia inicialmente estabelecido, crendo que a proximidade dos nomes representava a continuidade dos partidos durante as décadas da Primeira República estava completamente equivocada, e, na verdade, invertida: o *Partido Republicano de 1892* era, na verdade, a base do que seria o *Partido Republicano Federal da década de 1920*, enquanto que o *Partido Federalista de 1892*, por sua vez, era a base do que formaria o *Partido Republicano da década de 1920* (Cf. ALMEIDA, 2010; CORRÊA, 1993; FERREIRA, s. a.; PINHEIRO, 2005; PRAZERES et NASCIMENTO, 2010; PRAZERES, 2011; REIS, 2007; SANTOS, 2012).

oposição, o Nacional, o Federal e o Constitucional, articulada por Benedito Leite, ascendeu ao poder e, no ano seguinte, fundiu oficialmente os três partidos em apenas um, o Federalista. Embora uma certa base das oligarquias reunidas em torno deste último tenha permanecido à frente do poder estadual até o golpe de 1930, saindo daí todos aqueles que ocuparam o cargo de governador do Maranhão, o próprio Partido Federalista – bem como o Partido Republicano –, enquanto experiência devidamente nomeada, não sobreviveu nem mesmo àquela década que o inventou.

A primeira reorganização interna que levou à alteração nos nomes dos partidos se deu já no final da década de 1890, constituindo-se, na verdade, em uma disputa pelo uso da sigla do Partido Republicano Federal. O PRF fora fundado em 1893 pelo paulista Francisco Glicério, como uma tentativa de construção de um partido político nacional. Apesar de pretensamente nacional, tentando reunir lideranças dos vários partidos estaduais em seu diretório, sua principal base consistia ainda no Partido Republicano Paulista, a partir do qual fora formado. A força da arregimentação política desse partido perante os partidos estaduais fez, inclusive, com que ele, já no ano seguinte à sua criação, conseguisse eleger o seu candidato, Prudente de Moraes, como presidente da República, governando no período de 1894 a 1898. Em 1896, as disputas internas ao partido levaram à sua crise e ao abandono do projeto de partido nacional por algumas lideranças. Seu próprio fundador, Francisco Glicério, retirou o apoio ao governo e passou a atuar como oposição nacional. A indicação do nome a suceder Prudente de Moraes efetivou a divisão do partido: os apoiadores do presidente indicaram o paulista Manuel Ferraz de Campos Sales, afastando-se, assim, da direção do PRF e aproximando-se mais diretamente das lideranças do Partido Republicano Paulista; enquanto o grupo liderado por Glicério indicou o nome do paraense Lauro Nino Sodré e Silva.

No Maranhão, tanto a situação, quanto a oposição estiveram ligadas de uma certa forma ao PRF: a situação, comandada por Benedito Leite, apoiava a gestão de Prudente de Moraes desde a sua eleição em 1894, e ficou ao lado deste quando da cisão partidária promovida por Glicério, apoiando, portanto, a candidatura de Campos Sales; já a oposição costista viu nessa cisão e no lançamento da candidatura de Lauro Sodré a possibilidade dessa

força política emergir na seara federal, força, esta, que, chegando ao poder, criaria condições suficientes para que as oposições estaduais que a haviam apoiado também se levantassem e conquistassem os cargos políticos em seus territórios.

Ainda que, logo após a vitória de Campos Sales, dando início à política do café-com-leite, o PRF de Glicério, como partido nacional, tenha sido extinto já em 1898, os costistas no Maranhão resolveram adotar a sigla daquele partido e renomear localmente a oposição, passando, portanto, a identificar-se como *Partido Republicano Federal* (PRF), nome que usariam até o início da Era Vargas.

O partido da situação, por sua vez, desde meados da década de 1890, passou a pouco se referir a si mesmo pelo nome de Partido Federalista. Talvez pela aproximação que se estabeleceu entre o PF e os partidos republicanos dos demais estados, que agrupavam oligarquias locais semelhantes àquelas que se reuniam no Maranhão sob outra sigla, os federalistas passaram muitas vezes a se referir a seu partido pelo nome de “Partido Republicano” que, no caso do Maranhão, como já visto, era exatamente o nome do partido oposto ao Federalista. Não demorou muito também para que o mesmo partido começasse a se identificar como Partido Republicano Federal, no momento em que os costistas também já se intitulavam dessa maneira, o que gerou certa confusão entre os eleitores e discussão veiculada nos jornais sobre a legitimidade de qual dos partidos podia usar tais nomes.

Exemplo dessa confusão encontra-se no exposto pelo jornal *Pacotilha* que, neste momento, final do século XIX, defendia os interesses da oposição estadual. Na edição de 10 de fevereiro de 1899, o jornal trouxe um pequeno editorial intitulado “Republicanos federaes!”, produzido como repúdio à notícia veiculada recentemente de que Benedito Leite, líder do Partido Federalista, estava retornando de viagem ao Rio de Janeiro e que o diretório de seu partido convidava os seus correligionários para recepcioná-lo. Em tal convite, o diretório se identificava como “directorio do partido republicano federal”. O jornal oposicionista veiculou a seguinte nota, acusando os federalistas de propositada e reiteradamente se identificarem pelo nome legitimamente pertencente ao partido opositor, visando obter algum benefício próprio, além de confundir o eleitorado maranhense:

No convite feito para a recepção do dr. Benedicto Leite, o directorio do seo partido, se intitula de directoria do partido republicano federal. O partido federalista ja é republicano federal? O que elle está vendo pelas alturas que já se vae apadrinhando com um título que não lhe pertence? É esperto, não tem que ver, o tal partido. Havendo aqui um partido republicano, intutou-se como tal do dia para a noite, quando julgou que isso podia ser lucrativo. Os adeptos desse partido, que era filiado ao republicano federal, não querendo a confusão com os seos adversários, tomaram a denominação do partido a que se achavão ligados. Por occasião da Convenção o partido republicano, de que era prestigioso chefe o illustre dr. Costa Rodrigues, tomou o nome de republicano federal. Agora, os federalistas, que já procurão fazer esquecido o rotulo com que se chismaram no governo do dr. Prudente de Moraes, já vão sorratamente se denominando de republicanos federaes... Espertos, não tem duvida, mas a espertesa desta vez nada lhes servirá.<sup>47</sup>

No final desse mesmo ano, entretanto, o Partido Federalista formalizou e consolidou a adoção de outro nome, justamente a antiga sigla do partido da opposição, nomeando-se de *Partido Republicano* (PR)<sup>48</sup>. No início da década de 1910, a relação próxima de Urbano Santos com o gaúcho Pinheiro Machado levaria a que o partido situacionista do Maranhão se associasse e, com isso, adotasse a sigla do partido fundado por esse último, em mais uma tentativa de formação de um partido político nacional na Primeira República. Assim, durante a primeira metade dessa década, e sob a influência de Urbano Santos, o Partido Republicano adotou o nome da agremiação nacional fundada por Machado, de nome *Partido Republicano Conservador* (PRC).

Com a morte de Pinheiro Machado, em 1916, e o esvaziamento do PRC nacional, o então governador maranhense, Herculano Parga, tentou rebatizar o partido para Partido Republicano Maranhense, tentativa, entretanto, que foi frustrada pela influência de Urbano Santos, que fez com que o partido situacionista voltasse a ser nomeado apenas de Partido Republicano, como anteriormente.

Em 1921, entretanto, quando Parga rompeu com a direção do PR e saiu do partido, retomou a ideia anterior e fundou um partido de opposição,

<sup>47</sup> Cf. "REPUBLICANOS federaes!". *Pacotilha*. N. 35. São Luís, edição de 10 fev. 1899, p. 03.

<sup>48</sup> Cf. "REUNIÃO Política". *Diário do Maranhão* – jornal do commercio, lavoura e industria. Ano XXX, n. 7.896. São Luís, edição de 27 dez. 1899, p. 02; e "PARTIDO Republicano". *Diário do*

nomeando-o de *Partido Republicano Maranhense* (PRM). Tendo-se, entretanto, em vista que o partido da situação no Maranhão contava com o apoio federal, e seu líder, Urbano Santos, então rival de Parga, era candidato à vice-presidência no pleito seguinte, coligado ao candidato da política do café-com-leite, Artur Bernardes, do Partido Republicano Mineiro, o Partido Republicano Maranhense, portanto, teve que também atuar na oposição na esfera federal, na tentativa de obter apoio político e destruir a base de sustentação do governo local. Desta maneira, o PRM parguista articulou-se nacionalmente com o movimento da chamada “Reação Republicana”, ou “Comitê Pró Nilo-Seabra”, reunindo grupos políticos de estados periféricos, em especial, Pernambuco, Bahia, Rio Grande do Sul e Rio de Janeiro, opostos à manutenção da hegemonia federal paulista e mineira<sup>49</sup>. Como candidato à presidência, esses grupos indicaram o nome de Nilo Peçanha, do Partido Republicano Fluminense, contra o candidato Artur Bernardes, do Partido Republicano Mineiro; e o baiano José Joaquim Seabra em oposição a Urbano Santos, para o cargo de vice-presidente<sup>50</sup>.

Pode-se agora, finalmente, compreender a crítica realizada pelo articulista do jornal *Diário de S. Luiz*, no ano de 1921, ao expor o emaranhado de partidos de nomes muito próximos, auto-intitulados “republicanos”, e que representavam mais dissidências internas aos grupos oligárquicos do mandonismo local do que expressões de um partidarismo efetivamente ideológico.

Em sua fala, portanto, refere-se à existência de três partidos ditos republicanos, os quais já podem ser plenamente identificados neste texto: o *Partido Republicano* – antigo Partido Federalista, então comandado ainda por Urbano Santos –; o *Partido Republicano Federal* – antigo Partido Republicano, comandado ainda por Costa Rodrigues –; e o *Partido Republicano Maranhense* – recentemente fundado por Herculano Parga e Tarquínio Lopes Filho. O articulista do *Diário de São Luiz*, portanto, ao criticar o grupo governista e referir-se a ele pela sigla de “Partido Republicano Maranhense”,

---

**Maranhão** – jornal do commercio, lavoura e industria. Ano XXXI, n. 7.937. São Luís, edição de 14 fev. 1900, p. 02.

<sup>49</sup> REIS, 2007, p. 98.

<sup>50</sup> “AO ELEITORADO”. **Diário de São Luiz**. Ano III, n. 44. São Luís, edição de 22 fev. 1922, p. 04.

equivocava-se, portanto, no alvo mirado, já que era o PR, e não o PRM, o grupo que estava à frente do governo estadual<sup>51</sup>.

Entretanto, esse erro, segundo ele próprio, era escusável e plenamente justificado devido à confusão de legendas existentes no Maranhão no início da década de 1920, bem como pela falta de clareza das diferenças ideológicas entre essas siglas, que em muito confundia eleitores e correligionários. A situação dez anos depois, por sua vez, continuaria confundindo muitos, inclusive pessoas que até ocupavam cargos públicos, para os quais haviam sido eleitas devidamente filiadas a um desses partidos. É o caso do próprio Humberto de Campos.

Iniciei esta análise citando um registro do diário de Humberto onde o mesmo afirmava ter recebido telegrama do presidente do diretório de seu partido informando ter sido o seu nome escolhido para reeleição da Câmara Federal, para o pleito que iria se realizar no dia 1º de março de 1930. Nesse registro, o autor se refere ao seu partido pelo nome de “Partido Republicano Maranhense”, mas admite não ter certeza de ser essa a sigla ao pontuar “creio que é essa a denominação do partido a que pertenço”<sup>52</sup>.

E realmente Humberto estava equivocado, pois, nas duas eleições em que concorreu oficialmente durante a Primeira República, em 1927 e em 1930, ele pertencia ao Partido Republicano e não ao Partido Republicano Maranhense. Era, portanto, magalhãesista, e não parguista. Mas nem sempre Humberto estivera tão próximo dos grupos à frente do poder político. No início daquela mesma década, ele chegou a militar em outra frente, aproximando-se dos parguistas e opondo-se ao grupo liderado por Urbano Santos, o qual, inclusive, era constantemente alvo de críticas em suas crônicas satíricas publicadas no jornal carioca *O Imparcial* e assinadas pelo nome de Conselheiro X.X.

E, apesar de ter iniciado a década de 1920 como um dos maiores críticos de Santos, seria através do sucessor político deste no PR, Magalhães de Almeida, que começaria a ingressar no mundo parlamentar. Esse seu ingresso, entretanto, ocorrido na véspera do pleito de 1924, além de ter se

---

<sup>51</sup> “PARTIDOS republicanos”. *Diário de São Luiz*. Ano II, n. 129. São Luís, edição de 02 jun. 1921, p. 01.

<sup>52</sup> CAMPOS, 1954b, p. 10-11.

dado como uma manobra de Magalhães de Almeida para tentar cessar a força política de seu principal rival, Marcellino Machado, pessoalmente representou para Humberto também a possibilidade de se fazer cumprir a justiça, pagando na mesma moeda uma ofensa política realizada há seis anos contra o seu maior amigo, Coelho Netto. Esse pagamento, entretanto, se não podia ser feito diretamente ao ofensor, que já estava morto, seria feito àquele que se beneficiara da ofensa: o próprio Marcellino Machado.

## 2. O pleito de 1924: entre a espontaneidade e a fraude eleitoral

Humberto de Campos surgiu oficialmente no cenário político maranhense como candidato a deputado federal no pleito de 1927<sup>53</sup>, justamente coligado àqueles grupos que se revezavam no poder desde o golpe de dezembro de 1892. O padrinho político de Humberto, aquele que o levou a lançar a sua candidatura, foi o sr. José Maria Magalhães de Almeida, herdeiro político de Urbano Santos, que ascendeu ao governo do estado do Maranhão após a passagem de Godofredo Viana (de 1922 a 1926). Este, que, devido às ações de urbanização e modernização – como, por exemplo, a mal fadada experiência com a norte-americana *Brightman & Company Incorporation* para realização dos serviços de água, esgoto e luz, e para instalação de bondes elétricos em São Luís<sup>54</sup> –, além de outros eventos com os quais teve que lidar, como a passagem do tenentismo pelo território maranhense, lançou o estado em profunda crise financeira, tornando-se alvo de diversas críticas até mesmo de algumas das lideranças que compunham o próprio partido situacionista, especialmente o então deputado federal

<sup>53</sup> Equivocadamente, encontra-se na biografia de Humberto de Campos disponibilizada pelo sítio eletrônico da Academia Brasileira de Letras que ele teria sido eleito no ano de 1920, ano que, inclusive, sequer eleição para deputado federal houve (“HUMBERTO de Campos – biografia”. **Academia Brasileira de Letras** [on line]. Disponível em: <http://www.academia.org.br/abl/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?infolid=640&sid=221>. Acesso em: 7 dez. 2013). Esse equívoco acabou sendo repetido nos estudos de Roberta Scheibe, que usou a descrição do site da ABL como fonte de pesquisa (SCHEIBE, Roberta. **A crônica e seus diferentes estilos na obra de Humberto de Campos**. Dissertação de mestrado. Programa de Pós-Graduação em Letras. Passo Fundo: Universidade de Passo Fundo, 2006, p. 36).

<sup>54</sup> Cf. MENDES, Sylvânio Aguiar. **Entre burros e empurrões**: uma história dos bondes elétricos em São Luís (1924-1966). Monografia de graduação. São Luís: Universidade Estadual do Maranhão, 2005, 94p; e PRAZERES, Maria das Graças do Nascimento. **Nos trilhos do progresso**: os bondes elétricos na Primeira República em São Luís/MA. Dissertação de mestrado. Programação de Pós-Graduação em História. Teresina: UFPI,

Marcellino Rodrigues Machado.

A escolha do nome de José Maria Magalhães de Almeida para sucessor de Godofredo Viana no governo do Maranhão constituiu o estopim para a sedição marcellinista dentro do Partido Republicano. Entretanto, essa escolha não foi algo inesperado. Quem vivia o contexto político daquele estado durante todo o governo de Viana deve ter tido conhecimento das constantes notícias veiculadas pelos jornais de uma aproximação pessoal cada vez maior entre Viana e Almeida, e um isolamento cada vez mais forte sofrido por Machado.

Nesse sentido, um acontecimento crucial consistiu nas eleições para deputado federal de 17 de fevereiro de 1924. Esse acontecimento, além de demonstrar uma articulação política entre Viana e Almeida no sentido de excluir Machado, consistiu também na primeira ação política de Humberto de Campos já associado ao grupo magalhãesista.

Falei anteriormente que a primeira vez que Humberto lançou a sua candidatura foi para o pleito ocorrido em 24 de fevereiro de 1927. Entretanto, mesmo sem ter sido candidato anteriormente a essa data, Humberto já havia obtido, naquele pleito de 1924, mais de 600 votos nas cidades interioranas, segundo se pode verificar pelos resultados divulgados na imprensa maranhense<sup>55</sup>.

Já no dia seguinte ao pleito, com o início da apuração e o aparecimento inicial de mais de quatrocentos votos para alguém que sequer havia lançado sua candidatura, o jornal maranhense *Pacotilha* divulgou a seguinte nota:

O Maranhão não pode deixar de se interessar pelos seus filhos ilustres, especialmente aqueles que representam a sua luminosa tradição intelectual e, lá fora, sustentam o brilho do seu renome de Atenas Brasileira.

Tivemos prova disto na *votação espontânea* e justa que acaba de

---

2011, 171f.

<sup>55</sup> O número exato de votos está contraditório na documentação. O jornal *Pacotilha*, através do qual acompanhei a divulgação do resultado da apuração do pleito desde os primeiros dias seguintes à sua realização, traz o número máximo de votos obtidos por Humberto em sua edição de 25 de fevereiro, contabilizando 674 votos (“ELEIÇÕES federais”. **Pacotilha**. Ano XLIII, n. 48. São Luís, edição de 1924, p. 01). Já na edição de um mês depois, do dia 24 de março, esse número cai para 639 (“AS ELEIÇÕES federais”. **Pacotilha**. Ano XLIII, n. 71. São Luís, edição de 24 mar. 1924, p. 01). Duma ou doutra forma, dentre os nove candidatos, Humberto foi o menos votado.

receber o nosso preclaro patricio Humberto de Campos, nome que muito eleva a sua terra nas letras pátrias, pelo valor da sua inteligência e as reais afirmações da sua cultura.

Ninguém mais digno de representar o Maranhão no Congresso Nacional do que o fulgente poeta, jornalista e cronista que é Humberto de Campos.

Os votos que está recebendo são do coração maranhense.

Eles honram não só a nossa terra como o candidato a que foram dados e que esperamos ver, breve, na representação federal.

Parabéns a Humberto de Campos e aos maranhenses que nele votaram.<sup>56</sup>

As notícias sobre a votação de Humberto de Campos não tardaram a se espalhar pelos outros estados, repercutindo especialmente na capital federal, onde o cronista morava<sup>57</sup>. O jornal carioca *Gazeta de Notícias*, no dia 21, num artigo intitulado “As surpresas das urnas”, expôs, no mesmo teor usado pelo jornal ludovicense e chegando mesmo a reproduzir o editorial deste, o quão inesperados foram, tanto para o povo de maneira geral, quanto para o próprio acadêmico, os votos que estavam sendo dados a este de maneira “espontânea”.

Os telegrammas que estão chegando do Maranhão sobre o pleito naquelle Estado, trazem, entre os nomes que receberam suffragios para deputado federal, o do escriptor Humberto de Campos, membro da Academia Brasileira de Letras. Os resultados parciais de hontem davam-lhe já cerca de setecentos votos, faltando ainda varios municipios.

Lidando embora no jornalismo carioca, onde é uma das figuras que desdobram maior actividade, Humberto de Campos não teve, quer aqui, quer no seu Estado, qualquer noticia sobre a sua candidatura. E isso pela razão muito simples de não ter sido candidato, nem, mesmo, avisado de que alguns chefes municipaes no seu Estado pretendiam suffragar-lhe o nome, numa affectuosa demonstração de carinho.<sup>58</sup>

No mesmo editorial, o jornal carioca descreve Humberto como um escritor que, apesar de viver afastado da política, serve à sua terra “na

<sup>56</sup> “HUMBERTO de Campos”. *Pacotilha*. Ano XLIII, n. 42. São Luís, edição de 18 fev. 1924, p. 01 (grifo meu).

<sup>57</sup> Na edição de 26 de fevereiro, a *Pacotilha* reuniu a repercussão da votação de Humberto de Campos através de alguns jornais cariocas, como *Gazeta de notícias*, *Correio da manhã*, *Notícia*, *A noite*, *A vanguarda* e *O Imparcial*, enfatizando que todos repetiram a ideia de que a votação que Humberto estava recebendo era espontânea, uma demonstração de carinho e reconhecimento do povo maranhense a um de seus representantes na Academia Brasileira de Letras (“TELEGRAMAS gerais”. *Pacotilha*. Ano XLIII, n. 49. São Luís, edição de 26 fev. 1924, p. 04). Nessa oportunidade, o jornal maranhense reproduziu a entrevista que Humberto concedera ao carioca *Gazeta de notícias*, e que fora publicada na edição deste no dia 21 de fevereiro.

esphera da sua actividade e pelo prestigio das suas relações pessoais”. Em seguida, reproduziu uma rápida entrevista realizada com o próprio Humberto de Campos, onde questionou a sua opinião acerca do resultado que aquele pleito estava produzindo, bem como sobre suas pretensões políticas. Segue a entrevista, conforme publicada pelo periódico:

– Eu pertenço no Maranhão – disse-nos elle. – a essa geração que dirige, agora, ali, os destinos do Estado. Vinhamos pelo mesmo caminho na mocidade, quando este se bifurcou: uns optaram pela política, servindo ali mesmo a nossa terra. Outros afastaram-se della, servindo-a com o seu espirito e com a sua saudade. Os primeiros, são, hoje, os orientadores da politica maranhense, os que imprimem ao Estado, sob a chefia de Godofredo Vianna, o surto que se vem reflectindo na sua vida economica. Entre uns e outros houve, porém, sempre, o mesmo liame de cordialidade. Dahi, naturalmente, o gesto dos meus conterraneos do interior, dando-me, com absoluta liberdade, varias centenas de votos, em um pleito em que os partidos conjugados, haviam apresentado candidatos ás sete cadeiras da bancada.

– E a sua attitude, nesse caso?

– A minha attitude é a de quem toma em commovida consideração uma gentileza carinhosa e toma-a, sobretudo, como homem de letras. Como o senhor provavelmente sabe, havia na representação do Estado uma cadeira destinada a um homem de letras maranhense, e que o meu querido Coelho Netto occupou durante nove annos. Na legislatura passada, arrebatarem-lhe a cadeira, não para dal-a a outro maranhense votado á vida literária, mas para entregal-a a um medico da capital, genro do saudoso Benedicto Leite. Constitucionalmente inelegivel, o competidor de Coelho Netto ficou na Camara, graças ao esforço do Dr. Urbano Santos, então vice-presidente da República. Era uma usurpação aggravada de uma inconstitucionalidade.

– Então...

– Então, agora, com o meu nome suffragado generosamente por algumas centenas de maranhenses, faço o que faria no meu caso qualquer homem de letras: vou reiterar, na Camara, numa contestação honesta, o protesto de Coelho Netto, servindo-me dos votos que me deram os meus amigos do Maranhão – senão para me fazer reconhecer deputado, o que seria impossível, ao menos para provar-lhes que nós, homens de letras maranhenses, vivemos aqui como irmãos, com o pensamento na terra commum.<sup>59</sup>

Em ambos os jornais, portanto, afirma-se a espontaneidade com que haviam sido dados os votos para o nome de Humberto de Campos, que não era candidato oficial ao pleito, diferentemente dos demais candidatos listados: pelo PR, Magalhães de Almeida, Marcellino Machado, Raul Machado, Domingos Barbosa e Artur Collares Moreira; pelo PRF, José Barreto e Agripino

<sup>58</sup> “AS SURPRESAS das urnas”. **Gazeta de notícias**. Ano XLIX, n. 46. Rio de Janeiro, edição de 21 fev. 1924, p. 03.

<sup>59</sup> *Ibid.*, p. 03.

Azevedo; e, por fim, pelo PRM, Herculano Parga. Ao mesmo tempo, enfatiza-se que essa espontaneidade deu-se como demonstração de carinho que o povo maranhense tinha para com um de seus representantes na Academia Brasileira de Letras.

Apreende-se, ainda, da entrevista concedida à *Gazeta de Notícias*, o rol de algumas questões a serem destacadas.

Primeiro, Humberto afirma pertencer ao mesmo grupo dos então dirigentes do Maranhão, construindo apenas a ideia de que ele optou por ir para o caminho das letras, e não para o da política, até mesmo “afastando-se della”, mas que todos fazem parte da mesma geração e têm como objetivo comum o melhor para o estado. Com isto, tenta construir uma ligação direta entre a sua própria história e a história do grupo político dirigente do seu estado, estabelecendo a imagem de um passado em comum entre ambos, que remeteria à infância e à mocidade, quando, então, ter-se-ia bifurcado. Essa bifurcação ocorrida numa formação até então “comum”, entretanto, como aponta, não diz respeito a objetivos opostos, mas apenas a diferentes escolhas de como se efetivar o objetivo que é comum a ambos os grupos, quer seja, trabalhar em prol do Maranhão, fosse atuando diretamente no campo político, fosse atuando no campo literário, através do qual poderia servir à sua terra.

Tal trajetória, entretanto, não é assim tão linear, nem tão clara. Para além do pouco tempo que Humberto efetivamente morou no Maranhão, dificultando, portanto, o compartilhamento de algumas experiências com tal geração, há também que ressaltar os diversos posicionamentos políticos assumidos pelo autor nos últimos anos que simplesmente refutam essa imagem de coerência histórica entre ele e o grupo de Magalhães de Almeida que tenta passar. Basta antecipar algumas coisas que discutirei mais à frente, por exemplo, que, três anos antes, Humberto era grande crítico de Urbano Santos na imprensa carioca e atuou politicamente junto ao grupo parguista contra o líder do Partido Republicano, de quem Almeida era sucessor partidário. Da mesma maneira, seis anos antes, conclamou a mocidade maranhense a levantar-se contra os desmandos do referido líder.

Por outro lado, ao opor como caminhos distintos, o daqueles que escolheram atuar na política em sua terra e o daqueles que escolheram servir

à política com o seu espírito e a sua saudade, Humberto dá a entender que eles seriam, de certa maneira, irreconciliáveis. Que o sujeito não poderia, assim, optar pelos dois campos ou, mesmo se viesse a tentar conciliá-los, um deles sairia prejudicado, já que os caminhos que os constroem não se cruzam. Humberto, segundo o próprio, optara pelo segundo caminho, e não vinha atuando diretamente na vida política do Maranhão, mas apenas lhe servindo por meio de suas letras.

O que o seu discurso pretende demonstrar é que, mesmo afastado do Maranhão, Humberto mantivera um posicionamento plenamente coerente com as suas origens maranhenses e estivera sempre atuando no sentido de melhorar a política de sua terra, elevando o nome do Maranhão na capital federal por meio de sua pena. Entretanto, o que tal discurso tenta ocultar são as relações que Humberto estabeleceu com outros territórios, como o Pará e o Rio de Janeiro, e com as suas respectivas organizações políticas, afastando-o em muito das questões do Maranhão e mesmo de permanecer politicamente coerente a algumas convicções. Exemplo mais claro disso consiste no envolvimento direto que o autor teve no jornalismo político paraense no início do século, onde, em meio à disputa entre lauristas e lemistas, torna-se o principal intelectual a serviço da legitimação destes últimos no poder, tornando-se também, por outro lado, num dos principais alvos dos oposicionistas.

Explico melhor: no início do século XX, o Pará vivia ainda dias de efervescência do que ficou conhecido como “Belle Époque amazonense”. Esse período, economicamente marcado pelo *boom* da borracha, proporcionou diversas ações cirúrgicas na malha urbana da capital paraense, muito com o fim de facilitar o escoamento da atividade econômica, mas também como meio de adequá-la ao imaginário moderno propagado pelos letrados locais que eram influenciados pelo pensamento europeu progressista. A política aí se desenvolvia em dois principais grupos opositores: os lemistas, correligionários de Antônio Lemos, principal nome da urbanização de Belém, que já estando à frente do poder municipal no cargo de intendente desde 1897; e os lauristas, correligionários de Lauro Sodré, que representava a oposição<sup>60</sup>.

---

<sup>60</sup> DAOU, Ana Maria. **Belle époque amazônica**. 3 ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004 (Coleção Descobrimdo o Brasil).

Quando aí chegou, Humberto foi trabalhar como capataz em um seringal não muito longe de Belém, onde pôde presenciar as condições precárias de vida em que viviam os seringueiros, em contraste claro com a urbanização da capital. Devido a tais condições, logo deixou o seringal e deslocou-se para a moderna Belém, a *Petit Paris*. Tornou-se logo redator do jornal *Folha do Norte*, de Cypriano dos Santos, órgão laurista intransigentemente crítico do lemismo, onde passou a publicar não apenas os seus poemas, mas também denúncias contra as condições de vida dos seringueiros.

Tornando-se, portanto, um crítico no meio jornalístico laurista, Humberto foi logo cooptado pelo lemismo, quando recebeu convite do próprio Antônio Lemos para fazer parte da equipe editorial do jornal de sua propriedade, *A Província do Pará*. Trocando o modesto ordenado da oposicionista *Folha do Norte* pelas vantajosas benesses da situacionista *A Província do Pará*, Humberto mudou também o tom de seus editoriais, passando a escrever vários artigos de exaltação às ações de Lemos, o que fez também com que a relação entre ambos fosse se estreitando e o poeta ocupando cargos de confiança do chefe político. Picanço aponta alguns desses cargos ocupados pelo poeta:

Antonio Lemos fel-o, sucessivamente, seu secretario particular, chefe de secção da Prefeitura de Belém, Director da Secretaria do Conselho Municipal, Secretario da Commissão Executiva do Partido Republicano e Secretario da Municipalidade de Belém.<sup>61</sup>

Em 1912, entretanto, a situação política mudou. Com a queda das exportações de borracha, encerrou-se o ciclo econômico, o que levou à quebra financeira do estado, propiciando um golpe levado a cabo pelos partidários da oposição, capitaneada por Lauro Sodré. Os lauristas, assim, depuseram Lemos, empastelaram e incendiaram o seu jornal, e passaram a perseguir os partidários dele, estando Humberto de Campos no topo da lista. O poeta chegou a ser espancado num bonde, na Praça da República, no dia 23 de agosto, por cerca de sete sujeitos, dentre os quais se encontrava o sr. Alves de Souza, oficial de gabinete do novo governador, segundo consta de notícia

---

<sup>61</sup> PICANÇO, Macário de Lemos. **Humberto de Campos**. Rio de Janeiro: Minerva, 1937, p.

publicada pelo jornal *O Paiz*. Ainda segundo a mesma fonte, ele só não foi assassinado por intervenção do sr. Fernando Mello, que enfrentou os agressores<sup>62</sup>.

No dia 12 de outubro, temendo por sua vida caso viesse a permanecer em Belém, embarcou no vapor *Manãos*<sup>63</sup>, fugindo para o Rio de Janeiro, estado no qual moraria até o fim de sua vida.

Aparentemente, a maneira como findou a sua relação direta com a política no Pará fez com que o autor evitasse vincular novamente o seu nome a tais questões nos meses seguintes, restringindo-se a se dedicar às suas letras e às apreciações críticas da modernidade carioca – o que o levou a entrar em conflito frontal com o grande nome da crônica carioca daquele momento, Paulo Barreto, o João do Rio. Foi apenas meses depois de ter chegado ao Rio de Janeiro que voltou a publicar alguns perfis sobre políticos e outros “homens de sua predileção”, sempre com teor elogioso, “apresentando uma ou outra leve colloração critica”<sup>64</sup>. Nas palavras de Picanço, “não são páginas de crítica ferina, são perfis traçados, com segurança, pela mão amiga”<sup>65</sup>. Tais perfis rápidos seriam posteriormente reunidos e publicados na forma de livro, intitulado *Carvalhos e Roseiras*, em 1934<sup>66</sup>.

Paulatinamente, Humberto voltou a realizar críticas políticas em suas crônicas jornalísticas, mas, evitando ataques diretos, usou do humor jocoso e do anonimato para realizar esse intento. Dentre vários pseudônimos que usou, o mais famoso foi criado na redação do carioca *O Imparcial*, em 1917, chamado Conselheiro X.X., identificando-se como um paulista de 71 anos, calvo e barbudo, cujos textos, elaborados no estilo de crônicas, arrancavam gargalhadas dos leitores por tornarem as grandes figuras políticas do seu tempo personagens ridicularizados ante cenas inusitadas<sup>67</sup>.

A crise ocorrida no pleito de 1918, entretanto, da qual falarei mais à frente, fez Humberto sair do anonimato, voltando a assinar com o seu próprio

---

167.

<sup>62</sup> “PARÁ”. *O Paiz*. Ano XXVIII, n. 10.186. Rio de Janeiro, edição de 26 ago. 1912, p. 05.

<sup>63</sup> “PARÁ”. *O Paiz*. Ano XXVIII, n. 10.235. Rio de Janeiro, edição de 14 out. 1912, p. 03.

<sup>64</sup> PICANÇO, 1937, p. 255.

<sup>65</sup> *Ibid.*, p. 258.

<sup>66</sup> Há, inclusive, texto dedicado ao próprio Antônio Lemos (Cf. CAMPOS, Humberto de. “Antônio Lemos”. In: CAMPOS, Humberto de. **Carvalhos e roseiras** (figuras políticas e literárias). Rio de Janeiro: W. M. Jackson, 1941t, p. 23-34 [Coleção Obra Completa, vol. 20]).

nome as críticas políticas. Por outro lado, o sucesso do Conselheiro X.X. levou-o a ressignificar os temas de discussão do seu personagem, tornando-o mais um contista do que um cronista, um autor de contos de humor que logo seria visto como “maldito”, considerado satírico por uns, fescenino e imoral por outros.

Dessa maneira, a afirmação que Humberto fez ao jornal *Gazeta de Notícias*, dando a entender uma certa linearidade e coerência de sua atuação letrada em prol dos interesses do Maranhão não se verifica. O afastamento físico da terra natal levou-o ao envolvimento com outras forças políticas de outros estados, inclusive antagônicas, bem como a um silenciamento temporário dos seus posicionamentos. Suas preocupações políticas parecem apenas retornar à política maranhense quando ele já está há cinco anos morando no Rio de Janeiro e há dez longe do estado natal, quando chega de lá uma notícia inesperada e prejudicial a alguém muito próximo. E, mesmo quando isso ocorre, Humberto também acabará transitando entre grupos rivais, tal qual fez no Pará.

Um segundo ponto, portanto, a ser destacado naquela entrevista concedida à *Gazeta de notícias*, em 1924 consiste na alegação que Humberto faz sobre a ilegitimidade de Marcellino Rodrigues Machado de ocupar um assento na Câmara federal, posto que, de acordo com o acadêmico, essa vaga não deveria ser ocupada por um médico, mas por um “homem de letras”, cujo refinamento cultural proporcionaria ao Maranhão a manutenção de sua imagem idealizada de centro civilizatório, de “Athenas Brasileira”, como o chamavam desde meados do século XIX<sup>68</sup>. Assim, o autor evoca para si o dever de reconquistar tal vaga para que seja ocupada por um homem de letras, ainda que não necessariamente aquele que possua o direito legítimo a ela, desde já indicando que contestará a elegibilidade de Machado com base em normas legais.

Essa fala de Humberto, entretanto, está longe de representar apenas uma pretensão idealizada de se ter um expoente do mundo das letras ocupando um cargo político, numa tentativa, portanto, de conciliar os dois

---

<sup>67</sup> HALUCH, Aline. **A Maçã**: manifestações de design no início do século XX. Dissertação de mestrado em Design. Rio de Janeiro: PUC, 2002.

<sup>68</sup> Cf. BORRALHO, José Henrique de Paula. **Uma Athenas equinocial**: a literatura e a fundação de um Maranhão no Império Brasileiro. São Luís: Edfunc, 2010, 446f.

caminhos anteriormente apontados num ponto de chegada comum, mas decorre de uma tensão gerada no seio do partido situacionista maranhense há alguns anos, ocorrida às vésperas da eleição de 1918, e que ainda permanecia viva. Tal passagem, portanto, não pode ser compreendida sem a evocação do principal acontecimento que marcou aquele pleito: a substituição de Coelho Netto por Marcellino Machado na chapa oficial.

Permito-me explicitar melhor essa situação: Coelho Netto fora eleito para o assento parlamentar no ano de 1909, pelo partido situacionista do Maranhão, e reeleito em 1912 e 1915, ocupando lugar privilegiado na chapa oficial liderada por Urbano Santos. No final de 1917, Herculano Parga amargava um crítico fim de governo estadual, sendo diariamente achincalhado pela imprensa maranhense e desagradando a cúpula do partido situacionista, especialmente a Santos, líder do partido e novamente governador eleito para o período seguinte, 1918 a 1922<sup>69</sup>. Apesar da apreciação negativa do governo, havia a indicação de que Parga sairia como candidato a deputado federal nas eleições de 1º de março de 1918, fazendo com que circulasse tanto na imprensa maranhense, quanto na carioca, a notícia de que ele ocuparia a vaga de Coelho Netto na Câmara, impedindo-lhe mais uma reeleição, informação que levou à indignação de boa parte dos editoriais publicados nesse momento, que criticavam Parga e exaltavam a figura de Coelho Netto<sup>70</sup>.

---

<sup>69</sup> Urbano Santos, apesar de eleito governador, não assumiu desde logo o cargo estadual, pois estava ocupando a vice-presidência da República, no Rio de Janeiro. Assim, fez com que o vice-governador eleito, o sr. José Joaquim Marques, tomasse posse em seu lugar, em 1º de março de 1918, e se mantivesse como governador nos meses seguintes. A pressão política e pessoal que os grupos opositores passaram a exercer perante o mesmo, especialmente os paraguistas, pela pessoa de Ignácio Parga, com o fim de que Marques não entregasse o governo a Urbano Santos, alegando perda de mandato deste devido a ele não ter tomado posse por tanto tempo, bem como o temor de ser retaliado e rechaçado como traidor pelos grupos fieis a Santos, fez com que J. J. Marques se suicidasse na manhã do dia 9 de outubro de 1918, enforcando-se na sala de sua casa. A crise política que se deu logo em seguida fez com que Urbano Santos deixasse a vice-presidência e voltasse ao Maranhão para, finalmente, tomar posse (“ECHOS – as victimas da política”. **O Imparcial**. Ano VIII, n. 1.105. Rio de Janeiro, edição de 12 out. 1918, p. 04; “INTERIOR – notícias recebidas pelo telegrapho”. **O Imparcial**. Ano VIII, n. 1.118. Rio de Janeiro, edição de 25 out. 1918, p. 08; “J. J. Marques”. **Pacotilha**. Ano XXXVIII, n. 239. São Luís, edição de 9 out. 1918, p. 01).

<sup>70</sup> Eis como o jornal carioca *O Imparcial* descreve a situação: “O sr. Herculano Parga, governador do Estado, queria por força ser deputado federal. Para isso era preciso abrir uma brecha na bancada, onde cada representante procurou, naturalmente, agarrar-se com todas as unhas. O sr. Costa Rodrigues, que é chefe de um grupo de deputados, poz os seus pintos políticos debaixo das azas, recusando-os á fome insaciavel do anonumo gavião da Maioba, e este, que é, segundo se diz, uma creatura vaidosa, fixou a vista no logar do sr. Coelho Netto, reclamando imperativamente para seu poleiro a cadeira occupada pela figura mais brilhante

No início do ano eleitoral, entretanto, a exclusão do acadêmico foi confirmada, mas o seu substituto acabou não sendo Parga, que foi listado na chapa em substituição a outro deputado, o sr. Dunshee de Abranches. Quem foi incluído no lugar de Coelho Netto foi o médico Marcellino Rodrigues Machado que, apesar de novato na política e desconhecido nesse meio, possuía relações familiares muito próximas às duas maiores lideranças políticas maranhenses da Primeira República, sendo genro de Benedito Leite, por um lado, e cunhado do genro de Urbano Santos, por outro. O anúncio da substituição foi feito na noite do dia 12 de janeiro, levando a uma enxurrada de duras críticas à decisão de Santos, oriundas tanto da imprensa – maranhense, carioca, paulista, pernambucana, dentre outros estados –, quanto de associações literárias, grêmios acadêmicos, bem como de algumas figuras políticas de destaque nacional, como Ruy Barbosa<sup>71</sup>, que denunciavam o aspecto nepotista da decisão do líder do partido situacionista na formação da chapa oficial.

O jornal carioca *O Imparcial*, por exemplo, ao saber da notícia, assim se manifestou já no dia seguinte:

Uma oligarchia renitente.

Entre as notícias políticas que circularam á noite, consta a da organização definitiva da chapa maranhense. E esta constitue uma surpresa, pela substituição do nome do sr. Coelho Netto, a mais brilhante, ou a única figura brilhante da bancada, por um cavalheiro de nome Marcellino Machado, que ninguem sabe quem é, e que se recommenda unicamente por ser cunhado do genro do sr. Urbano Santos.

Pouca gente acreditará, com certeza, nessa noticia, suppondo-a uma pilheria. Affirma-se por ahi, dia a dia, que já passou a época do filhotismo, do compadrio, da politica de familia, e poucos admittirão que o sr. Urbano Santos se atreva a affrontar um periodo de moralização como este com um gesto inteiramente em desaccordo com os propositos políticos do governo, que os Estados têm, até agora, respeitado.[...]72

Por sua vez, o jornal maranhense *Pacotilha*, de Costa Rodrigues, chefe do PRF, então apoiador do governo de Santos, também criticou a decisão do chefe do Partido Republicano, resumindo a consternação geral que tal evento

---

da representação maranhense" ("ECHOS". **O Imparcial**. Ano VI, n. 1.819. Rio de Janeiro, edição de 28 dez. 1917, p. 04).

<sup>71</sup> Para leitura da carta que Ruy Barbosa enviou a Coelho Netto, cf. "ECHOS". **O Imparcial**. Ano VII, n. 1.842. Rio de Janeiro, edição de 20 jan. 1918, p. 04

<sup>72</sup> "ECHOS". **O Imparcial**. Ano VII, n. 1.835. Rio de Janeiro, edição de 13 jan. 1918, p. 04.

havia provocado, e reproduziu em seu editorial uma entrevista concedida pelo próprio Humberto de Campos ao carioca *Gazeta de Notícias*. Humberto, neste momento, ainda não era membro da Academia Brasileira de Letras, mas era conhecido poeta e cronista no Rio de Janeiro, além de amigo muito próximo de Coelho Netto:

Os jornais estão indignados com a exclusão de Coelho Netto. O *Jornal do Comercio* publica o telegrama daí, dizendo que causou péssima impressão. [...] O *Jornal do Comercio* diz que a não reeleição de Coelho Netto seria verdadeira mancha á cultura do estado onde se fez sempre cabedal das letras e ainda hoje ninguem admitirá, sem protesto, que o favoritismo tome lugar ao merecimento. [...]

A *Gazeta* publica uma entrevista com Humberto de Campos. Diz este: – o Maranhão tem uma Academia de Letras, de que sou membro. Vou telegrafar-lhe scientificando-a da deploravel impressão causada aqui. Se os homens de letras do Estado permanecerem impassíveis, diante dessa afronta dos politicos, recebendo sem protesto a substituição de Coelho Netto, só me resta devolver ás 4 ou 5 associações literárias do estado, das quais sou membro, os títulos com que me honraram e repelir de então em diante, como uma afronta dos meus brios, o epíteto de ‘maranhense’.<sup>73</sup>

Em carta enviada à redação de *Pacotilha*, um leitor de nome Venancio Jansen, no dia 15 de fevereiro, também lamentou a substituição, apontando como tal acontecimento era prejudicial à imagem do Maranhão enquanto centro valorizador de sua cultura letrada:

Como a maioria da imprensa carioca e paulista, tambem lamentamos que os procéres da política maranhense, atendendo seus proprios interesses, privem a bancada do concurso desse brilhante parlamentar.

Excluir Coelho Netto para incluir Herculano Parga ou Marcellino Machado, é uma humilhação que fazemos á terra de João Lisbôa.

O grande romancista, na camara, honra o nome glorioso da velha Athenas brasileira.[...]

O Maranhão hoje imita a Grecia dos tempos idos, privando-se do concurso dos seus grandes homens. Hontem era Antonio Lobo [...] Hoje é Coelho Netto que vai ser arrancado da cadeira que o povo lhe conferiu, para nella assentar-se um outro menos competente, imposto agora pelo chefe supremo da politica do Estado.<sup>74</sup>

Logo em seguida ao anúncio da exclusão de Coelho Netto, Urbano Santos viajou até o Maranhão para reunir-se com os correligionários do partido situacionista e oficializar a formação da chapa. No final de janeiro, concedeu

<sup>73</sup> “TELEGRAMAS”. *Pacotilha*. Ano XXXVIII, n. 15. São Luís, edição de 17 jan. 1918, p. 01.

<sup>74</sup> “COELHO Netto”. *Pacotilha*. Ano XXXVIII, n. 39. São Luís, edição de 15 fev. 1918, p. 04.

entrevista a *O Jornal*, onde explicitou que a exclusão do acadêmico havia se dado por “influências políticas”. Afirmou, dentre outras coisas, que o cenário político era desfavorável a apostar-se em uma nova reeleição do autor de *Rei Negro*, que perdera muito de seu eleitorado, o que havia sido demonstrado pelo próprio resultado por ele obtido nas urnas no pleito anterior, tendo sido o deputado menos votado dentre os eleitos, por pouco não perdendo a vaga<sup>75</sup>.

Mesmo excluído da lista oficial do partido de Urbano Santos, Coelho Netto manteve sua candidatura extra-chapa para concorrer ao cargo de deputado federal no pleito de 1º de março, tendo, cada vez mais, promessas de votos. Em pouco mais de um mês de campanha, recebeu apoio de grande parte da imprensa e da sociedade civil maranhense – como a Sociedade Literária Barão do Rio Branco, a União Estudantil Sílvio Romero, o Centro Caixeiral, o Grêmio Coelho Netto, a Academia Maranhense de Letras, dentre outros<sup>76</sup> –, e de grupos externos ao seu estado – como o fluminense Centro Acadêmico Nacionalista, a Academia Brasileira de Letras e alguns intelectuais piauienses que chegaram mesmo a fundar um jornal intitulado *Coelho Netto* com o único objetivo de fazer campanha para o prosador<sup>77</sup>. Para garantir a sua eleição, Coelho Netto fez visita ao Maranhão no final de fevereiro, onde reuniu ainda mais apoio e realizou algumas conferências, oportunidades nas quais refutou os argumentos que a cúpula do partido prestara para justificar a não inclusão do seu nome na chapa oficial. O ponto máximo de sua campanha se deu na véspera do pleito, com “grande manifestação do povo, do comércio e da mocidade” durante o passeio cívico realizado por Coelho Netto por diversas

<sup>75</sup> “Dr. URBANO Santos – ‘O Jornal’ entrevista s. exc.”. **O Jornal**. Ano IV, n. 971. São Luís, edição de 26 jan. 1918, p. 01.

<sup>76</sup> Lê-se em *O Imparcial*, de 26 de fevereiro, o protesto de solidariedade da mocidade maranhense a Coelho Netto realizado no dia do aniversário deste, 21 fevereiro: “O Maranhão precisa conservar a fama de ser a mais literaria das terras brasileiras; precisa de quem o represente á altura do seu merito no concerto dos Estados, e, no momento actual, elle perscruta em derredor e não encontra nome algum que se avantage no seu talento e em serviços á Pátria. A mocidade maranhense não póde, não deve e não quer calar deante de tão clamoroso attentado; quer protestar e bem alto, aos olhos de todo o paiz e esse protesto a mocidade aqui o deixa, unisona e feliz, por haver aliviado a consciencia de um peso nesta saudação ao seu Mestre, ao seu amigo, ao seu conterraneo e ao seu irmão” (“NOTAS politicas”. **O Imparcial**. Ano VII, n. 1879. Rio de Janeiro, edição de 26 fev. 1918, p. 05).

<sup>77</sup> Tais informações são apenas algumas dentre as várias possíveis de serem extraídas dos editoriais publicados na imprensa carioca, maranhense e pernambucana, especialmente. Os principais jornais aqui pesquisados, cujas notícias sobre a campanha de Coelho Netto acompanhei, entre 12 de janeiro e 1º de março de 1918, foram *O Imparcial* (RJ), *Gazeta de Notícias* (RJ), *Pacotilha* (MA), *O Jornal* (MA) e *Jornal do Comércio* (PE). Não tive acesso,

ruas de São Luís, acompanhado pela banda de música do 48º Batalhão de Caçadores e por cerca de três mil pessoas, até chegar à praça Gonçalves Dias, onde proferiu o seu discurso final da campanha<sup>78</sup>.

Paralelamente ao crescimento do apoio que o acadêmico ia recebendo, cresciam também as críticas públicas ao líder do partido e ao próprio Machado, que foi visto como usurpador do direito legítimo de Coelho Netto de continuar concorrendo ao cargo. A imprensa, entre meados de janeiro e até às vésperas do pleito, chegou a anunciar que corria o boato de que ele havia desistido da candidatura, pressionado pela “agitação que se vinha fazendo em torno do caso”, como informou o carioca *Gazeta de Notícias*, de 19 de janeiro<sup>79</sup>. Tal boato permaneceu durante as semanas que antecederam a eleição, como se pode constatar na edição de 27 de fevereiro da *Pacotilha*, dois dias antes do pleito. Segundo o mesmo, o “illustre desconhecido” Marcellino Machado teria conseguido compreender a “situação de antipatia que lhe estava sendo criada” e havia retirado a sua candidatura, fazendo voltar a constar, na chapa oficial do partido, o nome de Coelho Netto, a “figura maxima representativa das glórias e tradições maranhenses”<sup>80</sup>.

Entretanto, fora da chapa oficial, cujos membros comandavam a política local, Coelho Netto conseguiu ainda uma expressiva votação na capital, mas pouquíssimos votos nas cidades interioranas, cujos chefes políticos obedeciam diretamente os comandos de Urbano Santos, além de em muitos lugares sequer a notícia de que ele era candidato ter chegado. Santos, portanto, então novamente governador do Maranhão, saíra mais uma vez vitorioso das eleições, tendo excluído Coelho Netto da bancada federal maranhense e colocado nela Machado, um inexperiente político que acreditava poder controlar, fortalecendo a sua posição.

Politicamente vitorioso, Urbano Santos, entretanto, ficou com uma imagem pública muito desgastada depois dessa eleição. Ao afrontar Coelho Netto, então, considerado o maior representante vivo da expressão cultural maranhense e também brasileira, nacionalmente reconhecido e admirado

---

entretanto, a nenhuma edição do jornal *Coelho Netto*, do Piauí, na Biblioteca Nacional, sabendo de sua existência apenas pelas referências que os demais jornais trazem dele.

<sup>78</sup> “COELHO Neto”. *Pacotilha*. Ano XXXVIII, n. 51. São Luís, edição de 1 mar. 1918, p. 01.

<sup>79</sup> “NOTAS e notícias”. *Gazeta de Notícias*. Ano XLIII, n. 19. Rio de Janeiro, edição de 19 jan. 1918, p. 01.

como continuador da tradição literária nortista, que tinha como centro a produção dos homens de letras da “Athenas Brasileira”, como Gonçalves Dias, Odorico Mendes e Aluísio Azevedo, dentre outros, Santos reforçou para si uma imagem de coronelismo, a imagem de um sujeito que comandava o estado como se este fosse sua propriedade privada, no qual mandava e desmandava de acordo unicamente com a sua própria vontade.

O próprio Coelho Netto, logo após o início da apuração do pleito, referiu-se a Urbano Santos como o “arrogante pseudo donatario do Maranhão” que “se impoz ao ridiculo num pedestal de latão do valor de seis vintens contados” que teria feito “pressão vexatoria” sobre os funcionários públicos impondo-lhes a votação na chapa oficial “á bocca da urna”. Na sequência, dirigindo-se ao “eleitorado independente de São Luís”, anunciou o grito de liberdade para com tais práticas que a força da sua campanha representava:

A victoria de hontem foi o primeiro protesto do povo livre do Maranhão contra o mandarinato sarrafaçal; e mais pelo alcance de tal gesto, prenúncio do resurgimento do character maranhense, do que pelo que delle me possa apoveitar, agradeço os votos com que fui honrado pelos meus conterraneos, podendo, desde hoje, annunciar-lhes novos dias de liberdade, grandeza e gloria para a nossa terra, que sacode dos pulsos as pesadas algemas com que a trazem presa, e levanta-se, desaffrontada e altiva, do atascadeiro em que a chafurdaram os que a tomaram de assalto audaciosamente. Cumpre-se, enfim, a prophesia de Vieira na *Arte de furta*r: “E lá virá o dia do desengano, em que se acharão com as mãos vasiadas, os que hoje as enchem da substancia alhêa”. E esse dia chegou. Louvado seja o Senhor que não desamparou o seu Maranhão.<sup>81</sup>

Humberto de Campos, por sua vez, então cronista de *O Imparcial*, ao mesmo tempo em que voltou a fazer críticas políticas abertas, passou também a usar cada vez mais a identidade de Conselheiro X.X., com a qual se havia popularizado, como arma política contra o governo e a própria pessoa de Urbano Santos, apresentando, sob a forma de piadas jocosas, uma imagem estereotipada do governador maranhense como um bronco, um ignorante, despreparado intelectualmente, liderando uma política na base da corrupção e da força bruta<sup>82</sup>.

---

<sup>80</sup> “FACTOS e constas”. **Pacotilha**. Ano XXXVIII, n. 49. São Luís, edição de 27 fev. 1918, p. 01.

<sup>81</sup> “AO ELEITORADO independente de S. Luiz”. **Pacotilha**. Ano XXXVIII, n. 52. São Luís, edição de 2 mar. 1918, p. 01.

<sup>82</sup> Não tardou para que Humberto começasse a usar do humor de suas crônicas assinadas como Conselheiro X.X. para produzir essa imagem jocosa e de despreparo intelectual de

Urbano Santos, assim, amargaria fortes críticas ao seu comportamento e às suas práticas políticas até o fim de sua vida, especialmente quando aceitou figurar como vice-presidente na chapa de Arthur Bernardes<sup>83</sup>. Muitas dessas críticas eram oriundas do grupo de intelectuais maranhenses que atuava na imprensa do Rio de Janeiro e que mandavam seus artigos para jornais de outros estados, ainda indignados com as diversas ofensas feitas por Urbano Santos contra o seu próprio povo, em especial, a que envolveu diretamente Coelho Netto. Intelectuais, estes, como o próprio Coelho Netto, Viriato Corrêa e Humberto de Campos, que, no pleito seguinte para preenchimento dos cargos do executivo federal, em 1921, quando Santos concorria novamente à vice-presidência, uniram-se à Reação Republicana, no apoio à candidatura contrária, de Nilo Peçanha, para presidente, e José Joaquim Seabra, para vice, na oposição a Santos e às forças políticas que o apoiavam (localmente, o Partido Republicano, nacionalmente, o Partido Republicano Paulista e o Partido Republicano Mineiro)<sup>84</sup>.

---

Urbano Santos. Tal imagem pode ser vista, por exemplo, já na crônica publicada na edição de *O Imparcial* de dois meses depois das eleições federais, quando o autor narra uma suposta conversa com o deputado maranhense Collares Moreira sobre um equívoco cometido pelo líder político. Segundo sua narrativa, ao saber da nomeação do sr. Sebastião Sampaio para o cargo de vice-cônsul do Brasil na cidade de Saint Louis, no Missouri, Estados Unidos (no texto, traduzido para “São Luiz”), Santos teria pensado se tratar da própria capital do Maranhão, congratulado o mesmo por tal e comemorado: “Pois, é verdade! Vamos ter um vice-cônsul do Brasil na capital do nosso Maranhão” (CAMPOS, Humberto de. “Um engano geographico”. **O Imparcial**. Ano VII, n. 1.945. Rio de Janeiro, edição de 3 maio 1918, p. 08). Na edição do *Diário de São Luiz* de 19 de fevereiro de 1921, por sua vez, em editorial onde se critica o tratamento que vem sendo dispensado pelo governador maranhense às cidades interioranas, onde “os assassinatos centuplicam-se, imperam os ladrões, a lavoura extingue-se a passos largos, as moléstias alastram-se devastando tudo”, o autor se apropria de uma imagem de Urbano Santos construída por Humberto de Campos em um de seus textos para acusar o governador de tratar os “caboclos” do interior de forma tirânica, arrastando-os às urnas para votar na chapa oficial “sob o chicote sultanico” (“PARA o povo lê...”. **Diário de São Luiz**. Ano II, n. 41. São Luís, edição de 19 fev. 1921, p. 01). Boa parte dessas crônicas foram compiladas nos dois primeiros volumes da série humorística do Conselheiro X.X., *Vale de Josaphat*, publicado em 1919, e *Tonel de Diógenes*, publicado em 1920.

<sup>83</sup> Lê-se, por exemplo, em 1921, reproduzido pelo *Diário de São Luiz*, o seguinte: “Feliz, duma felicidade pasmosa, tem o sr. Urbano Santos galgado elevadíssimas posições, sem que para ellas haja feito jus. Razão dessa sua assombrosa felicidade, tem sido S. Exc. senador, vice-presidente da Republica, senador novamente, governador de Estado etc., infelizmente sem nenhum proveito para a collectividade./ Graças aos céos, porém, ao que parece vae a figura pouco apreciavel do sr. Urbano desaparecer, agora, do scenario politico brasileiro. Pegado a dente de cão, para figurar como companheiro de chapa do sr. Arthur Bernardes – o Joaquim Silverio contemporaneo – terá o sr. Urbano de forçosamente, recolher-se ao nada donde nunca devera ter sahido” (“O SR. URBANO...”. **Diário de São Luiz**. Ano II, n. 254. São Luís, edição de 26 out. 1921, p. 01).

<sup>84</sup> Em reunião do Comitê Nilo-Seabra para a composição de sua diretoria, realizada em 20 de novembro de 1921, Coelho Netto, Humberto de Campos e Viriato Corrêa foram designados delegados do Maranhão junto àquele, atuando no Rio de Janeiro, enquanto Herculano Parga

Marcellino Machado, por sua vez, conseguiu reeleger-se como deputado federal no pleito seguinte, de 1921. Segundo apontou Humberto de Campos, na entrevista que ora analiso, Machado fora tirado do anonimato político e feito deputado por força do chefe do Partido Republicano, e manteve-se politicamente influente enquanto teve em Santos o seu protetor. Entretanto, às vésperas da morte deste, ocorrida em maio de 1922, o que a documentação me permite perceber é uma progressiva inclinação de Urbano Santos para um novo nome que começou a despontar na política também por influência sua, o de José Maria Magalhães de Almeida, que mantinha um relacionamento com a sua filha, viúva de Antonio Leite, e viria a se casar com ela meses após o falecimento do pai.

Ao morrer Urbano Santos, as disputas entre os seus dois afilhados políticos se acirraram. Marcellino Machado, entretanto, mal visto desde 1918, tanto pela maneira impositiva como adentrara na política, quanto pelo modo como se comportara nela até então, recebeu apoio da minoria do partido. A fim de conseguir manter a sua força estadual, a facção marcellinista do PR acabou se arregimentando com os parguistas, que compunham o PRM, eram oposição a Godofredo Viana e controlavam o recém fundado jornal *Folha do Povo*, através do qual os marcellinistas e os parguistas publicavam suas denúncias contra o governo estadual e os aliados deste.

A maioria do PR, por sua vez, passou a apoiar Magalhães de Almeida e a considerá-lo legítimo sucessor político de Santos. Diferentemente, entretanto, de seu sogro, ele passou a demonstrar um comportamento mais moderado para com seus aliados e correligionários, como os costistas, por exemplo, apoiando declaradamente o governador Godofredo Viana, com o qual estreitou relações, ao mesmo tempo em que atuava diretamente sobre os demais grupos políticos maranhenses no sentido de fortalecer a base de apoio à sua liderança no partido e no estado. Nesse ínterim, passou também a tentar reconquistar o apoio político que o Partido Republicano havia perdido pelas ações tidas como autoritárias tomadas por Urbano Santos nos últimos

---

e os seus correligionários do Partido Republicano Maranhense atuavam localmente no estado a fim de promover a ascensão dos candidatos da Reação ("REACÇÃO Republicana – Comitê Nilo-Seabra". **Pacotilha**. Ano XLI, n. 273. São Luís, edição de 21 nov. 1921, p. 04; "REACÇÃO Republicana". **Diário de São Luiz**. Ano II, n. 275. São Luís, edição de 21 nov. 1921, p. 03).

anos à frente de sua liderança. O grupo dos intelectuais maranhenses que atuavam no Rio de Janeiro, por exemplo, foi um deles.

A aproximação com Humberto de Campos, entretanto, foi a que acabou ganhando mais destaque, tanto local, quanto nacional, logo depois da realização das eleições para senador e deputado federal, ocorrida em 17 fevereiro de 1924. Isso porque as urnas daquele pleito, assim que houve o início da contagem dos votos, revelaram que vários deles foram dados àquele poeta, que morava no Rio de Janeiro há mais de dez anos e sequer era candidato.

Tão logo percebeu-se isto, a imprensa, tanto maranhense, quanto carioca, começou a elaborar discursos sobre esse evento com o propósito de compreender o que havia acontecido. Destaquei, do universo documental pesquisado, os discursos elaborados nos dias seguintes pelos dois principais jornais que circulavam no Maranhão neste momento, e que estabeleciam contatos com os jornais dos outros estados, dos quais extraíam e para os quais forneciam editoriais, *Pacotilha* e *Folha do Povo*. Tais periódicos, por serem veículos comprometidos diretamente com as duas maiores forças políticas que então rivalizavam no Partido Republicano e no estado do Maranhão, foram responsáveis pela produção de dois discursos completamente diferentes e antagônicos sobre o pleito, que acabaram por refletir, na construção do acontecimento histórico, aquela rivalidade política.

Iniciei, portanto, o presente tópico usando a fala do jornal maranhense *Pacotilha*, cujo discurso também é reproduzido e alimentado especialmente pelos cariocas *Gazeta de notícias* e *O Imparcial* – nos quais o próprio Humberto era redator. Segundo os mesmos, a votação que o poeta de Miritiba estava recebendo nas urnas era uma completa surpresa, tanto para os chefes políticos locais e para a imprensa, quanto para o próprio Humberto de Campos que, nunca tendo lançado sua candidatura, recebia aqueles votos como uma demonstração espontânea de carinho que o povo maranhense tinha para com um dos seus intelectuais da Academia Brasileira de Letras.

A maneira como o jornal *Folha do Povo*, de propriedade do paraguista Tarquínio Lopes Filho, então, associado aos marcellinistas, e tendo no carioca *A União* um de seus suportes na capital federal, constrói o seu relato sobre o pleito de 17 de fevereiro é bem diferente do discurso apresentado pelo jornal

costista *Pacotilha*. A ideia de que os votos dados para o poeta haviam sido espontâneos é imediatamente refutada para dar lugar a uma denúncia de verdadeira sabotagem política, arquitetada em comum acordo por Godofredo Viana, Magalhães de Almeida e o próprio Humberto de Campos.

Já na edição de 19 de fevereiro, o jornal *Folha do Povo* acusou Godofredo Viana de trair o Partido Republicano e seus membros, afirmando que, na véspera do pleito do dia 17, de maneira repentina, ele teria mandado substituir o nome de Marcellino Rodrigues Machado pelo nome de Humberto de Campos na chapa oficial, com o intuito de excluir Machado do pleito eleitoral<sup>85</sup>. Tal denúncia foi ganhando novos contornos nas edições seguintes, quando o periódico identificou que tal fraude teria ocorrido em vários municípios do interior, como Coroatá, Codó e Caxias, por exemplo, e teria sido protagonizado pelo próprio Magalhães de Almeida, então, também candidato a deputado federal pela mesma chapa, que, tanto na véspera, quanto na própria manhã do dia do pleito, telegrafara para os chefes políticos de tais municípios com a ordem expressa, segundo ele, do próprio Godofredo Viana, de substituição das candidaturas.

Ao identificar o autor da manobra, o jornal ainda lançou a possibilidade de que Almeida fosse o único responsável pela fraude, tendo usado indevidamente o nome do governador do estado para executá-la, pois, segundo o editorial, “as declarações do sr. Godofredo Vianna ao sr. Marcellino Machado e amigos deste, feitas iterativamente até a ultima hora, não podiam deixar a menor duvida quanto á lealdade de conducta do presidente-chefe”, e “só espíritos morbidamente desconfiados seriam capaces de descobrir sinais traiçoeiros na palavra do sr. Godofredo Vianna”<sup>86</sup>. Tal pensamento perduraria por algumas edições seguintes à eleição, corroboradas pela própria fala de Almeida de que teria agido sozinho, mas, já na edição de 22 de fevereiro, levantou-se a suspeita – que se firmaria em seguida – de que Viana estava envolvido, dando suporte às ações do candidato a deputado<sup>87</sup>.

---

<sup>85</sup> “O ÚLTIMO resultado do pleito de 17 – como se evidencia a trahição do governo ao partido que o elegeu”. **Folha do Povo**. Anno II, n. 43. São Luís, edição de 19 fev. 1924, p. 02.

<sup>86</sup> “ENTRE SCYLLA e Charybdis”. **Folha do Povo**. Anno II, n. 44. São Luís, edição de 20 fev. 1924, p. 03.

<sup>87</sup> “Confessou o sr. d’Almeida o delicto, mas negou que no mesmo tivesse envolvido o nome do sr. presidente do Estado. Mas, que credito poderá merecer um criminoso tal quando afirma apenas uma attenuante da sua culpa? Elle, que já mentiu á fidelidade de uma combinação,

Apontando, portanto, o responsável pela tentativa de prejudicar Machado – que, ainda assim, estava sendo o candidato mais bem votado até aquele momento, tanto no interior, quanto na capital, ultrapassando Almeida em centenas de votos –, o jornal cobrou providências do chefe do Partido, a fim de apurar o que realmente acontecera e limpar totalmente o seu nome do envolvimento na fraude, punindo o responsável, sob risco de cair em descrédito perante o eleitorado e deixar de ser digno para representá-lo politicamente.

Assim, nos dias que se seguiram ao pleito do dia 17 de fevereiro, o periódico *Folha do Povo* denunciou a fraude que teria Magalhães de Almeida cometido contra Marcellino Machado, dando vazão à tensão interna no Partido Republicano entre marcellinistas e magalhãesistas. Inicialmente, apesar de já ter havido alguns dissabores entre Machado, Viana e Humberto, o discurso do jornal permaneceu favorável à ideia de que nenhum desses dois havia participado do golpe, e que Almeida tê-lo-ia feito sozinho, sem o consentimento dos demais. Porém, na medida em que novas informações chegavam aos redatores, inclusive as falas e as ações dos três diante do ocorrido, o discurso foi sendo reelaborado para reconhecer que o ocorrido na véspera do pleito havia sido, de acordo com o jornal, uma artimanha política arquitetada já há alguns meses, planejada pelos três, com o fim de impedir a reeleição de Machado.

Desde o editorial do dia 20 de fevereiro, o jornal começou a discutir o papel que Humberto de Campos deveria cumprir diante daquele evento em que o seu nome havia sido envolvido. Apesar de críticos do poeta, os editoriais tentaram ainda ocultar essas diferenças, evitando acusá-lo de estar envolvido no ato, a fim de que o público leitor não considerasse as denúncias veiculadas pelo periódico como produtos de rixa partidária ou pessoal, mas como uma busca por aquilo que era moral e ético na política. Para tentar encobrir essas diferenças, os editoriais faziam até mesmo elogios a ele, afirmando que confiavam em seu caráter e em sua retidão, mas que, apesar do seu “grande

---

não poderá estar de novo a mentir que o fez só por sua conta e sem o compromisso de ninguém?” (“EM TORNO ainda da traição do sr. Magalhães – o repto que se lhe dirigiu”. **Folha do Povo**. Anno II, n. 46. São Luís, edição de 22 fev. 1924, p. 02). Cf. também “TRAHIDOR ou mentiroso? Reincide o sr. Magalhães”. **Folha do Povo**. Ano II, n. 48. São Luís, edição de 25 fev. 1924, p. 03.

fulgor no domínio das letras”, talvez por ser “inteiramente estranho á política”, Humberto não estivesse conseguindo compreender plenamente como o seu nome estava sendo mal usado, sendo envolvido nos atos “vis” de Almeida<sup>88</sup>. Com isso, lançavam sobre ele uma cobrança moral de não aceitar os votos que lhe estavam sendo dados, sob o risco de cair em descrédito perante o povo maranhense por participar conscientemente de uma fraude eleitoral tão clara.

É desta maneira que o periódico se refere a ele no início da apuração da denúncia:

Duvidamos que o espirito luminoso de Humberto de Campos, que o sr. Magalhães quis reduzir assim ao papel infamante de gato morto, não concorde conosco nesta questão em que se deve abstrahir dos nomes em jogo para só considerar a perfidia que a suscitou. Não será nunca pela porta escusa de uma indignidade que o Maranhão há-de levar ao seio da sua representação os filhos illustres que lhe dão renome: de tal modo, só os magalhães alli podem penetrar.<sup>89</sup>

Tal cobrança direta se repetiu na edição de 1º de março. Nesse momento, fazendo um breve retrospecto das ações de Magalhães de Almeida naquele pleito, de sua tentativa de prejudicar Machado pela substituição do nome deste pelo de Humberto, bem como sua tentativa de ocultar o seu ato fraudulento, divulgando que os votos que o poeta estava recebendo eram totalmente livres e espontâneos, demonstrações do carinho que o povo maranhense tinha por seu filho, o jornal impõe:

Nulla, porém, será esse esforço de(sic) Humberto não quizer compartilhar de tal baixeza, se preferir que o seu nome não continue misturado na lama a que o atiraram para melhor realização dos planos ignobéis forjados pela cobiça do candidato trahidor para gaudio da sua vaidade arrebicada!... Vão se tornará esse arranjo se elle souber portar-se como um homem de bem, jamais acceitando os votos, que obteve, como prova do seu talento e sim vendo nelles o preço por que lhe querem comprar o character, fazendo da sua personalidade um simples joguete de paixões e odios!... Se Humberto de Campos deseja continuar a merecer dos seus patricios a consideração que merece, deve, sem perda de tempo, vir a publico e, desmascarando as artimanhas do odiento e indigno maranhense, agradecer-lhe a votação que a falsidade lhe conseguiu,

<sup>88</sup> “O FRACASSO do sr. Magalhães d’Almeida”. **Folha do Povo**. Anno II, n. 45. São Luís, edição de 21 fev. 1924, p. 02.

<sup>89</sup> “ENTRE SCYLLA e Charybdis”. **Folha do Povo**. Anno II, n. 44. São Luís, edição de 20 fev. 1924, p. 03.

pondo, mais uma vez, á mostra, a desfaçatez do seu caracter!...<sup>90</sup>

O jornal, portanto, atuou no sentido de orientar a opinião pública a condenar os atos de Magalhães de Almeida e a cobrar que Humberto de Campos não corroborasse com os mesmos, reconhecesse a fraude e não aceitasse os votos que estava recebendo. Entretanto, apesar de tentar ocultar as rixas que o grupo tinha com o poeta, afirmando que reconhecia sua retidão de caráter e que confiava no seu bom julgamento, desde as primeiras denúncias sobre o pleito, alguns de seus editoriais, feitos especificamente com o fim de atacarem Almeida, subsidiariamente, apontavam críticas a Humberto, usadas como forma de construir a imagem da ação realizada pelo rival de Machado como ainda mais vil e traidora.

Nesse sentido, o jornal logo começou a apontar o quão estranha havia sido a escolha feita por Magalhães de Almeida na indicação do nome de Humberto como candidato do Partido Republicano no pleito federal, tendo-se em vista as relações políticas – e também familiares – que o chefe maranhense estabelecia nacional e localmente.

Para justificar esse posicionamento, os editoriais de *Folha do Povo* começaram a apontar a tensão existente entre Humberto de Campos e Urbano Santos, que remontava ao pleito de 1918. Desde então, Humberto agira como rival e inimigo pessoal de Santos, tanto politicamente – apoiando os parquistas e a Reação Republicana<sup>91</sup> –, quanto socialmente – ridicularizando-o diversas vezes em suas crônicas. Segundo o próprio jornal, nem mesmo morto, Urbano Santos conseguira encontrar a paz, pois Humberto continuava a vilipendiar a sua imagem em seus escritos. O grande problema, entretanto, apontado pelo periódico, não era o papel de opositor que Humberto fizera a Santos por seis anos, mas o fato de que Magalhães de Almeida, que era, ao mesmo tempo, genro e herdeiro, político e civil, de Santos, aproximar-se então daquele que tanto fizera contra o bom nome do seu benfeitor.

Isso pode ser bem observado em duas edições seguintes do periódico.

---

<sup>90</sup> “AINDA as eleições”. **Folha do Povo**. Anno II, n. 58. São Luís, edição de 1º mar. 1924, p. 03.

<sup>91</sup> Tendo participado do Comitê Pró Nilo-Seabra, em 1922, Humberto atuara, portanto, na oposição à candidatura de Arthur Bernardes, que acabou vencendo o pleito, tornando-se presidente da República. Além do mais, *Folha do Povo* o acusa de, depois do pleito, ter permanecido como opositor do presidente, vibrando nele “os golpes finos de sua aguçada

Na primeira, datada de 21 de fevereiro, encontra-se publicado o seguinte:

Não houve maranhense que mais escrevesse contra o sr. Urbano Santos do que o grande poeta conterrâneo Humberto de Campos. Quantos risos não foram provocados pela descrição feita pelo Conselheiro X.X. da bibliotheca e do alto preparo jurídico do dr. Urbano Santos? Que analyses crueis, Humberto de Campos não traçou do sr. Urbano Santos, mesmo depois de morto? Apesar de todas essas criticas severas e hostis, o genro de Urbano Santos, esse tal de commandante Magalhães vai procurar e pedir a Humberto de Campos a sua acquiescencia para ser apresentado candidato á deputação federal, pelo partido de Urbano Santos!!... Diante desse facto que está no dominio publico, não sabemos que noção tem de dignidade o emedalhado deputado.<sup>92</sup>

Já na segunda, a do dia 22, o tom muda, tornando-se acusatório:

sabem todos, na verdade, que Humberto de Campos levou o seu odio contra o sr. Urbano Santos a ponto tal que ele não arrefeceu nem mesmo depois da morte do estadista maranhense: *mão de seda, mão negra*, foram acerados qualificativos com que o vate miritibense não vacillou em crivar a lapide funeraria do seu compatriocio! Se Marcellino Machado receber tambem agora algumas instillações daquelle odio, que talvez ainda esteja acumulado nas glandulas literarias do iracundo poeta, dar-se-á por satisfeito de haver assim soffrido com o seu extincto amigo as dores das aggressões do inimigo commum<sup>93</sup>.

Aqui, o teor do editorial soa um pouco mais pessoal, como uma defesa a algum ataque. Isto talvez se explique pelo fato de ter sido no dia anterior a esta publicação que o jornal carioca *Gazeta de notícias* veiculou a entrevista feita com o próprio Humberto de Campos, aqui anteriormente analisada, onde o cronista afirmava que iria “reiterar, na Camara, numa contestação honesta, o protesto de Coelho Netto”<sup>94</sup>, ou seja, iria utilizar da legitimidade garantida pelos votos recebidos para contestar a legalidade da eleição de Marcellino Machado que, segundo ele, consistia em uma “usurpação agravada de uma inconstitucionalidade”<sup>95</sup>. Por ter sido a primeira vez que Humberto se manifestou publicamente sobre os votos recebidos e, desde então, já ter

---

penna” (“TRAHIDOR ou mentiroso? Reincide o sr. Magalhães”. **Folha do Povo**. Anno II, n. 48. São Luís, edição de 25 fev. 1924, p. 03).

<sup>92</sup> “O CRITERIO desse Medalhães”. **Folha do Povo**. Anno II, n. 45. São Luís, edição de 21 fev. 1924, p. 02.

<sup>93</sup> “EM TORNHO ainda da traição do sr. Magalhães – o repto que se lhe dirigiu”. **Folha do Povo**. Anno II, n. 46. São Luís, edição de 22 fev. 1924, p. 02.

<sup>94</sup> “AS SURPRESAS das urnas”. **Gazeta de notícias**. Anno XLIX, n. 46. Rio de Janeiro, edição de 21 fev. 1924, p. 03.

<sup>95</sup> *Ibid.*, p. 03.

antecipado o seu interesse em contestar a vaga de Machado, o editorial paraguista respondeu imediatamente por meio desse editorial, descrevendo o poeta como um sujeito movido pelo seu ódio a Urbano Santos. Com a morte deste, entretanto, seria necessário encontrar outro alvo contra o qual canalizar tamanho ódio e, talvez, tivesse-o encontrado em Marcellino Machado, contra o qual afirmava que iria agir sem que nunca este tivesse lhe dado motivo para tanto.

De modos muito semelhantes, Humberto foi descrito, em 25 de fevereiro, como aquele que lançou “dardos pungentísimos da sua antipathia” contra Urbano Santos, tanto “á vida como ás próprias cinsas do extinto maranhense”<sup>96</sup>, e, em 26 de abril, como “o difamador das proprias cinzas de Urbano Santos”<sup>97</sup>.

A tais acusações feitas pelo *Folha do Povo*, o próprio redator-chefe do jornal *O Imparcial*, para o qual Humberto escrevia como Conselheiro X.X., saiu em defesa do cronista, publicando, em 1º de março, o seguinte esclarecimento:

A um jornal oposicionista que se publica no Maranhão, e que está quebrando ali, as tradições de cortesia e elegância moral que sempre distinguiram a imprensa maranhense, aprouve estabelecer uma pequena intriga provinciana entre um partido politico do Estado e um dos seus conterrâneos que mais dignificam hoje, pelo trabalho do espirito e pela serenidade do character, a gloriosa terra distante. A intriga está consubstanciada numa suposta aggressão, neste jornal, de Humberto de Campos, já então seu redactor, ao velho chefe maranhense, senador Urbano Santos.

Humberto de Campos, que mantinha nesta folha uma secção diaria humorística, envolveu o falecido vice-presidente da Republica, por mais de uma vez, nas suas chronicas de bom-humor. Nessas chronicas não havia, porém, jamais, a menor aggressão, a menor ofensa, á individualidade alvejada. Faziam sorrir e, nunca chorar. Tratava ele o chefe maranhense como tratava todas as figuras em evidencia no scenario mundano ou politico, sem que isso lhe valesse, contudo, uma única inimidade pessoal.

O próprio senador Urbano Santos jamais se sentiu ofendido, ou sequer magoado pelo estylete do jovem escritor brasileiro. Era de supôr, mesmo, que nutrisse por este a admiração que outros lhe não recusavam, pois que, quando na presidência do Maranhão, manifestou desejo de, ao regressar ao Rio, aproximar-se de Humberto de Campos, afim de fazel-o entrar, com o seu apoio, na politica do Estado. Podemos assegurar mesmo, por se ter dado o facto na redação desta folha, que o comandante Magalhães de

<sup>96</sup> “TRAHIDOR ou mentiroso? Reincide o sr. Magalhães”. **Folha do Povo**. Ano II, n. 48. São Luís, edição de 25 fev. 1924, p. 03.

<sup>97</sup> “O RECONHECIMENTO do deputado Marcellino Machado”. **Folha do Povo**. Anno II, n. 9. São Luís, edição de 26 abr. 1924, p.

Almeida, cujas relações nesta casa são as mais antigas e carinhosas, foi, na sua penúltima viagem para o Rio, portador de palavras de apreço a Humberto de Campos, da parte de Urbano Santos, ficando combinado que os dois se aproximariam, conhecendo-se pessoalmente, logo que o então presidente do Maranhão aqui chegasse. A morte de Urbano Santos, a bordo, foi o único obstáculo a essa aproximação.

Carece, portanto, de base a intriga que se quer estabelecer entre os amigos que Urbanos Santos deixou no Estado, e o seu patricio que aqui vive, o qual, na independencia das suas maneiras e do seu estylo, jamais utilizou a pena para a calumnia, para o ataque grosseiro e, muito menos, para as clássicas agressões pessoas.<sup>98</sup>

A data de publicação de tal esclarecimento foi, inclusive, significativa nessa guerra discursiva travada entre os jornais para o estabelecimento da verdade sobre o que havia ocorrido no pleito. Tanto *O Imparcial*, quanto o *Folha do Povo*, nas edições do dia 1º de março, utilizaram-se de outras estratégias para demonstrar a veracidade dos seus enunciados.

O jornal carioca, para confirmar a ideia de que os votos recebidos pelo poeta haviam sido dados pelo carinho que o povo tinha para com ele, publicou, na mesma página do editorial acima transcrito, e exatamente ao lado dele, a notícia de que uma das ruas de São Luís passara a se chamar “Humberto de Campos”<sup>99</sup>.

Por sua vez, o jornal maranhense, que em seu noticiário político, também já analisado acima, ainda cobrava de Humberto de Campos que não aceitasse os votos recebidos fraudulentamente, não permitindo que o seu nome continuasse “misturado na lama a que o atiraram”, publicou, também exatamente ao lado daquele editorial, um poema intitulado “Quem sou?”<sup>100</sup>. O poema trata de um auto-questionamento do eu-lírico sobre o seu ser, a partir de várias identidades as quais assumiu em sua vida, de tocador de trombone a chefe político no interior. Aparentemente, o poema não mantém relação alguma com a questão política presente naquele momento em São Luís, mas

<sup>98</sup> Publicado originalmente no jornal carioca *O Imparcial*, em 1º de março de 1924. Quinze dias depois, reproduzido pelo jornal maranhense *Pacotilha* (“ECOS – Intrigas provincianas”. **O Imparcial**. Anno XIII, n. 4100. Rio de Janeiro, edição de 1º mar. 1924, p. 02; “ASSUNTOS maranhenses”. **Pacotilha**. Ano XLIII, n. 64. São Luís, edição de 15 mar. 1924).

<sup>99</sup> “ECOS”. **O Imparcial**. Anno XIII, n. 4100. Rio de Janeiro, edição de 1º mar. 1924, p. 02.

<sup>100</sup> Transcrevo, na íntegra, o poema intitulado *Quem sou?*: “Fui tocador de trombone/ Lá no alto Grajahú,/ Hoje sou chefe político/Em todo Itapecurú./ Naquelle tempo era forte/ Um verdadeiro Sansão,/ Pois já venci pela morte/ A um terrível Leão./ Hoje sou manso, ordeiro,/ Pacato como um cordeiro,/ Pois a ninguem faço mal./ Apenas tenho um vício:/É ser eterno no officio/ O de cabo eleitoral” – X.X (“QUEM SOU?”. **Folha do Povo**. Anno II, n. 58. São Luís, edição de 1º mar. 1924, p. 03).

apenas aparentemente. Na última estrofe, o eu-lírico admite que, apesar de todas as identidades assumidas ao longo de sua vida, uma foi permanente, a de cabo eleitoral, ou seja, a de um eterno subordinado aos líderes políticos, com única função de conseguir votos para esses.

Por fim, a assinatura presente no poema revela sua suposta autoria: “X.X.”. Essa era exatamente a forma como Humberto de Campos assinava as crônicas do Conselheiro X.X. em *O Imparcial*, ou seja, o poema supostamente era do próprio cronista. Ao publicá-lo ao lado do noticiário político, justamente no momento em que se discutia o papel de Humberto diante do cenário montado com o pleito do dia 17 e quando o jornal ainda tentava evitar reconhecer o total envolvimento do cronista na fraude de Almeida, o periódico tenta dar indiretamente ao público uma suposta prova de que o próprio Humberto confessara ser apenas um fantoche político a mando de algum chefe partidário, e não uma personalidade autônoma.

Creio, entretanto, que *Folha do Povo* possa até ter ido mais longe do que isso, forjando a autoria desse poema justamente para dar a entender essa suposta confissão poética, elaborando o poema e atribuindo-o a um “X.X.”, levando os leitores a imaginarem que a autoria fosse autêntica. Penso ser possível crer nisso por conta de alguns elementos que me chamara a atenção quando me deparei com o mesmo: primeiro, não há outros registros de publicação desse poema no jornal onde Humberto publicava os escritos do Conselheiro X.X., *O Imparcial*, em nenhuma edição entre os anos de 1917 e 1924, existindo ele apenas nessa edição de *Folha do Povo*; segundo, o jornal parguista jamais publicara nada do Conselheiro X.X., constituindo-se, inclusive, em um crítico do alter-ego de Humberto de Campos, pelo caráter jocoso e galante dos seus escritos, portanto, é bem improvável que o jornal, justamente neste momento, tenha conseguido autorização do mesmo para publicar em suas páginas um de seus originais; terceiro, na identidade do Conselheiro X.X., Humberto de Campos escrevia crônicas humorísticas e contos galantes, e não poemas, conforme o publicado por *Folha do Povo*.

Independente da legítima autoria do poema, o que importa é perceber o efeito que o jornal quis produzir com essa publicação justamente quando se acirrava a discussão em torno da participação de Humberto na fraude protagonizada por Magalhães de Almeida. Na mesma edição, portanto, o

periódico propositalmente produziu duas imagens de Humberto: a primeira, feita abertamente no seu editorial político, construía-o como um “homem de bem”, apelando para o seu caráter como maneira de pressioná-lo a denunciar o joguete político no qual o seu nome havia sido jogado e, conseqüentemente, desistindo de contestar a candidatura de Machado; a segunda, por sua vez, construída nas entrelinhas de um poema, caracterizava-o como fantoche magalhãesista.

Esse tom até elogioso com que o jornal, no início, ainda se referia a Humberto de Campos, quando sobre ele falava abertamente, foi logo abandonado ao se perceber que o poeta tinha pretensão a corroborar com o ato de Magalhães de Almeida. O jornal, assim, logo após a entrevista onde Humberto afirmou que iria contestar a candidatura de Machado, abandonou esse tratamento, até então polido, e tornou-se mais ofensivo, produzindo editoriais que começaram a atacar o cronista, denegrindo-o, colocando-o como parte integrante da fraude eleitoral. Segundo o discurso que o jornal passou a veicular daí para frente, Humberto fazia parte do esquema orquestrado por Magalhães de Almeida desde o início.

Refutando o discurso oficial de que os votos recebidos teriam sido espontâneos, tomando Humberto de Campos de surpresa, e que este iria contestar a candidatura de Machado apenas pelo respeito à lei eleitoral, *Folha do Povo* reafirma a ação de Almeida de substituir o nome de Machado pelo de Humberto na véspera do pleito, mas estabelece ainda que o poeta não fora pego de surpresa, sabendo muito bem que isso iria acontecer. Segundo esta versão, a substituição do nome de Machado pelo de Humberto em apenas algumas cidades do interior e na véspera do pleito tinha como pretensão apenas fazer com que o poeta obtivesse votos para poder se tornar legítimo para contestar a candidatura do primeiro e, assim, tirá-lo do cargo de deputado, reduzindo sua força política no estado. Desta maneira, o papel de Humberto de Campos, conforme orientação de Magalhães de Almeida, seria o de fingir surpresa pelos votos recebidos e, logo em seguida, atuar como um fiscal da lei eleitoral, denunciando a inconstitucionalidade na candidatura de Machado. Isto, portanto, fazia de Magalhães de Almeida e Humberto de Campos dois protagonistas do mesmo ato fraudulento realizado contra Marcellino Machado.

Alguns dos elementos que ajudaram a construir essa interpretação já circulavam na imprensa carioca desde o dia em que Humberto concedera aquela entrevista a *Gazeta de notícias*. Entretanto, só semanas depois chegaram ao Maranhão, sendo aí reproduzidos pelo *Folha do Povo*. É do carioca *A Notícia*, de 21 de fevereiro, o seguinte editorial, publicado apenas um mês depois pelo jornal maranhense, refutando a versão oficial do ocorrido no pleito:

Com que então vae surgir por ahi uma contestação ao diploma dum candidato recém-eleito deputado pelo Maranhão.

O caso é simples. O sr. Humberto de Campos, escriptor aqui domiciliado, obteve algumas centenas de votos, que elle declara não ter solicitado e que foram pois, de uma grande e commovente espontaneidade. Ora, em condições taes, para mostrar gratidão aos conterraneos, vae disputar a posse da cadeira, até mesmo porque, a seu ver, deve ella, por força duma tradição mantida pela politica do Maranhão, ser reservada a um dos expoentes da literatura daquella terra. E lembra, a proposito, que ella pertenceu, noutros tempos, ao Sr. Coelho Netto, o grande escripto patricio.

Essa historia, em parte, não está bem contada. Em primeiro logar, os suffragios que recahiram sobre o nome do Sr. Humberto de Campos, não têm o valor de espontaneidade que elle lhe quer dar. Deixemos de convencionalismo opportunista: nós por exemplo, há mais de dois mezes, sabiamos que esse escriptor andava em entendimentos, a ageitar as coisas para obter os votosinhos que, hoje, tanto o commovem e sensibilisam...

Em segundo logar, si uma cadeira da representação federal maranhense deve ser reservada a um representante da mentalidade do Estado, esse não será, pelo consenso unanime daquelle povo, o Sr. Humberto de Campos, mas outro cujo nome fulge, tanto brilha, que enche de luz uma grande pagina da historia literaria do Brasil, em geral, e do Maranhão em particular. Esse é Coelho Netto, de quem, numa tremenda injustiça, as injuncções partidarias arrancaram, certa vez, o mandato que elle honrava na Camara.

O Maranhão daria triste idéa da sua mentalidade si, a Coelho Netto, que o engrandece, preferisse Humberto de Campos, o conhecido director de 'A Maçã', o famoso conselheiro XX das chronicas suspeitas, enfeixadas em volumes que as familias não podem ler...

A literatura pornographica e sem brilho pôde dar ingresso á Academia quando esta, por acaso, tenha as suas portas descuidadamente abertas; mas não dará acesso a uma cadeira de representante da Nação.

Socegue, pois, o Sr. Humberto de Campos...<sup>101</sup>.

Corroborando com a fala final de *A Notícia*, outro jornal carioca, *A União*, periódico que já possuía histórico de combate a Humberto de Campos

<sup>101</sup> "ASSUMPTOS maranhenses". *Folha do Povo*. Anno II, n. 69. São Luís, edição de 21 mar. 1924, p. 01.

desde que ele fundara a revista *A Maçã*, em 1922<sup>102</sup>, afirmou, no dia 24 de fevereiro:

[...] O Sr. Humberto de Campos não é expoente de cousa nenhuma, ou, antes, de uma só cousa: da pornographia. A 'Athenas Brasileira' tem muitos filhos dignos de represental-a no Congresso Nacional; são muitos os maranhenses que têm o talento na cabeça e não em qualquer outro lugar; já muitos maranhenses que se salientam pela intelligencia alliada ao character, e não pela intelligencia aliada á pouca vergonha.

Quando á 'espontaneidade' dos votos, nós já sabemos que ella é mythologica...<sup>103</sup>

Paralelamente aos ataques às imagens de Humberto de Campos e Magalhães de Almeida veiculadas pela *Folha do Povo* e por outros jornais cariocas que já tinham desgosto pela produção literária mais recente de Humberto, a resposta de outra parte da imprensa, orientada por grupos apoiadores tanto da situação política local, quanto nacional, assim como por periódicos ligados ao próprio cronista, deu-se na desqualificação de Marcellino Machado, atacado tanto como pessoa, quanto como deputado, assim como na desqualificação do próprio órgão da imprensa que se fazia porta-voz dele<sup>104</sup>.

Parte do discurso que essa imprensa produzia denegrindo Machado, *Pacotilha* republicava no Maranhão, a fim de levar ao público leitor local o que se falava sobre o representante político do estado. Assim, apareceram nas páginas do periódico maranhense impressões de jornais como *A Nação*, *A*

<sup>102</sup> Basta ver, por exemplo, as acusações de pornografia que o jornal, de orientação católica, constantemente publica contra o Conselheiro X.X., inclusive nas análises críticas de suas obras, as quais, por exemplo, contêm “verdadeiras monstruosidades” de um “moço de muito talento, mas sem compostura no que está escrevendo ultimamente” (“NOVOS livros – A Serpente de Bronze”. **A União**. Ano XIII, n. 24. Rio de Janeiro, edição de 22 mar. 1922, p. 01), mas, especialmente, da “immoralissima revista” *A Maçã*, que explora “a immoralidade e a pornographia, profanando as letras e a literatura e convertendo-as no mais vil commercio de quanto ha de immundo e repugnante!” (“A CRISE da moral”. **A União**. Ano XIII, n. 26. Rio de Janeiro, edição de 30 mar. 1922, p. 01). Cf. também “Humberto contra Humberto”. **A União**. Ano XIII, n. 33. Rio de Janeiro, edição de 23 abr. 1922, p. 02.

<sup>103</sup> Publicado originalmente em “O QUE SE PASSA no mundo – Maranhão”. **A União**. Ano XV, n. 16. Rio de Janeiro, edição de 24 fev. 1924, p. 08; e reproduzido no Maranhão, um mês depois, em “ASSUMPTOS maranhenses”. **Folha do Povo**. Anno II, n. 72. São Luís, edição de 25 mar. 1924, p. 02.

<sup>104</sup> É do jornal *A Notícia*, do final de abril, mas apenas reproduzido por *Pacotilha* em 21 de maio, o seguinte comentário feito à atuação do que ele chama de “pasquim” opositorista: “Há no Maranhão um jornaleco da falecida ‘reacção’. É o sr. Marcelino quem hoje o orienta, mandando que os seus escribas insultem o sr. Godofredo Viana, presidente do estado e quase todos os membros da bancada federal, especialmente o sr. Magalhães de Almeida, a quem aponta como insuflador da contestação feita pelo sr. Humberto de Campos” (“ASSUNTOS maranhenses. **Pacotilha**. Ano XLIII, n. 120. São Luís, edição de 21 maio 1924, p. 01).

*Notícia, A Pátria, A Vanguarda, Jornal do Brasil, Rio-Jornal*, dentre outros. De maneira geral, tais jornais afirmavam o “espírito politiquero” e contraditório, provocador de intrigas, de Marcellino Machado. Segundo o *Jornal do Brasil*, ele “atirava os companheiros uns contra os outros, o presidente do estado contra a bancada, a bancada contra o presidente do estado. Se pudesse, atiraria a terra contra a lua e o sol”<sup>105</sup>.

*A Nação*, por sua vez, seguindo a mesma linha, afirmou que Machado entrara no congresso “como os garotos entram no circo, passando por baixo do pano, por descuido da fiscalização”<sup>106</sup>. Eis como o mesmo descreve o desempenho de Machado no cargo, bem como o seu futuro na casa legislativa:

Era um moço bigodudo, silencioso, cuja actividade se manifestava apenas na perseguição sistemática aos pequenos funcionários da câmara. Não era deputado: era fiscal de serventes e contínuos. Sem capacidade para o estudo inteligente das questões políticas ou assuntos administrativos, vivia a examinar se os tapetes estavam batidos, se as escarradeiras lavadas, se havia água no filtro, se os empregados roubavam no café. Agora parece resolvida a exclusão desse cavalheiro, cujo diploma será contestado por Humberto de Campos, que, ao lado de Coelho Neto e Graça Aranha, representa o Maranhão na Academia de Letras. Afirma-se que a sua exclusão será por inelegibilidade. É possível, contudo, que o sr. (Marcellino) Rodrigues Machado fique na câmara no lugar do contínuo Serapião, servidor do café.<sup>107</sup>

*Folha do Povo*, por sua vez, já na edição de 13 de março, denunciou que o jornal *Pacotilha* e outros jornais do Rio de Janeiro vinham publicando artigos difamatórios sobre Marcellino Machado, ao mesmo tempo em que engrandeciam o papel e a pessoa do governador Godofredo Viana. Isto, entretanto, segundo a fala do periódico paraguista, decorria de o governo maranhense contribuir com “gordas quantias á imprensa do Rio para, alem de fazer a apologia do mesmo Governo, atacar desabridamente ao deputado Marcellino Machado”<sup>108</sup>. No ano seguinte, em discurso no Congresso, o irmão deste, o sr. Lino Machado acusaria abertamente Godofredo Viana de ser o

<sup>105</sup> “ASSUNTOS maranhenses”. **Pacotilha**. Ano XLIII, n. 58. São Luís, edição de 8 mar. 1924, p. 01.

<sup>106</sup> “ASSUNTOS maranhenses”. **Pacotilha**. Ano XLIII, n. 60. São Luís, edição de 11 mar. 1924, p. 01.

<sup>107</sup> *Ibid.*, p. 01.

<sup>108</sup> “ESCREVEM-nos...”. **Folha do Povo**. Anno II, n. 62. São Luís, edição de 13 mar. 1924, p. 02.

mentor intelectual por trás tanto da exclusão do nome do irmão da chapa situacionista na eleição de 17 de fevereiro de 1924, quanto também pela contestação à sua elegibilidade feita por Humberto de Campos e pelo que ele chamou de “campanha difamatória” que passou a ser veiculada pelos jornais ligados à situação, coordenada, segundo ele, por Magalhães de Almeida<sup>109</sup>.

Foi apenas no final do mês de abril que a última vaga para deputado federal do pleito de 17 de fevereiro finalmente foi decidida, com o julgamento da contestação proposta por Humberto de Campos contra a candidatura de Marcellino Machado. Ambos se encontraram finalmente diante da 1ª Comissão de Inquéritos da Câmara e, segundo o editorial de *A Notícia*, reproduzido por *Pacotilha*, a reunião “foi a mais cômica, a mais desopilante que os anais daquela casa do Congresso registram”<sup>110</sup>. Isso porque, no confronto de discursos entre Marcellino Machado e Humberto de Campos, este teria usado de sua qualidade de homem de letras para estabelecer diversas analogias literárias para classificar o comportamento político do outro, o que teria confundido Machado, deixando-o consternado, sem oferecer resposta. Sua saída teria sido recorrer ao advogado que havia levado consigo para a sessão, um sujeito de nome Luís Baía que, tomando a palavra, talvez tentando copiar o estilo irreverente do contestante, falhou em seu intento, tendo o seu discurso soado extremamente confuso e ofensivo, denegrindo a pessoa de Humberto de Campos, acusando-o de ser “amoral” e “vendedor de cocaína”. A indignação geral teria sido tanta que o próprio Machado tê-lo-ia mandado calar-se e teria também lhe cassado a procuração na frente de todos.

O jornal *A Pátria*, reproduzido por *Pacotilha*, assim descreve a participação do advogado de Machado:

O sr, Marcelino tinha, como auxiliar de defesa, o sr. Luiz Baía. E o sr. Luiz Baía começou:

– Uma preliminar, disse, dirigindo-se ao contestante: o sr. é a favor do govêrno ou contra o govêrno?

O sr. Humberto de Campos escusou-se. Nada tinha a ver um caso com o outro. Mas o auxiliar de defesa insistia. Em um momento o contestante declarou que o orador era seu inimigo.

O sr. Baía, pressuroso, retrucou:

– Não! não! Tanto assim que lhe estendo a mão!...

<sup>109</sup> “NO CONGRESSO – o deputado Lino Machado lança um repto de honra ao sr. Godofredo Viana”. *Folha do Povo*. Anno III, n. 50. São Luís, edição de 2 mar. 1925, p. 03.

<sup>110</sup> “ASSUNTOS maranhenses”. *Pacotilha*. Ano XLIII, n. 120. São Luís, edição de 21 maio 1924, p. 01.

E estendeu-lhe a mão, que o sr. Humberto apertou risonhamente.

Depois, o auxiliar de defesa prosseguiu:

– Quero saber com quem estou falando? Com o Conselheiro XX?  
Com o sr. Humberto de Campos?

Dentro em pouco esse tom de orador levantava protestos... Quando ele falou em cocaína – o sr. Humberto, vendedor de cocaína – os apertes cortaram-lhe a palavra. Os membros da comissão não podiam consentir na orientação que o sr. Baía estava dando ao seu discurso.

O sr. Marcelino, que estava presente, compreendeu a delicadeza da situação a que o atiravam. Retirou a procuração, o que não impediu o sr. Baía de falar instantes ainda.

Houve, nessa altura, certa confusão. Serenados, porém, os animos os papeis foram entregues ao relator, o sr. Bitencourt da Silva Filho.

Mais tarde, o sr. Baía explicava:

– Eu disse vendedor de cocaína referindo-me, figuradamente, aos livros do sr. Humberto<sup>111</sup>..

Tal sessão deve realmente ter sido um tanto constrangedora para Marcellino Machado, pois, enquanto *Pacotilha* reproduziu impressões de vários jornais a respeito dela, *Folha do Povo* ignorou-a quase completamente. Só encontrei registros de como se deu este encontro nos jornais contrários a Marcellino Machado, portanto, jornais que consagram o caráter de Humberto de Campos, enquanto descrevem o contestado como alguém completamente perdido e mal assessorado. *Folha do Povo*, portanto, cala-se sobre os acontecimentos diante da comissão de inquéritos, divulgando, apenas, em rápida nota, datada de 24 de abril, o parecer final da comissão que, por unanimidade, reconheceu a elegibilidade de Machado, diplomando-o novamente deputado federal. “Commenta-se nas rodas politicas a decepção que soffreu o deputado Magalhães de Almeida que usou de todos os processos de cabala contra o sr. Marcellino”<sup>112</sup>.

Durante as semanas que separaram o pleito de 17 de fevereiro até o resultado da contestação proposta por Humberto de Campos, no final de abril, o que se viu foi uma verdadeira batalha entre os dois jornais maranhenses, a *Folha do Povo* e a *Pacotilha*, que transpuseram para a imprensa a intensificação das constantes disputas travadas pela hegemonia dentro do Partido Republicano desde a morte de Urbano Santos, em 1922. O pleito de 1924, portanto, constitui importante evento da política maranhense, podendo-

<sup>111</sup> Sobre a contestação: “ASSUNTOS maranhenses”. **Pacotilha**. Ano XLIII, n. 102. São Luís, edição de 30 abril 1924, p. 01. E “ASSUNTOS maranhenses”. **Pacotilha**. Ano XLIII, n. 110. São Luís, edição de 9 maio 1924, p. 01.

<sup>112</sup> “O RECONHECIMENTO do deputado Marcellino”. **Folha do Povo**. Ano II, n. 101. São Luís, edição de 29 abr. 1924, p. 03.

se ver nele o cenário que se apresentaria no momento do golpe de 1930 começando a tomar forma, demonstrando as rupturas iminentes, bem como as alianças que, apesar de improváveis, perdurariam.

A disputa entre marcellinistas e magalhãesistas, para além de representar apenas a busca pela liderança do partido situacionista, representava uma disputa pela hegemonia de um desses grupos diante da conjuntura política estadual e também nacional, levando cada um a estabelecer arregimentações que extrapolavam o âmbito interno do partido e congregavam acordos com grupos de fora dele – o PR magalhãesista se arregimentando com o PRF, de Costa Rodrigues, e o PR marcellinista se arregimentando com o PRM, de Herculano Parga. Quando tais grupos eram, como foi o caso maranhense, proprietários de meios de comunicação, como jornais – que, apesar de locais, mantinham contato com jornais de outros estados, fazendo com que seus editoriais circulassem nacionalmente –, estes passaram a funcionar cada vez mais como os veículos transmissores dos interesses do grupo que o controlava e das denúncias contra o grupo opositor.

O pleito de 1924, portanto, deu-se em meio a uma grande disputa entre marcellinistas e magalhãesistas, tanto pela hegemonia política estadual, quanto pela produção da narrativa histórica sobre o evento, que ficou a cargo dos dois principais jornais maranhenses que circulavam neste momento, intimamente ligados aos grupos concorrentes: o parguista *Folha do Povo*, defensor, então, dos interesses marcellinistas; e o costista *Pacotilha*, defensor dos interesses magalhãesistas.

As eleições de 1924 marcaram o retorno do apoio de Humberto de Campos ao Partido Republicano, contra o qual passara a militar desde a exclusão de Coelho Netto de suas hostes, em 1918. Sua adesão a esse partido desencadearia a necessidade de Humberto reconstruir os significados de sua própria trajetória, levando a um apagamento da sua atuação na oposição ao grupo ao qual passava a pertencer, e atribuindo-lhe um caminho reto, linear e contínuo – a ressignificação de sua relação com Urbano Santos talvez seja o mais demonstrativo, pois, adversário do líder político até 1924, após a sua entrada no partido, Humberto passou a, não raramente, render

homenagens ao morto, fosse por meio de textos elogiosos<sup>113</sup>, fosse tornando-se o parlamentar responsável pela sugestão de dar à estação da Estrada de Ferro São Luís-Teresina o nome do velho chefe partidário, conforme citação com que iniciei o presente capítulo<sup>114</sup>.

As eleições de 1924 marcaram também o início da aproximação do poeta ao campo político partidário, não como mero observador e comentarista dos pleitos, mas como possível candidato, possibilitando vislumbrar a atuação num campo até então não cogitado pelo cronista, que o resultado do pleito demonstraria ser possível. Assim, já em abril de 1925, os jornais começariam a anunciar que Humberto declarara querer se tornar deputado, vaga que se cogitou que ele disputaria com Viriato Correia, mas, segundo a própria imprensa, ele venceria a disputa “devido a antigos compromissos”<sup>115</sup>. Ambos acabariam sendo incluídos na chapa do Partido Republicano para o pleito de 1927, o que levou parte da imprensa a declarar que a escolha dos dois nomes não poderia ter sido mais feliz, pois, como homens de letras, de grande “valor mental”, qualquer um dos dois que fosse eleito ajudaria a restaurar a “tradição de cultura que valeu á graciosa capital daquela antiga província [Maranhão] a justa denominação de Athenas brasileira”<sup>116</sup>.

As eleições de 1924 marcaram ainda o estreitamento da relação entre Humberto de Campos e Magalhães de Almeida, este, principal responsável pela sua reaproximação do partido situacionista, o seu padrinho político e líder partidário nas duas eleições anteriores à queda da República Velha, em que obteria êxito nas urnas; o chefe político o qual seguiria até o fim da vida e que seria o principal articulador do que seria o seu retorno à Câmara dos Deputados pelo pleito de 1934, semanas antes do falecimento de Humberto, depois de haver sido cassado e ter empobrecido. A relação entre ambos

---

<sup>113</sup> Humberto passa a descrever as relações de Urbano Santos com alguns dos membros do Partido Republicano, como um comportamento mais assemelhado ao de um pai, e menos ao de um chefe arbitrário como o descrevia em suas crônicas e em seus contos do Conselheiro X.X. produzidos entre 1918 e 1922 (Cf. CAMPOS, Humberto de. **Perfis – primeira série** (obra póstuma). Rio de Janeiro: W. M. Jackson, 1941n (Coleção Obra Completa, vol. 14); Idem. **Perfis – segunda série** (obra póstuma). Rio de Janeiro: W. M. Jackson, 1941n [Coleção Obra Completa, vol. 15]).

<sup>114</sup> CAMPOS, 1954b, p. 10-11.

<sup>115</sup> “HUMBERTO de Campos e Viriato Correia querem ser deputados”. **Pacotilha**. Ano XLIV, n. 99. São Luís, edição de 2 maio 1925, p. 01.

<sup>116</sup> “UMA TRADIÇÃO de alta mentalidade que se restaura – o Maranhão reconquista os fóros de Athenas, de que gosava ao tempo da província”. **A Noite**. Ano XVII, n. 5.441. Rio de Janeiro, edição de 13 jan. 1927, p. 01.

acabou por ultrapassar o espaço político e tornar-se verdadeira amizade, a qual Humberto de Campos prezará até o seu último dia de vida.

Relação esta, que parece ter se iniciado como resultado de um acordo que visava um propósito escuso: o de prejudicar o desafeto que ambos possuíam em comum. Um, por propósitos políticos, tentando abafar a força do seu rival; o outro, desejoso de retribuir a Machado a ofensa feita contra o seu maior amigo, seis anos antes.

Apesar, portanto, da vitória obtida por Machado naquele momento, a relação estabelecida entre Humberto de Campos e Magalhães de Almeida continuaria se fortalecendo, tanto em torno da rivalidade em comum com alguns grupos<sup>117</sup>, que o pleito de 1924 acirrara, quanto em torno da própria possibilidade de transformar aquele poeta e cronista, que afirmava constantemente que o mundo da política não era para ele, em um parlamentar, engrossando as fileiras do grupo magalhãesista, que, daí para frente, conseguiria obter as vitórias políticas diante dos marcellinistas, que foram perdendo espaço político, tanto os que quiseram ocupar – governo do estado, nas eleições de 1925 e 1929 –, quanto os que já ocupavam – perdendo a sua reeleição para deputado federal no pleito de 1927. Sua posterior adesão à Aliança Liberal, em 1930, entretanto, levá-lo-ia a ocupar novamente espaços de poder quando, dado o golpe de outubro, instaurou-se o Governo Provisório, sendo os magalhãesistas cassados e perseguidos.

---

<sup>117</sup> Os ataques ao caráter de Marcellino Machado continuaram permeando as páginas do autor nos anos seguintes, como se pode ver, por exemplo, em texto publicado em 1926, e compilado no livro *Perfis* (2ª série), quando, analisando o perfil de Godofredo Viana, Humberto descreve Machado como um oportunista e traidor, que apenas conseguira permanecer no Partido Republicano por pena que Viana tinha dele (CAMPOS, Humberto de. “Godofredo Viana”. In: CAMPOS, Humberto de. **Perfis – segunda série** (obra póstuma). Rio de Janeiro: W. M. Jackson, 1941o, p. 129-136 [Coleção Obra Completa, vol. 15]). Já na imprensa maranhense, destaque para o artigo intitulado “A MAIOR urucubaca”. **Pacotilha**. Ano XLIX, n. 27. São Luís, edição de 1º fev. 1930, p. 02; e “AINDA a maior urucubaca – Elle é azar”. **Pacotilha**. Ano XLIX, n. 37. São Luís, edição de 13 fev. 1930, p. 08.

## CAPÍTULO III:

# “Eu, doente”:

## *Humberto de Campos e sua construção subjetiva da morbidade*

Quarta-feira, 5 de dezembro de 1934, 10h30 da manhã, sala de cirurgia da Casa de Saúde Dr. Eiras, localizada na Rua Assunção, bairro do Botafogo, Rio de Janeiro. Depois de meia hora de frustradas tentativas, um ofegante Dr. Paulo Cesar de Andrade, nos breves segundos em que para sua ação com o intuito de tomar fôlego para retomá-la em seguida, observa a expressão no rosto do médico Herr Doktor Lichtenberg. As barreiras linguísticas entre o português e o alemão não são empecilho para que o urologista brasileiro compreenda o pensamento que povoa a mente do urologista alemão. Percebe que não há mais o que fazer pelo paciente estendido sobre a cama cirúrgica. O pouco de vida que ainda existia ali, que, por meio da escrita, gritara tanto e para tantos nos últimos anos, cessou, abandonou aquela prisão, aquele corpo doente e frágil, inchado e decrépito.

O Dr. Paulo Cesar, ao retirar os olhos do semblante do médico alemão, repousa-os novamente sobre o corpo estendido à sua frente. Por alguns segundos o contempla, sob os olhares de toda a equipe médica que auxiliou na intervenção cirúrgica e os demais médicos e amigos que acompanharam a cirurgia do lado de fora da sala. Sabe muito bem que ali não há mais vida, ela se extinguiu cientificamente há alguns minutos. Mas talvez tenha se extinguido há mais tempo do que isso. Há três, quatro ou seis anos, não sabe bem precisar a

partir de que momento aquele paciente simplesmente passou a declarar que preferia estar morto a viver da maneira como estava vivendo.

Talvez, se pudesse ouvi-lo agora, pudesse ouvir sua felicidade por finalmente ter obtido a desejada morte, a sua libertação da prisão corpórea... Não! Não! Apesar de declarar que preferia morrer, viver era seu desejo imenso, e fez de tudo o que podia para permanecer vivo! Para continuar vivo! A sua angústia maior era justamente não poder viver como gostaria por causa das limitações que o seu corpo estabelecia. Seus leitores podem ter acreditado que a morte lhe era desejada, mas não o Dr. Paulo Cesar, não ele que acompanhou todo o desenvolvimento daquela doença que inutilizara tão rapidamente um corpo que contava com apenas 48 anos. Não ele que não era apenas um leitor, apenas o seu médico urologista, mas era seu amigo. E é por essa amizade, construída ao longo dos anos e alimentada no sofrimento, que o Dr. Paulo Cesar, com a voz engasgada, treme ao fazer a declaração de óbito: “Está morto. Humberto de Campos... está morto!”.

## 1. A despedida

Humberto de Campos internara-se na Casa Dr. Eiras dois dias antes da cirurgia, na segunda-feira, dia 3, pela manhã. Horas antes de dar entrada na casa hospitalar, ainda em seu apartamento, no Catete, viu pela última vez o seu filho mais novo, Humberto de Campos Filho, de 11 anos. Estudante do *British American School*, colégio que funcionava em regime de internato, Humberto Filho passava toda a semana na instituição escolar, dando entrada na segunda-feira pela manhã e retornando para o lar apenas na sexta-feira. Ciente da cirurgia do pai, despediu-se, segundo ele próprio relata, “dando-lhe um grande abraço, desejando-lhe toda a sorte deste mundo”<sup>1</sup>, e seguiu para o internato.

Essa despedida talvez não tivesse sido revestida de tantos outros significados extra-ordinários para os dois Humbertos, afinal, toda segunda-feira pela manhã, já há meses o filho cumpria a sua rotina de deixar o lar e ir para o colégio, voltando de lá apenas cinco dias depois. Talvez tivesse sido lembrada apenas como mais uma despedida normal entre ambos se não fossem os

---

<sup>1</sup> CAMPOS FILHO, Humberto de. *Irmão X, meu pai*. São Paulo: Lúmen, 1997, p. 134.

eventos que circundavam aquele momento. Ambos sabiam que Humberto pai se submeteria a uma cirurgia dali a dois dias, mas talvez não existisse na cabeça de nenhum deles a crença real de que ele não fosse sobreviver à intervenção. Afinal, a doença de Humberto já vinha lhe provocando dores havia alguns anos, desde, pelo menos, 1928, intensificando-se no final de 1930, mas nada demonstrando a possibilidade real de que ela viesse a se tornar fatal naquele momento.

Quanto à cirurgia, semelhante intervenção já havia sido realizada meses antes, em março, tudo ocorrendo normalmente, apesar de toda a tensão que, naquele momento, ficou registrada nos escritos diários de Humberto. E, desta vez, havia um elemento novo que dava ainda maior segurança de sucesso à sua realização: a presença do Docktor Lichtenberg, renomado urologista alemão que presidiria a operação, assistido por outros médicos de grande fama na cidade do Rio de Janeiro, dentre eles, o médico particular de Humberto, o Dr. Paulo César. A cirurgia, apesar de não ser realizada com o intuito de curar Humberto – isto era impossível, afinal, a doença dele não era curável –, mas, se realizada com sucesso, reduzir-lhe-iam as dores na bexiga e na próstata, além de livrar-lhe do uso constante da sonda de borracha ligada à sua bexiga desde a primeira cirurgia, o que era constantemente alvo de suas reclamações, sendo a expressão visível de sua condição patológica.

Entretanto, não apenas a morte de Humberto, na quarta seguinte, fez com que esse evento fosse relido, ressignificado, deixasse de ser apenas mais uma despedida ordinária, dentre tantas que já havia tido e todas as outras que haveria de ter, para ser lembrado como a despedida, o “último adeus” entre os dois. Assim que Humberto filho partiu para o colégio, Humberto pai, talvez movido mais pelo medo de não poder ser capaz de arcar com a educação do filho do que propriamente pelo medo de morrer, fez questão de registrar uma comunicação a ser entregue a um velho amigo seu, o deputado Milton de Carvalho, abordando tal preocupação.

Como seus olhos não conseguiam mais distinguir tão bem as coisas ao redor de seu corpo doente, foi com muita dificuldade que registrou o seguinte texto.

– Meu caro Milton – Tenho de entrar agora de manhã para a casa de saúde do dr. Eiras, afim de submeter-me á operação ou antes ás operações de que dependem a minha saúde e a minha vida. Fui hontem á tarde levar-lhe o meu abraço. Você havia, porém, sahido. E eu me vejo na contingencia de mandar-lhe por escripto esta despedida que pode ser de duração breve ou eterna.

Dois motivos determinavam a minha insistência em despedir-me de você pessoalmente: um, agradecer-lhes os favores numerosos que lhe devo, a intimidade com que me vem distinguindo há quase 30 annos; outro, pedir-lhe que num caso de insuccesso operatório olhasse para o meu filho, que se acha sob minha guarda, aprendendo com você a sciencia do trabalho e da vida. Se morrer, nada lhes deixo a elle e aos outros. Mas deixo-lhes o meu conselho para que amem o trabalho, tanto como a honra, pois que o amor ao trabalho faz parte desta.

Eu confio em você na sua justiça. O que você fizer está bem feito. Eu terei por você espre(sic) a mesma gratidão de amigo e a mesma estima de companheiro que vem acompanhando a sua actividade e a sua prosperidade merecida há mais de um quarto de século.

E adeus, meu velho e excellente amigo. Dentro de duas horas estarei na casa de saúde, mas não me quero ir sem lhe deixar estas palavras e sem confessar que tive sempre em você um amigo e que você teve sempre um grande lugar no meu coração. – a. Humberto de Campos.<sup>2</sup>

Enquanto Humberto filho se dirigia ao internato, Humberto pai rabiscava aquele que se tornaria a sua última mensagem escrita. Internou-se logo em seguida, com cirurgia a se realizar na quarta pela manhã, dois dias depois.

Outro evento ocorrido horas antes da realização da intervenção impressionou a mente do jovem Humberto de Campos Filho, moldando a forma como iria lembrar-se desses momentos anteriores à morte do pai. Segue a maneira como ele narrou, mais de 60 anos depois, o sonho que tivera naquela madrugada:

Na noite de terça para quarta, sonhei que insistia muito para que um professor me levasse até um armario, pois eu precisava comprar uma coisa. Perguntavam-me o que era isso que me parecia tão importante e tão urgente assim. Não quis dar pormenores mas exigi que fizessem o que estava pedindo. Em seguida, me encontrava no interior de uma loja e me encaminhei diretamente para o balcão onde vendiam fitas. E aponte para o que estava tanto querendo: uma fita preta, para colocar no braço, em sinal de luto.<sup>3</sup>

Poderia esse sonho ter se tornado meramente mais um sonho dentre tantos outros que Humberto filho teve ao longo de sua ainda curta vida e que

<sup>2</sup> “E adeus, meu velho e excellente amigo’ – a última carta de Humberto de Campos”. **A Noite**. Ano XXIV, n. 8.275. Rio de Janeiro, edição de 6 dez. 1934, p. 01; “A ÚLTIMA carta de Humberto de Campos”. **Folha da Manhã**. Anno X, n. 3.183. São Paulo, edição de 7 dez. 1934, p. 02.

<sup>3</sup> CAMPOS FILHO, 1997, p. 134.

não mereceram registro escrito, nem marcaram sua memória. Entretanto, a morte do pai na manhã daquele dia fez com que aquela criança estabelecesse com a sequência de cenas das quais se lembrava de seu sonho uma relação mais significativa, passando a atribuir-lhe o sentido de uma precognição, uma premonição, uma antevisão do insucesso da cirurgia do pai e da morte deste.

Talvez, portanto, aquela despedida da segunda-feira pela manhã tivesse se transformado na memória de Humberto filho em apenas mais uma despedida entre pai e filho, mas o que se lhe sucedeu, o sonho compreendido enquanto premonitório e a morte do pai durante a cirurgia, produziu sobre aquele evento uma forte memória afetiva na história do pequeno Humberto, o último encontro entre ele e o pai, a última conversa, o último abraço, a última troca de olhares, o último ato de carinho. Mais de sessenta anos depois, ao escrever a biografia do pai, o filho se lembrará de forma carinhosa e saudosa desse último contato, narrando-o de maneira tal que tenta convencer o leitor de como se recordava exatamente da maneira como se despedira do mesmo naquela manhã, dando a entender que estivesse sendo mais carinhoso do que o habitual por, em seu íntimo, estar antevendo que aquele seria o último encontro dos dois.

## 2. A cirurgia

A cirurgia ocorreu na quarta-feira, dia 5 de dezembro de 1934, na Casa de Saúde Dr. Eiras, a mais importante instituição médica privada da capital brasileira<sup>4</sup>. A intervenção foi comandada pelo médico alemão Lichtenberg, então de passagem pelo Rio de Janeiro, que trazia consigo a fama de um médico urologista especializado em reduzir as dores da bexiga e da próstata.

Sofrendo com o mau funcionamento de sua hipófise desde, pelo menos, 1928, Humberto de Campos – então membro da Academia Brasileira de Letras, diretor da Casa Ruy Barbosa, inspetor de ensino da Inspeção do Ensino

---

<sup>4</sup> Para maiores informações acerca da Casa de Saúde Dr. Eiras, que, à época, era também o maior hospício da América Latina, então sob a administração do Dr. Waldemar da Ponte Ribeiro Schiller, cf. JACÓ-VÍLELA, Ana Maria (coord.). **Dicionário Histórico de Instituições de Psicologia no Brasil**. Rio de Janeiro: Imago, Brasília, DF: CFP, 2011, p. 69-71; e PICCININI, Walmor J. "História da Psiquiatria - Casa de Saúde Dr. Eiras: crônica de seu desaparecimento". **Psychiatry on line Brasil**. Vol. 13, n. 3, março de 2008. Disponível em: <http://www.polbr.med.br/ano08/wal0308.php>. Acesso em: 3 fev. 2013.

Secundário e autor mais lido no Brasil –, que inicialmente relutara a se submeter a uma cirurgia, passara há alguns meses a insistir nela, e, aproveitando a passagem do médico alemão em terras brasileiras, conversar com ele sobre os benefícios e os riscos da intervenção cirúrgica visando reduzir as intensas dores que seu estado clínico produzia. A conversa com o Dr. Lichtenberg talvez o tenha seduzido menos do que a esperança renascida de que, realizada com o sucesso que o médico lhe garantia, a cirurgia devolver-lhe-ia o prazer pela *vida*, algo que havia perdido desde que o *morbus* passara a apoderar-se de seu corpo e provocar-lhe as dores internas e a deformidade externa.

Na sala de cirurgia, o Dr. Lichtenberg contava com o auxílio de alguns médicos brasileiros – amigos e admiradores de Humberto que torciam pelo sucesso da operação. Eram eles os drs. Samuel Kanitz, Elyseu de Almeida e Silva, Guilherme Vianna, Sinval Lins, além do urologista particular de Humberto, o Dr. Paulo Cesar de Andrade. Como expectadores da intervenção, havia ainda os renomados médicos Clementino Fraga, José Martins Costa, Leonel Miranda, Haroldo de Freitas e José Dhalia da Silveira, bem como os internos Epaminondas e Seixas. Não era sem propósito a quantidade de atenções voltadas para aquela cirurgia, afinal, aqueles que vinham acompanhando a narrativa do sofrimento de Humberto de Campos nos últimos anos através de suas publicações nos diversos jornais para os quais escrevia sentiam uma forte admiração por aquele homem, por toda a força e a coragem que ele demonstrara ter, apesar das diversas adversidades que haviam marcado toda a sua trajetória, desde a sua infância pobre, as perdas prematuras do pai e da irmã mais nova, as dificuldades na aprendizagem da educação letrada e a necessidade de trabalhar para ajudar a economia familiar, até as diversas doenças que marcaram a sua vida, o seu corpo e o seu espírito.

Humberto, que em seus escritos já vinha há algum tempo tentando passar a imagem de uma pessoa calma e resignada com o seu destino de sofrimento, tinha consciência de que aquela intervenção cirúrgica poderia trazer-lhe a morte do corpo, apesar de talvez não acreditar tanto nisto, e, ainda que várias vezes tivesse afirmado categoricamente que já estava morto em vida, estava se submetendo a tal operação justamente como uma forma de tentar prolongar o seu viver. Isso fez com que o seu estado de nervos se alterasse de

forma tal que o próprio solicitasse que lhe fosse aplicada anestesia geral, pois não achava que seria possível enfrentar a operação estando acordado, contrariamente à vontade do Dr. Lichtenberg, que propunha anestesia local.

Segundo consta dos relatos de quem esteve presente à intervenção, aplicou-se o éter como anestesia geral pelo seu caráter menos tóxico. Assim que Humberto desacordou, a sua língua, que, devido à doença, havia adquirido um tamanho fora dos padrões normais e que, desacordado, poderia afetar-lhe a respiração normal, foi pinçada, sendo puxada para fora, para possibilitar que a respiração continuasse sendo feita.

Toda a cirurgia ocorreu de forma satisfatória, sem maiores percalços. O Dr. Lichtenberg e os seus auxiliares, certos do seu sucesso, deram a intervenção por encerrada às 10h00 da manhã, iniciando os preparativos para deixarem a sala de cirurgias e acordarem o paciente. Foi, entretanto, nesse momento de maior otimismo, que subitamente Humberto de Campos foi acometido de uma síncope.

Imediatamente todos os médicos presentes à cirurgia recorreram a métodos de ressurreição, tais como respiração artificial e injeções intracardíacas. Meia hora de tentativas desesperadas, sem sucesso. Nenhum esforço médico conseguiu manter o pouco de vida que ainda existia naquele corpo. Humberto de Campos, o autor mais popular do Brasil, morria, às 10h30 da manhã do dia 5 de dezembro de 1934. Os olhos que pouquíssimo ainda enxergavam fechavam-se definitivamente sobre uma mesa de cirurgia na Casa de Saúde Dr. Eiras, no Botafogo, Rio de Janeiro, sob os olhares de médicos, amigos e admiradores.

Próximo dali, a Biblioteca Central de Educação, cumprindo encomenda realizada pelo Departamento de Educação do Rio de Janeiro, recebia os seis mil e quinhentos exemplares do livro autobiográfico *Memórias, 1886-1900*, maior sucesso editorial de Humberto de Campos que, em pouco mais de um ano de publicação, já se encontrava na 6ª edição e que seria, pelo segundo ano consecutivo, distribuído entre os concluintes dos estudos primários do ensino municipal carioca, para servir-lhes enquanto modelo de uma vida exemplar. Segundo constava na circular do Departamento de Educação, reproduzida pelo jornal *Correio da Manhã*, essa obra de Humberto consistia em:

livro de largo e profundo sentido democrático, revelando os prodromos difíceis de uma vida a despeito de tudo triunphante, não há como recusar-lhe o profundo alcance educativo que lhe apontou o Autor. E tem ainda esse outro de mostrar como, á medida das proprias capacidades, podem os brasileiros nutrir esperanças de triumpho. A parábola dessa vida luminosa, que agora há poucos dias encerrou o seu cyclo fecundo, é um arco-iris clareando horizontes...<sup>5</sup>

A vida de Humberto de Campos, portanto, tratada como exemplo de trajetória pessoal, modelo do que pode um homem, doente, feio e nascido em berço pobre, que recebeu como primeiro presente na vida um queijo do reino podre e uma caixa de figos estragados, alcançar; um poeta autodidata que foi reconhecido pela mais importante instituição das letras nacionais como um dos seus com apenas 33 anos de idade. O deputado, poeta, cronista, ficcionista, memorialista, literato, enfim, que a despeito de todo o gosto amargo que a vida lhe fez provar, tornou-se o autor mais lido dos grandes centros econômicos brasileiros da década de 1930<sup>6</sup>, admirado inclusive por inimigos políticos. Humberto de Campos, cuja curta vida, que durou apenas 48 primaveras, fê-lo carregar a morte consigo por sete longos anos de sofrimentos incalculáveis, durante os quais a sua alma humana foi sendo purificada pela dor, fazendo-o o conselheiro de todas as manhãs para os leitores que sofriam consigo e comunicavam-lhe os seus próprios sofrimentos, recebendo em resposta crônicas amigas, aconselhando-os nas mais diversas situações.

Modelo, portanto, de vida, de comportamento pessoal, familiar e social, de retidão política, de escrita literária, de aceitação do destino.

Incrível perceber, por outro lado, que tal modelo de conduta nomeado Humberto de Campos não preenchesse exatamente essa imagem que se queria passar dele. Humberto passou boa parte de sua vida no Rio de Janeiro sob a acusação de ser um autor “imoral”, “pornográfico”, cuja literatura “galante” consistia no “maior attentado que já se haja feito aos bons costumes da sociedade carioca”<sup>7</sup>. Quando foi tornada pública a notícia de que o literato estava padecendo ante uma doença degenerativa, um jornal de sua própria

<sup>5</sup> “UMA CIRCULAR do Departamento de Educação”. **Correio da manhã**. Ano XXXIV, n. 12.289. Rio de Janeiro, edição de 15 dez. 1934, p. 08.

<sup>6</sup> REIS *et al*, 1986, p. 44.

<sup>7</sup> Palavras do crítico Jackson de Figueiredo (1891-1928), reproduzidas na obra de Macário Picanço (PICANÇO, Macário de Lemos. **Humberto de Campos**. Rio de Janeiro: Minerva, 1937, p. 244).

terra, Miritiba, no Maranhão, celebrou a notícia, comemorando com os seguintes dizeres: “o castigo chegou: Humberto de Campos vai ficar cego!”<sup>8</sup>. João do Rio, pseudônimo do cronista Paulo Barreto, imortal da Academia Brasileira de Letras, recusou-se a continuar frequentando a instituição depois que a mesma elegeu Humberto como um dos seus membros; até mesmo o funeral de João do Rio, em 1921, foi expressamente vedado de ocorrer no prédio do *Petit Trianon* brasileiro devido à presença do cronista maranhense.

Como compreender que os parágrafos acima se refiram à mesma pessoa, à mesma existência, ao mesmo sujeito histórico? Como conciliar imagens tão antagônicas sendo atribuídas ao mesmo indivíduo, caracterizando-o, em uma, como exemplo de conduta e retidão, modelo em que os mais jovens deveriam se espelhar, e, em outra, como uma “pústula”, um ser completamente abjeto, imoral, execrável, fora dos padrões sociais aceitáveis?

Para que se possa compreender a possibilidade da existência de imagens tão diferentes entre si para referir-se ao mesmo sujeito histórico, é preciso questionar-se *como* tais imagens são produzidas, *em quais momentos* esses discursos são elaborados, quais os *valores* que os informam e quais os *interesses* que estão na base dessas caracterizações. E, antes de qualquer outra coisa, questionar-se se é mesmo possível crer que tais imagens, sejam elas negativas, sejam elas positivas, sirvam para caracterizar uma vida.

### 3. Da (im)possibilidade de narrar uma vida

Escrever sobre Humberto de Campos não é algo fácil. Sim, isso pode parecer obviedade, afinal, nem escrever sobre si mesmo é fácil, quanto mais sobre outra pessoa. Escrever sobre o outro que não lhe é contemporâneo, o outro que está distante temporal e espacialmente de si, realizar um trabalho de tentativa de compreensão dessa diferença, de compreensão do tempo e dos valores que informavam e moldaram esse outro sujeito histórico, bem como compreender as suas especificidades, seus pensamentos convergentes e seus pensamento divergentes do estabelecido socialmente, sem cair no velho vício

---

<sup>8</sup> Esta informação está presente na crônica “Aos meus amigos da Baía” (sic), do próprio Humberto de Campos (cf. CAMPOS Humberto de. “Aos meus amigos da Baía”. **Diário Carioca**. Ano VI, n. 1.630, 1.632 e 1.633. Rio de Janeiro, edições de 25, 28 e 29 nov. 1933, p. 06).

de julgá-lo, mesmo quando essa diferença se choca frontalmente com os valores que carregamos. Eis o trabalho – e o maior desafio – dos biógrafos<sup>9</sup>.

Entretanto, nunca fui biógrafo. Meu percurso dentro do campo historiográfico havia sido, até iniciar as pesquisas sobre o presente objeto, de investigação de contextos sócio-culturais, onde os personagens entravam na trama no momento em que eu os evocava para construir a intriga, e saíam assim que cumprissem o seu papel. É diferente, portanto, de estar ligado ao personagem e não poder descartá-lo quando me convier, quando ele não mais puder servir como exemplo a ser estudado dentro de um determinado contexto. Aqui, ele deve aparecer como protagonista, como fio condutor de toda uma narrativa que giraria em torno de sua pessoa e das relações que ela estabelecia com o mundo ao seu redor e, no caso específico do tema desta tese, consigo mesmo. Para isso, necessário se fazia tentar exercer uma atividade, de certa maneira, etnográfica, pretendendo compreender a especificidade do autor em destaque, estabelecer com ele um contato que me proporcionasse perceber o seu olhar interpretativo do mundo, a fim de poder trabalhá-lo pelo seu próprio olhar, até onde esse contato pudesse me oferecer.

A maior dificuldade, entretanto, que pude encontrar com relação à compreensão do tema a que me propus diz respeito à escassez das fontes. Não me refiro especificamente à escassez quantitativa de fontes, mas, de modo geral, à qualitativa. O próprio Humberto muito escreveu sobre si mesmo, deixando elementos da imagem que produzia para si em diversos gêneros de seus escritos, tanto em suas crônicas e poesias, quanto em seus registros diários e produção memorialística. Entretanto, o que se escreveu sobre Humberto, especificamente, o que os seus denominados biógrafos ou comentadores escreveram sobre ele, em muito se fez sem preocupações de ordem teórica, mas tão somente como uma forma de manter o seu nome vivo por meio da narrativa de sua história.

Tal desprendimento metodológico levou, dentre outras coisas, que os seus biógrafos considerassem como história as memórias escritas de Humberto, elevadas à categoria metódica de fato. Assim, o que as biografias sobre Humberto de Campos trouxeram, em muito, foi mera reprodução da imagem

---

<sup>9</sup> DOSSE, François. **O desafio biográfico** – escrever uma vida [trad. Gilson César de Souza]. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2009.

que ele próprio criara para si e desejava que circulasse. Aqueles que se propuseram contar a sua vida, fossem com propósito efetivamente biográfico, fossem com intenção de analisar aspectos específicos de suas obras, tenham eles sido contemporâneos a Humberto, ou escrito os seus textos num tempo próximo ao falecimento dele (Pacheco<sup>10</sup>, Picanço<sup>11</sup>, Tímponi<sup>12</sup>, Lebert<sup>13</sup> e Wanderley<sup>14</sup>), ou em momentos posteriores (Gonçalves<sup>15</sup>, Humberto Filho<sup>16</sup>), bem como os estudiosos acadêmicos (Araújo<sup>17</sup>, Bosi<sup>18</sup>, Duarte<sup>19</sup>, Machado Neto<sup>20</sup>, Miceli<sup>21</sup>, Moisés<sup>22</sup>, Scheibe<sup>23</sup>, Reis<sup>24</sup>, Rocha<sup>25</sup> e Vilela<sup>26</sup>) e os comentaristas atuais de sua obra (Neres<sup>27</sup>), acabaram-no fazendo usando os seus escritos como relatos fidedignos do que realmente ocorrera, reproduzindo, desta maneira, como fatos o que eram apenas impressões subjetivas, ignorando, portanto, as diversas especificidades que diferenciam – e muitas vezes opõem – memória a história<sup>28</sup>.

<sup>10</sup> PACHECO, Félix. “A propósito da morte de Humberto de Campos”. In: PACHECO, Félix. **A academia e os seus problemas**. Rio de Janeiro: Typ. Jornal do Commercio, 1934.

<sup>11</sup> PICANÇO, Macário de Lemos. **Humberto de Campos**. Rio: Minerva, 1937.

<sup>12</sup> TÍMPONI, Miguel. **A psicografia ante os tribunais: o caso Humberto de Campos**. 7 ed. Rio de Janeiro: Federação Espírita Brasileira, 2010.

<sup>13</sup> LEBERT, Maria de Lourdes. **Humberto de Campos**. São Paulo: Melhoramentos, 1986.

<sup>14</sup> WANDERLEY, Rubey. **A glória de Humberto de Campos**. Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa Nacional, 1950.

<sup>15</sup> GONÇALVES, Paiva. “Humberto de Campos e seu triste viver”. In: GONÇALVES, Paiva. **Não passaram pela vida em branca nuvem**. Rio de Janeiro: Dior, 1987, p. 15-50.

<sup>16</sup> CAMPOS FILHO, 1997.

<sup>17</sup> ARAÚJO, Gilberto (org.). **Humberto de Campos**. São Paulo: Global, 2009 (Coleção Melhores Crônicas, dir. Edla Van Steen).

<sup>18</sup> BOSI, Alfredo. **O Pré-Modernismo**. São Paulo: Cultrix, 1967 (Coleção A literatura brasileira, vol. V).

<sup>19</sup> DUARTE, Sebastião Moreira. “Humberto de Campos vivo (prefácio)”. In: CAMPOS, Humberto de. **Memórias e Memórias inacabadas**. São Luís: Instituto Geia, 2009.

<sup>20</sup> MACHADO NETO, A. L. **Estrutura social da república das letras – sociologia da vida intelectual brasileira, 1870-1930**. São Paulo: Grijalbo, 1973.

<sup>21</sup> MICELI, Sérgio. **Intelectuais à brasileira**. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

<sup>22</sup> MOISÉS, Massaud. **História da literatura brasileira: realismo e simbolismo**. 9 ed. São Paulo: Cultrix, 2009, p. 432-433 (vol. II).

<sup>23</sup> SCHEIBE, Roberta. **A crônica e seus diferentes estilos na obra de Humberto de Campos**. Dissertação de mestrado. Programa de Pós-Graduação em Letras. Passo Fundo: Universidade de Passo Fundo, 2006, 105f.

<sup>24</sup> REIS, Roberto (coord.). **O miolo e o pão: estudo crítico e antologia de Humberto de Campos**. Niterói, RJ: EDUFF, 1986.

<sup>25</sup> ROCHA, Alexandre Caroli. **O caso Humberto de Campos: autoria literária e mediunidade**. Tese de doutorado. Instituto de Estudos da Linguagem. Campinas, SP: Unicamp, 2008, 274f.

<sup>26</sup> VILELA, Marcos Antonio Maia. **A proficção científica de Humberto de Campos**. Dissertação de mestrado. Programa de Pós-Graduação em Estudo de Linguagens. Salvador: Universidade do Estado da Bahia, 2009, 144p.

<sup>27</sup> NERES, José. **Blog Mais que Palavras**. São Luís, Maranhão. Disponível em: [http://jose.neres.blogspot.com.br/2011\\_01\\_01\\_archive.html](http://jose.neres.blogspot.com.br/2011_01_01_archive.html). Acesso em: 30 jun. 2013.

<sup>28</sup> Para maiores discussões, cf. BENJAMIN, Walter. **Magia e Técnica, Arte e Política** [trad. Sérgio Paulo Rouanet]. 7 ed. São Paulo: Brasiliense, 2004 (Obras Escolhidas, vol. 1);

Por outro lado, há também vários outros aspectos metodológicos hoje condenados pelos estudiosos das chamadas “produções de si” (biografias, autobiografias, memórias, relatos, diários etc<sup>29</sup>), dos quais as biografias existentes sobre Humberto de Campos não conseguem escapar.

A tipologia das utilizações das biografias apontada por Giovanni Levi ajuda a compreender algumas das abordagens que permeiam as narrativas produzidas sobre a vida de Humberto de Campos. Levi aponta como quatro os principais modelos de produção biográfica contemporânea: a) prosopografia e biografia modal; b) biografia e contexto; c) a biografia e os casos extremos; d) biografia e hermenêutica<sup>30</sup>.

Levi conceitua a biografia modal não como um modelo estritamente preocupado em narrar uma vida destacando a existência de uma pessoa em sua singularidade, mas sim um modelo que se preocupa em identificar a vida do biografado como algo que concentra todas as características de um grupo, no caso, a do grupo ao qual ele pertenceria. Para o autor, portanto, a vida do sujeito seria narrada não por ela, de alguma maneira, ser relevante enquanto caso particular de existência, mas por ela ser um exemplo demonstrativo de uma certa estrutura social que submeteria todos os indivíduos de um determinado contexto. A narrativa biográfica, então, tomaria o sujeito para demonstrar o papel condicionante da estrutura à qual ele está submetido, usando, inclusive, de estruturas retóricas linguísticas para construir esse condicionamento.

Nesse sentido, afirma Levi, com relação à biografia modal que:

[...] é prática corrente enunciar primeiro as normas e as regras estruturais (estruturas familiares, mecanismos de transmissão de bens e de autoridade, formas de estratificação ou de mobilidade sociais etc.) antes de apresentar os exemplos modais que intervêm na demonstração a título de provas empíricas.<sup>31</sup>

---

GAGNEBIN, Jeanne Marie. **Sete aulas sobre linguagem, memória e história**. Rio de Janeiro: Imago, 2005; GAGNEBIN, Jeanne Marie. **Lembrar, escrever, esquecer**. São Paulo: Ed. 34, 2006; RICOUER, Paul. **A memória, a história, o esquecimento**. Campinas, SP: Unicamp, 2007.

<sup>29</sup> LEJEUNE, Philippe. **O pacto autobiográfico** – de Rousseau à Internet [trad. Jovita Maria et al]. Belo Horizonte: UFMG, 2008; GOMES, Ângela de Castro (org.). **Escrita de si, escrita da história**. Rio de Janeiro: FGV, 2004.

<sup>30</sup> LEVI, Giovanni. “Usos da biografia”. In: Marieta de Moraes Ferreira & Janaina Amado (orgs.) **Usos e abusos da História Oral**. 8 ed. Rio de Janeiro: FGV, 2006, p. 167-182.

<sup>31</sup> LEVI, 2006, p. 175

Nesse tipo de produção biográfica, Levi aponta que a trajetória particular do sujeito biografado parece ser o que menos interessa, mas o cerne da produção é demonstrá-lo enquanto um, dentre vários outros membros do mesmo grupo, que está submetido a uma determinada estrutura, compartilhando com outros das mesmas experiências e trilhando as mesmas trajetórias. O particular destacado, portanto, seria utilizado apenas como exemplo empírico para demonstração dos efeitos estruturais condicionantes do grupo a que ele pertence.

É o caso, por exemplo, dos autores de manuais da história da literatura brasileira que encerram Humberto de Campos no capítulo sobre a literatura “Pré-Modernista” ou da “Belle Époque”, descrevendo rápida e superficialmente alguns eventos de sua vida, mas apenas no sentido de produzir uma visão geral do contexto da literatura brasileira entre o ano de 1902 e a ascensão do modernismo em 1922. Humberto, desta maneira, é visto como parte de uma verdadeira dispersão de autores de vertentes decadentes, continuadores de tradições em muito já superadas pela Europa, como o neoparnasianismo, o simbolismo etc., tragicamente destinada a desaparecer quando da ocorrência da Semana de Arte Moderna<sup>32</sup>.

Nesse mesmo estilo, destacam-se as obras de sociólogos, interessados em perceber as estruturas sociais que produzem os sujeitos que atuam no período da chamada belle époque brasileira, ou, como denominada politicamente, o período da República Velha, destacando os aspectos referentes à organização política, econômica, social, religiosa e familiar dos sujeitos envolvidos. Estas obras chegam mesmo a montar quadros biográficos demonstrativos das ideias generalizantes que tais autores propõem, trabalhando com trajetórias convergentes à “norma geral” que conduziria os intelectuais neste momento<sup>33</sup>.

No segundo tipo destacado por Levi, que ele denominou Biografia e Contexto, a narrativa conserva a particularidade da vida do sujeito, ainda que se destaquem como importantes elementos de compreensão o meio e a ambiência como fatores capazes de caracterizar uma atmosfera que explicaria a sua singularidade. Para Levi, esta abordagem considera como indispensável o

---

<sup>32</sup> Cf. BOSI, 1967; MOISÉS, 2009.

<sup>33</sup> Cf. MACHADO NETO, 1973; MICELI, 2001

diálogo entre o contexto de vivência do indivíduo e as especificidades de suas escolhas, pois “uma vida não pode ser compreendida unicamente através de seus desvios ou singularidades”<sup>34</sup>, como se o biografado fosse um ente fora de qualquer contexto sócio-cultural, mas, ao contrário, “mostrando-se que cada desvio aparente em relação às normas ocorre em um contexto histórico que o justifica”<sup>35</sup>. Leva, portanto, a pensar o indivíduo biografado como submetido a uma série de influências de ordens diversas (religiosa, cultural, econômica, familiar, política etc.), mas que não chega a ser determinado por tal contexto, pois, como sujeito crítico, como homem inventivo, ele tem um certo espaço de liberdade em recriar suas influências, reler seus valores, fazer suas próprias escolhas, trilhar outros caminhos que não aqueles previamente estabelecidos para si por uma ordem de coisas.

No terceiro tipo, denominado a biografia e os casos extremos, destaca-se a singularidade, o sujeito cuja vida foi experienciada à margem do campo social, do estabelecido como pensamento mediano, do convencionado como pensamento hegemônico. A vida do biografado não serviria, aqui, portanto, para demonstrar o seu condicionamento às estruturas sociais ou a sua especificidade no interior de um campo, mas justamente o seu deslocamento, a sua posição antagônica à dominante e, assim, não exemplificativa, não modelar, perdendo “quase toda ligação com a sociedade normal”<sup>36</sup>.

Por fim, refere-se pelo nome Biografia e hermenêutica à tradição oriunda do diálogo entre a antropologia dos campos simbólicos e a filosofia pós-moderna, que aponta para a percepção de que todo o material biográfico é intrinsecamente discursivo, ou seja, foi elaborado linguisticamente a partir de uma relação hermenêutica estabelecida entre o produtor da fonte e o referente, e, como tal, encontra-se eivado de valores do enunciador, de um olhar interessado que seleciona o que, como e de que forma registrar<sup>37</sup>. Desta maneira, como toda fonte de acesso à vida de outrem, no caso das biografias, ou de si mesmo, no caso das autobiografias e dos demais registros íntimos, são elaborações que atendem a determinados interesses do enunciador, não se abre a possibilidade da descoberta factual do referente externo, não se tendo

---

<sup>34</sup> LEVI, 2006, p. 176.

<sup>35</sup> Ibid., p. 176.

<sup>36</sup> Ibid., p. 178.

<sup>37</sup> Ibid., p. 178.

acesso ao passado em si, mas apenas ao que dele foi registrado, ao que dele foi tornado linguagem por meio de um procedimento interpretativo de transliteração.

Essa percepção, da impossibilidade de acesso ao referente real, externo ao texto e fora da linguagem, está presente em muitos dos estudiosos que abordam as chamadas produções de si na contemporaneidade, como, por exemplo, Pierre Bourdieu e Gabriele Rosenthal.

Pierre Bourdieu, em texto já clássico sobre o assunto, expõe a ilusão que se cria na produção narrativa que se elabora sobre uma vida. Para este autor, entre o sujeito concreto e o texto escrito que se elabora sobre ele não existe nenhuma relação natural, nenhum pertencimento inescapável entre o primeiro ao segundo, ambos apresentam elementos específicos que impossibilitam uma perfeita transliteração de um para o outro<sup>38</sup>. A ilusão a que Bourdieu se refere diz respeito, dentre outras coisas, à crença de que o texto escrito, suporte físico da biografia, seja capaz de contar a verdade sobre a vida do biografado, de traduzir uma experiência, uma existência real, de trazer à tona a verdade do referente externo, do acontecimento “real”.

Refere-se ainda, pela ideia de ilusão biográfica, ao pressuposto, presente na maior parte das biografias e autobiografias, de que haja um sentido oculto como fio condutor dessa existência, “de que a vida constitui um todo, um conjunto coerente e orientado, que pode e deve ser apreendido como expressão unitária de uma ‘intenção’ subjetiva e objetiva, de um projeto [...]”<sup>39</sup>. A ilusão de que a vida do sujeito seguiria um percurso linear e contínuo, cujo sentido estaria determinado desde o início de sua existência, revela-se no uso de expressões comuns nas biografias, como “sempre”, “desde pequeno”, “já dava indícios do que viria a ser tornar” etc. Implica, entretanto, numa leitura teleológica e anacrônica dessa vida, construindo o passado do sujeito diretamente em função do que ele chegou a se tornar no tempo mais recente, buscando nesse passado os pensamentos, as vontades, as subjetividades existentes no presente, mas que já se apresentariam lá enquanto formas embrionárias.

---

<sup>38</sup> NIETZSCHE, Friedrich. **Sobre verdade e mentira no sentido extra-moral** [apresentado por Noéli Correia de Melo Sobrinho]. Disponível em: <http://pt.scribd.com/doc/49353413/Nietzsche-Sobre-Verdade-e-Mentira-no-Sentido-Extra-moral-1873>. Acesso em 4 jan. 2014.

<sup>39</sup> BOURDIEU, Pierre. “A ilusão biográfica”. In: FERREIRA, Marieta de Moraes e AMADO, Janaína (orgs.). **Usos & abusos da história oral**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996, p. 184.

Desconsideram-se, desta maneira, as subjetividades existentes nos tempos idos para submetê-las a uma dependência direta dos tempos que chegaram a ser. Enxergam-se passado e presente não enquanto momentos autônomos, produtores de suas próprias relações com o mundo, mas enquanto interdependentes, partes de um conjunto coeso, coerente e orientado. O biógrafo, então, teria como papel compreender como os acontecimentos que marcaram a vida do biografado fazem parte de um conjunto integrado e coerente, cada qual cumprindo uma determinada funcionalidade dentro do plano geral da existência.

É para esse mesmo sentido que aponta Gabriele Rosenthal, demonstrando o papel ilusório que assumem várias biografias ao tentarem revelar um certo sentido oculto e coerente por trás da vida do biografado, sendo a razão, mesmo que inconsciente, que regeria as suas ações.<sup>40</sup>

Indagando-se acerca do papel do pesquisador social que utiliza como fonte relatos memorialísticos e autobiográficos, Rosenthal critica a postura comumente assumida pelos estudiosos em tentar desvendar a realidade por trás desses relatos, extraíndo dos enunciados elaborados apenas aquilo que for condizente com o referente externo a eles. Para a autora, tal postura consiste na própria destruição do relato, pois, ao assim agir, o pesquisador deixa de se indagar sobre as maneiras como o sujeito, enunciator do relato, lidou e lida subjetivamente com a sua experiência, elaborando formas e atribuindo significados específicos para a mesma, inserindo-a numa rede que constrói a própria maneira de ler o mundo e construir a si mesmo nele.

Para Rosenthal, portanto, ao desconsiderar a percepção subjetiva elaborada pelo enunciator do relato – a sua *gestalt* – para atribuir significados aos acontecimentos de sua existência e questionar apenas sobre o que há de realidade por trás daquele relato, o pesquisador, num certo ranço cientificista, age tal qual uma criança que, ao se deparar com uma imagem refletida em um espelho, em vez de analisar tal imagem, tenta encontrar a “pessoa real” que está atrás do vidro, decepcionando-se por não encontrá-la. O que lhe falta é a capacidade de compreender que a imagem formada no espelho é reflexo

---

<sup>40</sup> ROSENTHAL, Gabriele. “A estrutura e a *gestalt* das autobiografias e suas consequências metodológicas”. In: FERREIRA, Marieta de Moraes et AMADO, Janaína (orgs). **Usos & abusos da história oral**. 8 ed. Rio de Janeiro: FGV, 2006, p. 193-200.

daquele que se põe diante dele.

Da mesma maneira, aquele que se põe a narrar sua vida geralmente o faz por meio da elaboração de um discurso que constrói um sentido de coerência à sua existência e aos fatos que a marcaram, distribuindo eventos aleatórios e isolados em uma ordem inteligível na qual eles se encaixam para formar um conjunto devidamente ordenado e organicamente funcional. Se a realidade vivida é por si mesma um caos, uma “multiplicidade de experiências e acontecimentos dissociados, um monte de coisas desordenadas”<sup>41</sup>, a leitura que o sujeito faz de sua vida atribui um significado a cada experiência; significado, este, que, associado à imagem que ele constrói sobre si mesmo, seleciona, distribui, classifica, ordena e integra cada evento apreendido pela memória como basilar na elaboração de um sentido geral para sua própria vida. Esse procedimento hermenêutico, portanto, é permanente na vida do indivíduo, pois a cada momento o sujeito está relendo as suas experiências, revisitando as suas impressões, lembrando e esquecendo, rompendo com alguns significados, estabelecendo outros. É por essa percepção do papel permanente da memória na atribuição de valores e no estabelecimento de novas relações com o mundo e consigo próprio que Walter Benjamin, analisando a obra de Marcel Proust, afirma que “um acontecimento vivido é finito [...], ao passo que o acontecimento lembrado é sem limites”<sup>42</sup>.

Para Rosenthal, portanto, ao se lidar com relatos memorialísticos ou autobiográficos, não se deve tentar inutilmente encontrar o sujeito inexistente por trás do espelho, mas investigar as formas que se projetam nele, como reflexos da hermenêutica de si que cada sujeito produz, em cada momento de sua vida. O pesquisador deve ter consciência de que jamais lida com o passado “real” do sujeito biografado, mas apenas com os reflexos no espelho, as impressões subjetivas, as elaborações mentais, as narrativas orais e escritas, as interpretações mutáveis e temporalmente localizadas sobre os eventos que aleatoriamente aconteceram na vida do indivíduo.

As fontes com as quais trabalhei para tecer o presente texto, portanto, não me deram acesso à vida de Humberto, fossem elas suas memórias, fossem os seus registros diários. Por meio delas eu apenas tive acesso às imagens

---

<sup>41</sup> ROSENTHAL, 2006, p. 194-195.

<sup>42</sup> BENJAMIN, 2004, p. 37.

linguísticas que o próprio elaborou conscientemente para lidar com o mundo e consigo mesmo, por meio de uma série de escolhas de *o que* registrar – o conteúdo –, *como* registrar – a forma discursiva e as palavras escolhidas, o estilo utilizado, as figuras de linguagem, as analogias etc. – e *onde* registrar – em qual suporte físico, se público ou privado, sob qual gênero literário (crônica, poesia, memórias, correspondência epistolar), etc.

Esse olhar que estabeleceu e que o orientou na maneira de interpretar-se, portanto, é temporalmente localizável, implicando na percepção de que a imagem de si foi constantemente reelaborada e reinventada pelas relações que ele estabeleceu com os sintomas provocados pela sua doença, que mudaram ao longo dos anos, dos meses, das semanas, dos dias. Tais relações eram informadas pelas diversas maneiras como a doença se manifestava dia a dia, às vezes, provocando maiores sofrimentos, outras vezes, parecendo estabilizar as dores ou, até mesmo, silenciá-las. Não há, portanto, uma permanência ou estabilidade na maneira como Humberto de Campos vai se representar em suas produções de si.

Dessa maneira, um estudo que verse sobre a escrita de si de Humberto de Campos, tendo como principal fonte de investigação os dois volumes de seu *Diário Secreto*, tem que começar inevitavelmente pela afirmação de não haver *uma* imagem construída por esse autor que permaneça ao longo dos sete anos que vão do diagnóstico da doença à ocorrência da sua morte. O que há, portanto, são *várias* imagens produzidas ao longo desse período, imagens que podem sim ser complementares umas às outras, dando continuidade a elaborações anteriores, mas que podem, do mesmo jeito, ser imagens antagônicas, opostas, incoerentes entre si, posto que elaboradas em momentos de diferentes relações sensíveis com as afecções patogênicas<sup>43</sup>.

É justamente pela pluralidade de representações que produziu para si que creio ser propício propor uma compreensão a partir das principais posturas assumidas por Humberto diante de sua condição, ao longo de todo o recorte aqui proposto.

Desta maneira, percebo, inicialmente, três principais comportamentos

---

<sup>43</sup> O corpo, portanto, como máquina de produção de sentidos, ou seja, a produção de significados para qualificar as afecções é informada pela maneira como os sintomas são sensivelmente percebidos (Cf. NIETZSCHE, Friedrich. **Assim falou Zaratustra** [trad. Heloísa Burati]. São Paulo: Rideel, 2005).

dominantes assumidos por Humberto no desenvolvimento de suas subjetividades com relação à sua doença<sup>44</sup>, quer sejam: a *negação*, a *aceitação estoica* e a *apatia*.

A primeira postura, a da negação, está presente no intervalo temporal que compreende os meses iniciais do desenvolvimento da doença, ou seja, de janeiro a abril de 1928. Contempla, portanto, um momento que se inicia com a primeira referência aos sintomas feita no *Diário*, em 6 de janeiro, e caracteriza-se por uma constante tentativa de ignorar a existência e a gravidade da doença. Neste momento, ela já estava se expressando visivelmente no corpo de Humberto há meses, através do inchaço de pés, mãos e boca, mas, por ainda não afetar as suas atividades orgânicas, nem atrapalhar o seu cotidiano, o autor manteve sua rotina e suas atividades diárias, secundarizando as preocupações com a sua patologia. Esse comportamento, tentando ignorar a existência do *mórbus*, estendeu-se até a primeira manifestação mais séria da doença, uma vertigem sofrida durante o seu trabalho, em 27 de abril, sendo diagnosticada no dia seguinte e iniciando-se o tratamento no dia 29.

A segunda atitude, a que denominei de aceitação estoica, é a dominante no período que se estende de abril de 1928 a março de 1934, momento em que a doença passou a se expressar violentamente no organismo de Humberto, impossibilitando que ele continuasse ignorando a sua existência, impelindo-o, também, no início, a buscar alternativas para curar-se ou para dirimir suas dores, mas, com o avanço rápido dos sintomas, ele acabou por resignar-se, aceitando, naquele momento, que todas as terapias haviam se tornado inúteis. Foi durante esse período que as atividades cotidianas do literato passaram a ser

---

<sup>44</sup> Aproprio-me, aqui, do estudo de Jean Delumeau no campo da história cultural do medo. Esse autor consegue perceber determinadas atitudes coletivas que parecem montar uma espécie de tipologia social do comportamento perante pestes: inicialmente, ante os primeiros indícios da chegada do *mórbus* em alguma localidade, há de imediato o comportamento de negá-la, tanto por parte do governo, quanto por parte do próprio povo, ligada ao interdito que passa a existir em torno da mínima referência que seja acerca da peste; num segundo momento, quando a enorme quantidade de casos de doentes e mortos torna impossível continuar negando-lhe existência, há o reconhecimento de sua chegada, provocando a fuga das elites para lugares mais “salubres”, a estagnação e o encerramento das atividades comerciais, o isolamento e o distanciamento das pessoas para com os seus vivos e também para com os seus mortos, a expulsão e a exclusão dos indesejados, vistos como “vetores” da peste, como pobres e mendigos etc.; por fim, o arrefecimento da peste, tão inexplicavelmente quanto o seu próprio surgimento, deixando para trás uma sociedade modificada, numérica, fisionômica e espiritualmente (cf. DELUMEAU, Jean. **História do medo no ocidente: 1300-1800, uma cidade sitiada** [trad. Maria Lucia Machado] 5 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2001).

constantemente perturbadas pela ação do *mórbus*, provocando redução das horas de sono, inchaço visível das extremidades corporais, dificultando a mobilidade, pressionamento dos órgãos internos, constantes problemas na bexiga e na próstata, avanço da cegueira etc. Neste recorte, percebo como Humberto de Campos, por meio de seus escritos, inicialmente apenas os privados, mas posteriormente também os públicos, foi se produzindo como um sujeito patologizado, um ser doente, assumindo essa identidade para si, inicialmente de maneira mais relutante, posteriormente de forma mais resignada, aceitando a sua condição nosológica e atribuindo novos sentidos ao mundo, a si mesmo e à morte. Os registros sobre suas dores tornaram-se, aqui, cada vez mais frequentes, revelando a sua própria autoimagem em crise e a busca por construir um novo ser para si.

Esse segundo comportamento, entretanto, não foi algo que se expressou imediatamente ao reconhecimento da existência da doença, que fez logo após a crise de abril, dando início ao tratamento. A resignação estoica que Humberto afirmava ter alcançado só pôde se desenvolver no decorrer de anos em que esteve acometido dos sofrimentos físicos e psicológicos.

Creio, portanto, ser relevante perceber como a atitude estoica de Humberto se desenvolveu como consequência de dois momentos diferentes do desenvolvimento de sua subjetividade, momentos, esses, aos quais chamei de *tempo da expiação* e *tempo da redenção*.

O *tempo da expiação* compreende o período que se inicia com o diagnóstico oficial da hipertrofia da hipófise, feito em abril de 1928, e se estende até agosto de 1932, onde há os últimos registros realizados pelo autor naquele ano<sup>45</sup>. Este momento foi marcado pelos eventos que geraram as reações mais impactantes por parte de Humberto, tanto de ordem política que afetaram diretamente o literato – a perda do mandato devido ao evento golpista de outubro de 1930; a censura a órgãos de imprensa para os quais Humberto escrevia; a redução de suas finanças que o levou a mudar-se constantemente para lugares mais baratos; a perseguição política aos antigos aliados de Washington Luís; o início de sua cooptação pelo governo provisório etc. –, quanto de ordem pessoal que ficaram registrados em seu Diário, estabelecendo-

---

<sup>45</sup> O último registro de 1932 que há no Diário data de 28 de agosto, não havendo, portanto, notas sobre os meses de setembro, outubro, novembro e dezembro de 1932.

se uma frequência cada vez maior da descrição de seus sintomas – os sofrimentos na bexiga e na próstata, a iminência da cegueira, levando à realização da primeira cirurgia decorrente da doença, em agosto de 1931, para desobstruir o nervo óptico que o estava cegando; bem como a viagem à Argentina para consultar-se com o médico Dr. Segura, especialista em extração de hipófise, em novembro de 1931; a intensificação de seus sofrimentos ao longo de todo o ano de 1932, levando-o a afirmar por diversas vezes que havia perdido o gosto pela vida e que desejava a morte. Em meio a esse contexto, o autor concluía os capítulos que iriam compor o seu livro de memórias, livro que se mostraria completamente influenciado pela imagem de si elaborada então.

O *tempo da redenção*, por sua vez, compreende o período que vai de janeiro de 1933, com a publicação de *Memórias, 1886-1900*, a março de 1934, com a intervenção cirúrgica na bexiga para extração de pedras. Foi durante os meses que compõem este recorte que Humberto, por um lado, consagrou a sua imagem como autor trágico e infeliz, devido à representação de sua vida que produziu em seu livro autobiográfico e que foi extremamente bem recepcionada pelo público leitor, e, por outro, produziu-se como um sujeito plenamente consciente de que, apesar de se submeter a diversos tipos de tratamento – radioterapia, homeopatia e rezas –, os efeitos de sua doença pouco ainda podiam ser contidos, restando a ele apenas resignar-se de sua condição.

Por fim, a terceira atitude subjetiva tomada diante do progresso da doença pode ser vista como sendo a apatia, que se instaurou nele nos últimos oito meses de vida, durante os quais a sua escrita íntima refletia o arrefecimento das esperanças, o esgotamento físico e mental, a aceitação de que sua condição só tendia a agravar-se e que a medicina, científica ou não, não possuía mais possibilidades de tratamento que funcionassem consigo que não fossem meramente paliativos. Foi também durante este último momento que a saúde emocional do autor agravou-se ainda mais, ao ver a morte ceifar seis de seus colegas da Academia Brasileira de Letras, dentre eles, amigos próximos, como João Ribeiro, Medeiros e Albuquerque e, finalmente, com certeza o maior golpe sofrido, a morte de Coelho Neto, uma semana antes da sua própria.

Para cada uma dessas posturas adotadas por Humberto de Campos diante de sua doença, o autor desenvolveu diferentes leituras de mundo e de si mesmo, expressando as mesmas em seus escritos, públicos e privados.

#### 4. As primeiras percepções

A primeira referência à doença que marcaria o corpo de Humberto de Campos foi feita pelo autor no seu registro diário de 6 de janeiro de 1928. Naquele momento, expôs a seguinte impressão dos sintomas que já lhe acometiam há algum tempo:

Dia de preocupações e de tristezas, o de hoje. Como foi amargo o meu presente de Reis!...

Há muitos meses, – creio, mesmo, que há dois anos, – vinha eu sentindo fenômenos impressionantes no meu organismo. A princípio era uma inchação nas mãos, que se tornavam grossas e pesadas, principalmente pela manhã e após o banho de mar. Às vészes, tinha a impressão de estar escrevendo com luvas de boxe, tal era a insensibilidade dos meus dedos. [...]

Pouco a pouco foram surgindo, porém, novos sintomas. Os pés começaram a inchar, também. O nariz tomou maior volume e, como o nariz, o lábio inferior. Senti que a língua me crescia na bôca, dificultando a enunciação das palavras. Era evidente, em suma, em mim, uma grande alteração orgânica e, em particular, fisionômica. Atribuídas essas alterações ao mau funcionamento das amídalas, extirpei-as em setembro último. Grande hemorragia, e melhorei. Até que, agora, voltaram as antigas manifestações: mãos e pés inchados, língua espessa, nariz e lábio inferior avolumados<sup>46</sup>.

Registra o cronista que a eclosão de tais sintomas já havia sido atribuída a duas ordens diferentes de causas: inicialmente, ao mau funcionamento das amídalas, que, conforme afirma o mesmo, foram devidamente extraídas logo em seguida; e a um suposto “edema dos escrivães”<sup>47</sup>, justificando a sensação de inchaço das mãos pelo uso frequente das mesmas para escrever o tanto quanto Humberto estava escrevendo naquele momento.

Esses diagnósticos foram feitos pelo então médico e amigo de Humberto, o Dr. Afonso Mac-Dowell, quando o inchaço das mãos começara a surgir, meses antes. Com o ressurgimento dos sintomas e a sua expansão para outros locais do corpo, não havia mais como crer que aqueles diagnósticos pudessem se sustentar.

Retornando ao médico, no dia 6 de janeiro de 1928, Mac-Dowell indicou que Humberto visitasse imediatamente um radiologista, pois “isso deve provir da

<sup>46</sup> CAMPOS, Humberto de. **Diário Secreto**. Rio de Janeiro: O Cruzeiro, 1954a, p. 95-96 (vol. I).

<sup>47</sup> *Ibid.*, p. 95.

hipófise, a glândula cerebral que preside à circulação”<sup>48</sup>. E acrescentou: “O tratamento tem de ser muito sério, e muito demorado. Não temos tempo a perder; do contrário, estará você, dentro de um prazo curto, inutilizado para o trabalho e, até, para o amor”<sup>49</sup>.

Se o impacto inicial da fala do seu médico ainda causou um certo espanto, fazendo-o até mesmo registrar, por duas vezes seguidas, em seu *Diário*, a preocupação com a sua saúde<sup>50</sup>, não parece que esse espanto tenha perdurado muito, especialmente porque, nesse ínterim, Humberto fez visitas a outro médico, durante um tratamento homeopático a uma gripe, que emitiu opiniões contrárias à do Dr. Mac-Dowell.

Em seu registro de final daquele mês, em 24 de janeiro, afirmou que o homeopata Dr. Hargreaves o diagnosticou com “reumatismo articular”, receitando-lhe “remédios suaves, ‘tablettes’ minúsculas para tomar de duas em duas horas”<sup>51</sup>, o que foi recebido de bom grado pelo autor. Dois meses depois, entretanto, em 31 de março, quando Humberto sentiu acentuarem-se os sintomas em seu corpo (“tonturas, suores frios, opressão no peito, perturbações visuais”<sup>52</sup>) e voltou ao médico homeopata pensando que iria ouvir um diagnóstico mais próximo do oferecido pelo alopata, ele foi ainda mais otimista, comparando o poeta ao “doente imaginário” de Molière, afirmando que o que Humberto tinha era apenas “nervosismo” por trabalhar demais. Eis a fala do médico da forma como foi registrada pelo acadêmico:

– Tudo isso é nervoso, e nada mais, – diz-me. – Encha-se de coragem, e da alegria de viver. A sua vida não tem, hoje, dificuldades. O senhor tem vivido em prosperidade ascendente e não tem qualquer moléstia grave. Por que, pois, essas atribulações? Eu invejo, acredite, a sua condição. Sou um doente, e é por isso que vivo em Petrópolis. A minha moléstia prejudicou o surto da minha carreira. A minha situação econômica é delicada e reclama grandes sacrifícios e cuidados. E, no entanto, não me aflijo. Porque seria pior.<sup>53</sup>

Pelos registros de Humberto de Campos, notam-se inicialmente poucas menções ao seu estado de saúde nos meses que se seguiram ao dia de Reis.

---

<sup>48</sup> CAMPOS, 1954a, p. 95.

<sup>49</sup> Ibid., p. 95-96.

<sup>50</sup> Refiro-me às anotações dos dias 6 e 10 de janeiro de 1928 (Ibid., p. 95-96).

<sup>51</sup> Ibid., p. 109.

<sup>52</sup> Ibid., p. 171.

<sup>53</sup> Ibid., p. 172.

Apesar do prévio diagnóstico do seu médico alopata, que o fez, ante o impacto da notícia, pensar sobre a possibilidade futura de “ficar prisioneiro de si mesmo, com a sua inteligência encarcerada no seu próprio corpo”<sup>54</sup>, bem como fazer uma breve reflexão registrada logo em seguida sobre a possibilidade de vir a morrer, parece-me que a real possibilidade de morrer ou ficar incapacitado para o trabalho em decorrência do desenvolvimento da doença não lhe era ainda totalmente crível, até mesmo porque o diagnóstico dado pelo Dr. Mac-Dowell ainda não era algo definitivo, mas meramente uma suspeita que assim continuaria sendo pelos três meses seguintes.

Ante essa mera suspeita de diagnóstico da medicina oficial, Humberto continuou normalmente suas atividades laborais, tanto na Academia Brasileira de Letras, quanto como deputado federal, assim como com seus escritos jornalísticos. Com relação ao seu estado de saúde, que apenas indicava que havia algo de errado consigo, mas não se tinha ainda certeza sobre o que era, nem sobre o que provocaria, elaborou imediatamente um discurso reconfortante a fim de conseguir mantê-lo ativamente trabalhando: tentou se convencer que a morte não mais o assustava. No registro seguinte feito em seu diário, quatro dias depois da suspeita do Dr. Mac-Dowell, Humberto afirmou:

Sono agitado e preocupação constante com a minha enfermidade. Observo, todavia, num consôlo íntimo, que *me não assalta mais, como outrora, o pavor físico da morte*. O sofrimento longo, demorado, pertinaz, infunde-me mais horror que o aniquilamento definitivo. É que a morte é como as serpentes: hipnotiza, aos poucos, o seu pássaro, antes de devorá-lo...<sup>55</sup>

Em outro registro, apenas doze dias depois, em 22 de janeiro, colocou a sua relação com a morte nos seguintes termos:

É interessante a influência exercida sobre os meus nervos pelo barulho da água mansa, isto é, de toda a água que não seja do mar ou das grandes torrentes. Uma fonte que borbulhe, um riacho que role de pedra em pedra, um repuxo de jardim, uma simples torneira aberta, – determinam em mim, no silêncio da noite, a mais comovida das sensações. Ao ouvir êsse barulho d’água, vem-me a idéia de quanto seria brando o meu sono final, se me sepultassem nas proximidades de um desses córregos de serra, cuja voz me embalasse eternamente, de dia, à sombra das árvores, e à noite, sob a proteção maternal de todas as coisas silvestres...

---

<sup>54</sup> CAMPOS, 1954a, p. 96.

<sup>55</sup> Ibid., p. 96, grifo meu.

A esperança de ser embalado por essa voz é a única que abrandando, ainda, o *instintivo pavor da morte que, às vezes, se apodera de mim*.<sup>56</sup>

Há, portanto, duas referências à morte num intervalo de apenas doze dias. Enquanto na primeira afirma que não mais a teme, na segunda admite que, vez por outra, é atacado pelo pavor de morrer. As duas falas podem ser compreendidas como complementares e devidamente coerentes, entendendo que Humberto quis afirmar-se enquanto alguém que, mesmo inclinado naturalmente ao pavor da morte, conseguiu superar essa sua carga instintiva, fazendo prevalecer a cultura da qual é produto e produtor. Cultura, essa, que inclusive o faz construir imagens poéticas em torno do morrer, e desejar formas belas que pudessem cercá-lo para uma “melhor morte”.

Entretanto, os dois registros não parecem demonstrar realmente uma coerência no pensamento do autor, coerência, esta, que talvez exista apenas na leitura que eu tenha feito de ambos. Pois que na primeira passagem ele afirma que é um “consôlo íntimo” perceber que “me não assalta mais [...] o pavor físico da morte”, enquanto na segunda diz que o “instintivo pavor da morte que, às vezes se apodera de mim” é *abrandado*, ou seja, reduzido, e não eliminado, pela esperança de ter a sua morte embalada pelo “barulho da água mansa”. Nesta segunda passagem, portanto, Humberto reconhece que tem medo da morte, sendo às vezes esse medo transformado em verdadeiro pavor, o que é, conforme reconhece, natural, instintivo, podendo, entretanto, ser abrandado por formas belas. Há uma clara diferença entre a ausência total de medo, expressa no primeiro registro, e o abrandamento do medo, presente na segunda passagem. Se a imagem construída no primeiro registro é a de um ser sem medo, culturalmente moldado, não submetido à sua natureza instintiva, a imagem produzida no segundo é a do reconhecimento de um temor, indicando a permanência da natureza em si, ainda que possa ser “abrandada” por formas culturais.

Essa sutil diferença entre um dizer e outro talvez seja explicada pela distância entre a consulta ao Dr. Mac-Dowell e as datas dos registros. O próprio Humberto admitiu que perceber que não temia a morte era um “consôlo íntimo”, no registro do dia 10. Até porque chegara a essa conclusão após “sono agitado

---

<sup>56</sup> CAMPOS, 1954a, p. 106-107, grifo meu.

e preocupação constante com a enfermidade”. Nota-se que Humberto não chegara àquela conclusão depois de uma noite de sofrimentos físicos provocados pelo avanço de sua doença, mas de perturbações mentais, de preocupações que afetaram o seu próprio sono, devido, em muito, à fala do seu médico alopata Dr. Mac-Dowell prevendo que a doença avançaria de forma tal que rapidamente o inutilizaria para “o trabalho e o amor”. Ante a perspectiva de ir definhando aos poucos, Humberto afirmou que preferia morrer antes de ficar inutilizado. Foi nesse contexto que escreveu não temer a morte, como um meio de lidar racionalmente com as preocupações que lhe atacaram desde o pré-diagnóstico do dia 6 de janeiro, tentando convencer a si mesmo que não havia razões para ter medo.

Já o registro do dia 22 veio depois de dias sem nenhuma nova manifestação sintomática da doença. Provavelmente isso tenha dado uma certa impressão de seu arrefecimento ou, pelo menos, tenha feito aliviar o impacto da fala do Dr. Mac-Dowell sobre as preocupações de Humberto. Desta maneira, sem precisar se convencer da inexistência do medo da morte, já podendo lidar de outra forma com ela, mais condizente com o que ele sentia naquele momento específico, Humberto admitiu o medo, ou seja, admitiu a persistência da sua natureza instintiva, mas expôs alternativa para superá-la.

Por sua vez, foi apenas no registro feito no dia 24 de janeiro que Humberto pôde admitir para si mesmo que muito de sua angústia de janeiro havia sido provocada pela maneira como o seu médico alopata havia lhe dado o pré-diagnóstico. Ante o diagnóstico otimista feito pelo homeopata, conforme já transcrito mais acima neste texto, Humberto se recordou de uma comparação entre alopatia e homeopatia feita pelo jornalista Ferreira de Araújo, e reproduzida pelo acadêmico Félix Pacheco, apontado o caráter desumano e frio da ciência oficial, em comparação com a faceta mais humana e confortante da homeopatia<sup>57</sup>: “A homeopatia tem, sôbre a alopatia, uma vantagem preciosa [...] A alopatia mata; a homeopatia deixa morrer...”<sup>58</sup>.

---

<sup>57</sup> Cf. AGRA, Giscard F. “À nossa imagem e semelhança’: a construção de um mundo médico científico em Campina Grande”. In: AGRA, Giscard F. **Modernidade aos goles**: a produção de uma sensibilidade moderna em Campina Grande, 1904 a 1935. Campina Grande, PB: EDUFPG, 2010, p. 123-196; LEITÃO, Fabiana Oliveira. **Quando o médico abandona sua criatura**: mudança do saber médico em Campina Grande (1920-1950). Monografia de Graduação. Campina Grande, PB: UEPB, 2005.

<sup>58</sup> CAMPOS, 1954a, p. 109.

O medo da morte era tão presente em Humberto nesse período que, por volta de 16 de abril daquele ano, sentindo-se febril, sua reação foi chamar imediatamente a esposa, D. Paqueta, e dizer-lhe que não queria ser sepultado em Niterói, onde residia com ela, seus três filhos, a sogra e uma irmã desta, mas no Rio de Janeiro. E explicou em seu *Diário* que esse desejo vinha da “impressão (...) de que indivíduo enterrado em Niterói é indivíduo morto duas vezes. Aqui enterra-se o corpo e, com êle, o nome do sujeito”<sup>59</sup>.

Apesar desses registros trabalhados até o presente momento neste texto, os meses que se seguiram à suspeita de Mac-Dowell são escassos de relatos sobre a enfermidade que estava começando a se espalhar pelo corpo de Humberto. Este mesmo, apesar de expor certas preocupações sobre sua condição, parece querer crer apenas no diagnóstico otimista do homeopata, e esquecer-se da fala pessimista do alopata, esta só vindo à tona em sua memória quando ocorriam manifestações sensíveis da doença (como a febre e o inchaço das mãos, em meados de abril), deslizamentos e fraturas na imagem que produzira para si. Até mesmo a recomendação médica feita pelo Dr. Mac-Dowell de que Humberto procurasse um radiologista parece não ser sido seguida. Não há registro dessa passagem em seu *Diário* nos meses seguintes àquele dia de Reis, o que poderia, desde então, ter dado logo a certeza de qual era a fonte de seus sintomas.

Essa ausência em seus registros me leva a pensar em duas possibilidades: a primeira, a de ele ter visitado o radiologista, mas, por algum motivo, consciente ou inconscientemente, não ter registrado isso em seus escritos; a segunda, a de Humberto, contrariamente à orientação médica, não ter feito tal visita.

Creio ser mais provável essa segunda leitura. Isso porque, além das diversas ocupações que Humberto de Campos exercia no início do ano de 1928, dentre as publicações em jornais e as atividades parlamentar e acadêmica, reduzindo-lhe o tempo disponível para realizar o exame, não realizar essa visita pode ser visto como perfeitamente compreensível dentro da caracterização do comportamento do cronista neste momento inicial de desenvolvimento de sua doença. Pois a primeira relação que ele estabeleceu com ela era baseada na incerteza da gravidade de seu *mórbus*, e essa incerteza estava assentada na

---

<sup>59</sup> CAMPOS, 1954a, p. 182.

ausência da sua identificação pelo discurso autorizado. Daí a possibilidade de Humberto continuar suas atividades cotidianas, tentando ignorar que havia uma patologia lenta e silenciosamente alterando não apenas o seu aspecto físico, mas também as suas funções orgânicas.

Nesses primeiros meses, portanto, a doença parece a Humberto uma presença constante, por estar se tornando visível no inchaço de algumas extremidades de seu corpo e esporadicamente provocando alguns suores e mal-estares. Apesar disto, o literato constrói para si a imagem de alguém que não pode ser contido ou freado pela doença, tentando convencer-se de que ela seria relativamente inofensiva, pois não parecia afetá-lo diretamente nas ações cotidianas, daí até mesmo a possibilidade de continuar exercendo suas atividades diárias normalmente, secundarizando a sua condição patológica, tentando ignorá-la ou, até mesmo, negá-la, como fez tendo por base a fala do Dr. Hargreaves.

A imagem que Humberto produziu sobre si nesses quatro meses, entre janeiro e abril de 1928, foi a de um sujeito merecedor dos lugares de poder que ocupava naquele momento, perfeitamente encaixado no padrão do homem moderno<sup>60</sup>, racional e culto, então em voga no Brasil – portanto, não temente às forças ocultas da natureza, como, por exemplo, a morte –, de intelectual ligado à instituição acadêmica tradicional e, portanto, com discurso de autoridade e sensibilidade poética sobre as relações que constrói com os elementos do mundo, assim como a de trabalhador no sentido capitalista, precisando se tornar cada vez mais produtivo diante do seu trabalho que, no caso, baseia-se na elaboração de artigos para divulgação na imprensa, na propositura de leis diante da Câmara de Deputados e nas ações diante da ABL, como, por exemplo, compor a comissão responsável pelo Dicionário de Brasileirismos e elaborar definições para os conceitos aí presentes, como afirma iniciar o ano de 1928

---

<sup>60</sup> Para Goffman, “quando o indivíduo se apresenta diante dos outros, se desempenho tenderá a incorporar e exemplificar os valores oficialmente reconhecidos pela sociedade e até realmente mais do que o comportamento do indivíduo como um todo” (GOFFMAN, Erving. **Representação do eu na vida cotidiana** [trad. Maria. Célia Santos Raposo]. 14 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007, p. 41). No caso da elaboração de uma representação por meio de uma autobiografia ou de qualquer outro tipo de gênero de literatura íntima, como o diário, por exemplo, o enunciador pretende produzir um discurso sobre si mesmo cujos efeitos de verdade possam prevalecer, estabelecendo-se o que Lejeune chamou de “pacto autobiográfico”, segundo o qual o autor de sua própria biografia ou de seus relatos íntimos se comprometeria a narrar a verdade sobre si mesmo, enquanto o leitor se comprometeria a crer nessa verdade, nesse relato de cunho confessional (LEJEUNE, 2008).

fazendo.

Essa imagem, de alguém cuja condição cultural conseguiria prevalecer sobre o elemento patogênico, elaborada pela modernidade e atualizada aqui por Humberto de Campos, parece ter se constituído como verdadeiro norte para o autor, elemento basilar a partir do qual ele tentou orientar as suas ações nesse primeiro momento, crendo, tal qual um *sincero*, pela classificação de Goffman, na realidade de sua representação e nos efeitos de verdade gerados por ela<sup>61</sup>.

Desta maneira, devido à enorme quantidade de ações de que era responsável – parlamentares, acadêmicas e jornalísticas –, Humberto de Campos deixaria sempre em segundo plano a sua saúde, atentando para ela apenas em momentos em que o seu corpo gritasse por atenção – afinal, relatou que passara cerca de dois anos apenas percebendo a sua fisionomia ir se alterando gradativamente, até, enfim, começar a procurar aconselhamentos médicos para identificação do problema. E, até mesmo quando os procurou, acabou ressaltando a opinião de ambos que seus males vinham do excesso de trabalho, o que colaborava com a representação de trabalhador infatigável que elaborara para si.

Essa representação, entretanto, era falha, tal qual toda tentativa de fixação de uma imagem para referir-se a algo como a vida humana, que é, por si mesma, móvel e fluida<sup>62</sup>. É justamente nos momentos em que os gritos do corpo se elevam tão alto que se tornam ensurdecedores que a imagem elaborada por Humberto para representar a si mesmo vacila. É nesses momentos em que ele revela o seu pavor da morte, a fragilidade do seu corpo, seus sonhos perturbadores, sua angústia etc., abrindo fraturas visíveis na sua apresentação pessoal, mas possibilitando que ele passe a construir novas maneiras de lidar com sua doença e consigo mesmo, percebendo então a sua própria fragilidade para, finalmente, admitindo a existência do *mórbus*, lidar com ele abertamente.

O ponto de virada para essa nova relação se deu justamente quando os sintomas da doença se manifestaram por meio de uma vertigem durante o

---

<sup>61</sup> Erving Goffman, analisando a crença dos indivíduos nas representações elaboradas para apresentá-los socialmente, classifica os atores sociais em dois tipos: o *sincero*, que acredita realmente na impressão criada pela sua representação, e o *cínico*, que, além de não crer na própria atuação, também não se interessa pela maneira como o público recepciona os efeitos de verdade de sua representação (GOFFMAN, 2007, p. 25-26).

<sup>62</sup> TODOROV, Tzvetan. **O medo dos bárbaros** – para além do choque das civilizações [trad. Guilherme João de Freitas Teixeira]. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

trabalho de Humberto, no dia 27 de abril de 1928, o que será abordado no próximo tópico.

### **5. A construção do ser doente**

Anteontem [dia 27 de abril de 1928], pela manhã, quando trabalhava, tive uma vertigem. O meu gabinete, com as suas estantes, as suas cadeiras, o seu divã, o seu abajur, o seu ventilador, a sua máquina de escrever, girou em torno de mim, como se tudo tivesse desmoronado. Fechei os olhos, baixei a cabeça sobre o papel em que escrevia, e deixei passar um minuto. Instantes depois restava, de tudo, apenas o medo de mergulho mais longo na eternidade.

Ontem [dia 28 de abril de 1928], procurei o meu médico alopata, Afonso Mac-Dowell.

– É a hipófise, - disse-me êle. – Você, meu velho, está praticando um crime contra si mesmo. Vamos iniciar, hoje mesmo, êsse tratamento. Se você continua a protelar, depois, talvez seja tarde...

Capitulei. Reneguei a homeopatia, religião sem Inferno mas em que os santos não fazem milagres. E fiz, hoje [dia 29 de abril], a minha primeira injeção, de um preparado em que entram o bismuto e o enxôfre, devendo fazer amanhã, outra, em que devem entrar o enxôfre e o bismuto...<sup>63</sup>

A crise sofrida no dia 27 de abril de 1928, relatada por Humberto de Campos no registro de seu diário de dois dias depois, marcou o fim da possibilidade de ignorar a existência da doença, ou crê-la inofensiva, e o início de uma relação mais séria, mais preocupada com os sintomas que passaram a se apresentar de maneira mais frequente e a constantemente interromper as ações cotidianas do cronista e deputado, atrapalhando-o nas atividades de trabalho e aparecendo cada vez mais nos registros de sua escrita diária.

Afirmo que tal evento – a que chamarei, daqui para frente neste texto, de “a crise de abril”, devido ao papel fundamental que atribuo a ele nesta narrativa e a fim de diferenciá-lo das demais crises que ocorreram nos anos seguintes –, foi um divisor de águas na construção do ser doente por Humberto porque, apesar de o próprio Afonso Mac-Dowell já ter indicado, desde a visita do autor em 6 de janeiro de 1928, o diagnóstico de que o problema estava no mau funcionamento da hipófise, foi apenas quando a doença agiu provocando uma crise real, uma desordem orgânica que o fez senti-la, pela primeira vez, como algo que precisasse ser tratado, fazendo com que Humberto tivesse que admitir a sua presença, aceitando a sua gravidade e levando-o a romper com a visão

---

<sup>63</sup> CAMPOS, 1954a, p. 190-191.

que havia elaborado por meio da fala do seu médico homeopata, de que não havia doença ou, mesmo que houvesse, ela não era grave.

A crise de abril, provocada pelo seu organismo patologizado, afetando as suas funções corporais básicas e tendo reflexos diretos na manutenção do seu equilíbrio, ainda que tenha durado breves segundos, consistiu para Humberto o ponto determinante na percepção de si mesmo como um sujeito doente, como um corpo onde atuava um elemento nosológico que não podia mais ser ignorado ou subestimado, como o vinha fazendo nos últimos meses.

Este segundo momento da trajetória da doença de Humberto de Campos, portanto, foi marcado por uma subjetivação cada vez maior da doença em sua vida, em seu cotidiano, em suas atividades públicas e privadas, levando-o a reelaborar os seus esquemas mentais de leitura do mundo e de si mesmo pautando-os numa subjetividade informada diretamente pelas impressões provocadas pelos sintomas de seu *mórbus*, bem como pelo tratamento a ele aplicado pelo discurso médico oficial.

A ruptura com a imagem anterior começou ocorrendo pela própria ruptura com a homeopatia, essa “religião sem Inferno” onde “os santos não fazem milagres”, ou seja, esse campo médico reconfortante, porém, segundo a visão do literato, ineficaz, que era a base discursiva que o legitimava a crer na não gravidade de sua doença, e a imposição do discurso médico oficial, técnico, científico, alopático, com o reconhecimento da existência da doença, a progressiva percepção de sua gravidade e a aceitação do tratamento indicado pelo(s) médico(s).

O condicionamento de Humberto ao tratamento médico e a sua constituição como ser doente não se deram de forma imediata após a crise de abril, mas a partir de um longo movimento que se iniciou pela aceitação da existência do *mórbus*, passou pelos vários momentos em que a normatização entrou em atrito com as suas percepções subjetivas, até resultar numa atitude de conformismo, num primeiro momento, e apatia, num último. Já me referi anteriormente a esse período como podendo ser compreendido a partir de dois principais comportamentos, o que identifiquei como sendo constitutivos de dois “tempos” diferentes: o “tempo da expiação”, de abril de 1928 até o fim de agosto de 1932, característico da tensão estabelecida por Humberto com relação à percepção de sua doença e de seu tratamento; e o “tempo da redenção”, de

janeiro de 1933 a março de 1934, característico da resignação que se instaura no doente, transformando-o em um corpo colonizado pelo discurso médico, no qual até mesmo certas paixões foram domadas e sublimadas para se adequarem à normatização clínica.

Se, por um lado, as transformações ocorridas em Humberto de Campos nas maneiras de dar sentido ao mundo e a si mesmo foram informadas pelas percepções subjetivas dos sintomas da doença se espalhando pelo seu corpo e alterando-o física e organicamente, por outro lado também foram orientadas pelo temor que se instalou no literato, tanto do possível recrudescimento dos sofrimentos físicos, quanto, até mesmo, da ocorrência da morte. Nesse ponto, o discurso médico alopático, ao prescrever a norma a ser obedecida e o resultado doloroso de sua não observância, usou o medo do sofrimento como mecanismo de poder para produzir a subjetivação do comportamento normativo. Na medida em que as crises, em espaço público e durante a realização de suas atividades cotidianas, começaram a se tornar mais frequentes e os sofrimentos previstos pelo discurso médico oficial iam se sucedendo, como resultados do desenvolvimento natural da doença – insônia, cegueira, paralisção dos membros etc. –, mais se consolidava o temor em Humberto e mais sujeitável ele se constituía para recepcionar a norma que lhe prometia, inicialmente, a cura, e, posteriormente, um arrefecimento da sua dor. Através do temor humano, portanto, o discurso médico oficial construiu o caminho para a colonização do corpo do doente, fazendo-o subjetivar a norma e agir de acordo com o comando dado, sob risco de mais sofrimentos, quantitativos e qualitativos. E, ainda que muitos dos sofrimentos não viessem em decorrência da desobediência à norma médica, passaram a ser assim sentidos por Humberto, pois, na medida em que avançava a sujeição daquele corpo doente ao discurso médico oficial, avançava também a subjetivação de que suas dores não vinham de um fracasso da técnica científica, mas eram oriundas de uma inobservância da norma, como formas punitivas à inadequação<sup>64</sup>. Para cessá-las, portanto, adequar-se,

---

<sup>64</sup> Pelo conceito de subjetivação, estou me referindo a processos de constituição de novas relações estéticas do sujeito consigo mesmo, à reelaboração do território subjetivo do indivíduo por meio do estabelecimento de pontos de inflexão com o poder. O processo de subjetivação, portanto, refere-se à constituição de modos de existência, pela dobradura do fora no lado de dentro, como uma invaginação, informando novas relações estéticas e éticas de produção do sujeito (DELEUZE, Gilles. **Foucault** [trad. Cláudio Sant'Anna Martins]. São Paulo: Brasiliense, 2005, p. 101-130). Cf. ainda CASTANHEIRA, Marcela Alves de Araújo

sujeitar-se, vigiar-se: estaria completa a colonização<sup>65</sup>.

As várias crises de saúde que se abateram sobre Humberto de Campos, bem como a progressiva intensificação dos seus sofrimentos serviram, portanto, como mecanismos de sua transformação de um corpo relutante para um mais leniente. O próprio autor fez registros cada vez mais frequentes de algumas dessas crises ocorridas durante as suas atividades cotidianas, no trabalho ou na ida a ele, ou mesmo durante simples passeios, e de alguns momentos de sua experiência em que as dores lhe pareceram insuportáveis.

No dia 24 de maio de 1928, por exemplo, quase um mês depois da primeira crise, a de abril, Humberto sentiu novamente o seu corpo vacilar. Ocorreu no momento em que estava saindo de casa para mais um dia de atividades parlamentares e acadêmicas. O autor, em seu registro, chega mesmo a enumerar todas as ações que deveria ter realizado naquele dia, mas que foi impedido de fazer por conta de um súbito mal-estar que lhe veio.

Devia ter ido hoje à Câmara, onde Assis Brasil se inscrevera para iniciar o combate da 'esquerda' parlamentar aos atos do govêrno, e à Academia, onde me havia inscrito para dizer versos de Alberto de Oliveira, na sessão pública em sua honra. Assuntos urgentes, do interêsse do Estado que represento no Congresso, chamavam-me igualmente à cidade. No momento, porém, de sair, assaltou-me um

---

França et CORREIA, Adriano. "A constituição do sujeito em Michel Foucault: práticas de sujeição e práticas de subjetivação". **Anais do VIII Congresso de Pesquisa, Ensino e Extensão** - Conpeex 2011. Disponível em: <http://www.sbpcnet.org.br/livro/63ra/conpeex/mestrado/trabalhos-mestrado/mestrado-marcela-alves.pdf>. Acesso em 3 jan. 2014; FONSECA, Márcio Alves da. **Michel Foucault e a constituição do sujeito**. São Paulo: EDUC, 2003; LEVY, Tatiana Salem. "O fora como o (não)espaço da literatura". **Site do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Literatura**. Disponível em: [www.letras.ufrj.br/ciencialit/encontro/Tatiana%20Levy.doc](http://www.letras.ufrj.br/ciencialit/encontro/Tatiana%20Levy.doc). Acesso em 3 jan. 2014; MANSANO, Sonia Regina Vargas. "Sujeito, subjetividade e modos de subjetivação na contemporaneidade". **Revista de Psicologia da UNESP**. Vol. 8, n. 2, 2009, p. 110-117. Disponível em: <http://www2.assis.unesp.br/revpsico/index.php/revista/article/viewFile/139/172>. Acesso em 3 jan. 2014; SALES, Márcio. "Foucault e os modos de subjetivação". **Anais do XI ANPOF**. Rio de Janeiro, 2008. Disponível em: <http://noboteco.files.wordpress.com/2008/05/foucault-e-os-modos-de-subjetivacao-por-m-sales.pdf>. Acesso em 3 jan. 2014; SILVA, Rosane Neves da. **A Dobra Deleuziana: Políticas de Subjetivação**. Disponível em: <http://www.ebah.com.br/content/ABAAAAOXEAA/subjetivacao-deleuziana-article>. Acesso em 3 jan. 2014; SIQUEIRA, André Boccasius. "A constituição do sujeito em Foucault segundo Deleuze". **Anais do ANPED Sul**. 2008. Disponível em: [http://www.portalanpedsul.com.br/admin/uploads/2008/Filosofia\\_e\\_educacao/Trabalho/12\\_18\\_06\\_A\\_constituicao\\_do\\_sujeito\\_e\\_m\\_Foucault\\_segundo\\_Deleuze.pdf](http://www.portalanpedsul.com.br/admin/uploads/2008/Filosofia_e_educacao/Trabalho/12_18_06_A_constituicao_do_sujeito_e_m_Foucault_segundo_Deleuze.pdf). Acesso em 3 jan. 2014.

<sup>65</sup> Muitas das ideias aqui apresentadas foram possíveis de ser pensadas a partir da leitura das seguintes obras: COSTA, Jurandir Freire. **Ordem médica, norma familiar**. Rio de Janeiro: Graal, 1979; FOUCAULT, Michel. **Microfísica do Poder**. 4 ed. Rio de Janeiro: Graal, 1979; Idem. **Vigiar e Punir – nascimento da prisão** [trad. Raquel Ramalhete]. 30 ed. Petrópolis: Vozes, 2005; MACHADO, Roberto et al. **Da(n)ação da norma**. Medicina social e constituição da psiquiatria no Brasil. Rio de Janeiro: Graal, 1978 (Série Saber e Sociedade, n. 3).

indizível mal-estar, caracterizado por um frio intenso nas mãos e nos pés, um tremor por todo o corpo, e irregularidades no coração. Meti-me na cama, vestido mesmo como me encontrava, e passei o resto do dia a tomar remédios contra a gripe, – pois estou convencido de que se trata de mais um ataque gripal.<sup>66</sup>

Talvez o diagnóstico feito por Humberto do seu mal súbito estivesse correto, e consistisse em apenas uma gripe. Mas talvez estivesse equivocado. Talvez essa crise, tal qual a de abril, tenha sido provocada pelo mau funcionamento da hipófise, tendo-se em vista que, pelo que o autor registrou, em muito ela se deu em regiões do corpo onde os sintomas da hipertrofia da hipófise já afetavam naquele momento.

Não há como se ter certeza de qual foi a origem dessa crise, pois Humberto não se refere mais a esse evento no Diário. Entretanto, pelo que consigo perceber, ler tal evento como resultado de uma gripe talvez estivesse de acordo com o desejo de crer que, submetendo-se devidamente ao tratamento médico há quase um mês, novas crises oriundas da hipófise não ocorreriam, muito menos tão rapidamente. Crer que esse evento consistiu em mais um provocado pela hipertrofia da hipófise seria admitir que o tratamento alopático não estava funcionando como deveria, e não percebo a possibilidade de Humberto acreditar nisso neste momento<sup>67</sup>.

Algo semelhante já havia ocorrido na semana anterior a essa crise, com Humberto atacado por forte febre, entre a noite do dia 14 e a manhã do dia 15 de maio<sup>68</sup>, e aconteceria ainda duas semanas depois, nos dias 8, 9 e 10 de junho. Em nenhum desses momentos, o autor atribuiu os sofrimentos vividos à sua lesão na hipófise e à ineficácia do seu tratamento.

Ler tais eventos como elementos isolados e aleatórios, resultados de gripes ou febres, e não como oriundos de seu tumor na hipófise, consistia em um comportamento, de certa maneira, esperançoso, que tentava manter a

---

<sup>66</sup> CAMPOS, 1954a, p. 207.

<sup>67</sup> Pensar na possibilidade de que o tratamento estava sendo ineficaz só será possível dois meses depois desse evento, a partir de julho, como mostrarei mais à frente, devido à frequência cada vez mais intensa de crises e sofrimentos e à própria fala do médico Mac-Dowell reconhecendo o insucesso da terapêutica aplicada a Humberto e propondo outras soluções.

<sup>68</sup> Além do registro no Diário, encontra-se também registrada a ausência de Humberto de Campos à sessão da Câmara dos Deputados, ocorrida na terça-feira, dia 15 de maio de 1928, no relatório da mesma apresentado na edição do jornal *A Esquerda* do dia seguinte (“O sr. Domingos Barbosa [...] justifica a ausência do sr. Humberto de Campos, que também se acha enfermo”, em “CAMARA dos Deputados – a sessão de hontem”. **A Esquerda**. Anno II, n. 270, edição de 16 maio 1928, p. 03).

confiança no tratamento médico como meio para vir a curar-se. Humberto, nesses primeiros meses, portanto, não relaciona, em seus registros, seus males e seus sofrimentos à hipófise, mas busca explicá-los por outros meios que não levem a concluir pela ineficácia da terapêutica à base de cinco injeções de bismuto e enxofre por semana.

No registro do dia 9 de junho, afirmou que, desde o dia anterior, estava sentindo dores pelo corpo, acompanhadas de febre que o fazia “gemer e rolar na cama”, sem conseguir tranquilidade no sono, sendo acordado no meio da noite, “agoniado, gemendo de dor”, bebendo, em seguida, um “cálice de remédio contra a febre”<sup>69</sup>. Pensou ter melhorado, mas essa impressão durou pouco, pois, já na manhã do dia 10,

eis que me assaltam fortes dores no fígado, no baço, no estômago, nos intestinos. Volta a febre. Mando vir um purgativo. Tomo-o; vomito-o, de mistura com bilis. Recorro a toda medicina de emergência; os vômitos, porém, persistem, abundantes, verdes, amargos, intoleráveis, tirando-me toda a esperança do efeito dos remédios. E as dores continuam; e a febre acompanhando as dores. Hoje [dia 11], enfim, pelas nove horas da manhã, a febre desapareceu, desaparecendo, também, as dores mais agudas<sup>70</sup>.

Entretanto, os registros sobre a doença que se prolongaram nas semanas seguintes não demonstraram uma real melhora da saúde de Humberto, mas, pelo menos o que o diagnóstico médico indicava, ela estava se deteriorando a cada dia.

Foi apenas no mês seguinte, em 18 de julho, que finalmente o próprio discurso médico autorizado reconheceu a falência do tratamento ao qual estava submetendo o autor. Humberto registrou assim:

Durante seis dias nada escrevi neste “Diário”. [...] E após esta semana de silêncio, tenho que fazer um registro triste, mas que aqui deixo de mão segura, e de alma quase conformada: estou com os meus dias contados! Há dois meses vinha fazendo a medicação intensa, de bismuto e mercúrio, em injeções, e de hipófise, por via gástrica. E hoje voltei ao consultório. Examinado novamente, o Dr. Mac-Dowell não dissimulou a sua tristeza. E disse-me que eu estou sensivelmente pior, recomendando-me que abandone a vida intensa de trabalho pelo menos por um ano, e me recolha a uma casa no interior, no mato, se for possível. Eu posso ficar cego, ou paralítico. As doses de remédio que eu estou tomando, são as maiores que se pode ministrar. E a

<sup>69</sup> CAMPOS, 1954a, p. 220.

<sup>70</sup> Ibid., p. 220.

doença progride, fatal, tenaz, impenitente.

– Há, entretanto, um recurso, que podemos tentar, como base para um tratamento novo. Está aí o professor Voronoff, que hoje fez uma implantação de glândulas em um ancião. Se ele quisesse sacrificar um dos seus chipanzés para fazer em você o enxerto da hipófise, seria, talvez, a sua felicidade.

Saí como um homem condenado à morte, mas a quem se dá ainda a esperança de um indulto, com a condição de que ele entregue à força, para padecer o suplício por ele, um inocente. Fui procurar Belmiro Valverde, para que falasse ao sábio francês. Em caminho, detive-me várias vezes. Terei eu o direito de sacrificar um ser vivo – perguntava-me a mim mesmo, – para salvar a minha vida? E recuava, horrorizado, ante a idéia egoística de fazer matar um animal para que ele dê uma partícula do seu cérebro. Automaticamente, cheguei, porém, ao meu destino, na Academia de Medicina, onde encontrei Belmiro Valverde. Dei-lhe o recado de Mac-Dowell, e ele prometeu falar hoje mesmo a Voronoff.

Que surpresa, meu Deus, me reservará o dia de amanhã?<sup>71</sup>

Apenas nesse momento, portanto, é que os pontos se uniram, as crises e as febres que Humberto vinha sofrendo e vinha registrando em seu Diário, apontados, inclusive, como prováveis crises de gripe, passaram a poder ser atribuídas à ineficácia do tratamento médico ou mesmo a uma rejeição orgânica à posologia aplicada, afinal, a dosagem de sua medicação era “a maior que se poderia administrar”.

A falência do tratamento alopático é reconhecida de tal forma que o próprio médico, ocupante de um lugar institucional autorizado pelo discurso científico, chegou a vacilar nesse lugar e aconselhar a Humberto medidas semelhantes às antigas terapêuticas pré-pasteurianas<sup>72</sup>, indicando-lhe que se

<sup>71</sup> CAMPOS, 1954a, p. 245-246.

<sup>72</sup> Uso, aqui, uma nomenclatura extraída da obra de Lenilde Duarte de Sá, que opõe “medidas pré-pasteurianas” a “medidas pós-pasteurianas”. As denominadas “medidas pré-pasteurianas” consistiram em medidas de combate às doenças epidêmicas usando a noção de miasmas como transmissores do *mórbus*, implicando, portanto, na desinfecção de espaços e objetos, bem como no deslocamento e isolamento dos doentes em outros espaços, com novos ares – daí os espaços de isolamento e tratamento desses doentes localizarem-se, muitas vezes, em regiões de bom clima e bons ventos. Cito, como exemplos de tentativas de cura da tuberculose pela busca de bons ares, os casos de Chateaubriand Bandeira de Mello, na década de 1870, que se deslocou do Rio de Janeiro para Cabaceiras, vista como “sanatório natural da província da Parahyba” (AGRA, 2010); do poeta Moreira Cardoso, ao buscar em Campina Grande, na Paraíba, em 1909, os “ares puros da Borborema” (AGRA, G. F. **A urbs doente medicada**: a higiene na construção de Campina G(g)rande, 1877-1935. Campina Grande, PB: Marcone, 2006); de Nelson Rodrigues, ao internar-se no Sanatorinho, em Campos do Jordão, na década de 1930 (RODRIGUES, Nelson. **A menina sem estrela** – memórias [org. Ruy Castro]. São Paulo: Companhia das Letras, 1993); dentre outros. A literatura também muitas vezes utilizou desse imaginário para construir os seus enredos. Exemplo clássico é a narrativa da trajetória do engenheiro naval alemão Hans Castorp pelo sanatório de Davos, nos Alpes Suíços, trama de **A Montanha Mágica**, de Thomas Mann, inspirado pela passagem da esposa do próprio autor, Katharina Mann, por um sanatório localizado nesse espaço. Em oposição às medidas pré-pasteurianas, Sá classifica como medidas pós-pasteurianas aquelas elaboradas a partir da noção de

recolhesse a uma casa no interior, “no mato, se fôr possível”. Esse tipo de profilaxia, bem comum no século XIX e início do século XX para doenças como tuberculose e malária, tinha como pressuposto básico a teoria miasmática de que as doenças eram levadas pelo vento, então, como forma de buscar recuperar a saúde, precisava-se, antes de qualquer outra coisa, mudar os ares que se respirava, por meio do deslocamento para regiões de clima mais ameno<sup>73</sup>. Não havia, entretanto, relação entre essa terapêutica então ainda comumente indicada para tuberculosos e o tratamento para a hipertrofia da hipófise. Num momento, entretanto, em que o discurso profilático pós-pasteuriano ainda estava se assentando no Brasil, e várias medidas pré-pasteurianas continuavam sendo indicadas pelo próprio corpo médico científico, a confusão entre as profilaxias antiga e nova se misturava no discurso dos práticos, o que acabou acontecendo na fala do Dr. Mac-Dowell.

A proposta feita logo em seguida pelo mesmo médico, entretanto, consistiu na retomada do lugar institucional de fala, propondo nova possibilidade de tratamento, pautada na atuação da técnica científica, consistindo em um enxerto da hipófise. Apesar de pautar-se em uma cirurgia de caráter técnico, o resultado não parecia ser certo, nem mesmo a cirurgia segura, daí a divisão que houve no seio do próprio corpo médico consultado acerca dessa possibilidade, conforme registrado por Humberto, no dia seguinte ao lançamento da proposta:

À tarde, volto aos médicos. Jorge de Moraes, operador, opina pelo enxerto. Duque-Estrada, radiologista, que me fêz, há três meses ou quatro, a radiografia do cérebro<sup>74</sup>, é de opinião contrária: bastarão,

---

transmissão microbiótica das doenças, que vai implicar mais em tratamento químico e hospitalar, implicando em remédios, vacinas etc. (SÁ, Lenilde Duarte de. **Parahyba: uma cidade entre miasmas e micróbos**. O serviço de Higiene Pública: 1895-1918. Tese de doutorado. Ribeirão Preto, SP: Escola de Enfermagem de Ribeirão Preto (EERP/USP), 1999).

<sup>73</sup> Cf. BERTOLLI FILHO, Cláudio. **História social da tuberculose e do tuberculoso: 1900-1950**. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2001 (Coleção Antropologia e Saúde); FARRELL, Jeanette. **A assustadora história das pestes e epidemias** [trad. Mauro Silva]. São Paulo: Ediouro, 2003; GONÇALVES, H. “A tuberculose ao longo dos tempos”. **História, Ciências, Saúde – Manguinhos**, jul-out., 2000, vol. VII, p. 303-325. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-59702000000300004&script=sci\\_abstract&tlng=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-59702000000300004&script=sci_abstract&tlng=pt). Acesso em 4 jan. 2014; NASCIMENTO, Dilene R. **As pestes do século XX: tuberculose e Aids no Brasil, uma história comparada**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2005 (Coleção História e Saúde).

<sup>74</sup> Como afirmado anteriormente, não há registros de Humberto haver se submetido a radiografia antes da crise de abril de 1928. Neste ponto do Diário, o autor não tem certeza de quando fez a radiografia, mas, pelas suas lembranças, afirma ter sido há “três meses ou quatro”. Como possivelmente a mesma foi realizada num momento em que ele já havia aceitado a existência da doença e começara a sujeição à posologia alopática, provavelmente foi realizada logo após a crise de abril, servindo até mesmo como embasamento científico

para que o seu estado se normalize, projeções de raios ultravioleta nas camadas profundas. Arnaldo Campelo, da mesma especialidade, tranqüiliza-me: a minha doença ainda se acha em comêço, de modo a haver tôda a probabilidade de cura. Faz-me a primeira aplicação. E eu logo me sinto melhor, mais animado, como se Jesus de Nazaré tivesse arrancado, de novo, Lázaro, irmão de Marta e Maria, à apavorante escuridão do seu túmulo...<sup>75</sup>

A proposta do Dr. Mac-Dowell, portanto, foi superada pelo novo tratamento médico pautado em aplicações de Raios X nas camadas profundas do cérebro, em direção à hipófise, por duas e, às vezes, três vezes por semana<sup>76</sup>. Apesar do arrefecimento imediato das dores registrado por Humberto, tal tratamento também não parece ter passado de mero paliativo, fornecendo a sensação de alívio imediato, mas não alterando substancialmente a superprodução oriunda da lesão da hipófise, pois, ao passo em que o seu médico lhe repetia que o tratamento era lento, mas contínuo, os sofrimentos continuaram se repetindo nas semanas seguintes<sup>77</sup>.

Desde então, o autor, que antes não associava os seus mal-estares contumazes à doença ou ao tratamento dela, confiante de que a terapêutica a que estava se submetendo era eficiente, passou a significar qualquer tipo de alteração fisiológica como reação adversa ao tratamento, fosse clinicamente reconhecida enquanto tal ou não. Como exemplo da primeira, a insônia, que foi progredindo conforme as aplicações de Raios X continuavam<sup>78</sup>. Como exemplo da última, as constantes lacrimações em momentos emotivos, que Humberto declarou ao seu médico que eram reações à terapia<sup>79</sup>.

---

para o diagnóstico do Dr. Mac-Dowell. O tempo, portanto, de três meses é o mais provável, pois coincidiria justamente com o final de abril e com a crise ocorrida no dia 27.

<sup>75</sup> CAMPOS, 1954a, p. 247.

<sup>76</sup> Ibid., p. 263.

<sup>77</sup> Dentre outras situações, deixou especificamente registrados: um ataque de febre que durou três dias, no final de outubro de 1928, durante uma viagem ao Maranhão (CAMPOS, 1954a, p. 299); abalo dos nervos e vertigens repentinas, em 14 de março de 1929 (Ibid., p. 327); nova crise em espaço público, no dia 11 de abril de 1929, quando havia acabado de desembarcar no Rio de Janeiro (Ibid., p. 329); e doente durante uma sessão da Academia Brasileira de Letras, em 20 de abril (Ibid., p. 330).

<sup>78</sup> Registrou, já no dia 28 de julho, o progresso da insônia ao longo dos dias de tratamento: “Primeiro, passei até as duas horas da madrugada sem conciliar o sono; depois, até às três e meia; e esta noite passada não dormi, sequer, uma hora, levantando-me hoje fatigado, exausto, vencido, como se as horas que ouvi sucessivamente bater fôssem outras tantas bolas de ferro que tivessem caído na caixa de bronze do meu crânio” (CAMPOS, 1954a, p. 253).

<sup>79</sup> “Ontem, chamei a atenção do médico, Dr. Arnaldo Campelo, para um fenômeno que se vem acentuando em mim: a lacrimação fácil. Efetivamente, nada é mais fácil do que me umedecer os olhos. Em casa, ao almôço, se estou narrando à família um episódio de cinema, uma página de livro, uma notícia de jornal, logo se me enchem os olhos d’água, para a formação

Nove meses depois do início do tratamento sobreveio a Humberto de Campos uma nova grande crise que, tal qual aquela de abril, acabou sendo significativa na vida do literato. Coincidentemente, ela ocorreu também no quarto mês do ano, um ano depois da crise de abril de 1928, quando Humberto estava indo ao Rio de Janeiro a trabalho<sup>80</sup>, ganhando registro no Diário dois dias depois.

Quinta-feira [11 de abril de 1929], quando ia, à tarde, à sessão da Academia, e tratar de assuntos do interesse do Estado, passei uma das horas mais angustiosas da minha vida. Atravessei a baía com minha mulher, que deixei nas duchas, com uma das tias. Ao chegar à Livraria Leite Ribeiro, comecei a sentir perturbações na vista, e um mal-estar geral. Procurei sair até um café próximo, mas voltei do caminho. Reentrei na livraria e pedi uma cadeira e um copo d'água. Empalidecia, e os empregados da casa, conduzindo-me ao interior do estabelecimento, fizeram-me deitar em um sofá. Correram em busca de um médico. Tentava sentar-me e não podia. Uma agonia horrível se apossava de mim, embora me conservasse perfeitamente lúcido. Dentro em pouco chegaram dois médicos, que me aplicaram uma injeção de óleo canforado. Reanimado, mas tomado de pavor, voltei para Icaraí, com minha mulher. E aqui estou detido há dois dias, enquanto a chuva escorre lá fora.

Dizem os românticos que a morte é boa, porque é a paz, a tranqüilidade, o sossego... Se essa região é tão acolhedora por que não se faz, para chegar a ela, um caminho menos apavorante?<sup>81</sup>

O medo de morrer, desta vez, abertamente confessado pelo autor, deu-lhe, entretanto, coragem para tomar uma decisão drástica em sua vida: deixar Niterói e mudar-se para o Rio de Janeiro. Apesar de confessadamente acomodado<sup>82</sup>, em situações de crise, como essa ocorrida em abril de 1929, a morte parecia mais próxima, e o medo dela ocorrer se intensificava, levando o sujeito a erguer-se de seu comodismo e agir. Por outro lado, já havia há algum tempo toda uma imagem negativa que Humberto fazia de Niterói, já exposta anteriormente, de que viver ali era estar “sepultado em vida”, deixando inclusive ordem expressa para, caso a morte lhe ocorresse, não ser sepultado nessa

---

de lágrimas, prestes a me escorrerem pelo rosto. No cinema, tenho de recorrer freqüentemente ao lenço, para enxugar os olhos. Ao imaginar, mesmo, um fato que me contem, os olhos se me marejam, como se eu estivesse com a cabeça cheia d'água” (CAMPOS, 1954a, p. 263).

<sup>80</sup> Nesta época, Humberto de Campos morava em Icaraí, na cidade de Niterói, que estava separada do Rio de Janeiro, onde trabalhava, pela baía de Guanabara. Para chegar ao Rio, precisava-se atravessar a baía em uma balsa, visto que a Ponte Presidente Costa e Silva, popularmente conhecida como Ponte Rio-Niterói, ainda não existia, pois só teria sua construção iniciada em 1969 e concluída em 1974.

<sup>81</sup> CAMPOS, 1954a, p. 329.

<sup>82</sup> Ibid., p. 266.

cidade<sup>83</sup>.

Humberto, assim, registrou, em 23 de abril, algumas razões de seu desgosto com Niterói, bem como os motivos que o fizeram finalmente decidir mudar-se:

Após oito anos de Icaraí, de travessias em barca, de contrariedades por falta de condução, de quase degrêdo em um meio provinciano em que não fiz um amigo ou, sequer, um conhecido mais duradouro, resolvi, afinal, transferir a minha residência, de novo, para o Rio. A amizade que minha mulher criara ao lugar, o receio de ouvi-la queixar-se diariamente neste lado da Guanabara se aqui se desse mal e, em parte, o meu comodismo, o terror das mudanças e a falta de tempo para procurar uma casa, – tudo isso ia contribuindo para que ali me deixasse ficar [...]. A crise nervosa que me assaltou há poucos dias, e a compreensão, por parte da minha mulher, de que a vida ali era realmente um suplício, resolveram-nos, afinal, à mudança, que ontem se verificou.<sup>84</sup>

Atribuiu, portanto, à crise nervosa que lhe atacou no dia 11 de abril de 1929, associada ao medo de vir a morrer em Niterói e à perspectiva de acabar passando seus últimos anos de vida aí, o fator preponderante e determinístico por tê-lo feito decidir se mudar de vez para o Rio de Janeiro, abandonando a cidade que, apesar de tê-lo abrigado nos últimos 8 ou 9 anos<sup>85</sup>, ele simplesmente abominava.

Entretanto, diferentemente do que Humberto registrou, percebo aqui como o literato utilizou estrategicamente a sua doença em claro benefício próprio, fazendo uso do seu mal para lhe trazer um bem: de fato, pela leitura de outros registros no Diário, percebe-se que a insatisfação com a vida em Niterói já vinha de algum tempo e algumas ações no sentido de proporcionar uma mudança também já eram anteriores à crise, não havendo surgido com ela ou depois dela.

Humberto já havia adquirido, desde 1920, um terreno no Rio de Janeiro, na rua Amaral, no bairro da Tijuca, a fim de lá construir uma casa própria para fixar residência. Provavelmente a mudança para Niterói se deu nessa mesma época, com ânimo temporário, enquanto a casa não fosse finalizada – não há

<sup>83</sup> Tal imagem negativa já se apresentava na referência do dia 18 de abril de 1928, trabalhada anteriormente (CAMPOS, 1954a, p. 182-183).

<sup>84</sup> Ibid., p. 331.

<sup>85</sup> Há, nos registros do Diário, uma certa contradição com relação ao tempo em que Humberto viveu em Niterói. Enquanto no registro do dia 23 de abril, ele faz duas referências, a primeira a “quase oito anos” e a segunda a oito anos exatos (Ibid., p. 331 e 332), no registro do dia 29 de abril, referiu-se a nove anos (Ibid., p. 333).

certeza nos registros do Diário, mas, como já ressaltai, Humberto estima, em 1929, que morou em Niterói por 8 ou 9 anos, o que poderia estar ligado justamente à aquisição daquele terreno. Registros externos, por sua vez, dão conta dos endereços de Humberto em Niterói apenas a partir de 1922, identificando pelo menos duas casas onde o autor morou, ambas no bairro de Icaraí: a primeira, a de n. 40, na rua Álvares de Azevedo, entre 1922 e 1925; a segunda, a de n. 42, na rua General Pereira da Silva, de 1925 a 1929<sup>86</sup>.

O que era, entretanto, para ser temporário, passou a parecer permanente, visto que a construção da casa sequer seria iniciada nos anos seguintes, frustrando cada vez mais os planos do cronista, fazendo-o atribuir essa sensação à própria estadia na cidade de Niterói que, associada a outros fatores, dentre os quais aqueles apontados no registro – provincianismo da cidade, ausência de amizades, dificuldades de locomoção, distância dos lugares de seu trabalho: a Câmara, a Academia e os jornais cariocas –, fá-lo-iam começar a sentir verdadeira ojeriza a permanecer morando nesse lado da Guanabara.

Quando começaram as crises, em 1928, a sensação de frustração intensificou-se ante a iminência de mais padecimentos e mesmo da morte. Niterói passou a representar mais ainda uma verdadeira morte em vida, pois, para Humberto, os seus projetos de vida pareciam ter morrido junto com a frustração de não conseguir construir a sua residência no Rio, e o seu próprio corpo estava morrendo enquanto permanecia naquela cidade. Ainda que não houvesse realmente nenhuma relação real entre a cidade e as suas frustrações, culpar Niterói foi uma saída encontrada por Humberto para conseguir lidar com esse sentimento; sair de lá passou a parecer uma maneira de escapar a essas mortes.

Para concretizar a sua saída de Niterói, ele precisava, portanto, dar início à construção de sua casa, pois uma mudança de moradia, depois de tanto tempo no mesmo lugar, do cotidiano construído, das memórias produzidas, das relações estabelecidas, talvez só seria justificável para a sua esposa se fosse com ânimo definitivo. Com esse intuito, contratou, em 1º de abril de 1929, o construtor Almeida Veloso iniciar a construção da casa na rua Amaral, mesmo

---

<sup>86</sup> Refiro-me às edições do **Almanak Laemmert**, edições n. 78 (1922, p. 658), n. 80 (1924, p. 674), n. 81 (1925, p. 688) e n. 85 (1929, p. 359).

não possuindo, nesse momento, os recursos necessários para concluí-la, precisando se endividar, como admitiu no seu Diário: “Vou, enfim, ter o meu teto, embora precise, ainda, para isso, de cinqüenta contos, que me vão ser dados por empréstimo, ao juro de 12%, pelo Deputado Francisco Valadares”<sup>87</sup>.

A crise do dia 11 de abril de 1929, portanto, ocorreu dias depois do início do contrato realizado para a construção da casa no Rio de Janeiro. Tal crise, desta maneira, não foi a causa principal que levou Humberto a decidir pela mudança, como quis demonstrar no registro do dia 23 de abril; ela já estava sendo planejada há algum tempo. O que o mal-estar do dia 11 fez foi servir de justificativa para antecipar essa mudança, realizando-a antes do tempo previsto, antes de concluída a construção de sua casa própria. Humberto, desta maneira, usou a sua crise e a sua doença para passar por cima da razão que justificava a saída de Niterói – a mudança definitiva para uma casa própria – e antecipar a mudança para a capital, o que era seu desejo há algum tempo.

Deixaram, portanto, a casa de n. 42, na rua General Pereira da Silva, bairro de Icaraí, Niterói, mudando-se para o Rio de Janeiro, em 23 de abril de 1929<sup>88</sup>. Como havia poucos dias do início da construção da casa no terreno de

---

<sup>87</sup> CAMPOS, 1954a, p. 328. Em nota de rodapé feita no próprio Diário, Humberto afirma que, para a conclusão da casa, foi necessário se endividar ainda com o “capitalista inglês” – em outro momento ele o chamará de “agiota” (p. 362) – Frank Dodd, que lhe emprestou 1.250 libras, a 11%, a serem pagos no prazo de dois anos, com hipoteca do imóvel. Segundo o autor, tal empréstimo lhe fez comprometer os subsídios de “todo o resto da legislatura” (p. 362). Anos depois, poucas semanas antes de Humberto morrer, em 1934, a história desta negociação será tema de uma polêmica envolvendo o autor, de um lado, e dois candidatos a deputado federal pelo estado do Ceará, o seu antigo médico, o dr. Xavier de Oliveira, e o seu antigo procurador, o sr. Jayme C. L. de Vasconcellos, do outro. Segundo o que se apreende da leitura dos três editoriais – o primeiro, de Humberto, publicado no jornal *A Noite*, de 27 de outubro; o segundo, de Vasconcellos, publicado no *Correio da Manhã*, de 3 de novembro, rebatendo as críticas lhe dirigidas pelo primeiro; e o terceiro, novamente de Humberto, publicado como pedido de resposta ao de Vasconcellos, no jornal *Correio da Manhã*, do dia 4 de novembro, todos intitulados “O culpado sou eu!” –, Vasconcellos havia atuado como procurador de Humberto de Campos na negociação estabelecida com o sr. Frank Dodd e, ao término do tempo estipulado para o cronista quitar a sua dívida, não o podendo fazer, tentaram-se algumas renegociações de maneira infrutífera, acabando por Dodd adquirir a propriedade do imóvel. Humberto, entretanto, acusará o seu antigo procurador de não o ter informado devidamente da situação do seu imóvel, agindo de má-fé, aproveitando-se da fragilidade de sua saúde e de seus olhos para fazê-lo assinar documentos sem esclarecê-lo do que se tratavam. Vasconcellos, por sua vez, negará todas as acusações, fazendo prova a favor de suas alegações, inclusive usando-se do depoimento de Xavier de Oliveira, a quem Humberto tanto exaltara na crônica acusatória, para atacar a credibilidade da fala do poeta (Cf. CAMPOS, Humberto de. “O culpado sou eu!”. *A Noite*. Ano XXIV, n. 8.235. Rio de Janeiro, edição de 27 out. 1934, p. 02; VASCONCELLOS, J. C. L. de. “O culpado sou eu!”. *Correio da Manhã*. Ano XXXIV, n. 12.253. Rio de Janeiro, edição de 3 nov. 1934, p. 02; CAMPOS, Humberto de. “Publicações a pedido: O culpado sou eu!”. *Correio da Manhã*. Ano XXXIV, n. 12.254. Rio de Janeiro, edição de 4 nov. 1934, p. 08).

<sup>88</sup> CAMPOS, 1954a, p. 331.

sua propriedade, alugaram a de n. 102, na Rua José Higino, no bairro do Andaraí, local onde habitariam até as conclusões daquela obra. Finalmente concluída, cinco meses depois, mudaram-se, em 18 de setembro de 1929, com ânimo definitivo, para a casa própria, na rua Amaral, n. 27, no bairro da Tijuca<sup>89</sup>. Diferentemente do que pensou e registrou na época, de que seria nessa casa onde passaria os restos de seus dias, a família de Humberto de Campos não permaneceria aí por muito tempo, vindo a mudar-se mais algumas vezes nos anos seguintes, especialmente quando as condições financeiras do literato fossem diretamente afetadas pelos eventos políticos do início da década de 1930.

A mudança para o Rio de Janeiro, por outro lado, também ajudou a despertar algumas sensações em Humberto de Campos que haviam sido abafadas tanto pelo avanço da normatização médica, quanto pela imagem que construiu de si como um sujeito orientado pela razão, e não pelos desígnios da natureza. Isto fica perceptível quando analiso o discurso que ele elaborou sobre sua relação com o sexo feminino e sobre seu próprio desejo sexual, ao longo do desenvolvimento da doença, e como esse discurso vacilou logo na volta ao Rio de Janeiro.

A restrição parcial ao ato sexual se deu como orientação do próprio médico, o Dr. Mac-Dowell, logo no início do tratamento. O abafamento desse desejo em Humberto em muito ocorreu como consequência de sua colonização pelo poder médico, algo que, entretanto, não se deu de forma imediata, mas que no início ainda se chocou muitas vezes com a própria vontade do doente de desviar-se.

Volto agora àquele momento para dar a perceber como a subjetivação da norma médica ajudou a produzir a imagem de ser assexuado que Humberto evocará por diversos momentos, mas que vacilará quando de seu retorno ao Rio de Janeiro.

Em muito, o condicionamento de Humberto de Campos à normatização oriunda do discurso médico oficial parece ter se dado devido ao medo do recrudescimento de sua doença e de novas crises súbitas, como a ocorrida em abril de 1928, conforme já dito mais acima. A cada novo sinal do agravamento dos sintomas, o paciente acorria ao seu médico Afonso Mac-Dowell para

---

<sup>89</sup> CAMPOS, 1954a, p. 362.

aconselhamentos científicos sobre como agir. Com o tempo, a influência do médico vai se subjetivando de maneira tal nas ações de Humberto, que a sua imagem passa a se associar à própria normatização científica docilizadora, punindo-o por suas faltas, por suas inadequações, e impondo-lhe o medo necessário para levá-lo a subjetivar o comando médico, a posologia científica, a submissão ao tratamento.

No dia 4 de junho de 1928, por exemplo, ao visitar o seu médico dentista, o Dr. Frederico Eyer, a fim de verificar algumas alterações profundas na forma e na implantação dos seus dentes, Humberto foi informado por aquele que o “seu sistema ósseo está se modificando profundamente [...]. Trata-se, evidentemente, da hipófise, e eu lhe peço que siga religiosamente a prescrição do seu médico, sob pena de uma deformação do seu rosto”<sup>90</sup>. Continuou o registro da seguinte maneira:

Corro a Afonso Mac-Dowell, conto-lhe o que me disse o dentista, descrevo-lhe a forma tomada pela minha arcada bucal evidenciada pelo molde tirado, e êle me observa:

– O culpado é você, meu velho. Há quanto tempo eu lhe aconselho que entre em tratamento. Agora, vamos ver se paralisamos isso. Tratamento rigoroso, com cinco injeções por semana, privação de excitantes, e, quanto ao amor, uma vez por semana, e, mesmo desta vez, o mínimo de excitação... Sob pena de...

– De...?

– De, no mínimo, ficar cego!

E eu penso, de mim, comigo:

– Senhor meu Deus, será possível que eu esteja condenado à cegueira?...<sup>91</sup>

Ante o temor da deformação facial e da cegueira, impôs-se a obediência às normas médicas, tanto às do Dr. Afonso Mac-Dowell (tratamento rigoroso, cinco injeções por semana e privação de certas ações), quanto às do Dr. Eyer (seguir religiosamente a prescrição do Dr. Mac-Dowell, independente de qual fosse). A subjetivação da norma médica, portanto, como meio de adestrar aquele corpo ao tratamento oficial, preceituando-lhe o que fazer, bem como o que não fazer, sob risco de punição advinda da falta de adequação. O próprio Humberto, ainda não devidamente adestrado à norma, confessou, no registro do dia seguinte, o seu desejo inconsciente de rebeldia, de não obediência, de fugir ao enquadramento, mas a sua ação consciente de manter-se nela, posto

<sup>90</sup> CAMPOS, 1954a, p. 216.

<sup>91</sup> Ibid., p. 216-217.

conhecer o resultado para a sua saúde que adviria de sua não observância.

O regime que me impôs o médico em relação aos prazeres da carne, aos quais estão ligados necessariamente(sic) os do espírito, vem patentear-me ainda uma vez a revolta do homem tôda a vez que se tenta restringir a sua liberdade. O pecado original é, já, o protesto da criatura contra a prepotência do Criador, tentando limitar o seu desejo. Eu tenho, por mais de uma vez, passado oito dias completamente alheio às delícias do leito. Oito, dez e, talvez, doze dias. As preocupações e os livros, nessas ocasiões falam mais alto, no tribunal da minha vontade, do que a beleza das mulheres. Bastou, entretanto, que, agora, a medicina me impusesse uma dieta para que o meu instinto se alarmasse, e todo o meu ser se rebelasse, como se me tivessem privado do mais sagrado e imperioso dos direitos!

Nesses momentos de rebeldia, o homem tem, parece, a cumplicidade da natureza. Efetivamente, eu nunca senti tanto desejo de amor, tanta fome de pecado, como agora, depois que o amor se me tornou defeso. Tudo, em tôrno de mim, é convite, é anseio, é tentação. As mulheres parecem mais lindas, de pele mais veludosa, de bôca mais fresca, de olhos mais cheios de sol. Os seios parece que amadureceram, como os frutos, e que fazem sentir o seu perfume de longe. Parece que todos os corpos femininos entraram em acôrdo, e que cada um dêles me diz, quando eu me volto: “Vem! ama-me! goza-me!”.

Ah, Tântalo, como eu te compreendo! Como parece lindo e faiscante o pomo de ouro quando se o não pode tocar!...<sup>92</sup>

Ainda continuaria a reclamar da interdição médica aos atos amorosos como prejudiciais à sua saúde no registro do dia 6 de junho, ao afirmar que “o homem privado do amor, qualquer que seja a sua forma, deixa, em verdade, de ser um homem: passa a ser um fantasma”, e concluir: “e eu, hoje, sou êsse fantasma...”<sup>93</sup>.

Se nesse momento Humberto explicitou que o seu desejo sexual foi intensificado devido justamente à proibição médica, fá-lo talvez como maneira de demonstrar a inclinação natural do humano ao desvio, à desobediência à norma, ao acesso “ao fruto proibido” tão somente por ter sido ele tornado proibido. Naturalizando, assim, o pensamento rebelde, desviante, exalta-se como aquele que, mesmo inclinado instintivamente à desobediência, não cedeu a ela, mantendo-se firmemente dentro do estrito cumprimento da norma.

Essa subjetivação da norma iniciou-se através dos conselhos médicos, impostos a ele por meio do medo, enunciando que o seu não-cumprimento implicaria no risco de deformação de partes visíveis do corpo e/ou cegueira. Entretanto, Humberto deixou transparecer em seus relatos que, apesar de ter

---

<sup>92</sup> CAMPOS, 1954a, p. 217.

<sup>93</sup> Ibid., p. 218.

consciência de dever obedecer à norma, ainda mantinha forte desejo contrário a ela. Esse desejo de escapar à normatização, de constituir-se como rebelde, esteve presente em suas anotações no Diário Secreto ao longo dos primeiros anos que compreendem a trajetória de sua construção subjetiva enquanto ser doente, o que estou aqui chamando de “tempo da expiação”, entre abril de 1928 e agosto de 1932. Quando comparo as imagens que ele construiu para si em seus registros durante esse período às imagens elaboradas a partir de 1933, o que chamei de “tempo da redenção”, percebo o quanto uma série de dispositivos normativos médicos impostos a ele como maneiras de condicioná-lo ao tratamento foram subjetivados de forma tal que chegaram muitas vezes a abafar completamente o desejo de desviar-se.

A subjetivação da norma proibitiva completar-se-ia na medida em que os meses fossem passando e as dores se aguçando. Humberto chegou mesmo a registrar que a abstinência de sexo se tornara algo tão costumeiro desde o início do seu tratamento, que passou a não lhe fazer mais falta, nem o ato em si, nem mesmo o toque do sexo oposto. Não se refere mais, entretanto, à norma médica proibitiva, mas significa essa sua ausência de apetite sexual diferentemente, como a vitória da razão sobre o desejo, da cultura sobre a natureza, do espírito sobre a carne.

Em 26 de abril de 1929, véspera de completar-se um ano desde a crise de abril e o início de seu tratamento, já devidamente instalado na cidade do Rio de Janeiro, no Andaraí, afirmou o seguinte:

É digno de registro, talvez, a modificação que sinto em mim, e que demonstra a ascendência que a inteligência vai tendo sobre os meus sentidos.

Eu sempre fui um homem, na acepção fisiológica dêsse termo. As mulheres acordavam em mim desejos violentos, que eram sem custo satisfeitos. O amor, na sua forma bonita, queimava-me o sangue, ardia nas minhas veias, agitava a minha vida. Pouco a pouco, porém, o desejo foi arrefecendo, como uma voz que se apaga a distância, na curva do caminho.

Essa renúncia não se verifica, todavia, à custa dos direitos da natureza. Esta continua a exercer o seu império, dando-me mocidade. Apenas, preocupado com o espírito, eu me sinto surdo, aliás sem esforço, aos apelos que ela me faz...<sup>94</sup>

Entretanto, a imagem de sujeito racional que se impôs perante os

---

<sup>94</sup> CAMPOS, 1954a, p. 332-333.

sentidos vacilou logo em seguida. Três dias depois dessa anotação, Humberto registrou com certa surpresa e nostalgia a volta do desejo, ainda que de maneira temporária, influenciada por imagens que o fizeram recordar de sua mocidade.

Um dos espetáculos que eu havia esquecido, e que agora se renova aos meus olhos, é a presença de moças nas janelas ou nos portões, à tarde. Durante nove anos a minha vida se limitou a correr do centro agitado da cidade [do Rio de Janeiro] para o Cais Pharoux, onde tomava a barca e ia lendo o meu livro ou o meu jornal. Saltava em Niterói já à noite, e corria a tomar o bonde ou o ônibus. Saltava à esquina, jantava, e ia ler ou escrever. Se chegava ao portão, via vultos que deslizavam na sombra, rumo da praia. Eu era, ali, um estrangeiro. Não visitava ninguém, e ninguém me visitava. Saía de casa para as barcas e das barcas para casa.

Agora, vejo aqui e ali, uma adolescente à janela, a mão no queixo, o olhar pendido ao longe, nas montanhas. Criaturinhas de quinze, dezesseis, dezoito anos. Entreabertos botões, entrefechadas rosas, como diria Machado de Assis. E eu me lembro de mim, dos meus dezoito, dos meus vinte, dos meus vinte e dois anos. Bastava-me ver uma figurinha assim, com ares tristes e envolta em cismas, para imaginar que era aquela mulher que me convinha... Passasse eu por uma rua em que houvesse um rosto pensativo de meninota, e chegava apaixonado ao fim do quarteirão.

Restos, talvez, de uma influência romântica, última gôta do vinho de Casemiro de Abreu. Ésse romantismo já só vive, porém, hoje, na saudade das minhas saudades...<sup>95</sup>

Nesse registro, percebo a representação de sujeito racional, cuja inteligência prevaleceu perante os sentidos naturais, balançar. No primeiro momento, no dia 26, Humberto afirmou a ideia de que, mesmo que a natureza ainda se fizesse presente em si, os seus apelos eram infrutíferos, pois ele se fazia de surdo para os mesmos, como consequência de uma valorização maior do seu eu-racional em detrimento do seu eu-instintivo, que estava abafado devido à “ascendência que a inteligência ia tendo sobre os seus sentidos”. Três dias depois, entretanto, as diferenças que se apresentavam em seu cotidiano, depois de anos morando em Niterói, levaram-no a elaborar imagens do seu próprio passado, de sua mocidade, de sua vida entre os 18 e os 22 anos, construindo-o enquanto um apaixonado pelas mulheres e pela vida.

Como o próprio Humberto relatou, o tempo em que viveu em Niterói pareceu-lhe ter sido um “exílio forçado”, um suplício, um sepultamento vivo. Transferir-se para o Rio, portanto, foi sentido por ele como uma libertação dessa

---

<sup>95</sup> CAMPOS, 1954a, p. 333-334.

prisão. Por sua vez, havia quase um ano que a hipertrofia da hipófise havia sido diagnosticada em Humberto, e talvez os traumas desses meses iniciais do desenvolvimento de sua doença, bem como os sofrimentos que vieram daí tivessem sido associados na memória do autor à própria cidade, o que fazia com que abandonar esse espaço enquanto moradia fosse sentido enquanto algo funcional até mesmo para a melhora de sua saúde. O conselho pré-pasteuriano do Dr. Mac-Dowell, de “mudar de ares”, portanto, sendo parcialmente atendido, nove meses depois, mas, diferentemente do interior para o qual o médico indicara, Humberto voltava a residir no centro das atividades modernas no Brasil<sup>96</sup> e, com isto, lembranças de sua antiga vida, de suas atividades antes do aparecimento dos primeiros sintomas começaram a ser evocadas de maneira saudosista. E, com esse sentimento nostálgico, a saudade de si mesmo naquele tempo, ou melhor, a saudade da imagem que elaborou sobre si no passado, nos seus tempos de jovialidade.

A mudança para o Rio de Janeiro, desta maneira, parece ter provocado no literato um novo ardor pela vida, reacendendo algumas paixões que pareciam adormecidas em si, ou pelo menos abafadas em sua escrita. A volta ao Rio pode ter se assemelhado à sua primeira chegada aí, pelo idos de 1912, quando, vindo do Pará devido ao golpe político que havia aí acontecido, Humberto desembarcou no Rio de Janeiro fugindo da perseguição que havia se instaurado contra os correligionários do antigo prefeito de Belém, Antônio Lemos. Naquele momento, a capital brasileira deve ter representado para Humberto a escapatória das forças que o perseguiram no Pará, prometendo-lhe também maiores oportunidades de crescimento profissional e, assim, a esperança de melhores dias. O retorno à capital, em 1929, por sua vez, talvez tenha evocado essa imagem anterior, sendo atualizada para o novo contexto: desta vez, não eram forças políticas que o perseguiram em Niterói, mas forças naturais, nosológicas. Chegou mesmo a afirmar, no mesmo registro ora em análise, que, apesar de consciente da existência de seu estado de saúde, que provocara uma depressão geral em si nas últimas semanas, a mudança havia lhe feito muito bem. “Sob a cinza que pesa na alma, eu sinto uma alegria tênue,

---

<sup>96</sup> SEVCENKO, Nicolau. “Introdução. O prelúdio republicano, astúcias da ordem e ilusões do progresso”. In: SEVCENKO, Nicolau (org.). **História da vida privada no Brasil** – República: da Belle Époque à Era o Rádio. São Paulo: Companhia das Letras, 1993, p. 07-48 [vol. 3].

um contentamento suave, quase infantil, como êsses que a gente sente, às vezes, por causa da felicidade alheia”<sup>97</sup>.

Não demorou, entretanto, para que a boa sensação que o Rio de Janeiro estava provocando em Humberto de Campos fosse rompida com mais uma crise provocada pelo seu estado de saúde. No dia 3 de maio de 1929, fez o registro de sua primeira crise em terras cariocas:

Abertura do Congresso, a que não compareci. Anteontem, 1º de maio, dia do centenário de Alencar, fui assaltado por uma crise idêntica, embora menos demorada, à que sofri a 11 de abril último. Ia para a cidade, de auto-ônibus, no qual me coube um lugar em que viajava de lado. A fuga das casas aos meus olhos, começou a atordoar-me. De repente, apossou-se de mim um frio, um mal-estar, uma tonteira e uma agonia indizíveis. Mandei parar o veículo e saltei. Tinha a impressão de que me encontrava em pleno céu, num avião, às granadas. Entrei em uma farmácia fronteira, e deram-me ali uma forte dose de bromureto. Repousei um pouco, sentindo de vez em quando os mesmos fenômenos. E voltei para casa, onde, sob a atuação do bromureto, dormi profundamente cêrca de duas horas. Foi assim que, às cinco horas, pude comparecer à sessão da Academia.<sup>98</sup>

A imagem de ser assexuado, por sua vez, que construía em seus registros será retomada por Humberto e prevalecerá até o fim de sua vida. Apesar de ter feito pouquíssimos relatos sobre sua vida sexual em seu Diário, aqueles que fez nos anos seguintes, especialmente os produzidos no período em que se mostrou resignado com a sua situação, a partir de 1933, atuaram nesse sentido, de construí-lo enquanto alguém completamente livre das paixões sexuais e do próprio contato físico com o sexo feminino.

Como meio de demonstrar isso, registrou, em 6 de maio de 1933, o seguinte:

Curioso fenômeno fisiológico, êste, que me cabe registrar hoje. Sem contato sexual há oito meses, não me tem vindo, sequer, nos sonhos sensuais, as descargas compensadoras. Esta noite, porém, veio-me uma dessas descargas. Não veio, todavia, como sói acontecer, acompanhada de algum sonho erótico; sonhei, simplesmente, que um médico me havia pedido para exame certa quantidade de esperma, e que eu, para atendê-lo, vertia o meu sêmen em uma garrafa. O contato do gargalo determinava a eliminação; mas eu não sentia nenhum prazer. As mulheres estão, na verdade, de tal modo eliminadas da minha vida, que eu nem para isso preciso delas. Nem sonhando!...<sup>99</sup>

<sup>97</sup> CAMPOS, 1954a, p. 333.

<sup>98</sup> Ibid., p. 334-335.

<sup>99</sup> Idem, 1954b, p. 371.

Ainda coadunando-se com essa imagem de um ser que se tornou assexuado em decorrência da doença e da expiação de sua alma, quase três meses depois do registro acima, em 1º de agosto, continuou:

Eliminei, inteiramente, da minha vida, as mulheres. Às vezes começo, mesmo, a imaginar um tipo feminino que me despertasse o desejo, e não o encontro, embora não tenha limites o mundo da imaginação, e seja habitado pelas mais formosas raças existentes ou por existir. E não encontro um só, real ou imaginário, que arranque êste novo Xenócrates ao exílio moral em que o afundou o sofrimento.

Hoje, entretanto, ao passar pela sala em que tenho o aparelho de rádio, escutei, de repente, uma voz de mulher. Cantava, e a sua voz era doce e quérula. E veio-me uma saudade funda e comovida de um mundo em que já vivi, e de que nunca mais tive notícias...

Será possível, Senhor Deus, que eu ainda abra a algum vulto feminino a porta do meu coração, que eu fechara para sempre, e do qual, parece, até já perdi a chave?<sup>100</sup>

Ao afirmar a inexistência de desejo sexual em seu ser, em 1933, Humberto construiu para si a imagem de alguém cujo espírito prevalecera sobre o corpo. Alguém que, devido a passar pelos diversos sofrimentos corporais que a sua condição nosológica lhe impunha desde 1928, passou a ver o corpo não como parte integrante de si, mas como a fonte de seu sofrimento, como o seu inimigo, como a sua prisão, abandonando-o completamente enquanto *locus* de desejo e de prazer, deslocando o seu interesse para prazeres da ordem do espírito e da razão.

Essa visão dualista que opunha corpo a espírito, atualizada nos registros de Humberto, em muito oriunda da formação católica do autor, mas também da leitura de pensadores modernos materialistas<sup>101</sup>, já começara a aparecer em alguns registros anteriores de Humberto e foi cada vez mais se afirmando na medida em que os seus sofrimentos foram se intensificando.

Em registro de 1º de fevereiro de 1930, por exemplo, essa relação aparece bem clara. Humberto, ao iniciar o seu relato, afirma ter andando

<sup>100</sup> CAMPOS, 1954b, p. 383-384.

<sup>101</sup> Apesar de ter sido formado por valores católicos, Humberto, na medida em que foi se aprofundando na leitura das filosofias materialistas, abandonou a filiação a qualquer instituição religiosa, tornando-se ateu e, em seguida, cético. Manteve, entretanto, dessa sua formação inicial, várias referências religiosas oriundas do cristianismo, usando, ao longo de sua obra, vários exemplos extraídos do livro sagrado dos cristãos. Sua relação com a religiosidade, que se constitui numa tensão que atravessa seus últimos anos, será aprofundada no último capítulo.

pensando a propósito do destino do seu corpo depois que “a alma o tenha abandonado”. Nesse ínterim, cita a sua extirpação de amígdalas, realizada em 1927<sup>102</sup>, explicando que, devido ao grande tamanho com que elas estavam, o seu operador, o Dr. Carlos Rohr, pô-las num vidro com álcool e deu-as para que Humberto as guardasse. O literato assim o fez, mas, devido às mudanças de moradia que ocorreram em 1929, acabou por perdê-las. Seu pensamento, assim, acaba estabelecendo uma analogia interpretativa entre os dois atos de extração: o das amígdalas e o da sua alma. Conclui da seguinte maneira:

Onde andarão elas [as amígdalas perdidas]? Ainda estarão no álcool? Tê-las-á a terra destruído ou devorado? Não sei. Separadas de mim, tornou-se-me indiferente o seu destino. Daí a minha relativa tranqüilidade, hoje. A Morte é uma mutilação. Separados alma e corpo, que importa o destino dêste? E se não houver alma não será, tudo, ainda muito melhor?<sup>103</sup>

Nessa passagem, portanto, percebe-se que Humberto estabelece claramente uma divisão entre corpo e alma, afirmando que o importante é o cuidado com a alma. O corpo, aqui, não é compreendido como elemento significativo, parte integrante da própria possibilidade de pensar-se como um sujeito, mas apenas como espaço físico sujeito às intempéries do cotidiano, elemento plenamente descartável, tal qual as amígdalas, posto que o importante, na percepção de Humberto, seria o tratamento da alma, do espírito.

Meses antes, em 25 de junho de 1929, coadunando-se com essa imagem de desprezo ao corpo e valorização das questões concernentes à alma, à criatividade, à inteligência, já afirmara: “que tudo me aconteça: que eu fique surdo, deformado, mutilado; mas que Deus me deixe a volúpia de pensar, de ler, e de deixar no papel o meu pensamento, a minha dor e o meu sonho!”<sup>104</sup>.

Humberto demonstra que até mesmo nos seus sonhos existe a compreensão do quão desprezível é o corpo e, especialmente, um corpo tão doente quanto o dele. No registro do dia 4 de janeiro de 1931, narra um sonho tido naquela noite. Segundo ele, fora dormir logo após ter lido a notícia da missa

---

<sup>102</sup> Apesar de nesta referência de 1930 Humberto afirmar que tal cirurgia foi feita “há dois anos”, portanto, em 1930, em referência de 6 de janeiro de 1928, já transcrita no início deste capítulo, ele afirma que a cirurgia havia sido feita em “setembro último”, ou seja, em 1927 (CAMPOS, 1954a, p. 95).

<sup>103</sup> Idem, 1954b, p. 12.

<sup>104</sup> Idem, 1954a, p. 347.

do poeta Hermes Fontes, falecido recentemente no dia de natal de 1930. Sonhou, assim, que fora à missa na qual estava presente o próprio poeta, sendo abraçado por todos os seus amigos. No momento de despedir-se dele, Humberto, exaltado e comovido, abraçou-o, elogiando-o e exaltando as suas qualidades literárias, enquanto Hermes apenas mantinha a cabeça sobre o ombro do colega, “numa dor silenciosa, profunda e recolhida”. Continua a narrativa:

Desço a escadaria da capela mas, tendo esquecido um embrulho, torno ao lugar da despedida. E chego precisamente no momento em que o poeta vai se recolhendo, de novo, ao seu túmulo. Olho-lhe o rosto, e vejo, então, que está intumescido, roxo, e meio comido, já, pelos vermes. Tomado de pavor – de um pavor que só tenho em sonhos, – tento voltar, mas dou com a minha mulher, que, ao ver-me, grita para uma sua prima, afastando-a de mim:  
 – Alzira, minha filha, foge, pelo amor de Deus! Não te encostes nê!...  
 E puxando-a pelo braço, horrorizada de mim:  
 – Foge, que êle está fedendo a carne podre!...  
 E acordo suado, num arrepio de terror, com o coração batendo como um desesperado.<sup>105</sup>

No sonho, portanto, a morte aparecia representada pela figura do poeta Hermes Fontes, recentemente falecido, pelo qual o autor mantinha grande admiração. Abraçá-lo, assim, ao consistir numa metáfora do abraço da própria morte, refletiu diretamente no início da deterioração do corpo humano de Humberto. O encontro, logo em seguida, com a sua esposa, D. Paqueta, e a repulsa que ela sentiu do marido, afirmando que ele estava “fedendo a carne podre”, vincula-se diretamente à percepção que Humberto tinha do seu próprio corpo doente naquele momento. No sonho, o abraço da morte iniciara o processo de apodrecimento de sua carne. No mundo real, a ação cada vez mais intensa da doença estava levando à deterioração da imagem que ele tinha do seu corpo físico e, desta maneira, levando a um estranhamento de si mesmo, a um sentimento de estar preso a um corpo estranho, a um corpo no qual não se reconhecia. É o sentimento de repulsa e ódio gerado contra esse novo corpo, com o qual não mais se reconhece, que faz Humberto elaborar no sonho a imagem de repulsa vindo justamente de sua esposa, como um olhar de fora de si, mas oriundo daquela que mais intimamente conhecia aquele corpo, pois se relacionava com ele há, pelo menos, dezoito anos.

---

<sup>105</sup> CAMPOS, 1954b, p. 124-125.

Essa imagem completamente negativa do corpo em muito ajuda a perceber alguns dos motivos que ensejaram aquele apagamento do desejo sexual em Humberto de Campos, discutido anteriormente.

A relação que o doente passa a manter com o seu próprio corpo possui um aspecto duplamente negativo e doloroso: primeiro, é nele onde se manifestam todas as dores, todas as crises oriundas do desenvolvimento da doença; segundo, é nele onde se manifestam também os sofrimentos oriundos do próprio tratamento realizado para tentar conter a doença. Os sofrimentos patológicos são tratados, portanto, por meio da produção de novos sofrimentos oriundos da imposição do conhecimento médico-científico ao corpo doente. Se o próprio tratamento gerava dor como meio de controlar a doença, obter prazer nesse corpo parece encontrar-se na contramão do tratamento e da própria cura – daí a norma médica impor, desde o início, restrição ao ato sexual.

O tratamento da hipertrofia da hipófise de Humberto, nesses dois primeiros anos analisados no presente capítulo, baseou-se acima de tudo na plena observância e obediência à norma médica, que impunha tanto certas condutas comissivas – submeter-se às injeções, aos Raios-X etc. –, quanto condutas omissivas – evitar a realização de certas práticas que pudessem afetar o bom andamento da terapia, dentre elas, o abuso dos prazeres corporais.

Na medida em que as dores foram se intensificando, as condutas prescritas pela norma médica, tanto as comissivas, quanto as omissivas, foram encontrando menos espaço de resistência por parte de Humberto, sendo compreendidas enquanto necessárias para o sucesso do seu tratamento. Por outro lado, ante a falência do tratamento, o discurso médico se rearticulou no sentido de estabelecer que a doença progredira, necessitando que a própria terapêutica fosse modificada para uma mais forte – daí a mudança da primeira forma, baseada em injeções de bismuto e mercúrio, para a segunda, em projeções de Raios-X no cérebro.

O agravamento da doença legitimava, portanto, a intensificação do gerenciamento do corpo doente por parte do médico, submetendo-o tanto física, por meio da tecnologia médica operando em seu corpo, quanto espiritualmente, por meio da subjetivação da norma. Isso fica demonstrado pela naturalidade com que aceita terapêuticas cada vez mais invasivas e refuta a própria possibilidade de extrair prazer do seu corpo. Construindo, portanto, para si

aquela imagem a que fiz referência anteriormente, de um ser que pretende poder ser compreendido como alguém plenamente descolado do corpo e alheio aos prazeres que deste possam ser extraídos. O corpo passa a ser visto por Humberto apenas enquanto espaço de dor, produtor de sofrimento, e não mais de prazer. Os elementos que poderiam produzir prazer corporal passam a ser menos frequentes, como o próprio ato sexual, e até a ejaculação passa a acontecer apenas de maneira espontânea, durante um sonho, por exemplo, conforme citado anteriormente. A subjetivação da norma restritiva, da gerência do poder médico e de sua imagem negativa de corpo, entretanto, é tão profunda, que até no sonho relatado por Humberto, durante o qual teve uma ejaculação espontânea, não o fez como meio de proporcionar prazer corporal, mas apenas como forma de obedecer ao comando médico que lhe solicitara amostra de esperma para análise.

Essa relação que construiu com o seu próprio corpo, por fim, implicando na elaboração da imagem de um ser que, apesar de preso à carne, estava lutando cotidianamente para tentar elevar-se espiritualmente como maneira de descolar-se dela, servirá em muito para que Humberto consiga lidar com algumas figuras femininas que surgirão ou reaparecerão em sua vida nos seus últimos anos de vida. Ao afirmar-se essa imagem, como alguém plenamente destituído de desejo sexual – ainda que, vez por outra, vacile nesse lugar que construiu para si, como já demonstrado –, Humberto possibilitará a construção de novas relações, não sexuais, com as mulheres presentes em seu cotidiano, inclusive com sua própria esposa, assumindo diversos papéis diferentes perante elas, tornando-se amigo, conselheiro, pai, tutor etc.

Dentre elas, destaco alguns exemplos: a comunista Celina Napalèse que, inicialmente por meio de cartas, posteriormente, através de visitas à casa do escritor, tentou conseguir o apoio de Humberto à causa revolucionária, recebendo dele, entretanto, apenas tentativas inúteis de dissuadi-la da militância comunista por temer pela sua integridade devido à repressão existente durante os primeiros anos da década de 30<sup>106</sup>; a uma suposta ex-

---

<sup>106</sup> É sobre ela que o autor fala nas crônicas intituladas “Uma voz na sombra” e “A mesma voz, na sombra”, publicadas no *Diário Carioca*, entre 5 e 17 de maio de 1932 (**Diário Carioca**. Ano V, ns. 1.151, 1.152, 1.153, 1.155, 1.156 e 1.161. Rio de Janeiro, edições de 5, 6, 7, 10, 11 e 17 maio 1932, p. 01 e 08), além de fazer várias referências a ela posteriores àquelas

namorada que Humberto identifica apenas pelas iniciais de seu nome, B. L. V., que reaparece em sua vida no início de abril de 1932, e que, apesar de o autor admitir ter ela sido a “dona do seu coração” quando ele tinha 20 anos, em 1906, servindo de musa inspiradora para os “versos mais apaixonados” que escrevera, por também ter sido a “mais amarga desilusão”, aos 33 anos, estar casado, doente e sem desejo, prefere não “revolver com escândalo a cinza dos mortos”<sup>107</sup>; a Mlle. Irene Rocha, empregada de balcão em um dos grandes armazéns do Rio de Janeiro, a quem não raramente encontrava no bonde, na volta para casa, e com quem debatia, especialmente, o avanço das conquistas feministas<sup>108</sup>. Por fim, a relação que estabelece em seus últimos anos com sua esposa, D. Paquita, segundo o próprio, foi uma relação mais próxima da paternidade do que da conjugal, afirmando “não tenho mais, parece, alma e coração de marido. Tenho-os, para ela, de pai. Mais ainda: tenho-os de avô... Como é bom e, ao mesmo tempo, como é triste, renunciar!...”<sup>109</sup>.

Esses novos lugares construídos por ele acabarão se refletindo nos papéis que passa a assumir diante do público leitor de suas crônicas jornalísticas, expandindo essa sua representação ao público e passando a ser admirado e até santificado por ele, como discutirei no capítulo seguinte.

---

crônicas, em seu Diário, a partir de 21 de julho de 1932 (CAMPOS, 1954b, p. 292 e várias outras).

<sup>107</sup> CAMPOS, 1954b, p. 265.

<sup>108</sup> Idem. “A mentira feminista”. **Diário Carioca**. Ano VII, n. 1.680. Rio de Janeiro, edição de 23 jan. 1934, p. 06.

<sup>109</sup> Idem, 1954b, p. 339.

## CAPÍTULO IV:

# “Desgraçado do homem que, em tôda a sua vida, não tem uma história triste para contar!”:

### *o passado como redenção*

O título do presente capítulo consiste na íntegra do registro que Humberto de Campos fez em seu Diário na data de 20 de junho de 1930<sup>1</sup>. Não me é realmente possível saber se o autor, em tal data, referia-se a algum evento específico, algo que pudesse ter acontecido naquele exato momento e que o teria levado a formular tal pensamento ou se ele estava se referindo de maneira geral às coisas da vida, especialmente tomando por modelo a sua própria experiência até aquele momento<sup>2</sup>.

Esse pensamento, entretanto, parece ter se tornado algo corriqueiro na postura com que Humberto encarou a vida em seus últimos anos. A descoberta da doença e o avanço dos seus sintomas, levando o autor a ter que lidar constantemente com a ideia de morte e a experiência dos sofrimentos físico e mental, resultantes tanto da ação progressiva e degenerativa do *mórbus*, quanto do próprio tratamento a que se submetia, foi transformando o teor dos escritos do autor, que havia se popularizado no Rio de Janeiro especialmente

---

<sup>1</sup> CAMPOS, Humberto. **Diário Secreto**. Rio de Janeiro: O Cruzeiro, 1954b, p. 33 (vol. II).

<sup>2</sup> Há, de fato, um lapso temporal nos registros desse momento. O imediatamente anterior ao do dia 20 de junho foi feito no dia 16 de junho, e o posterior apenas no dia 23, seguido pelo dia 30. Em nenhum deles, há referência a algum evento que pudesse indicar ter sido o promotor da afirmação de Humberto.

por meio de seus textos humorísticos e debochados da década de 1920, em textos de uma permanente tristeza e aceitação do destino, por pior que ele venha a se tornar.

No momento em que realizou aquela afirmação, Humberto ainda não tinha como saber quantas histórias tristes se sucederiam em sua vida até o seu falecimento no dia 5 de dezembro de 1934, mas, naquele momento, percebo que a postura do autor já começara a construir uma ideia que iria prevalecer até os seus últimos dias, de que o sofrimento funcionaria como uma forma de expiação dos pecados e purificação da alma do sofredor em busca da graça divina. As histórias que então trazia consigo, de sua trajetória da pequena Miritiba até o Rio de Janeiro, forneciam-lhe elementos suficientes para pensar que possuía diversas histórias tristes para contar, mas que, tal qual os livros de Samuel Smiles, que lera na adolescência em Parnaíba e a quem tanto admirava enquanto autor, conseguira, pelo próprio esforço e pela tenacidade, subir do “anonimato mais escuro aos esplendores da glória mais límpida”<sup>3</sup>.

Essa perspectiva sobre sua própria biografia, Humberto já deixara bem clara em seu Diário, desde as anotações de 1º de janeiro de 1928, quando, explicando as razões que justificariam o registro de seu cotidiano, afirmou que a história de sua vida era “um produto da vontade e do trabalho”, consistindo em um “roteiro oferecido à mocidade” de como um homem, “sozinho”, pode construir “o edifício da sua glória e da sua fortuna”<sup>4</sup>.

A glória, a qual Humberto se referiu naquela ocasião, o ápice de sua escalada, consistia em, tendo ele se tornado membro da Academia Brasileira de Letras, com dezessete volumes publicados, deputado federal pelo Maranhão e conhecido autor, colaborando com vários jornais, alcançando, portanto, tanto o reconhecimento literário, quanto o político, bem como certa estabilidade financeira, estar, finalmente, “mais livre (...) de preocupações sobre o pão de cada dia”<sup>5</sup>.

A crença na permanência desses lugares de glória então ocupados, tanto literária, quanto politicamente, provavelmente foi renovada quando, no pleito de 1º de março de 1930, o nome de Humberto de Campos foi novamente

---

<sup>3</sup> CAMPOS, Humberto de. **Memórias inacabadas** (obra póstuma). Rio de Janeiro: W. M. Jackson, 1941r, p. 158 (Coleção Obra Completa, vol. 18).

<sup>4</sup> Idem, 1954a, p. 85.

<sup>5</sup> Ibid., p. 84.

sufragado nas urnas, conquistando a reeleição para o cargo de deputado federal pelo estado do Maranhão, mesmo sem ter ele, pessoalmente, feito campanha, nem mesmo visitado o estado<sup>6</sup>. As forças políticas que sustentaram a sua primeira eleição, em 1927, permaneceram todas no poder, garantindo a hegemonia do Partido Republicano magalhãesista, fazendo de seu líder, Magalhães de Almeida, senador, e de Pires Sexto, governador, e apoiando, no pleito nacional, a candidatura vitoriosa do paulista Júlio Prestes, escolhido pelo presidente perrepista Washington Luís para suceder-lhe.

Se, entretanto, Humberto já acreditava, em 1928, aos 42 anos, que a sua vida havia atingido o seu ápice, e cria poder narrá-la como exemplo de trajetória ascensional à glória, tal qual as personagens biografadas por Samuel Smiles, dois eventos irromperiam bruscamente e poriam por terra a segurança e a estabilidade que supunha ter sua vida alcançado: primeiro, a descoberta da doença, ainda em 1928, como visto no capítulo anterior; depois, a reconfiguração do cenário político em virtude do golpe aliancista de outubro de 1930, que levaria à perda do seu mandato parlamentar e, conseqüentemente, à instabilidade financeira, levando Humberto a ter que intensificar o seu trabalho jornalístico para conseguir suprir as despesas familiares

Esses dois elementos unidos, portanto, a doença e a instabilidade financeira, exerceram relevante e permanente papel nos discursos que Humberto de Campos elaborou sobre si em seus quatro últimos anos de vida. As despesas cotidianas que o autor tinha, tanto na manutenção da sua recém-construída casa própria, de sua esposa, dos seus três filhos, de sua sogra e de uma irmã desta que moravam com eles, quanto na atuação profissional, enquanto jornalista, acadêmico e parlamentar, e que haviam sido recentemente acrescidas das custas de seu tratamento médico, mal eram devidamente supridas pela renda acumulada com o pagamento recebido pelos jornais com os quais colaborava, pelos *jetons* da Academia e pela remuneração parlamentar. Quando esta última lhe foi tirada, com a vitória do golpe de 1930, Humberto se viu diante das mesmas necessidades financeiras anteriormente assumidas, mas sem a sua mais importante fonte de renda<sup>7</sup>.

---

<sup>6</sup> CAMPOS, 1954b, p. 19.

<sup>7</sup> O Diário de Humberto de Campos apresenta uma visão bem peculiar do que se convencionou chamar de Revolução de 30. Diferentemente da visão tradicional que construiu esse evento a partir do olhar dos grupos vencedores, que ascenderam ao poder nesse momento, as

Nos anos seguintes, portanto, Humberto, a fim de tentar suprir as despesas financeiras, precisou mudar-se novamente, alugando uma nova casa para transformá-la em pensão; hipotecar a casa própria e perdê-la por não conseguir saldar a dívida contraída; ver seus dois filhos mais velhos, ainda adolescentes, procurarem empregos; depender de favores de antigos rivais políticos e de velhos amigos; e entrar num ritmo frenético de trabalho jornalístico que forçaria o seu corpo já debilitado ao extremo, levando-o a falhar várias vezes, tanto no espaço privado, quanto no espaço público, inviabilizando ocultar a existência da doença.

Humberto de Campos, assim, cada vez mais doente, acabou por reelaborar-se diante do seu público leitor, revestindo as suas narrativas de uma perspectiva trágica sobre a vida, perspectiva, esta, que, já presente em seu diário íntimo desde 1928, espalhou-se pelas suas crônicas a partir de 1931 e, finalmente, informou o olhar que lançou às suas próprias lembranças, sendo o fio condutor que orientou a reelaboração do seu passado como narrativa autobiográfica no aclamado *Memórias, 1886-1900*, oferecido ao público no início de 1933.

Moldados, portanto, sob o tom confessional dos escritos que Humberto produziu, tanto em suas crônicas, quanto em seu Diário e nas suas Memórias, os últimos anos da vida do cronista parecem ter sido marcados por uma constante busca da redenção.

---

impressões que estão presentes no Diário são impressões de um sujeito pertencente ao grupo derrotado ao final do evento. Pelos seus registros, tem-se acesso a uma série de notícias sobre o conflito civil que circulavam naquele momento, tanto pela imprensa, ideologicamente compromissada com um ou outro lado, quanto pelo círculo de relações do autor, parlamentares, acadêmicos, jornalistas etc. Essas versões a que Humberto tem acesso e as quais ele registra, algumas vezes acabam se revelando exageradas e equivocadas, levando o próprio autor a, posteriormente, retificá-las em seus registros (os relatos sobre o golpe de 30 encontram-se entre as páginas 65 e 90 do vol. II do *Diário Secreto*, que correspondem do dia 3 ao dia 24 de outubro de 1930; já a retificação das informações encontra-se na página 101). Humberto também registrará em seu Diário discursos que circularam pelo meio intelectual do Rio de Janeiro acerca de eventos relativos a outro importante acontecimento político desse período da história do Brasil, a chamada Revolução Constitucionalista de 1932 (a partir da página 283, relativa a 10 de julho, à página 319, relativo a 29 de agosto, onde ele encerra os registros relativos a 1932).

## 1. O topo do vulcão:

Humberto de Campos costumava, no primeiro dia de janeiro de cada ano, fazer um balanço geral de sua vida, avaliando as mudanças que o ano que acabara de findar havia realizado em sua vida. Nos três primeiros anos de registro, entre 1928 e 1930, suas análises privilegiaram o aspecto profissional, avaliando a carga de trabalho a que se submetera, unindo as atribuições de que era responsável tanto enquanto “homem de letras” – perante a Academia Brasileira de Letras, diversos jornais cariocas e como autor de livros –, como enquanto parlamentar – ocupando o cargo de deputado federal pelo estado do Maranhão desde 1927. Apesar de afirmar o excesso de trabalho a que se submetia, e de como as atividades parlamentares lhe subtraíam tempo que poderia estar dedicando às letras, Humberto deixava claro em seus balanços anuais um sentimento de confortável progresso profissional e financeiro, chegando a garantir que se sentia “recompensado e contente”<sup>8</sup>.

O teor com que realizou o balanço referente ao ano 1930, entretanto, rompeu com a sequência positiva estabelecida desde 1928. Essa análise, registrada em 1º de janeiro de 1931, representou uma verdadeira mudança no olhar que Humberto lançou sobre sua própria vida a partir de então. Os eventos políticos que recentemente haviam tomado conta do Brasil e incidiram diretamente sobre a vida pessoal do autor orientaram um balanço pessimista do ano findo, bem como a um vazio de esperanças de melhora:

A minha vida tem se tornado, nos últimos tempos, uma espécie de marcha ascensional para a cratera de um vulcão. À medida que avanço, vai a viagem se tornando mais difícil, mais penosa, e o caminho mais íngreme, reduzindo o rendimento do esforço. Em 1928 publiquei dois livros; em 1929, apenas um; em 1930, nenhum. Trabalho muito, escrevo muito, mas o que sai da pena é, hoje, obra transitória de jornalista e não, mais, a do homem de letras, como era minha ambição e meu sonho. Sou, atualmente, como um náufrago numa ilha deserta e que, atormentado pelo frio, queima, para aquecer-se, as tábuas do escaler em que devia salvar-se.

O ano de 1930 encontrou-me deputado, com perspectiva de prosperidade e esperanças de repouso, e despediu-me hoteleiro, doente, cansado, com uma sobrecarga de sonhos mortos, em um país desorganizado e reduzido à miséria, em que se não dá mais valor ao trabalho da pena.

Entro, enfim, em 1931, como um homem que, após uma noite de tempestade, vê raiar o dia e se encontra, à claridade dêle, como Job:

---

<sup>8</sup> CAMPOS, 1954a, p. 314.

entre os escombros da sua casa, diante do seu campo incendiado, cercado pelos cadáveres das suas ovelhas...<sup>9</sup>

Humberto, desde que assumira o cargo parlamentar, afirmava constantemente que as atividades políticas tiravam dele o tempo que poderia dedicar às suas letras. Isso já havia aparecido em outros registros, como, por exemplo, no balanço realizado sobre o ano de 1928<sup>10</sup>. Mesmo não podendo se dedicar completamente às letras, Humberto afirmava sentir-se conformado por, ao menos, poder usar algumas horas diárias para elas, enquanto a maior parte dedicava junto aos ministérios, pois tinha consciência de que o cargo parlamentar era aquele que mais lhe rendia subsídios para a sua manutenção financeira, apesar de continuar referindo-se a si mesmo constantemente como um homem economicamente “pobre”.

Foram, portanto, os subsídios oriundos do seu cargo político que lhe proporcionaram um certo conforto financeiro nunca antes experimentado. De uma trajetória que, ele narrará posteriormente, nas suas memórias, ter sido de pobreza desde a infância em Parnaíba, na década de 1890, até os seus primeiros anos como membro da Academia Brasileira de Letras, a partir de 1920, e que durante toda a sua estadia no Rio de Janeiro se caracterizou por intenso trabalho jornalístico e escassos recursos, o seu apadrinhamento político por José Maria Magalhães de Almeida, chefe do Partido Republicano no estado do Maranhão, a partir de 1925, e a vitória eleitoral no pleito de 1927, proporcionou-lhe um patamar de vida com o qual não estava acostumado. Isso lhe possibilitou, por exemplo, dentre outras coisas, contratar a rápida construção de sua casa própria, na Tijuca, em abril de 1929 – segundo o seu registro, todos os subsídios até o fim de sua legislatura já haviam sido empenhados no pagamento da dívida contraída com o “agiota” Frank Dodd, de quem tomara dinheiro emprestado para tal<sup>11</sup> –, bem como a substituição completa de seu mobiliário quando da mudança de Niterói para o Rio de Janeiro – tendo comprado “tudo novo, e moderno, e de gosto” para a nova residência<sup>12</sup>.

---

<sup>9</sup> CAMPOS, 1954b, p. 123.

<sup>10</sup> Idem, 1954a, p. 314.

<sup>11</sup> Ibid., p. 362.

<sup>12</sup> Ibid., p. 331.

Esse relativo conforto financeiro de que passou a usufruir Humberto em virtude de suas atividades parlamentares foi, inclusive, apontado pelo próprio autor como uma das razões que o possibilitou retomar a ideia de manter um diário íntimo, no início de 1928. Afirmou, naquele momento, estar “mais livre (...) de preocupações sobre o pão de cada dia”<sup>13</sup>. Tal situação lhe garantia, conforme o mesmo afirmou, as melhores perspectivas futuras, de prosperidade e descanso.

Entretanto, se naquele momento o cronista dava a entender que tal conforto fora alcançado como recompensa de sua labuta diária, que, por meio dos seus próprios esforços, alcançara elevada posição social, crendo na estabilidade da mesma, no registro acima citado, o autor já ressignificou essa sua trajetória. Por esta nova leitura, Humberto metaforizou a sua ascensão social ao ato de escalar um vulcão: a subida até o cume havia sido muito difícil, pois o trajeto era por demais íngreme, custando muito tempo para percorrê-lo; entretanto, vencidas as dificuldades e alcançado o ponto mais elevado do vulcão, fora apanhado por algum incidente que o empurrara para dentro da cratera, derrubando-o do topo. E, desta maneira, diferentemente da demorada subida – que, pela sua trajetória biográfica, levava dezoito anos para ser concluída –, a queda foi rápida – levava apenas um mês, outubro de 1930<sup>14</sup>. No tocante à velocidade com que as coisas haviam acontecido, Humberto já afirmara, em 29 de outubro: “Minha vida tem sido uma viagem em Montanha-Russa. Que trabalho para subir! E que velocidade, para descer!”<sup>15</sup>

Essa percepção de que seu *status* social seria radicalmente afetado com a vitória dos revoltosos de 1930, portanto, já aparecera meses antes, quando o movimento armado mal havia cessado. A importância que os subsídios parlamentares exerciam na vida financeira de Humberto naquele momento era tão forte que a constatação de que sua cassação implicaria diretamente na impossibilidade de saldar as suas dívidas foi registrada na mesma anotação em que constatou a vitória dos revoltosos, em 24 de outubro,

---

<sup>13</sup> CAMPOS, 1954a, p. 84.

<sup>14</sup> Humberto chegou mesmo a afirmar que sua queda havia levado apenas um dia, o da vitória do movimento de 1930 (Idem, 1954b, p. 90).

<sup>15</sup> Ibid., p. 95.

véspera de seu aniversário de 44 anos. “A esta hora não sou mais deputado, tenho vinte e dois mil réis no bôlso, e devo mais de setenta contos”<sup>16</sup>.

Diante da nova situação financeira que se abateu sobre a família de Humberto de Campos, provocada pela perda da renda parlamentar, o ex-deputado federal decidiu alugar a própria casa e mudar-se para outro local, uma casa maior que pudesse ser transformada em uma pensão para ser alugada para forasteiros e, desta maneira, complementar as finanças, permitindo-lhe “viver com honradez e decência”<sup>17</sup>. Essa ideia foi registrada no seu diário já no dia 29 de outubro, seis dias após a vitória do golpe e a sua deposição como deputado. A mudança, por sua vez, deu-se também rapidamente, apenas um pouco de mais de um mês depois, no dia 6 de dezembro de 1930. O prédio escolhido situava-se na Praia do Flamengo, n. 252.

Assim descreveu os últimos momentos na sua casa própria da Tijuca, e os primeiros no Flamengo:

Sábado, 6 de dezembro de 1930. Após uma infinidade de incidentes, e de corridas pelos bairros elegantes da cidade em busca de uma casa que sirva para a pensão que ideamos, fica resolvida a nossa mudança para o prédio nobre da Praia do Flamengo, 252. E hoje é o dia em que devemos abandonar esta casa em que supunha morrer, pois que a havia construído para morar e com a idéia de nela envelhecer e acabar os meus dias. (...)

Nós perdíamos também um sonho humilde, com o abandono desta casa em que havíamos posto, igualmente, toda a nossa esperança de tranqüilidade...

Domingo, 7 de dezembro de 1930. Dormimos, já, na nova instalação permitida pelo Destino. Situada no melhor ponto da Praia do Flamengo, deixamos, para alugar os cinco compartimentos do andar superior. No andar térreo, acomodamo-nos na sala da frente minha mulher, meu filho menor [Humberto Filho], eu, a minha mesa de trabalho, a minha máquina de escrever, uma estante aberta com livros, e sete peças de mobiliário. Tudo comprimido, mas conformado com a sorte. No hall da escada que dá para o andar superior, a minha livraria, franqueada aos hóspedes que vierem; e no patamar dos dois vãos de escada, a cama turca do meu filho maior [Henrique]. Minha filha [Maria de Lourdes] e o resto da família, isto é, a avó [Maria Amélia de Paiva Vergolino] e a tia [Cecília]<sup>18</sup>, num quarto no fim da casa.<sup>19</sup>

<sup>16</sup> CAMPOS, 1954b, p. 90.

<sup>17</sup> Ibid., p. 95.

<sup>18</sup> Na verdade, Cecília era tia-avó de Lourdes, pois era tia de Paqueta e irmã de Maria Amélia. Solteira, morara em Belém com a irmã até a morte do marido desta, Henrique Virgolino, ocorrida no final de setembro de 1914 (“NOTAS sociaes – Enterros”. **O Imparcial**. Ano III, n. 638. Rio de Janeiro, edição de 30 set. 1934, p. 5). As duas, então, foram abrigadas na casa de Humberto e Paqueta, e aí morariam até o fim da vida (CAMPOS, 1954b, p. 332).

<sup>19</sup> Ibid., p. 111-112.

Politicamente, os dias e as semanas que se seguiram à vitória do golpe foram marcadas pelas prisões de vários antigos congressistas e líderes partidários associados ao governo de Washington Luís, dentre eles, o próprio ex-presidente<sup>20</sup>, e dois políticos da bancada maranhense próximos a Humberto, o ex-deputado Viriato Correia<sup>21</sup> e o ex-senador e líder do Partido Republicano, do Maranhão, Magalhães de Almeida<sup>22</sup>, prisões contra as quais ergueram-se, na imprensa, Assis Chateaubriand e Coelho Netto<sup>23</sup>. Outras prisões ocorreram por engano, como a de Carlos Chagas, confundido com o ex-delegado Francisco Chagas, acusado de homicídio, o que Humberto registra para oferecer exemplos do despreparo de várias pessoas que haviam ascendido a cargos de poder com o golpe deflagrado e vitorioso<sup>24</sup>.

Apenas por meio do decreto n. 19.398, de 11 de novembro de 1930, dissolveram-se oficialmente o Congresso Nacional, as Câmaras estaduais e os Conselhos municipais, instaurando-se o Governo Provisório, chefiado por Getúlio Vargas, e criando-se o Tribunal Especial Revolucionário, para apuração e julgamento de crimes políticos, funcionais, dentre outros. No dia seguinte, Humberto já registrava o início das deportações de políticos como Irineu Machado, Pessoa de Queirós, Machado Coelho, Artur Lemos, Paim Filho, Juvenal Lamartine, etc.<sup>25</sup>

No dia 28 de dezembro, Humberto registrou uma visita que Magalhães de Almeida, já fora da prisão, lhe fez em sua nova residência, anunciando que o governo provisório, através do Tribunal Especial, iria decretar a perda dos direitos políticos de todos os congressistas que apoiaram os últimos meses do governo de Washington Luís, como primeira estratégia para evitar que aqueles que haviam sido depostos com o golpe pudessem voltar ao poder, tendo-se em vista que a popularidade dos mesmos persistia em seus respectivos estados<sup>26</sup>. No dia seguinte, os jornais estamparam a notícia de que havia sido instaurada perante o Tribunal Especial denúncia contra “cento e tantos” deputados que haviam votado pelo reconhecimento dos candidatos a deputado da Paraíba no

---

<sup>20</sup> CAMPOS, 1954b, p. 98.

<sup>21</sup> Ibid., p. 94 e 107.

<sup>22</sup> Ibid., p. 106 e 110.

<sup>23</sup> Ibid., p. 104-105.

<sup>24</sup> Ibid., p. 103 e 131. Cf. também CAMPOS, Humberto de. “Reflexões profundas em torno de uma cova rasa”. **A Noite**. Ano XXIV, n. 8.176. Rio de Janeiro, edição de 29 ago. 1934, p. 02

<sup>25</sup> Idem, 1954b, p. 106.

<sup>26</sup> Ibid., p. 119.

pleito de março, na completa ausência dos livros eleitorais, reivindicados pelos candidatos aliancistas. Segundo Humberto, esse reconhecimento teria sido imposto pelo próprio presidente da República, em ação escandalosamente humilhante e fraudulenta<sup>27</sup>. Os vitoriosos do golpe, portanto, por meio das prisões, dos julgamentos, das deportações, cobravam dos antigos donos do poder os anos de abusos em que estes estavam à frente do comando dos estados e do país, reelaborando o cenário político e as normas que o regiam para excluí-los do jogo político e se consolidarem à frente dos lugares de poder.

Humberto chegou, pois, ao final de 1930, além de doente e cassado, mergulhado em dívidas, com a casa hipotecada e voltando ao trabalho intensivo em jornais para poder sanar as custas da família e as necessidades estruturais da pensão que havia aberto em sua nova moradia, que, por sua vez, ainda não possuía inquilinos que dessem o retorno do que nela fora investido. Chegou ao fim do ano também sob o risco muito forte de sofrer o mesmo tipo de perseguição a qual estavam sendo submetidos outros políticos que, como ele, haviam estado coligados às oligarquias que comandavam a República Velha e atuado diretamente na manutenção do poder desses agrupamentos políticos. Dezoito anos depois dos eventos ocorridos no Pará, quando foi perseguido e agredido pelos lauristas por associar-se e defender o governo de Antônio Lemos, Humberto acabava um ano sob o medo do que lhe reservava o futuro, vislumbrando a impossibilidade de se reerguer politicamente, de se manter financeiramente e, mesmo, de viver com saúde.

## **2. Dependência social e agravamento da doença**

O ano de 1931 marcou, desta maneira, o início de um novo momento na vida de Humberto em que, alijado da política partidária e sob constante risco de ser perseguido e deportado pelo Governo Provisório por conta de seu envolvimento no governo anterior e das críticas que publicara contra os candidatos aliancistas, o poeta acabou voltando-se mais para si mesmo e para a sua doença, que se agravou nesse período. Foi nesse momento em que o poeta começou também a perceber a rede de relações que construía ao longo dos anos, relações, essas, que constituíram a base de sua própria sustentação

---

<sup>27</sup> CAMPOS, 1954b, p. 120.

social e financeira nos anos seguintes, tanto no campo jornalístico e literário, quanto no político e médico.

No jornalismo, por exemplo, destacaram-se as relações construídas com donos de jornais que o contrataram para trabalhar como articulista em suas páginas, remunerando-o pelos seus textos e compreendendo as faltas quando a sua saúde piorava – destacam-se nos registros do autor, portanto, Assis Chateaubriand, de *O Jornal*, para o qual escreveu de 19 de novembro de 1930 a 16 de janeiro de 1932<sup>28</sup>; e J. E. de Macedo Soares, antigo proprietário do jornal que havia alavancado a carreira de Humberto nas décadas de 1910 e 1920, *O Imparcial*, então proprietário do *Diário Carioca*, para o qual o cronista começou a contribuir com crônicas a partir de 21 de janeiro de 1932 e o fez até às vésperas da morte<sup>29</sup>.

No campo das letras, Humberto conseguiu manter relações tanto com alguns membros da Academia Brasileira de Letras, instituição apontada como reduto do conservadorismo nas letras, como João Ribeiro, Coelho Netto, Medeiros e Albuquerque e Afrânio Peixoto, quanto era também admirado e procurado por alguns jovens poetas e prosadores, inclusive ligados ao movimento modernista, tais como Rachel de Queiroz<sup>30</sup>.

Interessante é perceber como Humberto de Campos possuía, assim, certa parcela de aceitação em dois polos que representavam interesses diversos e divergentes, que consistiam na instituição conservadora da ABL e no movimento modernista que tanto a criticava. Isso em muito era devido ao fato de Humberto, apesar de ser membro da Academia e orgulhar-se de assim o ser, pois via no pertencimento à instituição a consagração de seu nome no campo literário, ser, por outro lado, um dos maiores críticos dos acadêmicos, denunciando já há algum tempo a improdutividade de grande parte dos seus membros, conclamando por uma renovação da instituição<sup>31</sup>. Acrescente-se a isso também o fato de o cronista ter, em muito, tentado se afastar dos modelos

<sup>28</sup> CAMPOS, 1954b, p. 108 e 237.

<sup>29</sup> Ibid., p. 237.

<sup>30</sup> Ibid., p. 281.

<sup>31</sup> Confira, dentre outras, as crônicas “Acadêmico, para o resto da vida!” (CAMPOS, Humberto de. **Notas de um diarista – 1ª série** (obra póstuma). Rio de Janeiro: W. M. Jackson, 1941i, p. 59-62 [Coleção Obra Completa, vol. 09]), e “A infecundidade literária da Academia Brasileira de Letras” (Idem. CAMPOS, Humberto de. **Notas de um diarista – 2ª série** (obra póstuma). Rio de Janeiro: W. M. Jackson, 1941j, p. 235-238 [Coleção Obra Completa, vol. 10]), publicadas originalmente na seção *Notas de um diarista*, em *O Jornal*, de Chateaubriand.

canônicos de produção, comuns aos acadêmicos, aproximando-se, portanto, dos interesses pertinentes a outros homens de letras que estavam ainda fora do círculo oficial – vale ressaltar que a revista *A Maçã*, maior exemplo da ruptura de Humberto com os modelos do cânone oficial da Academia, teve a sua primeira edição publicada no dia 11 de fevereiro de 1922, exatamente no mesmo dia em que teve início, em São Paulo, a Semana de Arte Moderna.

Foi ainda através da Academia Brasileira de Letras que novas relações foram construídas para a surpresa do próprio Humberto. Destaca-se, neste ponto, a ajuda que lhe foi fornecida especialmente por meio das ações diretas de três acadêmicos – o presidente da ABL em 1931, Fernando Magalhães, Aloísio de Castro e o recentemente empossado Gregório da Fonseca – que, agindo conjuntamente, conseguiram, dentre outras coisas, que o nome do cronista fosse indicado pela Academia para representá-la oficialmente no intercâmbio intelectual com o Uruguai. Isso possibilitaria a Humberto que, logo após suas atividades oficiais naquele país, ele pudesse, às custas da instituição, viajar para Buenos Aires, a fim de consultar-se com o Dr. Eliseu Segura, conhecido especialista em disfunções e extração da hipófise, o que representava uma chance de melhora da sua saúde. Efetivamente, Humberto realizou essa viagem em outubro, registrando ter sido a primeira vez que saiu do país, e encontrou o Dr. Segura no dia 12 de novembro de 1931<sup>32</sup>. Entretanto, ante o medo de morrer no estrangeiro, durante essa intervenção, e a conselho do próprio corpo médico que o tratava no Brasil, que afirmou ser um risco desnecessário, tendo-se em vista a melhora do quadro clínico do cronista nos últimos meses, não se submeteu a ela, retornando ao país com esperanças de que o forte tratamento pelo qual passava pudesse lhe proporcionar o conforto que os seus médicos vislumbravam, o que não aconteceu, como demonstraria a piora do seu quadro clínico nos anos seguintes.

No campo político, por sua vez, Humberto também demonstrou receber uma certa aceitação por grupos que eram antagonistas. Continuou política e fraternalmente leal ao seu padrinho político, José Maria Magalhães de Almeida, líder do antigo Partido Republicano, do Maranhão, que, em 1934, garantiria a vitória de Humberto nas urnas para ocupar novamente uma vaga na Câmara Federal, saindo vitorioso no pleito pelo Partido Social Democrático (PSD),

---

<sup>32</sup> CAMPOS, 1954b, p. 222-224.

liderado por Almeida, que se responsabilizou pessoalmente com o cronista por toda a campanha pela sua eleição no estado – tendo-se em vista que o próprio Humberto já não tinha, então, condições de viajar para tal.

Por outro lado, ressaltem-se as relações que o autor acabou estabelecendo também com alguns dos políticos que haviam emergido ao poder com a vitória do golpe, dentre eles, o secretário de Getúlio e recentemente transformado em membro da ABL, Gregório da Fonseca<sup>33</sup>, e os ministros Osvaldo Aranha<sup>34</sup> e José Américo de Almeida<sup>35</sup>, que intercederam por ele diretamente junto ao governo federal. Foi pela ação desses senhores, declarados admiradores do cronista, que, em agosto de 1931, Humberto foi nomeado Inspetor do Ensino do Distrito Federal, com remuneração mensal de 900\$000<sup>36</sup>, e sua filha contratada para trabalhar como diarista dos Telégrafos, a 7\$000 por dia<sup>37</sup>. O próprio Getúlio Vargas, também grande admirador do escritor e, talvez menos por estar “compadecido de seu estado de saúde e de sua situação financeira”, como quis crer Humberto, e mais como forma de cooptar um adversário político – que, apesar de fora do poder, tinha grande influência sobre a formação de opinião dos leitores, sendo, portanto, estratégico não o ter como crítico do governo –, além de tê-lo nomeado para aquele “cargo disputadíssimo pelos correligionários”, nomeá-lo-ia ainda, anos depois, como Diretor interino da Casa Ruy Barbosa, em dezembro de 1933<sup>38</sup>, e, apesar de sua demissão dois meses depois, criticando publicamente as condições financeiras a que estava aí submetido<sup>39</sup>, ser novamente nomeado para o

---

<sup>33</sup> CAMPOS, 1954b, p. 166.

<sup>34</sup> Ibid., p. 171.

<sup>35</sup> Ibid., p. 165.

<sup>36</sup> Ibid., p. 166-167.

<sup>37</sup> Ibid., p. 165.

<sup>38</sup> Ibid., p. 405-406.

<sup>39</sup> Ibid., p. 427. Humberto afirma ter se demitido como protesto contra as condições financeiras a que estava submetido na Casa. Segundo seu registro, o Tesouro Nacional decidira reduzir em dois terços o vencimento correspondente a cargos públicos quando estes estivessem sendo ocupados interinamente. No caso, como Humberto fora nomeado para substituir Homero Pires, que havia saído para ocupar vaga na Câmara, vinha ganhando, desde a sua nomeação, apenas um terço (496\$000) do que Pires ganhava no mesmo cargo (1:600\$000). No mesmo dia de sua demissão, o cronista publicou um texto irônico no *Diário Carioca*, intitulado “A glória de Pafúncio e a recompensa da Pátria”, em que narrava a discrepância entre a situação financeira que os jornais alardearam quando de sua nomeação e a realidade em que vivia, com todas as suas dificuldades para, com tão baixa remuneração, sanar as suas dificuldades, dentre elas, do tratamento de sua doença. Nesta crônica, ele expunha a sua situação através da criação de um alter-ego fictício, de nome Pafúncio Félix da Felicidade Fernandes, escritor, jornalista, membro da Academia Brasileira de Letras, doente e diretor da “Casa de Evaristo da Veiga” que, em virtude de todas as dificuldades e as pilhérias que o

mesmo cargo em agosto de 1934, em melhores condições<sup>40</sup>.

Tais relações construídas com o grupo no poder possibilitaram também que Humberto não viesse a padecer da perseguição política, da prisão e da deportação imposta a muitos políticos que pertenciam aos grupos que apoiavam a política da Primeira República<sup>41</sup>. O próprio Magalhães de Almeida, por exemplo, por liderar o antigo partido situacionista maranhense, não teve a mesma regalia, sendo detido no Maranhão no início de novembro de 1930<sup>42</sup>, e escoltado para o Rio de Janeiro como preso político. Humberto registrou que, na ocasião de seu desembarque na capital federal, no dia 24 de novembro, as duas únicas pessoas que se fizeram presentes para apoiar o ex-senador maranhense foram o irmão dele e o próprio Humberto.

Nenhum senador amigo. Nenhum deputado. A única pessoa que encontro à sua espera é o seu irmão, auditor de guerra. E é com este, e comigo, que o viajante cumpre o dever humilhante de ir, escoltado por um investigador, à Polícia Central, para ser identificado. A nossa ex-bancada ficou em casa, apavorada ainda com os acontecimentos...<sup>43</sup>

No campo da medicina, a dependência cada vez maior para com os médicos, responsáveis pelo tratamento dos males de sua doença, que afetavam, principalmente, sua visão, sua bexiga e sua próstata. Quanto mais a dor ia avançando, mais submetido o corpo de Humberto estava ao tratamento alopático, e quanto mais esse tratamento ia se mostrando ineficaz, mais numeroso se tornava o corpo médico que geria o corpo doente: Afonso MacDowell, Paulo César, Clementino Fraga, Alcindo Baena, Jacinto Campos, Aloísio de Castro, Antônio Austregésilo, Xavier de Oliveira etc.

Já nos primeiros registros do ano de 1931, Humberto registrou o convite feito pelo médico Silva Melo para que o cronista o visitasse em seu consultório a fim de que realizasse alguns exames de saúde, convite, este, que lhe foi repassado através de Assis Chateaubriand. Da bateria de exames a que se submeteu – coração, fígado, pulmões, pressão arterial, urina e sangue –,

---

Destino o os homens lhe reservavam, até em suicídio havia pensado (CAMPOS, Humberto de. "A glória de Pafuncio e a recompensa da Pátria". **Diário Carioca**. Ano VII, n. 1.716. Rio de Janeiro, edição de 7 mar. 1934, p. 06).

<sup>40</sup> CAMPOS, 1954b, p. 463.

<sup>41</sup> Ibid., p. 103 et seq.

<sup>42</sup> Ibid., p. 106.

<sup>43</sup> Ibid., p. 110.

concluiu-se que Humberto padecia de três principais males, da hipófise, da bexiga e do coração. Para cada um deles, assumiu um médico diferente: o Dr. Paulo César para o tratamento da bexiga, que se encontrava “inflamadíssima, com eliminação de pus, denunciando pielite”; o Dr. Almeida Reis para o coração, que estava “enorme, com desenvolvimento considerável da aorta”, e o Dr. Silva Melo para a hipófise, cuja inflamação, segundo os exames, encontrava-se paralisada. Humberto, entretanto, registra comovido em seu Diário que os três assumiram o seu tratamento de maneira voluntária, às suas próprias custas, em muito devido à admiração que nutriam por aquele escritor<sup>44</sup>.

Apesar, entretanto, da boa vontade e da amabilidade que lhe foi dedicada pelos médicos, o tratamento a que estava se submetendo, especialmente para tentar sanar a inflamação da bexiga, estava provocando febres, suores, noites sem conseguir dormir e sofrimento indizíveis os quais ele tentava traduzir em seus registros, consciente, entretanto, da limitação da linguagem. Já no dia 30 de janeiro, afirmou que o tratamento “tem agravado sensivelmente o meu estado, irritando-me os órgãos enfermos e determinando febre, intoxicação, e dores permanentes e irritantes”<sup>45</sup>.

Ao longo de todo o mês de fevereiro, Humberto, reiteradamente, realizou várias tentativas de descrever os sofrimentos pelos quais estava passando, dando conta de como o seu corpo estava sendo afetado devido ao tratamento aplicado, especialmente durante os dias 13 a 22, quando esteve com uma sonda ligada à bexiga, que, além do incômodo que provocava, provocou-lhe hemorragia e infecção dos testículos.

Terça-feira, 3 de fevereiro de 1931:

Sufrimento, sofrimento, sofrimento. A impressão de que sou um saco feito de carne humana, mas cheio de pregos e navalhas, que me espetam e retalham de dentro para fora. Pequenos sonos de dez minutos em noites que parecem de setenta horas. E nestes sonos ligeiros, sonhos pavoroso, com fantasmas que ainda vejo depois de acordado.

E ainda pela manhã, a obrigação de escrever coisas alegres...<sup>46</sup>

Quinta-feira, 19 de fevereiro de 1931:

Sete dias de tormento, de martírio; quase de desespero. Uma semana inteira com uma sonda espetada na bexiga inflamada, e que entra em espamos, ou fica obstruída pelos detritos, de meia em meia hora. Às

<sup>44</sup> CAMPOS, 1954b, p. 128-129.

<sup>45</sup> Ibid., p. 130.

<sup>46</sup> Ibid., p. 131.

vêzes, não podendo mais suportar as dores, arrancava a sonda, no meio da noite. E, sem ela, as dores ainda se tornavam mais irresistíveis. [...] <sup>47</sup>

Domingo, 22 de fevereiro de 1931:

Dois dias de tormento ainda maior, ontem e hoje. Tendo a sonda me ferido a bexiga em algum movimento durante a noite, sobreveio a hemorragia. Esta determinou o aparecimento da orquite. Dor e agonia. Apelo a todos os médicos que me podem socorrer, e que não chegam nunca. Febre. Princípio de delírio. E outra viagem pelos desertos da Síria em um camelo que Pierre Loti me ofereceu há três ou quatro anos, em outro delírio que tive. [...] <sup>48</sup>

O ano de 1931, entretanto, não trouxe a Humberto apenas um fevereiro de lancinantes experiências. Uniu-se aos sofrimentos da bexiga a cegueira, que progrediu rapidamente, especialmente sobre o olho esquerdo, fazendo-se necessário submeter a uma delicada cirurgia para descomprimir o nervo óptico e tentar recuperar a vista prejudicada. A necessidade da cirurgia, portanto, afirmava-se pelo discurso dos médicos, entretanto, eles próprios reconhecem que ela deveria ser feita no estrangeiro, visto que a medicina nacional não tinha a experiência necessária para tal. O medo de Humberto de morrer, portanto, une-se a outro medo que se configura ainda maior: o medo de ficar completamente cego, sem poder ler, nem escrever. As opções, entretanto, para o cronista, não pareciam nada confortáveis, levando-o a um desânimo e a uma pessimista certeza da morte iminente, devidamente registrada em 1º de agosto:

Eu jamais imaginei que viesse a perder, e tão tranqüilo, o gosto da vida. A insistência com que os médicos, na sua unanimidade, opinam pela necessidade de uma operação, e a diversidade de opiniões sobre o país em que devo ir fazê-la, deram-me a absoluta certeza de que não escaparei à intervenção cirúrgica, sabidamente arriscada, que eles me recomendam. Tôdas as que têm sido tentadas no Brasil têm sido fatais. [...]

Eu não tenho mais, no mundo, nem ilusões nem afetos. A vida está se me tornando um fardo, dia a dia mais pesado e terrível. Eu queria a vida para consagrá-la principalmente às minhas letras, à realização de uma obra que trazia no pensamento. Isso tornou-se impossível. As minhas horas são consumidas, tôdas, na conquista do pão de cada dia. Para que me serve, pois, a vida, se não a posso empregar naquilo para que a desejava? Acresce que, morrendo no ato operatório, nada sofrerei. A transição do sono para a morte será, provavelmente, insensível. Para que, pois, podendo morrer serenamente, voltar ao mundo, a fim de aguardar, talvez, morte pior?

Essas reflexões, temperadas por Schopenhauer, preparam-me para morrer com sabedoria. Deitar-me-ei na mesa de operações como quem se deita num leito macio, para um sono largo.

<sup>47</sup> CAMPOS, 1954b, p. 132.

<sup>48</sup> Ibid., p. 132-133.

Se o sono fôr bom, para que despertar?<sup>49</sup>

As condições em que Humberto se encontrava no início de 1931 haviam-no levado a iniciar, meses antes do registro acima, a elaboração dos textos que iriam compor a sua autobiografia, o seu livro de memórias. Esse projeto, iniciado em 12 de maio, consistia na aposta do autor de conseguir produzir uma obra que lhe sobrevivesse, a catedral que permanecesse em pé depois de sua queda, na analogia de Lúcia Carvalho<sup>50</sup>. A perspectiva de tornar-se completamente cego ou morrer durante a cirurgia, portanto, aterrorizava ainda mais Humberto por não lhe possibilitar concluir essa obra, com a qual pretendia tentar contar a sua vida, monumentalizando-a, eternizando-a.

O sucesso da cirurgia, por sua vez, realizada no dia 25 de agosto de 1931, proporcionou-lhe uma melhora temporária, leve, mas suficiente para que levasse adiante o seu projeto mais ambicioso: a sua redenção pela literatura.

### **3. O passado como fuga e como arte: a elaboração do livro de Memórias**

O ano de 1933 marcou o início de uma prática que logo se espalharia entre os letrados brasileiros da primeira metade do século XX: a produção de autobiografias, livros de memórias ou, como eram chamados por outros, livros de reminiscências.

Sérgio Miceli, que estudou profundamente as biografias de vários letrados na elaboração do seu *Intelectuais e Classe Dirigente no Brasil*, em 1979, classifica em pelo menos dois grandes grupos os autores que produziram obras desse gênero até por volta de meados do século passado: autores bissextos, não profissionais, conhecidos como escritores “malditos”, que pretenderam com seus livros memorialísticos produzir a sua obra-prima, que pudesse firmar “uma posição de prestígio que não estavam seguros de haver logrado com sua produção anterior”, dentre eles, Gilberto Amado, Afonso Arinos, Pedro Nava, Paulo Duarte<sup>51</sup>; no segundo grupo, inclui os intelectuais que, consagrados em vida, produziram suas autobiografias apenas em

<sup>49</sup> CAMPOS, 1954b, p. 164-165.

<sup>50</sup> CARVALHO, Lúcia Helena. “A catedral malograda”. In: REIS, Roberto (org.). **O miolo e o pão**. Niterói, RJ: EDUFF, 1986, p. 27-37

<sup>51</sup> MICELI, Sérgio. **Intelectuais à brasileira**. São Paulo: Companhia das Letras, 2008, p. 84.

momentos excepcionais, quando sentiram uma baixa no seu prestígio, usando-as como oportunidade de “converter sua história em matéria-prima de um tratamento estético”, como José Maria Bello, Fernando de Azevedo, Cândido Motta Filho, José Américo de Almeida, etc.<sup>52</sup>, ou de “exibir o seu virtuosismo no ofício de escritor”, como Graciliano Ramos, José Lins do Rego, Gilberto Freyre, etc.<sup>53</sup>

O autor afirmou, ainda, que as narrativas memorialísticas produzidas por esses grupos de intelectuais possuíam, pelo menos, um ponto de convergência: geralmente elas tinham como pano de fundo a pretensão de, consciente ou inconscientemente, justificar a “vocaçãõ” do intelectual, empenhando-se em “reconstituir as circunstâncias sociais que, no seu entender, se colocavam na raiz de suas inclinações para as profissões intelectuais”<sup>54</sup>.

Se Miceli teve tanto trabalho em seu estudo, estimando ter analisado por volta de 88 livros de memórias dos intelectuais que dominaram o cenário das letras no período entre 1920 e 1945<sup>55</sup>, para o grupo dos anatólios, dos intelectuais diretamente ligados à chamada República Velha, o número de autobiografias se reduz consideravelmente. Segundo ele, desses intelectuais selecionados para compor o seu estudo, poucos produziram livros de memórias, sendo eles: Humberto de Campos, Paulo Setúbal, João Alberto Lins de Barros, Gilberto Amado, José Maria Bello, Vivaldo Coaracy, Agildo Barata e Juarez Távora. Entretanto, apenas os dois primeiros da seleção publicaram suas memórias ainda na década de 1930, o primeiro, em 1933, e o segundo, em 1937, enquanto todos os demais só viriam publicá-las a partir de duas décadas depois<sup>56</sup>.

Há, entretanto, outro memorialista, membro da Academia Brasileira de Letras, contemporâneo de Humberto e Setúbal, que Miceli deixou, por algum motivo não explicado, de fora de sua seleção: José Joaquim de Campos da Costa de Medeiros e Albuquerque.

Em artigo publicado no *Diário da Noite*, em agosto de 1933, Múcio Leão,

---

<sup>52</sup> MICELI, 2008, p. 85.

<sup>53</sup> Ibid., p. 85.

<sup>54</sup> Ibid., p. 83.

<sup>55</sup> Ibid., p. 281-284

<sup>56</sup> Barros, em 1953; Amado, a partir de 1954; José Maria Bello, em 1958; Coaracy, em 1959; Barata, em 1962; e, finalmente, Távora, em 1973.

ao comentar uma palestra proferida por Alberto de Faria na ABL, onde ele teria lido alguns capítulos do que seria o seu futuro livro de reminiscências – que, na verdade, jamais chegou a ser publicado... –, afirmou como seria “útil que todos os homens que têm uma parte de responsabilidade, política, social ou meramente literária, no Brasil, escrevessem as suas reminiscências”<sup>57</sup>. Entretanto, registrou, logo em seguida, que, na literatura de sua época, só conhecia dois intelectuais que haviam produzido livros de memórias: Humberto de Campos e Medeiros e Albuquerque.

A obra memorialística de Medeiros e Albuquerque é composta por três livros: o primeiro, intitulado *Minha vida: da infância à mocidade, 1867-1893* (1933); o segundo, de nome *Minha vida: da mocidade à velhice, 1893-1934* (1934); por fim, o terceiro, póstumo, *Quando eu era vivo... Memórias, 1867 a 1934* (1942). Resumem-se, entretanto, apenas à última. Explico: o autor dividira suas memórias em duas obras a serem publicadas apenas depois de sua morte; por algum motivo não devidamente esclarecido – possivelmente financeiro, como registra Humberto em seu Diário<sup>58</sup> –, mudou de opinião e publicou versões devidamente reduzidas da primeira, em agosto de 1933, e da segunda, em abril de 1934, dois meses antes de sua morte, intitulando-as *Minha Vida*. Seguindo, portanto, as instruções deixadas por ele, uma nova edição de suas memórias, definitiva e com o texto devidamente completo, foi publicada no ano de 1942, recebendo o nome de *Quando eu era vivo...*, sendo, portanto, a versão integral que havia servido como base para as duas primeiras publicações<sup>59</sup>.

Os cortes das primeiras edições haviam sido tantos e tão drásticos, que, quando a edição completa foi publicada, registrou-se que a impressão que se tinha era de ela não se tratar de “simplesmente uma reedição, mas quase que um livro novo, vivo e atual”<sup>60</sup>. Mesmo as edições incompletas, publicadas em

<sup>57</sup> LEÃO, Múcio. “A utilidade dos livros de reminiscências”. **Jornal do Brasil**. Ano XL, n. 184. Rio de Janeiro, edição de 2 ago. 1933, p. 05.

<sup>58</sup> CAMPOS, 1954b, p. 442-443.

<sup>59</sup> SALVADOR, Vitor Celso. “Quando eu era vivo: o enfoque peculiar da história vista pelo memorialista Medeiros e Albuquerque (1867-1934)”. **Anais do II Seminário Nacional de Estudos da Linguagem**. Cascaval, PR: Unioeste, Out/2010, p. 04. Disponível em: [http://cac.php.unioeste.br/eventos/iisnel/CD\\_IISnell/pages/simposios/simposio%2007/QUANDO%20EU%20ERA%20VIVO%20O%20ENFOQUE%20PECULIAR%20DA%20HISTORIA%20VISTA%20PELO%20MEMORIALISTA%20MEDEIROS%20E%20ALBUQUERQUE%201867-1934.pdf](http://cac.php.unioeste.br/eventos/iisnel/CD_IISnell/pages/simposios/simposio%2007/QUANDO%20EU%20ERA%20VIVO%20O%20ENFOQUE%20PECULIAR%20DA%20HISTORIA%20VISTA%20PELO%20MEMORIALISTA%20MEDEIROS%20E%20ALBUQUERQUE%201867-1934.pdf). Acesso em: 4 jan. 2014.

<sup>60</sup> “LETRAS e artes”. **Diário de Notícias**. Ano XIII, n. 6.200. Rio de Janeiro, edição de 10 jan. 1943, p. 18.

1933 e 1934, causaram grande polêmica à época, pelo teor crítico através do qual o autor se referia a algumas personalidades de sua época. Alguns dos motivos de tal polêmica foram expostos na análise feita pelo *Diário da Noite*, em 1933, transcrita abaixo:

Há capítulos notáveis, de humorismo, de realidade, de beleza. Páginas commoventes, sentidas, humanas. Medeiros apanha tudo, do império á república. Nada escapa á sua devassa analytica. Enaltece uns, destroe outros. Repara erros históricos. Conta anedoctas de grandes figuras políticas e literárias da sua mocidade. Allude á abolição, á propaganda republicana. Conta incidentes interessantes e importantes que ocorreram com ele, quando a braços (sic) com a campanha. Diz o que foi a sua vida de infância á mocidade, da mocidade á velhice. Grava conceitos oportunos. Comette indiscrições. Estraçalha algumas glorias brasileiras.<sup>61</sup>

O próprio Humberto de Campos reconheceu a semelhança de estilo narrativo entre as memórias de Medeiros e Albuquerque e os seus registros no Diário, surpreendendo-se, entretanto, com a franqueza com a qual o colega da ABL expunha publicamente nomes de pessoas conhecidas na política e na literatura, bem como suas diversas relações amorosas, citando-as todas nominalmente<sup>62</sup>.

Entretanto, se o primeiro volume de memórias de Medeiros e Albuquerque foi publicado apenas em agosto de 1933, deve-se admitir, portanto, que Humberto foi pioneiro na elaboração de livros de reminiscências no Brasil contemporâneo, visto o primeiro volume das memórias deste ter antecedido o livro daquele em oito meses, pois foi publicada quando mal havia iniciado o ano de 1933<sup>63</sup>. Esse pioneirismo, como já apontado, foi reconhecido, dentre outros, pelos dois artigos jornalísticos acima trabalhados, e o sucesso alcançado por essas obras, que, em breve, suscitaria o aparecimento de várias outras, conforme apontado por Miceli, fez com que o *Diário da Noite* afirmasse que,

<sup>61</sup> "LIVROS Novos". *Diário da Noite*. Ano V, n. 1.010. Rio de Janeiro, edição de 15 ago. 1933, p. 05.

<sup>62</sup> CAMPOS, 1954b, p. 306. Cf. também o necrológio dele feito por Humberto, em CAMPOS, Humberto de. "Medeiros e Albuquerque". *A Noite*. Ano XXIV, n. 8.101. Rio de Janeiro, edição de 16 jun. 1934, p. 02.

<sup>63</sup> De fato, encontrei uma notícia de jornal, datada de 31 de dezembro de 1932, que afirma que o livro seria lançado naquele mesmo dia. Entretanto, todas as demais fontes, entre biógrafos, antologistas e comentaristas da obra de Humberto datam o mesmo de 1933, considerando, talvez, o dia 2 de janeiro, primeira segunda-feira do ano, orientação que acabei seguindo no presente texto (Cf. "O LIVRO do dia". *A Noite*. Ano XXII, n. 7.581. Rio de Janeiro, edição de 31 dez. 1932, p. 03).

“decididamente, 1933 é o ano das memórias”<sup>64</sup>.

Diferentemente da obra memorialística de Medeiros e Albuquerque, que, como percebido, pode ser resumida a apenas uma obra, originalmente planejada, as memórias de Humberto haviam sido planejadas para contemplar dois livros, um de Memórias, e um Diário<sup>65</sup>, mas acabou se configurando em dois livros de Memórias (*Memórias, 1886-1900*, de 1933<sup>66</sup>, e *Memórias inacabadas*, de 1935, e dois volumes do *Diário*, publicados em 1954), e, ainda assim, permaneceram incompletas, devido ao falecimento do autor antes de concluído o projeto autobiográfico.

O pontapé inicial para a elaboração do livro de Memórias teria sido dado no ano de 1912, quando, funcionário público do Pará, regressou temporariamente para a cidade onde havia passado o final de sua infância e o início de sua adolescência, Parnaíba, para descansar um pouco, tentando curar-se de uma doença que o havia acometido em Belém<sup>67</sup>. Retomou esse projeto em 1915, quando, então, já estava no Rio de Janeiro, mas abandonou-o logo em seguida, quando narra os acontecimentos do ano de 1903. A terceira vez que retomou a elaboração de suas memórias foi, portanto, em maio de 1931.

Já o Diário, por sua vez, também teve três momentos distintos de elaboração: o primeiro, em janeiro de 1915; o segundo, em 1917; o terceiro, em 1928. Tanto na primeira, quanto na segunda vez, não manteve uma continuidade de registros, logo abandonando o projeto. Foi apenas em 1928 que conseguiu manter certa regularidade, registrando os seus dias até a morte, em 1934, conforme já exposto anteriormente.

A pretensão inicial de Humberto de Campos, portanto, que deixara registrado em seu Diário desde 1928, era contar a sua vida dividida nesses dois livros: em Memórias, narraria desde o seu nascimento até o ano de 1927; no Diário, os anos seguintes a essa data. A união das Memórias ao Diário, assim,

---

<sup>64</sup> “LIVROS Novos”. *Diário da Noite*. Ano V, n. 1.010. Rio de Janeiro, edição de 15 ago. 1933, p. 05.

<sup>65</sup> CAMPOS, 1954a, p. 85.

<sup>66</sup> O livro *Memórias, 1886-1900*, de 1933, publicado pela editora Marisa, consiste na narrativa autobiográfica elaborada por Humberto de Campos para contar a sua história, desde o nascimento, na pequena vila de Miritiba, no Maranhão, passando parte da infância e da adolescência em Parnaíba, no Piauí, até o fim do século encontrá-lo como lavador de garrafas na *Casa Transmontana*, em São Luís.

<sup>67</sup> CAMPOS, 1954b, p. 150.

constituiriam a sua “autobiografia, completa e fiel”<sup>68</sup>.

Entretanto, o projeto sofreu alteração. O que seria o livro de Memórias precisou ser dividido em dois, a fim de que os capítulos já prontos, que comporiam o primeiro volume, fossem logo publicados – talvez isso tenha se dado por mera exigência editorial, então, a cargo da Editora Marisa, posteriormente, passando para a Editora de José Olympio; mas talvez tenha sido por necessidades pessoais, como discutirei mais à frente.

Assim, entre maio de 1931, quando retomou o projeto de escrita, e dezembro de 1932, quando o primeiro livro foi à publicação, percebe-se, nos registros que Humberto fez em seu Diário, a dedicação que o autor passou a ter com a escrita de suas memórias. Dedicação, essa, que se destacava entre tantas outras atividades executadas por Humberto nesse período, dentre elas, algumas regulares, diárias ou semanais, como a produção de textos diários para publicação em vários jornais com os quais colaborava (entre crônicas, contos, crítica literária etc.), as reuniões na Academia Brasileira de Letras e o seu tratamento médico cada vez mais intenso, envolvendo lavagem diária da bexiga e o retorno às sessões de radioterapia, em virtude do recrudescimento do seu tumor da hipófise, em 1932, enquanto outras assaltando-o excepcionalmente, como sua cirurgia nos olhos, em 25 de agosto de 1931, e uma nova mudança de moradia, deixando a casa que havia transformado em pensão, na Praia do Flamengo, e indo morar no bairro Laranjeiras, na parte antiga da cidade, em 23 de fevereiro de 1932<sup>69</sup>. O afincamento com que trabalhou nesse projeto, entretanto, em meio a todas essas outras atividades, parece demonstrar que Humberto tinha muita pressa em concluir sua narrativa, pressa em narrar a sua história, pressa em construí-la em texto, pressa em criá-la.

Em 31 de maio de 1931, por exemplo, Humberto deixa claro com que

---

<sup>68</sup> CAMPOS, 1954b, p. 85.

<sup>69</sup> Ibid., p. 247-248. O autor não fornece maiores informações sobre o seu novo endereço, havendo como referência apenas a de morar de frente a “uma vetusta casa senhorial que foi de José Carlos Rodrigues”. Esta casa provavelmente era a de n. 280, na rua das Laranjeiras, segundo informa o *site Rio de Janeiro desaparecido* (Cf. BARATA, Cau. “Rua das Laranjeiras, 280 (casa)”. **Rio de Janeiro desaparecido (blog)**. 2011. Disponível em: <http://rio-de-janeiro-desaparecido.blogspot.com.br/2011/06/rua-das-laranjeiras-280-casa-para.html>. Acesso em: 1º fev. 2014). Humberto mudaria de bairro, pelo menos, mais uma vez, indo morar no Catete, em 1933, no prédio então chamado Palácio Rosa, no Largo do Machado, n. 21, onde permaneceria até a morte. No Palácio Rosa, portanto, ocupou inicialmente o apartamento n. 104, de 14 de março de 1933 a 27 de outubro de 1934, depois, o apartamento n. 102, a partir do dia 28 de outubro de 1934 (CAMPOS, *op.cit.*, p. 344 e 472).

pressa estava elaborando os seus textos memorialísticos. Entretanto, apesar de ter dito anteriormente que já vinha escrevendo suas memórias desde 1912, afirmou que precisara reescrever tudo novamente do início, inutilizando a maior parte do que havia escrito das vezes anteriores, reelaborando completamente os seus escritos, reescrevendo a sua história a partir de valores diferentes daqueles que o orientavam nas outras oportunidades.

Tendo iniciado, *sob novos moldes*, as minhas “Memórias” iniciadas em 1912 mas que se ressentiam do meu estilo e da minha cultura naquele tempo, passei a distribuir a matéria em pequenos capítulos de modo a aproveitar os miúdos episódios da infância. *Nada aproveitei*, a não ser o assunto, da obra antiga, que já se achava adiantada.

Iniciada essa reconstituição definitiva de 13 de maio, escrevi, em 18 dias, aproveitando as sobras do tempo, 12 capítulos, que enchem 54 páginas de 23 linhas, nesta letra liliputiana e econômica.

Durante o mesmo período de dezoito dias escrevi 37 artigos para jornais.<sup>70</sup>

Para além das questões financeira e editorial, que se encontravam devidamente atreladas, afinal, Humberto tinha sim interesse em publicar cada vez mais, já que isso lhe rendia dinheiro para arcar com as despesas, a pressa na escrita de suas memórias deve ser compreendida por outro viés. Essa pressa talvez demonstre o medo que Humberto tinha de morrer antes de concluir a escrita de sua história, antes de poder extrair lições de sua existência e oferecê-las ao público.

Nesse sentido, pertinentes são as conclusões que Albuquerque Júnior extrai da obra *Solo de Clarineta*, a autobiografia de Érico Veríssimo. Para ele:

O medo de desaparecer sem deixar um nome ou deixando um nome equívoco leva à escrita biográfica, leva a que se aposte na escrita, no texto como forma de estabilizar uma figura, uma identidade, como forma de perenizar, de monumentalizar uma vida, um corpo que já dá sinais de cansaço, que no espelho já parece outro, já o interpela como um estranho, já faz para ele perguntas incômodas.<sup>71</sup>

No caso de Humberto de Campos, esse medo de desaparecer encontrava-se ainda mais presente por conta do avanço dos sintomas de sua doença, com a qual convivia diariamente desde, pelo menos, 1928, mas que se intensificaram a partir de 1931. Tanto a doença, quanto o tratamento a que se

<sup>70</sup> CAMPOS, 1954b, p. 154, grifos meus.

<sup>71</sup> ALBUQUERQUE JUNIOR, 2012, p. 14.

submetia, estavam tendo nele efeitos os mais diversos, fazendo da morte uma companheira constante: vertigens, dormência, inchaço dos membros, cegueira, inflamação da próstata e da bexiga, que o faziam levantar-se “três vezes por noite, entre as 21 e as 5 horas, para ferver água e tomar clisteres, a fim de conseguir uma ligeira micção dolorosa”<sup>72</sup>.

Em 26 de agosto de 1932, por exemplo, em uma crônica publicada no *Diário Carioca*, Humberto saiu em defesa da eutanásia, afirmando que os juristas deveriam possibilitar legalmente que os pacientes para os quais os médicos atestassem não haver mais esperança de melhora recebessem a “morte caridosa”, o “homicídio piedoso”, pois o prolongamento da vida naqueles casos era apenas o “prolongamento desumano do sofrimento”. O autor, ao final da crônica, evocou a sua legitimidade para opinar sobre o assunto por conhecer de perto a morte, como afirmou na seguinte passagem:

Armemos, finalmente, a sciencia do direito de supprimir a dor nos casos irremediáveis. Só votarão contra isso os que nunca viram a Morte de perto. E eu voto a favor porque a conheço. Conheço-a, e a tenho aqui, agora mesmo, a meu lado... *prendendo a pena na minha mão*<sup>73</sup>.

Para Humberto, portanto, a sensação de que a morte se encontrava muito próxima dele esteve bem presente em vários registros ao longo dos anos que compõem o período aqui estudado. Essa morte, entretanto, tão próxima e tão íntima do cronista, não pode ser identificada tão somente como o avanço do sofrimento corporal causado pela disfunção hipofisária sobre o próprio Humberto. Ela se expressava de outros modos, circundando o poeta, atingindo pessoas cada vez mais próximas dele, rondando, inclusive, os corredores de sua casa.

A morte chegou algumas vezes por telegrama, por exemplo, sendo Humberto notificado do falecimento de algumas pessoas muito próximas a ele, como o tio Emídio Veras e os primos com os quais convivera a sua infância e adolescência em Parnaíba. Foi com grande pesar que o diarista registrou,

<sup>72</sup> Registro de 8 de setembro de 1931 (CAMPOS, 1954b, p. 174).

<sup>73</sup> CAMPOS, Humberto de. “Direito de matar”. *Diário Carioca*. Ano V, n. 1.243. Rio de Janeiro, edição de 26 ago. 1932, p. 01. O trecho grifado não se encontra na versão da crônica publicada pelo jornal, encontrando-se apenas na versão publicada no livro *Últimas crônicas*, de 1936 (p. 66).

dentre outros, o falecimento de Canuto Veras, em outubro de 1929<sup>74</sup>, de Merval Veras, em outubro de 1930<sup>75</sup>, de Antônio Almeida Neves, em maio de 1932<sup>76</sup>, e, finalmente, de Emídio Veras, em agosto de 1932<sup>77</sup>. Na ocasião da morte de Antônio Neves, inclusive, registrou que, em conversa com seu outro primo, Mirocles, ele teria percebido como a geração dos Veras das quais os dois faziam parte estava toda falecendo antes de completar os 50 anos. Segundo registro de Humberto, Mirocles teria afirmando o seguinte:

– Você já viu que fatalidade? Nenhum de nós desta geração, com exceção do Joaquim [irmão de Canuto], passou dos 50 anos. Todos nós nos vamos entre os quarenta e os cinquenta. [...] Merval, Canuto, Antônio Veras, Antônio Neves... Restamos eu, você e o Nestor, que ainda estamos dentro da casa fatídica...<sup>78</sup>

Além das mortes dos primos, que lhe chegavam por telegrama, telefonema ou conversas com parentes, Humberto também conviveu diariamente com pessoas que lhe lembravam a presença constante da morte, com suas mentes senis abrigadas em corpos velhos, moribundos e cadavéricos<sup>79</sup>.

Humberto, como já dito anteriormente, abrigava consigo duas senhoras idosas, a mãe e a tia de sua esposa, respectivamente, Maria Amélia e Cecília, ambas, segundo descrição do autor, senis, sofrendo de “insuficiência mental”, erravam pelos corredores da casa em seus corpos velhos, marcados pelo tempo e pelo sofrimento, demarcando o espaço da morte naquela casa, morte que as visitaria, em um espaço de um ano, levando a primeira, aos 65, em 11 de janeiro de 1932<sup>80</sup>, e flertando com a segunda, aos 62 anos, em 12 de fevereiro de 1933<sup>81</sup>.

Por sua vez, a Academia Brasileira de Letras, na qual Humberto se fazia constantemente presente, não apresentava um cenário que pudesse distanciar

<sup>74</sup> CAMPOS, 1954a, p. 364.

<sup>75</sup> Idem, 1954b, p. 85.

<sup>76</sup> Ibid., p. 271.

<sup>77</sup> Ibid., p. 307.

<sup>78</sup> Ibid., p. 271.

<sup>79</sup> Cf. ELIAS, Norbert. **A solidão dos moribundos, seguido de Envelhecer e Morrer** [trad. Plínio Dentzein]. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

<sup>80</sup> CAMPOS, 1954b, p. 234.

<sup>81</sup> Ibid., p. 332.

muito a presença da morte<sup>82</sup>. O grupo de acadêmicos com os quais o autor se relacionava na instituição era um grupo de velhos, idosos consumidos pelas doenças da idade e mergulhados muitas vezes na senilidade, muitos dos quais, chegando mesmo a sucumbir até 1934, e boa parte deles exatamente durante esse ano, que ficou marcado na história da Academia como o que mais a desfalcou, por levar, nada menos, que sete de seus membros efetivos: só no mês de abril, morreram João Ribeiro, no dia 13, com 73 anos, Augusto de Lima, no dia 22, com 75, e Gregório da Fonseca, no dia 23, com 58 anos; em junho, Miguel Couto, no dia 6, com 70 anos, e Medeiros e Albuquerque, no dia 9, com 66; por fim, Coelho Netto, no dia 27 de novembro, aos 70 anos, a quem Humberto seguiu, uma semana depois, em 5 de dezembro, aos 48.

Por outro lado, a ideia da morte, que o autor admite estar cada vez mais absorvente nele, antes mesmo do golpe de 30<sup>83</sup>, assumiria uma nova faceta no período pós-golpe: a morte não se daria apenas com o falecimento dos órgãos, mas se daria também por meio do fim das ilusões, o fim dos desejos, o fim do prazer, a perda da esperança de melhores condições de saúde, de melhores condições financeiras ou, mesmo, a percepção de que os sonhos que se tinha para a vida haviam se tornado irrealizáveis.

A percepção de ter atingido a morte espiritual, ou morte moral, provocada pelo sentimento de decadência e de fraqueza, de exaurimento de sua força vital, de sua potência, consistiu no pontapé por meio do qual Humberto, apático com o que o presente lhe oferecia, voltou o seu olhar para o passado, e elaborou o seu olhar sobre si mesmo, sobre a sua trajetória, fugindo, desta maneira, do presente que apenas lhe fornecia frustrações e ilusões perdidas, e buscando no passado, nos tempos idos, o filete de força vital que já havia nele existido e ter-lhe-ia possibilitado chegar tão longe, subir tão alto, vindo de tão baixo, antes da queda.

A escrita autobiográfica, portanto, está diretamente relacionada a esse sentimento: o biografado é produzido justamente em virtude de uma sensação de morte que toma conta do biógrafo. É na iminência dessa morte, não apenas

---

<sup>82</sup> Apesar do visível e exagerado caráter acusatório e, por vezes, nada acadêmico, com que o autor elaborou o seu texto, cf. JORGE, Fernando. **A Academia do fardão e da confusão**. A Academia Brasileira de Letras e os seus "imortais" mortais. São Paulo: Geração Editorial, 1999.

<sup>83</sup> CAMPOS, 1954a, p. 366.

a física, mas também a social, que o sujeito volta-se a si mesmo para escrever a sua própria trajetória, produzindo uma narrativa, portanto, com início, meio e, desta maneira, fim. É por perceber tal trajetória como finalizada que se torna possível pensar em contar o caminho percorrido. O biógrafo, portanto, intenta contar essa vida por considerá-la finda e, assim, passível de ser transcrita e compreendida em sua totalidade.

Humberto assim registrou o seu início do ano de 1932:

[...] considero-me intelectual, moral e fisicamente morto. Nada mais, hoje, me prende à vida. Esperanças de saúde, sonhos de glória, idéias de tranqüilidade doméstica, tudo desapareceu.<sup>84</sup>

Nesse sentido, analisando as condições de possibilidade de escrita de textos autobiográficos, Albuquerque Júnior afirma que é preciso ainda não estar morto para poder escrevê-los, mas “sentir-se já morto, com a vida concluída, fechada, para poder iniciar a escrita, para poder tomar a decisão de escrever”<sup>85</sup>.

Humberto, portanto, lança o seu olhar para o passado, como forma de escapar da decepção do presente. O passado aparece para ele como uma possibilidade de fuga das condições do presente, um lugar onde, apesar de todas as adversidades de uma infância órfã e pobre, havia ilusões que alimentavam a vida, ilusões, essas, que o autor considera terem morrido no presente.

Por outro lado, a escrita biográfica está, por excelência, diretamente atrelada à ideia de morte, também em um outro sentido: ao reduzir a experiência dinâmica ao registro estático, fixando o que é móvel, cessa-se o fluxo, mata-se o que é vivo, impedindo-se o trânsito, interrompendo-se os movimentos próprios do que é vivo, cristalizando-o em um mesmo quadro imóvel que transforma a complexidade do que é vivo na singularidade do que é morto. Biografar o outro, portanto, é em si um ato de assassinato desse outro – esteja ele já fisicamente morto ou não –, congelando-o numa representação simplificada e simplória do que ele foi ou ainda é. Autobiografia, desta maneira, também consiste em ato de assassinato: mata-se a si mesmo, reduzindo-se a

---

<sup>84</sup> CAMPOS, 1954b, p. 229.

<sup>85</sup> ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2012, p. 14

símbolos gráficos e estruturas gramaticais, palavras, frases, sentenças, textos, elaborados a partir de regras ordenadoras pré-estabelecidas e antinaturais<sup>86</sup>. O biografado, portanto, descola-se do biógrafo, tornando-se o outro para este, e um estrangeiro para o contexto<sup>87</sup>: de fato, para que possa haver autobiografia, o narrador precisa lidar consigo mesmo e com o seu passado como se estes lhe fossem estranhos, os quais ele observa de fora, desejando extrair daqueles alguma lição. O biografado, portanto, o sujeito elaborado e construído pela linguagem, já nasce morto. Ele é alguém que não tem vida por não possuir a capacidade de se modificar, de mover-se, de existir fora do campo do registro escriturário, estando preso nele, sepultado nele.

Narrar, portanto, uma vida é sepultá-la num cemitério de estruturas linguísticas a partir de uma série de regras e convenções previamente estabelecidas. Por outro lado, a cova, quando devidamente preenchida e identificada, garantirá ao morto a sua fixação no mundo, o seu enraizamento, a sua estabilidade, o seu reconhecimento, enfim, o seu lugar naquele contexto. Ainda que de maneira restrita e arbitrária, o morto ocupará um lugar permanentemente, transformado em monumento, cristalizado que estará no mundo dos vivos, e sendo por eles possível de ser acessado. A relação que os vivos estabelecerão com aquele sepulcro, por sua vez, construindo-lhe novos sentido e atribuindo-lhe novos significados, é que fará com que aquela imagem, preservada pela escrita, atualize-se e reifique-se.

Na estabilização da imagem desse morto pela escrita, portanto, aposta-se na operação do fluxo hermenêutico, pretendendo-se fazê-lo manter-se vivo através do constante movimento interpretativo que se constrói pela relação com o seu sepulcro. Sepulcro, este, que o biógrafo de si tenta preencher com a imagem que quer fazer preservar de si.

Último gesto na busca de não renunciar a si mesmo, de se enraizar no tempo e na história, a autobiografia representa uma espécie de

<sup>86</sup> Cf. CERTEAU, Michel de. "Operação historiográfica". In: CERTEAU, Michel de. **A escrita da história** [trad. Maria de Lourdes Menezes]. Rio de Janeiro: Forense, 1982, p. 65-122.

<sup>87</sup> Neste sentido, a biografia se torna "a busca de fazer renascer alguém, no mesmo gesto que enterra o mundo em que viveu", decretando-se "o passado daquele mundo para lá alojar um ser, que olha para trás como um estrangeiro" (ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. "A gente é cria de frases: sobre história e biografia". **Maracanã**. Vol. 8, jan/dez 2012, p. 14. Natal: Programa de Pós-graduação em História, p. 17. Disponível em: [http://www.ppghistoria.com.br/box\\_query/8/02\\_A\\_Gente\\_e\\_Cria\\_de\\_frases\\_\\_Durval\\_Muniz\\_de\\_Albuquerque\\_Junior\\_MARACANAN8.pdf](http://www.ppghistoria.com.br/box_query/8/02_A_Gente_e_Cria_de_frases__Durval_Muniz_de_Albuquerque_Junior_MARACANAN8.pdf). Acesso em 10 jan. 2014).

confissão de quem já não tem muita certeza de pertencer ao tempo, ao seu tempo. Ela nasceria do temor de não mais se pertencer a história, de vê-la escapar por entre seus dedos, de quem por isso não pode perder tempo, na busca de um sentido de conjunto para sua existência, na busca de fazer sentido. O medo de desaparecer sem deixar um nome ou deixando um nome equívoco leva à escrita biográfica, leva a que se aposte na escrita, no texto como forma de estabilizar uma figura, uma identidade, como forma de perenizar, de monumentalizar uma vida, um corpo que já dá sinais de cansaço, que no espelho já parece outro, já o interpela como um estranho, já faz para ele perguntas incômodas.<sup>88</sup>

O livro *Memórias, 1886-1900* foi produzido, portanto, num contexto em que o autor, apesar de contar apenas 46 anos de idade, sentia que a vida já lhe escapava, tendo consciência de que a morte física se avizinhava e a morte social já lhe havia ocorrido. Ao final do Prefácio do livro, por exemplo, afirmou: “Chego aos quarenta e seis anos ao fim da minha vida. Chego vencido, e fatigado, quando outros se encontram no apogeu da saúde e da fôrça”<sup>89</sup>.

Os textos que compõem o livro, assim como aqueles que comporiam a segunda parte – que deveria aparecer já em abril de 1934, segundo acordado com o seu editor, José Olympio<sup>90</sup>, mas que, devido à piora no estado de saúde do autor, e à necessidade de se submeter à primeira cirurgia na bexiga em 22 de março, Humberto não teve condições físicas de cumprir esse prazo, deixando inconclusa a obra que seria, no ano seguinte, lançada postumamente como *Memórias inacabadas* – estão diretamente informados pela apatia, pela desilusão, pelo pessimismo que tomam conta do biógrafo no presente. A reconstrução que Humberto faz de suas lembranças do período narrado, portanto, projeta como referência na vida do biógrafo a consciência de ter atingido a glória em um certo instante, mas tê-la perdido no momento seguinte. Constrói, assim, o seu passado, significando-o, tendo como centralidade interpretativa a partir da qual o lê a ideia de impotência pessoal e social na qual ele se encontrava no momento da escrita, reconstruindo as experiências do Humberto criança e adolescente, em seus quinze primeiros anos de vida, com

---

<sup>88</sup> ALBUQUERQUE JUNIOR, 2012, p. 14.

<sup>89</sup> CAMPOS, 1941q, p. 10.

<sup>90</sup> Idem, 1954b, p. 414.

as imagens e ideias do Humberto da década de 1930, cassado, pobre e doente<sup>91</sup>.

Entretanto, a pressa que Humberto tinha para terminá-la parece também indicar outras razões do autor. A obra *Memórias*, para Humberto, não representava apenas mais um livro, nem mesmo consistia apenas na possibilidade de finalmente conseguir publicar uma obra que sobrevivesse a ele, que lhe desse a sagração definitiva no meio literário. A obra, da maneira como ela foi repensada a partir de maio de 1931, era maior que isso, e precisava ser concluída o quanto antes para que, assim, Humberto pudesse ter uma “boa morte”.

Já no Prefácio do livro, o autor recupera uma divisão do gênero autobiográfico elaborada por Georges Brandes, classificando as obras desse gênero em três grande grupos: o primeiro, “o dos que falam de si próprio”; o segundo, “o dos que aproveitam a sua história para falar dos contemporâneos”; e o terceiro, “o dos que a utilizam para repetir o que os contemporâneos disseram da sua pessoa”<sup>92</sup>. O autor declara explicitamente que a proposta do seu livro de memórias enquadra-se mais no primeiro tipo, seguindo, portanto, exemplos como os de Santo Agostinho, Rousseau e Goethe, que falaram de si.

Continua o seu texto afirmando o seguinte:

Os objetivos da obra iniciada com êste volume, e principalmente os dêle, são, todavia, aqueles que se poderiam descobrir em Santo Agostinho, entre os antigos, em Jean-Jacques [Rousseau], há dois séculos, e em [Maksim] Gorki, entre os contemporâneos: *a confissão pública de faltas particulares, numa penitência de possíveis pecados de egoísmo e orgulho*; e a demonstração de como pode um homem, pela simples força da sua vontade, desajudado de todos os atributos físicos e morais para a vitória, libertar-se da ignorância absoluta e de defeitos aparentemente incorrigíveis, desviando-se dos caminhos que o levariam ao crime e à prisão para outros que o poderão conduzir a uma poltrona de Academia e a uma cadeira de Parlamento.<sup>93</sup>

O livro *Memórias, 1886-1900*, portanto, segundo declaração do próprio autor, foi pensado tendo como principais modelos obras como as *Confissões*, de Santo Agostinho, as *Confissões*, de Jean-Jacques Rousseau, e a trilogia

---

<sup>91</sup> Cf. MONTENEGRO, Antonio Torres. “História, Memória e Imaginação: Gilda e seus Príncipes”. **Fundação Joaquim Nabuco** [site]. Disponível em: [http://www.fundaj.gov.br/geral/observa\\_nordeste/montenegro.3.pdf](http://www.fundaj.gov.br/geral/observa_nordeste/montenegro.3.pdf). Acesso em: 15 dez. 2013.

<sup>92</sup> CAMPOS, 1941q, p. 07.

<sup>93</sup> *Ibid.*, p. 08.

autobiográfica *Infância, Ganhando meu pão e Minhas universidades*, de Maksim Gorki. Ao citar esses três autores, de diferentes e distantes momentos históricos, como os que mais teriam contribuído para pensar a própria elaboração do livro, Humberto quis reforçar para o leitor que as suas memórias seriam conduzidas pelo mesmo elemento comum aos três: o aspecto confessional da narrativa.

Com a evocação daqueles autores cujas memórias teriam servido de inspiração para escrever as suas, Humberto quis atestar ao leitor que o seu livro conteria o relato verdadeiro, “fiel”, de sua vida, expondo sem pudor diversos de seus atos, em especial, seus erros, seus vícios e seus pecados. Segundo afirma, a confissão de seus atos teria como objetivo “dizer aos pais que não se desesperem dos seus filhos quando êles apresentam, na infância ou na adolescência, inclinações para a ociosidade ou para o vício”, pois “a criança é um casulo, apenas”, que, ainda que tenha cometido vários erros e trilhado o caminho para o crime e para a prisão, é apenas por volta dos vinte anos que a alma do sujeito realmente desperta, sendo apenas aí, “nessa altura da viagem”, que ela decide percorrer o caminho para o Paraíso ou para o Inferno<sup>94</sup>.

Humberto afirma, portanto, o caráter pedagógico de sua narrativa: deseja fazer de sua obra um “roteiro útil à mocidade que a manuseie”, para que esta saiba os caminhos que o autor trilhou, e os erros que cometeu, e, dessa forma, possa elaborar a sua própria experiência, consciente dos acertos e dos erros do outro. Principalmente dos erros, que afirma expor despididamente.

Os vícios que a afeiam, os erros que a singularizam e que proclamo com inteira tranquilidade de alma, os rochedos, em suma, em que batí, mesmo êsses me foram proveitosos, e sê-lo-ão, talvez, aos que me lerem. Conhecendo-os, saberão aqueles que vierem depois de mim, que devem evitá-los, fugindo aos perigos que enfrentei, e, conseqüentemente, procurando, na viagem, caminhos mais limpos e seguros.<sup>95</sup>

Afirma, também, nesse sentido, o teor motivacional de seu livro: pretende demonstrar como, apesar de todos os erros cometidos, todos os vícios possuídos e de vários outros elementos, naturais e sociais, que

---

<sup>94</sup> CAMPOS, 1941q, p. 08.

<sup>95</sup> Ibid., p. 08-09.

colocariam Humberto em desvantagem para com os outros, ele conseguiu vencê-los a tal ponto que se tornou membro da Academia Brasileira de Letras e parlamentar por uma legislatura.

Nesse ponto, nota-se a grande influência que teve na formação do seu pensamento a leitura das obras de Samuel Smiles, como admitirá posteriormente. Reformador britânico, Smiles era autor de várias biografias edificantes, nas quais mostrava como certos sujeitos haviam conseguido elevar-se à notoriedade, mesmo oriundos de berço pobre e tendo contra eles diversos obstáculos a serem derrubados. O seu primeiro livro com esse teor, intitulado *Self Help*<sup>96</sup>, lançado em 1859, é hoje considerado a primeira obra do gênero autoajuda, que tanto se popularizou no Brasil na segunda metade do século XX, e Smiles, o pai desse gênero.

Adriana Turmina, contextualizando a obra de Smiles, afirma que os seus livros haviam nascido no contexto da Inglaterra oitocentista, insuflada pela ideologia burguesa do livre mercado, que defendia as ideias de liberdade e igualdade como proporcionadoras das condições de ascensão social de cada sujeito, através de suas ações individuais<sup>97</sup>. Cada indivíduo, portanto, seria diretamente responsável pelo lugar que ocuparia na sociedade, podendo, por meio de seu próprio empenho e de suas próprias forças, ocupar altas ou baixas posições sociais.

O seu primeiro livro de aconselhamentos e ensinamentos, portanto, oferecidos por meio da construção de biografias edificantes, foi produzido a partir de uma série de conferências proferidas em Leeds a jovens trabalhadores, com o fim de mobilizá-los a buscarem ascender socialmente nesse mercado de trabalho, cultuando aptidões e valores morais, éticos e religiosos que se apresentavam na sociedade industrial inglesa oitocentista.

Humberto, por sua vez, confessaria essa grande influência de Smiles no seu caráter e na sua maneira de enxergar o mundo em texto apenas publicado em 1934, que deveria compor a segunda parte de suas Memórias.

---

<sup>96</sup> No Brasil, a obra foi publicada ainda no século XIX, traduzida como *Ajuda-te*, pela editora F. Briguiet & CIA, em 1893 (TURMINA, Adriana Cláudia. **Mudar para manter**: a auto-ajuda como a nova pedagogia do capital. Dissertação de mestrado em Educação. Florianópolis, SC: UFSC, 2005, p. 13). Recentemente, em 2012, houve nova edição, desta vez pela Rai Editora, por meio do selo Abnara Conhecimento (SMILES, Samuel. **Ajude-se**: os grandes nomes do passado nos mostram exemplos de perseverança. São Paulo: Rai/Abnara, 2012, 456f).

<sup>97</sup> TURMINA, 2005, p. 87.

Segundo seu relato, conhecera os livros de Smiles por volta de 1902, através de seu primo Canuto Veras, que possuía as traduções de tais obras em português. Eis como o autor descreveu a sua apropriação das lições presentes nos livros de Smiles.

Smiles foi, positivamente, o melhor amigo que encontrei na adolescência. Os seus livros, ricos de exemplos, coloridos com a vida de homens eminentes que haviam, pelo próprio esforço e pela tenacidade, subido do anonimato mais escuro aos esplendores da glória mais límpida, constituíram o maior incentivo do meu espírito e da minha vontade. Ao ler a história daqueles inventores, daqueles poetas, daqueles homens de Estado que haviam marchado para a notoriedade como os Reis Magos marcharam para Belém de Judá, isto é, com os olhos fixos numa estrêla, eu me enchia de coragem, e uma alegria intensa e nova, se apossava de mim. *O Dever, o Poder da Vontade, O Caráter, Ajuda-te, A Vida e o Trabalho*, tornaram-se a minha Bíblia. Aqueles varões insignes, orgulho da sua Pátria e do seu século, animavam-me do fundo dos tempos e dos túmulos, lembrando-se a sua pobreza, a sua fome, os seus tormentos, e o desassombro com que haviam vencido os obstáculos que os cercavam. Eu não receberia, com certeza, jamais, o prêmio que lhes havia coroado o estudo, a pertinácia, e a resignação. Mas a alegria de conhecê-los, de saber que êles haviam sofrido o que eu sofria, era, já, um consôlo para a minha humildade. Trabalhando e sonhando, êles tinham sido, de algum modo, meus irmãos<sup>98</sup>.

Dessa maneira, a pretensão declarada de Humberto com o seu livro de Memórias era que a sua biografia, ao ser manuseada pelos mais jovens, pudesse servir a estes como exemplo, de alguém que veio do completo anonimato e ascendeu a relevantes cargos, superando as diversas dificuldades que se impuseram diante de si. Pretendia, assim, inspirar os mais jovens a também superarem as suas dificuldades, aprendendo, pelo seu exemplo e sua experiência, a identificar quais caminhos deviam ser evitados, e quais eram seguros. Humberto, portanto, declarava desejar que a sua vida biografada servisse aos mais jovens da mesma maneira que as vidas dos sujeitos biografados por Samuel Smiles haviam lhe servido na adolescência, ensinando-lhe valores que carregou para o resto da vida, mostrando-lhe exemplos de superação, coragem e garra, de como um indivíduo podia, mesmo com todas as adversidades, construir um nome glorioso para si, afastando-se dos caminhos que levariam aos vícios e ao pecado, “ao crime e à prisão”.

---

<sup>98</sup> CAMPOS, Humberto de. “De Cazuza Porto a Augusto Comte”. *Diário Carioca*. Ano VII, n. 1.851. Rio de Janeiro, edição de 09 ago. 1934, p. 06.

É para esse último ponto, portanto, que desejo agora retornar, retomando uma citação feita anteriormente, em que Humberto ressaltava três exemplos de biografias, antigas e mais recentes, a partir das quais havia elaborado a sua própria. Quando o cronista relembra, por exemplo, as memórias escritas por Santo Agostinho, Rousseau e Gorki, para além de utilizar esses grandes nomes como meio de vincular-se a eles, oferecendo um ar de importância ao seu próprio nome, ele pretende afirmar que a sua autobiografia seguirá os exemplos presentes nas obras desses três autores, que haviam elaborado as suas memórias revelando os caminhos perigosos, pecaminosos que haviam trilhado, os vícios morais e de caráter que possuíam, as ações condenáveis que haviam realizado, até finalmente obterem uma certa iluminação de espírito que os levou para a glória religiosa, intelectual ou literária.

Ao tomar os três como modelos para a sua própria obra, Humberto quis ressaltar que, tal qual os mesmos, a sua trajetória fora trilhada muitas vezes por caminhos obscuros e pecaminosos, que frequentara o mundo do vício e, até mesmo, do crime, elementos que poderiam tê-lo levado para a prisão ou para o Inferno, mas que, tal qual aqueles autores, soubera se desvencilhar desses caminhos a tempo de poder trilhar novos rumos e, pelas suas próprias forças, atingir lugares de glória.

Humberto, dessa maneira, produz as suas memórias tendo justamente em vista essa sua mudança de trajetória de vida, de uma que o estava levando à perdição a outra que o levou à glória – ainda que esta já lhe tivesse escapado. Ao longo de todo o primeiro volume, portanto, são recorrentes as narrativas de suas “peraltices”, suas “maldades inocentes”, seus vícios, seus pequenos furtos e seus pensamentos pecaminosos, dos quais eram vítimas tanto desconhecidos, quanto familiares, como a irmã Emília e o tio Emídio Veras.

Ao declarar querer fazer os relatos de sua vida servirem de “farol que salva os naufragos”, de “bússola que orienta” os mais jovens<sup>99</sup>, Humberto se compromete com o leitor em contar-lhe toda a verdade sobre o seu passado, não se esquivando, portanto, de abrir-lhe o coração e ser sincero nem nos momentos mais embaraçosos, pois, mesmo estes, ajudaram-no a diferenciar o

---

<sup>99</sup> CAMPOS, 1941q, p. 09.

bom do mau, o correto do errado, o saudável do doentio e do vicioso, formando o seu caráter. Afirma, por exemplo, que o homem é mais “um conjunto de vícios do que virtudes”, e alguns de seus relatos, mesmo podendo soar “inconvenientes e obscenos”, eram “necessários e verdadeiros”<sup>100</sup>. Em apenas três momentos do primeiro livro, entretanto, nos “Capítulos para Freud”<sup>101</sup>, admitiu que ocultaria certos relatos, provavelmente relativos ao despertar de sua sexualidade, afirmando que eles estavam escritos, mas haviam sido depositados em um cofre da Academia Brasileira de Letras, com o fim de apenas serem adicionados ao livro em uma edição póstuma do mesmo<sup>102</sup> – de maneira semelhante agiria seu colega da ABL, Medeiros e Albuquerque, quando, meses depois, “enxugasse” sua obra memorialística para publicar o primeiro volume de *Minha Vida* (1933), conforme anteriormente discutido.

Humberto, portanto, na pretensão de dar ao leitor garantias da fidelidade de seus relatos, oferece-lhe também uma conceituação própria de memória. Essa conceituação, entretanto, que ele apresenta de maneira metafórica, revela uma noção puramente manualesca de memória, superada nos dias de hoje, consistindo de uma atualização do seu significado como compreendido pelo senso comum, caracterizando-a como um antiquário de imagens fixas sobre o vivido.

A memória é um grande museu de fotografias, em cujos muros consagramos determinado espaço a cada criatura querida. Uma vez cheio êsse espaço, temos que retirar os retratos mais antigos, pondo no lugar outros mais recentes, da mesma pessoa.<sup>103</sup>

Apesar de enxergar a memória com um certo aspecto cumulativo, Humberto, ao final desse trecho, lançou a ressalva de que algumas imagens antigas poderiam vir a ser descartadas para serem substituídas por imagens mais recentes. Isto, contudo, não significa que Humberto realmente admitisse a memória como algo fluido, conforme as discussões mais recentes em torno

<sup>100</sup> CAMPOS, 1941q, p. 251.

<sup>101</sup> São os capítulos XIII (CAMPOS, 1941q, p. 99-102), XXXIV (Ibid., p. 251) e LVI (Ibid. p. 393).

<sup>102</sup> O Instituto Geia, do Maranhão, quando começou a produção da sua edição de Memórias e Memórias inacabadas (2009), realizou diligências a fim de obter os textos originais, sem as exclusões realizadas pelo autor em vida, a fim de publicar integralmente a obra. Entretanto, segundo seu relato, tais textos não constavam nos arquivos da ABL, talvez tendo sido devolvido à família junto dos manuscritos do que seria o Diário Secreto, em 1950, talvez realmente nunca tendo estado lá (CAMPOS, 2009, p. 69).

<sup>103</sup> CAMPOS, 1941q, p. 35-36.

desse tema o fazem<sup>104</sup>. O que o autor parece dizer, como se percebe em seguida, não consiste na reelaboração dos significados sobre os eventos vividos, mas tão somente numa ação conscientemente seletiva, tipicamente mecânica, de substituição de lembranças antigas por lembranças mais novas, concernentes às mesmas pessoas.

A exemplificação por meio da qual esclareceu esse seu conceito se referiu às memórias que possuía sobre o seu pai Joaquim Veras e sobre a sua mãe Anna de Campos. Segundo ele, pouco se lembrava de como era a sua mãe quando ele era apenas uma criança porque, em seu museu da memória, os retratos antigos de D. Annica foram substituídos pelas novas fotografias, sendo, portanto, descartados da memória. Por outro lado, o fato de Joaquim Veras ter morrido quando Humberto possuía apenas 6 anos de vida fez com que “o trecho de muro que lhe estava destinado” não fosse completamente preenchido, não precisando, portanto, descartar as poucas fotografias existentes dele em seu “museu”, “de modo que conservei todos, mesmo os mais tênues, que dêle tive nos seis anos que passámos juntos na terra”<sup>105</sup>.

Apresentar, portanto, a memória como um antiquário cumulativo de lembranças fixas, para além de evocar o significado atribuído a ela pelos manuais do início do século e compartilhado entre o povo, possibilitava também que o autor cumprisse o próprio pacto estabelecido com todo leitor de sua autobiografia<sup>106</sup>: Humberto queria convencê-lo que, sendo a memória um “museu de fotografias”, uma reunião de imagens estáticas, analisando cada fotografia existente nesse muro, ele revelaria, assim, o seu passado da forma como ele “realmente havia acontecido”. Para dar, portanto, credibilidade aos seus relatos, afirmando ao leitor que o escrito consistia realmente em sua “autobiografia, completa e fiel”<sup>107</sup>, que pudesse servir como guia para os mais moços, Humberto afirma esse caráter fotográfico da memória, e narra toda a

<sup>104</sup> Cf. ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. “Violar memórias e gestar a história: abordagem a uma problemática fecunda que torna a tarefa do historiador um parto difícil”. *In*: ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. **História: a arte de inventar o passado**. Bauru, SP: EDUSC, 2007 (Coleção História); BOSI, Ecléa. **Memória e sociedade: lembrança de velhos**. 17 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2012; GAGNEBIN, Jeanne Marie. **Sete aulas sobre linguagem, memória e história**. 2 ed. Rio de Janeiro: Imago, 2005; RICOEUR, Paul. **A memória, a história, o esquecimento**. Campinas, SP: Unicamp, 2007.

<sup>105</sup> CAMPOS, 1941q, p. 36.

<sup>106</sup> LEJEUNE, Philippe. **O pacto autobiográfico – de Rousseau à Internet** [trad. Jovita Maria et al]. Belo Horizonte: UFMG, 2008;

<sup>107</sup> CAMPOS, 1954a, p. 85.

sua história afirmando que recorda exatamente como tudo aconteceu e tudo o que sentiu em cada momento registrado como lembrança, abusando, ao longo de toda a obra, de verbos e analogias que denotam esse sentido estático que, quer crer, caracterize o ato de lembrar.

#### **4. O dito e o não-dito nas confissões de um menino “com o diabo no corpo”**

Quais eram, portanto, os erros, os pecados, os desvios de conduta, os vícios que Humberto tinha a confessar? O primeiro volume das Memórias oferece algumas respostas.

No primeiro volume de suas memórias, o autor construiu para si a imagem de alguém cuja infância e adolescência haviam se caracterizado por uma “peraltice ilimitada”. Vários capítulos do livro se referiam especificamente a relatar o comportamento indisciplinado de Humberto, especialmente durante os anos em que morou em Parnaíba, entre 1894 e 1900<sup>108</sup>.

Cito alguns, sem, entretanto, conseguir exaurir os exemplos: dos 5 aos 7 anos, ter conscientemente, quebrado dúzias de ovos que serviriam de alimento para a família durante a estadia na ilha maranhense de Macacoeira, sem motivo, apenas pelo prazer de quebrá-los<sup>109</sup>; ter ferrado a irmã no braço com uma tesoura incandescente<sup>110</sup> e a agredido várias vezes; ter mentido para uma florista de Miritiba, envolvendo o nome de sua mãe, a fim de pegar vários ramos de flores sem pagar<sup>111</sup>; aos 8 anos, ter furtado um brinquedo do estabelecimento comercial Pires Almeida & Cia<sup>112</sup>; aos 11 anos, ser um exímio conhecedor e propalador dos mais diversos palavrões de sua terra<sup>113</sup>; aos 12, quando trabalhava no comércio de Emídio Veras, cuspiam nos canecos de água

---

<sup>108</sup> Os exemplos são vários, ao longo de toda a obra, inclusive vários capítulos foram nomeados de maneira tal que os próprios títulos indicam que o conteúdo deles se refere às travessuras do pequeno Humberto, como os capítulos X, “Travessuras...” (p. 79-88), XXIII, “O brinquedo roubado” (p. 163-170), XLIII, “Com o diabo no corpo” (p. 311-318), XLVI, “Na escola do vício” (p. 331-336), LI, “O flagrante” (p. 361-366). Todas as páginas se referem a Campos (1941q).

<sup>109</sup> CAMPOS, 1941q, p. 77.

<sup>110</sup> Ibid., p. 81.

<sup>111</sup> Ibid., p. 83-88.

<sup>112</sup> Ibid., p. 166-169.

<sup>113</sup> Ibid., p. 259.

antes de entregá-los para os amigos do tio beberem<sup>114</sup>, além de ter começado a furtar dinheiro do caixa da loja<sup>115</sup> e, certa vez, até mesmo de um freguês a quem o seu tio hospedara<sup>116</sup>; a relação construída com o garoto Cazuza Pôrto<sup>117</sup>, que o influenciou negativamente para certos vícios, como violência<sup>118</sup>, bebedeira e fumo<sup>119</sup>, o responsável por guardar o dinheiro que Humberto furtava de Emídio, mas que acabou por enganá-lo e ficando com a quantia para si mesmo<sup>120</sup>.

Humberto admite, assim, que a sua adolescência em Parnaíba foi marcada por vadiação, ociosidade, preguiça e inveja, que frequentara certos espaços sociais degradantes, onde tinha contato com “ébrios, valentões e rameiras da mais baixa condição, cuja sífilis seria bastante para contaminar três quartas partes da América”<sup>121</sup>, afirmando que, em tais condições, a sua personalidade foi forjada influenciada por tais contatos e espaços, constituindo-se em verdadeiras escolas “de valentia e perversão mental”<sup>122</sup>, produzindo-o, portanto, rebelde, irrequieto, travesso, marginal, um adolescente que parecia estar “com o diabo no corpo”<sup>123</sup>, subindo, degrau a degrau, a “escada do crime”<sup>124</sup>.

Entretanto, Humberto também possibilita ao leitor perceber que as suas travessuras não tinham apenas origem tardia, provocada pelos contatos estabelecidos em Parnaíba e a influência que esses tiveram sobre o menino. Humberto possibilita pensar que a sua revolta inicial tinha como fundamentos elementos até mesmo anteriores à própria experiência em Parnaíba. A cidade piauiense, por sua vez, talvez tenha funcionado para o menino como uma lembrança diária de uma série de privações de que sofria o menino, posto que, até mesmo a própria estadia em Parnaíba começara por conta de uma privação, de uma perda que a família Campos Veras sofrera em 1892.

A maneira como construiu as narrativas expondo as suas travessuras

---

<sup>114</sup> CAMPOS, 1941q, p. 330.

<sup>115</sup> Ibid., p. 349-352.

<sup>116</sup> Ibid., p. 352.

<sup>117</sup> Ibid., p. 344.

<sup>118</sup> Ibid., p. 345-347.

<sup>119</sup> Ibid., p. 379-383.

<sup>120</sup> Ibid., p. 358-359.

<sup>121</sup> Ibid., p. 337.

<sup>122</sup> Ibid., p. 337.

<sup>123</sup> Ibid., p. 311.

<sup>124</sup> Ibid., p. 353.

leva à compreensão de que o autor em muito atribuía o seu comportamento indisciplinado à insatisfação provocada pela ausência de vários elementos que ele considerava como fundamentais para uma infância saudável e dos quais fora privado. Alguns desses elementos consistiam, por exemplo, em beleza estética, afeto familiar, conforto financeiro e instrução escolar, fazendo com que ele se descrevesse como “menino feio, plebeu e malcriado”<sup>125</sup>.

As referências à sua fisionomia, por exemplo, são repetidas à exaustão ao longo de todo o livro. Uma das mais incisivas pode ser encontrada já quando trata do seu nascimento, analisando-o nos seguintes termos:

Dizem os fisiologistas e [Paul] Bourget com êles em *La Geôle*, que as crianças, quando produto de um amor intenso e espontâneo, são robustas, alegres e belas. Aceitando a tese presumidamente científica, eu teria de concluir, fatalmente, que minha mãe casara constrangida ou se achava zangada com meu pai no quinto mês do casamento. Porque, se eu não nasci doente nem débil, sempre fui proclamado, embora sem irritação conciente (sic) da minha parte, o menino mais feio da família. Nasci feio, e tenho sido, na vida, nesse ponto, de uma coerência acima de todo elogio<sup>126</sup>.

Em outro momento do texto, enuncia como essa sua imagem teria tido implicações diretas no seu comportamento impulsivo quando criança, dadas as dificuldades no estabelecimento de relações afetivas com as outras pessoas, inclusive com os seus familiares. Neste momento, Humberto desejou garantir ao leitor de suas memórias que ele ocupara, desde criança, um lugar de desvantagem perante os demais pelo fato de ser feio.

Eu tenho a impressão de que não fui, jamais, um menino alegre e querido. Por mais que recue no tempo em busca de mim mesmo só me encontro impulsivo e rebelde, mas dominado, intimamente, por uma profunda tristeza, com imprevistas explosões de exquisita (sic) sensibilidade. E isso me conduz a reflexões que talvez não sejam inúteis aos pais e aos educadores. Eu era afetivo, desconfiado e feio. Esta fatalidade me isolava no meio das outras crianças, quando cercadas por adultos. As outras recebiam carinhos, afagos, louvores, demonstrações de estima e ternura. Eu era casmurro, antipático, e, por isso, não recebia um mimo de ninguém. Essa preterição tornava-me cada vez mais taciturno, fazendo-me nascer no coração miúdo a urtiga do ressentimento e da rebeldia dolorida. E como era forte, afastava-me, retraía-me, num misto de dôr e de orgulho. Exercia, contra a Natureza injusta e madrasta, a única represália permitida à minha fragilidade.<sup>127</sup>

<sup>125</sup> CAMPOS, 1941q, p. 50.

<sup>126</sup> Ibid., p. 49-50.

<sup>127</sup> Ibid., p. 53-54.

Não há realmente como saber se essa autoimagem de Humberto já existia e era tão forte na sua infância como ele relata, ou se foi apenas produzida posteriormente, na idade adulta. Todas as análises biográficas do autor, conforme já exposto anteriormente, usam as narrativas do seu livro como principais fontes para descrever a sua infância, crendo que os relatos, por serem do próprio biografado, garantiriam ser a fiel tradução do vivido. Não percebem, portanto, que a memória não é estanque, mas elemento em constante fluxo, relendo e ressignificando o vivido a partir dos novos contextos pessoais do seu enunciatador.

O incômodo com a feiura, portanto, pode sim ter nascido já na infância de Humberto, mas talvez tenha sido algo que ele apenas tenha experienciado depois, a partir da imposição dessa imagem a ele. Isso porque me parece terem sido comuns as referências a Humberto como alguém desprovido de beleza estética, chegando tal enunciado a aparecer até mesmo em veículos de imprensa. Isso aconteceu, por exemplo, em edição do *Diário Carioca*, de outubro de 1929, que, em seu noticiário internacional, informando sobre o concurso de beleza feminina realizado na cidade espanhola de Madrid naquele ano, acrescentou a informação de que um bairro daquela cidade, o de Goya, teria ido além e realizado também um torneio de “fealdade masculina”. Ao final do texto, o redator propôs que se copiasse no Brasil esse torneio realizado no bairro espanhol, a fim de que o país não viesse a ser pego de surpresa caso fosse criado um “torneio mundial de fealdade”. Concluiu nos seguintes termos: “E por aqui não nos faltam cavalheiros legitimamente feios, embora reconhecidamente elegantes. Suffraguemos, por exemplo, o sr. Humberto de Campos ou o poeta Hermes Fontes e ganharemos até ‘dando lambugem’...”<sup>128</sup>.

Talvez, então, as memórias de Humberto tenham relido o seu passado infantil atribuindo sentimentos a essa fase que eram, na verdade, sensações posteriores àquele momento, sensações recentes, que se impunham ao homem adulto e este, por sua vez, atribuíam-as ao passado. A “rememoração do passado”, portanto, sendo “informada pelo presente, pelas novas experiências

---

<sup>128</sup> “A mais linda mulher e o mais feio barbado”. *Diário Carioca*. Ano II, n. 380. Rio de Janeiro, edição de 18 out. 1929, p. 04 (sic).

acumuladas”<sup>129</sup> pelo homem doente que Humberto se tornou no final da década de 1920. Desta maneira, a imagem de feio, através da qual o memorialista caracteriza a si mesmo, afirmando estar consigo desde a infância, como sendo menos algo natural e mais um produto de percepções posteriores, da incorporação subjetiva de um discurso externo que assim o descrevia.

Essa reelaboração das lembranças, assim, revela justamente a imagem que Humberto fazia de si mesmo no início da década de 1930, relendo suas lembranças e seu passado tendo como um dos elementos centrais e permanentes a sua feiura, a sua sensação de inadequação. No projeto de produção narrativa de sua vida, portanto, afirmar a feiura cumpria bem o papel de servir como uma das dificuldades com as quais o autor precisou lidar para ser aceito e ascender socialmente, afirmando que essa sua ascensão social se dera exclusivamente por mérito de seu trabalho e seu intelecto, e não por algo como a beleza, que poderia ter facilitado o seu trajeto.

Por outro lado, pelo termo “feiura”, talvez Humberto não se referisse exatamente ao seu aspecto físico, mas à cor de sua pele. Segundo registra Sérgio Miceli, Humberto possuía um segundo estigma corporal que era ser mulato<sup>130</sup>. Em momento nenhum, entretanto, de seu livro, o memorialista fez menção direta a esse elemento. Inclusive quando traçou a árvore genealógica das famílias Veras e Campos, no primeiro capítulo de suas memórias, chegou à conclusão de que o seu sangue era “quasi todo, senão todo, de origem portuguesa” – e a ressalva se dava somente por uma bisavó materna supostamente indígena<sup>131</sup>.

Assim, Humberto chegou a descrever os Veras como “muito louros, patenteando, mesmo, alguns, o tipo de europeu do norte”<sup>132</sup>, enquanto os Campos era “morenos, miúdos, melancólicos, retraídos, e, quasi sempre, desamparados de toda esperança”<sup>133</sup>. Pelas descrições que o autor apresentou em suas memórias, parece ter sido muito forte a impressão causada nele de uma superioridade dos Veras sobre os Campos, desta

---

<sup>129</sup> MONTENEGRO, Antonio Torres. “História, Memória e Imaginação: Gilda e seus Príncipes”. **Fundação Joaquim Nabuco** [site]. Disponível em: [http://www.fundaj.gov.br/geral/observa\\_nordeste/montenegro.3.pdf](http://www.fundaj.gov.br/geral/observa_nordeste/montenegro.3.pdf). Acesso em: 15 dez. 2013.

<sup>130</sup> MICELI, 2008, p. 18.

<sup>131</sup> CAMPOS, 1941q, p. 20.

<sup>132</sup> Ibid., p. 20.

<sup>133</sup> Ibid., p. 135.

maneira, dos parentes pelo lado paterno sobre os parentes pelo lado materno. “Por isso, a Fortuna fez parte, frequentemente, do séquito dos primeiros; e a Pobreza, foi, sempre, e invariavelmente, a companheira fiel dos segundos”<sup>134</sup>.

Humberto, portanto, ao elaborar a sua escrita de si, o fez elaborando a sua imagem como produto da mistura das duas famílias, entretanto, como herdeiro em maior parte dos atributos negativos da materna, dentre eles, a privação de atrativos físicos. A posição inferiorizada dentro da família que ele afirmará ocupar depois da morte de seu pai, portanto, talvez reflita justamente a sua própria autoimagem deteriorada<sup>135</sup>. Sob o seu olhar, a sua mestiçagem o inferiorizava diante da família do pai, que enxergava como composta por “louros europeizados”, produtos de uma longa tradição plenamente “provada” pela história genealógica que elaborou no início de suas memórias, daí a sua condição étnica funcionar como o elemento ausente, mas atuante, no seu discurso, quanto a sua caracterização, enquanto, por outro lado, a construção discursiva de uma suposta “pureza” de sangue parecer ter sido comum de sua parte.

Desta maneira, talvez toda a negatividade presente na caracterização da família da mãe tivesse como razão inconfessada justamente a percepção de que a sua mestiçagem fosse oriunda da mesma. Humberto, portanto, talvez tenha sublimado a sua condição étnica, compreendendo-a como a feiura a qual tanto se referia, que o acompanhava desde o nascimento. Na construção narrativa de si, afirmar a feiura, dessa maneira, serviria como uma maneira de ele ocultar a sua própria mestiçagem.

Modesto de Abreu, por exemplo, em análise publicada no final da década de 1930, apontou para essa interpretação, indicando que a mestiçagem se constituiu num tema inconfessado pelo autor.

(...) Humberto se proclamava, *ore rotundo*, “ariano puro”, descendente, sem mescla, de famílias lusitanas, explicando engenhosamente os tons morenos de sua tez por alguma longínqua intromissão, na sua progênie, em ascendência, de alguma gota de sangue mourisco injetado talvez na época lendária dos cruzamentos mozarábicos.<sup>136</sup>

<sup>134</sup> CAMPOS, 1941q, p. 136.

<sup>135</sup> GOFFMAN, Erving. **Estigma** – notas sobre a manipulação da identidade deteriorada. 4 ed. Rio de Janeiro: LTC, 2008.

<sup>136</sup> ABREU, Modesto de. **Biógrafos e críticos de Machado de Assis**. Rio de Janeiro: Academia Carioca de Letras, 1989, p. 89.

Além desses dois estigmas corporais, o confessado e o não confessado, a maior privação com a qual Humberto precisou lidar consistiu na ausência do pai, que morrera em São Luís, em 1892, com apenas 35 anos, quando o futuro cronista tinha apenas 6 anos de idade.

Apesar de afirmar ter poucas, mas nítidas lembranças do pai<sup>137</sup>, as linhas que traça acerca deste são as mais afetuosas e nostálgicas possíveis. A privação do convívio com Joaquim Veras teria feito com que Humberto elaborasse lembranças idealizadas sobre o mesmo, tanto em seu aspecto físico, quanto de seu caráter, tanto de como ele viveu, quanto de como ele morreu.

Essa idealização fica bem clara quando se compara a maneira como Humberto descreve Joaquim Veras, de um lado, o pai falecido, com o qual convivera durante apenas seis anos, e, de outro, Annica de Campos, a mãe ainda viva.

[Meu pai] era um homem de estatura acima de mediana, ágil, airoso e elegante. Claro e corado, olhos azues, cabeleira farta e ondulada, de ouro queimado, quase vermelha; bigode da mesma côr; e umas suíças baixas, que lhe chegavam até ao meio da face. Olhando neste momento o retrato que dêle me resta, encontro, entre a sua fisionomia e a de Pedro I, curiosa semelhança. Apenas, em meu pai, os traços são mais finos, graciosos e corretos: o nariz bem feito, e sem as bochechas do primeiro Imperador. Um belo tipo de homem, em suma, no porte e nas linhas (...).

Guapo, alegre, sempre disposto e em movimento, era o que se chama hoje, um tipo esportivo. Bom cavaleiro, fazia constantemente viagens de centenas de léguas, em que consumia semanas ou meses, comprando gado e cereais que exportava para S. Luiz. Quando permanecia em Miritiba, saía, quase todas as manhãs, em cavalos fogosos e inquietos, nos quais gostava de experimentar a sua destreza arrogante e jovial. (...) Na sua casa comercial, jamais saía do interior do estabelecimento pela portinhola a isso destinada: espalmava a mão na tábua do balcão, e saltava por cima com extrema agilidade.<sup>138</sup>

Já D. Annica é descrita nestes termos:

Minha mãe (...) não me parece que tivesse tido, jamais, algum traço especial de beleza. Morena, longos cabelos negros, olhos castanho-escuros, havia tido varíola, quando menina, possuindo, por isso, a pele marcada, mas muito fina. Estatura regular, dava-me a impressão

<sup>137</sup> CAMPOS, 1941q, p. 28 e 36.

<sup>138</sup> Ibid., p. 27-28.

de perfeição plástica, e de certa graça natural nos movimentos. Creio, mesmo, que não foi a sua fisionomia, mas a sua elegância, a harmonia do seu tipo, que encantou meu pai. Ele era, todavia, mais bonito do que ela (...). Minha mãe foi, em síntese, na sua mocidade, uma senhora sem altos atributos de graça feminina, casada com um homem moço e bonito, mas que soube prendê-lo com a sua solicitude, com o seu instinto doméstico, perdoando-lhe as faltas, as pequenas e possíveis infidelidades, em nome da harmonia conjugal.<sup>139</sup>

Joaquim, portanto, o pai “alegre, festivo, brincalhão”<sup>140</sup>, “espírito livre e, mesmo, irreverente”<sup>141</sup>, em quem tudo era “atividade febril, inteligente e irrequieta”<sup>142</sup>, é lembrado e descrito por Humberto como um tipo ideal, a partir de imagens que denotam a sua masculinidade e a sua virilidade. É o sujeito empreendedor, europeizado, forte, atlético, ágil, provedor da casa. Nas memórias do filho, a figura de Joaquim aparece com tamanha imponência e poder de sedução, que chega mesmo a ser comparada à figura de D. Pedro I, poderoso imperador e, ao mesmo tempo, conhecido boêmio, aventureiro e mulherengo<sup>143</sup>.

Outro elemento que demonstra a masculinidade simbólica na lembrança elaborada sobre o pai consiste na referência a ele ser “bom cavaleiro” e gostar de sair em “cavalos fogosos e inquietos”, pois representa como a imponência de Joaquim se fazia exercer até mesmo sobre o que não era humano, exercendo o seu poder sobre a natureza por meio da dominação dos cavalos mais ariscos.

A idealização da figura do pai se faz também presente até mesmo na maneira como Humberto lembra da sua morte, estabelecendo uma relação entre dois eventos temporalmente distantes e sem conexões naturais, mas que possibilita pensar nela como um acontecimento que teve como causa um ato de heroísmo.

Ele havia saído a passeio em um cavalo ardego, que exigia espora de fidalgo e pulso de cavaleiro. De regresso, com o animal coberto de espuma, vai estacar diante da porta num puxão repentino das rédeas, quando minha irmã, que tinha apenas dois anos e vestia uma simples camisinha de rendas, sai na carreira de casa e cai, na rua, sob as patas do animal em marcha. Meu pai sofria o cavalo e solta um grito. Olha pra baixo, e vê: a filha está no chão, de bruços, entre as patas do

<sup>139</sup> CAMPOS, 1941q, p. 36-37.

<sup>140</sup> Ibid., p. 37

<sup>141</sup> Ibid., p. 32.

<sup>142</sup> Ibid., p. 30.

<sup>143</sup> Cf. LUSTOSA, Isabel. **D. Pedro I** – um herói sem nenhum caráter. São Paulo: Companhia das Letras, 2006 (Coleção Perfis Brasileiros).

animal, que lhe pisam a roupa ligeira. A aproximação de qualquer pessoa é impossível. O quadrúpede resfolega impaciente, mordendo o freio. Um movimento qualquer, e, sentando-lhe uma das patas na espinha frágil, pode matar a menina. Vem, então, a meu pai, uma idéia súbita e desesperada: crava de repente, e com violência, as esporas no ventre do animal, que dá um arranco, saltando longe. A filha estava salva, mas êle estava morto: ao appear-se, muito pálido, pediu um copo d'água. A datar, porém, dêsse dia, não teve mais saúde. Ano e meio, ou dois anos depois, morria do coração.<sup>144</sup>

A morte de Joaquim fez com que D. Annica, viúva aos 30 anos e com três filhos para criar, precisasse vender os bens deixados pelo marido para mudar-se para Parnaíba, no Piauí, onde moravam alguns de seus irmãos e alguns irmãos do falecido, com quem contaria para a sua manutenção. Em sua narrativa, Humberto descreve o pai como gozando de situação financeira privilegiada, pois, sendo representante de uma tradição oligárquica local e estando à frente de sua atividade comercial, possuía e oferecia à esposa e aos filhos uma vida financeiramente confortável para os padrões de uma cidade interiorana, envolvendo, dentre outras coisas, fazenda e gado, na zona rural, e casas, na área urbana de Miritiba.

A perda do pai, portanto, parece consistir no grande *handicap* social que transpassa todas as narrativas que Humberto elabora sobre si mesmo e sobre o seu passado. Para Sérgio Miceli, a morte de Joaquim traduz sobretudo a morte da posição social ocupada por ele dentro da estrutura oligárquica, a perda do capital simbólico que poderia garantir ao filho o acesso aos bens materiais e às carreiras masculinas<sup>145</sup>. Sem o pai, portanto, e com a mudança no capital de relações sociais que esse evento provoca, Humberto é deslocado para lugar de sujeição na oligarquia, passa a ser o “parente pobre”, lugar mediado pelas relações que a mãe estabelece com os parentes ricos do marido, especialmente com Emídio Veras, em Parnaíba.

Essa relação de sujeição fica bem exposta no seguinte trecho do livro:

A nossa mudança de Miritiba, onde meu pai era tudo e não nos faltava nada, para Parnaíba, onde éramos nada e nos faltava tudo, começou a influir, muito cedo, na formação do meu caráter. Eu reconhecia intimamente a inferioridade da minha condição. No meio de primos que possuíam pai, e cujo pai os podia cercar do necessário e do supérfluo, doía-me o tratamento que me davam, quando era encontrado sozinho, e que se modificava um pouco na presença de minha mãe. Eu era um

<sup>144</sup> CAMPOS, 1941q, p. 29-30.

<sup>145</sup> MICELI, 2008, p. 30.

menino feio, retraído, desconfiado.<sup>146</sup>

Por sua vez, um outro estigma social irrompe na narrativa de Humberto, aparecendo várias vezes ao longo do texto: a doença como um elemento constante em sua vida.

É claro, entretanto, que Humberto não se referia ainda aos seus problemas da hipófise, que seriam diagnosticados apenas em 1928, enquanto o seu livro não avança para além de 1900. Mas, como o biógrafo e diarista de 1932 já estava devidamente marcado pelo *mórbus* e por novas sensibilidades por ele provocadas, ele acaba dando uma centralidade à experiência com a doença em suas memórias, identificando como, em diversos momentos de sua vida, algum tipo de doença o havia afligido, provocando, não raramente, mudanças nos projetos construídos.

Várias foram as referências que Humberto fez a momentos em que esteve doente, nos diferentes registros de memória de que fez uso, ganhando, entretanto, destaque, as seguintes: o paludismo contraído na infância, certa vez em que passou alguns dias na fazenda de seu pai, em Massena, cuja febre precisou ser “amarrada no mato” por sua avó<sup>147</sup>, bem como outro ataque de paludismo contraído no Amazonas que o fez desistir, anos depois, de continuar no trabalho de capataz de seringais; bem como outra enfermidade contraída aos dez anos, que o autor admitiu não ter certeza se fora febre palustre ou tífica, mas que afirmou ter sido a mais grave de que se ressentiu a sua infância, provocando-lhe delírios e fazendo-o perder os sentidos durante muitos dias<sup>148</sup>; afirmou ser sempre assaltado por uma nevralgia facial quando resfriava<sup>149</sup>; foi diagnosticado com uma “inflamação do fígado, complicada com um princípio de polinevrite”<sup>150</sup>, que levou à inchação progressiva dos pés e das pernas<sup>151</sup>, em São Luís, quando trabalhava na *Casa Transmontana*; registrou, ainda, ter desembarcado em Belém, em 1903, com neurastenia que só iria abandoná-lo

---

<sup>146</sup> CAMPOS, 1941q, p. 163.

<sup>147</sup> Ibid., p. 67-72.

<sup>148</sup> Ibid., p. 248-249.

<sup>149</sup> Ibid., p. 419-420.

<sup>150</sup> Idem. **Memórias inacabadas** (obra póstuma). Rio de Janeiro: W. M. Jackson, 1941r, p. 95 (Coleção Obra Completa, vol. 18).

<sup>151</sup> Ibid., p. 121.

quinze anos depois<sup>152</sup>, além de ter sido em decorrência de encontrar-se doente em 1912, que tirou férias de suas atividades naquela cidade e dirigiu-se a Parnaíba para convalescer, oportunidade em que daria início à escrita da primeira versão de suas memórias<sup>153</sup>.

Já não bastasse, portanto, a morte precoce do pai, fazendo com que Humberto construísse suas lembranças sobre ele como um tipo ideal, em detrimento de si mesmo, o avanço da doença, a partir de 1928, que acabou levando à repetida afirmação de uma progressiva negação do seu corpo, fez com que Humberto reconstruísse as suas memórias, formatando-as a partir de intervalos de doença, tendo o elemento nosológico como um dos elementos centrais na recondução de suas lembranças, fazendo-o recordar certos eventos por meio da relação que estes tiveram com doenças como o impaludismo, as febres, a nevralgia, a neurastenia, as gripes etc., justificando, portanto, eventos de sua vida e elementos que considera característicos do seu caráter, como a timidez, a insegurança, a fraqueza, como consequências de uma vida imersa no reino das filhas de Thanatos.

Sobre o papel da doença na elaboração memorialística da trajetória de alguns intelectuais, afirma Miceli:

A doença atua de maneira muito mais radical do que a orfandade, uma vez que sua existência se faz acompanhar por um processo mais acabado de mutilação social, que começa pelo celibato forçado e por uma situação de dependência no interior do universo familiar.<sup>154</sup>

O avanço da hipertrofia da hipófise, da cegueira, da infecção da bexiga e da próstata sobre o Humberto de 1932, leva-o, portanto, a reconfigurar o seu próprio passado, tentando estabelecer, assim, uma continuidade entre as doenças que acometiam o menino Humberto e aquela grande doença que acometeu o Humberto velho, produzindo a sua trajetória biográfica por meio de relações de causa e efeito, de continuidades inescapáveis.

Até mesmo sobre a própria elaboração da imagem do pai a doença em Humberto realizou certa transformação, pois foi a partir das imagens de masculinidade e virilidade que Humberto considerava ter perdido em virtude de

---

<sup>152</sup> CAMPOS, Humberto de. "Sob a tormenta". **Diário Carioca**. Ano VII, n. 1.784. Rio de Janeiro, edição de 26 maio 1934, p. 06.

<sup>153</sup> Idem, 1954b, p. 150.

<sup>154</sup> MICELI, 2008, p. 44.

sua doença, ou mesmo nunca ter tido em virtude da maneira como suas novas memórias reelaboraram o passado para si, construindo-o como alguém de estrutura fraca e frágil, que Joaquim foi construído como o próprio reverso do filho, atlético, masculino, viril, saudável. Foi, portanto, o pessimismo gerado pela sua situação financeira e de saúde da década de 1930, que direcionou a forma de Humberto construir as suas lembranças sobre o pai, elaborando-o, enfim, como o próprio reverso do filho, homem de ação e de valores ausentes na imagem que o filho faz de si mesmo.

Pela análise das memórias de Humberto de Campos, é possível ainda perceber como alguns outros elementos sociais e familiares incorporaram-se ao estigma corporal da feiura e aos *handicaps* sociais da perda do pai e da pobreza familiar, levando à perda das condições necessárias para reproduzir a posição social do pai e seguir as carreiras masculinas<sup>155</sup>.

Humberto, por exemplo, foi criado, dos 7 aos 14 anos, em uma casa habitada exclusivamente por mulheres – sua mãe, suas duas irmãs e duas tias maternas –, que, com o seu trabalho de costura, consistiam na única fonte de renda que mantinha financeiramente a família; frequentou escola que se destinava para meninas<sup>156</sup>, e, apenas excepcionalmente, aceitava um número reduzido de meninos; estudou em duas escolas de Parnaíba cujos diretores, José Miranda e Antônio Saraiva, eram padres; quase todos os seus tios do lado materno eram professores primários; a esses elementos, somam-se ainda as atividades econômicas que desenvolveu, que necessitavam de refinamento e delicadeza na sua execução: inicialmente, na alfaiataria do sr. Leôncio de Oliveira, como aprendiz, “xuliando” mangas de paletós e pernas de calças<sup>157</sup>; posteriormente, participando das atividades econômicas das mulheres da casa, aprendendo a costurar meias; depois, em 1899, com a fundação do jornal *O Comercial*, em Parnaíba, trabalhando como aprendiz na oficina tipográfica do

---

<sup>155</sup> MICELI, 2008, p. 32.

<sup>156</sup> A escola de Dona Marocas Lima, da qual Humberto fala nos capítulos “Mestra’ Marocas” (CAMPOS, 1941q, p. 201-207) e “Antigamente a escola era risonha e franca...” (Ibid., p. 209-218).

<sup>157</sup> O próprio autor explica a delicadeza desse seu serviço: “*Xuliar*, corruptela de *auxiliar*, consiste em passar a linha em tórno da fazenda cortada, afim de que a mesma se não desfiasse e a roupa se não rompesse, futuramente, nas costuras” (CAMPOS, 1941q, p. 272). Humberto trabalhou aí apenas por três meses, afirmando que a profissão não o tentou porque “a imobilidade a que forçava o homem, afeminando-o, não se coadunava com o meu temperamento irrequieto” (Ibid., p. 272)

mesmo<sup>158</sup>.

Na visão de Sérgio Miceli, portanto, todos esses elementos unidos acabaram resultando num abandono progressivo das carreiras masculinas para uma reconversão orientada às atividades femininas.

Nessa mesma matriz interpretativa se encontram as conclusões de Albuquerque Júnior ao analisar o evento que Gilberto Freyre denominou de crise da família patriarcal, ocorrido nos fins do século XIX e início do século XX. Segundo esses autores, nesse período, houve uma verdadeira proliferação de discursos que apontavam um processo de feminização da sociedade, isso em virtude da transformação das sensibilidades sociais promovida pelo avanço da modernidade urbana, pelo aburguesamento das práticas, pela ascensão do bacharelismo e do feminismo, e pela desvirilização do masculino<sup>159</sup>.

Para o autor, a circulação dos discursos modernos, informados pela valorização do refinamento e da delicadeza das práticas e dos espaços, bem como pela exaltação do conhecimento ilustrado produzido nas academias, levou a um progressivo desprezo pela terra, pelos costumes rurais, vistos como ligados à bruteza das práticas, por parte dos homens, seduzidos que estavam pela cidade e por suas formas de vida.

Paralelamente a esses elementos, a luta cada vez maior de mulheres para ocuparem lugares de mando, do exercício da autoridade, tradicionalmente definidoras da masculinidade, levou à crise das identidades de gênero construídas na tradicional sociedade patriarcal, “inviabilizando formas de ser masculino e feminino, tornando homens obsoletos, impotentes, cujo nome perdia importância, respeito, autoridade em nível do social”<sup>160</sup>.

Os bacharéis, geralmente filhos de famílias tradicionais e coronelísticas do interior da parte norte do Brasil, tornaram-se, assim, incapazes de lidar com o capital simbólico dos seus pais e/ou avós e manter as atividades econômicas das carreiras masculinas.

---

<sup>158</sup> Humberto relata em seu livro, no capítulo intitulado “No rastro de Benjamin Franklin” (CAMPOS, 1941q, p. 385-392), como a produção dos tipos exigia um delicado tratamento, especialmente devido ao material tipográfico de que dispunha a oficina ser muito antigo.

<sup>159</sup> Cf. ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. **Nordestino: uma invenção do falo**. Uma história do gênero masculino (Nordeste – 1920/1940). Maceió: Catavento, 2003.

<sup>160</sup> ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. “Os nomes do pai: a edipianização dos sujeitos e a produção histórica das masculinidades – o diálogo entre três homens (Graciliano, Foucault e Deleuze)”. In: ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. **História: a arte de inventar o passado**. Bauru, SP: EDUSC, 2007, p. 221. (Coleção História).

O bacharelismo era mais uma forma de desvirilização. Homem que era homem, na sociedade do tempo dos patriarcas rurais, não gostava de livros, apreciava era “uma boa pinga, um bom cavalo, uma boa briga de galo e uma boa mulata”. Muitos haviam abraçado a vida literária e acadêmica como alternativa à debacle econômica da família. Outros tiveram no serviço público a única saída para aproveitar o capital simbólico que possuíam e conseguirem se manter pelo menos nos setores médios da sociedade. Muitos, no entanto, fracassavam não só no serviço público, como no próprio comércio, por não terem uma subjetividade preparada para isto.<sup>161</sup>

Humberto, por sua vez, apesar de não ter se tornado bacharel, posto que frequentou várias escolas na infância, mas não chegou a concluir o ensino básico, tornando-se um autodidata, partilhava com aquela categoria alguns elementos, especialmente a valorização do conhecimento científico em detrimento às velhas práticas masculinas rurais que haviam formado os seus avós, pais e tios.

O desejo de se tornar intelectual, portanto, afirma-se no memorialista como modo de conseguir construir um lugar de relevância social para si, dadas as diversas condições de desvantagem que considerava a vida ter lhe dado desde o nascimento<sup>162</sup>. Impossibilitado e, em certa medida, também desinteressado em seguir as carreiras masculinas devido às suas diversas privações, de ordem financeira, familiar e pessoal<sup>163</sup>, houve a reconversão do sujeito para atividades femininas, como a costura e a literatura, que guardam em si, inclusive, relações muito próximas, como afirma Miceli.

Como atividade “artística”, a costura prenuncia de certa maneira o trabalho literário; ela realiza uma forma particular de trabalho simbólico na medida em que permite marcar diferenças sociais ao retraduzi-las no plano do gosto. Por exigir muitos cuidados, minúcias e um bom acabamento, condições indispensáveis para produzir diferenças

<sup>161</sup> ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2003, p. 56-57.

<sup>162</sup> Outro exemplo dessa visão de desvantagem se encontra no relato que Humberto fez sobre o seu próprio batismo. Segundo ele, o seu padrinho, Antônio Joaquim da Silva, “ilustre pela sua fortuna e pela sua avareza”, presenteou-lhe com um queijo-do-reino e uma caixa de figos, ambos “completamente deteriorados”. “Era, já, como se vê, uma predestinação. O pouco que me dão na vida, ou é dado de má vontade, ou é podre” (CAMPOS, 1941q, p. 50-51).

<sup>163</sup> Vide, por exemplo, seu desinteresse pela atividade de capataz que assumiu em seringais no Baixo-Amazonas, por volta de 1908, ficando aí apenas por um ano, quando a sua saúde o fez retornar a Belém, doente, mas com diversas ideias para elaboração de poemas, que produziria e publicaria no primeiro volume de *Poeira...*, em 1910. Humberto, entretanto, registrou que, aos 13 anos, teve desejo de seguir uma carreira tradicionalmente atribuída ao masculino, planejando entrar na escola militar e sonhando alto em se tornar general. A precária situação financeira anunciada pela sua mãe, entretanto, destruiu rapidamente as suas pretensões (CAMPOS, 1941q, p. 375).

mínimas, a costura é ao mesmo tempo a mediação prática pela qual um dado agente interioriza a experiência do declínio (em especial, a perda do capital econômico) e por meio do qual um novo projeto, a vocação intelectual, pode concretizar-se pela feminização da família e da criança.<sup>164</sup>

Nesse mesmo sentido, Albuquerque Júnior ressalta a representação corrente, durante esse período, que estabelecia relações muito próximas entre o trabalho intelectual e a desvirilização do masculino, ao afirmar que, “como uma mulher, o intelectual era sempre visto como um ser frágil e atrapalhado com as coisas mais viris, arredo, vivendo dentro do seu escritório, gabinete ou quarto”<sup>165</sup>.

Talvez a sensação de desvirilização tenha se reduzido quando Humberto finalmente se incorporou a uma profissão masculina, assumindo o cargo parlamentar de deputado entre 1927 e 1930, e podendo, depois de anos de trabalho árduo, ser, de modo eficiente, o provedor de sua casa, oferecendo à família uma vida relativamente confortável, como tradicionalmente se defendia ser o papel do varão do lar. Entretanto, a hipertrofia da hipófise, diagnosticada no ano seguinte ao início do mandato, e a cassação do cargo, em 1930, castraram novamente o sujeito, submetendo-o de volta a condições de quase completa sujeição, inicialmente, financeira – a partir das relações estabelecidas com outros sujeitos os quais foram, em maior ou menor medida, responsáveis pela manutenção do nome de Humberto em destaque público –, mas, posteriormente, também pessoal – quando seu próprio corpo passou a depender da ajuda dos demais para conseguir se deslocar.

## **5. A morte de Deus... e sua ressurreição.**

Um último grande tema que perpassa os escritos e geralmente é invocado por Humberto nas suas memórias diz respeito à relação que ele estabeleceu com o religioso.

Em seus escritos, consigo enxergar como a relação de Humberto com a religiosidade parece, portanto, estar atravessada pela própria tensão da condição moderna, em que as filosofias materialistas não conseguiram

---

<sup>164</sup> MICELI, 2008, p. 32.

<sup>165</sup> ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2003, p. 57.

preencher satisfatoriamente os espaços de subjetividade deixados vazios pela exclusão da metafísica como elemento explicativo e ordenador do universo.

Humberto de Campos é um exemplo muito claro dessa crise que atravessou o homem ocidental, pois, por volta dos quinze anos, atraído pelo positivismo e pelo evolucionismo, abandonou a adesão a credos religiosos, tornando-se, portanto, ateu; anos depois, entretanto, adotou uma postura tão somente cética, não aderindo a instituições religiosas, mas voltando a crer em uma entidade divina, para a qual não raramente apelava nos momentos mais difíceis do desenvolvimento de sua doença.

Em texto intitulado “De Cazuzza Pôrto a Augusto Comte”, inicialmente publicado no *Diário Carioca*, em 9 de agosto de 1934, e posteriormente reunido no livro *Memórias inacabadas* (1935), Humberto estabeleceu as condições em que abandonara a adesão à religião que professava a sua família e na qual fora batizado, para adotar uma posição materialista diante do mundo.

Há, entretanto, que se perceber como esse texto se relaciona com o projeto de elaboração de uma autobiografia por Humberto: no primeiro volume de suas memórias, publicado no ano anterior, em 1933, ele ressaltara, ao longo de todo o livro, como a sua cultura essencial<sup>166</sup> fora moldada a partir de várias referências religiosas oriundas do catolicismo, impostas a ele pelas suas relações familiares, em especial, por sua mãe. De modo disperso, espalhados em vários lugares de sua narrativa, encontravam-se exemplos de práticas cotidianas informadas diretamente pelas maneiras de pensar o mundo oriundas do cristianismo, em especial, de sua versão católica – as noções de pecado e castigo divino, por exemplo, a reverência a santos, assim como a prática de ajoelhar-se para fazer as preces, antes e depois das principais refeições, e

---

<sup>166</sup> O conceito de cultura essencial está aqui presente como compreendido na obra de Tzvetan Todorov, que o extrai, por sua vez, de Marcel Conche. Entendo que o autor expõe esse conceito como consiste nas referências culturais que formam a primeira identidade do animal humano, valores que o tornam um ser cultural, humanizando-o, integrando-o a um grupo familiar e a uma comunidade, e sendo por esses identificado como tal. Por começarem a ser apresentados à criança desde a mais tenra idade, quando ela não possui autonomia sobre si, incapaz, portanto, de realizar de maneira consciente e crítica as suas próprias escolhas, esses valores são impostos a ela pela instituição familiar, responsável pelo seu adestramento e pela sua disciplinarização. Os valores que compõem a cultura essencial, portanto, consistem naqueles impostos pelo grupo familiar, que, por sua vez, integra-se a uma comunidade com a qual compartilha certos sistemas simbólicos – língua e um conjunto de referências, como religiosidade, memória etc. – através dos quais leem e significam o mundo (cf. TODOROV, Tzvetan. **O medo dos bárbaros** – para além do choque das civilizações [trad. Guilherme João de Freiras Teixeira]. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010).

antes de dormir.

Sob a óptica do memorialista, foi D. Annica, quem se destacou como sendo a influência mais direta do catolicismo na formação de Humberto de Campos, conforme expôs no trecho seguinte.

Minha mãe ia raramente ir à igreja, mas, em casa, rezava muito. Principalmente à noite. O *terço* ficava pendurado no punho da sua rede e, ao deitar-se, ela o dedilhava inteiro, sentada, tempos esquecidos. E obrigava-nos, também, a rezar. Ajoelhados na esteira, diante dela, eu e minha irmã repetíamos o *Padre nosso*, a *Salve-Rainha*, o *Creio-em-Deus-Padre*, e outras orações familiares. Terminadas estas, mandava que fizéssemos, com todo o coração, e em voz alta, esta súplica:  
– Meu Senhor Jesús Cristo, se eu não tiver de ter uma boa sorte, levai-me deste mundo, dando-me uma boa morte.<sup>167</sup>

O autor, entretanto, na década de 1930, ao reelaborar as suas memórias relativas aos últimos anos do século XIX na forma de texto narrativo, não tratou de sua percepção da religiosidade na infância de modo direto, apenas havendo discussão sobre tal tema no texto que seria incluído no segundo livro, quando abordasse justamente o abandono da filiação religiosa. A inexistência, portanto, dessa discussão no primeiro livro, existindo nele apenas referências diversas e esparsas sobre o pensamento católico e as práticas religiosas, possibilita pensar que Humberto, ao escrever o primeiro volume de suas memórias, tenha querido deixar ao leitor a impressão do quão natural lhe parecia aí a adesão religiosa, não tendo provocado, nele, durante o recorte temporal de que trata o volume, ou seja, até os seus 13 anos, nenhum tipo de estranhamento ou questionamento.

Esse estranhamento, portanto, só ocorreria por volta dos 15 anos de idade, num contexto da vida de Humberto em que, tendo deixado Parnaíba em maio de 1900 para ir procurar emprego na capital do Maranhão, retornou à cidade piauiense em setembro de 1901, sendo readmitido na casa comercial do seu tio Emídio Veras, de onde fora demitido dois anos antes ao ser pego furtando dinheiro do balcão da loja<sup>168</sup>. Sob a óptica do memorialista, esse seu retorno ao comércio do tio Emídio consistiu em um ponto determinante da construção do sujeito que ele viria a se tornar mais à frente. Isso porque, ao

<sup>167</sup> CAMPOS, 1941q, p. 323-324.

<sup>168</sup> Este episódio foi narrado no capítulo “O flagrante”, do primeiro volume do livro de memórias (Ibid., p. 361-366).

voltar ao convívio dos primos, passou a ter acesso aos livros que ambos possuíam, o que fez com que o seu “espírito inquieto”, responsável até recentemente por levá-lo a executar tantas travessuras na infância e na adolescência, conforme discuti em tópico anterior, despertasse o interesse pelo conhecimento ilustrado, levando-o a entrar em contato com leituras e autores dos mais diversos campos, passando aí a construir a capacidade de desnaturalizar aqueles valores que estavam nele impregnados por lhe terem sido impostos na infância. Foi, por meio do novo conhecimento, por meio dos livros e das teorias científicas com que entrou em contato a partir daí, que Humberto pôde, desta maneira, estranhá-los, questioná-los e, até mesmo, deixá-los de lado, abandonando algumas verdades e adquirindo outras.

O seu “espírito inquieto” de adolescente, que já havia se expressado por meio de tantas travessuras, ressignificou, portanto, as suas necessidades, deslocando a fonte de seu interesse para o desejo por conhecimento, expressando-se na vontade de saber as coisas do mundo. “Eu queria conhecer os segredos da Natureza e arrancar aos filósofos as verdades colhidas por eles no estudo e na meditação”, afirmou o autor<sup>169</sup>.

O texto traz ainda uma relação de autores lidos por Humberto naquele momento, enquanto trabalhava no balcão da loja de Emídio, onde se destacam os autores materialistas:

Li, para começar, [da coleção de Canuto Veras] Luiz Figuiier, n’O *Homem Primitivo*. Peregrinei com Eliseu Reclus, tomando conhecimento das particularidades geográficas das cinco partes do mundo. Oito ou dez volumes da Biblioteca das Maravilhas deram-me o gosto da ciência. Atravessei o continente africano com Capello e Ivens. E foi, quando, um dia, entrei em contacto com Samuel Smiles, cuja tradução, em português, meu primo possuía. (...)

Por essa época, exatamente, chegava a Paranaíba, procedente do Recife, onde se matriculara como ouvinte da Faculdade de Direito, o outro meu primo, [Joaquim Veras] (...). Chegava, e trazia duas ou três dezenas de bons livros de filosofia e ciências. E, entre eles, além das obras adotadas no primeiro ano do curso jurídico, uma coleção de capa vermelha, em que figuravam Nordau, Luiz Büchner, Spencer, Haeckel, e alguns outros ingleses e alemães. E eu me atirei a eles, famintamente, descobrindo, no que me contavam, um mundo novo, que meu espírito jamais suspeitara. Haeckel e Büchner integraram-me à Natureza. O evolucionismo, que doutrinavam, deu-me a consciência de um lugar definido no universo. Um volume brasileiro de Teixeira Bastos, divulgando a obra de Comte, facultou-me a noção do que era o positivismo. E eu, filho de mãe católica, membro de uma família que

<sup>169</sup> “De Cazuza Pôrto a Augusto Comte”. *Diário Carioca*. Ano VII, n. 1.851. Rio de Janeiro, edição de 09 ago. 1934, p. 06.

não dera, jamais, um rebelde, levantei de mim mesmo o grito de libertação, e, o peito inchado de orgulho, proclamei, perante mim próprio – positivista!<sup>170</sup>

O contato que passou a manter com as leituras científicas presentes nos livros de propriedade de seus primos Canuto e Joaquim Veras, que frequentavam as faculdades de administração e direito, respectivamente, apresentou-lhe, portanto, novos enunciados oriundos do campo científico que lhe prometiam a revelação da verdade do mundo.

Humberto de Campos, ao narrar a maneira como se aproximou das filosofias materialistas, pretendeu demonstrar como a sua alma tinha “ânsia” por conhecer, naturalizando, portanto, o lugar de intelectual que iria ocupar anos depois, que ocupava no momento da escrita de seu texto. Outro elemento que se pode apreender do discurso de Humberto é o de que o acesso ao conhecimento tê-lo-ia propiciado direcionar melhor suas horas, tão perdidas na imaturidade com diversas condutas erradas.

Entretanto, há explicitamente nas linhas do texto de Humberto uma razão ainda mais forte para ele ter se deixado seduzir tanto pelo discurso científico, em especial, pelo positivismo e pelo evolucionismo: a afirmação da inexistência de Deus.

Deus não existia! Deus era a Natureza! Deus era aquela fôrça conciente (sic), mas surda e cega, que fazia germinar a semente e sustentava os astros no firmamento enorme. Não havia Inferno! Não havia Céu! E eu, não temendo o Céu nem o Inferno, era, na minha humildade e na minha miséria, tão poderoso como um deus, porque podia compreender, aqui de baixo, os mistérios da Vida e da amplidão!<sup>171</sup>

O “desafôgo” que disse ter sentido ao se declarar positivista e crer nos postulados dessa corrente, portanto, estava diretamente atrelado à noção de inexistência do divino e de todos os demais elementos ligados umbilicalmente à presunção de que o primeiro era real, como céu e inferno. Não existindo Deus,

---

<sup>170</sup> CAMPOS, Humberto de. “De Cazuza Porto a Augusto Comte”. **Diário Carioca**. Ano VII, n. 1.851. Rio de Janeiro, edição de 09 ago. 1934, p. 06. Preservei os nomes dos autores como se encontravam no texto publicado por Humberto, tanto no Diário Carioca, quanto posteriormente no livro Memórias inacabadas (1935). Tais nomes próprios, entretanto, como era costume à época, haviam sido aportuguesados, transformando Louis [Figuier] e Ludwig [Büchner] em Luiz, Élisée [Reclus] em Eliseu, August [Comte] em Augusto, e assim por diante.

<sup>171</sup> Ibid., p. 06.

portanto, não existia a figura de um ser eterno, que tudo via e tudo ouvia, mas existia apenas a natureza em seu lugar, cega e surda. Inexistia também o Tribunal Supremo, competente para julgar a vida de cada sujeito, verificando, assim se pelos atos realizados em vida, a alma do réu merecia ser enviada para o Paraíso ou para o Inferno.

Negar, assim, a existência de um julgamento *post mortem* das ações realizadas na Terra pareceu a Humberto, aos 16 anos, algo realmente consolador, pois ele não precisaria prestar contas de todos os atos que havia realizado em seus anos de rebeldia e vício, não devendo, pois, continuar carregando na consciência a culpa pelo seu passado, mas tão somente levar as lições que havia podido extrair dele e seguir em frente.

Ao matar Deus, portanto, Humberto pôde se desvencilhar dos sentidos que a existência daquele atribuía à vida e aos humanos, e passar a criar novos valores, dar novos sentidos ao mundo e a si próprio, repensando o seu lugar, recriando os seus significados. Foi nesse momento que a leitura de Samuel Smiles, como já visto antes, forneceu modelos para que o mais novo ateu pudesse se ver como um indivíduo responsável pela produção de sua própria trajetória, por meio de suas próprias forças, em um contínuo transformador rumo ao progresso liberal.

A sensação de alívio obtida pela associação a correntes ateístas, entretanto, acabou não sendo acompanhada por novos significados firmes para a vida, dando lugar a uma sensação de vazio existencial relatada por Humberto. Especialmente quando o garoto de 16 anos deixou novamente o convívio com a mãe em Parnaíba para seguir para Belém, onde passou constantemente a sofrer com os sintomas da neurastenia que o acompanharia até os 30 anos.

Humberto, assim, assaltado pelos sofrimentos causados pela neurastenia, não encontrava nas filosofias materialistas um consolo para pensar que havia uma razão por trás daquela doença, mas tão somente encontrava respostas que lhe informavam acerca da doença como degenerescência e inferioridade do indivíduo diante da espécie e, desta forma, da necessidade natural desse indivíduo ser eliminado em prol da sobrevivência do mais forte, o que não devia ser nada reconfortante para ele.

Se o abandono da religião se mostrou, portanto, inicialmente libertador para Humberto, livrando-o de ter que responder pelas suas ações passadas,

posteriormente, quando os sofrimentos físico e mental da neurastenia se implantaram nele, a falta da crença religiosa e dos sentidos metafísicos que vinham com ela, que possibilitavam compreender que havia uma razão consciente por trás de todo aquele sofrimento, de que havia um sentido para que aquilo ocorresse, provocaram nele verdadeiras crises, em que a crença religiosa – que, apesar de abandonada, estabelecera raízes profundas em seu ser devido aos anos de formação cultural, orientando-o ainda em várias formas de pensamento –, chocava-se frontalmente com as correntes científicas materialistas, essa adesão cultural dos homens civilizados que fornecia liberdade e autonomia para os indivíduos, mas cobrava-lhes força suficiente para suportar a realidade fora dos domínios de um mundo controlado pelo divino<sup>172</sup>.

Essa tensão de valores pode ser percebida no texto memorialístico que Humberto publicou no *Diário Carioca*, em 1934. Nele, o autor se refere a algum momento entre os anos de 1903 e 1904, quando morava em Belém, no Pará, trabalhando no jornal *Notícias*. Relata que a neurastenia e a solidão o atacavam com frequência, e, em decorrência disso, a adesão ao evolucionismo e ao positivismo, que não lhe davam respostas reconfortantes que pudessem preencher o vazio que sentia, vinha provocando sua grande primeira crise na consciência do sujeito.

Era um domingo, e a manhã desabrochava fresca, linda e clara. Para fugir a mim mesmo, aos pensamentos que me perseguiam na solidão, saí para a rua. Subi a Travessa Marquês de Pombal. Subi a Pedro Raiol. Saí no Largo da Sé. O jardim estava deserto. Em frente, erguia-se a catedral, vetusta, severa, imponente. Achava-se aberta para a missa dominical. Atravessei a rua. Entrei. O templo estava quase vazio, e pareceu-me, assim, mais vasto, mais solene, mais austero. Velas tremeluziam no altar, ao fundo, multiplicando-se no ouro católico dos ornamentos. Entrei a furto, passos calados, como quem penetra a horas mortas em casa alheia e vê, na sala silenciosa, um caixão entre quatro círios. De repente, estala, no coro, o órgão. Uma onda de harmonia desce do alto e espraia-se por toda a nave, deixando no ar, fervendo, a espuma invisível do som. Outra onda se derrama. Outra mais. Pessoas espalhadas pelo templo se ajoelham, contritas, batendo no peito. Procurei Deus no meu coração. Não o achei. Tentei ajoelhar-me. A mentira da minha fé revoltou-me a mim

<sup>172</sup> Sobre isso, confira a pertinência da exposição de Nietzsche sobre a necessidade de transvaloração de todos os valores como maneira de superar o niilismo da sociedade ocidental e vir a tornar-se *Übermensch*, no seu poema filosófico *Assim falou Zaratustra* (NIETZSCHE, Friedrich. **Assim falou Zaratustra** [trad. Heloísa Burati]. São Paulo: Rideel, 2005).

próprio. A música religiosa continuava a derramar-se, a diluir tudo, a envolver todas as cousas numa atmosfera de paz, de renúncia, e de doçura cristã. Olhei as pessoas que me cercavam. Todos rezavam, a cabeça baixa, a alma recolhida, o joelho no chão. Só eu não rezava! Só eu não tinha fé! Só eu não tinha Deus!... O suor, gelado, borbotou-me na testa fria. Uma agonia invadiu-me o cérebro. Uma nuvem toldou-me os olhos. Procurei sair dali, correr, fugir, fugindo àquele cenário, fugindo a mim próprio. Encontrei uma das portas laterais. Atravessei a rua. Desci, de novo, cambaleante, quase correndo, a Rua Pedro Raiol. Mas não cheguei ao seu fim. Em determinado momento as pernas me faltaram. Encostei-me a uma porta fechada, e deixei-me escorregar para o chão. Sentei-me no batente de pedra. Mergulhei a cabeça nas mãos. E deixei-me ficar assim, ali, não sei quanto tempo, até que passasse a tormenta, a tempestade de fogo e cinza, que rolava tumultuosamente no meu cérebro.

Pessoas que se encaminhavam para a missa detinham-se, curiosas. Olhavam e passavam. Não sabiam elas que se estava decidindo, ali, naquele instante, o destino de um Deus no coração de um homem.<sup>173</sup>

A situação relatada demonstra justamente a crise em que Humberto se encontrou quando tentou assumir a identidade de ateu, não podendo superar a tradição católica que impregnava os seus sentidos, mas, por outro lado, também não conseguindo mais se reconhecer como católico para si mesmo, sem que as suas tentativas de reassumir, ainda que temporariamente, esse lugar abandonado não soassem como falsas.

Em outro registro, realizado no seu Diário, em 29 de agosto de 1928, Humberto fez referência a esse período de sua vida, demonstrando como conseguiu superar a tensão entre religião e ciência, e afirmando como o seu ateísmo foi logo superado por um retorno à crença em Deus e a adesão a alguns valores oriundos do ensino católico que o formara, mas uma rejeição a aderir a “religiões já feitas”.

Os primeiros tempos da minha mocidade, dos quinze aos vinte e dois anos, foram perturbados pelas mais aflitivas preocupações religiosas. Eu não podia crer, não podia admitir as superstições tradicionais, as coisas ingênuas ouvidas dos lábios maternos, mas temia, enchia-me de pavor com a idéia do castigo. Essas cogitações envenenaram os dias que podiam ter sido, talvez, os mais felizes da minha vida. Pouco a pouco, porém, os cuidados materiais, as responsabilidades novas foram afastando para um segundo plano os interesses da vida futura. As dificuldades desta eram bastantes para adiar os da outra.

Hoje, sou um homem que não aceita nenhuma religião já feita, mas, também, não as hostiliza. Se entro em um templo católico, ajoelho-me respeitoso, às vezes comovido, dirigindo a Deus a minha prece livre e silenciosa, onde quer que êle se encontre. Se passo por diante de uma igreja, tiro o meu chapéu, como o mais intransigente dos católicos. E

<sup>173</sup> CAMPOS, Humberto de. “Sob a tormenta”. **Diário Carioca**. Ano VII, n. 1.784. Rio de Janeiro, edição de 26 maio 1934, p. 06.

*para sossêgo do meu espírito, nunca mais tratei de pôr em confronto as afirmações da ciência com os mistérios da religião.*

Com uma coisa, apenas, me preocupo, dando a isso um aspecto religioso: é em evitar que um ato meu faça sofrer o meu semelhante. Não sou generoso, mas tenho a impressão de que sou justo, sem rigor.

A honestidade dos atos é moeda universal. Deus, onde quer que êle esteja, e qualquer que seja o seu nome, há de receber a que eu possuo, dando-me um bom lugar no outro mundo, - se é que nem tudo, na terra, se resolve com um miserável punhado de poeira...<sup>174</sup>

Esse retorno a alguns elementos de religiosidade, por sua vez, pode ser compreendido a partir de uma outra referência, de um texto publicado por Humberto, em algum momento entre os anos de 1919 e 1921, na revista *Para Todos*, reunido no livro *Fatos e Feitos* (1949)<sup>175</sup>. Nesse texto, Humberto sai em defesa do ensino religioso nas escolas, afirmando que as divindades são “indispensáveis as oblatas dos homens, não para satisfação delas próprias, mas para *felicidade dos seus devotos*”<sup>176</sup>. Afirma, portanto, que a religião “é o único sal que pode impedir o apodrecimento do mundo”, pois a crença nas divindades impele os sujeitos “para a perfeição e para a bondade, a fé, o temor, o respeito, um sentimento qualquer, em suma, que nos mantenha nos limites de uma certa disciplina moral”<sup>177</sup>.

Uma das ideias do catolicismo que parece ter retornado junto à nova adesão de Humberto a aspectos religiosos consistiu na crença do julgamento de seus atos, conforme afirmou acima. Apesar, entretanto, de afirmar, em 1928, que dava aspecto religioso à sua tentativa de não fazer sofrer um semelhante, vários de seus atos e suas ações ao longo das décadas de 1910 e 1920, quando já readquirira essa religiosidade, muitos deles relatados ao longo deste texto, tanto nos campos político e literário, quanto nos campos jornalístico e pessoal, não parecem demonstrar que tenha realmente seguido à risca esse “mandamento”, talvez apenas elaborado muito depois, em um momento mais próximo daquele seu registro. Ele próprio afirmou em seu Diário que, ao conhecê-lo, em 16 de abril de 1917, o futuro membro da ABL, Afrânio Peixoto,

<sup>174</sup> CAMPOS, Humberto de, 1954a, p. 271-272 (grifo meu).

<sup>175</sup> Idem. “O ensino religioso”. In: CAMPOS, Humberto de. **Fatos e feitos**. São Paulo: Gráfica Editora Brasileira, 1949, p. 69-75. Infelizmente, não consta no livro a data em que o texto foi publicado na revista, nem pude ter acesso às edições da mesma.

<sup>176</sup> Ibid., p. 70-71 (grifo meu).

<sup>177</sup> Idem, 1949, p. 70. Essa conciliação tentada entre fé e religião também é afirmada em CAMPOS, Humberto de. “Sciencia e religião”. **Diário Carioca**. Ano VI, n. 1.586. Rio de Janeiro, edição de 5 out. 1933, p. 06.

descreveu-o como alguém que ele admirava e temia, por ser, na verdade, dois homens: o primeiro, “o poeta, o escritor, o homem de erudição”; o segundo, “o destruidor implacável, o jornalista que mata, aniquila, destrói o adversário”<sup>178</sup>.

Há que se perceber, portanto, que ao afirmar que tinha como mandamento religioso não fazer com que os seus atos fizessem sofrer um semelhante, Humberto já estava há dez anos de distância dessa impressão de Afrânio Peixoto sobre si e há, pelo menos, oito meses do fatídico dia de Reis que revelara a sua hipertrofia da hipófise. A sua religiosidade, readquirida por volta de 1908, não o havia impedido de agir das várias maneiras como agiu nas décadas posteriores, expondo os seus adversários político e literários, difamando, humilhando, “atentando contra a moral”, colecionando inimigos, etc. Apenas com o advento da doença e o início de sua ação sobre o seu corpo que Humberto parece ter renovado a crença religiosa e, acima de tudo, o temor da punição dos céus pelos seus atos.

Foi apenas nesse momento em que ele passou a reelaborar a sua prática cotidiana pautando-se em sua relação com a religiosidade. Os anos de 1932 e 1933, portanto, foram redefinidores da atuação de Humberto, especialmente porque foi durante esses dois anos que o acadêmico e ex-deputado, jogado ao ostracismo político, passou a se desnudar diante do seu público, elaborando para si uma faceta que os leitores não tinham visto, narrando-lhes histórias que seriam as suas; histórias, acima de tudo, tristes.

Ao longo de todo o ano de 1932, portanto, Humberto publicou, por vezes, trechos do livro de Memórias que estava escrevendo, bem como, do próprio Diário, relatando suas impressões sobre o seu passado, expondo o seu lado privado, íntimo, ao público, seus medos, seus temores, seus sonhos. Não foi, assim, mera coincidência, que o primeiro capítulo que Humberto publicou de suas memórias foi o dedicado ao seu pai, Joaquim Veras, o grande *handicap* que marcou a sua vida de privações<sup>179</sup>; nem, também, que a primeira publicação de trecho extraído de seu Diário foram relatos de três sonhos, dos quais, em dois o tema era sua relação próxima com a morte<sup>180</sup>. A publicação de *Memórias*,

---

<sup>178</sup> CAMPOS, 1954a, p. 38.

<sup>179</sup> Idem. “Meu pae”. *Diário Carioca*. Ano V, n. 1.190. Rio de Janeiro, edição de 24 jun. 1932, p. 01.

<sup>180</sup> Idem. “Alguns sonhos...”. *Diário Carioca*. Ano V, n. 1.241. Rio de Janeiro, edição de 24 ago. 1932, p. 01.

1886-1900 (1933), portanto, veio, neste contexto, consolidar ainda mais a imagem de intelectual trágico que Humberto vinha tentando elaborar pela sua atuação jornalística pós-cassação. Expôs, também, a intimidade do cronista, de modo a que seus leitores acreditassem na sinceridade de suas palavras e se apiedassem de uma trajetória tão marcada pelo sofrimento. O livro foi tão bem recepcionado pela crítica e pelo público, que o próprio Humberto chegou a registrar em seu Diário, em 23 de janeiro de 1933, menos de um mês desde que o livro começara a ser vendido, que, com ele, havia conseguido atingir a imortalidade nas letras, produzindo a tão sonhada obra que garantiria a sua perpetuação no campo literário: “Imortalidade, és minha!”<sup>181</sup>.

Paralelamente a essa sua auto-exposição, Humberto, cada vez mais doente, buscou, em sua relação com a religiosidade, elementos que pudessem apaziguar o seu próprio espírito. O compromisso que havia afirmado naquele registro de 29 de agosto de 1928, de evitar que um ato seu fizesse mal a um semelhante, portanto, talvez tenha sido renovado e ampliado, impondo-se a Humberto o interesse em mostrar-se então como um sujeito que agiria no intuito de não apenas evitar fazer mal a outrem, mas denunciar aqueles cujos atos geravam danos aos outros, ou, até mesmo, agir diretamente no sentido de ajudar a quem lhe pedisse ajuda. O lugar através do qual poderia realizar esse seu compromisso era aquele através do qual seus pensamentos chegavam ao público, ou seja, através de sua “pena”, de seus textos diários. Transformou, assim, as suas crônicas em espaços de denúncias contra as perseguições políticas sofridas por alguns grupos sociais e de aconselhamento pessoal para aqueles que sofriam.

Foi nesse momento, portanto, em que Humberto se fez porta-voz de alguns grupos sociais, como mulheres, operários, negros e judeus, por exemplo. Em favor das mulheres, condenou a visão machista que imperava no Brasil, que, dentre outras coisas, obrigava-as a casarem-se por meio de acordos e contratos firmados exclusivamente entre os homens, dos quais elas próprias muitas vezes não ficavam sabendo até o dia da consumação; obrigava-as

---

<sup>181</sup> CAMPOS, 1954b, p. 326. O Diário está repleto de registros sobre a boa recepção da obra, desde os comentários dos colegas da ABL, quanto dos seus adversários, assim como as homenagens que foram feitas ao autor em virtude do livro (p. 322, 325, 326, 328 e vários outros). Cf. ROCHA, Alexandre Caroli. **O caso Humberto de Campos**: autoria literária e mediunidade. Tese de doutorado. Instituto de Estudos da Linguagem. Campinas, SP: Unicamp, 2008, p. 30-38.

também a serem completamente subservientes a seus maridos e a viverem uma vida de exclusão social caso se desquitassem; assim como, aceitava naturalmente que as mulheres fossem assassinadas pelos maridos traídos, no intuito de “lavarem a honra” do casamento<sup>182</sup>. Saiu ainda em defesa dos camponeses e dos operários urbanos, preocupado com a quantidade cada vez maior de pessoas do campo que, sem condições de permanecer aí, deslocavam-se para as cidades que não estavam preparadas para recebê-las, inchando os centros urbanos, aumentando a pobreza, a promiscuidade, a marginalidade, a escassez da produção rural, e denunciando as baixas qualidades de trabalho e a inexistência de uma legislação trabalhista que proporcionasse condições decentes para esses sujeitos<sup>183</sup>. Em favor dos negros, denunciava que no Brasil, por sua liberdade ter sido dada, e não conquistada, como fora nos Estados Unidos, os negros brasileiros não possuíam ainda consciência da liberdade, cultuando uma mentalidade de submissão ao branco, aceitando subempregos e baixas condições de vida, e não demonstrando revoltar-se contra essa situação<sup>184</sup>. Os judeus, por sua vez, tornaram-se foco de uma constante luta de Humberto, até porque já chegavam ao Brasil notícias da perseguição antissemita empreendida pelos nazistas na Alemanha, especialmente a partir do dia 30 de janeiro de 1933, quando Hitler assumira a chancelaria do país. Humberto afirmava ser inconcebível que numa terra tão civilizada e produtora de tantos intelectuais, dentre os quais, citava Hegel, Kant e Thomas Mann, perseguisse-se toda uma “raça”, ainda mais alegando o falso argumento do assassinato de Jesus, quando se sabia muito bem que o motivo seria o de tomar-lhe as riquezas<sup>185</sup>. Ao final do seu artigo, Humberto ainda conclamou o Brasil a abrir os braços para Israel, recebendo os seus filhos que viesse fugidos de tal perseguição. Foi, por isso, agraciado com

---

<sup>182</sup> CAMPOS, Humberto de. “A condenação de Otelo”. In: CAMPOS, Humberto de. **Os Párias** (crônicas). Rio de Janeiro: W. M. Jackson, 1941d, p. 181-217 (Coleção Obra Completa, vol. 04).

<sup>183</sup> Idem. “Operários e camponeses”. In: CAMPOS, Humberto de. **Últimas crônicas** (obra póstuma). Rio de Janeiro: W. M. Jackson, 1941p, p. 105-108 (Coleção Obra Completa, vol. 16).

<sup>184</sup> Idem. “O destino da raça negra no Brasil”. **Diário Carioca**. Ano VI, n. 1.613. Rio de Janeiro, edição de 5 nov. 1933, p. 06; e Idem. “O negro brasileiro”. **A Noite**. Ano XXIV, n. 8.239. Rio de Janeiro, edição de 31 out. 1934, p. 02.

<sup>185</sup> Idem. “Em favor de Israel”. **Diário Carioca**. Ano VI, n. 1.423. Rio de Janeiro, edição de 29 mar. 1933, p. 06. Cf. também CAMPOS, Humberto de. “O verme do dia”. **A Noite**. Ano XXIII, n. 7.615. Rio de Janeiro, edição de 4 fev. 1933, p. 01.

um telegrama de agradecimento da colônia semita de Juiz de Fora, em Minas Gerais, que se referiu a ele por meio de vários adjetivos elogiosos, como “paladino e baluarte dos oprimidos”, “grande idealista e verdadeira glória das letras brasileiras”, e “discípulo do grande Ruy [Barbosa] nas suas defesas de liberdade de culto e de pensamento”<sup>186</sup>.

A partir desse momento em que Humberto começou a se mostrar mais ao seu leitor, tanto pelas crônicas onde expunha seu sofrimento, quanto pelo seu livro de memórias, onde expunha a sua construção subjetiva do mundo, e sair em defesa de grupos sociais oprimidos, os leitores passaram a interagir mais diretamente com ele, intensificando o envio de cartas a ele, fosse desejando-lhe pronto reestabelecimento<sup>187</sup>, fosse narrando os seus próprios sofrimentos, as situações de perda e de desilusão que enfrentavam. O cronista, então, nos dois anos finais de sua vida, recebia vários desses relatos, aos quais ele acabava respondendo por meio da elaboração e publicação de um crônica nos jornais. Em “Resposta a uma carta”, por exemplo, Humberto afirma o direito de procurar um novo relacionamento a uma mulher de 30 anos que havia se desquitado, aconselhando-a, ainda, que não se permitisse sentir envergonhada pela sua situação, nem muito menos relacionar-se com alguém que tivesse vergonha de mostrar-se publicamente com ela<sup>188</sup>. Já em “Bálsamo para um coração”, responde a uma senhora que afirma ter tomado a decisão de suicidar-se, por ter se casado, obrigada pelo pai, com seu próprio tio, um homem bem mais velho, “ciumento, ébrio e brutal”; Humberto a aconselha a desistir do ato brutal e a procurar um advogado parar protocolar um pedido de reconhecimento da nulidade do casamento, em decorrência de não ter sido respeitada a vontade da contraente<sup>189</sup>.

Há diversos outros exemplos, dos quais cito alguns: “Carta a um viúvo”<sup>190</sup>; “Carta a um noivo”<sup>191</sup>; “Carta a duas Marias”<sup>192</sup>; “Conselho de

---

<sup>186</sup> “EM DEFESA de Israel – um telegrama da colônia semita de Juiz de Fóra ao Diário Carioca”. **Diário Carioca**. Ano VI, n. 1.424. Rio de Janeiro, edição de 30 mar. 1933, p. 03.

<sup>187</sup> CAMPOS, Humberto de. “Carta a Maria Cerqueira”. **Diário Carioca**. Ano VI, n. 1.512. Rio de Janeiro, edição de 11 jul. 1933, p. 06

<sup>188</sup> Idem. “Resposta a uma carta”. **Diário Carioca**. Ano VI, n. 1.580. Rio de Janeiro, edição de 28 set. 1933, p. 06

<sup>189</sup> Idem. “Bálsamo para um coração”. **Diário Carioca**. Ano VI, n. 1.589. Rio de Janeiro, edição de 8 out. 1933, p. 06.

<sup>190</sup> Idem. “Carta a um viúvo”. **Diário Carioca**. Ano VI, n. 1.578. Rio de Janeiro, edição de 26 set. 1933, p. 06

amigo”<sup>193</sup>; “Resposta a seis cartas tristes”<sup>194</sup>; “Carta a Heloísa”<sup>195</sup>; etc.

Às vezes, entretanto, não esperava ser procurado para poder oferecer sua ajuda. Elaborava, assim, sua crônica na forma de uma carta endereçada a alguém que não conhecia, mas sobre quem os jornais daquele dia noticiavam algo. Humberto tentava se mostrar tão preocupado com o sofrimento dos outros por meio de tais crônicas, que, até mesmo quando precisava de descanso em virtude de sua saúde abalada, não se furtava a elaborar suas crônicas tentando ajudar alguém que estava em sofrimento.

Refiro-me especificamente ao caso de Laura Ferreira, que se apresentava como Sanny Wsaka, de 24 ou 28 anos, supostamente estrangeira, oriunda da Estônia, moradora da área nobre do Rio de Janeiro, em luxuoso apartamento de Copacabana, que havia tentado suicídio ingerindo cianureto de mercúrio e, logo em seguida, disparando um tiro de revólver no seu baixo ventre<sup>196</sup>. Não faleceu imediatamente, havendo até mesmo melhora em seu quadro clínico, possibilitando-a até mesmo ser entrevistada pelos jornais cariocas, expondo de maneira sucinta que o seu maior desejo era realmente o de morrer logo. Humberto, ao ler a sua curta entrevista, justificando a sua tentativa em decorrência de uma desilusão amorosa, correu para escrever-lhe uma crônica com a intenção de dissuadi-la de tal intento, tentando mostrar-lhe razões que fizessem a vida ser vista como válida. Isso fez com que ele, que havia se licenciado do *Diário Carioca* desde o dia 15 de março, a fim de realizar uma intervenção cirúrgica na bexiga para extração de duas pedras, antecipasse a sua volta ao jornal publicando a sua “Carta a Sanny Wsaka” em 17 de abril, esperando conseguir demovê-la da vontade de morte<sup>197</sup>.

Se Sanny chegou a ler a crônica de Humberto, não se sabe, pois

---

<sup>191</sup> CAMPOS, Humberto de. “Carta a um noivo”. **Diário Carioca**. Ano VI, n. 1.615. Rio de Janeiro, edição de 8 nov. 1933, p. 06

<sup>192</sup> Idem. “Carta a duas Marias”. **Diário Carioca**. Ano VI, n. 1.642. Rio de Janeiro, edição de 9 dez. 1933, p. 06

<sup>193</sup> Idem. “Conselho de amigo”. **Diário Carioca**. Ano VII, n. 1.663. Rio de Janeiro, edição de 3 jan. 1934, p. 06.

<sup>194</sup> Idem. “Resposta a seis cartas tristes”. **Diário Carioca**. Ano VII, n. 1.671. Rio de Janeiro, edição de 12 jan. 1934, p. 06.

<sup>195</sup> Idem. “Carta a Heloísa”. **Diário Carioca**. Ano VII, n. 1.693. Rio de Janeiro, edição de 7 fev. 1934, p. 06.

<sup>196</sup> “A TENTATIVA de suicídio de uma linda filha da Esthonia, em Copacabana – Sanny Wsarka pede para falar aos jornalistas”. **A Noite**. Ano XXIV, n. 8.029. Rio de Janeiro, edição de 5 abr. 1934, p. 07.

<sup>197</sup> CAMPOS, Humberto de. “Carta a Sanny Wsaka”. **Diário Carioca**. Ano VII, n. 1.750. Rio de Janeiro, edição de 17 abr. 1934, p. 06.

apenas dois dias depois de publicada, a suposta eslava veio a falecer, de nefrite aguda, em virtude do veneno que havia ingerido, segundo constatou o médico-legista responsável pela necropsia<sup>198</sup>.

Se, por um lado, Humberto se colocava publicamente enquanto uma pessoa que agia no sentido de tentar sanar o sofrimento dos outros, o seu próprio sofrimento, ele admitia, ninguém mais podia diminuir<sup>199</sup>. Humberto expunha a sua condição e tentava mostrar-se, cada vez mais, resignado com tal situação, afirmando aceitar que o seu destino era sofrer, o que lhe levou a ficar conhecido como estoico, ou pela alcunha de Jó, aquele a quem Deus tudo tirara, mas, ainda assim, ele não perdera a sua fé, aceitando a vontade divina, mesmo que ela parecesse aos seus olhos muito cruel.

Os anos de 1933 e 1934 viram Humberto submeter-se a radioterapia, homeopatia, rezas e sangrias, ser visitado por católicos, espíritas, franciscanos, adivinhos, políticos, dentre outros, e o seu estado de saúde continuar se agravando cada vez mais. Os leitores, por sua vez, acompanhavam o progresso da doença fosse pelas suas crônicas, que cada vez mais traziam relatos sobre os seus sofrimentos, fosse pela ausência delas nas edições diárias de *A Noite* ou do *Diário Carioca*, o que dava indícios de que algo havia acontecido ao autor naquele dia, impedindo-o de escrever. Foi ainda pelos jornais que os leitores acompanharam, paralelamente aos eventos políticos que tomavam conta do Brasil – como a Revolução Constitucionalista de 1932; a convocatória para uma nova Assembleia Constituinte, em 15 de dezembro de 1933; a promulgação da Constituição, em 16 de julho de 1934<sup>200</sup>; e a realização das primeiras eleições da Segunda República, em 14 de outubro –, o lançamento do nome de um moribundo Humberto de Campos para deputado federal no pleito de 1934 por duas chapas de estados diferentes, pelo Rio de Janeiro, na chapa organizada para homenagear Miguel Couto, e pelo Maranhão, na chapa liderada pelo líder

<sup>198</sup> “FIM DE romance... morreu a linda e supposta esthoniana, na casa de saude em que fôra internada”. **Correio da Manhã**. Ano XXXIII, n. 12.084. Rio de Janeiro, edição de 20 abr. 1934, p. 07.

<sup>199</sup> “Recebo de tôda parte, e vou publicando e respondendo, cartas de homens a quem as mulheres desgraçaram, e que choram no cárcere, ou no silêncio das alcovas desertas, a viuvez do seu coração. E eu os conforto nas minhas crônicas, dando-lhes coragem, confortando-os, consolando-os, recomendando-lhes que fechem o coração ao sofrimento e abram as velas da alma aos ventos alegres da vida./ Enquanto isso, choro eu, sozinho, sem conforto e sem consôlo. Êles, ainda me escrevem a mim. Eu, a quem escreverei?” (CAMPOS, 1954b, p. 232).

<sup>200</sup> CAMPOS, 1954b, p. 456-457.

Magalhães de Almeida. E foi ainda pelos mesmos jornais que viram o nome de Humberto ser aprovado nas urnas, ganhando a eleição pelo Maranhão, vaga que a morte não lhe permitiria ocupar.

Foi ainda pelos jornais que ficaram sabendo do “mal súbito” que assaltou Humberto no dia 17 de julho de 1933<sup>201</sup>, bem como da primeira cirurgia na bexiga, no dia 22 de março de 1934<sup>202</sup>, e de sua alta do hospital, em abril<sup>203</sup>; viram Humberto de Campos admitir se arrepender da relação hostil que manteve por anos com João do Rio, reconhecendo ter sido ele, Humberto, o grande culpado por manter a intriga viva até a morte daquele cronista<sup>204</sup>; viram ainda Humberto se despedir dos mais próximos colegas da Academia Brasileira de Letras que morreram em 1934: João Ribeiro<sup>205</sup>, Medeiros e Albuquerque<sup>206</sup>, e, finalmente, seu melhor amigo, Coelho Netto<sup>207</sup>.

Foi o jornal *A Noite* o primeiro periódico a anunciar a morte de Humberto de Campos, no mesmo fatídico dia da segunda cirurgia da bexiga, ao final da qual seguiu-se a síncope que o matou. Logo abaixo da manchete, o jornal ratificou a imagem sobre o cronista que havia sido produzida por ele próprio em seus últimos anos de vida, afirmando categoricamente que “o sofrimento alçara o seu espírito às mais límpidas regiões da inspiração e da beleza”<sup>208</sup>.

Humberto de Campos morreu no auge de sua popularidade. Morreu quando mais se comunicava com o público, que sentia em suas palavras a sinceridade e a angústia daqueles que sofrem. Morreu quando seus livros mais vendiam e iriam continuar vendendo ainda por alguns anos, para desespero de outros autores que viam a produção literária de romances no Brasil, encabeçada

---

<sup>201</sup> “HUMBERTO de Campos accometido de um mal subito”. **A Noite**. Ano XXIII, n. 7.775. Rio de Janeiro, edição de 18 jul. 1933, p. 02.

<sup>202</sup> “HUMBERTO de Campos vae submeter-se a delicada internção cirurgica o nosso illustre colaborador”. **A Noite**. Ano XXIV, n. 8.010. Rio de Janeiro, edição de 16 mar. 1934, p. 02.

<sup>203</sup> “HUMBERTO de Campos – teve alta, hoje, da Casa de Saúde Dr. Eiras, o consagrado escriptor”. **A Noite**. Ano XXIV, n. 8.036. Rio de Janeiro, edição de 12 abr. 1934, p. 02.

<sup>204</sup> CAMPOS, Humberto de. “O aniversário de Coelho Netto”. **Diário Carioca**. Ano VII, n. 1.704. Rio de Janeiro, edição de 21 fev. 1934, p. 06.

<sup>205</sup> Idem. “João Ribeiro”. **A Noite**. Ano XXIV, n. 8.042. Rio de Janeiro, edição de 18 de abril de 1934, p. 02.

<sup>206</sup> Idem. “Medeiros e Albuquerque”. **A Noite**. Ano XXIV, n. 8.101. Rio de Janeiro, edição de 16 jun. 1934, p. 02.

<sup>207</sup> Idem. “Coelho Netto”. **Diário Carioca**. Ano VII, n. 1.949. Rio de Janeiro, edição de 30 nov. 1934, p. 06.

<sup>208</sup> “MORREU Humberto de Campos!”. **A Noite**. Ano XXIV, n. 8.274. Rio de Janeiro, edição de 5 dez. 1934, p. 01.

por eles, ser preterida às “choradeiras de Humberto de Campos”<sup>209</sup>. Morreu quando era visto por muitos como um conselheiro, um virtuoso, um estoico, exemplo de serenidade diante da tragédia. A exposição do seu sofrimento e da maneira como lidou com ele, acompanhada por tantos, o fez querido e admirado, ganhando, inclusive, para um certo grupo paranaense identificado como o Círculo da Fraternidade e Justiça, o *status* de santo, ao lado apenas de outros dois, “Nossa Senhora da Conceição Silva” e “Santo Ismael & Cia”, segundo lhe informou o emissário Nicodemus<sup>210</sup>.

Humberto de Campos, entretanto, morreu antes de concluir o seu maior projeto: a conclusão de sua autobiografia. A publicação da segunda parte de suas Memórias, que abrangeria os anos de 1901, onde o primeiro livro havia terminado, a 1927, último ano antes do início dos registros do Diário, que estava prevista para abril de 1934 acabou não acontecendo, pois Humberto não conseguiu concluir os textos devido a seus problemas de saúde. Grande parte, portanto, daquilo que Humberto havia vivido para se tornar aquilo que ele se tornou na década de 1930 não se conheceu sob a sua óptica, o que poderia fornecer uma visão diferente dos eventos como são conhecidos ainda hoje pelos biógrafos: o retorno da sua religiosidade, a sua experiência no Pará e no Amazonas, o momento em que conheceu D. Paqueta, o golpe laurista e a sua perseguição e agressão, a fuga para o Rio, o início da amizade com Coelho Netto, o casamento, a vida jornalística carioca, os embates com João do Rio, o nascimento do Conselheiro X.X., a campanha para a ABL, o lançamento de *A Maçã*, o envolvimento com a política do Maranhão, a relação hostil com Urbano Santos, a participação na Reação Republicana, a cooptação por Magalhães de Almeida, os embates com Marcellino Machado, a primeira vitória nas urnas...

Não foi, entretanto, apenas um projeto literário que Humberto deixou inconcluso ao não terminar o segundo livro de suas memórias. Mas um projeto de redenção.

Afirmei anteriormente que Humberto deixara bem claro no primeiro volume de suas Memórias que um dos objetivos centrais do livro consistia na “confissão pública de faltas particulares, numa penitência de possíveis pecados

---

<sup>209</sup> RAMOS, Graciliano. “Romances”. In: RAMOS, Graciliano. **Linhas tortas**. Rio de Janeiro: Record, 2005, p. 206.

<sup>210</sup> CAMPOS, 1954b, p. 384-385.

de egoísmo e de orgulho”<sup>211</sup>, tomando como principais referências as obras de Santo Agostinho, Rousseau e Gorki.

Ora, essa passagem não poderia jamais ser compreendida fora do espaço religioso que ocupava Humberto no momento em que a elaborou, em algum momento entre os anos de 1931 e 1932. Ela se refere especificamente a dois conceitos da tradição cristã, especificamente católica: confissão e penitência.

A *confissão* não é apenas o ato de revelar algo escondido, oculto. A confissão é, para o catolicismo, um verdadeiro sacramento e, como tal, deve se realizar na presença de um representante de Deus, um sacerdote, geralmente, um padre. O padre, portanto, concede o sacramento da confissão àquele que, diante dele, admite humilde e sinceramente ter cometido algum pecado mortal e ter se arrependido. A *penitência*, por sua vez, consiste na realização do comando dado pelo sacerdote ao pecador, a fim de expiar os pecados confessados.

Dessa maneira, feita a confissão e executada a penitência, o sujeito se reconcilia com Deus e com a Igreja, reconquistando a chamada *graça santificante*, limpando a sua alma das impurezas do mundo do pecado e dos vícios<sup>212</sup>.

É nesse sentido de confissão que os autores citados por Humberto usam o conceito em suas obras, a fim de, pela exposição de suas faltas, feita de modo humilde e sincero, possam eles entrar novamente em harmonia com Deus. É nesse sentido que o próprio Humberto usa o conceito, não inocentemente, mas consciente do que quer afirmar, de que está falando a partir de um conceito e de uma prática os quais ele conhece, visto ter sido educado e formado dentro da religião católica.

Como visto neste capítulo, a relação de Humberto com a religiosidade tornou-se muito tensa a partir do momento em que ele entrou em contato com as filosofias materialistas, por volta de 1902, tornando-se ateu por alguns anos, e, por volta de 1908, readquirindo a sua religiosidade, ainda que não aderindo a

---

<sup>211</sup> CAMPOS, 1941q, p. 07.

<sup>212</sup> Cf. “O QUE A BÍBLIA diz sobre a confissão dos pecados a um padre?” **Got Questions?**. Disponível em: <http://www.gotquestions.org/Portugues/confissao-pecados-sacerdote.html>. Acesso em: 4 fev. 2014; “O SACRAMENTO da confissão”. **Catolicismo** – revista de cultura e atualidades. Disponível em: <http://www.catolicismo.com.br/materia/materia.cfm?IDmat=8C0C8E8B-3048-560B-1CD432EEAC4ED594&mes=Junho2006>. Acesso em: 4 fev. 2014.

nenhuma corrente religiosa específica. Já afirmei anteriormente também que talvez o que mais atraiu Humberto ao ateísmo aos 15 anos de idade foi o pensamento reconfortante de não ter que prestar contas a nenhum tribunal celestial ou juiz divino de suas ações passadas, do tempo em que ele estava “com o diabo no corpo”, mergulhado em diversos vícios de caráter. Sua volta à religiosidade, no final da primeira década do século XX, portanto, trouxe de volta a ideia de um juiz supremo ao qual ele deveria prestar contas de suas ações, mas isso não parece ter sido tão relevante para o homem de 23 anos que ele então era, morando longe da família e preocupado com o pão de cada dia. Como o sentimento religioso também voltou após anos de negação, creio que o seu impacto, portanto, não foi tão devastador para fazer Humberto perder noites de sono paraenses preocupado com os seus pecados da infância.

A hipertrofia da hipófise, entretanto, iria desequilibrar essa situação. Com a doença avançando cada vez mais, a necessidade de compreender aquele sofrimento a partir de algum significado foi levando Humberto para o campo interpretativo da religiosidade: a doença, talvez, fosse justamente a penitência que estava sendo aplicada a ele devido a tantos pecados cometidos na vida<sup>213</sup>. O sofrimento do seu corpo, portanto, era necessário para que a sua alma pudesse se pacificar com o divino e receber novamente a graça. O próprio Humberto registrou, em 20 de março de 1934, dois dias antes de sua primeira cirurgia na bexiga, que, em conversa com um frei franciscano que o visitou na Casa de Saúde Dr. Eiras, sentia estar marchando “para a claridade, como resultado do sofrimento, e da contemplação”<sup>214</sup>.

A graça divina, entretanto, só poderia ser recebida se a penitência estivesse devidamente associada ao ato confessional, ao arrependimento sincero e humilde de suas falhas, o que Humberto ainda não havia feito, nem mesmo o faria de modo oficial, pois ele próprio relatou ter começado a se sentir inadequado nos espaços institucionais da religião, geralmente lidando sozinho com tais questões.

O ostracismo político causado pelo golpe de outubro de 1930 e o progresso dos sintomas de sua doença, no início de 1931, reforçaram ainda

---

<sup>213</sup> SONTAG, Susan. **Doença como metáfora – AIDS e suas metáforas** [trad. Rubens Figueiredo e Paulo Henrique Britto]. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

<sup>214</sup> CAMPOS, 1954b, p. 437

mais a condição de ser-para-a-morte, e que essa morte estava cada vez mais próxima. A confissão, portanto, torna-se algo que deve ser realizado o mais rápido possível, antes que advenha a morte ceifar um espírito não purificado.

É sozinho, portanto, que ele pretende confessar-se, e por meio daquilo que lhe era mais caro na vida: suas letras. É nesse momento, portanto, que parece ser interessante recuperar a ideia iniciada em 1912 da escrita de uma autobiografia. Entretanto, os valores que orientavam Humberto naquele momento eram diferentes dos valores que o orientam em 1931, levando, portanto, a que ele precise começar a escrever tudo desde o início, com a preocupação devidamente direcionada em tornar a obra uma exposição humilde e sincera das falhas particulares cometidas ao longo de toda a vida. Unia, portanto, num único projeto literário, o da elaboração de sua autobiografia, de um lado, o seu interesse em confessar os seus erros em busca de uma purificação da alma, e, do outro, o seu desejo de produzir uma obra que fizesse com que o seu nome permanecesse vivo, mesmo após a sua morte.

Confessar os seus pecados, portanto, era essencial para que Humberto pudesse se reconciliar com o divino e, assim, purificar-se. E isso precisava ser feito antes que o cronista morresse, a fim de poder almejar uma “boa morte”, uma morte limpa, pura. A pressa com que ele escreve os capítulos da primeira parte de Memórias, havendo dias em que escreve 60, 70 páginas de uma só vez, a própria divisão em dois livros, considerando que no projeto original iria haver apenas um, e a publicação de alguns desses capítulos durante ainda a feitura da obra revelam essa corrida contra o tempo, essa corrida contra a morte, essa pressa em confessar logo os seus erros para poder buscar a paz eterna.

É, portanto, por meio do projeto de produção de sua autobiografia que Humberto pretende confessar-se, admitir publicamente os seus erros, pedir perdão e perdoar-se, redimir-se, preparar-se para enfrentar a morte e o que possa existir depois dela. É por meio dela que o autor transforma a sua vida em uma obra de arte, uma obra que possa lhe sobreviver. A literatura, portanto, a quem Humberto tanto cultuou em vida, passa a ser também a própria condição a partir da qual enfrenta a morte. Enfrenta-a matando-se, enclausurando-se, mas fixando-se em construções gramaticais, em símbolos gráficos, em folhas de papel, em suporte físico. Garante a sua permanência no mundo dos vivos por

sua obra, preservando uma história supostamente sua. Uma história trágica, uma história triste.

Mata a si mesmo, portanto, para poder viver. Vive e continua vivo justamente por conta de sua morte. Conta a sua história: um cadinho de pequenas histórias de um menino feio, órfão, doente e pobre. Todas histórias tristes.

Mas, não eram justamente as histórias tristes que garantiriam a graça?

# CONSIDERAÇÕES FINAIS

## A morte e a morte de Humberto de Campos

*"O homem cansado da lida  
Não inveje dêste a sorte:  
Éle conheceu a morte  
Mil vêzes, dentro da vida*

*E quem por aqui se afoite  
Não faça barulho enorme  
Pois esta é a primeira noite  
Que Humberto de Campos dorme"<sup>1</sup>*

Humberto de Campos<sup>2</sup>

Humberto de Campos morreu no dia 5 de dezembro de 1934, às 10h30 da manhã, de uma síncope, ao final de uma cirurgia que tinha como pretensão aliviar as dores que ele sentia devido ao avanço dos sintomas provocados pelo mau funcionamento de sua hipófise. Morreu admirado por milhares de leitores, brasileiros e estrangeiros, dentre eles, o próprio presidente da República, Getúlio Vargas, que, apesar de ser seu adversário político, tecia-lhe palavras elogiosas e chegou mesmo a agir em seu socorro nos últimos anos da vida do cronista. Morreu reconhecido como o autor brasileiro mais lido e influente de seu tempo; morreu identificado como alguém cuja alma havia sido iluminada por meio da dor; alguém que aceitava estoicamente o que o destino havia lhe reservado. Morreu considerado como uma alma boa, pura e sábia, alçado, inclusive, à categoria de santo por alguns. Foi sepultado no Cemitério São João Batista, quadra 3, nº 10.862, no Rio de Janeiro.

---

<sup>1</sup> Trata-se de proposta de epitáfio que Humberto registrou em seu Diário, a partir de uma adaptação do epitáfio do poeta francês setecentista Paul Scarron, considerado o exemplo máximo de estoicismo literário, tendo produzido seus textos em meio a uma vida de muitos sofrimentos físicos (CAMPOS, Humberto de. **Diário Secreto**. Rio de Janeiro: O Cruzeiro, 1954b, p. 278 [vol. II]).

<sup>2</sup> Ibid., p. 164 [vol. II].

A morte física de Humberto, entretanto, não deu fim ao apelo social que o seu nome exercia sobre vários grupos sociais. Nos anos seguintes, ele continuou em grande evidência na imprensa: seus artigos eram republicados em vários jornais; suas obras já lançadas ganhavam novas edições e surgiam novas obras reunindo textos já publicados e escritos inéditos; foram publicados vários ensaios sobre Humberto, fossem meramente para homenagear o homem, o literato ou o político, ou para tentar compreender o ser doente que se expunha nas suas crônicas dos últimos anos, fossem letrados em busca de conseguir aproveitar os espólios de sua popularidade; surgiu a primeira biografia escrita sobre ele, apenas 3 anos depois de sua morte, de autoria do jurista Mário Picanço; bem como novas polêmicas envolvendo o seu nome.

O editor de suas obras, José Olympio, unindo o desejo declarado do público de continuar lendo Humberto de Campos à comoção gerada em torno de sua morte e aos interesses comerciais de lucro sobre a sua obra, acertou com a família a publicação de alguns livros que reunissem os textos publicados por Humberto nos jornais cariocas, bem como algum material que estivesse ainda inédito. O responsável pela reunião e organização de tais textos foi o segundo filho de Humberto, Henrique de Campos, que contava apenas com 17 anos quando da morte do pai. Dessa união, nasceram 14 novos livros, entre memórias, crônicas e crítica literária, rapidamente esgotados, sendo, desse total, sete lançados já no ano seguinte à morte de Humberto<sup>3</sup>, e seis em 1936<sup>4</sup>. Humberto de Campos, mesmo morto, foi, portanto, o principal responsável pela construção e consolidação do império editorial que José Olympio iria construir no Rio de Janeiro a partir desse momento<sup>5</sup>.

Nas semanas seguintes ao dia 5 de dezembro, por sua vez, a morte de Humberto pareceu constituir um tema interessante para algumas personalidades tentarem ganhar visibilidade no cenário intelectual, algumas inclusive com interesse direto em tomar assento na cadeira n. 20 da Academia

---

<sup>3</sup> Livros publicados em 1935: *Crítica – 3ª série* (crítica literária), *Memórias inacabadas* (memorialística), *Notas de um diarista – 1ª série*, *Destinos*, *Sepultando meus mortos*, *Reminiscências...* e *Um sonho de pobre* (todos de crônicas).

<sup>4</sup> Livros publicados em 1936: *Crítica – 4ª série* (crítica literária), *Notas de um diarista – 2ª série*, *Contrastes* e *Últimas crônicas*, *Perfis – 1ª e 2ª séries* (crônicas).

<sup>5</sup> Cf. SOARES, Lucila. **Rua do Ouvidor 110** – uma história da livraria José Olympio. Rio de Janeiro: José Olympio, 2006.

Brasileira de Letras, deixada vacante pelo sumiço de seu ocupante<sup>6</sup>. Tentou-se conseguir essa visibilidade por meio do uso do nome do falecido autor, ou ensaiando análises sobre a sua trajetória pessoal, política e intelectual, ou denunciando escândalos em torno do sumiço do acadêmico. Chegou-se, neste segundo ponto, até mesmo a gerar certa polêmica, propondo que a morte de Humberto teria sido provocada por erro médico: inicialmente, atacou-se o médico alemão Dr. Lichtenberg, que teria realizado a intervenção de forma ilegal, frontalmente contra dispositivo constitucional que proibia a prática da medicina por estrangeiro no território nacional<sup>7</sup>; posteriormente, publicou-se uma confusa denúncia de que a morte do literato teria se dado por erro da equipe médica brasileira que acompanhava o Dr. Lichtenberg, que, contrariamente à vontade deste, no sentido de aplicar anestesia local, a mais indicada para o tipo de intervenção a que estava se submetendo Humberto, optou pela anestesia geral, ação que, devido à debilidade de saúde em que se encontrava o paciente, tê-lo-ia levado à síncope mortal ocorrida ao final da operação<sup>8</sup>.

Entretanto, duas grandes polêmicas envolvendo o nome do autor fariam com que sua imagem fosse se desgastando perante o público: o processo judicial movido pela família contra a Federação Espírita Brasileira, em 1944, e a celeuma gerada em torno da publicação do seu Diário, a partir de 1950.

Ainda não haviam decorrido quatro meses desde o seu falecimento, quando os primeiros textos supostamente escritos pelo espírito do autor apareceram pelas mãos do médium mineiro Francisco Xavier. Tratavam-se de “A palavra dos ‘mortos’” e “De um casarão de outro mundo”, datados de 27 de

---

<sup>6</sup> É o caso, por exemplo, do jornalista de *O Correio da Manhã*, Heitor Moniz, que publica, no dia 8 de dezembro, naquele jornal, lamento sobre a morte de Humberto de Campos, apontando ainda a ilegalidade em que teria ocorrido a cirurgia, ferindo norma constitucional, e, já no dia seguinte, lança sua candidatura à vaga na Academia Brasileira de Letras (Cf. MONIZ, Heitor. “A vida social – o exercício das profissões liberais”. **Correio da Manhã**. Rio de Janeiro, edição de 08 dez. 1934, p. 6; e “A vida social – Correio literário”. **Correio da Manhã**. Rio de Janeiro, edição de 09 dez. 1934, p. 6).

<sup>7</sup> MONIZ, op. cit., p. 6.

<sup>8</sup> A polêmica em torno desta questão encontra-se nas edições do jornal carioca *Correio da Manhã*, entre os dias 15 e 19 de dezembro de 1934. Segundo o periódico, um médico de nome Silva de Assis, discípulo do Dr. Lichtenberg, presente à intervenção, teria dado entrevista a um jornal de Minas Gerais apontando tal causa da morte do literato. O próprio Silva de Assis, envolvido na polêmica, chegou a desmentir ter dado tal declaração e ter estado presente à cirurgia, atribuindo tudo a interpretação equivocada e maldosa de uma conversa particular. Cf. “Écos da morte de Humberto de Campos”. **Correio da Manhã**. Rio de Janeiro, edição de 15/12/1934, p. 2; “O Dr. Silva de Assis escreve ao professor Clementino Fraga”. **Correio da Manhã**. Rio de Janeiro, edição de 19/12/1934, p. 02.

março de 1935, e seguidos por “Carta aos que ficaram”, do dia seguinte, publicados na revista *Reformador*, da Federação Espírita Brasileira. O médium escrevia ainda diversos outros textos, supostamente ditados pelo cronista desencarnado, levando à reunião desses textos em livros que, até a data de 1943, contavam já cinco: *Crônicas de Além-Túmulo* (1937); *Brasil, Coração do Mundo, Pátria do Evangelho* (1938); *Novas Mensagens* (1940); *Boa Nova* (1941); e *Reportagens de Além-Túmulo* (1943). Chico Xavier, entretanto, não foi o único médium a atribuir a autoria de alguns textos a Humberto de Campos, havendo registro de, pelo menos, mais um, de nome Alarico Cunha, morador de Parnaíba, que Frederico Figner, diretor da Federação Espírita Brasileira, em entrevista concedida a *Revista da Semana*, em junho de 1944, revela que a própria D. Anica teria reconhecido a autenticidade dos textos, admitindo serem de seu filho<sup>9</sup>. O espírito, portanto, parecia comungar da mesma pressa e intensidade de produção que havia acompanhado os últimos anos de vida do cronista.

Chico Xavier, entretanto, pela importância que ganharia no meio espírita, pelo volume das obras produzidas e pela repercussão dos eventos ocorridos nos anos seguintes, acabaria ganhando maior destaque como o “intérprete espiritual” oficial de Humberto, como o classificou a mãe do cronista<sup>10</sup>, recebendo, no meio intelectual, reconhecimento de alguns, como Agripino Grieco, e críticas de outros, como Viriato Correia, Guilherme Figueiredo e Malba Tahan, classificando as obras como “pastiche grosseiro”<sup>11</sup>.

A mesma condescendência com que D. Anica recebera as obras de Xavier, entretanto, não apresentou a família de Humberto no Rio de Janeiro. Em 1944, foi dado início a um polêmico e atrapalhado processo judicial tendo como réus Chico Xavier e a Federação Espírita Brasileira. Pedia-se um posicionamento judicial sobre a autenticidade ou não da autoria das obras. Se a justiça reconhecesse como autênticas, à família deveriam ser pagos os direitos

<sup>9</sup> LYRA FILHO, Roberto. “Frederico Figner e a literatura de além-túmulo de Humberto de Campos”. *Revista da Semana*. Ano XLV, n. 26, 24 jun. 1944, p. 12; 13; 56.

<sup>10</sup> “HUMBERTO de Campos: escritor de além túmulo”. *Revista da Semana*. Ano XLV, n. 15, 8 abr. 1944, p. 25-28.

<sup>11</sup> Para outras impressões, cf. ROCHA, Alexandre Caroli. “Complicações de uma estranha autoria (o que se comentou sobre textos que Chico Xavier atribuiu a Humberto de Campos)”. *Ipotesi* – revista de estudos literários. Juiz de Fora, MG, v.16, n.2, jul./dez. 2012, p. 25-36. Disponível em: <http://www.ufjf.br/revistaipotesi/files/2011/05/CAP02-25-36.pdf>. Acesso em: 5 jan. 2014.

autorais decorrentes das publicações. Se não reconhecesse a autenticidade, a FEB deveria ser proibida de usar o nome do autor na divulgação de tais obras. Caso inédito no Brasil e sem registros em outros lugares no mundo, esse processo foi marcado pelo despreparo humano para lidar com questões que diziam respeito a uma suposta vida além da vida material descrita e orientada pela ciência. Milton Barbosa, por exemplo, o advogado da família e, segundo depoimento de Humberto de Campos Filho, o verdadeiro responsável por insuflar D. Paqueta a acionar a justiça contra a FEB, no intuito de tornar-se nacionalmente conhecido, entre tantos equívocos realizados na ação, chegou mesmo a pedir “a expedição de uma carta precatória para o Além, convocando o espírito do escritor para testemunhar no tribunal”<sup>12</sup>.

A disputa judicial entre Milton Barbosa, representando a família de Humberto, de um lado, e Miguel Timponi, representando Chico Xavier e a FEB, de outro, resultou apenas na exclusão do nome do cronista morto das obras então publicadas pelo médium<sup>13</sup>. Registra-se que o próprio espírito teria, a fim de evitar maiores confusões e em obediência à lei dos vivos, passado a assinar sob o pseudônimo de Irmão X, em referência ao seu mais famoso pseudônimo, Conselheiro X.X. Pelo menos outros nove livros seriam publicados levando a assinatura do Irmão X nas décadas seguintes<sup>14</sup>.

Foi em meio a todo o burburinho que se instaurou na imprensa devido ao processo judicial, que dois jornalistas da revista *O Cruzeiro*, de Assis Chateaubriand, chamados David Nasser e Jean Manzon, conhecidos por matérias de grande repercussão, viajaram a Padre Leopoldo, em Minas Gerais, a fim de entrevistar Chico Xavier, para quem fingiram ser norte-americanos interessados nas questões espíritas. Haviam saído, entretanto, do Rio de Janeiro

<sup>12</sup> CAMPOS FILHO, Humberto. **Irmão X, meu pai**. São Paulo: Lúmen, 1997, p. 147; Cf. ainda MOURA, Vítor. “O processo movido pela família de Humberto de Campos contra a FEB”. **Obras psicografadas**. Disponível em: <http://obraspsicografadas.org/2013/o-processo-movido-pela-familia-de-humberto-de-campos-contr-a-feb/>. Acesso em: 4 jan. 2014.

<sup>13</sup> Timponi, o advogado que defendeu os interesses da Federação, no mesmo ano publicou um livro contendo as peças do processo, comparando a escrita de Humberto vivo e do seu suposto espírito, além de detalhar outros eventos acontecidos durante a ação judicial (cf. TIMPONI, Miguel. **O caso Humberto de Campos**: no seu tríplice aspecto: jurídico, científico, literário. 2 ed. Rio de Janeiro: FEB, 1944, 412f., ou sua edição mais recente TIMPONI, Miguel. **A psicografia ante os tribunais**: o caso Humberto de Campos. 7 ed. Rio de Janeiro: Federação Espírita Brasileira, 2010).

<sup>14</sup> Foram eles: *Lázaro Redivivo* (1945), *Luz Acima* (1948), *Pontos e Contos* (1951), *Contos e Apólogos* (1958), *Contos desta e doutra vida* (1964), *Cartas e crônicas* (1966), *Estante da vida* (1969), *Relatos da vida* (1988) e *Histórias e anotações* (1989).

com a missão declarada de desmascará-lo, seguindo instruções do próprio Assis Chateaubriand<sup>15</sup>.

Foi ainda pela revista de Chatô que o segundo evento de grande repercussão do nome de Humberto ocorreu, no início da década de 1950: a publicação de seus escritos íntimos, guardados em cofre da Academia Brasileira de Letras desde o ano de sua morte, e, seguindo seu desejo, entregues à família em 1950, que deveria publicá-lo. Tanto a tensão existente entre os seus herdeiros, que se dividiram sobre a conveniência ou não de publicar tais escritos, quanto a péssima aceitação que teve, tanto na versão em folhetins, na revista *O Cruzeiro* e no jornal *Diário da Noite*, quanto na sua publicação em livros, em 1954, fizeram com que o nome de Humberto, morto há quinze anos e envolvido em duas grandes polêmicas de repercussão nacional em apenas cinco anos, começasse a encontrar o seu exaurimento.

Há mais: a divulgação dos escritos do *Diário Secreto* revelaram outras imagens de Humberto que chocaram frontalmente com aquela que ele cultivara publicamente e com a qual ficara conhecido em seus últimos anos de vida. No lugar de um sujeito iluminado, estoico, preocupado com os sofrimentos alheios, os seus escritos foram lidos como reveladores de um sujeito egocêntrico, amargurado, mau escritor etc<sup>16</sup>. O detalhe é que alguns desses escritos, conforme visto no presente texto, já haviam sido publicados anteriormente, quando o autor estava vivo. O estilo, a maneira de escrever, o sentimento posto naquelas linhas já eram conhecidos, e haviam sido apreciados na década de 1930, quando foram publicados no *Diário Carioca* e depois reunidos em *Fragmentos de um Diário* (1939). Quando finalmente todo o conteúdo foi revelado, muitos criticaram exatamente o que haviam elogiado anteriormente e que haviam admirado pelas décadas de 1930 e 1940. Como compreender essa mudança?

Mais do que tão somente uma razão subjetiva parece despontar nesse caso, de que tais avaliações negativas da obra tenham sido geradas em

---

<sup>15</sup> Sobre as ações dos dois jornalistas no contato que estabeleceram com Chico Xavier e o intrigante desfecho dessa reportagem, cf. CAMPOS FILHO, Humberto de. **Irmão X, meu pai**. São Paulo: Lúmen, 1997, p. 150-152.

<sup>16</sup> LYRA, Jorge. "Que pensa do Diário de Humberto de Campos?". **Revista da Semana**. N. 14, edição de 7 abr. 1951, p. 04-09. Cf. também LYRA, Jorge. "O Diário é uma bomba à Peron". **Revista da Semana**. N. 16, edição de 21 abr. 1951, p. 04-06 e 42.

decorrência da mágoa provocada pela maneira como algumas pessoas, inclusive próximas a Humberto, como Viriato Correia, por exemplo, eram tratadas no Diário. Acredito sim que o jeito como a intelectualidade daquele momento tentou calar os novos escritos de Humberto em parte se devam à forma como ela própria era retratada pelo cronista em seu Diário. A maneira de lidar com isso, portanto, foi desqualificando a narrativa, o estilo e o próprio autor que, até aquele momento, ainda era uma referência constante em livros e jornais.

Entretanto, outra razão pode ajudar a explicar a maneira como Humberto simplesmente sumiu das editoras a partir da década de 1950. Segundo se apreende da obra de Frederico Coelho, foi apenas durante a efervescência cultural dos anos de 1950 e 1960 que o Modernismo brasileiro foi ressignificado, consagrando-se como modelo hegemônico de criação artística e intelectual e estabelecendo o seu marco fundador como tendo sido a Semana de Arte Moderna, de 1922. Para o autor, a leitura que se quis dar anteriormente à história do modernismo literário brasileiro, e que inclusive consta de nossos livros de história da literatura, era a de seu nascimento em 1922, dando início a uma primeira geração que teria fundado um novo momento literário hegemônico no Brasil e que teria superado todo o confuso momento anterior, repleto de neoparnasianos, simbolistas, dentre outros, que geralmente são unidos sob o mesmo rótulo etnocêntrico e teleológico: pré-modernos<sup>17</sup>. Para Coelho, portanto, essa vitória só foi realmente conquistada décadas depois, nos anos 50, e, como forma de se estabelecer uma história e uma memória sobre esse momento, caracterizando-o como continuidade de um projeto vencedor anterior, criou-se o marco fundador de 1922.

A década de 1950, portanto, marca um novo momento na história intelectual do Brasil, um momento de renovação de modelos de produção artística, de estabelecimentos de pertinências e de afastamentos. A sensibilidade artística que aí impera, portanto, remete suas fundações a grupos culturais distintos daqueles que eram o *establishment* literário nas décadas de 1920 e 1930, dos quais Humberto de Campos fazia parte. Os padrões artísticos e literários que imperam nesse momento, assim, rejeitam os padrões a partir dos

---

<sup>17</sup> MICELI, Sérgio. **Intelectuais à brasileira**. São Paulo: Companhia das Letras, 2008, p. 16.

quais Humberto escrevia, prevalecendo, portanto, novos valores, novas ideias, que reelaboram os sentidos e produzem novos olhares. Os textos de Humberto da década de 1930, portanto, podiam ser bem recepcionados pela intelectualidade conformada à sensibilidade daquela década, entretanto, não se adequavam mais ao novo contexto estabelecido nos anos 50. Sua literatura é tomada como ultrapassada; seus valores, conservadores; sua escrita, de baixa qualidade. Emergem novos personagens, novos autores são consagrados, tornam-se o novo cânone. Humberto, por sua vez, é posto de lado, é silenciado, é esquecido.

O próprio Humberto, entretanto, já previa essa possibilidade de ser superado caso aquele grupo de novos escritores viesse, na disputa pelo poder, a se tornar hegemônica no campo literário. Em uma passagem de seu Diário, ele registrou as suas impressões sobre essa nova geração, demonstrando, sob a sua óptica, o quanto ela se diferenciava daquela a que o cronista considerava pertencer.

A geração que aí está, a geração que sucedeu à [de Coelho Netto] e à minha, fala outra língua que não a nossa e não nos pode compreender. Nós cultivamos a arte de bem escrever, fazíamos do estilo uma religião; os bárbaros aí estão, porém, a destruir aquilo que nós adorávamos. Nós falamos uma língua que eles já não entendem; somos estrangeiros entre eles. Eu sou, é verdade, ainda popular e discutido no meio deles; não o sou, porém, como escritor, mas como homem de ação; não o sou pelo meu modo de escrever, mas pelas ideias que ponho em foco, pela atualidade dos assuntos que debato; isto é, porque estou diante deles, em plena luta, como espírito combativo. Escrevesse eu, porém, em vez de crônicas de combate, versos, crítica ou romances, e estaria relegado como uma entidade antediluviana. O nosso espírito clássico, as nossas ligações com a cultura antiga, desdenhadas pelo presente, fazem de cada um de nós um animal do Mundo Perdido.<sup>18</sup>

A sensação de decadência expressa no registro de Humberto, entretanto, não se expressava exclusivamente com relação ao campo literário. A vida de Humberto de Campos parece ligar indissolavelmente o destino desse personagem a eventos de decadência, seja no campo da política, da economia ou da cultura no Brasil, como se seu caminhar fosse a passos largos em direção a um fim trágico, em direção à derrocada e ao esquecimento.

---

<sup>18</sup> CAMPOS, 1954b, p. 168.

Os exemplos são diversos. Humberto nasceu no seio de uma família tradicional e escravista do Maranhão, em meio à crise desse modelo instaurado no Brasil há 64 anos, e no momento em que o Maranhão enfrentava mais uma vez a renovação do discurso de decadência produzido no seio de suas elites<sup>19</sup>. Quando foi morar no Pará, por volta de 1908, esse estado vivia em plena efervescência da chamada “Belle Époque amazonense” desde o século anterior, sustentada pela extração e exportação da borracha, e o seu líder político, Antonio Lemos, estava à frente do poder há mais de dez anos. Pouco mais de 4 anos depois da chegada de Humberto, caíram as exportações de borracha, encerrou-se o ciclo econômico e o estado foi levado à quebra financeira, propiciando o golpe laurista que tomaria o poder, depondo Lemos. Já no Rio de Janeiro, consagrou-se poeta neoparnasiano por sua eleição para ocupar a Cadeira n. 20 da Academia Brasileira de Letras, em 1919; apenas para, em 1922, estar no seio da instituição que foi o principal alvo de críticas dos intelectuais que comandaram a Semana de Arte Moderna, em São Paulo, condenando-a como sendo o antro do conservadorismo e do mais retrógrado existente na literatura. E mais: eleito e reeleito deputado federal em 1927 e em 1930, pelo grupo político que permanecia à frente do poder no Maranhão desde 1892 e que apoiava Washington Luís e a República do Café-com-leite, foi deposto pelo Golpe de 30 que levou Getúlio Vargas à chefia do Governo Provisório, passando a partir de então a viver sob o constante medo de ser deportado pelo regime.

Tanto no Maranhão, quanto no Pará e no Rio de Janeiro, Humberto parece associar-se a grupos que representam valores e interesses que, no decorrer de poucos anos, acabam sendo superados por grupos opostos e perdendo, desta maneira, os lugares privilegiados de enunciação dos discursos hegemônicos, fazendo com isto com que o próprio Humberto seja tragado por essa substituição de histórias oficiais. A decadência, portanto, parece caracterizar a própria vida do cronista, seja a decadência de um sistema econômico, de um modelo político, ou de uma tradição literária.

---

<sup>19</sup> SILVA, Ana Lácia Conceição. **Falas de decadência, moralidade e ordem**: a “História do Maranhão” de Mário Martins Meireles. Mestrado em História. São Paulo: USP, 2008.

A doença que acometeu Humberto e o progressivo definhamento do seu corpo que acabou levando-o à morte acabam, portanto, se constituindo como uma verdadeira metáfora da própria agonia e decadência dos grupos de poder do período da Primeira República, excluídos de seus lugares sociais de influência por novos grupos ligados a outros projetos que não incluíam uma conciliação com os antigos, mas um apagamento, um esquecimento, uma superação.

Na década de 1950, portanto, Humberto morre novamente. Seu nome some dos jornais, seus livros das prateleiras e das editoras, suas referências deixam de aparecer nos textos dos analistas, não é estudado nas academias – fica e permanece restrito apenas ao campo espírita. Até o final do século, apenas esporadicamente, um ou outra obra é lançada, especialmente em 1986, quando se comemorou o seu centenário, apenas para ser calado e esquecido novamente.

Apenas recentemente, com o crescimento do interesse no estudo de crônicas como gênero literário, na releitura de autores não-canônicos e, até mesmo, na divulgação da cultura e da história locais, foi que alguns de seus livros voltaram a ser editados e alguns poucos trabalhos acadêmicos passaram a usar as suas obras como fontes de estudo.

O presente texto continua sendo um dos poucos trabalhos acadêmicos que versam sobre Humberto de Campos. Entretanto, o meu texto estabeleceu recortes, fez seleções no que tange ao tema, à temporalidade, à abordagem, aos textos usados como fontes, aos autores e às teorias produzidas por estes e apropriadas por mim. Todas essas escolhas me levaram a conclusões parciais, temporárias, relativas, que certamente seriam bem diferentes caso tais escolhas tivessem sido outras.

Este trabalho de tese, portanto, foi desenvolvido a partir da pertinência ao campo da história das doenças, deslocando, entretanto, o foco geralmente presente nesse espaço historiográfico, que consiste na análise das doenças afetando corpos múltiplos no meio social, para priorizar as subjetividades produzidas pelo próprio sujeito doente sobre si e sobre os outros.

Para isso, usei como principais fontes os livros memorialísticos e as crônicas escritas por Humberto, investigando como a hipertrofia da hipófise,

diagnosticada no autor em 1928, foi o elemento em torno do qual girou a sua escrita de si nos últimos sete anos de sua vida, informando, assim, a relação que ele estabeleceu com o mundo e consigo mesmo, reelaborando os seus esquemas mentais, a sua percepção do presente e a sua memória do passado.

Assim, verifiquei como o autor se relacionou de maneiras diferentes com o evento patológico ao longo do tempo que constituiu o recorte aqui proposto, percebendo, no primeiro momento, a tentativa de ignorar e mesmo negar a existência da doença; no segundo, a sujeição do corpo às diversas artes de cura, em busca, inicialmente, do reestabelecimento da saúde, posteriormente, apenas da diminuição de suas dores; e, no terceiro, percebendo a falência de todas terapêuticas, o advento da apatia.

Mostrei ainda que foi nesse ínterim que se abateu sobre Humberto outra sensação de morte, desta vez não apenas física, mas social e política, com a perda do mandato parlamentar de deputado, que consistia na sua principal fonte de rendas. Esse evento representou a derrubada das forças políticas que sustentavam o lugar ocupado por Humberto, construído por meio de acordos, conchavos, intrigas e embates diretos, produzindo aliados e amigos, mas também produzindo rivais e inimigos pessoais, que, posteriormente, num momento em que Humberto tentava modificar a sua imagem pública, usariam os órgãos de imprensa que controlavam para atualizar constantemente a imagem negativa do cronista, chegando mesmo a festejar as notícias do progresso da doença sobre ele.

Analisei, por fim, como a essas duas sensações de morte, a física e a moral, seguiu-se uma renovação da condição religiosa de Humberto, aumentando a tensão entre as adesões filosóficas e a formação católica do autor, embate, esse, a cuja síntese ele procurou chegar através de suas letras.

Defendi, portanto, no presente trabalho de tese, a ideia de que Humberto de Campos acabou por atribuir à sua doença uma roupagem religiosa, concebendo-a como uma penitência, um castigo pelos atos reprováveis que ele havia protagonizado ao longo de sua vida, e que a única forma de expiá-los seria por meio da confissão, o que ele, por não se sentir adequado à identificação religiosa institucional, acabou apostando realizar através de sua literatura, sendo, entretanto, vitimado antes da conclusão do projeto autobiográfico. Foi, assim,

através de seus livros de memórias, que Humberto buscou preservar-se, tentando superar dois grandes temores, o do castigo divino e o do esquecimento literário, e alcançar a própria imortalidade, em dois sentidos diferentes, mas complementares: a imortalidade da alma, pela remissão dos pecados e purificação do espírito, e a imortalidade literária, pela produção de uma obra que sobrevivesse à sua própria existência.

Reafirmo, desta maneira, ao final: o meu trabalho seguiu um único caminho, realizou escolhas ao longo da pesquisa que o levaram a um ponto específico, havendo diversos outros possíveis àqueles que decidam seguir outros rumos na investigação ou a realizar escolhas diferentes daquelas que expus claramente ao longo do trabalho. O material de investigação é farto, a obra é numerosa, o período histórico é riquíssimo, as possibilidades são plurais.

Que o presente texto possa, portanto, contribuir para uma revisão do papel que atualmente Humberto de Campos exerce na história da literatura brasileira, proporcionando que o autor não seja apenas usado como fonte de informações indiscretas sobre algumas personalidades literárias e políticas de um tempo passado, mas que seja visto como um sujeito histórico, pertencente a um tempo que o produziu e foi por ele produzido. Um sujeito que, mesmo mergulhado no seio dos valores dos grupos culturais aos quais pertencia e diante dos quais foi formado, singularizou-se, atribuindo à doença que o acometeu o principal papel dessa sua transformação. Alguém que, diferentemente do que acontece com muitos de nós, que nos tornamos mero corpo passivo da ação de entidades nosológicas e de tratamentos médicos, tomou a palavra sobre a sua doença, produziu relatos de suas percepções, tentando traduzir em palavras os seus sofrimentos, as suas dores, as suas sensações, apostando na sua experiência de morte como a própria maneira de tentar fazê-lo permanecer vivo.

Um sujeito repleto de contradições e de paradoxos, de vícios e de qualidades, que amou e odiou, gozou a vida e sofreu, “acertou” e “errou”, teve alegrias, fez planos e projetos, frustrou-se, arrependeu-se, produziu e destruiu. Enfim, viveu. Viveu da maneira como lhe foi possível viver, a partir de certos cenários sociais, culturais, econômicos, religiosos e biológicos, mas também de escolhas que fez ao longo de sua vida, e dos resultados destas. Alguém que

padeceu, ao longo de toda a sua vida, daquela condição inextricável que subjuga, na verdade, todos nós, limitando-nos, de um lado, mas também nos possibilitando, de outro, ir tanto ao mais belo, quanto ao mais horrendo: a condição humana.

# REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

“10 FATOS Históricos e Culturais de Parnaíba”. **Proparnaíba**. Parnaíba, Piauí, set. 2009. Disponível em: <http://www.proparnaiba.com/opiagui/10-fatos-historicos-e-culturais-de-parnaiba.html>. Acesso em: 13 jul. 2013.

“HIPÓFISE”. **Endocardio** – clínica médica. Santa Catarina. Disponível em: <http://www.endocardio.med.br/hipofise/>. Acesso em: 30 jan. 2014.

“HUMBERTO de Campos – biografia”. **Academia Brasileira de Letras** [online]. Disponível em: <http://www.academia.org.br/abl/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?inford=640&sid=221>. Acesso em: 7 dez. 2013.

“O QUE A BÍBLIA diz sobre a confissão dos pecados a um padre?” **Got Questions?**. Disponível em: <http://www.gotquestions.org/Portugues/confissao-pecados-sacerdote.html>. Acesso em: 4 fev. 2014

“O SACRAMENTO da confissão”. **Catolicismo** – revista de cultura e atualidades. Disponível em: <http://www.catolicismo.com.br/materia/materia.cfm?IDmat=8C0C8E8B-3048-560B-1CD432EEAC4ED594&mes=Junho2006>. Acesso em: 4 fev. 2014.

“PATRIMÔNIO Histórico de Parnaíba”. **Delta do Parnaíba**. Parnaíba, Piauí. Disponível em: [http://www.deltadoparnaiba.com.br/patri\\_historico.htm](http://www.deltadoparnaiba.com.br/patri_historico.htm). Acesso em: 13 jul. 2013;

ABREU, Modesto de. **Biógrafos e críticos de Machado de Assis**. Rio de Janeiro: Academia Carioca de Letras, 1989, p. 89.

AGRA, Giscard F. **Modernidade aos goles**: a produção de uma sensibilidade moderna em Campina Grande, 1904 a 1935. Campina Grande, PB: EDUFCG, 2010.

AGRA, Giscard Farias. **A urbs doente medicada**: a higiene na construção de Campina G(g)rande, 1877-1935. Campina Grande, PB: Marccone, 2006.

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. **Nordestino: uma invenção do falo**. Uma história do gênero masculino (Nordeste – 1920/1940). Maceió: Catavento, 2003.

\_\_\_\_\_. **História: a arte de inventar o passado.** Bauru, SP: EDUSC, 2007 (Coleção História).

\_\_\_\_\_. “A gente é cria de frases: sobre história e biografia”. **Maracanan.** Vol. 8, jan/dez 2012, p. 14. Natal: Programa de Pós-graduação em História, p. 17. Disponível em: [http://www.ppghistoria.com.br/box\\_jquery/8/02\\_A\\_Gente\\_e\\_Cria\\_de\\_frases\\_\\_Durval\\_Muniz\\_de\\_Albuquerque\\_Junior\\_MARACANAN8.pdf](http://www.ppghistoria.com.br/box_jquery/8/02_A_Gente_e_Cria_de_frases__Durval_Muniz_de_Albuquerque_Junior_MARACANAN8.pdf). Acesso em 10 jan. 2014.

ALMEIDA, Giniomar Ferreira. **O lenine maranhense: fuzilamentos e cultura histórica no interior do Maranhão (1921).** Dissertação de mestrado. João Pessoa: Programa de Pós-Graduação em História UFPB, 2010, p. 36;

**ANPUH-Brasil** – Associação Nacional de História. GT História da saúde e das doenças. Disponível em: [http://www.anpuh.org/gt/view?ID\\_GT=7](http://www.anpuh.org/gt/view?ID_GT=7). Acesso em: 17 nov. 2012].

ARAÚJO, Gilberto (org.). **Humberto de Campos.** São Paulo: Global, 2009 (Coleção Melhores Crônicas, dir. Edla Van Steen).

ASSIS, Machado de. **Memórias póstumas de Brás Cubas.** São Paulo: Saraiva, 2011 (Coleção Saraiva de Bolso).

BARATA, Cau. “Rua das Laranjeiras, 280 (casa)”. **Rio de Janeiro desaparecido (blog).** 2011. Disponível em: <http://rio-de-janeiro-desaparecido.blogspot.com.br/2011/06/rua-das-laranjeiras-280-casa-para.html>. Acesso em: 1º fev. 2014.

BARRICA, Ana Maria. **Histórias vividas por crianças com AIDS.** São Paulo: Annablume, Fapesp, 2001.

BENJAMIN, Walter. **Magia e Técnica, Arte e Política** [trad. Sérgio Paulo Rouanet]. 7 ed. São Paulo: Brasiliense, 2004 (Obras Escolhidas, vol. 1).

BERTOLLI FILHO, Cláudio. **História social da tuberculose e do tuberculoso: 1900-1950.** Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2001 (Coleção Antropologia e Saúde).

BORRALHO, José Henrique de Paula. **Uma Athenas equinocial: a literatura e a fundação de um Maranhão no Império Brasileiro.** São Luís: Edfunc, 2010, 446f.

BOSI, Alfredo. **O Pré-Modernismo.** São Paulo: Cultrix, 1967 (Coleção A literatura brasileira, vol. V).

BOSI, Ecléa. **Memória e sociedade: lembrança de velhos.** 17 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

BOURDIEU, Pierre. "A ilusão biográfica". In: FERREIRA, Marieta de Moraes e AMADO, Janaína (orgs.). **Usos & abusos da história oral**. Rio de Janeiro: Fundação Getulio Vargas, 1996.

BURKE, Peter. **A Escola dos Annales**, 1929-1989. A revolução francesa da historiografia [trad. Nilo Odalia]. 4 ed. São Paulo: UNESP, 1997.

CAMPOS, Humberto de. **Poesias completas 1903-1931**. Rio de Janeiro: W. M. Jackson, 1941a (Coleção Obra Completa, vol. 01).

\_\_\_\_\_. **Da seara de Booz 1915-1916**. Rio de Janeiro: W. M. Jackson, 1941b (Coleção Obra Completa, vol. 02).

\_\_\_\_\_. **Mealheiro de Agripa** (crônicas). Rio de Janeiro: W. M. Jackson, 1941c (Coleção Obra Completa, vol. 03).

\_\_\_\_\_. **Os Párias** (crônicas). Rio de Janeiro: W. M. Jackson, 1941d (Coleção Obra Completa, vol. 04).

\_\_\_\_\_. **Lagartas e libélulas** (crônicas). Rio de Janeiro: W. M. Jackson, 1941e (Coleção Obra Completa, vol. 05).

\_\_\_\_\_. **Sombras que sofrem** (crônicas). Rio de Janeiro: W. M. Jackson, 1941f (Coleção Obra Completa, vol. 06).

\_\_\_\_\_. **Destinos...** (obra póstuma). Rio de Janeiro: W. M. Jackson, 1941g (Coleção Obra Completa, vol. 07).

\_\_\_\_\_. **Sepultando os meus mortos** (obra póstuma). Rio de Janeiro: W. M. Jackson, 1941h (Coleção Obra Completa, vol. 08).

\_\_\_\_\_. **Notas de um diarista – 1ª série** (obra póstuma). Rio de Janeiro: W. M. Jackson, 1941i (Coleção Obra Completa, vol. 09).

\_\_\_\_\_. **Notas de um diarista – 2ª série** (obra póstuma). Rio de Janeiro: W. M. Jackson, 1941j (Coleção Obra Completa, vol. 10).

\_\_\_\_\_. **Reminiscências** (obra póstuma). Rio de Janeiro: W. M. Jackson, 1941k (Coleção Obra Completa, vol. 11).

\_\_\_\_\_. **Um sonho de pobre** (obra póstuma). Rio de Janeiro: W. M. Jackson, 1941l (Coleção Obra Completa, vol. 12).

\_\_\_\_\_. **Contrastes** (obra póstuma). Rio de Janeiro: W. M. Jackson, 1941m (Coleção Obra Completa, vol. 13).

\_\_\_\_\_. **Perfis – primeira série** (obra póstuma). Rio de Janeiro: W. M. Jackson, 1941n (Coleção Obra Completa, vol. 14).

\_\_\_\_\_. **Perfis – segunda série** (obra póstuma). Rio de Janeiro: W. M. Jackson, 1941o (Coleção Obra Completa, vol. 15).

\_\_\_\_\_. **Últimas crônicas** (obra póstuma). Rio de Janeiro: W. M. Jackson, 1941p (Coleção Obra Completa, vol. 16).

\_\_\_\_\_. **Memórias – primeira parte, 1886-1900**. Rio de Janeiro: W. M. Jackson, 1941q (Coleção Obra Completa, vol. 17).

\_\_\_\_\_. **Memórias inacabadas** (obra póstuma). Rio de Janeiro: W. M. Jackson, 1941r (Coleção Obra Completa, vol. 18).

\_\_\_\_\_. **Fragmentos de um Diário** (obra póstuma). Rio de Janeiro: W. M. Jackson, 1941s (Coleção Obra Completa, vol. 19).

\_\_\_\_\_. **Carvalhos e roseiras** (figuras políticas e literárias). Rio de Janeiro: W. M. Jackson, 1941t (Coleção Obra Completa, vol. 20).

\_\_\_\_\_. **Crítica – primeira série**. Rio de Janeiro: W. M. Jackson, 1941u (Coleção Obra Completa, vol. 21).

\_\_\_\_\_. **Crítica – segunda série**. Rio de Janeiro: W. M. Jackson, 1941v (Coleção Obra Completa, vol. 22).

\_\_\_\_\_. **Crítica – terceira série**. Rio de Janeiro: W. M. Jackson, 1941w (Coleção Obra Completa, vol. 23).

\_\_\_\_\_. **Crítica – quarta série**. Rio de Janeiro: W. M. Jackson, 1941x (Coleção Obra Completa, vol. 24).

\_\_\_\_\_. **O Monstro e outros contos**. Rio de Janeiro: W. M. Jackson, 1941y (Coleção Obra Completa, vol. 25).

\_\_\_\_\_. **À sombra das tamareiras** (contos orientais). Rio de Janeiro: W. M. Jackson, 1941z (Coleção Obra Completa, vol. 26).

\_\_\_\_\_. **O Brasil anedótico – frases históricas que resumem a crônica do Brasil-Colônia, do Brasil-Império e do Brasil-República**. Rio de Janeiro: W. M. Jackson, 1941aa (Coleção Obra Completa, vol. 27).

\_\_\_\_\_. **Antologia da Academia Brasileira de Letras – trinta anos de discursos acadêmicos, 1897-1927**. Rio de Janeiro: W. M. Jackson, 1941ab (Coleção Obra Completa, vol. 28).

\_\_\_\_\_. **O conceito e a imagem na poesia brasileira** – citações de poetas brasileiros dos séculos XVI, XVII, XVIII, XIX e XX. Rio de Janeiro: W. M. Jackson, 1941ac (Coleção Obra Completa, vol. 29).

\_\_\_\_\_. **Fatos e feitos** (obra póstuma). São Paulo: Gráfica Editora Brasileira, 1949.

\_\_\_\_\_. **Vale de Josafá**. Rio de Janeiro: Mérito, 1967a (Série Conselheiro XX, vol. 01).

\_\_\_\_\_. **Tonel de Diógenes**. Rio de Janeiro: Mérito, 1967b (Série Conselheiro XX, vol. 02).

\_\_\_\_\_. **A serpente de bronze**. Rio de Janeiro: Mérito, 1967c (Série Conselheiro XX, vol. 03).

\_\_\_\_\_. **Gansos do Capitólio**. Rio de Janeiro: Mérito, 1967d (Série Conselheiro XX, vol. 04).

\_\_\_\_\_. **A bacia de Pilatos**. Rio de Janeiro: Mérito, 1967e (Série Conselheiro XX, vol. 05).

\_\_\_\_\_. **A funda de Davi**. Rio de Janeiro: Mérito, 1967f (Série Conselheiro XX, vol. 06).

\_\_\_\_\_. **Grãos de mostarda**. Rio de Janeiro: Mérito, 1967g (Série Conselheiro XX, vol. 07).

\_\_\_\_\_. **Pombos de Maomé**. Rio de Janeiro: Mérito, 1967h (Série Conselheiro XX, vol. 08).

\_\_\_\_\_. **Antologia dos humoristas galantes**. Rio de Janeiro: Mérito, 1967i (Série Conselheiro XX, vol. 09).

\_\_\_\_\_. **O arco de Esopo**. Rio de Janeiro: Mérito, 1967j (Série Conselheiro XX, vol. 10).

\_\_\_\_\_. **Alcova e salão**. Rio de Janeiro: Mérito, 1967l (Série Conselheiro XX, vol. 11).

\_\_\_\_\_. **À sombra das tamareiras (contos orientais)**. 3 ed. Rio Bonito, RJ: Almádena, 2008

\_\_\_\_\_. **Memórias e memórias inacabadas**. São Luís: Instituto Geia, 2009 (Coleção Geia de Temas Maranhenses, v. 13).

\_\_\_\_\_. **Diário Secreto – 1º volume**. 2 ed. São Luís, Instituto Geia, 2010a (Coleção Geia de Temas Maranhenses, v. 15).

\_\_\_\_\_. **Diário Secreto – 2º volume**. 2 ed. São Luís, Instituto Geia, 2010a (Coleção Geia de Temas Maranhenses, v. 15).

\_\_\_\_\_. **Os olhos que comiam carne e outros contos de terror** [org. Denyse Cantuária]. São Paulo: Noovha América, 2008.

CAMPOS FILHO, Humberto de. **Irmão X, meu pai**. São Paulo: Lúmen, 1997.

CÂNDIDO, Antônio (org.). **Crônica**. São Paulo: Unicamp, 1992.

CANGUILHEM, Georges. **Escritos sobre a Medicina** [trad. Vera Avellar Ribeiro]. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 2005.

CARVALHO, Lúcia Helena. “A catedral malograda”. In: REIS, Roberto (org.). **O miolo e o pão**. Niterói, RJ: EDUFF, 1986, p. 27-37

CASTANHEIRA, Marcela Alves de Araújo França et CORREIA, Adriano. “A constituição do sujeito em Michel Foucault: práticas de sujeição e práticas de subjetivação”. **Anais do VIII Congresso de Pesquisa, Ensino e Extensão - Conpeex 2011**. Disponível em: <http://www.sbpnet.org.br/livro/63ra/conpeex/mestrado/trabalhos-mestrado/mestrado-marcela-alves.pdf>. Acesso em 3 jan. 2014;

CERTEAU, Michel de. **A escrita da história** [trad. Maria de Lourdes Menezes]. Rio de Janeiro: Forense, 1982.

CHALHOUB, Sidney. **Cidade febril: cortiços e epidemias na Corte Imperial**. São Paulo: Cia das Letras, 1996.

CORRÊA, Rossini. **Formação Social do Maranhão: o presente de uma arqueologia**. São Luís: SIOGE, 1993.

COSTA, Jurandir Freire. **Ordem médica, norma familiar**. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

DAOU, Ana Maria. **Belle époque amazônica**. 3 ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004 (Coleção Descobrendo o Brasil).

DELEUZE, Gilles. **Foucault** [trad. Cláudio Sant’Anna Martins]. São Paulo: Brasiliense, 2005.

\_\_\_\_\_. **Proust e os signos** [trad. Antonio Carlos Piquet e Roberto Machado]. 2 ed. Rio de Janeiro: Forense, 2006.

DELUMEAU, Jean. **História do medo no Ocidente: 1300-1800, uma cidade sitiada** [trad. Maria Lucia Machado]. 5 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

DOSSE, François. **O desafio biográfico – escrever uma vida** [trad. Gilson César de Souza]. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2009.

DUARTE, Felipe Gaia. “Gigantismo e acromegalia: quando o crescimento exagerado pode ser considerado sintoma de uma doença rara?”. **MatoGrosso Mais**. Cuiabá, 2009. Disponível em: <http://matogrosso mais.com.br/?p=4660>. Acesso em: 21 nov. 2012.

DUARTE, Sebastião Moreira. “Humberto de Campos vivo (prefácio)”. *In*: CAMPOS, Humberto de. **Memórias e Memórias inacabadas**. São Luís: Instituto Geia, 2009.

\_\_\_\_\_. “O ‘Diário de um Enterrado Vivo’”. *In*: CAMPOS, Humberto de. **Diário Secreto**. 2 ed. São Luís: Instituto Geia, 2010 [vol. I].

\_\_\_\_\_. “Sobre esta edição”. *In*: CAMPOS, Humberto de. **Diário Secreto**. 2 ed. São Luís: Instituto Geia, 2010, p. 19 [vol. I].

ELIAS, Norbert. **A solidão dos moribundos, seguido de Envelhecer e Morrer** [trad. Plínio Dentzein]. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

FARRELL, Jeanette. **A assustadora história das pestes e epidemias** [trad. Mauro Silva]. São Paulo: Ediouro, 2003.

FERREIRA, Cláudio Vital de Lima. **AIDS e exclusão social: um estudo clínico com pacientes com o HIV**. São Paulo: Lemos Editorial, 2003.

FERREIRA, Luiz Alberto. “Decomposição e recomposição: querelas e intrigas nas tramas dos novos partidos no Maranhão (1889-1894)”. **Outros Tempos – pesquisa em foco**. São Luís, Maranhão: UEMA, [s. a.], vol. I. Disponível em: <http://www.outrostempos.uema.br/volume01/vol01art01.pdf>. Acesso em: 2 nov. 2013.

FONSECA, Márcio Alves da. **Michel Foucault e a constituição do sujeito**. São Paulo: EDUC, 2003.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do Poder**. 4 ed. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

\_\_\_\_\_. **Vigiar e Punir – nascimento da prisão** [trad. Raquel Ramalhete]. 30 ed. Petrópolis: Vozes, 2005.

GAGNEBIN, Jeanne Marie. **Sete aulas sobre linguagem, memória e história**. Rio de Janeiro: Imago, 2005.

\_\_\_\_\_. **Lembrar, escrever, esquecer**. São Paulo: Ed. 34, 2006.

GAY, Peter. **Freud** – uma vida para o nosso tempo [trad. Denise Bottmann]. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

GOFFMAN, Erving. **Representação do eu na vida cotidiana** [trad. Maria. Célia Santos Raposo]. 14 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

\_\_\_\_\_. **Estigma**: notas Sobre a Manipulação da Identidade Deteriorada. 4 ed. Rio de Janeiro: LTC, 2008.

GOMES, Ângela de Castro (org.). **Escrita de si, escrita da história**. Rio de Janeiro: FGV, 2004.

GONÇALVES, H. “A tuberculose ao longo dos tempos”. **História, Ciências, Saúde – Manguinhos**, jul-out,. 2000, vol. VII. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-59702000000300004&script=sci\\_abstract&lng=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-59702000000300004&script=sci_abstract&lng=pt). Acesso em 4 jan. 2014.

GONÇALVES, Paiva. **Não passaram pela vida em branca nuvem**. Rio de Janeiro: Dior, 1987, p. 15-50.

HALUCH, Aline. **A Maçã**: manifestações de design no início do século XX. Dissertação de mestrado em Design. Rio de Janeiro: PUC, 2002.

JACÓ-VÍLELA, Ana Maria (coord.). **Dicionário Histórico de Instituições de Psicologia no Brasil**. Rio de Janeiro: Imago, Brasília, DF: CFP, 2011.

JORGE, Fernando. **A Academia do fardão e da confusão**. A Academia Brasileira de Letras e os seus “imortais” mortais. São Paulo: Geração Editorial, 1999.

LARROSA, Jorge. **Nietzsche e a educação**. 2 ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2004 (Coleção Pensadores & a Educação).

LE GOFF, Jacques (org.). **As doenças têm história**. Lisboa: Terramar, 1985.

LE GOFF, Jacques et NORA, Pierre. **História: novos objetos** [trad. Terezinha Marinheiro]. 4 ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1995.

LEBERT, Maria de Lourdes. **Humberto de Campos**. São Paulo: Melhoramentos, 1986.

LEITÃO, Fabiana Oliveira. **Quando o médico abandona sua criatura:** mudança do saber médico em Campina Grande (1920-1950). Monografia de Graduação. Campina Grande, PB: UEPB, 2005.

LEJEUNE, Philippe. **O pacto autobiográfico** – de Rousseau à Internet [trad. Jovita Maria et al]. Belo Horizonte: UFMG, 2008.

LEVI, Giovanni. “Usos da biografia”. *In*: Marieta de Moraes Ferreira & Janaina Amado (orgs.) **Usos e abusos da História Oral**. 8 ed. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

LEVY, Tatiana Salem. “O fora como o (não)espaço da literatura”. **Site do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Literatura**. Disponível em: [www.letras.ufrj.br/ciencialit/encontro/Tatiana%20Levy.doc](http://www.letras.ufrj.br/ciencialit/encontro/Tatiana%20Levy.doc). Acesso em 3 jan. 2014;

LUSTOSA, Isabel. **D. Pedro I** – um herói sem nenhum caráter. São Paulo: Companhia das Letras, 2006 (Coleção Perfis Brasileiros).

MACHADO NETO, A. L. **Estrutura social da república das letras** – sociologia da vida intelectual brasileira, 1870-1930. São Paulo: Grijalbo, 1973.

MACHADO, Roberto et al. **Da(n)ação da norma**. Medicina social e constituição da psiquiatria no Brasil. Rio de Janeiro: Graal, 1978 (Série Saber e Sociedade, n. 3).

MACHADO, Sandra. “João do Rio: o cronista da belle époque carioca”. **Multirio**. Rio de Janeiro, maio, 2013. Disponível em: [http://www.multirio.rj.gov.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=839&Itemid=117](http://www.multirio.rj.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=839&Itemid=117). Acesso em: 10 jan. 2014.

MANSANO, Sonia Regina Vargas. “Sujeito, subjetividade e modos de subjetivação na contemporaneidade”. **Revista de Psicologia da UNESP**. Vol. 8, n. 2, 2009, p. 110-117. Disponível em: <http://www2.assis.unesp.br/revpsico/index.php/revista/article/viewFile/139/172>. Acesso em 3 jan. 2014.

MARTINS, Manoel de Jesus Barros. **Rachaduras solarescas e epigonismos provincianos** – sociedade e cultura no Maranhão neo-ateniense: 1890-1930. Dissertação de mestrado. Recife: Programa de Pós-graduação em História da UFPE, 2002, 177p.

MENDES, Sylvânio Aguiar. **Entre burros e empurrões:** uma história dos bondes elétricos em São Luís (1924-1966). Monografia de graduação. São Luís: Universidade Estadual do Maranhão, 2005, 94f.

MICELI, Sérgio. **Intelectuais à brasileira**. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

MOISÉS, Massaud. **História da literatura brasileira: realismo e simbolismo**. 9 ed. São Paulo: Cultrix, 2009 (vol. II).

MONTAGNER, Miguel Ângelo. “Trajetórias e biografias: notas para uma análise bourdieusiana”. **Sociologias**. Porto Alegre, ano 9, n. 17, jan./jun. 2007, p. 240-264. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/soc/n17/a10n17.pdf>. Acesso em 20 jan. 2014.

MONTENEGRO, Antonio Torres. “História, Memória e Imaginação: Gilda e seus Príncipes”. **Fundação Joaquim Nabuco** [site]. Disponível em: [http://www.fundaj.gov.br/geral/observa\\_nordeste/montenegro.3.pdf](http://www.fundaj.gov.br/geral/observa_nordeste/montenegro.3.pdf). Acesso em: 15 dez. 2013.

MOURA, Vítor. “O processo movido pela família de Humberto de Campos contra a FEB”. **Obras psicografadas**. Disponível em: <http://obraspsicografadas.org/2013/o-processo-movido-pela-familia-de-humberto-de-campos-contra-a-feb/> Acesso em: 4 jan. 2014.

NASCIMENTO, Dilene R. **As pestes do século XX: tuberculose e Aids no Brasil, uma história comparada**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2005 (Coleção História e Saúde).

NASCIMENTO, Dilene Raimundo et al (orgs). **Uma história brasileira das doenças**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2006 [vol. 2].

NERES, José. **Blog Mais que Palavras**. São Luís, Maranhão. Disponível em: [http://jose.neres.blogspot.com.br/2011\\_01\\_01\\_archive.html](http://jose.neres.blogspot.com.br/2011_01_01_archive.html). Acesso em: 30 jun. 2013.

NIETZSCHE, Friedrich. **Assim falou Zaratustra** [trad. Heloísa Burati]. São Paulo: Rideel, 2005.

NIETZSCHE, Friedrich. **Sobre verdade e mentira no sentido extra-moral** [apresentado por Noéli Correia de Melo Sobrinho]. Disponível em: <http://pt.scribd.com/doc/49353413/Nietzsche-Sobre-Verdade-e-Mentira-no-Sentido-Extra-moral-1873>. Acesso em 4 jan. 2014.

ONFRAY, Michel. **A arte de ter prazer – por um materialismo hedonista**. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

ORTEGA, Francisco. **O corpo incerto – corporeidade, tecnologias médicas e cultura contemporânea**. Rio de Janeiro: Garamond, 2008, pp. 69-184.

PACHECO, Félix. **A academia e os seus problemas**. Rio de Janeiro: Typ. Jornal do Commercio, 1934.

PEREIRA, Josenildo de Jesus. “Imprensa, ética escravista e idéias abolicionistas no Maranhão na década de 1880”. **Anais do XXV Simpósio Nacional de História da ANPUH**. Fortaleza, 2009. Disponível em: <http://anpuh.org/anais/wp-content/uploads/mp/pdf/ANPUH.S25.1332.pdf>. Acesso em: 16 nov. 2013.

PICANÇO, Macário de Lemos. **Humberto de Campos**. Rio de Janeiro: Minerva, 1937.

PICCININI, Walmor J. “História da Psiquiatria - Casa de Saúde Dr. Eiras: crônica de seu desaparecimento”. **Psychiatry on line Brasil**. Vol. 13, n. 3, março de 2008. Disponível em: <http://www.polbr.med.br/ano08/wal0308.php>. Acesso em: 3 fev. 2013.

PINHEIRO, Raimundo Nonato. **A Coluna Prestes no Maranhão**. Monografia de especialização. Curso de especialização em história do Maranhão da UEMA. São Luís, 2005, 59p.

PORTO, Ângela. **A vida inteira que podia ter sido e que não foi**: trajetória de um poeta tísico. Doutorado em Saúde Coletiva. UERJ, 1997.

PRAZERES, Maria das Graças do Nascimento et NASCIMENTO, Francisco Alcides. “História e política: uma análise do cenário político maranhense na Primeira República”. **Anais do II Seminário Nacional Sociologia & Política – tendências e desafios contemporâneos**. Curitiba: UFPR, 2010, 25p. Disponível em: <http://www.seminariosociologiapolitica.ufpr.br/anais/GT02/Maria%20das%20Gracas%20e%20Francisco%20Nascimento.pdf>. Acesso em: 2 nov. 2013.

PRAZERES, Maria das Graças do Nascimento. **Nos trilhos do progresso**: os bondes elétricos na Primeira República em São Luís/MA. Dissertação de mestrado. Programação de Pós-Graduação em História. Teresina: UFPI, 2011, 171f.

RAMOS, Graciliano. **Linhas tortas**. Rio de Janeiro: Record, 2005, p. 206.

REIS, Flávio. **Grupos políticos e estrutura oligárquica no Maranhão**. São Luís: [s.e.], 2007, p. 72).

REIS, João José. **A morte é uma festa**: ritos fúnebres e revolta popular no Brasil do século XIX. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

REIS, Roberto (coord.). **O miolo e o pão**: estudo crítico e antologia de Humberto de Campos. Niterói, RJ: EDUFF, 1986.

**REVISTA da Semana**. Ano XLV, n. 15. Rio de Janeiro, edição de 8 abr. 1944, p. 28.

RICOUER, Paul. **A memória, a história, o esquecimento**. Campinas, SP: Unicamp, 2007.

ROCHA, Alexandre Caroli. “Complicações de uma estranha autoria (o que se comentou sobre textos que Chico Xavier atribuiu a Humberto de Campos)”. **Ipotesi** – revista de estudos literários. Juiz de Fora, MG, v.16, n.2, jul./dez. 2012, p. 25-36. Disponível em: <http://www.ufjf.br/revistaipotesi/files/2011/05/CA-P02-25-36.pdf>. Acesso em: 5 jan. 2014.

ROCHA, Alexandre Caroli. **O caso Humberto de Campos**: autoria literária e mediunidade. Tese de doutorado. Instituto de Estudos da Linguagem. Campinas, SP: Unicamp, 2008, 274f.

RODRIGUES, João Carlos. **João do Rio**. Vida, paixão e obra. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

RODRIGUES, Nelson. **A menina sem estrela** – memórias [org. Ruy Castro]. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

ROSENTHAL, Gabriele. “A estrutura e a *gestalt* das autobiografias e suas consequências metodológicas”. In: FERREIRA, Marieta de Moraes et AMADO, Janaína (orgs). **Usos & abusos da história oral**. 8 ed. Rio de Janeiro: FGV, 2006, p. 193-200.

SÁ, Lenilde Duarte de. **Parahyba: uma cidade entre miasmas e micróbos**. O serviço de Higiene Pública: 1895-1918. Tese de doutorado. Ribeirão Preto, SP: Escola de Enfermagem de Ribeirão Preto (EERP/USP), 1999.

SALES, Márcio. “Foucault e os modos de subjetivação”. **Anais do XI ANPOF**. Rio de Janeiro, 2008. Disponível em: <http://noboteco.files.wordpress.com/2008/05/foucault-e-os-modos-de-subjetivacao-por-m-sales.pdf>. Acesso em 3 jan. 2014.

SALVADOR, Vitor Celso. “Quando eu era vivo: o enfoque peculiar da história vista pelo memorialista Medeiros e Albuquerque (1867-1934)”. **Anais do II Seminário Nacional de Estudos da Linguagem**. Cascavel, PR: Unioeste, Out/2010, p. 04. Disponível em: [http://cac-php.unioeste.br/eventos/iisnel/CD\\_IISnell/pages/simposios/simposio%2007/QUANDO%20EU%20ERA%20VIVO%20O%20ENFOQUE%20PECULIAR%20DA%20HISTORIA%20VISTA%20PE](http://cac-php.unioeste.br/eventos/iisnel/CD_IISnell/pages/simposios/simposio%2007/QUANDO%20EU%20ERA%20VIVO%20O%20ENFOQUE%20PECULIAR%20DA%20HISTORIA%20VISTA%20PE)

LO%20MEMORIALISTA%20MEDEIROS%20E%20ALBUQUERQUE%201867-1934.pdf. Acesso em: 4 jan. 2014.

SANTOS, José Wilson Albuquerque. “Vereador defende revitalização do Cajueiro de Humberto de Campos”. **Jornal da Parnaíba**. Maio, 2013. Disponível em: <http://jornaldaparnaiba.blogspot.com.br/2013/05/vereador-defende-revitalizacao-do.html>. Acesso em: 13 jul. 2013.

SANTOS, Rafael Aguiar dos. “O Maranhão na Primeira República: um panorama”. In: VAZ, Leopoldo Gil Dúlcio et REINALDO, Telma Bonifácio dos Santos (orgs.). **Coletâneas: a cidade do Maranhão**: uma história de 400 anos, 1612-2012. São Luís: EDUFMA, 2012, p. 197-217. Disponível em: [http://issuu.com/leovaz/docs/seminario\\_400\\_anos\\_-\\_coletanea\\_-\\_vo\\_5a23063b864441](http://issuu.com/leovaz/docs/seminario_400_anos_-_coletanea_-_vo_5a23063b864441). Acesso em: 11 nov. 2013.

SCHEIBE, Roberta. **A crônica e seus diferentes estilos na obra de Humberto de Campos**. Dissertação de mestrado. Programa de Pós-Graduação em Letras. Passo Fundo: Universidade de Passo Fundo, 2006.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **O espetáculo das raças – cientistas, instituições e questão racial no Brasil (1870-1930)**. 4 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SEVCENKO, Nicolau (org.). **História da vida privada no Brasil – República: da Belle Époque à Era o Rádio**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993 [vol. 3].

SILVA, Ana Ládía Conceição. **Falas de decadência, moralidade e ordem: a “História do Maranhão” de Mário Martins Meireles**. Mestrado em História. São Paulo: USP, 2008.

SILVA, Rosane Neves da. **A Dobra Deleuziana: Políticas de Subjetivação**. Disponível em: <http://www.ebah.com.br/content/ABAAAAOXEAA/subjetivacao-deleuziana-article>. Acesso em 3 jan. 2014.

SIQUEIRA, André Boccasius. “A constituição do sujeito em Foucault segundo Deleuze”. **Anais do ANPED Sul**. 2008. Disponível em: [http://www.portalanpedsul.com.br/admin/uploads/2008/Filosofia\\_e\\_educacao/Trabalho/12\\_18\\_06\\_A\\_constituicao\\_do\\_sujeito\\_em\\_Foucault\\_segundo\\_Deleuz\\_e.pdf](http://www.portalanpedsul.com.br/admin/uploads/2008/Filosofia_e_educacao/Trabalho/12_18_06_A_constituicao_do_sujeito_em_Foucault_segundo_Deleuz_e.pdf). Acesso em 3 jan. 2014.

SMILES, Samuel. **Ajude-se: os grandes nomes do passado nos mostram exemplos de perseverança**. São Paulo: Rai/Abnara, 2012, 456f.

SOARES, Lucila. **Rua do Ouvidor 110** – uma história da livraria José Olympio. Rio de Janeiro: José Olympio, 2006.

SONTAG, Susan. **Doença como metáfora**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007a.

SONTAG, Susan. **Doença como metáfora – AIDS e suas metáforas** [trad. Rubens Figueiredo e Paulo Henrique Britto]. São Paulo: Companhia das Letras, 2007b.

SOUSA, Patrícia de Castro. **João do Rio**: o repórter com alma de flanêur conduz a crônica-reportagem na Belle Époque tropical. Dissertação de mestrado. Santa Maria, RS: Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal de Santa Maria, 2009, 100p.

SOUZA, Roberto Acízelo de. "Introdução". In: REIS, Roberto (coord.). **O miolo e o pão**: estudo crítico e antologia de Humberto de Campos. Niterói, RJ: EDUFF, 1986.

TÍMPONI, Miguel. **O caso Humberto de Campos**: no seu tríplice aspecto: jurídico, científico, literário. 2 ed. Rio de Janeiro: FEB, 1944, 412f.

TÍMPONI, Miguel. **A psicografia ante os tribunais**: o caso Humberto de Campos. 7 ed. Rio de Janeiro: Federação Espírita Brasileira, 2010.

TODOROV, Tzvetan. **O medo dos bárbaros** – para além do choque das civilizações [trad. Guilherme João de Freitas Teixeira]. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

TURMINA, Adriana Cláudia. **Mudar para manter**: a auto-ajuda como a nova pedagogia do capital. Dissertação de mestrado em Educação. Florianópolis, SC: UFSC, 2005

VILELA, Marcos Antonio Maia. **A protoficção científica de Humberto de Campos**. Dissertação de mestrado. Programa de Pós-Graduação em Estudo de Linguagens. Salvador: Universidade do Estado da Bahia, 2009, 144p.

WANDERLEY, Rubey. **A glória de Humberto de Campos**. Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa Nacional, 1950.

WEBER, Beatriz Teixeira. **As artes de curar**. Medicina, religião e positivismo na República Rio-Grandense - 1889-1928. Santa Maria, RS: UFSM, 1999.

XAVIER, Francisco Cândido. **Crônicas de além-túmulo** [pelo espírito de Humberto de Campos]. 16 ed. Rio de Janeiro: FEB, 2010, p. 206

# APÊNDICES

**APÊNDICE A – relação de todos os livros de Humberto de Campos, por data de lançamento e gênero textual.**

<b>Ano</b>	<b>Título</b>	<b>Gênero</b>
1911	<i>Poeira (1ª série)</i>	poesia
1917	<i>Poeira (2ª série)</i>	poesia
1918	<i>Da seara de Booz</i>	crônicas
1919	<i>Vale de Josaphat (Série Conselheiro X.X.)</i>	humor
1921	<i>Mealheiro de Agripa</i>	crônicas
1920	<i>Tonel de Diógenes (Série Conselheiro X.X.)</i>	humor
1921	<i>A serpente de bronze (Série Conselheiro X.X.)</i>	humor
1922	<i>Gansos do Capitólio (Série Conselheiro X.X.)</i>	humor
1923	<i>A bacia de Pilatos (Série Conselheiro X.X.)</i>	humor
1923	<i>Carvalhos e roseiras</i>	crítica literária e política
1924	<i>A funda de Davi (Série Conselheiro X.X.)</i>	humor
1925	<i>Grãos de mostarda (Série Conselheiro X.X.)</i>	humor
1925	<i>Pombos de Maomé (Série Conselheiro X.X.)</i>	humor
1926	<i>Antologia dos humoristas galantes (Série Conselheiro X.X.)</i>	humor
1926	<i>O arco de Esopo (Série Conselheiro X.X.)</i>	humor
1927	<i>Alcova e salão (Série Conselheiro X.X.)</i>	humor
1928	<i>Antologia da Academia Brasileira de Letras</i>	pesquisas históricas e literárias
1928	<i>O Brasil anedótico</i>	pesquisas históricas e literárias
1929	<i>O conceito e a imagem na poesia brasileira</i>	pesquisas históricas e literárias
1932	<i>O monstro e outros contos</i>	contos
1933	<i>Memórias</i>	memorialística
1933	<i>Poesias completas</i>	poesias
1933	<i>Crítica – 1ª série</i>	crítica literária
1933	<i>Crítica – 2ª série</i>	crítica literária
1933	<i>Histórias maravilhosas</i>	contos infantis
1933	<i>Os párias</i>	crônicas
1933	<i>Lagartas e libélulas</i>	crônicas
1934	<i>À sombra das tamareiras</i>	contos
1934	<i>Sombras que sofrem</i>	crônicas
1935	<i>Crítica – 3ª série</i>	crítica literária
1935	<i>Destinos</i>	crônicas
1935	<i>Memórias inacabadas</i>	memorialística
1935	<i>Notas de um diarista – 1ª série</i>	crônicas
1935	<i>Sepultando meus mortos</i>	crônicas
1935	<i>Reminiscências...</i>	crônicas
1935	<i>Um sonho de pobre</i>	crônicas
1936	<i>Contrastes</i>	crônicas
1936	<i>Crítica – 4ª série</i>	crítica literária
1936	<i>Notas de um diarista – 2ª série</i>	crônicas
1936	<i>Perfis – 1ª série</i>	crônicas
1936	<i>Perfis – 2ª série</i>	crônicas
1936	<i>Últimas crônicas</i>	crônicas
1939	<i>Fragmentos de um diário</i>	memorialística
1949	<i>Fatos e feitos</i>	crônicas
1954	<i>Diário Secreto (2 volumes)</i>	memorialística

**APÊNDICE B – Identificação de local e data onde as crônicas reunidas nos livros foram originalmente publicadas**

<b>1º LIVRO: OS PÁRIAS (1933)</b>		
<b>Sumário</b>	<b>Título do capítulo</b>	<b>Local e data</b>
Capítulo I	Uma voz na sombra	I: Diário Carioca. Ano V, n. 1.151. Rio de Janeiro, edição de 5 maio 1932, p. 01 e 08 II: Diário Carioca. Ano V, n. 1.152. Rio de Janeiro, edição de 6 maio 1932, p. 01 e 08; III: Diário Carioca. Ano V, n. 1.153. Rio de Janeiro, edição de 7 maio 1932, p. 01 e 08 IV: Diário Carioca. Ano V, n. 1.155. Rio de Janeiro, edição de 10 maio 1932, p. 01 e 08 V: publicado originalmente como “Envoi”, em Diário Carioca. Ano V, n. 1.156. Rio de Janeiro, edição de 11 maio 1932, p. 01 e 08 VI: publicado originalmente como “A mesma voz, na sombra”, em Diário Carioca. Ano V, n. 1.161. Rio de Janeiro, edição de 17 maio 1932, p. 01
Capítulo II	As razões do “Vira-Lata”	Diário Carioca. Ano V, n. 1.310. Rio de Janeiro, edição de 15 nov. 1932, p. 01 e 02
Capítulo III	O côro dos chefes brasílicos	<i>(não encontrado)</i>
Capítulo IV	As peças do dr. Destino	Diário Carioca. Ano V, n. 1.284. Rio de Janeiro, edição de 15 out. 1932, p. 01
Capítulo V	Sem “novidades” no “front”	Diário Carioca. Ano V, n. 1.337. Rio de Janeiro, edição de 16 dez. 1932, p. 01
Capítulo VI	Os dois palhaços	<i>(não encontrado)</i> (possivelmente publicado em 26 de agosto de 1931, pois os relatos se referem à cirurgia realizada no dia 24, e a crônica repete quase todo o registro feito no Diário relativo àquela cirurgia (vol II, p. 168-170).
Capítulo VII	José Guilherme	Publicado originalmente como “Um condenado á pena da penna”: Diário Carioca. Ano V, n. 1.158. Rio de Janeiro, edição de 13 maio 1932, p. 01
Capítulo VIII	Os que voltam no reino da Morte	Publicado originalmente como “Os que voltam do reino da Morte”, em Diário Carioca. Ano V, n. 1.321. Rio de Janeiro, edição de 27 nov. 1932, p. 01
Capítulo IX	Grandes de Espanha	Diário Carioca. Ano VI, n. 1.364. Rio de Janeiro, edição de 18 jan. 1933, p. 01 e 09.
Capítulo X	A cadeira e a tribuna	Diário Carioca. Ano V, n. 1.219. Rio de Janeiro, edição de 29 jul. 1932, p. 01
Capítulo XI	Na Casa de S. Luiz	I: Diário Carioca. Ano V, n. 1.162. Rio de Janeiro, edição de 18 maio 1932, p. 01 II: Diário Carioca. Ano V, n. 1.164. Rio de Janeiro, edição de 20 maio 1932, p. 01 e 03 III: Diário Carioca. Ano V, n. 1.165. Rio de Janeiro, edição de 21 maio 1932, p. 01 IV: Diário Carioca. Ano V, n. 1.167. Rio de Janeiro, edição de 24 maio 1932, p. 01
Capítulo XII	O Dia das Mães	Diário Carioca. Ano V, n. 1.154. Rio de Janeiro, edição de 8 maio 1932, p. 01

Capítulo XIII	O príncipe contraditório	Publicado originalmente como “O príncipe moleque”, em Diário Carioca. Ano V, n. 1.237. Rio de Janeiro, edição de 19 ago. 1932, p. 01
Capítulo XIV	A boneca da Maria	Diário Carioca. Ano VI, n. 1.369. Rio de Janeiro, edição de 24 jan. 1933, p. 06
Capítulo XV	Um barqueiro do Volga	( <i>não encontrado</i> )
Capítulo XVI	Adubo para os melões	Diário Carioca. Ano V, n. 1.228. Rio de Janeiro, edição de 9 ago. 1932, p. 01
Capítulo XVII	Os cegos	( <i>não encontrado</i> )
Capítulo XVIII	O defunto vaiado	Diário Carioca. Ano VI, n. 1.397. Rio de Janeiro, edição de 25 fev. 1933, p. 06
Capítulo XIX	Fome	Diário Carioca. Ano V, n. 1.290. Rio de Janeiro, edição de 22 out. 1932, p. 01 e 03
Capítulo XX	Mãe	Originalmente publicada como “Mãe?...”, em Diário Carioca. Ano V, n. 1.150. Rio de Janeiro, edição de 4 maio 1932, p. 01 e 08
Capítulo XXI	<i>Gloria in Excelsis Deo</i>	( <i>não encontrado</i> )
Capítulo XXII	“Ratinho”	Diário Carioca. Ano VI, n. 1.460. Rio de Janeiro, edição de 11 maio 1933, p. 06
Capítulo XXIII	A condenação de Otelo	( <i>não encontrado</i> )
Capítulo XXIV	Carta a Jesús, meu Senhor	Diário Carioca. Ano V, n. 1.345. Rio de Janeiro, edição de 25 dez. 1932, p. 01 e 03.
Capítulo XXV	Areia e silêncio	A Noite. Ano XXIII, n. 7.662. Rio de Janeiro, edição de 25 mar. 1933, p. 01.
Capítulo XXVI	Citera	Diário Carioca. Ano V, n. 1.294. Rio de Janeiro, edição de 27 out. 1932, p. 01 e 04
Capítulo XXVII	Um vulcão na ilha Ogiogia	Diário Carioca. Ano V, n. 1.231. Rio de Janeiro, edição de 12 ago. 1932, p. 01 e 04
Capítulo XXVIII	Em favor de Israel	Diário Carioca. Ano VI, n. 1.423. Rio de Janeiro, edição de 29 mar. 1933, p. 06
Capítulo XXIX	Eu, pescador, me confesso	Diário Carioca. Ano V, n. 1.200. Rio de Janeiro, edição de 6 jul. 1932, p. 01
Capítulo XXX	Hermes Fontes	( <i>não encontrado</i> ) (Por o texto fazer referência ao suicídio do poeta Hermes Fontes, ocorrido em 26/12/1930, a publicação da crônica deve ter se dado em 28 de dezembro de 1930)
Capítulo XXXI	Os faroleiros	Diário Carioca. Ano VI, n. 1.435. Rio de Janeiro, edição de 12 abr. 1933, p. 06
Capítulo XXXII	Os monges	Publicado originalmente como “Piedade para os que não são culpados”, em Diário Carioca. Ano V, n. 1.229. Rio de Janeiro, edição de 10 ago. 1932, p. 01
Capítulo XXXIII	A desvalorização do miolo	( <i>não encontrado</i> ) (Por texto fazer referência à morte de Conan Doyle, ocorrida em julho de 1930, a publicação da crônica deve ter se dado entre agosto de 1930 e junho de 1931)
Capítulo XXXIV	O morto que chora	( <i>não encontrado</i> )
Capítulo XXXV	Na terra do irmão Francisco	Diário Carioca. Ano V, n. 1.240. Rio de Janeiro, edição de 22 ago. 1932, p. 01
Capítulo XXXVI	A rua da amargura	A Noite. Ano XXII, n. 7.477. Rio de Janeiro, edição de 17 set. 1932, p. 01.
Capítulo XXXVII	O que me disse Caifaz	Diário Carioca. Ano VI, n. 1.436. Rio de Janeiro, edição de 13 abr. 1933, p. 06
Capítulo XXXVIII	Proteção ao Homem	( <i>não encontrado</i> )
Capítulo XXXIX	O carnaval macabro	Diário Carioca. Ano VI, n. 1.395. Rio de Janeiro, edição de 23 fev. 1933, p. 06

Capítulo XL	Inquietação	Diário Carioca. Ano V, n. 1.198. Rio de Janeiro, edição de 3 jul. 1932, p. 01 e 10
-------------	-------------	--

<b>2º LIVRO: LAGARTAS E LIBÉLULAS (1933)</b>		
<b>Sumário</b>	<b>Título do capítulo</b>	<b>Local e data</b>
Capítulo I	As horas	Diário Carioca. Ano V, n. 1.347. Rio de Janeiro, edição de 28 dez. 1932, p. 01.
Capítulo II	Duas libélulas	Diário Carioca. Ano V, n. 1.256. Rio de Janeiro, edição de 13 set. 1932, p. 01
Capítulo III	A ilusão de Filócrita	Diário Carioca. Ano V, n. 1.217. Rio de Janeiro, edição de 27 jul. 1932, p. 01
Capítulo IV	O inverno	Diário Carioca. Ano V, n. 1.176. Rio de Janeiro, edição de 3 jun. 1932, p. 01
Capítulo V	A morte do amor	Diário Carioca. Ano V, n. 1.283. Rio de Janeiro, edição de 14 out. 1932, p. 01
Capítulo VI	Os dois inventos	<i>(não encontrado)</i>
Capítulo VII	A criança mutilada	Diário Carioca. Ano VI, n. 1.470. Rio de Janeiro, edição de 23 maio 1933, p. 06
Capítulo VIII	A vingança dos Reis Magos	Publicada originalmente como “História para o dia de Reis (retardada por culpa dos camellos)”, em Diário Carioca. Ano VI, n. 1.357. Rio de Janeiro, edição de 8 jan. 1933, p. 01 e 11.
Capítulo IX	A morte de Edison	<i>(não encontrado)</i>
Capítulo X	Confissões de um homem que não nasceu	Primeira parte: Diário Carioca. Ano VI, n. 1.500. Rio de Janeiro, edição de 27 jun. 1933, p. 06; Conclusão: Diário Carioca. Ano VI, n. 1.502. Rio de Janeiro, edição de 29 jun. 1933, p. 06
Capítulo XI	O príncipe das mãos de ouro	Diário Carioca. Ano V, n. 1.342. Rio de Janeiro, edição de 22 dez. 1932, p. 01 e 12.
Capítulo XII	A agonia de Joffre	<i>(não encontrado)</i>
Capítulo XIII	O sermão de São Bernardino	<i>(não encontrado)</i>
Capítulo XIV	Mudaria a cidade... ou mudei eu?	Diário Carioca. Ano V, n. 1.173. Rio de Janeiro, edição de 31 maio 1932, p. 01
Capítulo XV	A filosofia de Pamórfio	<i>(não encontrado)</i>
Capítulo XVI	O sonho da formiga	Diário Carioca. Ano V, n. 1.177. Rio de Janeiro, edição de 4 jun. 1932, p. 01
Capítulo XVII	A mósca azul	<i>(não encontrado)</i>
Capítulo XVIII	A vitória de Cláudio Camilo	Diário Carioca. Ano V, n. 1.271. Rio de Janeiro, edição de 30 set. 1932, p. 01
Capítulo XIX	A sabedoria de Anaxágoras	Publicado originalmente como “Uma voz, na tempestade”, em Diário Carioca. Ano V, n. 1.168. Rio de Janeiro, edição de 25 maio 1932, p. 01 e 08
Capítulo XX	Santo Antônio	<i>(não encontrado)</i>
Capítulo XXI	A nacionalização do oratório	<i>(não encontrado)</i>
Capítulo XXII	As cavernas do vento sul	Diário Carioca. Ano V, n. 1.230. Rio de Janeiro, edição de 11 ago. 1932, p. 01
Capítulo XXIII	Um coração espanhol	Diário Carioca. Ano V, n. 1.245. Rio de Janeiro, edição de 28 ago. 1932, p. 01
Capítulo XXIV	A timidez e os seus mártires	<i>(não encontrado)</i>
Capítulo XXV	Os apóstolos	Diário Carioca. Ano V, n. 1.278. Rio de Janeiro, edição de 8 out. 1932, p. 01
Capítulo XXVI	Os sábios selenitas	Diário Carioca. Ano V, n. 1.318. Rio de Janeiro, edição de 27 nov. 1932, p. 01
Capítulo XXVII	A última opereta	<i>(não encontrado)</i>
Capítulo XXVIII	Carta a um noviço	Diário Carioca. Ano VI, n. 1.471. Rio de Janeiro, edição de 24 maio 1933, p. 06

Capítulo XXIX	Entre o que foi e o que virá	Diário Carioca. Ano VI, n. 1.416. Rio de Janeiro, edição de 21 mar. 1933, p. 06
Capítulo XXX	Grandeza e decadência do casamento	Diário Carioca. Ano V, n. 1.301. Rio de Janeiro, edição de 4 nov. 1932, p. 01 e 04
Capítulo XXXI	Carta ao rei de Sião	Diário Carioca. Ano V, n. 1.193. Rio de Janeiro, edição de 28 jun. 1932, p. 01
Capítulo XXXII	Elogio do bom-humor	<i>(não encontrado)</i>
Capítulo XXXIII	Guilherme e Dorotéia	<i>(não encontrado)</i>
Capítulo XXXIV	Carta grega (de Péricles, filho de Xantippa, a Georges Paliópulo)	Diário Carioca. Ano VI, n. 1.370. Rio de Janeiro, edição de 25 jan. 1933, p. 06
Capítulo XXXV	O destino	Diário Carioca. Ano VI, n. 1.457. Rio de Janeiro, edição de 7 maio 1933, p. 06
Capítulo XXXVI	As profecias de frei Rogério	Diário Carioca. Ano VI, n. 1.478. Rio de Janeiro, edição de 1º jun. 1933, p. 06
Capítulo XXXVII	Os cavalos de São Marcos	<i>(não encontrado)</i>
Capítulo XXXVIII	O campeonato dos defuntos	Diário Carioca. Ano VI, n. 1.524. Rio de Janeiro, edição de 25 jul. 1933, p. 06
Capítulo XXXIX	Têmis de rabicho	Diário Carioca. Ano V, n. 1.197. Rio de Janeiro, edição de 2 jul. 1932, p. 01 e 03
Capítulo XL	Adeus, ano bom!	Publicado originalmente como "Adeus, ano Bom! Adeus, 1932!", em Diário Carioca. Ano V, n. 1.350. Rio de Janeiro, edição de 31 dez. 1932, p. 01.
Capítulo XLI	A prece de Sesostris	Publicado originalmente como "A vitória de Sesostris", em Diário Carioca. Ano V, n. 1.281. Rio de Janeiro, edição de 12 out. 1932, p. 01 e 04

3º LIVRO: SOMBRAS QUE SOFREM (1934)		
Sumário	Título do capítulo	Local e data
Capítulo I	Resposta a uma carta	Diário Carioca. Ano VI, n. 1.580. Rio de Janeiro, edição de 28 set. 1933, p. 06
Capítulo II	O mandado	Diário Carioca. Ano VI, n. 1.622. Rio de Janeiro, edição de 16 nov. 1933, p.
Capítulo III	Uma heroína – <i>carta</i>	Diário Carioca. Ano VI, n. 1.572. Rio de Janeiro, edição de 19 set. 1933, p. 06
Capítulo IV	É Deodoro, que passa...	Publicado originalmente como “Memento homo...”, em Diário Carioca. Ano VI, n. 1.553. Rio de Janeiro, edição de 27 ago. 1933, p. 06
Capítulo V	O corneteiro de Copacabana	A Noite. Ano XXIII, n. 7.909. Rio de Janeiro, edição de 29 nov. 1933, p. 01.
Capítulo VI	“Los Niños de Coruña”	Diário Carioca. Ano VI, n. 1.601. Rio de Janeiro, edição de 22 out. 1933, p. 06
Capítulo VII	Bálsamo para um coração - <i>carta</i>	Diário Carioca. Ano VI, n. 1.589. Rio de Janeiro, edição de 8 out. 1933, p. 06
Capítulo VIII	As violetas de Nossa Senhora	Diário Carioca. Ano VI, n. 1.543. Rio de Janeiro, edição de 16 ago. 1933, p. 06
Capítulo IX	Os dramas que se desenrolam na sombra	Diário Carioca. Ano VI, n. 1.634. Rio de Janeiro, edição de 30 nov. 1933, p. 06
Capítulo X	A morte do 845	Diário Carioca. Ano VI, n. 1.603. Rio de Janeiro, edição de 25 out. 1933, p. 06.
Capítulo XI	Elogio do garôto	A Noite. Ano XXIII, n. 7.730. Rio de Janeiro, edição de 3 jun. 1933, p. 01.
Capítulo XII	Carta a Maria Cerqueira	Diário Carioca. Ano VI, n. 1.512. Rio de Janeiro, edição de 11 jul. 1933, p. 06
Capítulo XIII	Carmen Cinira	I: Publicado originalmente como “A morte da libélula”, em Diário Carioca. Ano VI, n. 1.562. Rio de Janeiro, edição de 7 set. 1933, p. 06. II: Publicado originalmente como “Uma flôr sobre um túmulo”, em Diário Carioca. Ano VI, n. 1.567. Rio de Janeiro, edição de 13 set. 1933, p. 06
Capítulo XIV	O Código e o Problema do Amor	A Noite. Ano XXIII, n. 7.674. Rio de Janeiro, edição de 6 abr. 1933, p. 01.
Capítulo XV	Constâncio Alves ( <i>necrológio</i> )	Diário Carioca. Ano VI, n. 1.387. Rio de Janeiro, edição de 14 fev. 1933, p. 06
Capítulo XVI	A “Eterna imprudência”	Diário Carioca. Ano VI, n. 1.617. Rio de Janeiro, edição de 10 nov. 1933, p. 06
Capítulo XVII	Os cães de meia-noite	A Noite. Ano XXIII, n. 7.874. Rio de Janeiro, edição de 25 out. 1933, p. 01.
Capítulo XVIII	Carta a um noivo	Diário Carioca. Ano VI, n. 1.615. Rio de Janeiro, edição de 8 nov. 1933, p. 06
Capítulo XIX	A terceira presidência Irigoyen	Diário Carioca. Ano VI, n. 1.508. Rio de Janeiro, edição de 6 jul. 1933, p. 06
Capítulo XX	A lenda do diamante róseo	Diário Carioca. Ano VI, n. 1.504. Rio de Janeiro, edição de 1º jul. 1933, p. 06
Capítulo XXI	O país das sombras felizes	Diário Carioca. Ano VI, n. 1.629. Rio de Janeiro, edição de 24 nov. 1933, p. 06
Capítulo XXII	O leão, o homem e o boi – <i>Programa Glória</i>	Diário Carioca. Ano VI, n. 1.479. Rio de Janeiro, edição de 2 jun. 1933, p. 06
Capítulo XXIII	O feminismo triunfante	( <i>não encontrado</i> )
Capítulo XXIV	Teodoro Sampaio na Academia	Diário Carioca. Ano VI, n. 1.462. Rio de Janeiro, edição de 13 maio 1933, p. 06
Capítulo XXV	Jean Durian	Diário Carioca. Ano VI, n. 1.593. Rio de Janeiro,

		edição de 13 out. 1933, p. 06
Capítulo XXVI	Um perigo para a civilização	Diário Carioca. Ano VI, n. 1.582. Rio de Janeiro, edição de 30 set. 1933, p. 06
Capítulo XXVII	De quem é o defunto?	Diário Carioca. Ano VI, n. 1.476. Rio de Janeiro, edição de 30 maio 1933, p. 06
Capítulo XXVIII	Carta a um viúvo	Diário Carioca. Ano VI, n. 1.578. Rio de Janeiro, edição de 26 set. 1933, p. 06
Capítulo XXIX	O menino do morro	Diário Carioca. Ano VI, n. 1.581. Rio de Janeiro, edição de 29 set. 1933, p. 06
Capítulo XXX	Mãe Sinhá	Diário Carioca. Ano VI, n. 1.609. Rio de Janeiro, edição de 1º nov. 1933, p. 06
Capítulo XXXI	A morte de Djelmako	Diário Carioca. Ano VI, n. 1.531. Rio de Janeiro, edição de 2 ago. 1933, p. 06
Capítulo XXXII	O dia das aves	A Noite. Ano XXIII, n. 7.719. Rio de Janeiro, edição de 23 maio 1933, p. 02.
Capítulo XXXIII	No armário da morte	Diário Carioca. Ano VI, n. 1.627. Rio de Janeiro, edição de 22 nov. 1933, p. 06.
Capítulo XXXIV	O "Primeiro Mestre"	A Noite. Ano XXIII, n. 7.867. Rio de Janeiro, edição de 18 out. 1933, p. 01.
Capítulo XXXV	Cantidiano	Diário Carioca. Ano VI, n. 1.570. Rio de Janeiro, edição de 16 set. 1933, p. 06
Capítulo XXXVI	Carta a um cidadão de dez anos	A Noite. Ano XXIII, n. 7.918. Rio de Janeiro, edição de 8 dez. 1933, p. 01.
Capítulo XXXVII	Carta ao Dr. Juiz de Menores	Diário Carioca. Ano VI, n. 1.585. Rio de Janeiro, edição de 4 out. 1933, p. 06
Capítulo XXXVIII	A parábola do trigo pobre	Diário Carioca. Ano VI, n. 1.568. Rio de Janeiro, edição de 14 set. 1933, p. 06
Capítulo XXXIX	Juliano Moreira (perfil traçado em 1928)	<i>(não encontrado)</i>
Capítulo XL	Carta a duas Marias	Diário Carioca. Ano VI, n. 1.642. Rio de Janeiro, edição de 9 dez. 1933, p. 06
Capítulo XLI	Os gatinhos da China	Diário Carioca. Ano VI, n. 1.602. Rio de Janeiro, edição de 24 out. 1933, p. 06
Capítulo XLII	Carta a um detento	Diário Carioca. Ano VI, n. 1.660. Rio de Janeiro, edição de 30 dez. 1933, p. 06
Capítulo XLIII	A árvore de São João	<i>(não encontrado)</i>
Capítulo XLIV	Aos meus amigos da Baía	I - Diário Carioca. Ano VI, n. 1.630. Rio de Janeiro, edição de 25 nov. 1933, p. 06 II - Diário Carioca. Ano VI, n. 1.632. Rio de Janeiro, edição de 28 nov. 1933, p. 06 III - Diário Carioca. Ano VI, n. 1.633. Rio de Janeiro, edição de 29 nov. 1933, p. 06

4º LIVRO: DESTINOS (1935)		
Sumário	Título do capítulo	Local e data
Capítulo I	Carta a Sanny Wsaka	Diário Carioca. Ano VII, n. 1.750. Rio de Janeiro, edição de 17 abr. 1934, p. 06.
Capítulo II	Hindemburgo em Tannenberg	Diário Carioca. Ano VII, n. 1.848. Rio de Janeiro, edição de 5 ago. 1934, p. 06.
Capítulo III	Cousas da vida e da mote	Diário Carioca. Ano VII, n. 1.800. Rio de Janeiro, edição de 10 jun. 1934, p. 06.
Capítulo IV	O rei da criação [Programa Glória]	Diário Carioca. Ano VI, n. 1.569. Rio de Janeiro, edição de 15 set. 1933, p. 06
Capítulo V	O sonho que não foi sonhado	A Noite. Ano XXIV, n. 8.193. Rio de Janeiro, edição de 15 set. 1934, p. 02.
Capítulo VI	Carlo Pensarelli	Diário Carioca. Ano VII, n. 1.806. Rio de Janeiro, edição de 17 jun. 1934, p. 06.
Capítulo VII	O busca-pé	A Noite. Ano XXIV, n. 8.108. Rio de Janeiro, edição de 23 jun. 1934, p. 02.
Capítulo VIII	Sôbre o abismo (resposta a uma carta)	Diário Carioca. Ano VII, n. 1.823. Rio de Janeiro, edição de 7 jul. 1934, p. 06.
Capítulo IX	Leilões de hoje e de amanhã	Diário Carioca. Ano VII, n. 1.709. Rio de Janeiro, edição de 27 fev. 1934, p. 06.
Capítulo X	Lorenzone	Diário Carioca. Ano VII, n. 1.857. Rio de Janeiro, edição de 16 ago. 1934, p. 06.
Capítulo XI	O mata-pombos	A Noite. Ano XXIV, n. 8.172. Rio de Janeiro, edição de 25 ago. 1934, p. 02.
Capítulo XII	Camões	A Noite. Ano XXIII, n. 7.741. Rio de Janeiro, edição de 14 jun. 1933, p. 01.
Capítulo XIII	O formoso drama de uma vida obscura	Diário Carioca. Ano VII, n. 1.701. Rio de Janeiro, edição de 17 fev. 1934, p. 06.
Capítulo XIV	Macário	Diário Carioca. Ano VII, n. 1.809. Rio de Janeiro, edição de 21 jun. 1934, p. 06.
Capítulo XV	Os bentevis de Rui Barbosa	A Noite. Ano XXIV, n. 7.943. Rio de Janeiro, edição de 6 jan. 1934, p. 02.
Capítulo XVI	O prazer e a morte	Diário Carioca. Ano VII, n. 1.696. Rio de Janeiro, edição de 10 fev. 1934, p. 06
Capítulo XVII	O violino encantado	Diário Carioca. Ano VI, n. 1.639. Rio de Janeiro, edição de 6 dez. 1933, p. 06
Capítulo XVIII	Miguel Couto – perfil traçado em 1924	Diário Carioca. Ano VII, n. 1.713. Rio de Janeiro, edição de 3 mar. 1934, p. 06
Capítulo XIX	Um caso de consciência (resposta a uma carta)	Diário Carioca. Ano VII, n. 1.839. Rio de Janeiro, edição de 26 jul. 1934, p. 06.
Capítulo XX	Boa viagem, meu irmão!	A Noite. Ano XXIV, n. 7.961. Rio de Janeiro, edição de 24 jan. 1934, p. 02.
Capítulo XXI	“Padre nosso, que estais no céu”	Diário Carioca. Ano VII, n. 1.869. Rio de Janeiro, edição de 30 ago. 1934, p. 06.
Capítulo XXII	Resposta a seis cartas tristes	Diário Carioca. Ano VII, n. 1.671. Rio de Janeiro, edição de 12 jan. 1934, p. 06
Capítulo XXIII	Emília Snethlage	(não encontrado)
Capítulo XXIV	O quarto ato do Guarani	Publicado originalmente como “O 4º acto d”O Guarany”, em duas edições consecutivas do jornal, sem a epigrafe que consta na versão do livro: Diário Carioca. Ano VI, n. 1.556. Rio de Janeiro, edição de 31 ago. 1933, p. 06; e Diário Carioca. Ano VI, n. 1.557. Rio de Janeiro, edição de 1º set. 1933, p. 06.

Capítulo XXV	Carta a Heloísa	Diário Carioca. Ano VII, n. 1.693. Rio de Janeiro, edição de 7 fev. 1934, p. 06
Capítulo XXVI	Entre o lixo e o luxo	A Noite. Ano XXIII, n. 7.912. Rio de Janeiro, edição de 2 dez. 1933, p. 01.
Capítulo XXVII	Pontes Visgueiro	Diário Carioca. Ano VII, n. 1.752. Rio de Janeiro, edição de 19 abr. 1934, p. 06.
Capítulo XXVIII	“Isto é seu!”	A Noite. Ano XXIV, n. 8.161. Rio de Janeiro, edição de 15 ago. 1934, p. 02.
Capítulo XXIX	Rodolfo Teófilo (necrológio)	Diário Carioca. Ano V, n. 1.216. Rio de Janeiro, edição de 26 jul. 1932, p. 01
Capítulo XXX	A promessa de Constantino	Diário Carioca. Ano VII, n. 1.676. Rio de Janeiro, edição de 18 jan. 1934, p. 06
Capítulo XXXI	O anjo da noite	Diário Carioca. Ano VII, n. 1.845. Rio de Janeiro, edição de 2 ago. 1934, p. 06.
Capítulo XXXII	Sim? Ou não?	Diário Carioca. Ano VII, n. 1.863. Rio de Janeiro, edição de 23 ago. 1934, p. 06
Capítulo XXXIII	O fabricante de bonecas	Publicado originalmente como “Os fabricantes de bonecas”, em Diário Carioca. Ano V, n. 1.647. Rio de Janeiro, edição de 15 dez. 1933, p. 06
Capítulo XXXIV	A morta-viva	Diário Carioca. Ano VII, n. 1.890. Rio de Janeiro, edição de 23 set. 1934, p. 06.
Capítulo XXXV	O coronel Marcolino	Diário Carioca. Ano V, n. 1.268. Rio de Janeiro, edição de 27 set. 1932, p. 01
Capítulo XXXVI	A última história das mil e uma noites	Diário Carioca. Ano VII, n. 1.687. Rio de Janeiro, edição de 31 jan. 1934, p. 06
Capítulo XXXVII	O dia do Bom Jesús das Saudades	A Noite. Ano XXIII, n. 7.933. Rio de Janeiro, edição de 23 dez. 1933, p. 01.
Capítulo XXXVIII	A felicidade de Dagoberto	Diário de Notícias. Ano IV, n. 2.053. Rio de Janeiro, edição de 27 ago. 1933, p. 17 (Suplemento Literário, p. 01).
Capítulo XXXIX	O imposto sobre os solteiros	Diário Carioca. Ano VI, n. 1.442. Rio de Janeiro, edição de 20 abr. 1933, p. 06
Capítulo XL	O diálogo das caveiras	Diário Carioca. Ano VII, n. 1.914. Rio de Janeiro, edição de 20 out. 1934, p. 06
Capítulo XLI	Parnaíba no “Broadway”	Diário Carioca. Ano VII, n. 1.866. Rio de Janeiro, edição de 26 ago. 1934, p. 06.

<b>5º LIVRO: SEPULTANDO OS MEUS MORTOS (1935)</b>		
<b>Sumário</b>	<b>Título do capítulo</b>	<b>Local e data</b>
Capítulo I	Sepultando os meus Mortos	Diário Carioca. Ano VII, n. 1.780. Rio de Janeiro, edição de 22 maio 1934, p. 06.
Capítulo II	João Ribeiro	A noite. Ano XXIV, n. 8.042. Rio de Janeiro, edição de 18 de abril de 1934, p. 02.
Capítulo III	O aniversário de Coelho Neto	Diário Carioca. Ano VII, n. 1.704. Rio de Janeiro, edição de 21 fev. 1934, p. 06
Capítulo IV	Coelho Neto	Diário Carioca. Ano VII, n. 1.949. Rio de Janeiro, edição de 30 nov. 1934, p. 06.
Capítulo V	Graça Aranha	Diário Carioca. Ano V, n. 1.101. Rio de Janeiro, edição de 26 jan. 1932, p. 01
Capítulo VI	Manuel Bomfim	Diário Carioca. Ano V, n. 1.141. Rio de Janeiro, edição de 23 abr. 1932, p. 01 e 08.
Capítulo VII	O Natal dos Velhos	Diário Carioca. Ano VI, n. 1.646. Rio de Janeiro, edição de 14 dez. 1933, p. 06
Capítulo VIII	A Condessa de Barincourt	A Noite. Ano XXIII, n. 7.832. Rio de Janeiro, edição de 13 set. 1933, p. 01.
Capítulo IX	O fantasma que pede um túmulo	Diário Carioca. Ano VII, n. 1.933. Rio de Janeiro, edição de 11 nov. 1934, p. 06.
Capítulo X	Três mães sublimes	( <i>não encontrado</i> ) Publicada, entretanto, provavelmente em janeiro de 1934, na revista semanal Cruzeiro (segundo informação contida em Diário da Noite. Ano VI, n. 1.938. Rio de Janeiro, edição de 19 jan. 1934, p. 12)
Capítulo XI	A morte do menino pobre	Diário Carioca. Ano VII, n. 1.788. Rio de Janeiro, edição de 31 maio 1934, p. 06.
Capítulo XII	Maria do Céu	A Noite. Ano XXIV, n. 8.253. Rio de Janeiro, edição de 14 nov. 1934, p. 02.
Capítulo XIII	Um pequeno drama provinciano	Diário Carioca. Ano VII, n. 1.791. Rio de Janeiro, edição de 3 jun. 1934, p. 06.
Capítulo XIV	Caridade, flor dos Mortos!	A Noite. Ano XXIV, n. 8.140. Rio de Janeiro, edição de 25 jul. 1934, p. 02.
Capítulo XV	A Esmola e a Caridade	Diário Carioca. Ano VI, n. 1.606. Rio de Janeiro, edição de 28 out. 1933, p. 06
Capítulo XVI	As feridas da Cidade	Diário Carioca. Ano V, n. 1.292. Rio de Janeiro, edição de 25 out. 1932, p. 01
Capítulo XVII	Alberto Tôrres	A Noite. Ano XXIII, n. 7.621. Rio de Janeiro, edição de 10 fev. 1933, p. 01.
Capítulo XVIII	Uma ressurreição	Diário Carioca. Ano VI, n. 1.424. Rio de Janeiro, edição de 30 mar. 1933, p. 06
Capítulo XIX	Carta a Uri Zwerling	Diário Carioca. Ano VI, n. 1.546. Rio de Janeiro, edição de 19 ago. 1933, p. 06
Capítulo XX	O castigo da Virtude	A Noite. Ano XXIII, n. 7.821. Rio de Janeiro, edição de 2 set. 1933, p. 01.
Capítulo XXI	A morte de Mecenas	A Noite. Ano XXII, n. 7.487. Rio de Janeiro, edição de 27 set. 1932, p. 01.
Capítulo XXII	A sombra cristã de um atleta pagão	A Noite. Ano XXIV, n. 7.956. Rio de Janeiro, edição de 19 jan. 1934, p. 02.
Capítulo XXIII	Habib Estéfano	( <i>não encontrado</i> ) Provavelmente a crônica foi escrita no dia 16 de julho de 1933. Humberto se refere inicialmente a uma visita informal realizada poucos dias antes pelo

		libanês Habib Estéfano à ABL em dia de sessão ordinária da casa, ou seja, numa quinta-feira (o que é confirmado pelo jornal <i>Correio da Manhã</i> , n. 11.847, p. 09). Ao final, afirma que a crônica está sendo escrita no dia anterior à palestra oficial do filósofo, o que, segundo alguns jornais da época, como <i>A Batalha</i> (n. 1.038, p. 02) e <i>A Noite</i> (n. 7.775, p. 02), ocorreu na segunda-feira, 17 de julho. Humberto ainda fará referência a esses eventos em outra crônica dias depois, intitulada “Reflexos da Coluna de Fogo”, publicada em 5 de agosto.
Capítulo XXIV	Reflexos da Coluna de Fogo (uma hora com Habib Estéfano)	Diário Carioca. Ano VI, n. 1.534. Rio de Janeiro, edição de 5 ago. 1933, p. 06
Capítulo XXV	A “Casa do Médico”	Diário Carioca. Ano VI, n. 1.381. Rio de Janeiro, edição de 7 fev. 1933, p. 06
Capítulo XXVI	A glória de Pafuncio e a recompensa da Pátria	Diário Carioca. Ano VII, n. 1.716. Rio de Janeiro, edição de 7 mar. 1934, p. 06.
Capítulo XXVII	Consôlo de Pobre	A Noite. Ano XXIV, n. 8.091. Rio de Janeiro, edição de 6 jun. 1934, p. 02.
Capítulo XXVIII	A Missão de Purna	Diário Carioca. Ano V, n. 1.333. Rio de Janeiro, edição de 11 dez. 1932, p. 01.
Capítulo XXIX	Zé Eduardo	Diário Carioca. Ano VI, n. 1.559. Rio de Janeiro, edição de 3 set. 1933, p. 06
Capítulo XXX	O Barão Ramiz	Diário Carioca. Ano VI, n. 1.492. Rio de Janeiro, edição de 17 jun. 1933, p. 06
Capítulo XXXI	Idéias de gente rica	A Noite. Ano XXIV, n. 7.995. Rio de Janeiro, edição de 1 mar. 1934, p. 02.
Capítulo XXXII	Caráter, Pena e Pão	Diário Carioca. Ano VI, n. 1.430. Rio de Janeiro, edição de 6 abr. 1933, p. 06
Capítulo XXXIII	O cafêeiro do Maguarí	A Noite. Ano XXIV, n. 7.947. Rio de Janeiro, edição de 10 jan. 1934, p. 02.
Capítulo XXXIV	A terceira história que a Morte escreveu	Diário Carioca. Ano VI, n. 1.526. Rio de Janeiro, edição de 27 jul. 1933, p. 06 (consiste, na verdade, na conclusão de uma série de três crônicas autorreferentes, sendo a primeira delas intitulada <i>O campeonato dos defuntos</i> , publicada no n. 1.524, e a segunda, <i>O Caixão de Thereza</i> , presente no n. 1.525, ambos na página 6.
Capítulo XXXV	Um homem civilizado	A Noite. Ano XXIV, n. 8.165. Rio de Janeiro, edição de 18 ago. 1934, p. 02.
Capítulo XXXVI	O susto das ovelhas vitoriosas	A Noite. Ano XXIV, n. 7.971. Rio de Janeiro, edição de 3 fev. 1934, p. 02.
Capítulo XXXVII	As novas escravas brancas	Diário Carioca. Ano VI, n. 1.653. Rio de Janeiro, edição de 22 dez. 1933, p. 06
Capítulo XXXVIII	A mentira feminista	Diário Carioca. Ano VII, n. 1.680. Rio de Janeiro, edição de 23 jan. 1934, p. 06
Capítulo XXXIX	O Feminismo e o Pecado	A Noite. Ano XXIV, n. 8.112. Rio de Janeiro, edição de 27 jun. 1934, p. 02.
Capítulo XL	Reflexões profundas em torno de uma cova rasa	A Noite. Ano XXIV, n. 8.176. Rio de Janeiro, edição de 29 ago. 1934, p. 02.
Capítulo XLI	A guerra na sombra	Diário Carioca. Ano VII, n. 1.937. Rio de Janeiro, edição de 16 nov. 1934, p. 09.

6º LIVRO: REMINISCÊNCIAS (1935)		
Sumário	Título do capítulo	Local e data
Capítulo I	Reminiscências...	Diário Carioca. Ano VI, n. 1.394. Rio de Janeiro, edição de 22 fev. 1933, p. 06.
Capítulo II	O carnaval em Parnaíba	Publicado originalmente como "Reminiscências...", em Diário Carioca. Ano VII, n. 1.697. Rio de Janeiro, edição de 11 fev. 1934, p. 06
Capítulo III	Descendo da coluna	Diário Carioca. Ano VII, n. 1.721. Rio de Janeiro, edição de 14 mar. 1934, p. 06.
Capítulo IV	Página antiga – discurso de agradecimento na Academia Carioca de Letras	Diário Carioca. Ano VI, n. 1.491. Rio de Janeiro, edição de 16 jun. 1933, p. 06
Capítulo V	Gregório, o Bom	Diário Carioca. Ano VII, n. 1.756. Rio de Janeiro, edição de 24 abr. 1934, p. 06.
Capítulo VI	São João, o Sábio	Diário Carioca. Ano VI, n. 1.498. Rio de Janeiro, edição de 24 jun. 1933, p. 06
Capítulo VII	Alberto de Oliveira	Diário Carioca. Ano VI, n. 1.450. Rio de Janeiro, edição de 29 abr. 1933, p. 06
Capítulo VIII	Antônio Tôrres	Diário Carioca. Ano VII, n. 1.833. Rio de Janeiro, edição de 19 jul. 1934, p. 06.
Capítulo IX	Oliveira Lima – pag. Inédita do Diário	Diário Carioca. Ano VII, n. 1.677. Rio de Janeiro, edição de 19 jan. 1934, p. 06
Capítulo X	O cardeal	( <i>não encontrado</i> ) Provavelmente publicada entre meados de abril e maio de 1930, por fazer referência à morte do cardeal D. Joaquim Arcoverde, ocorrida em 19 de abril daquele ano (cf. Diário Carioca, Ano III, n. 534, p. 01).
Capítulo XI	Um homem e um povo	Diário Carioca. Ano V, n. 1.339. Rio de Janeiro, edição de 18 dez. 1932, p. 03.
Capítulo XII	Carta a Menotti Del Picchia	Diário Carioca. Ano VI, n. 1.506. Rio de Janeiro, edição de 4 jul. 1933, p. 06
Capítulo XIII	O que me promete o destino	( <i>não encontrado</i> ) Provavelmente foi publicada no ano de 1933, pois Humberto afirma, em certo momento, ter conhecido Sana-Khan há dois anos, e esse encontro é relatado em seu Diário como tendo ocorrido em 2 de julho de 1931 (vol. II, p. 160-161).
Capítulo XIV	Bem feito!...	Diário Carioca. Ano VI, n. 1.375. Rio de Janeiro, edição de 31 jan. 1933, p. 06
Capítulo XV	A defesa de Noé	Diário Carioca. Ano VII, n. 1.930. Rio de Janeiro, edição de 8 nov. 1934, p. 06.
Capítulo XVI	Manifesto à Nação	Diário Carioca. Ano VI, n. 1.536. Rio de Janeiro, edição de 8 ago. 1933, p. 06
Capítulo XVII	A cruz	Diário Carioca. Ano VI, n. 1.432. Rio de Janeiro, edição de 8 abr. 1933, p. 06
Capítulo XVIII	Asilos para escritores	Diário Carioca. Ano VI, n. 1.529. Rio de Janeiro, edição de 30 jul. 1933, p. 06
Capítulo XIX	A lição argentina	( <i>não encontrado</i> ) Provavelmente datada de setembro de 1930, por fazer referência à recente renúncia do presidente argentino Irigoyen, que começou a ser noticiado nos jornais no dia 6 de setembro (cf. A Batalha,

		Ano II, n. 222, p. 01).
Capítulo XX	As idéias de um homem de governo	Diário Carioca. Ano VII, n. 1.830. Rio de Janeiro, edição de 15 jul. 1934, p. 06.
Capítulo XXI	Um homem público	Diário Carioca. Ano VI, n. 1.393. Rio de Janeiro, edição de 21 fev. 1933, p. 06
Capítulo XXII	Os “quatro dias” de Garchine	I: Diário Carioca. Ano V, n. 1.223. Rio de Janeiro, edição de 3 ago. 1932, p. 01; II: Diário Carioca. Ano V, n. 1.224. Rio de Janeiro, edição de 4 ago. 1932, p. 01; III: Diário Carioca. Ano V, n. 1.225. Rio de Janeiro, edição de 5 ago. 1932, p. 01 e 04.
Capítulo XXIII	Elogio do “Pão Duro”	Diário Carioca. Ano VI, n. 1.515. Rio de Janeiro, edição de 14 jul. 1933, p. 06
Capítulo XXIV	O sobrinho de Pio IX	Diário Carioca. Ano VI, n. 1.628. Rio de Janeiro, edição de 23 nov. 1933, p. 06
Capítulo XXV	O almirante	( <i>não encontrado</i> ) Provavelmente publicada no mês de abril de 1933, por comparação com as informações obtidas no jornal Diário Carioca, n. 1.438, p. 01.
Capítulo XXVI	A lição que vem de Estocolmo	Diário Carioca. Ano VI, n. 1.522. Rio de Janeiro, edição de 22 jul. 1933, p. 06
Capítulo XXVII	Um sonho generoso	Diário Carioca. Ano VI, n. 1.447. Rio de Janeiro, edição de 26 abr. 1933, p. 06
Capítulo XXVIII	As mulheres e a guerra	Diário Carioca. Ano VI, n. 1.489. Rio de Janeiro, edição de 14 jun. 1933, p. 06
Capítulo XXIX	Aspectos novos de um velho problema	Diário de Notícias. Ano IV, n. 2.160. Rio de Janeiro, edição de 24 dez. 1933, p. 18 e 26.
Capítulo XXX	Quando o amor morre...	Diário Carioca. Ano VII, n. 1.927. Rio de Janeiro, edição de 4 nov. 1934, p. 06.
Capítulo XXXI	A filha do embaixador	Diário Carioca. Ano VII, n. 1.945. Rio de Janeiro, edição de 25 nov. 1934, p. 06.
Capítulo XXXII	Conselho de amigo - carta	Diário Carioca. Ano VII, n. 1.663. Rio de Janeiro, edição de 3 jan. 1934, p. 06
Capítulo XXXIII	A superstição democrática	Diário Carioca. Ano V, n. 1.188. Rio de Janeiro, edição de 22 jun. 1932, p. 01
Capítulo XXXIV	As pilhérias da democracia	Diário Carioca. Ano VI, n. 1.459. Rio de Janeiro, edição de 10 maio 1933, p. 06
Capítulo XXXV	Os males do ensino primário	A Noite. Ano XXIII, n. 7.712. Rio de Janeiro, edição de 16 maio 1933, p. 01.
Capítulo XXXVI	O Isidoro	Diário Carioca. Ano VI, n. 1.490. Rio de Janeiro, edição de 15 jun. 1933, p. 06
Capítulo XXXVII	O livro e as taxas postais	Diário Carioca. Ano VI, n. 1.496. Rio de Janeiro, edição de 22 jun. 1933, p. 06
Capítulo XXXVIII	A reconquista de uma glória	( <i>não encontrado</i> ) Provavelmente publicado em 10 de agosto de 1930, devido a comparação de data fornecida pela crônica e o noticiário presente em Jornal do Brasil, n. 191 (Ano XLI), p. 07.

7º LIVRO: UM SONHO DE POBRE (1935)		
Sumário	Título do capítulo	Local e data
Capítulo I	Um sonho de pobre	Diário Carioca. Ano VII, n. 1.692. Rio de Janeiro, edição de 6 fev. 1934, p. 06
Capítulo II	Reflexões sobre a morte	Diário Carioca. Ano VII, n. 1.779. Rio de Janeiro, edição de 20 maio 1934, p. 06.
Capítulo III	<i>Pro domo mea...</i>	Diário Carioca. Ano V, n. 1.344. Rio de Janeiro, edição de 24 dez. 1932, p. 01.
Capítulo IV	Visita de irmãos	Diário Carioca. Ano VI, n. 1.641. Rio de Janeiro, edição de 8 dez. 1933, p. 06.
Capítulo V	Paquetá, asilo das aves desamparadas	A Noite. Ano XXIV, n. 8.084. Rio de Janeiro, edição de 30 maio 1934, p. 02.
Capítulo VI	O assassinato de Sanchez Cerro	Diário Carioca. Ano VI, n. 1.452. Rio de Janeiro, edição de 2 maio 1933, p. 06
Capítulo VII	A reputação (página de "Ramayana")	Diário Carioca. Ano VI, n. 1.380. Rio de Janeiro, edição de 5 fev. 1933, p. 06
Capítulo VIII	O jogo [do programa Glória]	Diário Carioca. Ano VI, n. 1.561. Rio de Janeiro, edição de 6 set. 1933, p. 06
Capítulo IX	A abelha e a mosca [do programa Glória]	Diário Carioca. Ano VI, n. 1.590. Rio de Janeiro, edição de 10 out. 1933, p. 06
Capítulo X	A mulher e a sua missão social	Diário Carioca. Ano VI, n. 1.358. Rio de Janeiro, edição de 10 jan. 1933, p. 01 e 03.
Capítulo XI	A guerra ao homem	Diário Carioca. Ano VI, n. 1.645. Rio de Janeiro, edição de 13 dez. 1933, p. 06.
Capítulo XII	Zelenski e o futuro do mundo	Diário Carioca. Ano VI, n. 1.467. Rio de Janeiro, edição de 19 maio 1933, p. 06
Capítulo XIII	Os romances que a polícia estraga	Diário Carioca. Ano VI, n. 1.513. Rio de Janeiro, edição de 12 jul. 1933, p. 06
Capítulo XIV	A reconciliação necessária	Diário Carioca. Ano VI, n. 1.591. Rio de Janeiro, edição de 11 out. 1933, p. 06.
Capítulo XV	O destino da raça negra no Brasil	I: ( <i>não encontrado</i> ) (provavelmente na edição de n. 1.612, mas a mesma não se encontra nos arquivos da BN); II: Diário Carioca. Ano VI, n. 1.613. Rio de Janeiro, edição de 5 nov. 1933, p. 06
Capítulo XVI	Os discípulos de Tarzan	Diário Carioca. Ano VII, n. 1.893. Rio de Janeiro, edição de 27 set. 1934, p. 06.
Capítulo XVII	Destinos...	Diário Carioca. Ano VI, n. 1.386. Rio de Janeiro, edição de 12 fev. 1933, p. 06
Capítulo XVIII	Jean Mermoz	Diário Carioca. Ano VII, n. 1.878. Rio de Janeiro, edição de 9 set. 1933, p. 06
Capítulo XIX	Olegário Maciel	A Noite. Ano XXIII, n. 7.825. Rio de Janeiro, edição de 6 set. 1933, p. 01.
Capítulo XX	O príncipe encantador	( <i>não encontrado</i> )
Capítulo XXI	Benjamin Constant	Diário Carioca. Ano V, n. 1.099. Rio de Janeiro, edição de 23 jan. 1932, p. 01
Capítulo XXII	Hugo Ricaldoni	A Noite. Ano XXIV, n. 8.169. Rio de Janeiro, edição de 22 ago. 1934, p. 02.
Capítulo XXIII	Gabriel Terra	Diário Carioca. Ano VII, n. 1.861. Rio de Janeiro, edição de 21 ago. 1934, p. 06.
Capítulo XXIV	Medeiros e Albuquerque	A Noite. Ano XXIV, n. 8.101. Rio de Janeiro, edição de 16 jun. 1934, p. 02.
Capítulo XXV	3 de Dezembro	Diário Carioca. Ano VI, n. 1.637 Rio de Janeiro, edição de 3 dez. 1933, p. 06

Capítulo XXVI	A morte de um profeta gentil	A Noite. Ano XXIV, n. 8.073. Rio de Janeiro, edição de 19 maio 1934, p. 02.
Capítulo XXVII	O Marechal Pires	<i>(não encontrado)</i>
Capítulo XXVIII	João Pessoa	<i>(não encontrado)</i> (por falar do assassinato de João Pessoa, possivelmente foi produzida próximo a ela, na segunda metade de 1930, talvez antes de estourar o golpe de outubro, mas não há outros dados que identifiquem melhor)
Capítulo XXIX	A candidatura Miguel Couto	Diário Carioca. Ano VI, n. 1.446. Rio de Janeiro, edição de 25 abr. 1933, p. 06
Capítulo XXX	“Como me duele!... Mamita!...”	Diário Carioca. Ano V, n. 1.218. Rio de Janeiro, edição de 28 jul. 1932, p. 01
Capítulo XXXI	O crime de Sanjurjo	Diário Carioca. Ano V, n. 1.236. Rio de Janeiro, edição de 18 ago. 1932, p. 01
Capítulo XXXII	Carta a Hans Sarrasani	A Noite. Ano XXIV, n. 8.126. Rio de Janeiro, edição de 11 jul. 1934, p. 02.
Capítulo XXXIII	Os juízes de Berlim	Diário Carioca. Ano VI, n. 1.649. Rio de Janeiro, edição de 17 dez. 1933, p. 06
Capítulo XXXIV	Venceste, Israel!	Diário Carioca. Ano V, n. 1.258. Rio de Janeiro, edição de 15 set. 1932, p. 01
Capítulo XXXV	Uma visita a São Pedro	Diário Carioca. Ano VII, n. 1.815. Rio de Janeiro, edição de 28 jun. 1934, p. 06.
Capítulo XXXVI	Chô! Urubú!...	Diário Carioca. Ano V, n. 1.221. Rio de Janeiro, edição de 31 jul. 1932, p. 01
Capítulo XXXVII	Piedade para o cidadão ladrão!...	Diário Carioca. Ano V, n. 1.319. Rio de Janeiro, edição de 25 nov. 1932, p. 01
Capítulo XXXVIII	A volta ao campo	Diário Carioca. Ano VI, n. 1.600. Rio de Janeiro, edição de 21 out. 1933, p. 06
Capítulo XXXIX	Brasil da Silva	<i>(não encontrado)</i>

<b>8º LIVRO: CONTRASTES (1936)</b>		
<b>Sumário</b>	<b>Título do capítulo</b>	<b>Local e data</b>
Capítulo I	Contrastes	A Noite. Ano XXII, n. 7.531. Rio de Janeiro, edição de 10 nov. 1932, p. 01.
Capítulo II	Dois apólogos: os dois hóspedes; a consoladora	Diário Carioca. Ano VI, n. 1.372. Rio de Janeiro, edição de 27 jan. 1933, p. 06
Capítulo III	O mosquito e a imensidade	( <i>não encontrado</i> )
Capítulo IV	O fim do mundo	( <i>não encontrado</i> )
Capítulo V	O negro brasileiro	A Noite. Ano XXIV, n. 8.239. Rio de Janeiro, edição de 31 out. 1934, p. 02.
Capítulo VI	Os velhos e o direito ao amor	A Noite. Ano XXIV, n. 8.261. Rio de Janeiro, edição de 22 nov. 1934, p. 12.
Capítulo VII	Dinheiro e suicídio	Diário de notícias. Ano IV, n. 2.025. Edição de 30 jul. 1933, p. 19 [Suplemento Literário].
Capítulo VIII	Há muito tempo, em Atenas	Diário Carioca. Ano V, n. 1.235. Rio de Janeiro, edição de 17 ago. 1932, p. 01
Capítulo IX	“Stella Maris”	Diário Carioca. Ano VI, n. 1.579. Rio de Janeiro, edição de 27 set. 1933, p. 06
Capítulo X	Jesús e Pedro	Diário Carioca. Ano VI, n. 1.495. Rio de Janeiro, edição de 21 jun. 1933, p. 06
Capítulo XI	“Victor victorum!”	A Noite. Ano XXIII, n. 7.786. Rio de Janeiro, edição de 29 jul. 1933, p. 01.
Capítulo XII	Psicologia das multidões	Diário Carioca. Ano V, n. 1.257. Rio de Janeiro, edição de 14 set. 1932, p. 01
Capítulo XIII	Os fatos e as lendas	( <i>não encontrado</i> )
Capítulo XIV	Os herdeiros de Nobel	A Noite. Ano XXII, n. 7.498. Rio de Janeiro, edição de 8 out. 1932, p. 01.
Capítulo XV	A medicina em Baturité	Diário Carioca. Ano VII, n. 1.682. Rio de Janeiro, edição de 25 jan. 1934, p. 06
Capítulo XVI	Elogio da imprensa (de um livro de Memórias)	Diário Carioca. Ano V, n. 1.210. Rio de Janeiro, edição de 19 jul. 1932, p. 01 e 03.
Capítulo XVII	Há vinte e um anos	Diário Carioca. Ano VI, n. 1.518. Rio de Janeiro, edição de 18 jul. 1933, p. 06
Capítulo XVIII	A “Fôlha do Norte”	Diário Carioca. Ano VII, n. 1.818. Rio de Janeiro, edição de 1º jul. 1934, p. 06.
Capítulo XIX	Fumando esperem...	Diário Carioca. Ano V, n. 1.253B. Rio de Janeiro, edição de 9 set. 1932, p. 01
Capítulo XX	A triste história do rei Motawankkil (conto oriental)	Diário Carioca. Ano VII, n. 1.694. Rio de Janeiro, edição de 8 fev. 1934, p. 06
Capítulo XXI	O Carnaval e as velhas	A Noite. Ano XXIV, n. 7.987. Rio de Janeiro, edição de 21 fev. 1934, p. 02.
Capítulo XXII	As mulheres e a política	Diário Carioca. Ano VI, n. 1.440. Rio de Janeiro, edição de 18 abr. 1933, p. 06
Capítulo XXIII	No tempo dos Macários	Diário Carioca. Ano VI, n. 1.388. Rio de Janeiro, edição de 15 fev. 1933, p. 06
Capítulo XXIV	Uma colônia de férias	Diário Carioca. Ano V, n. 1.326. Rio de Janeiro, edição de 3 dez. 1932, p. 01.
Capítulo XXV	Ingratidão dos galos carijós	Diário Carioca. Ano VI, n. 1.577. Rio de Janeiro, edição de 24 set. 1933, p. 06
Capítulo XXVI	A vitória do “Psicopeta”	Diário Carioca. Ano VI, n. 1.418. Rio de Janeiro, edição de 23 mar. 1933, p. 06
Capítulo XXVII	Um comentário e uma sugestão	Diário Carioca. Ano VI, n. 1.481. Rio de Janeiro, edição de 4 jun. 1933, p. 06
Capítulo XXVIII	O último barão inglês	Diário Carioca. Ano V, n. 1.211. Rio de Janeiro,

		edição de 20 jul. 1932, p. 01
Capítulo XXIX	A morte da declamação	Diário Carioca. Ano V, n. 1.100. Rio de Janeiro, edição de 24 jan. 1932, p. 01
Capítulo XXX	Superstições literárias	( <i>não encontrado</i> ) Por fazer referência aos concorrentes à vaga de Pujol na ABL, a crônica deve situar-se entre a morte deste, ocorrida em 20 de maio de 1930, e a eleição do ministro Octávio Mangabeira para ocupar tal vaga, ocorrida em 25 de setembro do mesmo ano. Talvez seja mais próxima de maio, possivelmente junho, pois Humberto cita os nomes daqueles que haviam se predisposto a concorrer, mas, ante a candidatura de Mangabeira, lançada em 17 de julho, acabaram desistindo, sendo o ministro o único a realmente se inscrever (cf. Diário Carioca, Ano III, n. 701, p. 12).
Capítulo XXXI	Dez minutos com o Camundongo Mickey [do programa Gloria]	Diário Carioca. Ano VI, n. 1.592. Rio de Janeiro, edição de 12 out. 1933, p. 06
Capítulo XXXII	Segredos da nossa casa	Diário Carioca. Ano VI, n. 1.422. Rio de Janeiro, edição de 28 mar. 1933, p. 06 (o parágrafo final foi suprimido na edição do livro)
Capítulo XXXIII	Elogio do boticão	A Noite. Ano XXIV, n. 7.975. Rio de Janeiro, edição de 7 fev. 1934, p. 02.
Capítulo XXXIV	O professor da roça	( <i>não encontrado</i> )
Capítulo XXXV	A casa do professor	Diário Carioca. Ano V, n. 1.189. Rio de Janeiro, edição de 23 jun. 1932, p. 01 e 03
Capítulo XXXVI	Flor de civilização	A Noite. Ano XXII, n. 7.554. Rio de Janeiro, edição de 3 dez. 1932, p. 01.
Capítulo XXXVII	John Pershing e a lei seca	Diário Carioca. Ano V, n. 1.172. Rio de Janeiro, edição de 29 maio 1932, p. 01
Capítulo XXXVIII	O homem que decifrou a natureza	Diário Carioca. Ano V, n. 1.202. Rio de Janeiro, edição de 8 jul. 1932, p. 01 (na edição do livro, a expressão “política nacional”, do último parágrafo, foi substituída por “Rio Grande”)
Capítulo XXXIX	Cabral e o Brasil	A Noite. Ano XXIII, n. 7.597. Rio de Janeiro, edição de 17 jan. 1933, p. 01.
Capítulo XL	Os adiantados	Diário Carioca. Ano V, n. 1.118. Rio de Janeiro, edição de 16 fev. 1932, p. 01
Capítulo XLI	A formiga entre as cigarras	A Noite. Ano XXIII, n. 7.926. Rio de Janeiro, edição de 16 dez. 1933, p. 01.
Capítulo XLII	Deus, ministro da fazenda	A Noite. Ano XXIII, n. 7.849. Rio de Janeiro, edição de 30 set. 1933, p. 01.
Capítulo XLIII	Um filme que precedeu o cinema [do programa Glória]	Diário Carioca. Ano VI, n. 1.537. Rio de Janeiro, edição de 9 ago. 1933, p. 06
Capítulo XLIV	Os cariocas e seu verão	( <i>não encontrado</i> )
Capítulo XLV	Uma tragédia e um comentário	A Noite. Ano XXIII, n. 7.744. Rio de Janeiro, edição de 17 jun. 1933, p. 01.

9º LIVRO: ÚLTIMAS CRÔNICAS (1936)		
Sumário	Título do capítulo	Local e data
Capítulo I	A posse e a ilusão da felicidade	( <i>não encontrado</i> )
Capítulo II	Não façam a outrem	A Noite. Ano XXII, n. 7.473. Rio de Janeiro, edição de 13 set. 1932, p. 01.
Capítulo III	Os romances que o diabo escreve	Diário Carioca. Ano V, n. 1.324. Rio de Janeiro, edição de 1º dez. 1932, p. 01 e 03.
Capítulo IV	A inscrição da caverna	Diário Carioca. Ano VI, n. 1.540. Rio de Janeiro, edição de 12 ago. 1933, p. 06
Capítulo V	Meu boi morreu!...	( <i>não encontrado</i> )
Capítulo VI	Os historiadores e a história	( <i>não encontrado</i> ) Parte do texto se encontra na resenha feita por Humberto do livro de Celso Vieira, publicada em "Vida literária" (Correio da Manhã. Ano XXX, n. 10.904. Rio de Janeiro, edição de 10 jul. 1930, p. 02).
Capítulo VII	Prehistória	( <i>não encontrado</i> )
Capítulo VIII	A verdade e o boato	Diário Carioca. Ano V, n. 1.244. Rio de Janeiro, edição de 27 ago. 1932, p. 01 (na versão do livro, foi suprimido o último parágrafo da crônica)
Capítulo IX	A guarnição de Tifilis	Diário Carioca. Ano V, n. 1.174. Rio de Janeiro, edição de 1 jun. 1932, p. 01
Capítulo X	Quebre os copos!	Diário Carioca. Ano V, n. 1.275. Rio de Janeiro, edição de 5 out. 1932, p. 02
Capítulo XI	Direito de matar	Diário Carioca. Ano V, n. 1.243. Rio de Janeiro, edição de 26 ago. 1932, p. 01 (pequena inclusão feita na versão do livro, sem alteração de sentido)
Capítulo XII	Dona Júlia	A Noite. Ano XXIV, n. 8.087. Rio de Janeiro, edição de 2 jun. 1934, p. 02.
Capítulo XIII	Carmen de Assis	Diário Carioca. Ano VII, n. 1.667. Rio de Janeiro, edição de 7 jan. 1934, p. 06
Capítulo XIV	A sombra do Manuel Antônio	Diário Carioca. Ano V, n. 1.142. Rio de Janeiro, edição de 24 abr. 1932, p. 01 e 12
Capítulo XV	As aves brasileiras	Diário Carioca. Ano V, n. 1.329. Rio de Janeiro, edição de 7 dez. 1932, p. 01 e 03.
Capítulo XVI	O tupi na Universidade de S. Paulo	A Noite. Ano XXIV, n. 8.080. Rio de Janeiro, edição de 26 maio 1934, p. 02.
Capítulo XVII	"Copeba, Aricobê, Cobé, Pahy..."	Diário Carioca. Ano VI, n. 1.366. Rio de Janeiro, edição de 20 jan. 1933, p. 06
Capítulo XVIII	Panteon, para que?	Diário Carioca. Ano V, n. 1.346. Rio de Janeiro, edição de 27 dez. 1932, p. 01.
Capítulo XIX	Operários e camponeses	( <i>não encontrado</i> )
Capítulo XX	Um paladino do parlamentarismo	( <i>não encontrado</i> ) Provavelmente publicado em abril ou maio de 1932, tendo-se em vista que o livro ao qual Humberto se refere, erroneamente intitulado (o nome correto é <i>Outras Revoluções Virão</i> ), foi lançado em 8 de abril de 1932 (Correio da Manhã. Ano XXXI, n. 11.449, p. 06).
Capítulo XXI	O discípulo de Diógenes	Diário Carioca. Ano V, n. 1.191. Rio de Janeiro, edição de 25 jun. 1932, p. 01
Capítulo XXII	Identificações	Diário Carioca. Ano VII, n. 1.707. Rio de

		Janeiro, edição de 24 fev. 1934, p. 06
Capítulo XXIII	O dia do pescador	A Noite. Ano XXIV, n. 8.249. Rio de Janeiro, edição de 10 nov. 1934, p. 12.
Capítulo XXIV	A revolução de 1940	A Noite. Ano XXIII, n. 7.811. Rio de Janeiro, edição de 23 ago. 1933, p. 01.
Capítulo XXV	Maldita seja a lei!	Diário Carioca. Ano VI, n. 1.383. Rio de Janeiro, edição de 9 fev. 1933, p. 06
Capítulo XXVI	Carmelita-homem	A Noite. Ano XXIV, n. 7.964. Rio de Janeiro, edição de 27 jan. 1934, p. 02.
Capítulo XXVII	A sentença do Faraó	A Noite. Ano XXIV, n. 8.045. Rio de Janeiro, edição de 21 abr. 1934, p. 02.
Capítulo XXVIII	Pelos filhos do Libório – conto oriental	Diário Carioca. Ano VI, n. 1.598. Rio de Janeiro, edição de 19 out. 1933, p. 06
Capítulo XXIX	A morte do Dalai-Lama	A Noite. Ano XXIII, n. 7.930. Rio de Janeiro, edição de 20 dez. 1933, p. 01.
Capítulo XXX	A glorificação do café	I: Diário Carioca. Ano VI, n. 1.377. Rio de Janeiro, edição de 2 fev. 1933, p. 06; II: Diário Carioca. Ano VI, n. 1.378. Rio de Janeiro, edição de 3 fev. 1933, p. 06; III: Diário Carioca. Ano VI, n. 1.379. Rio de Janeiro, edição de 4 fev. 1933, p. 06. (pequenas alterações feitas entre a versão do jornal e a do livro, sem modificação do sentido)
Capítulo XXXI	O cinema, o prazer e o pecado	Diário Carioca. Ano VI, n. 1.465. Rio de Janeiro, edição de 17 maio 1933, p. 06
Capítulo XXXII	“Elas” e o destino	Diário Carioca. Ano VII, n. 1.683. Rio de Janeiro, edição de 26 jan. 1934, p. 06
Capítulo XXXIII	Viva o Rei!...	A Noite. Ano XXIV, n. 8.105. Rio de Janeiro, edição de 20 jun. 1934, p. 02.
Capítulo XXXIV	Le Horla	A Noite. Ano XXIII, n. 7.635. Rio de Janeiro, edição de 24 fev. 1933, p. 01.
Capítulo XXXV	Carnaval!	Diário Carioca. Ano VI, n. 1.392. Rio de Janeiro, edição de 19 fev. 1933, p. 06
Capítulo XXXVI	Glorificação (conto de Natal)	A Batalha. Ano VI, n. 1.172. Rio de Janeiro, edição de 24 dez. 1933, p. 09 [Suplemento Literário] Obs.: parece ser uma republicação ainda em vida. Não consegui, entretanto, localizar publicação anterior a esta.
Capítulo XXXVII	Junho, mês das alegrias honestas	[ <i>não encontrada</i> ] Datada de junho de 1933. Apesar de não ter conseguido encontrar a publicação original, encontrei uma republicação póstuma (de julho de 1935), feita pela Gazeta de Notícias (Ano 60, n. 165, p. 09), que fornece tal data. Apesar do título diferente – naquele momento, a crônica se intitulou “Intimidade” – o conteúdo é o mesmo.
Capítulo XXXVIII	O abismo	Diário Carioca. Ano V, n. 1.330. Rio de Janeiro, edição de 8 dez. 1932, p. 01 e 09 (há erro no jornal, indicando que a continuação estaria na página 10, quando está, de fato, na 9).

**APÊNDICE C – Registros do *Diário Secreto* que foram publicado no *Diário Carioca* com Humberto de Campos ainda vivo.**

Ocorrência	Título	Datas a que correspondem os registros
Diário Carioca. Ano V, n. 1.241. Rio de Janeiro, edição de 24 ago. 1932, p. 01	Alguns sonhos	18/05/1929 04/01/1931 22/02/1931
Diário Carioca. Ano V, n. 1.247. Rio de Janeiro, edição de 31 ago. 1932, p. 01	Pedaços de espelho	08/08/1928 14/02/1929 21/02/1929 01/03/1929 03/03/1929 16/03/1929 20/03/1929 25/04/1929 27/05/1929 03/11/1929 24/11/1929 07/12/1929 18/01/1930 28/05/1931
Diário Carioca. Ano V, n. 1.261. Rio de Janeiro, edição de 18 set. 1932, p. 01	Notas de viagem	11/12/1929 12/12/1929
Diário Carioca. Ano V, n. 1.263. Rio de Janeiro, edição de 21 set. 1932, p. 01	Viajando...	12/12/1929 13/12/1929 13/12/1929 (dois registros diferentes do dia 13)
Diário Carioca. Ano V, n. 1.265. Rio de Janeiro, edição de 23 set. 1932, p. 01 e 03	São Paulo, São Vicente e outros santos (de um diário de viagem)	01/12/1929
Diário Carioca. Ano V, n. 1.270. Rio de Janeiro, edição de 29 set. 1932, p. 01 e 03	Therezina em 1928	06/11/1928 (diferente do Diário)
Diário Carioca. Ano V, n. 1.311. Rio de Janeiro, edição de 16 nov. 1932, p. 01 e 04.	O mesmo dia em quatro annos	16/11/1928 16/11/1929 16/11/1930 16/11/1931
Diário Carioca. Ano VI, n. 1.406. Rio de Janeiro, edição de 9 mar. 1933, p. 06	“Diário de um enterrado vivo” (páginas inéditas, de “um Diário”)	27/05/1931 30/06/1931 19/07/1931 21/07/1931 26/07/1931 27/07/1931 30/07/1931 01/08/1931 17/08/1931 14/08/1931
Diário Carioca. Ano VI, n. 1.420. Rio de Janeiro, edição de 25 mar. 1933, p. 06	Solidão	23/02/1932 23/03/1932 05/04/1932 17/04/1932
Diário Carioca. Ano VI, n. 1.429. Rio de Janeiro, edição de 5 abr. 1933, p. 06	Abril de 1930	02/04/1930 21/04/1930 30/04/1930
Diário Carioca. Ano VI, n. 1.434. Rio de Janeiro, edição de 18/01/1932	Diário de um enterrado	18/01/1932

Janeiro, edição de 11 abr. 1933, p. 06	vivo	20/01/1932 21/01/1932 24/01/1932 31/01/1932 19/04/1932 21/06/1932 15/06/1932
Diário Carioca. Ano VI, n. 1.468. Rio de Janeiro, edição de 20 maio 1933, p. 06	Repassando o "passado"	26/05/1928 09/05/1930
Diário Carioca. Ano VI, n. 1.474. Rio de Janeiro, edição de 27 maio 1933, p. 06	Meus amigos	20/05/1931 12/06/1931
Diário Carioca. Ano VI, n. 1.535. Rio de Janeiro, edição de 6 ago. 1933, p. 06	De um "Diário" de viagem – parte I	25/10/1931 26/10/1931
Diário Carioca. Ano VI, n. 1.538. Rio de Janeiro, edição de 10 ago. 1933, p. 06	De um "Diário" de viagem (continuação)	27/10/1931 28/10/1931
Diário Carioca. Ano VI, n. 1.551. Rio de Janeiro, edição de 25 ago. 1933, p. 06	Paizagens e reflexões	23/01/1928 21/04/1928 24/06/1928 23/07/1928 03/09/1928
Diário Carioca. Ano VI, n. 1.573. Rio de Janeiro, edição de 20 set. 1933, p. 06	Um sonho que falhou	01/04/1929 18/09/1929 19/09/1929 21/10/1929 29/10/1930 29/11/1930
Diário Carioca. Ano VI, n. 1.595. Rio de Janeiro, edição de 15 out. 1933, p. 06	Notas de um "dono de pensão"	07/12/1930 09/12/1930 14/12/1930 15/12/1930 17/12/1930 01/01/1931
Diário Carioca. Ano VI, n. 1.651. Rio de Janeiro, edição de 20 dez. 1933, p. 06.	Um caso singular	28/02/1928
Diário Carioca. Ano VII, n. 1.677. Rio de Janeiro, edição de 19 jan. 1934, p. 06	Oliveira Lima – pag. Inédita do Diário	24/03/1928
Diário Carioca. Ano VII, n. 1.710. Rio de Janeiro, edição de 28 fev. 1934, p. 06.	Indiscreções	03/06/1928 03/09/1928 28/09/1930
Diário Carioca. Ano VII, n. 1.720. Rio de Janeiro, edição de 13 mar. 1934, p. 06	1917	01/03/1917 03/03/1917 08/03/1917 12/03/1917 22/03/1917 24/03/1917 30/03/1917 06/04/1917 07/04/1917 08/04/1917 10/04/1917 11/04/1917 24/04/1917 25/04/1917
Diário Carioca. Ano VII, n. 1.943. Rio de Janeiro, edição de 23 nov. 1934, p. 06	Viajando...	(republicação) 12/12/1929 13/12/1929 13/12/1929

# **ANEXOS**



**Iconografia 1** Humberto de Campos em dois momentos distintos: à esquerda, como redator de "A Província do Pará", em 1909 (a foto mais antiga do autor presente nos arquivos); à direita, usando o fardão da Academia Brasileira de Letras, na década de 1920, no Rio de Janeiro (Fonte: CAMPOS FILHO, 1997).

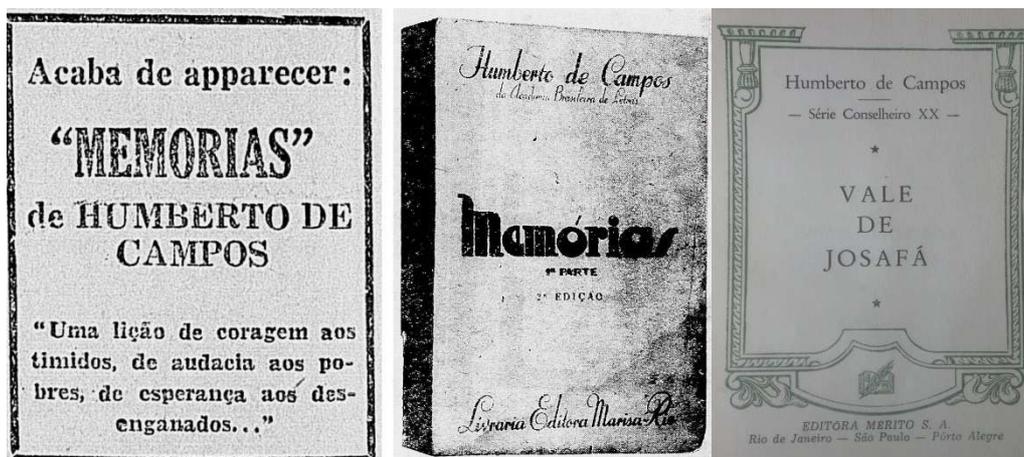
**Iconografia 2** Humberto de Campos, em dois momentos distintos, na década de 20 e na década de 30, antes e depois do início dos sintomas. Detalhe para as diferenças nos volumes das orelhas, do nariz e da boca (Fonte: CAMPOS FILHO, 1997).



**Iconografia 3** A família de Humberto de Campos, em fotografia de 1924. Da esquerda para a direita: Henrique (7), Humberto Filho (1), D. Paqueta (29) e Maria de Lourdes (9 anos)



**Iconografia 4** O famoso cajueiro plantado por Humberto na infância, quando morava em Parnaíba. O capítulo que dedicou a ele em seu livro de Memórias, intitulada “Um amigo de infância”, foi considerada como uma das mais belas crônicas produzidas no Brasil. O seu texto pode ser compreendido como uma metáfora da própria inocência perdida, dos tempos idos de infância, uma sagração do passado em detrimento do presente, a saudade de si próprio, perdido em algum lugar no tempo. Pode-se também partir para a interpretação de que o cajueiro represente exatamente algo que Humberto buscava realizar com as suas letras: produzir algo que perdurasse, que sobrevivesse a ele próprio (Fonte: *Panoramio*, Internet).

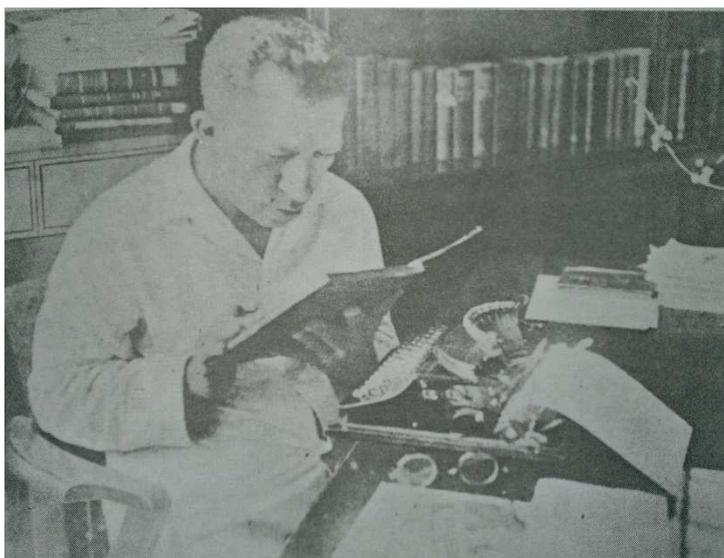


**Iconografia 5** O livro *Memórias, 1886-1900*, lançado em 1933, propunha-se ser uma lição para que a juventude pudesse se precaver de alguns perigos da vida, aprendendo com o exemplo de Humberto. O livro chegou a ser distribuído nas escolas públicas do Rio de Janeiro como um verdadeiro modelo de construção do sujeito moral que havia se tornado Humberto. Entretanto, parece ter servido menos para a salvação da mocidade do que para a salvação do próprio autor, o mecanismo através do qual ele poderia obter a redenção dos seus pecados. À esquerda, divulgação do livro na imprensa (Fonte: *Diário Carioca*, 02/02/1933); à direita, foto do livro em sua segunda edição, publicado ainda pela Editora Marisa, anteriormente à migração de Humberto para a editora de José Olympio, ainda em 1933 (Fonte: *Revista da Semana*, 08/04/1944) À direita, capa do primeiro livro da série do Conselheiro X.X., em edição de 1967 da Editora Mérito, numa tentativa sem sucesso de recuperar as vendas que o autor um dia já tivera (Fonte: acervo particular).



**Iconografia 6** (à esquerda) A imagem que circulava na imprensa carioca no final da década de 1910 que supostamente retrataria o Conselhoeiro X.X. (Fonte: Jornal *O Imparcial*, 18/07/1921).

**Iconografia 7** (abaixo) O polêmico *Diário Secreto*, nas duas edições publicados como livro: a 1ª, de 1954, pela Editora *O Cruzeiro*, publicada vinte anos depois da morte do autor (esquerda); a 2ª, de 56 anos depois, pelo Instituto Geia (direita) [Fonte: acervo particular].



**Iconografia 8** A imagem acima está presente em vários documentos, inclusive no livro *Irmão X, meu pai* (1997), como sendo uma das últimas fotos de Humberto de Campos, que mostraria a maneira como o autor vinha vivendo nos últimos meses, sentado à frente de sua máquina, lendo e trabalhando muito. Entretanto, provavelmente esta foto foi uma encenação realizada pela família que, em meio a tantos discursos que circulavam sobre as condições de saúde e de vida de Humberto, que o descreviam tal qual um leproso, vivendo na miséria e abandonado pela família (veja a crônica “Aos meus amigos da Bahia”, por exemplo), pretendeu mostrar ao público que o autor, apesar da doença, não estava deformado e continuava plenamente capaz de exercer o seu ofício. Assim, devem tê-lo fotografado em frente à sua máquina de escrever para encenar que estivesse preparando os seus textos. Na verdade, em seus últimos meses de vida, Humberto mal conseguia enxergar e não mais escrevia por si, mas ditava os seus textos para que eles fossem redigidos por um ajudante (Fonte: CAMPOS FILHO, 1997).

# Morreu Humberto de Campos!

**A'S 10,30 EXPIRAVA O MARAVILHOSO ESCRIPTOR**  
 O sofrimento alçára o seu espirito ás mais limpidas regiões da inspiração e da belleza



*do brasileira, desaparece, também, uma alma prodigiosamente bóa, que em graça e emoção se repartia, e que por sua bondade fazia na terra os milagres da belleza do céo.*

**O PASSAMENTO**  
 O passamento de Humberto de Campos deuse na Casa de Saude Dr. Eiras. O grande escriptor havia sido internado para ser submetido a operação, como resolvera já em tempo. Recolhido a um quarto do estabelecimento, hoje, no correr da manhã, fez-se a intervenção. Esta foi procedida pelo professor Lichtenberg, da Faculdade de Berlim, que se encontra ha dias nesta cidade. A natureza da operação era extensa do collo e o trabalho correu relativamente bem, até ao terminiar, porém, em virtude do choque operatorio, Humberto de Campos succumbiu a uma syncope cardíaca. A operação teve a assistencia do Dr. Paulo Cesar, medico do grande escriptor.

**O CORPO SERA' TRASLADOADO PARA A ACADEMIA DE LETRAS**  
 O corpo de Humberto de Campos será transportado da Casa de Saude em que expirou o grande escriptor para a sede da Academia de Letras.

**OS FUNERAES**  
 Até quando encerravamos esta edição não havia ainda sido fixada a hora dos funeres do grande escriptor, que terão lugar, provavelmente, pela manhã de amanhã.

**O ULTIMO ARTIGO DE HUMBERTO DE CAMPOS**  
 Fazem poucos dias e Humberto de Campos, collaborador d'A NOITE enviavamos o seu último artigo, que inserimos nas edições do dia 26 do mez proximo findo: "O theatro brasileiro: razoes de sua vida, causas de sua morte", magnífica pagina literaria.

**ESTAVA ELEITO DEPUTADO**  
 O morto illustre de hoje já representava o seu Estado Natal no Muro.

Humberto de Campos

**Iconografia 9** O jornal *A Noite*, para o qual Humberto escrevia crônicas desde o final de 1932 foi o primeiro a divulgar a notícia da morte do autor, no mesmo dia do fatídico. Nota-se como a notícia reafirma a noção de que o sofrimento fora o responsável por sublimar a alma do autor (Fonte: *A Noite*, 05/12/1934).



**Iconografia 10** Cemitério São João Batista, quadra 3, nº10.862, Rio de Janeiro, Botafogo, local onde Humberto de Campos está sepultado desde 6 de dezembro de 1934. Na mesma sepultura, encontra-se a senhora Maria do Carmo de Carvalho Cesário Alvim, a primeira esposa de Humberto de Campos Filho, falecida em 2005 (em destaque, a assinatura do autor, aposta no centro da lápide) (Fonte: acervo particular).

## GRANDES FIGURAS DO BRASIL

## HUMBERTO DE CAMPOS

Texto de Miranda

\*

Desenhos De Rodolfo



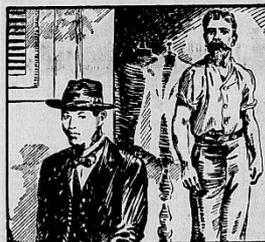
1 — O menino tinha caçoão bandoso, mas como era feio, de corpo atreçado, os companheiros faziam troça dele, o que o levava a ficar descontentado e torrapentos maua. Nasceu a 25 de Outubro de 1886, em Marituba, uma vila obscura, de duas ruas apenas, sobre o rio Piripó, no Maranhão. A família era pobre, mas não tinha ambições e vivia tranquila.



2 — Um dia, porém, o pai, que fóra tratar da saúde na capital, morreu. Em Marituba não era possível uma humilde viuva ganhar dinheiro. E ela partiu para a capital, com a filha e o filho, que se chamava Humberto de Campos. Hospedaram-se em casa de tio Brasil, que ficava muito contente quando os sobrinhos, desembaraçados, recitavam para ele ouvir.



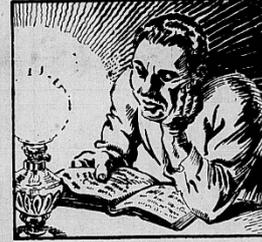
3 — Depois de pequena demora, a família seguiu para Parnaíba, no Piauí, onde devia fixar residência. Aos 8 anos, Humberto começou a estudar. Primeiro com sua mãe, depois na escola pública. Com o pouco dinheiro deixado pelo marido, a viuva comprou uma pequena casa. Humberto entusiasmou-se e plantou no quintal, com toda a pompa, um calceirinho.



4 — Passou para a escola particular da "mestra" Marooca. Aos 11 anos entrou como aprendiz de alfaiate. Não se agüentou, foi despedido. Voltou aos estudos, mas precisando ganhar qualquer dinheirinho, quando assia da escola ia servir de caixeiro numa loja. De vez em quando trabalhava numa tipografia. Um dia leu "Os Filhos do Capitão Grant", de Julio Verne. Gostou e sonhou com viagens.



5 — Seu desejo era sentar praça no Exército e ver o Rio de Janeiro. Partiu apenas para a capital do Maranhão, onde experimentou ser tipógrafo no "Jornal do Maranhão". Depois de um mês, arranjou um lugar num armazém. Aos 16 anos nada mais era ainda simples caixeiro. E nem neste posto se sustentou. Despedido, retornou à casa materna, em Parnaíba. Ai leu uma soneta de Coelho Neto. Deslumbrou-se.



6 — Para ele, naquele momento, fazer versos era facilímo. "O primeiro raio de sol havia tocado a semente", escreveu ele depois. Surgiram suas primeiras produções. Trabalhava no emprego de dia. À noite, lia, estudava, escrevia. Falava-se então muito na Amazonia, onde um quilto de borracha era vendido a 20\$000. Partiu para o Pará. Progrediu, venceu. Chegou a redator do melhor jornal.



7 — Nessa função, Humberto de Campos foi surpreendido por um motim político, em consequência do qual o seu jornal, "A Província do Pará", foi incendiado. E ele tomou então o rumo do Rio, trazendo um livro de versos, "Poésias", e um cérebro já perfeitamente aparelhado para as lides do espírito. Os jornais e os círculos literários cariocas receberam de braços abertos o jornalista-escritor-poeta que chegava.

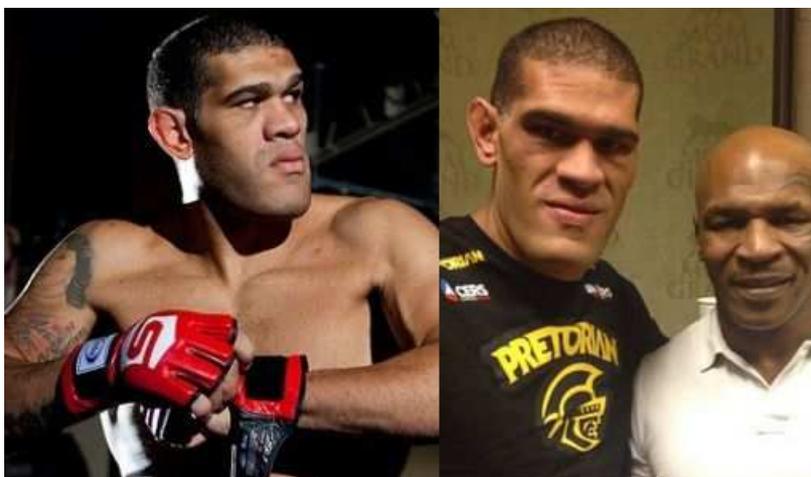


8 — As crônicas de Humberto de Campos tinham milhares de leitores. Seus livros faziam sucesso. A popularidade veio como um turbilhão. A Academia Brasileira de Letras fez do escritor um de seus membros, em 1920. Adotando o pseudônimo "Conselheiro X X", o ilustre maranhense lançou livros de crônicas que o povo devorava com o maior prazer.



9 — Foi eleito deputado pelo seu Estado e chegou quasi às raízes da prosperidade. Depois veio a revolução de 30, que demitiu os deputados, e uma doença insidiosa que transformou o alegre "Conselheiro X X" num Humberto de Campos melancólico, amigo dos desgraçados, infeliz como eles, escrevendo para poder viver, até quando morreu, a 5 de Dezembro de 1934.

**Iconografia 11** Mesmo depois de morto, Humberto e a sua história de vida e morte continuaram sendo constantes referências entre os intelectuais e jornalistas, como se percebe nestes quadrinhos que foram publicados no Diário Carioca, em 1940, que narra a vida do cronista no mesmo estilo que ele impôs à leitura de si mesmo: uma história de superação. O autor permaneceria popular até a década de 1950, quando cairia de vez no quase total esquecimento (Fonte: *Diário Carioca*, 14/04/1940).



**Iconografia 12** Antônio "Pezão" Silva, desportista, competidor de Artes Marciais Mistas (MMA). Natural de Campina Grande, na Paraíba, Pezão tem a mesma doença de Humberto de Campos, hipertrofia da hipófise, que fez com que certas regiões do seu corpo, como a cabeça, as mãos e os pés, inchassem. A realização da cirurgia na hipófise, em 2006, no Rio de Janeiro, extraiu parte do tumor, possibilitando que o controle da produção de hormônios causado pela disfunção passasse a se dar por meio de medicação controlada. A extração total do tumor continua sendo atualmente, portanto, uma cirurgia de grande risco, com possibilidade de sequelas graves (Fonte: Esportes R7, Esportes UOL, O Globo). Na época em que Humberto viveu, essa cirurgia era ainda mais complicada, não havendo cirurgiões que a fizessem aqui no Brasil, sendo o mais próximo o Dr. Segura, na Argentina. A complicação da intervenção, entretanto, fez com que Humberto fosse desaconselhado por seus médicos a se submeter a tal risco. Atualmente, os médicos afirmam que, se o tumor hipofisário for descoberto rápido, o risco de deformidades diminui devido à possibilidade de controle dos hormônios produzidos pela hipófise. Em 2007, estimava-se que a acromegalia acometia cerca de 10 mil brasileiros (Fonte: ARAÚJO, Glauco. **Dramas de quem tem acromegalia**. Disponível na internet: <http://g1.globo.com/Noticias/Brasil/0,,MUL28304-5598,00-DRAMAS+DE+QUEM+SOFRE+DE+ACROMEGALIA.html>. Acesso em: 15 jan. 2014). Em campanha de esclarecimento realizada no Rio de Janeiro, em 2012, registros oficiais davam conta de 3.200 doentes submetendo-se a tratamento no Brasil (Fonte: VIRGÍLIO, Paulo. "Campanha esclarece população do Rio sobre a acromegalia, doença que provoca crescimento excessivo em adultos". **Agência Brasil**. Set. 2012. Disponível em: <http://memoria.etc.com.br/agenciabrasil/noticia/2012-09-13/campanha-esclarece-populacao-do-rio-sobre-acromegalia-doenca-que-provoca-crescimento-excessivo-em-adu>. Acesso em: 15 jan. 2014).